

REVISTA DO
**Arquivo Geral da Cidade
do Rio de Janeiro**

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

números 10 e 11 – 2016
ISSN 1983-6031
publicação semestral
revista.agcrj@cvl.rio.rj.gov.br

Expediente

Prefeito da Cidade do Rio de Janeiro
Eduardo Paes

Vice-prefeito
Adilson Nogueira Pires

Secretário-Chefe da Casa Civil
Guilherme Nogueira Schleder

Diretora do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro
Beatriz Kushnir

Editora
Beatriz Kushnir

Editora Assistente
Carolina Ferro

Conselho Editorial
André Luiz Vieira de Campos (UFF/UERJ)
Ângela de Castro Gomes (CPDOC/FGC/UFF)
Ismênia de Lima Martins (UFF)
Ilmar R. de Mattos (PUC-Rio)
James N. Green (Brown University)
Jeffrey D. Needell (University of Florida)
José Murilo de Carvalho (UFRJ)
Lená Medeiros de Menezes (UERJ)
Luciano Raposo de Almeida Figueiredo (UFF)
Maria Luiza Tucci Carneiro (USP)
Mary Del Priore (UNIVERSO)
Stella Bresciane (UFF/Museu Histórico Nacional)
Tania Bessone (UERJ)

Conselho Consultivo
Aldrin Moura de Figueiredo (UFPA)
Daniel Flores (UFSM)
Luciana Quillet Heymann (CPDOC/FGV)

Revisão
Bella Stal

Versão para o inglês
Peter Lenny

Projeto gráfico
www.ideiad.com.br

Projeto do site
www.akadem.com.br

Produção executiva
www.em-tempo.com

Foto de capa
Obras de Abertura da Presidente Vargas – Sem autor,
1942 – BRRJAGCRJ.APV.ALB.01.07

O conteúdo dos textos é de única responsabilidade
de seus autores.

REVISTA DO

Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro

números 10 e 11, 2016



Apresentação do Secretário-chefe da Casa Civil número 10

A Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro completa uma década de divulgação e discussão sobre numerosos aspectos da história da capital fluminense com grandes novidades. Neste ano, em vez de uma única edição, teremos dois exemplares com dossiês, artigos livres e resenhas relevantes sobre Arquivologia, Urbanismo e História. É claro que a Prefeitura do Rio continua amparando essa iniciativa, calcada na excelência de seu Conselho Editorial e Consultivo e na competência de suas editoras, responsáveis por uma publicação extremamente rigorosa e de grande qualidade acadêmica. É nosso compromisso apoiar esta revista que vem crescendo junto com nossa administração a passos largos para a construção de uma cidade muito mais que maravilhosa: conectada, cidadã e que valoriza suas raízes e seu legado.

Nessas edições, os saberes das áreas das Ciências Humanas e da Informação são discutidos e compartilhados com todos os públicos, sejam especialistas ou não. Os professores de nosso município e de todo o Brasil têm a oportunidade de se atualizar e discutir sobre o nosso passado, nosso presente e nosso futuro em prol de uma urbe cada vez mais democrática. Além disso, os pesquisadores têm um ambiente acolhedor para divulgar seus trabalhos, apresentar seus resultados e tornar público o que há de mais recente nas áreas supracitadas.

O Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro demonstra, mais uma vez, seu compromisso com a função híbrida dos arquivos públicos de hoje, que unem a demonstração do bom governo de nosso município, nossa transparência e nossa responsabilidade pela implementação de Políticas Públicas de Gestão de Documentos.

A Prefeitura do Rio compreende que os arquivos devem ser vistos como equipamentos do Estado, voltados para a eficiência dos serviços governamentais e para o atendimento da população carioca. Por esta razão, desde 2013 a instituição está ligada à Secretaria da Casa Civil. As duas instâncias demonstram constante envolvimento na construção de políticas de transparência, de dados abertos, da composição de processos administrativos eletrônicos, das políticas de “governo sem papel”, bem como garantem o acesso sem negligenciar o tratamento, a preservação e a disseminação de fontes de interesse acadêmico e para a defesa de direitos de cidadania.

Neste ano de 2016, em que o Rio de Janeiro torna-se sede das Olimpíadas – a grande celebração do esporte mundial –, nada melhor do que duas excelentes edições sobre nossa história. Mais uma forma de receber nossos visitantes com os braços abertos e de demonstrar a riqueza cultural e a produção intelectual de nossa cidade.

Guilherme Nogueira Schleder

Apresentação do Secretário-chefe da Casa Civil número 11

Conforme prometido, às mãos do público carioca e ao olhar do mundo inteiro a segunda edição da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* neste ano de 2016. É a primeira vez que esta publicação tem dois volumes num mesmo ano, e esse avanço se deve aos competentes Conselhos Editorial e Consultivo, às editoras e ao apoio que a Prefeitura do Rio tem proporcionado a todas as demandas que geram cultura, ciência e tecnologia para nossa cidade.

Além da versão impressa, os leitores têm disponível um *website* totalmente novo, dinâmico e atualizado, onde é possível acessar os dossiês, artigos livres, resenhas e entrevistas de nossas edições anteriores e desta. Tudo isso faz parte do nosso compromisso com o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro de disponibilizar aos nossos cidadãos, sejam especialistas ou não, as pesquisas mais recentes nas áreas das Ciências Sociais, Humanas e da Informação, produzidas com excelência em nossa cidade ou sobre ela.

Trabalhando lado a lado desde 2013, o AGCRJ e a Secretaria da Casa Civil demonstram a preocupação da Prefeitura do Rio com a função híbrida dos arquivos públicos que engloba o bom governo, a transparência em sua gestão e a responsabilidade pela implementação de Políticas Públicas de Gestão de Documentos.

A Prefeitura do Rio entende que os Arquivos são gestores de informação e de conhecimento e precisam ser apreendidos como equipamentos do Estado e voltados para a eficiência e a eficácia dos serviços arquivísticos governamentais. Sendo assim, o AGCRJ está sempre envolvido na construção de políticas de transparência, na composição de processos administrativos eletrônicos, nas políticas sustentáveis de guarda de documentos e de dados abertos, garantindo o acesso sem negligenciar a preservação, o tratamento e a disseminação de fontes de interesse para a História, para o cidadão carioca e para a defesa de direitos de cidadania.

É com muita satisfação que entregamos um projeto totalmente novo, que segue as tendências acadêmicas de grandes instituições internacionais. Esperamos que os cariocas e a população do mundo inteiro aproveitem os conteúdos de alto nível que temos produzido em nossa urbe, demonstração de que o Rio de Janeiro permanece um dos grandes centros intelectuais, formadores de opinião e geradores de conhecimento do Brasil.

Guilherme Nogueira Schleder

Sumário – número 10

Apresentação	13
Dossiê Pesquisa em Arquivologia	
Apresentação	19
Eliezer Pires da Silva e José Maria Jardim	
A Implementação da Lei de acesso à informação no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro: Dimensões Arquivísticas	21
Zenaide de Freitas Santos e José Maria Jardim	
Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias	37
Leandro Pinheiro de Carvalho, Paulo Roberto Elian dos Santos e Ana Celeste Indolfo	
Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação	61
Priscila Ribeiro Gomes e Magno Vinicius da Silva Monteiro	
A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo	81
Bianca Therezinha Carvalho Panisset e João Marcus Figueiredo de Assis	
A dispersão de fundos de arquivos pessoais	91
Eliezer Pires da Silva e Mariana Tavares de Melo	
Dossiê Avenida Presidente Vargas: vamos fazê-la!	
Apresentação	105
Andréa de Lacerda Pessoa Borde	
Avenida Presidente Vargas: narrativas históricas	109
Andréa de Lacerda Pessoa Borde	
O Caminho do Aterrado e o pensamento urbanístico no Brasil (1825-1853)	133
Priscilla Peixoto	
De teatro do poder a centro financeiro e administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas	157
Evelyn Furquim Werneck Lima	
O financiamento da abertura da Avenida Presidente Vargas: estratégias institucionais e legais	175
Fernanda Furtado e Vera F. Rezende	
Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação	193
Andréa da Rosa Sampaio	
À margem da preservação: o patrimônio edificado da Avenida Presidente Vargas	213
Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos	

Artigos

A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII 233
Victor Luiz Alvares Oliveira

Arremates e impostos: a atuação do Senado da Câmara na economia fluminense (1790-1807) 259
Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

O choro carioca do gramofone ao tocante: relação e diferenças nas formas de produção e divulgação da música popular urbana entre as esferas erudita e popular da cidade do Rio de Janeiro 279
Leonardo Santana da Silva

Resenha

Arquivologia: abordagens e Objetos 305
Resenha de: SCHMIDT, Clarissa Moreira dos Santos. *A construção do Objeto científico na trajetória histórico-epistemológica da Arquivologia*. São Paulo: Arq-SP, 2015.
Natália Bolfarini Tognoli

Sumário – número 11

Apresentação	15
Dossiê Escravidão Contemporânea e Trabalho Forçado: Problemas e Abordagens da Historiografia Contemporânea	
Apresentação	313
Cristiana Costa da Rocha e Norberto Osvaldo Ferreras	
A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920)	317
Tyrone Apollo Pontes Cândido	
À sombra do cacau: representações sobre trabalho forçado nas ilhas de São Tomé e Príncipe	343
Marina Berthet	
O caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”: trajetórias de luta por justiça de trabalhadores escravizados	357
Cristiana Costa da Rocha	
A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense	375
Marcelo Sampaio Carneiro e Flavia de Almeida Moura	
Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: Inflexões conceituais entre trabalho, escravidão e experiência vivida	389
Fagno da Silva Soares	
O Brasil e o trabalho análogo à escravidão: a questão das migrações	407
Norberto Osvaldo Ferreras	
Artigos	
Desigualdade até depois da morte: ensaio sobre segregação socioespacial e direito cemiterial	425
Arícia Fernandes Correia	
Política e espaço público no Rio de Janeiro dos anos 1960: em meio às conspirações golpistas, comício em praça pública tornou-se símbolo de radicalização	451
Nashla Dahás	
De Real a Florestal, e até no carnaval: as narrativas do Horto e os sonhos, aspirações e conflitos de seus habitantes encarnados na paisagem e no lugar	469
Cássio Lopes da Cruz Novo	
“Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964)	483
Paulo Roberto Elian dos Santos e Ana Luce Girão Soares de Lima	
Resenha	
Sobre ditaduras, ainda	505
Resenha de: QUADRAT, Samantha Viz e ROLLEMBERG, Denise (Orgs.). <i>História e memória das ditaduras do século XX</i> . Rio de Janeiro, FGV Editora, 2015.	
Rodrigo Elias	

Apresentação – número 10

Em *tempos líquidos* como o que vivemos, como diria Zygmunt Bauman¹, quase nada é feito para durar. E é nessa conjuntura, apostando na contracorrente, que a *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* comemora dez anos. Mostrando que a qualidade é uma característica essencial para a permanência. Neste ano olímpico, cuja cidade-sede dos jogos é o Rio de Janeiro, premiamos nossos leitores com duas edições. Esta é a primeira delas, a de número 10, composta de dois dossiês temáticos, três artigos livres e uma resenha. Como sempre, o objetivo é difundir discussões acadêmicas sobre a capital fluminense e sobre o universo da Arquivologia, calcadas na excelência dos pesquisadores envolvidos e de nosso Conselho Editorial e Consultivo.

O primeiro dossiê, organizado por Eliezer Pires da Silva e José Maria Jardim, tem como objetivo apresentar o que há de mais recente nas pesquisas arquivísticas a partir das dissertações defendidas junto ao Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos (PPGARQ) da UniRio. Há diálogos interdisciplinares; apresentação de processos, produtos e serviços envolvendo a Lei de Acesso à Informação; políticas públicas para arquivos; os arquivos de escolas como instrumento de cidadania; os arquivos pessoais como construção social relevante para a população e uma reflexão sobre a ética do profissional de Arquivo.

Já o segundo dossiê, pensado por Andréa de Lacerda Pessoa Borde, apresenta os dilemas e a magnitude de se construir a Avenida Presidente Vargas, no coração desta cidade, num momento em que o carro era a centralidade da locomoção. Os artigos abordam questões como sua inserção na trajetória das avenidas, suas múltiplas camadas e sua construção marcante e fixada por uma belíssima iconografia do acervo do AGCRJ. Lembrando que uma das três faces do nosso prédio-sede está voltada para essa artéria.

Os artigos livres são adaptações de obras que concorreram ao Prêmio Professor Afonso Carlos Marques dos Santos no ano de 2014 e receberam menção honrosa. O primeiro, escrito por Victor Luiz Alvares Oliveira, reflete acerca de espaços pouco analisados da cidade, como os casos dos atuais bairros de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, freguesias no período estudado pelo autor. O texto de Maria Beatriz Gomes Bellens Porto aborda a atuação do Senado da Câmara do Rio de Janeiro e sua importância na economia

¹ Zygmunt Bauman. *Tempos líquidos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

fluminense, chamando atenção para os deveres e os privilégios que essa instituição tinha entre 1790 e 1807. E o terceiro e último artigo, de Leonardo Santana da Silva, traz uma viagem sonora que marca as diferenças entre as formas de produção e divulgação da música popular urbana, no Rio de Janeiro, entre as esferas erudita e popular, tendo como foco um estilo típico de nossa cidade no início do século XX, o choro.

A resenha, feita por Natália Bolfarini Tognoli, trata de uma das mais recentes teses de doutoramento na área da Arquivologia. O estudo de Clarissa Moreira dos Santos Schmidt, “Arquivologia: abordagens e objetos”, apresenta uma pesquisa de fôlego que destrincha e mapeia, com grande erudição, as principais ideias que permeiam a seara no contemporâneo, perpassando pelos vínculos do campo internacionalmente e suas interações no Brasil.

A capa desta edição foi inspirada no dossiê sobre a Avenida Presidente Vargas. Trata-se de uma fotografia de 1942 sem autoria, mas que compõe o acervo do prefeito Henrique Dodsworth, interventor do Distrito Federal (1937-45), que expõe as obras que rasgaram o tecido urbano para cimentar essa avenida. Na imagem, além da possibilidade de vermos construções que já não existem mais, observamos os trabalhadores em ação, e os transeuntes andando por caminhos tortuosos. Tortuosos como a dificuldade de se conseguir produzir revistas acadêmicas de qualidade. Mas conseguimos.

Ótima leitura!

Beatriz Kushnir
Editora

Carolina Ferro
Editora Assistente

Apresentação – número 11

É com muita alegria que apresentamos o segundo volume da *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* neste ano de 2016. Fazer dois volumes em um ano e com a excelência do dossiê, artigos livres e resenha aqui apresentados não foi uma tarefa fácil. Mas tudo que é difícil tem um maravilhoso gosto de trabalho bem feito e de dever cumprido. Isso só foi possível graças aos nossos excelentes Conselhos Editorial e Consultivo e ao trabalho árduo dos pesquisadores envolvidos, tanto os de nossa instituição como os exímios colaboradores desta edição.

Nosso número 11 está repleto de excelentes textos de pesquisadores do mundo acadêmico brasileiro e internacional. E, conforme o prometido, todos os textos estão disponíveis num *website* totalmente novo, interativo e belíssimo, pois é produzido com o que temos de melhor: o acervo do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro. Nele é possível pesquisar os artigos por palavras-chave, submeter os textos para publicação com total transparência, conhecer nossas redes sociais e edições anteriores. Tudo para que você, nosso leitor, tenha acesso ao conjunto de todos os números da Revista.

Em nosso dossiê, organizado pelos professores Cristiana Costa da Rocha e Norberto Osvaldo Ferreras, a temática do trabalho escravo contemporâneo, ou trabalho análogo à escravidão, é destrinchada em seis brilhantes reflexões. Temas como o trabalho forçado na Ilha de São Tomé e Príncipe, o problema dos pagamentos dos trabalhadores da seca no estado do Ceará, a reprodução do trabalho escravo no Maranhão de hoje, a relação entre as migrações e o trabalho forçado, a luta pela punição dos responsáveis pelo trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde e a discussão teórica sobre os conceitos de trabalho escravo contemporâneo e experiência vivida nos expõe que a luta pela dignidade e os direitos dos trabalhadores só começou.

Nossos artigos livres abordam temas diversos e relevantes. O primeiro, escrito por Arícia Fernandes Correia, aborda as diferenças sociais entre as pessoas num dos momentos mais complexos da história humana, na morte. A autora compara na lei, as distinções entre os que foram enterrados no Cemitério dos Pretos Novos, na região portuária do Rio de Janeiro e no Cemitério São João Batista, na zona sul da cidade. O segundo texto, escrito por Nashla Dahás, discute o comício da Central do Brasil em 13 de março de 1964, às vésperas do golpe civil-militar, visto pelos grupos golpistas como símbolo de radicalização da população brasileira. O terceiro artigo, de autoria de Cássio Lopes da Cruz Novo, percorre caminhos e desventuras afetivas da região do Horto, na cidade do

Rio de Janeiro. Os habitantes, principalmente os mais antigos, e seus discursos são centrais para a compreensão das preocupações com a moradia, os desejos de permanência no local e o receio da perda dos seus lugares no mundo. O último texto dessa seção, escrito por Paulo Roberto Elian dos Santos e por Ana Luce Girão Soares de Lima, analisa a gestão de José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional entre 1958 e 1964, um diretor revolucionário para uma das mais importantes instituições arquivísticas brasileiras.

A resenha que finaliza esta edição, escrita por Rodrigo Elias, trata de uma obra organizada recentemente pelas professoras Samantha Viz Quadrat e Denise Rollemberg, intitulada *História e memória das ditaduras do século XX*. Nela, o autor destaca a importância de serem observadas as experiências dos governos ditatoriais do século passado e questionadas as heranças que esses momentos, muitas vezes dolorosos, deixaram em nosso presente.

Na capa, a mesma imagem da edição número 10, mas desta vez pensada no labor de trabalhadores que tornam sonhos, imaginações e projetos presentes. A fotografia de 1942, sem autoria, e que compõe o acervo do prefeito Dodsworth, interventor do Distrito Federal (1937-45), desvela o trabalho feito para cimentar a Avenida Presidente Vargas, no coração do Rio de Janeiro. Sob o sol escaldante de nossa cidade, os proletários da construção civil tornam-se verdadeiros heróis, capazes de modificar nossa paisagem com esforço sobre-humano e nem sempre valorizado. Esta edição é revolucionária, no sentido de que mostra ao público a luta diária de homens e mulheres por uma vida mais justa e solidária.

Aproveite!

Beatriz Kushnir
Editora

Carolina Ferro
Editora Assistente



Dossiê: Pesquisa em Arquivologia

Apresentação

Atualmente, a pesquisa em Arquivologia no Brasil conta com uma crescente legitimação acadêmica (eventos científicos, periódicos, pesquisas de mestrado e doutorado) em torno da compreensão do fenômeno arquivístico. Observa-se um movimento de consolidação científica no qual se estabelece uma perspectiva clara sobre a configuração de campo disciplinar nos estudos arquivísticos.

A *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro* reafirma nesta edição seu compromisso com a publicação de resultados de pesquisas em parceria com o Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos – PPGARQ, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro.

As temáticas abordadas nos artigos revelam uma agenda de pesquisa em que se problematizam os novos modos de produção, conservação e uso dos documentos arquivísticos em suas configurações organizacionais, científicas, tecnológicas, políticas e culturais.

Este número da *Revista* traz resultados de pesquisas contendo diálogos interdisciplinares da Arquivologia na sua produção de conhecimento com efeitos tanto de ampliação de suas bases científicas quanto de desenvolvimento inovador de processos, produtos e serviços arquivísticos.

Zenaide de Freitas Santos e José Maria Jardim investigam as dimensões arquivísticas presentes na arquitetura institucional de regulamentação da Lei de Acesso à Informação no Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Avaliam a transparência ativa e a transparência passiva em instâncias do Poder Executivo estadual, considerando os serviços prestados aos cidadãos e suas interfaces arquivísticas.

Leandro Pinheiro de Carvalho, Ana Celeste Indolfo e Paulo Roberto Elian dos Santos fazem um diagnóstico da situação arquivística e dos procedimentos de gestão de documentos realizados pelos serviços arquivísticos no município de Duque de Caxias. Caracterizaram-se a administração pública municipal e as funções das instituições arquivísticas, dos serviços arquivísticos e das políticas públicas arquivísticas nesse contexto.

Priscila Ribeiro Gomes e Magno Vinicius da Silva Monteiro refletem sobre a aproximação escola-arquivo, no uso da educação patrimonial como instrumento para a cidadania. Apontam-se causas para o distanciamento dos arquivos em relação aos processos de aprendizagem, identificando possibilidades de utilização dos arquivos, por alunos e por professores, no contexto escolar.

Bianca Therezinha Carvalho Panisset e João Marcus Figueiredo de Assis iluminam a temática da ética profissional relacionada aos arquivistas. Propõem uma revisão e uma análise científica sobre os princípios que norteiam as ações, as escolhas e as condutas no

âmbito da profissão de arquivista no Brasil. Desse modo, problematiza-se a ação mediadora do arquivista no cumprimento de sua função social, caracterizando o relacionamento entre o arquivista, a instituição em que trabalha, o usuário e a sociedade.

Eliezer Pires da Silva e Mariana Tavares de Melo apresentam os arquivos pessoais como construção social relevante para evidenciar valores e comportamentos das pessoas, incluindo marcas de diferentes momentos da trajetória de preservação do acervo. Os arquivos pessoais que foram mapeados na pesquisa se enquadram em um perfil de pessoas públicas, com frequentes fragmentações mediante a custódia de mais de uma instituição. A dispersão observada decorre de preferências do produtor e de familiares que herdaram a documentação, além das políticas de aquisição praticadas pelas instituições custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil.

Agradecemos mais uma vez o acolhimento oferecido pela *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, bem como a contribuição de todos os autores.

Eliezer Pires da Silva

Professor da Universidade Federal
do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

José Maria Jardim

Professor da Universidade Federal do
Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

Recebido em 02/03/2016

Aprovado em 03/04/2016

A Implementação da Lei de acesso à informação no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro: Dimensões Arquivísticas

Implementation of the Access to Information Law by the Rio de Janeiro State Executive: Archival Dimensions

Zenaide de Freitas Santos

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Arquivista em Furnas Centrais Elétricas S.A
zsantos81@gmail.com

José Maria Jardim

Doutor em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e Professor do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
jardimbr@gmail.com

RESUMO: Identifica o contexto de produção do decreto que regulamenta a Lei de Acesso à Informação no Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Analisa o decreto, bem como as dimensões arquivísticas na arquitetura institucional desenhada para operacionalizar o acesso à informação. Avalia a transparência ativa por meio do *site* Informação Pública e dos *sites* de nove Secretarias selecionadas para a pesquisa, Secretarias de Estado de: Saúde, Educação, Habitação, Transporte, Segurança, Trabalho, Assistência Social, Obras e Fazenda. Analisa a transparência passiva nas mesmas Secretarias. Identifica o perfil dos presidentes das Comissões de Gestão de Documentos dessas Secretarias. Estuda os serviços prestados aos cidadãos e suas interfaces arquivísticas. Sugere a revisão do decreto ou a elaboração de uma lei estadual sobre o acesso à informação.

Palavras-chave: Lei de Acesso à Informação; Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro; Gestão de documentos.

ABSTRACT: *This article contextualises the Rio de Janeiro State Executive's decree regulating the Access to Information Law. It examines the decree, as well as its archival dimensions in the institutional architecture designed to operationalise access to information. It evaluates active transparency in the public information website and active and passive transparency in the sites of the nine government departments selected for study (state secretariats for health, education, housing, transport, security, work, social assistance, public works and finance). It profiles the chairs of these secretariats' document management committees, studies the services provided to citizens and their archival interfaces and suggests a review of the decree or the tabling of a state access to information law.*

Keywords: *Access to Information Law; Rio de Janeiro State Public Archives; Document Management.*

Introdução

A Constituição Federal de 1988 prevê, no inciso XXXIII do artigo 5º, o direito de acesso à informação. Em 1991, com a publicação da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, denominada Lei de Arquivos, o assunto voltou a ser contemplado. Entre 1991 e 2011, o acesso à informação foi objeto de vários instrumentos legais¹, que privilegiavam o sigilo. A Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a chamada Lei de Acesso à Informação – LAI, reverte essa tendência ao tornar regra o acesso à informação e levar o sigilo à condição de exceção.

Após três anos de vigência da LAI, e apesar do apoio que a Controladoria Geral da União-CGU tem oferecido a estados e municípios por meio do programa Brasil Transparente², a regulamentação da LAI não atingiu a totalidade dos Poderes Executivos Estaduais. Até junho de 2015, a LAI foi regulamentada no Poder Executivo de 22 estados. Destes, apenas no Executivo do estado de São Paulo há uma atuação protagonizada pela instituição arquivística estadual, conforme apontado por Jardim (2013, p. 395): “Exceto no caso de São Paulo, nenhum arquivo público estadual, ou mesmo o Arquivo Nacional, exerce uma função protagonista no monitoramento dos dispositivos legais relacionados à LAI”.

Em análise feita por Jardim (2013, pp. 383-405) nos dispositivos legais estaduais que regulamentam o direito de acesso à informação, é possível verificar a existência de diferentes arquiteturas institucionais para a gestão da LAI. Embora os documentos arquivísticos registrem os atos da administração pública e as relações do Estado com o cidadão, as instituições arquivísticas estão, em sua maioria, periféricas nas diferentes configurações para gestão da LAI.

Neste contexto, entende-se por arquitetura institucional para gestão da LAI a configuração de agentes que definem as ações desenvolvidas, os recursos disponibilizados e os serviços oferecidos ao cidadão.

A relação entre documento arquivístico produzido por órgãos públicos e acesso à informação por parte do cidadão é um tema pesquisado com frequência. A partir da LAI surgem várias questões que envolvem diferentes atores sociais, inclusive agências públicas, incumbidas da implementação da Lei. Portanto, se faz necessário analisar o papel atribuído às instituições arquivísticas neste cenário. Assim, foram definidos como pressupostos da pesquisa:

- a) Para que haja gestão eficiente da LAI, é necessário que a arquitetura institucional seja eficiente.
- b) A participação das instituições arquivísticas na arquitetura institucional para gestão da Lei de Acesso à Informação é fundamental para articular ações de gestão de documentos com a implementação desta lei.

Na pesquisa, realizada de janeiro de 2014 a junho de 2015, foram analisadas as dimensões arquivísticas da arquitetura institucional de gestão da LAI no Poder Executivo do

Estado do Rio de Janeiro. O recorte temporal inclui o período de maio de 2012, quando foi regulamentada a LAI no Estado do Rio de Janeiro, até maio de 2014, quando a regulamentação completou dois anos.

No Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o acesso à informação é regulamentado pelo Decreto nº 43.597, de 16 de maio de 2012. Há algumas incongruências em relação à legislação federal, como, por exemplo, a obrigatoriedade do preenchimento, pelo cidadão, de um termo de responsabilidade pelo uso e divulgação de informações.

Para compreender a dimensão arquivística da implementação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, foi necessário reconhecer e analisar os mecanismos desenvolvidos para operacionalizar o atendimento às demandas da sociedade, previsto pela legislação.

Em pesquisa³ desenvolvida pela FGV, que avalia o funcionamento prático da LAI, o Rio de Janeiro aparece com o pior desempenho na efetiva resposta a pedidos de acesso, na qualidade das respostas fornecidas e no atendimento aos pedidos dentro do prazo definido pela LAI.

Corroborando os resultados desta pesquisa, a CGU, em comemoração aos três anos de vigência da LAI, lançou o índice Escala Brasil Transparente – EBT⁴. Esse índice mede a transparência pública em estados e municípios brasileiros, concentrando-se na transparência passiva. Segundo essa escala, o Rio de Janeiro está em 21º lugar no *ranking* de transparência dos estados. Esses fatos evidenciam que a aplicação do direito à informação no Estado do Rio de Janeiro ainda não está consolidada.

Por meio do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ, o Executivo do Rio de Janeiro vem desenvolvendo, desde 2009, ações de gestão de documentos produzidos por seus órgãos. Para operacionalizar as ações de gestão de documentos, foram instituídas 80 Comissões de Gestão de Documentos – CGD's. Em seis anos foram elaborados instrumentos de gestão arquivística em apenas 21 órgãos.

Considerando o cenário em que o direito de acesso à informação no Poder Executivo do Estado do Rio se configura, a pergunta que norteou esta pesquisa foi: como a instituição arquivística estadual e as ações de gestão de documentos estão inseridas na arquitetura institucional para a gestão da LAI? A partir dos pressupostos e da pergunta norteadora, buscou-se analisar a articulação entre o processo de implementação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro e as ações de gestão de documentos empreendidas pelo APERJ no período de 2012 a 2014.

Marcos Teóricos

Ao abordar a democracia, Bobbio (1987) a situa historicamente como forma de governo na qual o poder político é exercido pelo povo. Para que a sociedade civil se organize e o poder

seja democratizado, é necessário que haja acesso às informações para formação de opinião, como aponta Bobbio (1987, p. 30).

Em 1945 é criada a Organização das Nações Unidas, responsável pela elaboração da Declaração Universal dos Direitos Humanos, aprovada em 1948⁵. O acesso à informação aparece como um dos itens da Declaração, no artigo 19: “Todo ser humano tem direito à liberdade de opinião e de expressão: esse direito inclui a liberdade de ter opiniões sem sofrer interferência e de procurar, receber e divulgar informações e ideias por quaisquer meios, sem limite de fronteiras”.

O direito de acesso à informação passa a compor várias Constituições nacionais e a ser objeto de legislação específica em diversos países do mundo a partir de então⁶. Em publicação da UNESCO, Mendel (2009, p. 3) menciona a ampliação do direito à informação no plano internacional: “Enquanto, em 1990, apenas 13 países haviam adotado leis nacionais de direito à informação, hoje mais de 70 dessas leis já foram adotadas em nível global, e estão sendo consideradas ativamente em outros 20 ou 30 países”.

A Lei de Acesso à Informação surge no Brasil influenciada por princípios⁷ baseados nos melhores critérios e práticas internacionais sobre legislação de acesso à informação e por demandas sociais, principalmente as de acesso à documentação produzida pela ditadura militar.

Outra categoria relevante para a análise do papel do APERJ na implementação da LAI é a “instituição arquivística”. Jardim (2011, p. 1582) ressalta que frequentemente instituição arquivística é considerada sinônimo de arquivo público ou arquivo permanente. O autor define instituições arquivísticas como “[...] aquelas organizações cuja atividade-fim é a gestão, recolhimento, preservação e acesso a documentos produzidos por uma dada esfera governamental” (JARDIM, 2011, p. 1583).

No Brasil, as instituições arquivísticas adquirem autoridade arquivística, juridicamente respaldada, a partir da Lei de Arquivos de 1991. A gestão de documentos possibilitou a ampliação do espectro de atuação das instituições arquivísticas. Além da guarda e do acesso a documentos de valor permanente⁸, as instituições arquivísticas passam a ter como atribuições o desenvolvimento de políticas e práticas de gestão dos documentos correntes e intermediários da administração pública na qual se inserem. O modelo de instituição arquivística instituído no Brasil após o século XIX é rompido, ao menos teoricamente, nesse momento. Os arquivos públicos assumem a responsabilidade pela gestão de todo o ciclo documental.

Conforme Jardim (2012, p.82), ainda prevalece uma visão “patrimonial” de instituições arquivísticas com ênfase em arquivos considerados históricos. Essa concepção tende a se refletir nos aspectos organizacionais, e técnico-científicos de grande parte dessas instituições”.

A gestão de documentos é aliada do acesso à informação governamental. O conceito foi formulado e difundido após a Segunda Guerra Mundial, nos Estados Unidos, para

dar conta do aumento da produção de documentos e da necessidade de otimizar a administração. O conceito e a prática de gestão de documentos não são únicos, já que a tradição arquivística e administrativa e o contexto histórico e institucional de cada país são específicos. No entanto, algumas características são comuns.

Para a UNESCO, *apud* Indolfo (2007, p. 36), a gestão de documentos é conceituada como “domínio da gestão administrativa geral com vistas a assegurar a economia e a eficácia das operações desde a criação, manutenção e utilização até a destinação final dos documentos”.

No Brasil, o conceito de gestão de documentos é expresso, nos mesmos termos, na Lei 8.159, de 8 de janeiro de 1991⁹ – A Lei de Arquivos: o conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento de documentos em fase corrente e intermediária, visando à sua eliminação ou ao seu recolhimento.

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ)

O Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro – APERJ foi criado pelo Decreto nº 2.638, de 25 de agosto de 1931. Esteve subordinado à Secretaria de Justiça¹⁰ na maior parte de sua existência. A partir do Decreto nº 40.628, de 1º de março de 2007, o APERJ passou a ser vinculado à Secretaria da Casa Civil.

O órgão vem mantendo esse posicionamento na estrutura da administração estadual do Rio de Janeiro para desenvolver ações de gestão de documentos.

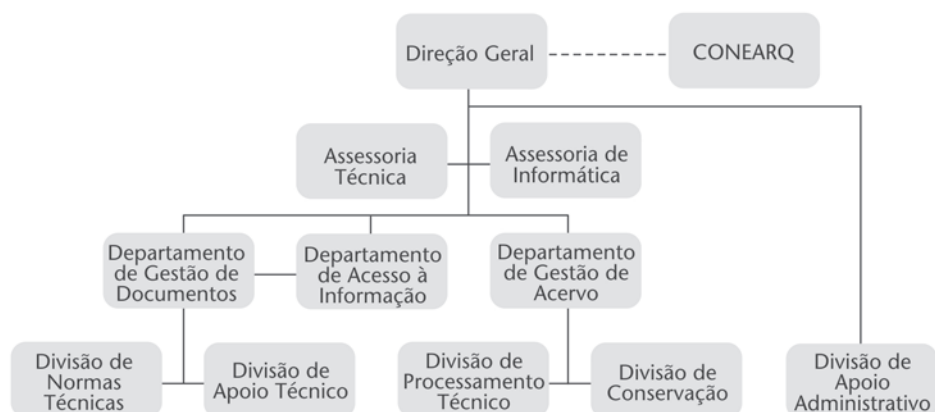
O orçamento da instituição está previsto no orçamento da Secretaria da Casa Civil, à qual está subordinado. Conforme entrevista com o então diretor do APERJ, professor Paulo Knauss, realizada em 12 de março de 2015, essa condição é interessante, pois o APERJ participa da elaboração desse orçamento. Em termos de recursos humanos, a instituição não conta com um quadro suficiente de servidores para o desenvolvimento de suas funções.

Quanto à infraestrutura, há perspectivas para a construção de uma nova sede¹¹. Atualmente o APERJ está instalado na Praia de Botafogo, nº 480, no prédio que, no passado, foi utilizado como garagem dos bondes da cidade do Rio de Janeiro.

Conforme o Artigo 1º da Resolução da Casa Civil nº 151, de 9 de julho de 2009, o APERJ tem por finalidade “**implementar a política estadual de arquivos, definida pelo Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ**, por meio da gestão, recolhimento, tratamento técnico, preservação e divulgação do patrimônio documental estadual, garantindo pleno acesso à informação” (grifo nosso).

O Decreto nº 44.674, de 20 de março de 2014, que dispõe sobre a estrutura organizacional do APERJ, da Secretaria da Casa Civil, mantém a atribuição do Arquivo com o mesmo texto do regimento interno de 2009. A partir desse decreto, a estrutura do APERJ fica estabelecida como se apresenta na figura 1.

Figura 1 – Estrutura organizacional do APERJ



Fonte: Site do APERJ. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/estrutura.htm>>. Acesso em: 03 jul. 2014

No Poder Executivo do Rio de Janeiro, o APERJ foi inserido no planejamento estratégico previsto para o período de 2007-2010¹² por meio do projeto de “Modernização da Gestão da documentação pública do Estado do Rio de Janeiro e Reestruturação do Arquivo Público”. Esse projeto se desdobrou em outras ações, entre elas, o Programa de Gestão Documental do Estado do Rio de Janeiro – PDG, que tem como objetivo “promover a racionalização e a padronização dos procedimentos gerais referentes à gestão de documentos na administração pública estadual”¹³. Atualmente, o PDG está em desenvolvimento.

O Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ¹⁴ foi criado em 2001¹⁵, mas ganhou maior respaldo jurídico como responsável pela elaboração da política pública arquivística com a Lei Estadual de Arquivos de 2009¹⁶. O Sistema Estadual de Arquivos – SIARQ-RJ¹⁷, criado em 2012, reproduz o modelo do Sistema Nacional de Arquivos, tendo o APERJ como órgão central.

Por meio de políticas públicas, o Estado atua para atender a uma demanda social. No caso dos arquivos, a demanda por políticas arquivísticas identifica-se fortemente com o uso social dos arquivos. Passados 25 anos da promulgação da Lei de Arquivos, a política nacional de arquivos ainda não é uma realidade. Tampouco há evidências de uma política estadual de arquivos definida pelo Conselho Estadual de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro. A ausência de políticas públicas arquivísticas aponta para o comprometimento das práticas e políticas de acesso à informação governamental.

Metodologia

Para a análise das dimensões arquivísticas da implementação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro, optou-se por uma abordagem qualitativa.

Foram coletados dados junto a diferentes atores envolvidos no processo.

Para analisar como o Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro - APERJ se inseriu no processo de implementação da LAI, foram identificadas as ações empreendidas pelo APERJ, por meio da legislação arquivística estadual e dos relatórios de gestão do órgão. Foram também coletados dados em contatos presenciais com a equipe do APERJ responsável pelas ações de gestão de documentos.

Foram identificados e avaliados os dados de transparência ativa, ou seja, aqueles que, de acordo com a legislação, devem ser disponibilizados pelos órgãos e entidades públicas através da internet, independentemente de requerimentos. Foi verificado se as informações relativas à transparência ativa¹⁸ estavam disponíveis. Para tal, foram analisados os *sites* de nove Secretarias: Saúde, Educação, Habitação, Transporte, Segurança, Trabalho, Assistência Social, Obras e Fazenda. A escolha das nove Secretarias se deu pelo fato de contemplarem assuntos de evidente interesse social, historicamente frequentes nas relações entre Estado e sociedade. Dados foram também coletados no *site* Informação Pública. Este *site* foi criado a partir do decreto¹⁹ que regulamenta a LAI com o objetivo de disponibilizar informações relativas à transparência ativa para a sociedade.

Complementarmente, avaliou-se o processo pelo qual se dá a transparência passiva. A transparência passiva ocorre quando o cidadão demanda informações aos órgãos e entidades por meio de pedidos de acesso. No Executivo do Estado do Rio de Janeiro, o atendimento às demandas de transparência passiva é realizado, em primeira instância, pelas Comissões de Gestão de Documentos – CGD's. Essas Comissões foram criadas em 2009²⁰ para elaborar os instrumentos de gestão de documentos – códigos de classificação e tabelas de temporalidade – dos órgãos que compõem o Executivo do Estado do Rio, sob a orientação do APERJ. Após a publicação do decreto que regulamenta a LAI, essas Comissões assumiram a atribuição de atender aos pedidos de acesso à informação.

Ainda no que se refere à análise da transparência passiva, foram formuladas questões para as nove Secretarias analisadas. Foram entregues solicitações de acesso a essas Secretarias, obedecendo ao procedimento estabelecido no decreto. As questões foram as seguintes:

O Decreto estadual nº 43.597 de 2012, regulamenta o procedimento de acesso à informação no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Em função do atendimento a demandas da sociedade a partir deste Decreto, solicito as seguintes informações:

Quantos requerimentos foram atendidos nesta Secretaria no período de maio de 2012 a maio de 2014? Quais os cinco principais assuntos solicitados pelos cidadãos a esta Secretaria no mesmo período? Há documentos classificados como sigilosos? Quais? Esta lista de documentos sigilosos está publicada? Onde?

Os resultados são apresentados a seguir.

Resultados: apresentação e discussões

A arquitetura institucional para gestão da LAI no Executivo do Estado do Rio de Janeiro não se mostra devidamente estruturada para responder aos imperativos jurídicos que regem o acesso à informação produzida pelo governo. Em relação à transparência ativa, não estão totalmente disponibilizadas aos cidadãos as informações que, de acordo com a legislação federal e o próprio decreto do Rio de Janeiro, deveriam estar no *site* Informação Pública e nos *sites* das Secretarias. Constatou-se que faltam até mesmo informações básicas, como o horário de atendimento e o local de funcionamento do protocolo dos órgãos.

Essas informações são fundamentais para que os requerimentos de acesso sejam entregues, já que, de acordo com o procedimento definido pelo regulamento do Executivo do Rio de Janeiro, o solicitante deve levar o requerimento *in loco*. Não são disponibilizados mecanismos para que o cidadão solicite as informações por meio da *internet*, o que contraria as definições estabelecidas na legislação federal²¹. O fluxo a seguir mostra o trâmite que o cidadão cumpre para acessar informações. Os atores que participam deste processo estão grifados em negrito.

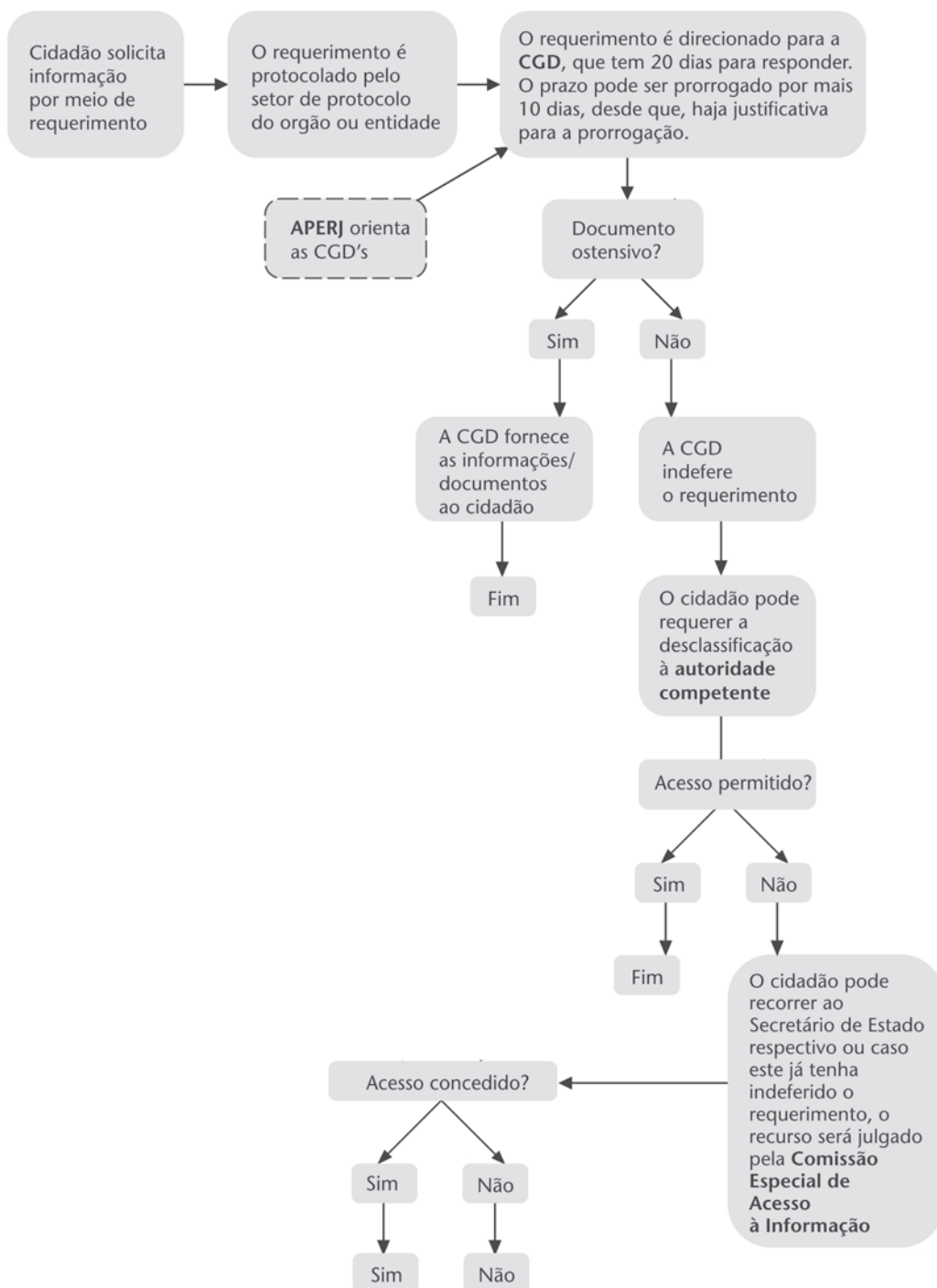
A participação do APERJ na arquitetura institucional da LAI se dá em duas instâncias. Na primeira, indiretamente, por meio da orientação às CGD's sobre a elaboração de instrumentos de gestão de documentos, que prevê na metodologia a identificação do grau de sigilo atribuído aos documentos. Esta ação em relação às CGD's também inclui a orientação do atendimento aos pedidos de acesso à informação. Em outra instância, o APERJ participa como membro da Comissão Especial de Acesso à Informação, último patamar ao qual o cidadão pode recorrer para obter acesso. Até junho de 2015 essa comissão não havia sido acionada.

A transparência passiva é operacionalizada em primeira instância pelas CGD's, mas as comissões não estão presentes em todas as Secretarias analisadas. Percebe-se que a inexistência das CGD's em alguns órgãos se deve a questões estruturais, que ocasionam, entre outros problemas, a rotatividade dos membros que as compõe e, consequentemente, a descontinuidade dos serviços.

Verificou-se que, mesmo nas Secretarias em que as CGD's estão ativas, sua existência não significa, necessariamente, a participação no atendimento a requerimentos de acesso à informação. Esse fato contradiz o procedimento estabelecido no decreto que regulamenta a LAI no Executivo do Rio, pois, segundo os artigos 9º e 10º desse dispositivo legal, a CGD é competente para apreciar o pedido e assegurar o acesso a documentos ostensivos²².

Em relação à transparência passiva, foram constatadas quatro situações, resultantes das solicitações enviadas às nove Secretarias: pedidos não atendidos, pedidos indeferidos, pedidos atendidos com resposta não satisfatória e pedidos atendidos satisfatoriamente. Como é possível perceber a seguir, o processo de atendimento às solicitações encaminhadas

Figura 2 - Fluxo do procedimento de acesso no Executivo do Estado do Rio de Janeiro



Fonte: Elaboração própria com base no procedimento disposto no decreto estadual 43.597, de 16 de maio de 2012.

parece ilustrativo dos obstáculos ao acesso à informação pelo cidadão. Apenas quatro (44%) das secretarias responderam satisfatoriamente. No entanto, apenas uma (11%) respondeu satisfatoriamente no prazo previsto para atendimento às solicitações. Se considerarmos como satisfatório o fornecimento da informação solicitada no prazo previsto, 89% das Secretarias não cumpriram ou cumpriram parcialmente o determinado pela legislação.

A seguir são apresentadas as situações resultantes em cada Secretaria, bem como o prazo decorrido para o atendimento.

Quadro 1 – Processamento da transparência passiva

Secretaria	Data de protocolo do requerimento	Data da resposta	Prazo de obtenção de resposta ²³	Situação
Saúde	15.04.2015			Formalmente o pedido não foi atendido.
Educação	15.04.2015	16.04.2015	1 dia	Resposta não satisfatória
Habitação	08.04.2015			Pedido não atendido
Transporte	15.04.2015	20.05.2015	35 dias	Pedido atendido satisfatoriamente
Segurança	15.04.2015	11.05.2015	26 dias	Pedido indeferido
Trabalho	15.04.2015	Notificação de disponibilidade da resposta por telefone em 08.05.2015	23 dias	Pedido indeferido
Assistência Social e Direitos Humanos	15.04.2015	08.06.2015	54 dias	Pedido atendido satisfatoriamente.
Obras	08.04.2015	E-mail de 19.06.2015	72 dias	Pedido atendido satisfatoriamente
Fazenda	21.05.2015	Notificação da disponibilidade da resposta por e-mail em 02.06.2015	13 dias	Pedido atendido satisfatoriamente

Fonte: Elaboração própria com base nos requerimentos de acesso encaminhados às Secretarias

O decreto determina que, em caso de indeferimento dos pedidos de acesso, a CGD deverá dar ciência ao interessado, para que o cidadão possa solicitar recurso, buscando reverter o indeferimento. Nas Secretarias de Habitação e Saúde isso não aconteceu. A que instância o cidadão deve recorrer em casos como estes se, formalmente, não houve indeferimento?

A Secretaria de Segurança interpretou equivocadamente a LAI e o Decreto Estadual. O pedido foi indeferido sob a alegação de que não foi informada sua finalidade. A exposição da finalidade do pedido de informação não é uma condição necessária para obtenção de acesso à informação, de acordo com a legislação federal e com o regulamento do Executivo do Rio de Janeiro.

A Secretaria de Educação respondeu por e-mail que a CGD viabiliza cópia de documentos, mas não produz documentos. Essa resposta foi considerada insatisfatória, já que não responde objetivamente às questões propostas.

A Secretaria de Trabalho indeferiu o requerimento, com base em uma orientação da Procuradoria Geral do Estado segundo a qual, para atender a um pedido de informação, não está obrigada a produzir “documento novo”. Além disso, a exemplo da Secretaria de Segurança, também interpretou que o pedido de acesso deveria conter a motivação do pedido, situação que a legislação não prevê.

O posicionamento em relação a não obrigação de produzir “documento novo” para atender a pedidos de acesso à informação é uma diretriz da Procuradoria Geral do Estado. Este órgão parece figurar como um ator decisivo para a prática de acesso à informação vigente no Executivo do Rio. Provavelmente esse fato ocorre porque a Procuradoria presidiu o grupo de trabalho que elaborou o texto do decreto do Rio, e, embora não tenha atribuição legal para tal, influencia o *modus operandi* das CGD em relação ao atendimento dos pedidos de informação. Essa situação evidencia a lacuna gerencial na aplicação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

A demanda de acesso à informação no período de maio de 2012 a maio de 2014 parece pouco expressivo, considerando o alcance social dessas Secretarias.

Quadro 2 – Pedidos de acesso por Secretaria

Secretaria	Quantidade de requerimentos
Saúde	Não soube informar
Educação	Mais de 100
Transportes	1
Assistência Social	20
Obras	12
Fazenda	75

Fonte: Elaboração própria com base nos dados coletados

Em relação à transparência passiva no Executivo Estado do Rio de Janeiro, constatou-se que não há padronização no procedimento para atender aos requerimentos; são discrepantes as interpretações das Secretarias analisadas em relação aos procedimentos definidos no decreto, os prazos para atendimento não são devidamente respeitados. Esses problemas ressaltam a ausência de um órgão eficiente no monitoramento da aplicação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro.

Considerações Finais

O Direito de Acesso à Informação foi regulamentado no Brasil 23 anos após ser garantido constitucionalmente. A Lei de Acesso à Informação (LAI) surge contextualizada

internacionalmente a partir de práticas consagradas, e nacionalmente, por demandas da sociedade, sobretudo clamando o acesso a documentos produzidos pelo regime militar.

As instituições arquivísticas, especialmente as estaduais, embora possam contribuir para o acesso à informação a partir da implementação de programas de gestão de documentos, estão em grande parte à margem do processo de implementação da LAI.

A pesquisa confirmou as premissas iniciais. Para que a gestão da LAI seja feita de forma eficiente é necessário que haja uma arquitetura institucional que atenda satisfatoriamente às demandas de acesso. Para articular as ações de gestão de documentos e a implementação da LAI, é fundamental que a instituição arquivística da respectiva esfera de poder em questão participe desse processo.

A configuração de agentes que definem as ações desenvolvidas, os recursos disponibilizados e os serviços oferecidos ao cidadão pelo Executivo do Estado do Rio de Janeiro não atendem satisfatoriamente às demandas de acesso à informação. Neste contexto, é possível perceber que a implementação da LAI é ineficiente.

Pode-se constatar, a partir dos dados coletados, que exercer o direito de acesso à informação no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro não é um processo fácil para o cidadão. O próprio decreto estadual tem mecanismos que inibem esse direito, e os meios criados para facultá-lo não se mostram eficientes.

Seria interessante que o APERJ monitorasse a implementação da LAI. Para tal, seria necessário aumentar o quadro de pessoal para dinamizar a elaboração dos instrumentos de gestão de documentos. Além disso, ampliar sua infraestrutura física e tecnológica e autorizar o APERJ a fiscalizar o cumprimento da Lei e sua regulamentação. Essa função de fiscalização deveria ser legalmente delegada.

Embora não tenha atribuições para atuar como orientadora do processo de operacionalização da LAI, a Procuradoria Geral do Estado vem exercendo essa função junto às CGD's. O papel do APERJ na orientação das comissões sobre o acesso à informação não é expresso no decreto que regulamenta a LAI no Executivo do Rio. A falta da definição expressa da atribuição do APERJ em relação às CGD's, aliada à sua limitação operacional, permite que outra instituição preencha o espaço, prestando orientações às CGD's sem que efetivamente se cumpra de modo satisfatório o acesso à informação.

Esses fatos revelam que, na prática, o procedimento definido no decreto não está funcionando como previsto, ocasionando, entre outras questões, o não atendimento a demandas de acesso à informação do cidadão.

Identificou-se ainda que foi pouco expressiva a demanda de acesso à informação no período estudado, de maio de 2012 a maio de 2014, nas Secretarias pesquisadas. Esse fato pode sinalizar três possibilidades não excludentes: a falta de demandas por parte da sociedade, a inexistência de uma política de acesso à informação, a precariedade de ferramentas que facilitem o exercício do direito de acesso à informação. Esse cenário indica a falta de uma

política arquivística que garanta serviços arquivísticos qualificados na administração pública estadual e a necessidade de divulgação, pelo Poder Público, do direito de acesso à informação junto à sociedade.

Embora o APERJ venha desenvolvendo ações de gestão de documentos, a ausência de uma política arquivística dificulta a implementação da LAI. Essa política poderia auxiliar no estabelecimento de uma arquitetura institucional, com atribuições mais precisas sobre as responsabilidades dos atores envolvidos na operacionalização da LAI no Executivo do Rio de Janeiro.

Seria oportuna a revisão do decreto estadual, observando-se a necessidade de reconfigurar aspectos político-informacionais da implementação da LAI no Poder Executivo do Estado do Rio de Janeiro. Faz-se também necessário viabilizar mecanismos como o E-SIC, que permite ao cidadão solicitar acesso à informação via *internet*.

A pesquisa revelou que, embora a LAI tenha a intenção de tornar o acesso à informação a regra e o sigilo a exceção, no Executivo do Estado do Rio de Janeiro a cultura da opacidade parece ainda forte e resistente. A construção dessa opacidade tem como uma das faces a frágil dimensão arquivística da implantação da LAI no governo do Estado do Rio de Janeiro.

Notas

¹ Entre a Lei de Arquivos (1991) e a Lei de Acesso à Informação (2012), o acesso às informações públicas foi objeto de 11 Decretos Federais, uma Lei e uma Medida Provisória.

² O Programa Brasil Transparente tem como objetivo auxiliar estados e municípios a implementar a LAI. Mais informações em <<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/BrasilTransparente/OPrograma/Objetivos.asp>>. Acesso em: 05 jun.2014.

³ A pesquisa Avaliação Nacional de Transparência Governamental: usos e desafios da Lei de Acesso à Informação – Lei 12.527 foi divulgada pela EBAPE – Escola Brasileira de Administração Pública e de Empresas, da FGV, em novembro de 2014. Avaliou o funcionamento prático da LAI, a partir do envio de mais de 700 pedidos para cerca de 170 órgãos públicos. Os órgãos faziam parte do universo de oito unidades federativas: União; os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e o Distrito Federal; as capitais São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte.

⁴ Dados disponíveis em <<http://www.cgu.gov.br/assuntos/transparencia-publica/escala-brasil-transparente>>. Acesso em 16 mai. 2015.

⁵ Declaração Universal dos Direitos Humanos. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 31 jul. 2013.

⁶ Com exceção da Suécia, cuja legislação relativa a acesso à informação é de 1766.

⁷ Os princípios são elencados por Mendel (2009): 1. Máxima divulgação; 2. Obrigação de publicar; 3. Promoção de um governo aberto; 4. Âmbito limitado das exceções; 5. Processo para facilitar o acesso; 6. Custos; 7. Reuniões abertas; 8. Divulgação tem primazia; 9. Proteção contra denunciantes. Destes a Lei Brasileira cumpre os seis primeiros princípios.

⁸ Nos termos da Lei 8.159, consoantes com a literatura arquivística internacional, arquivos, correntes e intermediários são definidos nos seguintes termos:

Art. 8º - Os documentos públicos são identificados como correntes, intermediários e permanentes.

§ 1º - Consideram-se documentos correntes aqueles em curso ou que, mesmo sem movimentação, constituam objeto de consultas frequentes.

§ 2º - Consideram-se documentos intermediários aqueles que, não sendo de uso corrente nos órgãos produtores por razões de interesse administrativo, aguardam a sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente.

§ 3º - Consideram-se permanentes os conjuntos de documentos de valor histórico, probatório e informativo que devem ser definitivamente preservados.

⁹ A Lei nº 8.159, de 1991, apresenta no capítulo IV a organização e administração de instituições arquivísticas públicas. Sobre este aspecto, informa que compete às instituições arquivísticas federais, estaduais, do distrito federal e municipais a gestão de documentos produzidos em sua esfera de governo.

¹⁰ De acordo com o histórico do Arquivo disponível no site do APERJ. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/historico.htm>>. Acesso em: 26 dez. 2013.

¹¹ De acordo com o Projeto 41 do Planejamento estratégico 2007-2010. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-28567.pdf/plano_estrategico_2007_2010.pdf>. Acesso em 04 jan. 2014.

¹² RIO DE JANEIRO (Estado). Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, 2007-2010. Disponível em <http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-28567.pdf/plano_estrategico_2007_2010.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2014.

¹³ Conforme disposto no Manual de Gestão de Documentos do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/doc/manual%20de%20gestao.pdf>>. Acesso em: 05 jan. 2014.

¹⁴ O CONEARQ tem entre as suas competências estabelecer diretrizes para gestão, preservação e acesso aos documentos de arquivo, zelar pelo cumprimento dos dispositivos constitucionais e legais que norteiam o funcionamento e o acesso aos arquivos públicos. Segundo informações disponíveis no portal do APERJ, ele se reuniu 12 vezes desde 2002. Através do portal do APERJ, é possível acessar as atas do CONEARQ. Ver em <<http://www.aperj.rj.gov.br/atas.htm>>. Acesso em: 11 mai. 2015.

¹⁵ Decreto nº 29.387 de 15 de outubro de 2001.

¹⁶ Lei nº 5562, de 20 de outubro de 2009.

¹⁷ Sistema de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro. Criado por meio do Decreto nº 43.871, de 08 de outubro de 2012. É composto pelo APERJ, pelos órgãos e entidades da administração direta e indireta do Estado do Rio de Janeiro, pelos órgãos e entidades municipais e dos demais Poderes que aderirem ao SIARQ-RJ mediante convênio com o APERJ, e pelo conjunto de normas, padrões e documentação em uso pelo SIARQ-RJ. O SIARQ-RJ tem um comitê gestor formado pelo Diretor do APERJ, representante da Secretaria de Estado da Casa Civil, representante do Centro de Tecnologia

da Informação e Comunicação – PRODERJ, e representante do Órgão Gestor do processo digital. O comitê gestor tem entre suas atribuições estabelecer critérios técnicos, sistemas e métodos de trabalho que possibilitem a reformulação dos procedimentos operacionais de gestão de documentos, incluindo a definição de requisitos arquivísticos dos sistemas de informação e de gestão eletrônica de documentos.

¹⁸ De acordo com o Artigo 4º do Decreto estadual 43.597/2012, os dados que deveriam compor a transparência ativa seriam: I - estrutura organizacional e descrição das atribuições dos órgãos que compõem a Administração Pública; II - endereços, telefones e horários de atendimento ao público das repartições estaduais; III - registros da execução orçamentária e financeira, incluindo repasses ou transferências de recursos; IV - editais e resultados de licitações, bem como atos de dispensa e inexigibilidade de licitação, além de extratos de contratos, convênios e termos de cooperação celebrados; V - acompanhamento de programas, projetos, ações ou obras em andamento; VI - respostas a perguntas mais frequentes da sociedade.

¹⁹ Decreto estadual nº 43.597/2012.

²⁰ As Comissões de Gestão de Documentos foram instituídas pelo Decreto Estadual nº 42.002, de 21 de agosto de 2009, que dispõe sobre avaliação e destinação de documentos produzidos e recebidos pela administração pública estadual.

²¹ No âmbito federal é disponibilizada a ferramenta Sistema Eletrônico de Informação ao Cidadão – E-Sic, desenvolvido pela CGU para permitir encaminhamento de pedidos de acesso à informação aos órgãos do Poder Executivo Federal. Esse sistema é disponibilizado a estados e municípios por meio do Programa Brasil Transparente. Mais informações em <<http://www.acesoainformacao.gov.br/sistema/site/index.html?ReturnUrl=%2fsistema%2f>>. Acesso em 12 jun. 2015.

²² Documentos ostensivos são os que não possuem classificação em relação a sigilo.

²³ Conforme o Parágrafo Único do Art. 9º do Decreto estadual nº 43.597/2012, “Os requerimentos de acesso deverão ser respondidos no prazo de até 20 (vinte) dias a contar do protocolo, prorrogáveis justificadamente por 10 (dez) dias”.

Referências Bibliográficas

Arquivo Nacional (Brasil). **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.

ARTIGO 19. **O direito do público a estar informado – Princípios sobre a legislação de liberdade de informação**. Londres. 1999. Disponível em <<http://www.article19.org/data/files/pdfs/standards/public-right-to-know-portuguese.pdf>>. Acesso em: 2 jul. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. **Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei nº 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 20 jan. 2013.

_____. Ministério da Justiça. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. Disponível em <http://portal.mj.gov.br/sedh/ct/legis_intern/ddh_bib_inter_universal.htm>. Acesso em: 31 jul. 2013

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo e sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1987.

CANELA, Guilherme; NASCIMENTO, Solano (Coords). **Acesso à informação e controle social das políticas públicas**. Brasília, DF: ANDI; Artigo 19, 2009. Disponível em <http://www.andi.org.br/politicas-de-comunicacao/publicacao/acesso-a-informacao-e-controle-social-das-politicas-publicas>. Acesso em: 05 jun. 2014.

CGU – Controladoria Geral da União. **Mapa da transparência**. Disponível em <<http://www.cgu.gov.br/PrevencaoDaCorrupcao/BrasilTransparente/MapaTransparencia/index.asp>>. Acesso em: 20 nov. 2013.

INDOLFO, Ana Celeste. “Gestão de Documentos: uma renovação epistemológica no universo da Arquivologia”. In: **Revista eletrônica Arquivística.net**. Vol 3, nº 2. 2007. Disponível em <<http://www.brapci.ufrpr.br/documento.php?dd0=0000005190&dd1=09a59>>. Acesso em: 01 Out. 2013.

JARDIM, José Maria. “O inferno das boas intenções: legislação e políticas arquivísticas”. In: MATTAR, Eliana. **Acesso à informação e política de arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

_____. “A Construção de uma política nacional de arquivos: os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)”. In: **XII Encontro Nacional de Pesquisa em Ciência da Informação**. Brasília, Distrito Federal, outubro de 2011, p. 1579-1594.

_____. “Em torno de uma política nacional de arquivos: Os arquivos estaduais brasileiros na ordem democrática (1988-2011)”. In: MARIZ, Anna Carla Almeida; JARDIM, José Maria; SILVA, Sérgio Conde de Albite (Orgs.). **Novas dimensões da pesquisa e do ensino da Arquivologia no Brasil**. Rio de Janeiro: Móbile / Associação dos Arquivistas do Estado do Rio de Janeiro, 2012.

_____. “A implementação da lei de acesso à informação pública e a gestão da informação arquivística governamental”. In: **Liinc em Revista**, v. 9, n.2, p.383-405, novembro 2013. Disponível em <<http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/639/439>>. Acesso em: 05 dez. 2013.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**. Brasília: UNESCO, 2009. Disponível em <http://www.acessoainformacao.gov.br/central-de-conteudo/publicacoes/liberdade-informacao-estudo-direito-comparado-unesco.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Lei nº 5.562, de 20 de outubro de 2009**. Dispõe sobre a Política de Arquivos Públicos e Privados do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/lei5562.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 29.387, de 15 de outubro de 2001**. Cria o Conselho Estadual de Arquivos (CONEARQ) e estabelece a sua competência, organização e funcionamento. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec29287.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 31.270, de 15 de maio de 2002.** Dispõe sobre o Conselho Estadual de Arquivos – CONEARQ e dá outras providências. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec31270.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 43.597, de 16 de maio de 2012.** Regulamenta o procedimento de acesso a informações previsto nos artigos 5º, XXXIII, e 216, § 2º, da constituição da república, e na Lei Federal Nº 12.527, DE 18.11.2011. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec43597.htm>>. Acesso em: 02 jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto 43.871, de 08 de outubro de 2012.** Dispõe sobre a criação do Sistema de Arquivos do Estado do Rio de Janeiro – SIARQ-RJ e dá outras providências. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec43871.htm>>. Acesso em: 02 Jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Decreto nº 43.956, de 28 de novembro de 2012.** Altera dispositivos do decreto Nº 43.957, de 16/05/2012, institui comissão especial de acesso à informação, e dá outras providências. Disponível em <<http://www.aperj.rj.gov.br/legislacao/dec43956.htm>>. Acesso em: 02 Jan. 2014.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Plano Estratégico do Estado do Rio de Janeiro, 2007-2010.** Disponível em http://download.rj.gov.br/documentos/10112/179269/DLFE-28567.pdf/plano_estrategico_2007_2010.pdf>. Acesso em: 04 jan. 2014.

Recebido em 08/12/2015

Aprovado em 10/01/2016

Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias

Diagnostic study of the Duque de Caxias municipal executive's archive services

Leandro Pinheiro de Carvalho

Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Arquivista do Centro de Ciências da Saúde da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
leopcarvalho@yahoo.com

Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Pesquisador e Diretor da Casa de Oswaldo Cruz – Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ)
elianfiocruz@gmail.com

Ana Celeste Indolfo

Doutora em Ciência da Informação pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (IBICT/UFRJ), Professora adjunta da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e Especialista de Nível Superior do Arquivo Nacional
indolfo@bol.com.br

RESUMO: Apresenta os resultados da pesquisa de mestrado realizada no âmbito do PPGARQ-UNIRIO. Aborda o município e a administração pública municipal no Brasil, delimita a discussão nas características do município de Duque de Caxias. A partir dos procedimentos de coleta de dados, da utilização da abordagem qualitativa e do método comparativo, identifica e analisa os procedimentos de gestão de documentos realizados pelos serviços arquivísticos existentes na estrutura do Poder Executivo do município de Duque de Caxias, por meio da elaboração de um diagnóstico da situação arquivística. A conclusão expõe a necessidade de reestruturação dos serviços arquivísticos e de desenvolvimento de programas de gestão de documentos na administração pública municipal de Duque de Caxias.

Palavras-chave: Diagnóstico arquivístico; serviços arquivísticos; administração pública municipal.

ABSTRACT: *This article presents the findings of a masters research project conducted at PPGARQ-UNIRIO. It examines the municipality and municipal public administration in Brazil, delimiting the discussion to features of Duque de Caxias municipality. Data were collected and a qualitative approach and comparative method applied to identifying and analysing document management procedures used by the archive services in Duque de Caxias municipal executive structure by developing a diagnostic study of the archival situation. The findings reveal a need to restructure archive services and to develop document management programmes in the Duque de Caxias municipal public administration.*

Keywords: *Archive Diagnostic Study; Archive Services; Municipal Public Administration.*

Introdução

A atual necessidade de reestruturação da administração pública no Brasil se fundamenta nos objetivos de atender às demandas de transparência administrativa dos governos, de proporcionar o acesso dos cidadãos à informação pública e de alcançar a eficiência na realização das suas atividades administrativas.

Torna-se necessário, para isso, dentre outros elementos, que a administração pública disponha de documentos e informações gerenciados, organizados, acessíveis, de modo a serem utilizados como meio de registro e de comprovação das suas variadas atividades.

Aliados à crescente utilização de sistemas informatizados, a reestruturação dos órgãos públicos e o surgimento de novas atividades institucionais são alguns dos fatores que têm como consequência o crescimento substancial do volume de documentos produzidos, aumentando de maneira significativa o fluxo de informação na administração pública.

A organização das informações tem sido um dos grandes desafios da arquivologia na contemporaneidade (SOUSA, 2002, p. 6). A arquivologia e os arquivos se relacionam diretamente às atividades do Estado. Os documentos arquivísticos, integrantes dos arquivos públicos, são, ao mesmo tempo, produto e insumo para as atividades da administração pública.

Para que as suas informações sejam acessíveis quando necessárias ao processo decisório dos órgãos públicos, os documentos arquivísticos devem ser gerenciados por intermédio de programas de gestão de documentos (PGDs). O conceito de gestão de documentos vigente no Brasil está disposto no artigo 3º da Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991 (Lei de Arquivo):

Conjunto de procedimentos e operações técnicas referentes à produção, tramitação, uso, avaliação e arquivamento dos documentos, em fase corrente e intermediária, independente do suporte, visando à sua eliminação ou recolhimento para guarda permanente (BRASIL, 1991).

Os atores responsáveis pelo gerenciamento e, conseqüentemente, pela preservação dos documentos arquivísticos públicos são as instituições arquivísticas e os serviços arquivísticos públicos. As instituições arquivísticas são “as organizações cuja atividade-fim compreende a gestão, o recolhimento, a preservação e o acesso de documentos produzidos por uma determinada esfera governamental”. Os serviços arquivísticos são “as unidades ou órgãos administrativos responsáveis pelas funções arquivísticas nos diversos órgãos da administração pública, configurando-se como atividades-meio” (JARDIM, 1999, p. 22).

Ao se delimitar o campo empírico de estudo desta pesquisa na estrutura do Poder Executivo do município de Duque de Caxias, integrante da microrregião da Baixada Fluminense¹ e da Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro, foi necessário identificar a existência, no município, dos atores mencionados. Definiu-se o recorte temporal da pesquisa no período 2013-2015, de modo a abranger os três primeiros anos do governo municipal atual, cujo mandato tem vigência até o ano 2016.

Em virtude da inexistência, no município de Duque de Caxias, de instituição arquivística institucionalizada², o recorte temático da pesquisa foi definido nos procedimentos de gestão de documentos desenvolvidos pelos serviços arquivísticos existentes na estrutura do Poder Executivo do município.

Foram consideradas como procedimentos de gestão de documentos, dentre outras, as seguintes operações técnicas realizadas: autuação e tramitação; organização e aplicação dos códigos do plano de classificação de documentos (PCD); arquivamento e desarquivamento; análise e aplicação dos prazos de guarda constantes na tabela de temporalidade de documentos (TTD); eliminação, transferência e recolhimento; e atendimento à consulta.

A configuração administrativa dos serviços arquivísticos municipais analisados contempla os Serviços de Protocolo (Geral ou Central, e Setorial), os Arquivos Setoriais, os Arquivos Gerais ou Centrais e os Serviços de Protocolo e Arquivo (integrados).

A pesquisa foi desenvolvida para responder ao seguinte questionamento: qual é o cenário atual dos procedimentos de gestão de documentos executados pelos serviços arquivísticos existentes na estrutura do Poder Executivo do município de Duque de Caxias? E teve por objetivo a realização de um diagnóstico no município de Duque de Caxias para, a partir dele, conceber o instrumento técnico de diagnóstico relativo aos serviços arquivísticos municipais.

O presente trabalho revela, de modo sintético, os resultados da pesquisa desenvolvida durante o curso de Mestrado Profissional do Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (PPGARQ-UNIRIO). Sua estrutura contempla, a seguir, a fundamentação teórica, a metodologia utilizada, os resultados obtidos, as recomendações ao Poder Público Municipal de Duque de Caxias e as considerações finais.

O diagnóstico da situação arquivística como base para a gestão de documentos

A gestão de documentos é fundamental para a consecução das funções e atividades da administração pública. No aspecto normativo, ressalta-se que sua implantação na administração pública é função do próprio Estado, pois é um preceito constitucional disposto no parágrafo 2º do artigo 216 da Constituição Federal de 1988, ratificado no artigo 1º da Lei nº 8.159, de 1991.

Para se planejar o programa de gestão de documentos de um órgão público, torna-se necessário coletar dados referentes à história administrativa, à estrutura, às funções, às atividades e aos documentos produzidos por esse órgão. Essas ações são efetivadas por meio de um diagnóstico da situação arquivística.

Trata-se de um instrumento técnico arquivístico, produto do trabalho de pesquisa do arquivista e de sua equipe, acerca das características dos serviços arquivísticos e das demais

unidades administrativas institucionais, dos procedimentos de gestão de documentos por eles desenvolvidos, assim como do acervo arquivístico existente, tendo como eixo a estrutura administrativa da instituição. Visa a identificar os problemas existentes e servir de fonte para o planejamento de programas e projetos arquivísticos.

A identificação e a análise dos procedimentos desenvolvidos com os documentos arquivísticos, assim como das atribuições e transformações ocorridas na estrutura dos seus órgãos ou unidades administrativas produtoras/acumuladoras, são ações fundamentais para a compreensão dos critérios adotados na produção, organização, utilização dos documentos, e do histórico da formação dos arquivos institucionais.

Verifica-se que o diagnóstico abrange a análise do ciclo de vida e do contexto arquivístico³ dos documentos da instituição. Com o mapeamento do ciclo de vida dos documentos, torna-se possível identificar e corrigir erros ocorridos nas atividades de arquivamento e destinação, por exemplo.

A partir do estudo da estrutura administrativa da instituição, a coleta de dados relativos ao ciclo de vida e ao contexto arquivístico dos documentos pode ser realizada por intermédio da aplicação presencial de questionários, da realização de entrevistas, de consultas a fontes internas, do mapeamento de fluxo de documentos (produção – tramitação – destinação) e da análise da legislação à qual os documentos e a instituição estão sujeitos.

Pode-se afirmar ainda, com base em Lopes (2000, p. 160), que os dados quantitativos e qualitativos a serem coletados e analisados durante a realização do diagnóstico referem-se aos seguintes aspectos acerca dos documentos e arquivos de uma instituição:

[...] História, missão, funções e atividades da instituição produtora/acumuladora; meios de produção dos documentos; histórico da formação e acumulação do acervo; volume/quantidade de documentos (mensuração); datas-limite do acervo; tipos de documentos (em função dos assuntos e das atividades institucionais que representam); legislações e normas aplicáveis aos documentos e à instituição; estado de conservação (acondicionamento e armazenamento; condições do ambiente de guarda); método de classificação; método de arquivamento; existência de instrumentos técnicos de gestão de documentos (plano de classificação, tabela de temporalidade de documentos, índices e glossários de assuntos, listagens de equivalências etc.); operações técnicas de gestão de documentos (eliminação, transferência e recolhimento); existência de instrumentos de pesquisa para a recuperação da informação; existência e tipos de *hardwares* e *softwares* para a administração dos documentos, dentre outros.

Para o desenvolvimento desta pesquisa foram utilizados sete trabalhos como referência de metodologia de diagnósticos da área da arquivologia (seis nacionais e um internacional), conforme o quadro a seguir.

Quadro 1 – Fontes de metodologias de diagnósticos utilizadas.

Trabalho	Autores e anos de produção
<i>“Guía para la encuesta sobre los sistemas y servicios de la gestión de documentos y la administración de archivos: un estudio del RAMP”.</i>	Frank B. Evans e Eric Ketelaar, de 1983.
<i>“Cadastro Nacional de Arquivos Federais”.</i>	José Maria Jardim (coordenação), de 1990.
<i>“Acesso à informação nos Arquivos Públicos Municipais do Brasil”.</i>	Maria Odila Karl Fonseca, de 1996.
<i>“Diagnóstico dos arquivos da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo”.</i>	Ana Maria de Almeida Camargo (coordenação), de 1996.
<i>“Arquivos fluminenses: as dificuldades para o acesso à informação”.</i>	Margareth Silva, de 1997.
<i>“O uso das normas arquivísticas no Estado brasileiro: uma análise do Poder Executivo Federal”.</i>	Ana Celeste Indolfo, de 2008.
<i>“Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil”.</i>	Conselho Nacional de Arquivos, de 2008.

Fonte: Carvalho (2015, pp. 39-41).

Os trabalhos elencados no Quadro 1 foram produzidos no âmbito do ICA (*International Council on Archives*), das instituições arquivísticas ou das universidades do Brasil.

O município e a administração pública municipal no Brasil: aspectos gerais

O Brasil tem atualmente 5.570 municípios, distribuídos pelos 27 estados do país, conforme os dados do IBGE (2014a). Em sentido lato, o município caracteriza-se como o espaço territorial oficialmente constituído, integrante de um estado da federação do Brasil, e administrado por uma prefeitura.

A promulgação da Constituição Federal de 1988 fez com que o município passasse à categoria de ente federado, integrante da organização político-administrativa da federação do Brasil, com as respectivas autonomias política, administrativa e financeira que cada ente possui.

A esfera de governo municipal é a que tem maior proximidade com o cidadão, e é a que deve ter maior conhecimento das suas necessidades (FONSECA, 1996, p. 3), portanto, o município tem como função básica atender a essas necessidades por intermédio dos seus instrumentos de apoio: o governo e a administração pública municipais.

O governo municipal tem responsabilidade constitucional e política, é responsável pelo planejamento e pela fiscalização da operacionalização das políticas públicas municipais e de outras ações políticas. A administração pública municipal, por sua vez, tem responsabilidade profissional, técnica, legal, e designa o conjunto de serviços e órgãos públicos existentes na estrutura do Poder Executivo do município, sendo responsável pela execução das políticas de governo e pela prestação dos serviços públicos de qualidade aos cidadãos locais (MATIAS-PEREIRA, 2009, p. 62).

O planejamento das ações do governo e da administração pública municipais deve levar em consideração as especificidades do município, como o perfil da população, as características naturais e o nível de urbanização. Políticas públicas, programas, planos e outras ações que obtiveram resultados positivos em um determinado município nem sempre terão o mesmo êxito em outro, mas podem servir de referência.

O investimento na infraestrutura da administração pública municipal é essencial para o desenvolvimento dos municípios. Nesse contexto se inserem o diagnóstico dos problemas existentes no município, a profissionalização dos serviços públicos, o planejamento e a avaliação das ações dos governos, a busca pela eficiência nas suas atividades administrativas etc. Todas essas ações devem estar coordenadas para um objetivo principal: o de melhoria contínua das condições de vida dos cidadãos locais.

Características do município de Duque de Caxias

O município de Duque de Caxias emancipou-se de Nova Iguaçu em 1943 e foi instalado em 1944. Desde a sua última divisão territorial, em 2007, a configuração político-administrativa do município é composta de quatro distritos: Duque de Caxias, Campos Elíseos, Imbariê e Xerém (IBGE, 2014a).

Caracterizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) como um município de grande porte, possui a segunda maior área territorial da Baixada Fluminense. A cidade de Duque de Caxias tem um centro urbano desenvolvido, com uma rede de comércio extensa e trânsito intenso, semelhantes aos da capital do estado (IBGE, 2014a).

Em 2010, a população do município era de 855.048 habitantes, e a estimada para o ano 2014 foi de 878.402 habitantes. Tratava-se do município com o maior número de habitantes da região da Baixada Fluminense, representando, aproximadamente, 29% da totalidade da população da região e a terceira maior do Estado do Rio de Janeiro, superado apenas pelos municípios do Rio de Janeiro e de São Gonçalo (IBGE, 2010a).

O Produto Interno Bruto (PIB) do município de Duque de Caxias era, em 2010, de R\$ 26.496.845 (aproximadamente 26,5 milhões de reais, a preços correntes anuais), o qual se configurava como o maior da Baixada Fluminense. No âmbito do Estado do Rio de Janeiro, o PIB de Duque de Caxias representava, em 2010, o segundo maior entre os seus 92 municípios, sendo superado apenas pelo município da capital do estado (IBGE, 2010b).

De maneira similar ao indicador econômico PIB, a receita orçamentária do município de Duque de Caxias, estimada para o ano 2014, representava a maior da Baixada Fluminense e a terceira maior do Estado do Rio de Janeiro, posicionado após os municípios da capital do estado e de Campos dos Goytacazes. No escopo da Região Sudeste do Brasil, essa receita era a 11ª maior e, no plano nacional, posicionava-se como a 20ª maior dentre os municípios do Brasil (IBGE, 2014a).

Nota-se que o município de Duque de Caxias tem participação relevante no desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro e do país, característica que, assim como no caso do município de Campos dos Goytacazes, o qualifica, principalmente, em função das indústrias representativas do ramo petrolífero, das suas indústrias de base e derivados.

Com relação à adequação do município aos requisitos da transparência estipulados na LAI, na Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 (Lei da Transparência), e no Decreto nº 7.185, de 27 de maio de 2010, e exigidos judicialmente pelo Ministério Público Federal (MPF), foi constituída, no âmbito do Poder Executivo Municipal de Duque de Caxias, em 2014, uma Comissão Permanente para Acompanhamento da Transparência, vinculada à Procuradoria Geral do Município (PGM) de Duque de Caxias.

A partir dos dados do “*Ranking* estadual da transparência”, elaborado pelo MPF (2015), verificou-se que o município de Duque de Caxias ocupa a 32ª posição entre os 92 municípios do estado, e, considerando o âmbito da Baixada Fluminense, ocupa a oitava posição. Em função da sua representatividade na Baixada Fluminense e no Estado do Rio de Janeiro, é necessário que o município Duque de Caxias atenda às exigências do MPF e melhore o seu posicionamento nas questões de transparência.

Procedimentos metodológicos: a pesquisa de fontes e a pesquisa de campo

O procedimento de pesquisa de fontes começou com a consulta a obras de referência relativas à construção do quadro teórico conceitual. Também foram consultados documentos, legislações, estatutos, regimentos internos, edições do *Diário Oficial*, boletins administrativos e instrumentos técnicos que pudessem ser caracterizados como de gestão de documentos.

Para o estudo do campo empírico, recorreu-se à pesquisa de fontes na área do conhecimento da História e da Geografia, de maneira a coletar obras de referência para compreender a formação e as características do município de Duque de Caxias como integrante da região da Baixada Fluminense.

A pesquisa de campo foi composta da coleta de dados na base de dados do Conselho Nacional de Arquivos, para verificar a existência de instituição arquivística municipal oficialmente constituída no município de Duque de Caxias, e da coleta de dados no campo empírico, visando à configuração da estrutura do Poder Executivo Municipal – para, a partir dela, identificar, mapear e elaborar o diagnóstico dos serviços arquivísticos existentes. Dentre os procedimentos realizados estão: consultas a sítios eletrônicos, visitas presenciais, contatos telefônicos, troca de mensagens de correio eletrônico e aplicação presencial de questionário.

O questionário elaborado para a coleta de dados sobre os serviços arquivísticos foi aplicado aos seus chefes administrativos, e se configurou como a “Proposta de diagnóstico para identificação da situação dos serviços arquivísticos municipais”.

Essa proposta de diagnóstico e o seu manual de aplicação estão apresentados em Carvalho (2015, pp. 130-148). Ela foi estruturada em três eixos temáticos: características do serviço arquivístico (com foco na sua estrutura e atribuições), procedimentos de gestão de documentos desenvolvidos e características do acervo arquivístico.

Para a análise dos dados coletados, utilizou-se o método comparativo, de maneira a identificar e analisar as semelhanças e diferenças existentes entre as características dos serviços arquivísticos e dos procedimentos de gestão de documentos por eles realizados.

O diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias

O Poder Executivo Municipal de Duque de Caxias é composto de 20 órgãos: 18 pertencentes à administração direta e dois à administração indireta, conforme apresentado na Figura 1.

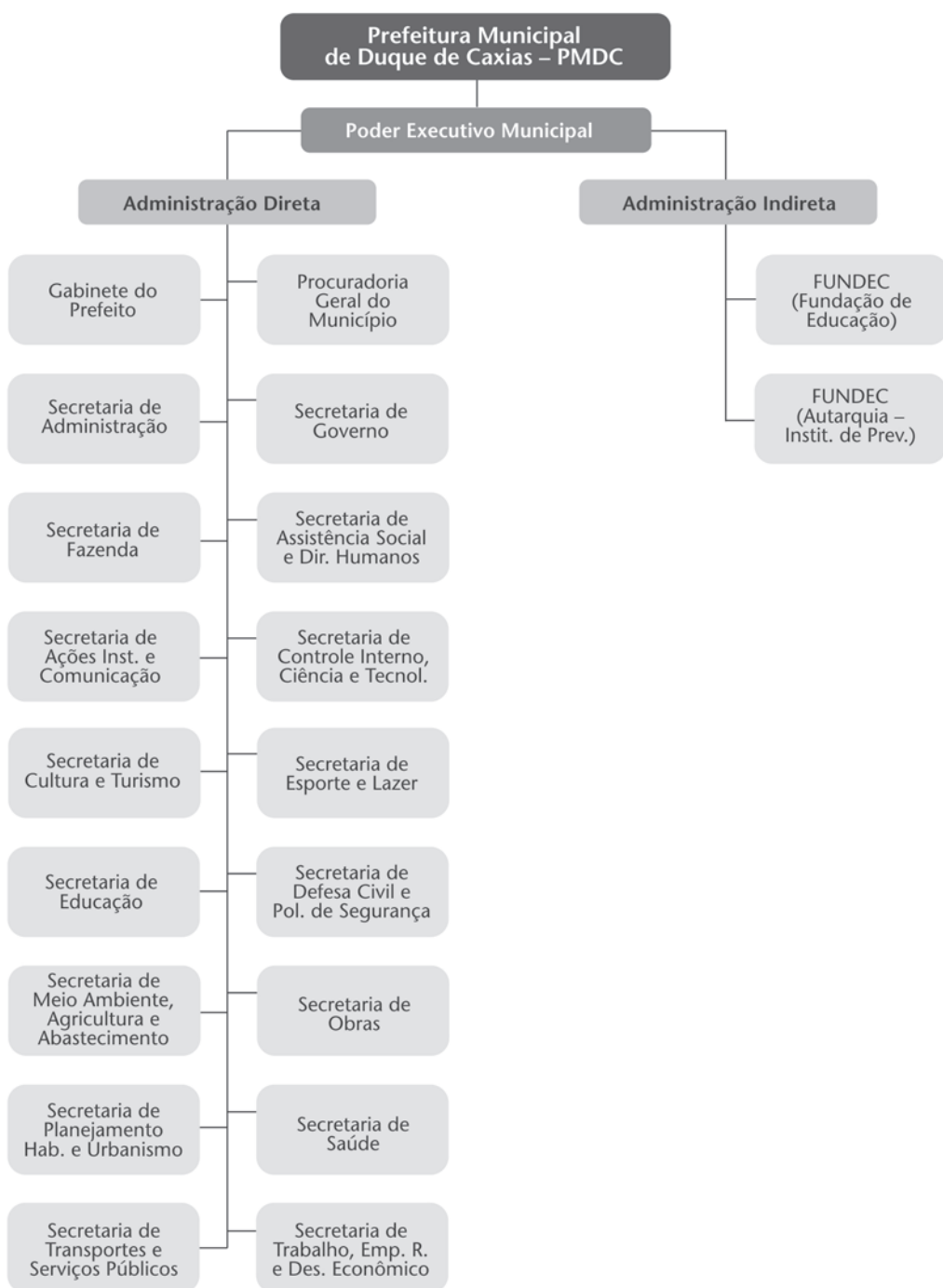
Trata-se de uma estrutura de administração pública municipal complexa, responsável pelo funcionamento dos serviços públicos nos quatro distritos do município, sendo que 90% dos órgãos pertencem à administração direta e 10% à administração indireta. Esse quadro reflete as características da administração pública brasileira, pois, apesar da necessidade de descentralização administrativa, disposta na Constituição Federal de 1988, verifica-se que a maioria dos serviços públicos continua a ser prestada pelos órgãos da administração direta, de modo centralizado.

Os dois órgãos da administração indireta estão configurados como uma Fundação e uma Autarquia: a Fundação de Apoio à Escola Técnica, Ciência, Tecnologia, Lazer, Cultura e Políticas Sociais de Duque de Caxias (FUNDEC); e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Duque de Caxias (IPMDC).

Nesse universo, foram identificados 28 serviços arquivísticos, sendo 16 Unidades de Protocolo e/ou servidores protocolistas (57% do total), sete Unidades de Arquivo (25% do total) e cinco Unidades de Protocolo e Arquivo (com os dois serviços integrados, representando 18% do total), como apresentado no Quadro 2.

A partir da adoção do critério de amostragem mínima de 30% e de se ter a estrutura organizacional mais desenvolvida, delimitou-se a aplicação do questionário em dez serviços arquivísticos – o que representa, aproximadamente, a amostragem de 35,7% do total identificado. São eles: Arquivo Geral (Secretaria de Administração); Protocolo Geral (ou Central, da Secretaria de Administração); Unidade de Protocolo e Arquivo da PGM; Unidade de Protocolo da Secretaria de Fazenda; Unidade de Arquivo da Secretaria de Fazenda; Unidade de Arquivo da Secretaria de Governo; Unidade de Arquivo da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos; Unidade de Protocolo e Arquivo da FUNDEC; Unidade de Protocolo do IPMDC; e Unidade de Arquivo do IPMDC.

Figura 1 – Estrutura do Poder Executivo do município de Duque de Caxias.



Fonte: Carvalho (2015, p. 92).

Quadro 2 – Serviços arquivísticos dos órgãos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias.

Órgão municipal	Serviços arquivísticos existentes
Gabinete do Prefeito	Servidor Protocolista
Procuradoria Geral do Município	Unidade de Protocolo e Arquivo (integradas)
Secretaria de Administração	Protocolo Geral, Protocolo da Sede, Arquivo Geral
Secretaria de Governo	Servidor Protocolista, Arquivo da Sec. de Governo
Secretaria de Fazenda	Unidade de Protocolo, Arquivo da Sec. de Fazenda
Secretaria de Assist. Social e Direitos Humanos	Servidor Protocolista, Arquivo da Secretaria
Secretaria de Ações Institucionais e Comunicação	Servidor Protocolista
Secretaria de Controle Interno, Ciência e Tec.	Servidor Protocolista
Secretaria de Cultura e Turismo	Servidor Protocolista
Secretaria de Esporte e Lazer	Servidor Protocolista
Secretaria de Educação	Unidade de Protocolo, Arquivo da Secretaria
Secretaria de Defesa Civil e Políticas de Segurança	Servidor Protocolista
Secretaria de Meio Ambiente, Agric. e Abastecim.	Unidade de Protocolo e Arquivo (integradas)
Secretaria de Obras	Unidade de Protocolo, Arquivo da Secretaria
Secretaria de Planejamento, Habit. e Urbanismo	Servidor Protocolista
Secretaria de Saúde	Unidade de Protocolo e Arquivo (integradas)
Secretaria de Transportes e Serviços Públicos	Servidor Protocolista
Secretaria de Trab. Emprego e Renda e Des. Econ.	Unidade de Protocolo e Arquivo (integradas).
FUNDEC	Unidade de Protocolo e Arquivo (integradas)
IPMDC	Unidade de Protocolo, Arquivo do IPMDC

Fonte: Carvalho (2015, p. 99).

- Características dos serviços arquivísticos:**

Dos serviços arquivísticos selecionados para estudo, 70% estão subordinados a órgãos da administração direta e 30% aos da administração indireta. São três Unidades de Protocolo, cinco Unidades de Arquivo e duas Unidades de Protocolo e Arquivo. Essas unidades administrativas subordinam-se a órgãos das seguintes áreas de atuação da administração pública municipal: Administração, Assessoria Jurídica, Finanças, Gestão de Governo, Assistência Social, Educação Profissionalizante e Previdência.

Vale destacar a inexistência de regimentos ou estatutos em todos os serviços arquivísticos, característica que pode comprometer em algum nível a delimitação das suas atribuições legais.

Foi impossível identificar a posição hierárquica dos serviços arquivísticos estudados na estrutura dos órgãos do Poder Executivo Municipal. No mês de julho de 2015, devido à necessidade de atendimento às questões de transparência administrativa, os órgãos municipais passaram a disponibilizar, no sítio eletrônico da Prefeitura de Duque de Caxias, a relação das suas unidades administrativas integrantes e suas competências, porém, sem a devida representação das suas estruturas administrativas, por meio de organograma.

Apresenta-se, de modo resumido, no Quadro 3, o entendimento sobre as competências dos dois maiores serviços arquivísticos identificados no Poder Executivo Municipal: o Arquivo Geral e o Protocolo Geral.

Quadro 3 – Competências dos dois maiores serviços arquivísticos analisados.

Serviços arquivísticos	Funções ou competências
Arquivo Geral	Custódia, arquivamento, desarquivamento, empréstimo e organização dos processos e demais documentos produzidos pelos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal.
Protocolo Geral (ou DCA – Divisão de Comunicação Administrativa)	Autuação de processos; recebimento de documentos para juntada aos processos administrativos relativos às atividades gerais dos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal; tramitação; solicitação de desarquivamento de processos e disponibilização dos mesmos para consulta dos cidadãos requisitantes.

Fonte: Elaboração própria.

A maior estrutura de serviço arquivístico é a do Arquivo Geral do município, que possui a maior área destinada ao armazenamento de documentos, pois se caracteriza como o Arquivo Permanente dos órgãos da administração direta do Poder Executivo Municipal. As Unidades de Protocolo também possuem locais para armazenamento temporário de documentos, até a tramitação e distribuição dos mesmos às unidades administrativas correspondentes. Os dez serviços arquivísticos analisados estão instalados em imóveis próprios da prefeitura de Duque de Caxias.

Inexiste, atualmente, local específico para atendimento aos consulentes nos serviços arquivísticos estudados. Quando é necessário disponibilizar o acesso aos cidadãos e funcionários da prefeitura, ele é realizado no ambiente de trabalho dessas unidades administrativas.

Os recursos humanos disponíveis nos dez serviços arquivísticos contabilizam 34 funcionários. O Protocolo Geral e o Arquivo Geral do município são os que possuem a maior quantidade, com nove e seis funcionários, respectivamente.

Somente alguns funcionários de quatro serviços arquivísticos receberam treinamento de capacitação técnica, pelo menos uma vez, para exercerem suas funções: do Arquivo Geral, treinamento em organização de arquivos; do Protocolo Geral, da Unidade de Protocolo e Arquivo da PGM e da Unidade de Protocolo da Secretaria de Fazenda, treinamento em Atividades de Protocolo e Atendimento ao público. Esse quadro retrata a necessidade de maiores investimentos em capacitação, aperfeiçoamento e reciclagem dos funcionários.

As funções exercidas por esses funcionários são as de Chefe da unidade administrativa (responsável administrativo); Assessor Administrativo; Assistente Administrativo; Auxiliar Administrativo e Auxiliar de Serviços Gerais. Algumas dessas funções, em princípio, parecem ter atribuições similares.

Do conjunto formado pelos dez responsáveis administrativos pelos serviços arquivísticos, cinco têm nível superior e cinco, o nível médio, ou seja, 50% cada. As áreas de formação são: administração (2), psicologia (1), ciências contábeis (1), pedagogia (1).

Inexistem arquivistas e técnicos de arquivo exercendo funções nos serviços arquivísticos analisados; tais funções não são contempladas nos Planos de Cargos identificados no município. Trata-se de uma realidade que deve ser modificada, pois o investimento em recursos humanos especializados na área de arquivologia pode contribuir de maneira significativa para o desempenho dos serviços arquivísticos municipais.

Para evidenciar a utilização de recursos tecnológicos na realização das atividades dos serviços arquivísticos, considerou-se a existência de computadores, impressoras, terminais telefônicos, *scanners*, acesso às redes de internet e intranet, sistemas informatizados, e de *softwares* computacionais configurados isoladamente, como exibido no Quadro 4.

Quadro 4 – Recursos tecnológicos disponíveis nos serviços arquivísticos analisados.

Recursos tecnológicos	Quantidade
Computadores	16
Impressoras	10
Terminais telefônicos	15
Scanners	5
Sistemas informatizados de Protocolo e/ou Arquivo	3
<i>Softwares</i> configurados de modo isolado (local)	3

Fonte: Elaboração própria.

Com exceção de dois serviços arquivísticos, 20% do total analisado, os demais possuem pelo menos um computador e uma impressora para o desenvolvimento das suas atividades administrativas. Destacam-se, nesse contexto, o Protocolo Geral e a Unidade de Protocolo e Arquivo da PGM, que possuem três ou mais computadores e, no mínimo, duas impressoras.

Dois serviços arquivísticos não dispõem de computadores, e desempenham as suas competências de modo manual, mediante a utilização de fichas de controle, de requisição e de cadastro de documentos. Esse fato indica a necessidade de investimentos em recursos tecnológicos para essas unidades administrativas.

O Quadro 5 apresenta os sistemas informatizados de Protocolo utilizados pelos serviços arquivísticos estudados.

O SIPROD se configura como uma importante ferramenta para o desenvolvimento das atividades dos serviços arquivísticos, e deveria, mediante um estudo prévio, ser utilizado na totalidade dos serviços arquivísticos do Poder Executivo Municipal, visto que os três sistemas apresentados não interoperam.

Entre os *softwares* configurados em modo local, ou isoladamente, considerou-se a utilização de editores de textos, planilhas eletrônicas e gerenciadores de banco de dados. Desses, os mais utilizados são as planilhas eletrônicas (50%), em seguida, os editores de textos (32%) e os gerenciadores de banco de dados (18%).

Quadro 5 – Sistemas informatizados de Protocolo utilizados nos serviços arquivísticos.

Sistemas informatizados	Serviços arquivísticos que o utilizam	Plataforma intranet ou internet	Funcionalidades
SIPROD - Sistema de Informação de Processos e Documentos	Todos da administração direta	Intranet e internet	- Autuação, tramitação e arquivamento de processos, relatórios. - Acesso do cidadão via internet.
Sistema de Controle de Processos do IPMDC	Unidade de Protocolo, Unidade de Arquivo do IPMDC (adm. indireta)	Intranet	- Autuação, tramitação e arquivamento. - Sem acesso do cidadão via internet.
Sistema de Autuação de Processos e Documentos	Unidade de Protocolo e Arquivo da FUNDEC (adm. indireta)	Intranet	- Autuação e tramitação de processos. - Sem acesso do cidadão via internet.

Fonte: Elaboração própria.

● Procedimentos de gestão de documentos desenvolvidos:

A coleta de dados referentes aos procedimentos de gestão de documentos foi dividida em três temas: legislação (relativa às atividades desenvolvidas com os documentos), aplicável à totalidade dos serviços arquivísticos analisados; atividades de Protocolo, aplicável às Unidades de Protocolo e às Unidades de Protocolo e Arquivo; e atividades de Arquivo, aplicável às Unidades de Arquivo e às Unidades de Protocolo e Arquivo.

A identificação da legislação aplicável aos documentos e, conseqüentemente, às atividades dos serviços arquivísticos, foi um dos aspectos de dificuldade encontrado no desenvolvimento da pesquisa, em virtude da inexistência de uma Lei Municipal de Arquivos, ou de um conjunto de leis que se pudesse caracterizar como legislação arquivística.

Foram relacionados, no Quadro 6, a legislação e os atos administrativos coletados junto aos responsáveis administrativos pelos serviços arquivísticos analisados.

Quadro 6 – Legislação e atos administrativos relativos aos serviços arquivísticos.

Legislação e atos administrativos	Tema abordado
Decreto nº 5.624, de 19 de junho de 2009	Disciplina os procedimentos, trâmites e documentos necessários à abertura de processos administrativos de aquisição e de pagamento de bens e serviços.
Portaria SMA nº 1.328, de 14 de maio de 2013	Disciplina os procedimentos de numeração e rubrica das páginas dos processos administrativos.
Decreto nº 6.427, de 27 de junho de 2014	Altera artigos dos Decreto nº 5.624, de 2009.
Resolução SMA nº 4, de 12 de abril de 2014	Disciplina os procedimentos de distribuição, cumprimento de exigências, desarquivamento e arquivamento de processos.

Fonte: Elaboração própria.

A quantidade reduzida de legislação e de atos administrativos identificados alerta para a necessidade de se elaborar esses elementos e de disseminá-los nos órgãos municipais.

Observa-se, por outro lado, a preocupação da administração pública municipal em padronizar, por meio dos Decretos, os procedimentos e fluxogramas relativos aos processos de aquisição e pagamento, relacionados à necessidade de prestação de contas do município.

Realizou-se a coleta de dados sobre as atividades de Protocolo em cinco (50%) dos serviços arquivísticos selecionados para análise. No Quadro 7, são apresentados os procedimentos de Protocolo realizados pelos serviços arquivísticos.

Quadro 7 – Procedimentos de Protocolo desenvolvidos pelos serviços arquivísticos.

Procedimentos de Protocolo desenvolvidos	Meio utilizado
Autuação, registro e tramitação virtual dos processos e documentos	Sistemas informatizados de Protocolo
Separação e tramitação física dos processos e documentos	Serviço de malote e funcionários autorizados.

Fonte: Elaboração própria.

No tocante à existência de normas internas, mesmo que não oficiais, para a realização das suas atividades, elas estão presentes nos cinco serviços arquivísticos em análise. Foram identificados cartazes afixados nas instalações físicas dessas unidades administrativas que continham a sequência de procedimentos a serem efetuados na atuação e na tramitação de processos.

Compreende-se que os procedimentos relativos às atividades de Protocolo são realizados satisfatoriamente pelos serviços arquivísticos. Percebeu-se que existe um controle efetivo das ações, de modo a evitar o extravio documentos, identificar a sua localização e acessá-los com agilidade, quando necessário.

Como ressalva, o único procedimento que não é realizado é o da classificação dos documentos no ato da sua produção. Essa ação depende da elaboração de um plano de classificação de documentos e da inclusão dos seus códigos como funcionalidade dos sistemas informatizados de Protocolo existentes.

Considerou-se, para a coleta de dados relativos às atividades de Arquivo, o universo de sete (70%) dos serviços arquivísticos delimitados para estudo. Verificou-se que seis se configuram como Unidades de Arquivo setoriais (ou de Protocolo e Arquivo setoriais), e um deles tem a configuração de Arquivo Geral.

Da coleta de dados relativa à existência de programas e projetos arquivísticos, constatou-se que não existe a definição de um programa de gestão de documentos no âmbito do Poder Executivo Municipal, ou de projetos, no âmbito interno dos serviços arquivísticos. Excetuando-se os procedimentos desenvolvidos nas funções arquivísticas de classificação e avaliação, justamente os que fundamentam a gestão de documentos, e o de transferência,

identificou-se a prática de dez procedimentos de gestão de documentos nos serviços arquivísticos. O Quadro 8 apresenta os 12 procedimentos de gestão de documentos definidos como base para a coleta de dados e os seus percentuais de realização.

Quadro 8 – Procedimentos de gestão de documentos realizados.

Serviços arquivísticos (*) →	AG	PA-PGM	A-SF	A-SG	A-SASDH	PA-FUNDEC	A-IPMDC	Percentual de realização
Procedimentos ↓								
Tramitação	X	X	X	X		X		71,4%
Arquivamento e desarquivamento	X	X	X	X	X	X	X	100%
Organização	X	X	X	X	X	X	X	100%
Classificação (aplicação do PCD)								0%
Avaliação (aplicação da TTD)								0%
Seleção		X	X	X	X	X		71,4%
Transferência								0%
Recolhimento		X	X	X	X	X		71,4%
Eliminação		X	X			X		42,8%
Atendimento a consulta (empréstimo de documentos)	X	X	X	X	X	X	X	100%
Elaboração de normas internas e/ou manual de procedimentos	X	X						28,5%
Reprodução de documentos	X	X				X		42,8%

Fonte: Elaboração própria.

(*) Siglas atribuídas: AG = Arquivo Geral; PA-PGM = Unidade de Protocolo e Arquivo da PGM; A-SF = Unidade de Arquivo da Secretaria de Fazenda; A-SG = Unidade de Arquivo da Secretaria de Governo; A-SASDH = Unidade de Arquivo da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos; PA-FUNDEC = Unidade de Protocolo e Arquivo da FUNDEC; A-IPMDC = Unidade de Arquivo do IPMDC.

Os procedimentos realizados nos sete serviços arquivísticos são: arquivamento e desarquivamento, organização do acervo e atendimento a consulta (empréstimo de documentos). Esses dados equivalem a 25% do total dos procedimentos considerados, ou seja, 75% desses procedimentos ou são realizados parcialmente, ou não o são. Esse cenário aponta a necessidade de padronização e de investimentos no planejamento de um programa de gestão de documentos.

Os dois serviços arquivísticos que não efetuam o procedimento de tramitação são justamente os que não dispõem de recursos tecnológicos. Essas unidades administrativas executam procedimentos básicos de organização, arquivamento/desarquivamento e empréstimo de documentos.

A organização física do acervo dos serviços arquivísticos tem por base a separação dos documentos em função das suas espécies, e em todos eles são utilizados os métodos de arquivamento numérico simples e o numérico cronológico.

Destaca-se, nessa análise, a inexistência de plano de classificação e de tabela de temporalidade de documentos que embasem os procedimentos praticados pelos serviços arquivísticos.

Na ausência de tabela de temporalidade de documentos, os serviços arquivísticos executam os procedimentos de seleção (71,4% dos serviços arquivísticos), recolhimento (71,4% dos serviços arquivísticos) e eliminação (42,8% dos serviços arquivísticos), adotando como critério o prazo de retenção dos documentos nos seus arquivos.

Nos serviços arquivísticos integrantes dos órgãos da administração direta, os processos cujo trâmite foi encerrado ficam normalmente arquivados por um período de 120 dias antes de serem recolhidos ao Arquivo Geral, com a finalidade de atender a um possível pedido de desarquivamento por parte do interessado. Porém, foram identificadas situações em que o recolhimento dos processos é realizado após o final do período ou ano fiscal, isto é, no ano seguinte à data da sua produção, fato que comprova a carência de ações de normalização ou de padronização de procedimentos. Com relação aos serviços arquivísticos da administração indireta, considera-se, informalmente, o período fiscal de um ano para o recolhimento dos documentos.

Os ofícios, memorandos, comunicações internas e boletins administrativos ficam arquivados no próprio serviço arquivístico, e são eliminados em prazos diversos, de um, dois ou três anos, em 42,8% dos serviços arquivísticos. Os outros 57,2% dos serviços arquivísticos não eliminam documentos, mantendo-os arquivados por prazo indeterminado. Esses dados reforçam a necessidade da adoção de critérios para a retenção e eliminação de documentos.

O acesso do público externo (cidadão municipal) aos documentos tem como maior demanda a consulta aos processos, com a finalidade de comprovação de direitos e de negociação de dívidas. Essa demanda representa, aproximadamente, 85% das solicitações de acesso. Em seguida está a consulta a dossiês de funcionários, com 10%; e a consulta a prontuários de pacientes, com 5%. O acesso é disponibilizado, na maioria das situações, por meio das Unidades de Protocolo, a partir de rotinas administrativas diferentes. Os procedimentos e as condições desse acesso precisam ser padronizados e melhorados.

Verifica-se que, diferentemente das atividades de Protocolo, as atividades de Arquivo precisam ser aprimoradas. Os procedimentos relacionados à classificação e à avaliação devem ser implantados, para que a gestão de documentos possa vir a ser efetivada nos órgãos do Poder Executivo Municipal. Essas ações servirão para evitar a guarda e a eliminação de documentos sem os critérios e prazos adequados.

● **Características do acervo arquivístico:**

Realizou-se a coleta de dados referentes às características do acervo no âmbito dos dez serviços arquivísticos analisados.

A análise do ciclo de vida dos documentos e da configuração administrativa dos serviços arquivísticos indicou que: 30% dos serviços arquivísticos atuam na fase corrente; 50% dos serviços arquivísticos atuam no que vem a se constituir como arquivos permanentes; e 20% dessas unidades administrativas, por possuírem características híbridas de Protocolo e Arquivo, desempenham suas funções em todas as fases do ciclo de vida dos documentos.

O Quadro 9 retrata os dados relativos à mensuração e às datas-limite dos acervos existentes.

Quadro 9 – Mensuração e datas-limite dos acervos.

Serviços arquivísticos	Mensuração aproximada do acervo (metros lineares)	Datas-limite do acervo
Arquivo Geral	1212	2006-2015
Protocolo Geral	8	2015-2015
Unidade de Protocolo e Arquivo da PGM	20	2013-2015
Unidade de Protocolo da Secretaria de Fazenda	6	2015-2015
Unidade de Arquivo da Secretaria de Fazenda	34	2010-2015
Unidade de Arquivo da Secretaria de Governo	52	1996-2013
Unidade de Arquivo da Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos	28	2011-2015
Unidade de Protocolo e Arquivo da FUNDEC	30	2005-2015
Unidade de Protocolo do IPMDC	10	2015-2015
Unidade de Arquivo do IPMDC	180	1987-2015

Fonte: Elaboração própria.

No tocante ao estágio de organização dos acervos existentes, os dez responsáveis administrativos pelos serviços arquivísticos afirmaram que eles estão organizados parcialmente. Em 40% dessas unidades administrativas existe massa documental acumulada, que precisa ser analisada e organizada.

O gênero textual caracteriza, praticamente, a totalidade do acervo, assim como os suportes são os convencionais. As espécies documentais identificadas são: processos, ofícios, memorandos, circulares ou comunicações internas, relatórios, fichas funcionais, dossiês de funcionários, dossiês de alunos, prontuários de pacientes, boletins administrativos e certidões diversas. Dessas, os processos são a espécie que existe em maior quantidade, e seu percentual representa, em média, de 80% a 90% da totalidade dos acervos.

Os tipos de documentos produzidos em maior quantidade são: Processos de Isenção de IPTU, Processos de Aposentadoria, Processos de Aquisição de Bens e Serviços, Processos de Pagamento de Serviços e Processos de Licitação.

Durante a realização da pesquisa, constatou-se que cerca de doze anos atrás, devido à carência de espaço físico para o armazenamento dos documentos produzidos pelo Poder Executivo Municipal, a Prefeitura de Duque de Caxias contratou serviço terceirizado de

guarda de documentos. Os documentos com data de produção anterior a 2006, e que estavam arquivados no Arquivo Geral do município, passaram a ser custodiados pela empresa vencedora da licitação, e assim permanecem atualmente.

Os documentos constitutivos do município e outros considerados de valor histórico estão sob custódia da Câmara Municipal de Duque de Caxias, órgão representante do Poder Legislativo Municipal, na sua Diretoria de Instituto Histórico.

A coleta de dados relacionados aos procedimentos de preservação do acervo foi efetivada com base no controle de acesso ao local de guarda dos documentos e nas suas condições ambientais. Em todos os serviços arquivísticos, o acesso ao local de armazenamento dos documentos é restrito aos seus funcionários. O Quadro 10 apresenta um panorama geral sobre as ações desenvolvidas no sentido de controlar as condições ambientais nos locais de guarda dos documentos.

Quadro 10 – Ações de controle das condições ambientais da área de guarda do acervo.

Ações realizadas	Percentual de realização
Higienização dos documentos e das suas unidades de arquivamento	30%
Limpeza periódica do local de guarda	60%
Procedimento de prevenção e combate a insetos, roedores e micro-organismos	20%

Fonte: Elaboração própria.

De modo geral, as condições de acondicionamento e de armazenamento dos documentos são boas. Não foram identificados documentos ou unidades de arquivamento manchados por umidade. Contudo, compreende-se que as ações de preservação básicas, relativas à higienização das unidades de arquivamento e à limpeza do local de guarda do acervo, necessitam ser ampliadas.

A preservação dos dados dos sistemas e *softwares* configurados na rede *intranet*, na *internet* ou em modo local, por meio de procedimentos de *backup*, é praticada apenas em 40% dos serviços arquivísticos. Isso representa risco para a integridade dos dados referentes aos documentos. Rotinas de *backup* de dados devem ser definidas e praticadas.

Recomendações ao Poder Público Municipal de Duque de Caxias

A partir do diagnóstico realizado, são apresentadas, a seguir, algumas recomendações ao Poder Público Municipal de Duque de Caxias, de modo que os procedimentos de gestão de documentos possam ser implantados e/ou desenvolvidos:

- Criação de uma instituição arquivística na estrutura do Poder Executivo Municipal, de acordo com as diretrizes apresentadas pelo CONARQ (2014), que passe a ser responsável, dentre outras, pelas seguintes ações:

1. Definição e coordenação da política municipal de arquivos; elaboração de uma Lei Municipal de Arquivos, que poderá servir para fundamentar a gestão de documentos;
 2. Definição de uma comissão interdisciplinar, formada por especialistas, funcionários dos serviços arquivísticos e responsáveis administrativos dos órgãos do Poder Executivo Municipal. Seu objetivo será o planejamento de um programa de gestão de documentos que contemple a normalização de procedimentos (por meio da elaboração de um manual básico contendo um conjunto de boas práticas de arquivo), do plano de classificação e da tabela de temporalidade de documentos dos órgãos municipais;
 3. Articulação com os serviços arquivísticos, visando a proporcionar a capacitação técnica dos recursos humanos e cooperação técnica;
 4. Custódia, manutenção e recolhimento dos documentos avaliados como possuidores de valor secundário, probatório, histórico, cultural; e autorização para a eliminação de documentos destituídos de valor para a administração pública municipal;
 5. Disponibilização do acesso do cidadão ao acervo arquivístico sob sua custódia.
- Enquanto a criação dessa instituição arquivística não se viabiliza, em virtude da escassez de recursos e da falta de infraestrutura, a Prefeitura pode investir na reestruturação do Arquivo Geral, de modo a melhorar suas instalações físicas, os seus recursos materiais e tecnológicos, assim como capacitar os recursos humanos existentes, e estudar a possibilidade de contratação de arquivistas e técnicos de arquivo.

Dessa maneira, o Arquivo Geral do município poderá vir a desenvolver parte das ações elencadas anteriormente para uma instituição arquivística, principalmente as relativas à elaboração do manual de procedimentos básicos de gestão de documentos, do plano de classificação e da tabela de temporalidade, e, assim, se configurar como o serviço arquivístico normalizador dos procedimentos arquivísticos do Poder Executivo Municipal.

- Institucionalização de pelo menos uma Unidade de Arquivo Setorial em cada órgão do Poder Executivo, de modo a se configurar como o seu Arquivo Corrente e Intermediário.
- Definição da posição hierárquica dos serviços arquivísticos na estrutura dos órgãos aos quais estão subordinados, assim como das suas competências.
- Reavaliar a necessidade de manter ativo o contrato com a empresa prestadora do serviço de guarda terceirizada de documentos, desde que se reestruture o Arquivo Geral para ser capaz de custodiar e gerenciar a totalidade do acervo arquivístico de sua competência.

Em relação ao aspecto normativo do tema, com base na Constituição Federal de 1988 e na Lei nº 8.159, de 1991, o CONARQ (1997), por intermédio da sua Resolução nº 6, de 15 de maio de 1997, no artigo 2º, orienta o Poder Público no sentido de que “a guarda dos documentos públicos é exclusiva dos órgãos e entidades do Poder Público, visando a garantir o acesso e a democratização da informação, sem ônus para a Administração e para o cidadão”. Entende-se, portanto, que todas as instâncias do Poder Público devem evitar a contratação de serviço privado de guarda de documentos.

Considerações finais

A teoria e os procedimentos técnicos da arquivologia serviram de base para esta pesquisa, que buscou analisar as características dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias e os procedimentos de gestão de documentos desenvolvidos, de maneira a identificar o cenário em questão e servir de fonte para melhorias.

A importância da gestão de documentos para a realização das atividades da administração pública e sua definição como função do Poder Público fundamentaram a construção do trabalho. Compreende-se que a coordenação da tríade de ações de gerenciar, preservar e acessar os documentos e arquivos deva nortear a implantação dos programas de gestão de documentos na administração pública. Se considerarmos uma agenda mínima de mudanças do Estado – necessárias, sobretudo, às esferas de poder estadual e municipal –, a adoção de programas de gestão de documentos deve ocupar posição prioritária.

Constatou-se que os serviços arquivísticos, especialmente as Unidades de Arquivo, têm variadas limitações que dificultam o desenvolvimento das suas atividades. Essas limitações são de caráter técnico, representado pela inexistência de profissionais especialistas, dos recursos tecnológicos necessários, de instrumentos técnicos de gestão de documentos; e de caráter político-organizacional, como a indefinição da sua posição hierárquica na estrutura dos órgãos aos quais são subordinados, e, conseqüentemente, de regimentos e estatutos, e baixa representatividade política.

A ausência de instituição arquivística (ou de órgão equivalente) na estrutura do Poder Executivo Municipal de Duque de Caxias é uma característica comum entre os municípios brasileiros. Esse fato pode comprometer o desenvolvimento dos procedimentos de gestão de documentos nos órgãos municipais, principalmente em relação à sua padronização e à preservação dos documentos de valor secundário, probatório ou histórico.

Do mesmo modo, caso esse órgão venha a atuar isoladamente, não alcançará resultados satisfatórios. É necessário que ele esteja articulado com os serviços arquivísticos municipais. Esse requisito pode ser operacionalizado por intermédio de uma “Rede Municipal de Arquivos”, na qual a instituição arquivística se configure como o órgão normalizador das atividades inerentes aos documentos e arquivos.

O diagnóstico realizado pode servir de fonte para o avanço do município em relação à reestruturação dos seus serviços arquivísticos e ao tratamento dos seus arquivos, por meio da adoção de programas de gestão de documentos – os quais podem se configurar como importantes instrumentos para o acesso do cidadão à informação pública e, consequentemente, para concretizar as ações de transparência do município.

A gestão de documentos é reconhecida amplamente, na literatura nacional e internacional, como elemento-central para a implantação dos mecanismos de acesso à informação. Considera-se, nesse contexto, a necessidade de se estabelecer a coordenação entre os serviços arquivísticos, e entre estes e os Serviços de Informação aos Cidadãos (SICs).

Nos municípios do Brasil, a transformação de uma realidade desfavorável à gestão de documentos e aos arquivos exige esforços em conjunto. Portanto, cabem aos representantes dos governos municipais o planejamento e a viabilização de programas e projetos de melhorias; aos funcionários municipais, cabe a execução adequada desses mecanismos; aos cidadãos locais, exigir a prestação de serviços públicos eficientes; aos pesquisadores, desenvolver trabalhos acadêmicos sobre o tema, com vistas à possível utilização dos seus resultados na realidade social.

A discussão não se encerra com este trabalho, que abre a possibilidade de novas pesquisas, balizadas em perspectivas diferentes, de modo a ampliar o diagnóstico para o âmbito do Poder Legislativo Municipal, representado pela Câmara Municipal de Duque de Caxias, e para a totalidade dos órgãos municipais.

Espera-se, dessa maneira, ter contribuído para o estudo dos diagnósticos, dos serviços arquivísticos e da gestão de documentos, assim como para a sua utilização pela administração municipal de Duque de Caxias, por outros municípios do Estado do Rio de Janeiro e do país.

Notas

¹ A Baixada Fluminense é formada por 13 municípios: Belford-Roxo, Duque de Caxias, Guapimirim, Itaguaí, Japeri, Magé, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu, Paracambi, Queimados, São João de Meriti e Seropédica (IBGE, 2014b).

² Obteve-se acesso, em agosto de 2014, aos resultados parciais da “Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil”, realizada pela Coordenação de Apoio ao Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ). Constatou-se que o Estado do Rio de Janeiro possui, somente, duas

instituições arquivísticas institucionalizadas nos seus municípios: o Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), na capital do estado; e o Arquivo Público Municipal Waldir Pinto de Carvalho (APM), no município de Campos dos Goytacazes.

³ A análise do contexto arquivístico visa conhecer as características de como os documentos são produzidos, utilizados e administrados. Thomassom (2006, p. 10-11) apresenta a noção de contexto arquivístico e afirma que ela engloba o contexto de proveniência, o contexto administrativo e o contexto de uso dos documentos na instituição.

Referências Bibliográficas

BRASIL. **CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**. Brasília, DF: Senado, 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 19 nov. 2015.

_____. **LEI Nº 8.159, DE 08 DE JANEIRO DE 1991. Dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados e dá outras providências**. Brasília, DF, 1991. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8159.htm>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CARVALHO, L. P. **Diagnóstico dos serviços arquivísticos do Poder Executivo do município de Duque de Caxias**. Trabalho de Conclusão de Curso (Mestrado Profissional em Gestão de Documentos e Arquivos), modalidade Produto Técnico-Científico. Programa de Pós-Graduação em Gestão de Documentos e Arquivos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – PPGARQ-UNIRIO, Rio de Janeiro, RJ, 2015, 170 p. Disponível em: <<http://www.unirio.br/ppgarq/tccs/turma-2013/diagnostico-dos-servicos-arquivisticos-do-poder-executivo-do-municipio-de-duque-de-caxias/view>>. Acesso em: 19 nov. 2015.

CONARQ – Conselho Nacional de Arquivos. “Criação e desenvolvimento de arquivos públicos municipais: transparência e acesso à informação para o exercício da cidadania”. In: **Conselho Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2014. Disponível em: <<http://www.conarqarquivosmunicipais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm>>. Acesso em: 10 set. 2015.

_____. “Pesquisa do CONARQ para conhecer a realidade dos Arquivos Públicos Estaduais e Municipais do Brasil (folder)”. In: **Conselho Nacional de Arquivos**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2008. Disponível em: <http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/media/pesquisa/folder_da_pesquisa_conarq.pdf>. Acesso em: 29 set. 2015.

_____. **RESOLUÇÃO Nº 6, DE 15 DE MAIO DE 1997**. Dispõe sobre a terceirização de serviços arquivísticos públicos. CONARQ - Arquivo Nacional: **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, edição nº 97, de 23 de maio de 1997, seção 1. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=57&sid=46>>. Acesso em: 20 mai. 2015.

FONSECA, M. O. K. **Direito à informação: acesso aos arquivos públicos municipais**. Rio de Janeiro, 1996. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ciência da Informação). Universidade Federal do Rio de Janeiro - Escola de Comunicação, RJ, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **CENSO DEMOGRÁFICO 2010**. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/contagem2007/default.shtm>>. Acesso em: 20 out. 2015.

_____. **Cidades@** - [Ferramenta para se obter informações sobre todos os municípios do Brasil, num mesmo lugar]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014a. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em: 31 out. 2015.

_____. **Estados@** - [Ferramenta para se obter informações sobre as Unidades da Federação do Brasil]. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2014b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?lang=&sigla=rj>>. Acesso em: 15 out. 2015.

_____. **Produto Interno Bruto dos Municípios 2010**. Contas Nacionais, nº 39, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, 2010b. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Pib_Municipios/2010/pibmunic2010.pdf>. Acesso em: 20 out. 2015.

JARDIM, J. M. **Transparência e Opacidade do Estado no Brasil**. Niterói: EDUFF, 1999.

LOPES, Luís Carlos. **A nova arquivística na modernização administrativa**. Rio de Janeiro: Papéis e Sistemas, 2000.

MATIAS-PEREIRA, José. **Curso de Administração Pública: foco nas instituições e ações governamentais**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2009.

MPF – MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. **Ranking estadual da transparência (Estado do Rio de Janeiro)**. Rio de Janeiro: Ministério Público Federal – Procuradoria da República no Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: <<http://www.prrj.mpf.mp.br/sala-de-imprensa/eventos-e-audiencias/documentos-relacionados-as-audiencias/ranking-estadual-de-transparencia>>. Acesso em: 28 out. 2015.

PREFEITURA DE DUQUE DE CAXIAS. **Portal da Prefeitura de Duque de Caxias**. Prefeitura de Duque de Caxias: Duque de Caxias, 2015. Disponível em:

<http://www.duquedecaxias.rj.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=40&Itemid=175>. Acesso em 10 out. 2015.

SOUSA, R. T. B. **As bases do processo classificatório na Arquivística**: um debate metodológico. São Paulo: Associação dos Arquivistas de São Paulo, 2002.

THOMASSEM, Theo. “Uma primeira introdução à arquivologia”. In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v. 5, n. 1, p. 5-16, 2006.

Recebido em 08/12/2015

Aprovado em 15/01/2016



Arquivo e Escola: buscando ações extensionistas como possibilidade de aproximação

Extension activities with the potential for approximating archives and schools

Priscila Ribeiro Gomes

Bacharel em Arquivologia e Mestre em Educação pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Especialista em planejamento, implementação e gestão em Educação à Distância pela Universidade Federal Fluminense (UFF), Doutora em Educação pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e Professora adjunta do Departamento de Estudos e Processos Arquivísticos da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
pri.unirio@yahoo.com.br

Magno Vinicius da Silva Monteiro

Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO).
magno.arquivista@gmail.com

RESUMO: Fruto de um projeto de extensão, o presente artigo pretende apresentar algumas das possibilidades e dos benefícios do uso da educação patrimonial na aproximação arquivo-escola, seja para os arquivos, na sua atividade de difusão, seja para as escolas, na melhoria dos processos de aprendizagem, ou, ainda, para a sociedade, pela busca de cidadãos capacitados intelectualmente, com conhecimento de causa, para lutarem por seus direitos e saberem cumprir seus deveres. Usou-se como campo de pesquisa o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ, em especial o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), nele situado. Procura-se, ainda, demonstrar a importância do patrimônio, sobretudo o documental, e da memória na manutenção da identidade da sociedade, mostrando os arquivos escolares como parte integrante dos mantenedores deste patrimônio. Também, tendo como exemplo o trabalho do CMEB, ilustrar a aplicabilidade da parceria arquivo-escola, com o resgate da história de uma instituição da envergadura do ISERJ.

Palavras-chave: Educação Patrimonial; patrimônio; memória; cidadania.

ABSTRACT: *This article, resulting from an extension project, describes both the use of heritage education in bringing archives and schools closer and some of the opportunities and benefits, for the archives in their information diffusion activities, for schools in improving learning processes and also for society as a whole in the endeavour to produce citizens who are informed and intellectually capacitated to assert their rights and fulfil their duties. The field of study was the Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), especially its Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB). Also intended to demonstrate the importance of – particularly documentary – heritage and memory in maintaining identity in society, it reveals school archives to be an integral part of the underpinning of that heritage. It takes the work of the CMEB as its example and as an illustration that archive-school partnering is applicable to retrieving the history of an institution as important as the ISERJ.*

Keywords: *Heritage Education; Heritage; Memory; Citizenship.*

Introdução

Este trabalho é fruto de discussões surgidas no grupo de estudos Arquivo, Escola e Educação Patrimonial (AEEP), inserido na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, que busca, por meio de ações extensionistas, analisar o uso dos Arquivos, como patrimônio cultural, nos processos educacionais, dentro e fora da sala de aula, bem como identificar a contribuição do tema para os processos de ensino e aprendizagem.

As discussões realizadas nos encontros do grupo nos permitem entender um pouco mais as causas do distanciamento dos arquivos em relação às escolas, pois, no que tange aos museus e às bibliotecas, há um encurtamento dessa distância; já no que concerne à frequência de alunos e professores recorrendo aos arquivos como instrumento de aprendizado, parece haver uma lacuna espacial. A falta de visibilidade dos arquivos para a sociedade é registrada em algumas publicações da área arquivística, como, por exemplo, apontado por Bellotto:

Os arquivos públicos existem com a função precípua de recolher, custodiar, preservar e organizar fundos documentais originados na área governamental, transferindo-lhes informações de modo a servir ao administrador, ao cidadão e ao historiador. Mas, para além dessa competência, que justifica e alimenta sua criação e seu desenvolvimento, cumpre-lhe ainda uma atividade que, embora secundária, é a que melhor pode desenhar seus contornos sociais, dando-lhe projeção na comunidade, trazendo-lhe a necessária dimensão popular e cultural que reforça e mantém o seu objetivo primeiro. Trata-se de seus serviços editoriais, de difusão cultural e de assistência educativa (2006, p. 227).

Diante do exposto acima, surgem as questões: quais os motivos que levam a esse distanciamento? Teriam professores e arquivistas a real dimensão do potencial educacional dos arquivos? Pais e alunos reconhecem os arquivos como fonte de saber e cultura, ferramenta de apoio para o desenvolvimento sociocultural? De que maneira escolas e arquivos poderiam se unir para ajudar na formação de cidadãos?

As instituições arquivísticas públicas, e mesmo as próprias escolas públicas existentes na cidade do Rio de Janeiro, particularmente as escolas centenárias, possuem em seus acervos uma vasta documentação, de valor permanente e caráter histórico, mas parecem ainda muito distantes de cumprir uma de suas funções, a difusão de seu acervo. Mantenedoras de documentos que podem ajudar a entender o passado histórico da cidade, do estado e mesmo do país, pouco são consultadas por alunos e professores em suas demandas de pesquisa.

Assim, face ao exposto, este trabalho buscou identificar alguns aspectos presentes nas escolas e nas instituições arquivísticas que parecem contribuir para a manutenção desse quadro, bem como possíveis alternativas para uma mudança em que escola e arquivo se aproximem, contribuindo para a formação de indivíduos conscientes de sua história, seus direitos e seus deveres, auxiliares na manutenção do patrimônio histórico-cultural do país, tendo a informação como principal arma para essa mudança.

Dessa forma, buscamos refletir acerca dos possíveis benefícios advindos da aproximação escola-arquivo, no uso da educação patrimonial como instrumento para a formação de indivíduos mais conscientes dos seus direitos e deveres, capazes de fazer questionamentos e reivindicações, sabendo o que é ser um cidadão, e capazes também de ajudar a criar um país mais justo.

Visando a apontar possíveis causas para o distanciamento dos arquivos em relação aos processos de aprendizagem, identificamos algumas possibilidades de utilização dos arquivos, por alunos e professores, para uma melhoria do processo de aprendizagem, alertando para a importância da utilização da educação patrimonial para a formação de cidadãos capazes de reivindicar e exercer sua cidadania.

Foi delimitado como campo de estudo voltado para as ações extensionistas o Instituto Superior de Ensino do Rio de Janeiro (ISERJ), instituição de ensino centenária, mas que ainda necessita de muito trabalho para conseguir tornar acessível, por meio de seu patrimônio documental, a riqueza de sua memória.

Acreditamos que a grande variedade do acervo localizado no Centro de Memória, tendo em vista a longa existência do ISERJ (mais de 130 anos), poderá demonstrar o ponto que aqui procuramos revelar quanto à importância do arquivo escolar para a construção de um saber, não só acadêmico, mas também patrimonial, visando à viabilização do aumento do acesso aos acervos escolares sob a guarda da instituição, apontando-o como mais um caminho de aprendizado.

Esperamos com este trabalho estabelecer redes de diálogo, buscando (re)pensar o lugar da(s) memória(s) no contexto da produção dos saberes escolares, entendendo-a a partir de seus entrelaçamentos com a(s) cultura(s), sendo, portanto, parte constituinte do sujeito.

Nesse sentido, o arquivo aparece como mais uma ferramenta capaz de ampliar nossa reflexão acerca do que entendemos como educação patrimonial, que se dá por meio dos documentos, dos registros históricos que os constituem. Sabemos também que outros vieses atravessam a temática dos arquivos, como, por exemplo, a questão da política e do poder, mas procuramos, neste trabalho, outras possibilidades para se pensar o instituído, numa relação dialética, buscando mostrar o instituído por meio de um movimento de ressignificação, num exercício de rever que este não é linear, e que é possível puxar outros fios para se estabelecer um diálogo, que, neste caso, nos permita entender a contribuição deste nas práticas cotidianas na/da escola.

Na busca de relatos que pudessem complementar os dados encontrados na bibliografia coletada, este estudo se baseou em uma pesquisa de campo, procurando, por meio de conversas informais e observações livres, depoimentos de pessoas envolvidas em atividades educacionais nas quais esteja inserido o uso da educação patrimonial, bem como as razões do não uso desta em outros casos, além da análise de material bibliográfico e do próprio acervo encontrado no ISERJ.

Uma pesquisa puramente quantitativa nos pareceu inadequada, pois, observando Minayo e Sanches (1993), entendemos que esse tipo de pesquisa aponta para dados que merecem atenção por se mostrarem de maneira destacada, e deve ser utilizada para obter dados referentes a grandes grupos, onde seria praticamente impossível obtê-los individualmente; porém, pela quantificação desses dados, é possível fazer uma leitura, observando semelhanças e diferenças.

No entanto, uma pesquisa puramente qualitativa parece não contemplar todas as possibilidades de dados a serem abordados, pois, segundo Minayo (1994, p.22), a pesquisa qualitativa surge diante da impossibilidade de investigar e compreender, por meio de dados estatísticos, alguns fenômenos voltados para a percepção, a intuição e a subjetividade.

Portanto, utilizamos a abordagem quanti-qualitativa, buscando unir as características de ambos os métodos, que não se excluem; pelo contrário, se complementam, conforme Polit e Hungler (1995, p. 277), pois permitem a complementação entre palavras e números, as duas linguagens fundamentais da comunicação humana.

Os arquivos

Segundo a Associação de Arquivistas Brasileiros, “Arquivo é o conjunto de documentos que, independentemente da natureza ou do suporte, são reunidos por acumulação ao longo das atividades de pessoas físicas ou jurídicas, públicas ou privadas”.

A seguir, serão abordadas as funções dos arquivos em seus dois aspectos, o referente à própria instituição da qual o arquivo faz parte, colaborando com a gestão documental da instituição, facilitando o desenrolar das suas atividades (da mesma-cortar), e, no aspecto social, como local de preservação da memória, de guarda dos registros que possibilitam a compreensão de fatos ocorridos em determinada época, demonstrando a importância da instituição produtora destes registros para a sociedade.

Por não ser o foco principal desta pesquisa, a função institucional dos arquivos será abordada superficialmente, fato que não indica menor importância ou menor valor atribuídos a esta; pelo contrário, são funções complementares, que os arquivos precisam desempenhar de modo adequado para terem êxito em sua missão.

Institucionalmente, os arquivos devem atuar perante a alta administração, de início como setor de guarda da documentação; porém, esta função só será cumprida integralmente com a implantação da Gestão de Documentos, que, de acordo com o *Dicionário de Terminologia Arquivística*, do Conselho Internacional de Arquivos, “diz respeito a uma área da administração geral relacionada com a busca de economia e eficácia na produção, manutenção, uso e destinação final dos mesmos”.

Se a função institucional dos arquivos for desempenhada com sucesso, sua função social estará facilitada, pois os registros institucionais estarão preservados e acessíveis, como veremos a seguir.

A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, em seu Artigo 5º, garante a todo cidadão brasileiro:

o direito ao acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional, bem como o direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral.

E ainda define o patrimônio cultural brasileiro como:

[...] os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, incluindo as criações científicas, artísticas, tecnológicas, as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais.

O Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ), em sua Resolução nº 17, datada de 25 de julho de 2003, traduz a função social dos arquivos “na difusão de informações para o pleno exercício da cidadania e da pesquisa científica”.

Podemos verificar o valor dos arquivos na preservação do patrimônio e, conseqüentemente, da memória, importantíssimos para o desenvolvimento social, como alerta a tradução para o português acordada entre o Arquivo Nacional (Brasil) e o Arquivo Nacional da Torre do Tombo (Portugal) da Declaração Universal sobre os Arquivos, do Conselho Internacional de Arquivos:

Arquivos registram decisões, ações e memórias. **Arquivos são um patrimônio único e insubstituível transmitido de uma geração a outra.** Documentos de arquivo são geridos desde a criação para preservar seu valor e significado. Arquivos são fontes confiáveis de informação para ações administrativas responsáveis e transparentes. **Desempenham um papel essencial no desenvolvimento das sociedades ao contribuírem para a constituição e a salvaguarda da memória individual e coletiva.** O livre acesso aos arquivos enriquece o conhecimento sobre a sociedade humana, promove a democracia, protege os direitos dos cidadãos e aumenta a qualidade de vida (2010, grifo nosso).

Considerando o acima exposto, evidencia-se que a informação é um direito do cidadão, necessária para a busca por seus direitos e para a compreensão de seus deveres. Sendo os arquivos, bem como as bibliotecas, os museus, centros de documentação, entre outros, os responsáveis pela organização, guarda e acesso às informações, parece evidente a importância dos arquivos para a sociedade, para a consolidação de um Estado democrático de direito.

O aprendizado que pode ser obtido com o trabalho em documentos arquivísticos é grande, seja ele voltado para saberes linguísticos, históricos ou de cidadania, pois neles estão refletidas as práticas administrativas de uma instituição ou de um governo, e envolvem direitos e deveres de ambas as partes.

Falta à sociedade a compreensão do uso dos arquivos na formação do conhecimento; mas bibliotecas e museus são amplamente utilizados como fontes de pesquisa e aprendizado.

Desde pequenos ouvimos falar em bibliotecas e museus, principalmente nas escolas, onde recebemos parte de nossa formação como cidadãos, mas e os arquivos? Uma das atividades dos arquivos, a difusão, parece carecer de maior aprofundamento, podendo ser abordada de diversas formas. Para Mogarro (2006), a “difusão educativa nos arquivos permanentes compreende-se pelo reconhecimento da importância que os seus acervos têm, pelo poder da visibilidade que eles conferem aos acontecimentos do passado e aos fenômenos sociais”.

Entre tantas atividades de cunho cultural, os arquivos históricos podem oferecer à população: publicações, tanto de livros como de revistas e boletins, relativas à história regional, organização de eventos comemorativos, programas de rádio e televisão em torno de documentos importantes, aprimoramentos de circuitos turísticos nos sítios históricos, espetáculos de teatro e música em torno de temas de história local e exposições temáticas e bem planejadas de seus documentos em efemérides ou comemorações (BELLOTTO, 2002, p. 17).

A inserção dos arquivos nos assuntos cotidianos parece ser um caminho interessante. A aproximação entre os arquivos e a sociedade é fundamental para essa compreensão, mas como fazer essa aproximação? Nossos estudos têm apontado como possibilidade a educação patrimonial como uma ferramenta muito útil nessa tentativa de aproximação.

A educação patrimonial

Considerando a definição de Educação Patrimonial de Horta, Grünberg e Monteiro (1999), que é adotada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), segundo a qual a educação patrimonial é um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo, parece-me necessária, se não imprescindível, a aproximação escola-arquivo. Manter distantes duas instituições tão ricas como fontes de conhecimento, que podem ajudar de modo decisivo na formação de indivíduos capazes de exercer e reivindicar suas cidadanias, em nada contribuirá para o futuro.

Para Fratini (2009), criar mecanismos que viabilizem, e estreitem de fato, a relação entre patrimônio e sociedade é o papel da educação patrimonial, e talvez seja esse o grande desafio para arquivistas e educadores.

Sendo os arquivos fontes privilegiadas de saber, podem, por suas características, contribuir muito para o desenvolvimento da educação, que é um dos pilares para o desenvolvimento de um país e para a democratização da cultura, pois serão fontes de pesquisa no futuro, já que suas informações auxiliarão no entendimento sobre a memória da sociedade em um determinado período.

A literatura encontrada que trata do uso dos arquivos nos processos educacionais ainda se mostra bastante tímida, tendo em vista as possibilidades de utilização dos arquivos nesses processos, tanto no que diz respeito à necessidade de preservação dos arquivos escolares, que

são fundamentais para a melhoria dos currículos escolares e das metodologias utilizadas nas práticas de ensino, quanto atuando como fontes externas às escolas, às quais professores e alunos possam recorrer para atender às suas demandas. As instituições de ensino precisam enviar esforços para essa preservação, que viabilizará a possibilidade de acesso futuro a essas informações, contribuindo para o exercício da cidadania.

É importante ressaltar que essa preocupação tardia no tocante à importância dos arquivos como patrimônio se diferencia da realidade de outros países, principalmente os europeus. O Brasil despertou um pouco tarde para a percepção do Arquivo como patrimônio. Podemos ratificar o que foi dito se tomarmos como base a Constituição de 1946, como texto legal que apresenta o arquivo como patrimônio histórico. Como ressaltam Costa e Fraiz:

O texto constitucional de 46 foi o primeiro a considerar a documentação de valor histórico como um bem a ser protegido pelo poder público. Até então, pela Constituição de 37, o patrimônio histórico era constituído apenas de “monumentos históricos e naturais, assim como as paisagens e os locais particularmente dotados pela natureza” (1989, p. 69).

Assim, fomentar a produção desse tipo de literatura parece importante. Vários segmentos da sociedade podem ser beneficiados com a preservação dos arquivos escolares, com a maior interação de pesquisadores com esses arquivos e com a participação de instituições arquivísticas em atividades que incluam a educação patrimonial na difusão de seus acervos. Sociabilizar os arquivos, mostrar à sociedade a importância da preservação do patrimônio como um todo, com ênfase nos arquivos, onde estão inseridos os documentos, registros da história, tornando-se, portanto, um instrumento utilizado na recuperação da memória, que é fundamental para a formação da identidade social.

A aproximação de instituições de ensino e instituições arquivísticas pode representar um passo importantíssimo para a formação de cidadãos, escolas com sistemas de ensino melhores e instituições arquivísticas mais próximas da sociedade.

É preciso alertar para a importância dos arquivos como patrimônio e, portanto, para a necessidade de sua preservação, conforme Bellotto:

Ademais, o documento arquivístico de valor permanente é um bem cultural móvel e componente do patrimônio documental nacional. Como tal, tem direitos devidamente assegurados à sua integridade física e, assim como a outra modalidade de bens culturais móveis, recebe o amparo legal quanto a seu domicílio, guarda e proteção (2006, p.170).

Os arquivos, escolares ou não, podem e devem ser utilizados como instrumentos pedagógicos; professores e alunos devem recorrer a eles para a formulação de um processo de aprendizado mais dinâmico, rompendo a ideia de arquivos como locais de perpetuação do poder, observando-os como locais privilegiados de recursos informacionais, que possibilitam a produção de novos conhecimentos, enxergá-los por um novo prisma. Gomes (2010) busca redimensionar o arquivo como espaço de memória voltado para práticas educativas,

e para isso recorre à Martins (2008, p.8), que vislumbra os arquivos como um lugar onde a vinculação entre memória e educação parece ser algo comum, devido à capacidade intrínseca da memória como atributo cognitivo e a importância dela para a educabilidade do sujeito.

Utilizar o documento histórico como instrumento didático é recriar a experiência ligada à narrativa escrita, é uma contextualização dos documentos por meio de informações históricas sobre a sua produção. As diferentes assimilações (usos) dos documentos auxiliam a compreensão dos sentidos do passado recriados no presente. Enquanto a aula explica, o documento revitaliza a explicação por intermédio do encanto que promove. Constrói-se, desse modo, uma relação com o passado para além daquela que o condena a algo imutável e distante (FREIRE, 2008, p.44).

A aproximação escola-arquivo pode ter um papel fundamental na recuperação da identidade, da valorização dos bens culturais, pois o indivíduo que traz, desde a sua infância, a preocupação com os bens culturais de sua cidade, seu estado, seu país, parece ser um indivíduo mais consciente de seu passado e, portanto, mais capacitado a contribuir para a formação de um futuro melhor.

Os arquivos escolares

Foco principal desta pesquisa, as escolas também são instituições produtoras e mantenedoras de arquivos, nem sempre no sentido físico da palavra arquivo, como setor existente dentro da instituição, mas, sim, no sentido amplo, como o conjunto de documentos acumulados ao longo das atividades.

Os arquivos escolares fazem parte do patrimônio cultural; neles ficam os registros do cotidiano burocrático das escolas, conforme a produção documental estabelecida pela legislação, mas não somente esses registros podem ser encontrados; também outros tipos de documentos, como fotos, periódicos escolares, notícias sobre a instituição. Esses documentos são únicos dentro de cada instituição e refletem a produção do material cultural escolar, e podem, inclusive, ajudar a explicar a existência histórica da instituição, as relações entre as pessoas que a frequentaram, e dela própria com sua região.

[...] integrado à vida da escola, o arquivo pode fornecer-lhe elementos para a reflexão sobre o passado da instituição, das pessoas que a frequentaram ou frequentam, das práticas que nela se produziram e, mesmo, sobre as relações que estabeleceu e estabelece com seu entorno (VIDAL, 2005, p.24).

Os documentos oficiais podem ser produzidos com maior ou menor nível de consciência ou intencionalidade, registrando e constituindo a cultura material escolar de cada instituição, a qual, segundo Gonçalves (2008, *apud* MENEZES, 2005, p.4) “modela e é modelada pela cultura social”, testemunhando a vida institucional, a cultura e a memória, com todas as suas especificidades.

O arquivo escolar também tem a finalidade de servir à administração da escola para a qual ele foi criado. Com o objetivo de compreender melhor essa finalidade, Bonato afirma que:

O arquivo de uma escola tem por finalidade armazenar a documentação de interesse da escola que venha auxiliar a administração e o ensino, assim como permitir o levantamento de dados para pesquisa educacional e histórica da instituição e da comunidade na qual ela está inserida. [...]. Esse tipo de acervo arquivístico representa um patrimônio documental, que integra a memória da instituição escolar que o gera e é parte da memória educacional brasileira (2000, p.45).

Os arquivos escolares são fundamentais para a preservação da memória das escolas; são capazes de revelar registros de fatos que não serão encontrados em nenhum outro lugar. Os acervos escolares são fruto das atividades administrativas, pedagógicas ou quaisquer outras ocorridas dentro das escolas que tenham sido avaliadas como dignas de registro.

As informações constantes nos arquivos são de grande valia na formação de cidadãos, e o acesso a essas informações é direito de todos. A aproximação arquivo-escola é fundamental para que o indivíduo tenha o hábito de buscar nos arquivos as informações de que necessita. Cabe aos profissionais de arquivo e ao poder público a difusão dos acervos, tornando-os disponíveis e acessíveis, e cabe aos profissionais de educação se capacitarem para o uso desse tipo de recurso pedagógico.

O fato de o documento de arquivo apresentar essas características – ser prova ou evidência de uma ação e ser em grande parte escrito, pelo menos no que diz respeito a documentos de arquivos da administração pública – torna a sua exploração ainda mais interessante para atividades de ação educativa. É grande o aprendizado que se pode obter a partir de um trabalho com documentos de arquivo escritos, em termos de construção de saberes linguísticos, históricos e de cidadania, já que os documentos refletem a administração pública de uma cidade, estado ou país, e envolvem questões de direitos e deveres entre governo e cidadãos (FRATINI, 2009, p.6)

Para Medeiros (2003, p.6), “[...] a documentação escolar também possui valor histórico-cultural; tais documentos são fontes para a história da educação, manifestação ou representação da memória”. Isso demonstra a necessidade, por parte da administração, de gerar recursos para a preservação dessa memória. Infelizmente, não é isso que acontece na prática, como aponta Bonato.

A falta de recursos financeiros e materiais, e de mão de obra especializada para o trato da documentação, provocando o manuseio inadequado, vem aliar-se aos fatores relacionados. Fica evidente que a forma de preservação e conservação da documentação por parte das escolas pode constituir-se uma barreira no processo de pesquisar em seus arquivos (2005, p.210).

O arquivo escolar é especial por ter um papel de grande relevância nas instituições, uma vez que possibilitará a guarda do conhecimento desenvolvido no trabalho intelectual, bem como a preservação histórica do ensino. O desinteresse pela preservação de acervos escolares

e a falta do entendimento de seu uso como fonte para a pesquisa são uma preocupação para vários educadores, como Lüdke e André (1986, p.40), asseverando que “[...] geralmente as escolas não se preocupam em salvaguardar seus registros documentais”.

Ao negligenciarem a responsabilidade pela guarda dos registros de suas atividades, das experiências feitas e dos resultados obtidos, as administrações escolares podem causar uma grande lacuna na história da educação do país, cenário no qual se encontra inserido o cidadão comum, que procura a sua identidade como parte dessa sociedade e que muitas vezes não pode encontrá-la devido à falta do cumprimento da legislação.

No Brasil, a Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991, que dispõe sobre a política nacional de arquivos públicos e privados, em seu artigo 1, capítulo I, declara que:

Art. 1º É dever do Poder Público a gestão documental e a proteção especial a documentos de arquivos como instrumento de apoio à administração, à cultura, ao desenvolvimento científico, e como elementos de prova e informação.

No caso dos arquivos escolares, por força do parecer nº 16 do Conselho Nacional de Educação, de 4 de novembro de 1997, homologado em 21 de novembro do mesmo ano, favorável à Indicação nº 2, datada de 31 de janeiro de 1997, que trata das normas para a simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares, e que, em seu artigo 4º, atribui responsabilidade pela custódia e pelo trato da documentação escolar declarando que:

Sob a supervisão do Diretor, a pessoa responsável pelo manuseio e pela reprodução dos documentos arquivados será o Secretário da Unidade Escolar, pessoalmente ou por pessoa habilitada, por ele autorizada (1997, p.2).

No viés da educação patrimonial, podemos considerar como documentos que devem compor os arquivos escolares – instrumentos pelos quais será formada a memória das instituições e das comunidades onde se inserem – os relatórios, livros de atas de reuniões, históricos escolares, boletins, quadros, mobiliário, quadros didáticos, lousas, globos, uniformes, cadernos, produções de alunos e professores, manuais escolares, materiais iconográficos e sonoros, traços arquitetônicos, entre tantos outros. Assim, para Le Goff:

O documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder. Só a análise do documento enquanto monumento permite à memória coletiva recuperá-lo, e ao historiador, usá-lo cientificamente, isto é, com pleno conhecimento de causa (1996, p. 545).

Um dos principais fatores a serem considerados em relação à preservação dos documentos para a manutenção da memória é a possibilidade da pesquisa na história da educação. Para Vidal e Faria Filho (2005), há um crescente fortalecimento e uma ampliação do volume de trabalhos que se ocupam das *culturas escolares*. Esses estudos têm permitido

desnaturalizar a instituição escolar, historicizando a própria instituição escolar na medida em que se aborda de forma articulada os tempos, espaços, sujeitos, materiais

e conhecimentos envolvidos naquilo que alguns têm chamado de processo de escolarização da sociedade (VIDAL; FARIA FILHO, 2005, p. 118).

Nesse processo, profissionais da educação, de documentação e historiadores deverão trabalhar em conjunto. Os arquivos escolares são formados por um acervo rico, diverso e complexo; o patrimônio escolar faz parte da história das comunidades onde se situam as instituições. A preservação da memória da sociedade passa necessariamente pela preservação do patrimônio escolar, inserindo, conforme visto anteriormente, os arquivos escolares como parte desse patrimônio.

Os benefícios da aproximação arquivo – escola

A metodologia da Educação Patrimonial pode ser desenvolvida nas escolas, comunidades, associações de bairro, museus, parques ambientais (locais mais observados), ou em “qualquer evidência material ou manifestação da cultura” (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999), como os arquivos. Fotografias, documentos, prédios históricos, reservas ambientais, monumentos, paisagens naturais, praças, festas e comemorações, rituais, parques ecológicos, por exemplo, são considerados patrimônios culturais.

Observando a necessidade de mudança nos processos de aprendizagem de modo a despertar maior interesse por parte dos alunos, a aplicação da educação patrimonial pode ser um recurso muito útil, trazendo o patrimônio para as salas de aula, bem como levando alunos e educadores para locais de preservação do patrimônio.

Os objetos patrimoniais, os monumentos, sítios e centros históricos, ou o patrimônio imaterial e natural, são um recurso educacional importante, pois permitem a ultrapassagem dos limites de cada área/disciplina e o aprendizado de habilidades e temas que serão importantes para a vida dos alunos. Desta forma, podem ser usados como motivadores para qualquer área do currículo ou para reunir áreas aparentemente distantes no processo ensino/aprendizagem (HORTA, 2005, p. 3).

A própria legislação brasileira aponta para a necessidade da inserção da cultura como princípio para as práticas educacionais, conforme disposto na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e em seu artigo nº 3, item II, dispõe sobre a “liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber”.

Um aspecto que parece merecer atenção no uso da educação patrimonial nas salas de aula é a formação dos educadores, que devem ser mais bem preparados para o uso do patrimônio no processo educacional. Este uso requer um preparo para a troca de conhecimentos entre educadores e educandos.

[...] a educação ou ação cultural para a libertação, em lugar de ser aquela alienante transferência de conhecimento, é autêntico ato de conhecer, em que os educandos – também educadores – como consciências ‘intencionadas’ ao mundo, ou como

corpos conscientes, se inserem com os educadores – educandos também – na busca de novos conhecimentos, como consequência do ato de reconhecer o conhecimento existente (FREIRE, 1984, p. 99).

O patrimônio não é constituído com fins didáticos; o trabalho do educador exigirá o domínio de metodologias adequadas para que possa selecionar e utilizar de modo apropriado as diferentes fontes possíveis para subsidiar o trabalho, dentro e fora de sala de aula, o que fará com que os conhecimentos do educador se ampliem, além da necessidade do trabalho interdisciplinar, como o do arquivista.

A educação patrimonial nada mais é do que uma proposta interdisciplinar de ensino voltada para questões atinentes ao patrimônio cultural. Compreende desde a inclusão, nos currículos escolares de todos os níveis de ensino, de temáticas ou de conteúdos programáticos que versem sobre o conhecimento e a conservação do patrimônio histórico até a realização de cursos de aperfeiçoamento e extensão para os educadores e a comunidade em geral, a fim de lhes propiciar informações acerca do acervo cultural, de forma a habilitá-los a despertar, nos educandos e na sociedade, o senso de preservação da memória histórica e o consequente interesse pelo tema (ORIÁ, 2005).

Os benefícios da aplicação da educação patrimonial para o campo educacional podem ser inúmeros. O simples fato de se adotar o uso nas práticas educativas – conforme previsto nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) elaborados pelo Ministério da Educação (MEC), que incluem a temática da Educação Patrimonial para o Ensino Fundamental – pode promover a revisão dos currículos escolares, o que já deve ser considerado um avanço.

Os arquivos, apesar de pouco utilizados para fins didáticos, também são locais de guarda do patrimônio. Presentes nas próprias escolas, o fato de, na maioria das vezes, serem representados pela secretaria da instituição talvez explique o motivo do pouco uso didático, pois as secretarias representam a parte burocrática da administração escolar. Nesse sentido, percebe-se que outras fontes advindas do cotidiano escolar, que pudessem manifestar a cultura da escola, não são utilizadas como deveriam, sendo atribuída maior ênfase às disciplinas escolares.

Além dos arquivos existentes nas próprias escolas, há instituições arquivísticas, como os arquivos públicos municipais, estaduais e o próprio Arquivo Nacional, que servem para consulta a documentos que podem ser utilizados em sala de aula, ou mesmo serem visitados, levando os alunos aos documentos, proporcionando a educandos e educadores novas experiências, com fontes primárias dos conteúdos dos livros didáticos, agregando ainda mais valor ao processo de aprendizagem.

Em relação aos aspectos patrimoniais, o documento é de suma importância na preservação da memória e da identidade de um povo. Sua preservação é tão importante que a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) criou, em 1992, o Programa Memória do Mundo, um programa internacional que reconhece o

patrimônio documental como de importância internacional, regional e nacional, e mantendo seus registros, lhe confere uma logomarca que o identifica. Tendo como objetivos principais facilitar a preservação do patrimônio documental mundial mediante as técnicas mais adequadas e o acesso universal ao patrimônio documental, além de criar maior consciência em todo o mundo sobre a existência e a importância do patrimônio documental.

O Brasil é um país de dimensões continentais, que mostra grande diversidade em tudo que representa a história do país e a cultura de seu povo. Essa diversidade gera uma grande “riqueza” patrimonial que pode ser verificada nas construções, nos museus, nas bibliotecas e, por que não, nos arquivos.

No Brasil, a necessidade de preservação do patrimônio cultural, e, como parte deste, o patrimônio documental, também se faz presente. O Ministério da Cultura, por meio da Portaria nº 60, de 13 de julho de 2011, dispõe sobre a Política de Gestão Documental visando a salvaguardar o patrimônio documental, em razão de seu valor de prova, informação e apoio à administração, à cultura e ao desenvolvimento científico.

A educação patrimonial poderá ajudar a mostrar a importância da preservação do patrimônio, colocando alunos e professores em contato direto com esse patrimônio, despertando interesse por ele e, conseqüentemente, por sua preservação.

O investimento em educação voltada para o reconhecimento do patrimônio cultural de uma comunidade pode ajudar a construir um conjunto de significados para o aluno, que passa a ter um entendimento pessoal do local onde vive.

Nesse sentido, a educação patrimonial busca desmistificar o senso comum, fazendo com que os estudantes, e a comunidade em geral, percebam sua casa, sua escola, seu bairro como patrimônios culturais pertencentes à sua história. Parece ser comum dar valor e significado ao que está distante de nós, e muitas vezes o que está próximo torna-se invisível e não é digno de ser valorizado e preservado. A educação patrimonial pode facilitar a mudança dessa percepção, apontando os valores do patrimônio que nos cerca.

Características do passado que estão presentes no cotidiano mostram parte da história da sociedade que, comumente, só é retratada nos livros didáticos.

A Educação Patrimonial consiste em provocar situações de aprendizado sobre o processo cultural e, a partir de suas manifestações, despertar no aluno o interesse em resolver questões significativas para sua própria vida pessoal e coletiva. O patrimônio histórico e o meio ambiente em que está inserido oferecem oportunidades de provocar nos alunos sentimentos de surpresa e curiosidade, levando-os a querer conhecer mais sobre eles. Nesse sentido, podemos falar na “necessidade do passado” para compreendermos melhor o “presente” e projetarmos o “futuro”. O estudo dos remanescentes do passado motiva-nos a compreender e avaliar o modo de vida e os problemas enfrentados pelos que nos antecederam, as soluções que encontraram para enfrentar esses problemas e desafios, e a compará-las com as soluções que encontramos para os mesmos problemas (moradia, saneamento, abastecimento de água, etc). Podemos facilmente comparar essas soluções, discutir as causas e

origens dos problemas identificados e projetar as soluções ideais para o futuro, um exercício de consciência crítica e de cidadania (HORTA, 2004, p. 3).

A Educação Patrimonial, como um processo contínuo, é de fundamental importância para a formação da cidadania e para a construção de um vínculo das pessoas com sua cultura, sendo uma ferramenta com grandes possibilidades no desempenho do papel de formar sujeitos conscientes da necessidade de se apropriar e valorizar sua herança cultural.

Segundo Scatamacchia *et alii* (1992), Souza (2001) e Menezes (1984), a educação deve motivar a conscientização e o esclarecimento para a população, apresentando-lhe diretamente os bens culturais, tornando as pessoas cada vez mais capazes de construir novos conhecimentos.

O conteúdo informacional do patrimônio documental vai além do que é transmitido nos processos educacionais convencionais.

Conhecer a própria história é fundamental para a evolução da sociedade na qual se vive; os erros e os acertos cometidos no curso dessa história devem servir de modelo para novas decisões. O conhecimento é primordial para o exercício do papel de cidadão, cumprindo com seus deveres e reivindicando seus direitos.

A memória histórica constitui um fator de identificação humana, é a marca ou o sinal de sua cultura. Reconhecemos nessa memória o que nos distingue e o que nos aproxima. Identificamos a história e os seus acontecimentos mais marcantes, desde os conflitos às iniciativas comuns. E a identidade cultural define o que cada grupo é e o que nos diferencia uns dos outros (BATISTA, 2007, p.29).

Preservando o patrimônio, ajudamos a reconhecer nossa identidade, nossas semelhanças e diferenças diante de outros povos, outros tempos.

O ISERJ e o Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB)

O Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) é uma instituição de ensino que, ao longo dos seus 134 anos de existência, passou por muitas mudanças, seja em sua localização física, seja em sua estrutura de funcionamento ou mesmo em seu nome, pois nem sempre foi conhecido pelo nome atual.

Sua história começou a ser escrita em 1880, quando, em 6 de março, por meio do Decreto Imperial nº 7.684, o ministro do Império Francisco Maria Sodré criou a Escola Normal da Corte, instalada em 5 de abril no edifício do Externato do Imperial Colégio Pedro II, que teve como seu primeiro diretor Benjamim Constant Botelho de Guimarães, e na qual se matricularam meninos e meninas acima de 15 anos, a princípio no turno da noite, a partir das 17 horas, para o curso de formação de professores do ensino primário, que assim funcionou durante o restante do governo imperial.

Em 1888 a escola passou a funcionar no prédio da Escola Politécnica, no Largo de São Francisco, que em 1889, com a mudança de regime de governo, passou a chamar-se

Escola Normal do Distrito Federal, passando também por alterações em suas funções. Posteriormente, foi transferida para as instalações da Escola Técnica Rivadávia Corrêa, onde permaneceu até 1914, quando se mudou para o prédio da Escola José Pedro Varella, no Largo do Estácio.

Em 1901, somente moças passaram a ser admitidas, porque nessa época a formação para o magistério já era predominantemente feminina. Em 1916 foi regularizada a profissionalização dos professores e também criada a Escola de Aplicação, onde os novos professores passariam a lecionar.

Uma escola de tamanha importância no cenário nacional não poderia continuar funcionando sem uma sede própria. Com um projeto idealizado por Fernando de Azevedo, Lourenço Filho e Anísio Teixeira, três grandes educadores da época, em 1930 as normalistas se mudaram às pressas para seu novo e apropriado local, o edifício na Rua Mariz e Barros, que estava sob ameaça de invasão pelas tropas de Getúlio Vargas. Dois anos mais tarde, em 19 de março de 1932, foi assinado o Decreto nº 3.810, que mudou o nome da Escola Normal para Instituto de Educação, dando ao ensino normal o aspecto acadêmico.

Em 1935 foi criada a Universidade do Distrito Federal (UDF), e o Instituto de Educação passou a ser a escola de educação dentro da UDF, como reconhecimento do seu papel de formador de mestres, assim permanecendo até 1939, quando foi extinta.

Durante as décadas de 1940, 50 e 60, o Instituto viveu seu apogeu, quando o ingresso era difícil e a procura era grande, período que chegou a ser retratado, em parte, na minissérie “Anos Dourados”, exibida pela Rede Globo de Televisão em 1986.

Com a justificativa de resgatar o nível de uma instituição que sempre desempenhou papel relevante no cenário educacional do país, em 10 de setembro de 1997, por meio do Decreto nº 23.482, o governador transferiu o Instituto de Educação do Rio de Janeiro para o âmbito da Fundação de Apoio à Escola Técnica (FAETEC), vinculada à Secretaria de Estado de Ciência e Tecnologia, que, por ter unidades escolares dedicadas à formação de profissionais, é mais adequada para a retomada de uma preparação de professores de forma digna e compromissada, características indispensáveis para garantir um ensino de qualidade.

Para adequar-se à nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação, que prevê a necessidade do curso de complementação pedagógica em nível superior para os profissionais com formação de professor da 1ª à 4ª série, o governador transformou o Instituto de Educação em Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ), por meio do Decreto nº 24.338, de 3 de junho de 1998.

Em 18 de setembro de 1998, por meio do Decreto nº 24.665, o governador criou o Colégio de Aplicação (CAP/ISERJ), formado pelos segmentos Educação Infantil (Creche e Pré-Escolar), Ensino Fundamental (da 1ª à 4ª série/ da 5ª à 8ª série) e Ensino Médio (Formação Geral e Informática).

Com um histórico de tamanha importância no cenário nacional, ultrapassando mais de um século, o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (ISERJ) tem um patrimônio valioso para a história de nosso país, patrimônio que merece ser preservado para que a história deste monumento nacional possa ser passada adiante.

O Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB) foi criado em 9 de dezembro de 2005 para reunir, organizar, catalogar e difundir a história do ISERJ desde a sua criação como Escola Normal da Corte, em 1880. Porém, vale ressaltar que até 2012 tinha o nome de Centro de Memória Institucional (CEMI), mas, a partir de discussões entre a comunidade institucional, passou-se a entender que todo o *campus* do ISERJ é um Centro de Memória da Educação Brasileira (CMEB), e foi adotado este nome mais abrangente.

O objetivo do CMEB é conscientizar alunos e professores de que a memória da instituição deve ser preservada, e que, como agentes históricos, eles fazem parte da memória institucional, além de alertar alunos e professores para o fato de ocuparem um prédio histórico, construído para abrigar a Escola Normal.

Possuidor de um acervo que abrange mais de um século da história da Educação, esses arquivos documentais são catalogados obedecendo às diferentes fases pelas quais a instituição passou, contribuindo para a preservação de sua memória e de seu patrimônio. Este acervo é composto de documentos considerados raros pela sua antiguidade e seu conteúdo, sendo de grande importância na história institucional.

Embora suas atividades sejam voltadas para o patrimônio documental e estas serem desempenhadas com muita dedicação pela equipe, faz-se necessária a participação de profissionais da área de documentação, como arquivistas e museólogos, considerando que já há uma bibliotecária na equipe, pois estes agregariam conhecimentos especializados ao trabalho que já vem sendo desempenhado.

A professora Heloisa Helena Meirelles dos Santos descreve mais detalhadamente o acervo do Centro em seu texto “Centro de Memória Institucional: a cultura escolar nos arquivos” (2011), e relata o trabalho de aquisição deste acervo, que, segundo ela, “envolveu busca em todo o espaço geográfico da instituição e o uso da internet para que fosse possível receber doações, digitalizadas ou não, de fora da escola, que enriquecessem o arquivo”.

Seu rico e diversificado acervo ajuda a contar a história institucional por meio de documentos em diversos suportes, que refletem sua cultura escolar. Podem ser encontrados exemplares como trabalhos de alunos, cadernos escolares, material metodológico para o ensino de Biologia, Zoologia e Língua Portuguesa, vidrarias utilizadas nos laboratórios de Física e Química desde a Escola Normal do Distrito Federal (1891), mobiliário antigo, fotografias de visitantes ilustres e autoridades, como o professor Albert Sabin, o escritor Austregésilo de Athayde, os presidentes Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek, além de governadores, prefeitos e ministros, e ainda plantas arquitetônicas, incluindo a do projeto de construção do prédio institucional.

Podemos, ainda, citar como exemplos de documentos que compõem o acervo do Centro de Memória a Ata de Criação da Escola Normal da Corte, Livros de Designação (identificam todos os que trabalharam na instituição), Atas da Congregação de Professores, Livro da Porta datado de 1880 (indica os primeiros alunos matriculados nesta instituição), livros raros, entre tantos outros que se encontram no CMEB, mas ainda carecem de levantamento e registro para serem disponibilizados para pesquisa.

Apesar das dificuldades para o desempenho de suas atividades, o CMEB consegue atender a pesquisadores de diversas instituições, como UERJ, UFRJ, UNICAMP, USP, PUC-RIO e ISERJ, o que nos faz reconhecer a competência de sua equipe.

Considerações finais

A realização de trabalhos de cunho extensionista nos possibilitou a socialização do conhecimento adquirido na universidade, facilitando a disseminação dos saberes não só para os setores sociais, mas como uma via de mão dupla, permitindo à universidade, por meio da prática de extensão, intervir na realidade, de modo que os setores sociais fossem também fontes produtoras de conhecimento para a universidade. Mostrou-se relevante por nos fazer entender que as ações extensionistas entre universidade e sociedade só funcionam se forem fruto de uma ação coletiva. E essa dinâmica se revelou importante, como salienta Vidal (2005), pois nos possibilitou um alargamento da noção de documentos arquivísticos na temática educação patrimonial, de modo a contribuir, por meio de uma interação dialógica, para um (re)pensar acerca da produção de conhecimento.

Com este trabalho, buscamos alertar para a importância do uso da educação patrimonial nos processos educacionais e para a aproximação arquivo-escola, instituições fundamentais, por suas características e atividades, na formação de cidadãos mais conscientes de seus direitos e deveres, bem como os benefícios para elas próprias, oriundos desta aproximação, uma vez que a primeira terá maior reconhecimento de seu papel na sociedade e a segunda terá a possibilidade de melhorar seus processos de trabalho, desempenhar a prática educacional de maneira diferente, despertando o interesse do aluno, e preservar a própria memória da instituição.

Verificamos a carência de maior visibilidade dos arquivos perante a sociedade. Embora seja uma área que vem se popularizando, ainda que predominantemente em virtude da quantidade de concursos públicos que despertam interesse por proporcionarem empregos com estabilidade e bons salários, a Arquivologia e os arquivistas carecem de melhorias no tocante ao desempenho de atividades que venham a abranger suas possibilidades de atuação juntamente com os profissionais da área de educação, campo rico em recursos humanos e materiais que ajuda a construir a memória e a identidade de um povo.

O Brasil, graças a uma grande mistura de raças e ao seu imenso território, com dimensões continentais, apresenta uma grande diversidade em seu patrimônio cultural, que traz registros

da história do país que vão além do conteúdo dos livros didáticos. A preservação desse patrimônio, como mostrado no decorrer do trabalho, é fundamental para a manutenção da memória e para a identificação de um povo com sua cultura, seus costumes.

Os arquivos são mantenedores do patrimônio documental da sociedade e, portanto, são os responsáveis pela preservação e pelo acesso às informações contidas nos documentos.

Algumas escolas no Brasil são centenárias; suas histórias, em alguns momentos, se confundem com a própria história do país, e dentre elas foi escolhido o Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro – ISERJ. Mesmo citando somente um breve histórico, acredito que alcancei o objetivo de mostrar a importância da preservação do patrimônio dessa escola, que teve um papel de grande destaque na história da educação do estado do Rio de Janeiro e do país.

Com o relevante trabalho que vem sendo desenvolvido no ISERJ, mais precisamente em seu Centro de Memória, onde se encontram vários dos registros existentes sobre sua história, e onde se busca preservar, dar acesso e difundir seu patrimônio precioso.

Por fim, a aproximação entre as instituições educacionais e os arquivos (Instituições Arquivísticas ou Arquivos Escolares), inseridos no processo de formação de cidadãos, é uma ação de promoção cultural, educacional, de preservação do patrimônio e de exercício de cidadania, da qual a própria sociedade pode vir a ser a maior beneficiada.

Referências Bibliográficas

Arquivo Nacional – AN, (Brasil), **Dicionário de Terminologia Arquivística**, Rio de Janeiro, 2005. Disponível em: <<http://www.arquivonacional.gov.br/Media/Dicion%20Term%20Arquiv.pdf>>. Acesso em 05 out. 2011.

BATISTA, Cláudio Magalhães. 2005. **Memória e Identidade**: Aspectos Relevantes para o desenvolvimento do Turismo Cultural. Caderno Virtual de Turismo. V. 5 Nº 3. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php?journal=caderno&page=article&op=view&path%5B%5D=93&path%5B%5D=88>>. Acesso em 20 nov. 2011.

BELLOTTO, Heloisa Liberalli. “Política de ação cultural e educativa nos arquivos municipais”. In: **Registro, Indaiatuba** (SP), nº 1, jul. 2002. P. 14-27.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BERTOLETTI, E. C. **Arquivo – escaninho das memórias**. Disponível em: < <http://www2.iict.pt/?idc=102&idi=11716>>. Acesso em: 12 nov. 2011.

BONATO, N. M. C. **Memória da educação**: preservação de arquivos escolares.

Presença Pedagógica, Belo Horizonte: Editora Dimensão, v. 6, n. 35, set./out.2000.

BRASIL. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF. Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Lei nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF. Senado Federal. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm>.

BRASIL. **Parecer nº 16**, de 04 de novembro de 1997. Normas para a simplificação dos registros e do arquivamento de documentos escolares. Brasília, DF. Conselho Nacional de Educação – CNE. Disponível em: <http://www.fenep.org.br/PARECER_CNE-CP_N_16-1997.pdf> Acesso em 15 nov. 2011.

- BRASIL. **Portaria nº 60 (2011)**. Brasília, DF. Ministério da Cultura – MinC. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/wp-content/uploads/2011/07/Port-60-Institui-Politica-de-Gestao-Documental-no-MinC2.pdf>>. Acesso em 15 nov. 2011.
- Conselho Internacional de Arquivos - ICA, (Noruega), **Declaração Universal sobre os arquivos**, Oslo, 2010 Disponível em: <<http://www.ica.org/download.php?id=1111>>. Acesso em: 10 jun. 2011.
- Conselho Nacional de Arquivos - CONARQ, (Brasil), **Resolução nº 17**, Rio de Janeiro, 2003. Disponível em: <<http://www.conarq.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=68&sid=46>>. Acesso em 10 out. 2011
- COSTA, C. M. L.; FRAIZ, P. M. V. "Acesso à informação nos arquivos brasileiros". In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 63-76, 1989.
- FRATINI, Renata. "Educação patrimonial em arquivos". In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo**, n.34, ano 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia05/texto05.pdf>>. Acesso em: 20 mai. 2011.
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. "A utilização de documentos manuscritos como instrumentos educativos". In: **Jornal a Página da Educação**. Porto, junho 2008, ano 17, nº 179, p. 44. Disponível em: <<http://www.apagina.pt/?aba=7&cat=179&doc=12823&mid=2>>. Acesso em: 20 out. 2011
- FREIRE, Luiz Gustavo Lima. "Difusão educativa em arquivos". In: **Histórica - Revista eletrônica do Arquivo Público do estado de São Paulo**, n.34, ano 2009. Disponível em: <<http://www.historica.arquivoestado.sp.gov.br/materias/anteriores/edicao34/materia06/texto06.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.
- FREIRE, Paulo. **Educação como prática de liberdade**. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1984
- GOMES, Priscila Ribeiro. **Arquivo e Escola: A contribuição da educação patrimonial na tessitura do conhecimento**, Rio de Janeiro: Projeto de Pesquisa – UNIRIO, 2010.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. **Guia de educação patrimonial**. Brasília: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Museu Imperial, 1999.
- HORTA, Maria de Lourdes Parreira. *et alii*. **Guia Básico de Educação Patrimonial**. Brasília: IPHAN/ Museu Imperial, 1999.
- LE GOFF, J. 1996. **História e memória**. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.
- LÜDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986. (Temas básicos de educação e ensino.)
- MARTINS, Maria do Carmo. "Memória, História e Educação (apresentação)". In: **Cadernos do CEOM**. Ano 21, n. 28, 2008.
- MEDEIROS, R. H. A. "Arquivos escolares: breve introdução a seu conhecimento". In: **Anais do Colóquio do Museu Pedagógico**, 3, Vitória da Conquista, Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, 2003.
- MENEZES, Ulpiano Bezerra de. "Identidade cultural e arqueologia". In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, n. 20, p. 33-36, 1984.
- MINAYO, Maria Cecília de S. "Ciência, técnica e arte: o desafio da pesquisa social". In: MENEZES, Ulpiano Bezerra de (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2000, p. 9-29.
- MINAYO, Maria Cecília de S. e SANCHES Odécio. "Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade?". In: **Caderno de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, vol. 09, n. 03, jul/set. 1993. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/csp/v9n3/02.pdf>>. Acesso em 03 jun. 2011.
- MOGARRO, M. J. "Arquivos e educação: a construção da memória educativa". In: **Revista Sísifo**, Lisboa, n. 1, set/dez 2006.
- ORIÁ, Ricardo. **Educação patrimonial: conhecer para preservar**. Disponível em: <http://www.educacional.com.br/articulistas/articulista0003.asp>. Acesso em 30 out. 2011.
- POLIT, D. F. e HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em Enfermagem**. 3. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.
- SCATAMACCHIA, M.C.M. *et alii*. A Caverna do Ódio: Um Exemplo de utilização social do sítio arqueológico". In: **Revista do Museu de Arqueologia e Etnologia**. São Paulo, 1992.

SOUZA, Ana Inês (Org). **Paulo Freire – Vida e Obra**. São Paulo: Expressão Popular. 2001.

SANTOS, Heloisa Helena Meirelles dos. **CENTRO DE MEMÓRIA INSTITUCIONAL: a cultura escolar nos arquivos**. 2011. Disponível em: <http://cemiiserj.blogspot.com/p/centro-de-memoria-institucional-cultura.html>. Acesso em: 10 nov.2011.

SCHWARTZMAN; Simon, BOMENY; Helena Maria Bousquet e COSTA, Vanda Maria Ribeiro. **Tempos de Capanema**. 2000. Disponível em: <http://www.schwartzman.org.br/simon/capanema/capit7.htm#N_17_>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VIDAL, Diana G. “Cultura e prática escolares: uma reflexão sobre documentos e arquivos escolares”. In: SOUZA, Rosa F. e VALDEMARIN, Vera T. (Orgs.) **A cultura escolar em debate: questões conceituais, metodológicas e desafios para a pesquisa**. Campinas, SP: autores Associados, 2005. Apoio: Unesp/FCLAr, p.3-30.

Recebido em 08/12/2015

Aprovado em 17/01/2016

A atuação do arquivista entre o dever de memória e o desejo de Arquivo

The role of the archivist between the duty to memory and the desire to archive

Bianca Therezinha Carvalho Panisset

Arquivista e Mestre em Gestão de Documentos e Arquivos pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO). Tecnologista em Ciência & Tecnologia na Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB)
bianca.panisset@rb.gov.br

João Marcus Figueiredo Assis

Sociólogo pela Universidade Cândido Mendes (UCAM), Mestre em Memória Social e Documento pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), Doutor em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) e Professor Adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
jmfassis@hotmail.com

RESUMO: O artigo apresenta um cenário de atuação do arquivista num contexto de efervescência da memória, da memória como objeto de desejo, de dever de memória, da patrimonialização e de preocupações com a ordem e a aceleração do tempo, que estariam constituindo para os arquivos um contexto de projeção social. O trabalho do arquivista contribui para sua auto identificação como sujeito e agente da historicidade, como formador da memória e promotor da visão do arquivo como resultado da experiência humana. Se os arquivistas forem capazes de identificar e de se identificar nesse contexto, a proeminência do seu fazer e o poder dos arquivos estarão contribuindo para que a sociedade, por meio dos arquivos, possa identificar-se, produzir sentido, revelar a justiça e tomar conhecimento dos fatos, principalmente os traumáticos e sensíveis.

Palavras-chave: Memória; Arquivos; Arquivista; Sociedade.

ABSTRACT: This article presents a scenario in which the archivist operates in a context of effervescent memory, of memory as an object of desire, of duty to memory, of patrimonialisation and concerns with order and accelerating time, a context that we see placing archives in a socially prominent position. Archivists' work also contributes to their self-identification as subjects and agents of historicity, as founders of memory and also as advocates of the view that archives are outcomes of human experience. Accordingly, if archivists are able to identify themselves and others in that context, the prominence of their work and the power of archives will be helping society, through archives, to identify itself, produce meaning, reveal justice and learn the facts, particularly those that are most traumatic and sensitive.

Keywords: Memory; Archives; Archivists; Society.

Este artigo apresenta reflexões que caracterizam o que entendemos como um cenário de atuação do arquivista num contexto de efervescência da memória, ou seja, a memória como objeto de desejo. Pode-se compreender que há um imperativo moral quanto ao investimento em memória e um reforço da categoria de “dever de memória”, o que, no nosso entendimento, dão posituação aos Arquivos e projetam uma relevância social sobre seus acervos.

Esses debates dilatam o espaço dos arquivos na sociedade e a consequente atuação do arquivista. Os arquivos nos possibilitam incontáveis narrativas sobre a sociedade nos seus acervos. São lugares de memória, como podemos entender pela teorização de Pierre Nora (1993). Os lugares de memória são representações físicas, simbólicas, e sua instauração é reflexo da experiência da aceleração do tempo, em que referências coletivas são ameaçadas pela possibilidade de seu desaparecimento. Nesse sentido, haveria a necessidade de elegê-los, para a manutenção da identidade coletiva.

Embora a categoria de lugares de memória de Nora esteja localizada temporalmente nos anos 1980 e já tenha passado por críticas devido ao excesso e à generalização de sua utilização, ela continua sendo um conceito válido e relevante para analisarmos os arquivos como lugares de memória. Seu potencial está em servir e ao mesmo tempo representar a sociedade.

No que tange aos discursos de memória, Huyssen (2000), a partir das reflexões sobre eventos traumáticos no século XX, especialmente o Holocausto, afirma que tais discursos de memória, embasados pelo deslocamento da experiência e da sensação quanto à passagem do tempo, passam por uma ruptura: deslocam-se do entendimento de futuros presentes a passados presentes.

Ainda segundo o mesmo autor, a mudança na sensação da temporalidade é provocada pela **interseção entre mudança tecnológica, mídia de massa, novos padrões de consumo, trabalho e mobilidade global**. Nesse sentido, “a cultura da memória preenche uma função importante nas transformações atuais da experiência temporal, no rastro do impacto da nova mídia na percepção e na sensibilidade humanas” (HUYSSSEN, 2000, p. 26).

Ao apontar a interseção entre os institutos acima mencionados, Huyssen explica as influências que incidem diretamente na maneira como a sociedade vive o tempo. Esse novo regime de historicidade Hartog (2006) chama de “presentismo”, conceito centrado no tempo presente e justificado pela intensidade de preocupações com o presente, utilizando olhos voltados para o passado.

Hartog e Huyssen dialogam sobre esse regime de historicidade, e ambos concordam que a patrimonialização é reflexo do que Hartog chama de presentismo. Entende-se como patrimonialização a instituição e o reconhecimento político e social de lugares, eventos, acontecimentos e instituições como referências ou lugares que não devem ser esquecidos e que precisam ser preservados.

A patrimonialização, assim como a musealização, produzem semióforos e são nutridas pela descontinuidade e pela problematização da experiência tempo-espaço. Elas são as defesas “contra a obsolescência e o desaparecimento, para combater a nossa profunda ansiedade com a velocidade de mudança e o contínuo encolhimento dos horizontes do tempo e do espaço” (HUYSEN, 2000, p. 28).

A patrimonialização, segundo Hartog (2006), é nutrida pela problematização da ordem do tempo, operacionaliza a identidade, está ligada à memória e define o que somos hoje.

Nesta acepção, o patrimônio define menos o que se possui, o que se tem e se circunscreve, e mais o que somos, sem sabê-lo, ou mesmo sem ter podido saber. O patrimônio se apresenta então como um convite à anamnese coletiva. Ao “dever” da memória, com a sua recente tradução pública, o remorso, se teria acrescentado alguma coisa como a “ardente obrigação” do patrimônio com suas exigências de conservação, de reabilitação e de comemoração. (HARTOG, 2006, p.266)

A noção de dever de memória surge na década de 1990, na França: “Essa perspectiva aponta para um juízo moral com relação às populações vitimadas e institui um imperativo com relação ao ato de lembrar” (ARRUTI e HEYMANN, 2012). A ressignificação de eventos traumáticos, especialmente o Holocausto, consiste na lembrança imperativa de passados “sensíveis”. A gestão do passado e as políticas de memória atendem a fins políticos e também pedagógicos.

Para Fico (2012), a noção de evento traumático como vinculado ao período da ditadura civil-militar no Brasil deve ser usada com cautela, já que

A violência foi muito diferente em países como o Chile, a Argentina ou o Brasil. Se na Argentina ela definitivamente perpassou a sociedade, no Brasil ela foi escamoteada pela censura e outros mecanismos. A Guerrilha do Araguaia foi censurada, as ações armadas urbanas eram vistas pela sociedade como terrorismo, a tortura era negada e ocultada do grande público (FICO, 2012, p.50).

Esse autor nos fornece um esclarecimento sobre este aspecto. Segundo Fico, o que marca “a memória sobre a ditadura militar brasileira não é o trauma pela violência, mas a frustração das esperanças”, pois ainda estamos às voltas com a impunidade dos crimes cometidos, cujos criminosos ainda são respaldados pela Lei da Anistia. A ausência de uma ruptura com esse momento histórico marcado pela violência dá a sensação de não ter acabado, por isso as esperanças são frustradas.

Comumente utilizamos a palavra “sociedade” para caracterizar um sujeito distante. Entretanto, a sociedade somos nós. Para nós, fica claro que, no lastro da ditadura civil-militar do Brasil, os testemunhos daqueles que se mobilizaram contra o regime e daqueles que sofreram a violência de agentes públicos não foram retomados, à semelhança do que foi feito com o Holocausto na França e na Alemanha.

Ora, não seriam os arquivos mecanismos fundamentais para a exposição da violência, ocultada até o presente momento? Seriam eles os principais instrumentos da Comissão da

Verdade? Então, por que as autoridades ainda não determinaram que as Forças Armadas do Brasil abram seus arquivos?

Os arquivos representam a atividade humana e social, são um reflexo de atividades que caracterizam momentos históricos, grupos sociais, atividades econômicas e uma infinidade de outros aspectos da sociedade. Isso acontece porque os documentos que os compõem vão além do caráter de prova, pois eles também são o aparato para o reforço e a constituição da memória social.

Para tanto, entendemos ser necessário analisar as noções de Arquivo comumente aceitas, em vista de um componente fundamental, o de sua relevância para a formação de memórias coletivas. O *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística* (ARQUIVO NACIONAL, 2005) define o termo Arquivo como “instituição ou serviço que tem por finalidade a custódia, o processamento técnico, a conservação e o acesso a documentos”. Lodolini (1993) trabalha a definição de arquivo ressaltando o aspecto contextual de produção dos documentos:

el conjunto de los documentos que se han formado junto a una persona física o jurídica (o un grupo de oficinas o órganos de esta última) – o también, a añadimos, de una asociación de hecho – en el curso del desarrollo de su actividad y por lo tanto unidos por un vínculo necesario, los cuales, una vez perdido el interés por el desarrollo de la actividad misma, han sido seleccionados para la conservación permanente como bienes culturales (LODOLINI, 1993, p. 145)

Silva (2006), por seu turno, define Arquivo como um

serviço criado organicamente numa determinada entidade e/ou uma instituição cultural (arquivo de âmbito nacional, distrital ou municipal, público ou privado) destinada a incorporar e tornar acessível a informação produzida/recebida por terceiros (SILVA, 2006).

Analisando as similitudes e diferenças entre os conceitos expostos acima, compreendemos o conceito de arquivo reafirmando ser este um conjunto de documentos produzidos ou recebidos por pessoa física ou jurídica no decorrer de suas atividades, nas quais a produção documental acontece como uma teia de interações e inter-relações que caracterizarão o contexto de produção, que, mantido passível de recuperação, constituirá material para a reafirmação de uma memória coletiva. O arquivo é um produto da sociedade, da instituição ou da pessoa que o gerou.

Assim, o arquivo tem um caráter dinâmico e vivo, pois seu conteúdo representa as atividades, as mudanças e até a rotina da instituição ou da pessoa que o gerou. Ele não é um mero repositório, mas sim um elemento mantenedor e promotor das informações ali presentes, não apenas abrigando o documento, mas sendo o responsável pelo seu acesso e pela recuperação do contexto em que foi produzido.

À luz de Theo Thomassen (2006), somos também levados a perceber que os arquivos funcionam como a memória de seus produtores e da sociedade, porque essa memória não

nasce isolada, mas surge numa conjuntura social, política, filosófica, religiosa ou econômica e constitui-se a partir das aspirações e necessidades de um momento presente.

Outro conceito a ser indicado é o da memória no seu aspecto social. Esta é compreendida aqui como a representação do trabalho de lembrar o passado a partir das experiências e intenções do momento presente. Ela é uma construção do presente e pode ser feita a partir de inúmeras fontes. Nesse sentido, podemos entender que os documentos de arquivo são fontes privilegiadas, embora não sejam as únicas e, em certos casos, nem as mais fundamentais fontes de memória.

Ilustrando os conceitos acima expostos, podemos nos valer da exposição “A abolição e seus registros na vida privada¹”, realizada pelo Arquivo Histórico e Institucional da Fundação Casa de Rui Barbosa. Nessa exposição, são mostrados documentos históricos do século XIX, e por meio deles é possível observar o comportamento social de indivíduos que foram atores do movimento a favor da abolição.

Os documentos expostos também exibem o pesar dos indivíduos que se lamentavam por não terem vendido seus escravos antes da abolição, o que lhes gerou prejuízo financeiro, já que o escravo era uma mercadoria. Todos esses fatos foram registrados nos documentos por homens e mulheres daquele tempo.

A documentação utilizada na exposição faz parte do acervo histórico da Fundação, e mostrá-la ao público proporcionou a diversos visitantes a possibilidade, no imaginário de hoje, de perceber como pode ter sido esse momento histórico para a sociedade brasileira – a abolição da escravatura.

Consideramos a escravidão um evento traumático. Por isso mesmo a exposição dos documentos sobre a abolição faz recordar que o Brasil foi um dos últimos países do mundo a abolir a escravidão, além de alimentar a reflexão de que, passados 126 anos, (da abolição da escravatura) ainda não foi totalmente erradicado o trabalho escravo, que, infelizmente, ainda existe na sociedade brasileira, assim como as disparidades sociais decorrentes desse período.

Retomando o conceito de memória, podemos dizer que olhamos os eventos passados com as concepções do presente. O imperativo do dever de memória urge para divulgarmos, nos acervos arquivísticos das instituições das quais fazemos parte, os documentos que retomam nosso passado traumático para não o repetirmos no futuro.

Conforme o entendimento da noção de dever de memória, os documentos da ditadura militar, a exemplo dos documentos expostos sobre a abolição da escravatura, precisariam estar disponíveis para o acesso pela sociedade. Nesse sentido, os arquivistas podem desempenhar um papel essencial. O dever de memória, a patrimonialização e o presentismo são categorias que se relacionam com os arquivos e com os arquivistas.

Nesse viés, elegemos como responsabilidades do arquivista o papel ativo na construção da memória social, na autorreflexão, na capacidade de recuperar o contexto de produção dos documentos arquivísticos. O trabalho do arquivista contribui ainda para sua auto

identificação como sujeito e agente da historicidade, como formador da memória e também promotor da visão do arquivo como resultado da experiência humana.

O cenário exposto no decorrer deste trabalho projeta socialmente os arquivos e o serviço dos arquivistas. O imperativo da memória, marcado pelo seu desejo e seu dever, pode representar, de acordo com o grupo social que os invoca, o desejo pelos arquivos e o desejo pelos acervos neles disponíveis.

Por fim nos perguntamos: em que medida a positivação dos arquivos pode representar uma frustração para a sociedade em relação aos arquivos e aos arquivistas? No nosso entendimento, o momento é de projeção e positivação; entretanto, se os arquivistas se negarem a reconhecer o poder intrínseco dos arquivos e não abandonarem sua face ingênua, neutra e imparcial, os arquivos poderão passar despercebidos nesse contexto social.

Cook e Schwartz (2002) apresentam um contexto, no qual os arquivos e os arquivistas podem ser empoderados:

Os arquivos – como registros – exercem poder sobre a construção do conhecimento histórico, da memória coletiva e da identidade nacional, sobre como nós nos conhecemos como indivíduos, grupos e sociedades. E por fim, na busca de suas responsabilidades profissionais, os arquivistas – como gestores de arquivos – detêm o poder sobre os próprios documentos essenciais à formação da memória e da identidade (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.16).

Para esses autores, o cerne da relação entre os arquivos e a sociedade é o poder, manifestado, entre outros aspectos, sobre o que registrar e o que não registrar, a quem permitir ou negar o acesso, a forma de ordenação, a nomeação, a preservação e o descarte. Para os autores, se os arquivistas se furtassem a admitir as relações de poder presentes nos arquivos, eles estariam abdicando das responsabilidades provenientes desse poder.

Os arquivos revelam e permitem compreender o poder proveniente de diversos institutos sociais, como as igrejas, os Estados, as instituições, as associações. Nesse sentido, a Arquivologia é uma ciência que está sendo apropriada pela sociedade, ou seja, hoje o desejo de arquivo por parte dos grupos sociais reposiciona a própria Arquivologia. Portanto, “os arquivos têm o poder de privilegiar ou de marginalizar. Podem ser uma ferramenta de hegemonia ou de resistência” (COOK e SCHWARTZ, 2002, p.24).

Os arquivos são construtos sociais. São semióforos porque “representam o invisível, são dotados de um significado, não sendo manipulados, mas expostos ao olhar” (POMIAN, 1984, p.95). Nesse sentido, os arquivos nos permitem fazer conexões e significações sobre o contexto por trás do texto dos documentos.

Tendo em vista esse potencial dos arquivos, é oportuno abordar o aspecto da neutralidade do arquivista. Essa é uma “característica” que não coaduna com a realidade contemporânea. A neutralidade é “contaminada” – no sentido amplo e não negativado –, pela subjetividade desse profissional e por sua postura profissional no arquivo. O arquivista não é um profissional

neutro em nenhuma hipótese, isto porque é um ser essencialmente político, cujas decisões são influenciadas não só pelo contexto social em que vive, mas também por suas convicções. Ele é o intérprete e o mediador entre os documentos e a sociedade.

Por oportuno, resta abordar a neutralidade do produtor do documento. O conteúdo do documento é de responsabilidade do seu produtor. E, evidentemente, estará carregado das intencionalidades políticas, institucionais e pessoais intrínsecas aos agentes de sua produção.

Cabe aqui ressaltar alguns aspectos da naturalidade nos arquivos. Tomemos como ponto de partida a produção documental e o produtor. Os arquivos são produzidos em razão das atividades exercidas por pessoas e instituições. Nessa perspectiva, segundo Camargo (2008), os documentos de arquivo já nascem com estatuto probatório, são a materialização do fato que os gerou, são testemunhos do seu tempo. A produção documental provém naturalmente das **atividades** que geraram os documentos. Por exemplo, o nascimento de um bebê será a atividade ou o evento gerador da certidão de nascimento.

Por isso mesmo, a verdade contida nos documentos arquivísticos é mais contextual, ela representa o contexto de produção do documento e as relações orgânicas com ele estabelecidas; a verdade do documento arquivístico não significa verdade histórica. Os documentos estão “condenados à nossa eterna desconfiança” (CAMARGO, 2009). Desconfiar significa questionar, e faz parte da construção do pensamento científico. Assim, a verdade do documento arquivístico está relacionada ao que o documento revela sobre sua produção, seu produtor e sua organicidade.

Ao analisar a projeção dos arquivos e dos arquivistas na sociedade, não podemos deixar de abordar a concepção de Arquivologia Pós-Moderna, na qual o objetivo do fazer arquivístico não é mais a custódia e sim a gestão e o acesso. Aliado a essa mudança, o fazer arquivístico foca na análise das funções dos processos de criação dos documentos e na teoria social contemporânea, seu acento passa da conservação da prova para a concentração de esforços no desvelamento do contexto de criação e na macroavaliação das funções e atividades do produtor dos documentos.

A Arquivologia Pós-Moderna vem acompanhada de uma tendência em uma visão macro. Em vez de serem analisadas as propriedades do documento, por exemplo, analisam-se as funções e os processos que o geram. Em vez de situar a produção da informação arquivística num lugar específico da estrutura hierárquica institucional, ela é situada num contexto mais amplo de análise das funções e dos processos de criação do documento.

Nesse viés, o presente trabalho pretendeu apontar um cenário relevante de atuação do arquivista diante do dever de memória e do desejo de Arquivo. Este aspecto coloca arquivos e arquivistas no centro das discussões sobre patrimônio, identidade, verdade e poder.

As palavras de Delmas (2010) sobre as quatro serventias dos arquivos à sociedade (provar, lembrar, compreender e identificar) iluminam nossa conclusão. Essas quatro funções representam utilidades distintas dos arquivos, a prova como utilidade jurídica, o lembrar-se

como utilidade na gestão, a compreensão como utilidade científica e a identificação como utilidade social. Cada uma das utilidades, segundo o autor, esteve presente mais fortemente em um determinado momento histórico: por exemplo, a função da prova na Idade Média e a da compreensão no Renascimento.

Tomando como base aspectos relevantes da sociedade contemporânea, podemos compreender que, sem se desligar dos demais elementos, há uma premência de exigências voltadas para a função de identificação, pois se entende ou se proclama a transmissão da memória como de responsabilidade e exigência social. A capacidade dos arquivos de promover a identidade, a identificação, de ser o lugar onde os indivíduos e os grupos sociais podem e devem enxergar-se dialoga com essa característica.

Portanto, se os arquivistas forem capazes de identificar e de se identificar nesse contexto, a proeminência do seu fazer e o poder dos arquivos estarão contribuindo para que a sociedade, por meio dos arquivos, possa identificar-se, produzir sentido, revelar a justiça e tomar conhecimento dos fatos, principalmente os traumáticos e sensíveis. Afinal, nesse entendimento, a disponibilização das informações presentes nos acervos arquivísticos é uma responsabilidade social da qual os arquivistas não devem se abster.

Nota

¹ A exposição a que esse artigo se refere está disponível online em <http://www.memoriaescravidao.rb.gov.br/exposicoes.html>. Esse sítio eletrônico reúne materiais diversificados e interativos sobre os temas Escravidão, Abolição e Pós-Abolição.

Referências Bibliográficas

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ARRUTI, José Maurício e HEYMANN, Luciana. "Memória e reconhecimento: notas sobre as disputas contemporâneas pela gestão da memória na França e no Brasil". In: Márcia de Almeida Gonçalves *et alli* (Orgs). **Qual o valor da História hoje?** Rio de Janeiro, Editora FGV, 2012. pp. 96-119.
- CAMARGO, Ana Maria de Almeida. "Sobre arquivos pessoais". In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: AAB, v.7, n.2, jul./dez. , p. 5- 10, 2008.
- CAMARGO, Ana Maria. "Os arquivos e o acesso à verdade". In: **Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil**. V.II. Cecília MacDowell Santos, Edson Teles, Janaína de Almeida Teles (Orgs.). São Paulo, Aderaldo & Rothschild Editores, 2009.
- COOK, Terry e SCHWARTZ, Joan M. "Archives, Records, and Power: the making of modern memory". In: **Archival Science**. v.2, n.1-2, p.1-19, 2002. Disponível em português em: http://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/pdf/registo_3.pdf
- DELMAS, Bruno. **Arquivos para quê?** Textos escolhidos. São Paulo: Instituto Fernando Henrique Cardoso, 2010. p. 11-123.
- FICO, Carlos. "História do tempo presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis: o caso brasileiro". In: **Varia História**. V. 28, n. 47, Belo Horizonte, jan.jun. 2012.

- HARTOG, François. "Tempo e patrimônio". In: **Varia História**. vol. 22, n.36. 2006, pp. 261-273.
- HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro, Aeroplano, 2000.
- LODOLINI, Elio. **Arquística principios y problemas**. Madrid: Editora La Muralla, 1993.
- NORA, Pierre. "Entre memória e história: a problemática dos lugares". Tradução de Yara Aun Khoury. In: **Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História do Departamento de História da PUC-SP**. São Paulo, n.10, p. 7-28, dez. 1993.
- POMIAN, Krzysztof. "Coleção". In: **Enciclopédia Einaudi**: v. 1 História-Memória. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1984, p. 51-86.
- SILVA, Armando Malheiro da. **A informação: da compreensão do fenômeno e construção do objecto científico**. Porto: Edições Afrontamento, 2006.
- THOMASSEN, Theo. "Uma primeira introdução à Arquivologia". In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, v.5, n.1, pg. 5-16, 2006.

Recebido em 08/12/2015

Aprovado em 20/01/2016



A Dispersão de Fundos de Arquivos Pessoais

Dispersal of Personal Archive fonds

Eliezer Pires da Silva

Arquivista e Mestre em Ciência da Informação pela Universidade Federal Fluminense (UFF),
Doutor em Memória Social pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO) e
Professor adjunto da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
eliezerpires@gmail.com

Mariana Tavares de Melo

Arquivista pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
marianabethiol13@gmail.com

RESUMO: Busca compreender a dispersão de fundos na Arquivologia, considerando a fragmentação dos arquivos pessoais no contexto brasileiro a partir do fenômeno da custódia dividida por mais de uma instituição. O recurso metodológico utilizado foi a revisão da literatura arquivística. Apresenta uma caracterização dos aspectos conceituais sobre os arquivos pessoais, sua dispersão como um tema canônico na Arquivologia e a análise do fenômeno da fragmentação de arquivos pessoais no Brasil.

Palavras-chave: Arquivologia; Dispersão de fundos de arquivos; Arquivos pessoais.

ABSTRACT: *In order to understand the dispersal of fonds in Archival Science, this article considers, in the Brazilian context, the fragmentation of personal archives by the phenomenon of shared custody by more than one institution. Using a review of the Archival Science literature as its methodology, it characterises conceptual aspects of personal archives, their dispersal as a canonical theme in Archival Science and examines the phenomenon of the fragmentation of personal archives in Brazil.*

Keywords: *Archival Science; Dispersal of archival fonds; Personal archives.*

Introdução

Este artigo tem como objetivo discutir a dispersão de fundos de arquivos, considerando a fragmentação dos arquivos pessoais no contexto brasileiro como um aspecto empírico que ilustra essa realidade. O texto inclui resultados da pesquisa intitulada “Arquivos Pessoais Fragmentados: acervos divididos por diferentes instituições”, desenvolvida pelos autores entre os anos de 2013 e 2014 na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro – UNIRIO.

Os arquivos pessoais têm sido definidos na literatura arquivística recente como parte do espectro da Arquivologia e representam possibilidades de fonte de pesquisa para a compreensão da vivência social, de hábitos e comportamentos de uma sociedade em um determinado momento da História. Em uma perspectiva mais específica do tema, aborda-se aqui a seguinte problemática: como a unidade dos arquivos pessoais se evidencia nas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no contexto brasileiro?

Do ponto de vista metodológico, recorreu-se à revisão de literatura. Desse modo, os resultados da pesquisa realizada estão apresentados conforme a estrutura do texto: caracterização dos aspectos conceituais sobre os arquivos pessoais; apresentação da dispersão de fundos como um tema canônico na Arquivologia; e análise sobre a dispersão de fundos de arquivos no Brasil com base no fenômeno da fragmentação de arquivos pessoais sob a custódia partilhada por mais de uma instituição.

Arquivos Pessoais

Os arquivos pessoais são um tipo de “testemunho pessoal”, mas também são testemunhos sociais, culturais... Mackemmish ressalta que a manutenção de arquivos está relacionada a questões fundamentais de identidade cultural e individual (MACKEMMISH, 1996, p.181).

A manutenção de registros é uma “espécie de testemunho”. Em um nível pessoal, é uma forma de evidenciar e memorializar nossas vidas – nossa existência, nossas atividades e experiências, nossas relações com os outros, a nossa identidade, o nosso “lugar” no mundo (MACKEMMISH, 1996, p.175, tradução nossa).

Para Artières, arquivamos nossa própria vida não só para existirmos socialmente, mas também porque “arquivar a própria vida” é um trabalho de construção e reconhecimento de uma identidade própria:

é se pôr no espelho, é contrapor à imagem social a imagem íntima de si próprio, e nesse sentido, o arquivamento do eu é uma prática de construção de si mesmo e de resistência (ARTIÈRES, 1998, p.12).

Apesar de arquivarmos nossas próprias vidas, e de esse arquivamento pessoal fazer parte da construção da nossa existência individual, cultural e social, podemos sublinhar que os arquivos pessoais só “passaram a se destacar” quando foram “entendidos como patrimônio

a ser preservado pela sociedade, ou seja, quando foi reconhecido o seu valor para o estudo histórico e como registro da memória da nação”, conforme Oliveira (2012, p.31).

Esses documentos, em qualquer forma ou suporte, representam a vida de seu titular, suas redes de relacionamento pessoal ou de negócios. Representam também o seu íntimo, suas obras, etc. São, obviamente, registros de seu papel na sociedade, num sentido amplo (OLIVEIRA, 2012, p.33).

Schellenberg, em 1973, quando escreve a primeira edição do clássico *Arquivos Modernos*, classificava o que denominava “papéis privados” em coleções naturais e artificiais. As naturais seriam o que compreendemos hoje como arquivos privados pessoais; já as coleções artificiais seriam aquelas que se referiam a peças colecionadas, oriundas de diversas fontes. Uma coleta “artificial”, portanto. O que hoje compreendemos puramente como coleções.

Heymann, em seu livro *O lugar do Arquivo*, aponta, assim como Bellotto, que os arquivos pessoais seriam um “subconjunto” dos arquivos privados. A autora também indica que, normalmente, esses arquivos são de personalidades cuja documentação se refere – além dos papéis ligados a aspectos mais íntimos da vida do titular, como família, projetos, pensamentos – também às funções e atividades que exerceram na vida pública como estadistas, políticos, literatos, etc.

Anterior aos estudos sobre o tema em nosso país, em 1949, na França, a documentação privada era dividida em AP (*Archives Privées*) e AQ (*Archives Économiques*):

a primeira destinada a receber documentos de famílias ou pessoas, com caráter político, literário e científico, e a segunda para estabelecimentos bancários, industriais e comerciais, constituindo-se separadamente em relação ao restante do acervo (BRANDO; MEREGE, 2009, p.62).

Notemos que os *archives privées* não só incluem os arquivos pessoais, mas os familiares também, embora constituam subgrupos diferentes. Fraiz explica que os arquivos privados pessoais nascem, em parte, do desmembramento dos arquivos familiares. A autora levanta a hipótese de que um dos fatores que provocaram este desmembramento teria sido o “individualismo moderno”, que promoveu o esfacelamento do “binômio família-propriedade” (FRAIZ, 2002, p.55).

Assim, os arquivos pessoais

constituem um fenômeno moderno que emerge dos escombros da dissolução do trinômio que pautou a formação dos arquivos familiares “clássicos”, dotando-os de características outras que determinarão a constituição, a natureza do material acumulado e seu imediato e mediato. Aos conjuntos organicamente acumulados para o necessário desempenho das atividades do titular na esfera pública e privada soma-se uma abundância de material característico de uma guarda circunscrita ao íntimo, pessoal, particular – vestígios do passado familiar, registros das ações presentes da família nuclear e de um círculo amical restrito (FRAIZ, 2002, p.55).

A este tipo de documentação cabe e é adequado um tratamento com base nos princípios arquivísticos. Heymann cita um arquivista espanhol que, em 2004, enfatiza “a necessidade de delimitar com clareza o pertencimento dos arquivos pessoais à categoria dos arquivos” (HEYMANN, 2012, p. 53).

Um arquivo pessoal é simplesmente um fundo. Podemos utilizar este termo, ainda que não estejamos nos referindo agora a códices, mas a manuscritos modernos. Esse fato exige levar em consideração primeiramente o conjunto e, em segundo lugar, as peças concretas [...]. Minha insistência tem motivos. Em muitas ocasiões a coleção silenciou, para não utilizar um termo mais forte, os fundos. Existem muitos exemplos, irritantes na maioria das vezes, da falta de sentido histórico dos bibliotecários (ABAD, 2004:11, apud HEYMANN, 2012, p. 53).

Oliveira pondera sobre isso

Os documentos arquivísticos são produzidos para fins de registro, seja da intimidade, das atividades profissionais e de negócios, ou das relações familiares e sociais. Um diário íntimo, por exemplo, é o registro cotidiano de expressões dos sentimentos, pensamentos e atividades diárias; uma carta de amor é a expressão dos afetos de uma pessoa pela outra; (...); as notas de aula expressam ideias estruturadas por um professor e utilizadas no exercício de sua função; (...) e assim por diante (OLIVEIRA, 2012, p. 34).

Isto quer dizer que não faz sentido tratar biblioteconomicamente, como peças individuais, documentos que têm sentido no conjunto, e que se relacionam entre si. Embora, por diversas razões, possa haver lacunas nesses arquivos. Assim como também pode acontecer nos arquivos institucionais. Tampouco faz sentido tratar um arquivo pessoal como uma coleção, como se todo o conjunto documental fosse o resultado de uma coleta artificial, como uma acumulação “calculada”, e não fruto de ações de seu produtor.

Apesar de serem documentos de arquivo, os arquivos pessoais são visitados, inquiridos, pesquisados por diversos campos do conhecimento. Inclusive Bellotto descreve o campo dos arquivos pessoais como um lugar de “interdisciplinaridade por excelência” (BELLOTTO, 1998, p.202).

Para o campo da Historiografia, por exemplo, o “resgate” da valorização dos arquivos pessoais foi acompanhado por mudanças em seu próprio campo de estudo:

A descoberta dos arquivos privados pelos historiadores em geral está, por conseguinte, associada a uma significativa transformação do campo historiográfico, onde emergem novos objetos e fontes para a pesquisa, a qual, por sua vez, tem que renovar sua prática incorporando novas metodologias, o que não se faz sem uma profunda renovação teórica, marcada pelo abandono de ortodoxias e pela aceitação da pluralidade de escolhas. Isto é, por uma situação de marcante e clara diversidade de abordagens no “fazer história” (GOMES, 1998, p. 122).

Mas o fato de os arquivos pessoais serem interdisciplinares por excelência, e profissionais das mais diversas áreas se debruçarem sobre eles, não precisa ser encarado como um demérito para a Arquivologia. Bellotto mesmo afirma que

A soma dessas visões abrangentes poderá fornecer às metodologias arquivísticas novas luzes, para melhor fundamentar a organização dos documentos pessoais, sem que se percam de vista os princípios básicos da arquivologia (...) (BELLOTTO, 1998, p.202).

Oliveira (2012, p.39) afirma que “o reconhecimento dos arquivos pessoais como fonte de pesquisa para a identidade de uma sociedade (...) implica o arquivista no processo de modo muito particular”. E cita Mackemmish

Os arquivistas estão, em parte, no negócio de assegurar que um arquivo pessoal seja considerado especialmente interessante para a sociedade e que constitua uma parte essencial da memória dessa sociedade, seu conhecimento e identidade cultural – a prova de nós mesmos (MACKEMMISH, 2001, p.1, *apud*, OLIVEIRA, 2012, p.39).

Ou seja, não só os arquivos pessoais são fontes de inestimável valor, como os arquivistas são peças fundamentais para dar “sentido” a esses arquivos e torná-los, como escreveu Mackemmish, interessantes para a sociedade, por meio de seu trabalho de

Identificar as conexões entre os documentos e o que representam, preservar esses documentos de forma que seu sentido inicial, referido em sua produção, seja mantido, e tornar acessíveis esses acervos aos mais diferentes usuários (OLIVEIRA, 2012, p.39).

Portanto, para organizar um fundo documental de um arquivo pessoal, o arquivista precisa se envolver em um vasto trabalho de pesquisa e de diálogo com outras áreas do conhecimento, sem, entretanto, deixar de aplicar as teorias arquivísticas que vão embasar sua metodologia de arranjo.

Embora Priscila Fraiz (2002) constate o esfacelamento dos arquivos familiares, estes ainda existem e se configuram também como um conjunto documental privado, mas diferente do pessoal, que se refere exclusivamente a indivíduos com suas tramas de relações. Os arquivos pessoais são, portanto, aqueles que “se compõem de documentos relacionados particularmente a um indivíduo”, e os arquivos familiares, que são “constituídos por documentos relativos à família” (BRANDO; MEREGE, 2009, p.62).

Compreendemos, então, que dentro do universo de arquivos privados, que podem ser institucionais, empresariais, familiares, há aqueles que se referem não a organizações ou a grupos de pessoas unidas por laços de consanguinidade ou afinidades (famílias), mas a indivíduos que trabalharam em organizações, ou as dirigiram, que tiveram família, amores, se envolveram em ações sociais e políticas. Arquivos pessoais.

No entanto, a realidade da constituição e organização dos arquivos pessoais é bastante diferenciada dos arquivos institucionais. Os arquivos pessoais não deixam de ser um conjunto, que deve ser considerado como um todo orgânico. Mas sua produção e guarda expressam e muito a individualidade de seu produtor, e da família que herda este acervo. O que significa que pode haver uma triagem nesses documentos antes de serem doados a uma entidade custodiadora, e parte dele ficar retida com a família. Ou pode haver ainda a decisão de se doar partes distintas do arquivo para diferentes instituições com as quais o produtor

se relacionou, e, além disso, tantas outras circunstâncias. Seja qual for a situação, é bastante comum ver arquivos pessoais fragmentados, cujos fundos sofreram dispersão.

Dispersão de Fundos

O tema dispersão de fundos está atrelado à quebra de um dos princípios da Arquivologia, o da indivisibilidade ou da integridade arquivística, que estabelece:

Os fundos de arquivo devem ser preservados sem dispersão, mutilação, alienação, destruição não autorizada ou adição indevida. Este princípio deriva do princípio da proveniência (BELLOTTO, 2006, p.88).

Schellenberg reforça a importância da “provenance”:

O princípio ajuda a revelar o significado dos documentos, pois os assuntos de documentos individuais somente podem ser completamente compreendidos, no contexto, com documentos correlatos. Se os documentos são arbitrariamente tirados do seu contexto e reunidos de acordo com um sistema subjetivo e arbitrário qualquer, o real significado dos mesmos, como prova documentária pode se tornar obscuro ou até se perder (SCHELLENBERG, 2006, p.260).

A exposição de conceitos acima elucida não só a importância de não se misturarem documentos de proveniências diferentes, como também reforça a compreensão de que um documento de arquivo não deve se separar de seu conjunto orgânico, do contexto que lhe dá sentido.

A influência do contexto e sua relevância ficam claros em Camargo

Mas não se trata de preciosismo. Organizar e descrever qualquer arquivo em função de seu valor secundário significa retirar dele exatamente os atributos probatórios próprios de sua relação com o contexto de origem. A ideia de que só se obtém informação qualificada quando se compreende seu significado no contexto em que foi produzida é, aliás, partilhada pelos praticantes de várias disciplinas. Para a arquivística, no entanto, a correlação entre a atividade e o documento que a viabiliza (e que, por isso, lhe serve de prova) é crucial e constitui o núcleo básico dos procedimentos que conferem à área caráter científico, distinguindo-a, inclusive, de outras disciplinas com as quais tem sido frequentemente associada (CAMARGO, 2009, p. 31).

Isto significa, de acordo com a autora, que a cientificidade da Arquivologia está exatamente em sua capacidade de recuperar os vínculos orgânicos que atrelam os documentos às atividades que deram origem a eles. Restabelecida esta ligação, é possível determinar o valor de prova do documento, o que confere a devida importância ao documento, seja ele de valor primário ou de valor secundário: “documentos de arquivo são a materialização ou corporificação dos fatos” (CAMARGO, 2009, p. 28).

Bellotto define dispersão de fundos:

A dispersão ocorre quando, por motivos distintos dos já expostos, retiram-se documentos de uma série, séries de um fundo, fundos de um arquivo, para compor séries

e fundos de outro arquivo. Não se está aventando a possibilidade de desaparecimento de documentos ou do desconhecimento do paradeiro de documentos, quando configurados como furto, e sim o fenômeno quando realizado sob o pretexto de políticas ou de reorganizações arquivísticas baseadas em equívocos de ordem política, teórica, metodológica ou prática (BELLOTTO, 2006, p.167).

A autora menciona as seguintes situações em que há ocorrência mais frequente de dispersão de fundos:

sequestro e confisco de documentos, em casos de guerras ou conflitos armados entre países ou entre facções divergentes no mesmo país, o que provoca a saída daqueles registros de seu domicílio legal para as novas sedes governamentais, mesmo em outro país;

avanço indevido, nos casos de separação territorial de municípios, estados, províncias ou países, no sentido de que os novos municípios, estados, províncias ou países se apossam de documentos mais remotos do que os estabelecidos pela data-limite acordada entre as partes. Como é de consenso, eles teriam direito aos documentos de produção recente, cujo conteúdo seria indispensável às novas gestões;

obediência a determinações superiores pontuais e circunstanciais de caráter político, ainda que contrárias às disposições legais ou à tradição vigente;

acatamento de determinações legais correspondentes a situações de época, figurando mesmo em atos normativos de maior peso jurídico como Constituição, estatutos e regimentos, significando obrigações e interesses de momento e discordantes das regras do direito e das metodologias da arquivística e da tradição histórica (BELLOTTO, 2006, p. 168).

Embora Bellotto esteja analisando arquivos institucionais quando trata do tema da dispersão de fundos, podemos nos apropriar desse conceito e trazê-lo para a reflexão e aplicação nos casos dos arquivos pessoais, porque o efeito que decorre da dispersão, ressaltando as diferenças próprias de cada acervo, implica a mesma problemática de resgatar vínculos orgânicos e entender as lacunas geradas pela retirada de “peças documentais” de dentro das séries e de séries de dentro de seus fundos, que

independentemente dessa presença física, houve e há um meio genético de produção e tramitação, no qual o documento unitário não pode estar isolado, ainda que virtualmente, sob o risco de se tornarem completamente prejudicados o seu uso, a sua interpretação e, principalmente, o seu valor de prova ou testemunho (BELLOTTO, 2006, p. 166).

Assim, a partir do entendimento de que arquivo é um *conjunto* de documentos produzidos, recebidos e acumulados por uma determinada pessoa (trazemos a definição para o contexto dos arquivos privados pessoais), dizemos que ele foi disperso se, ao ser recolhido para uma instituição de guarda permanente, teve seu *conjunto partido*. Ou seja, parte de sua documentação foi dividida, doada para outra(s) instituição(ões), que não a escolhida para a guarda definitiva do arquivo. Isto significa que a instituição escolhida pela família ou pelo

próprio titular para custodiar e preservar o resultado da produção e acumulação de anos do titular do arquivo, não obtém e não tem a custódia da *totalidade do conjunto documental* recebido, e precisa criar estratégias empíricas e intelectuais a fim de tratar e organizar um arquivo que foi fragmentado.

Em Heymann vemos elementos específicos que envolvem a dispersão de fundos em arquivos pessoais e a consequência disso:

muitas vezes há uma dispersão do material acumulado pelo titular entre seu cônjuge, descendentes ou outros, envolvendo até disputas acerca dos “legítimos” herdeiros. Isso leva ao fracionamento dos fundos, e até a doações de parcelas para instituições diferentes. Tais instituições podem não ser comunicadas de tal fracionamento. Quando sabem do fato, podem não ter interesse em explicitá-lo exatamente para não terem de dividir o capital adquirido. Tal situação, além de gerar a perda irreversível da organicidade original do conjunto, acarreta problemas para o pesquisador que equivocadamente tomar uma parte pelo todo (HEYMANN, 1997, p.49).

Ducrot, ao estudar a classificação de arquivos pessoais e familiares, também pondera sobre as fragmentações que podem ocorrer, principalmente nessa categoria de arquivos privados, “cujos fundos são menos protegidos e mais sujeitos à fragmentação que os arquivos públicos”. Ducrot denomina estes casos de “fundos lacunares” (DUCROT, 1998, p. 161). Como foi mencionado acima, a autora afirma que as lacunas podem ocorrer devido à venda ou ao extravio da documentação. Mas Ducrot não se debruça sobre o arranjo desses acervos. Só considera o tratamento dos documentos que porventura possam ser reintegrados ao fundo.

Heymann ressalta que é comum uma “ilusão” de conjunto, a “ilusão de um acúmulo documental pautado sempre pelos mesmos critérios, concomitante e homogêneo com relação aos fatos relevantes da vida do titular”. No entanto, é preciso destacar, principalmente no caso de arquivos pessoais, onde não há um “organograma” explícito de funções e atividades, que é necessário considerar, para sua compreensão e organização, não só as “lacunas documentais”, mas também a “história de constituição” do acervo, em que atuaram “outros agentes além do titular” (HEYMANN, 1997, p.49).

Portanto, diante do exposto, reunimos aqui razões para a dispersão dos arquivos pessoais:

- A família doadora, por exemplo, pode decidir ofertar partes da documentação para diferentes instituições de guarda, que, de algum modo, tiveram alguma relação com o titular.
- O conjunto documental pode ser fragmentado ao ser vendido. Cada instituição compradora se apropria dos documentos que lhe pareçam mais interessantes e que tenham a ver com seus próprios conjuntos documentais, sem considerar a dispersão do conjunto original.
- Há também casos em que nunca houve realmente um controle da unidade do conjunto do produtor, já fragmentada entre parentes, amigos, secretárias, e, com

o falecimento do titular, sua documentação se dispersa entre várias pessoas e instituições.

- É comum também que muitos documentos se percam ao longo de sua trajetória. Parte da documentação, retirada do conjunto documental, é guardada por algum parente em local impróprio, e a documentação se deteriora, tornando impossível a restituição do conjunto documental.

Dessa forma, face aos arquivos fragmentados, os arquivistas e documentalistas “privados de inteligibilidade por causa das vicissitudes do processo de acumulação, vão recuperá-la a partir de sua própria interferência” (HEYMANN, 1997, p.45). Não dizemos com isso que não haja cientificidade nem um amplo trabalho de pesquisa por parte destes profissionais sobre o titular do acervo e sua trajetória, mas constatamos que, de certa forma, “a ilusão biográfica gerada pelos arquivos pessoais é tanto um produto da atuação do documentalista como um elemento que o informa” (HEYMANN, 1997, p.45).

Dentro desse contexto, gostaríamos de esclarecer que há casos em que, embora encontremos arquivos e documentos atribuídos a um mesmo titular em diferentes instituições, não sejam casos de fragmentação, mas da coexistência de um fundo e de uma coleção. Este é o caso do arquivo Getúlio Vargas, custodiado pela Fundação Getúlio Vargas, e da coleção que leva o nome do mesmo titular no Museu da República. Embora os documentos tratem do mesmo personagem, sua constituição documental sugere um caráter diferente. O primeiro segue a definição de arquivo como conjunto; já o segundo parece “documentos reunidos obedecendo a critérios científicos, artísticos, de entretenimento ou quaisquer outros que não os funcionais/administrativos” (BELLOTTO, 2006, p.28). Ou ainda “conjunto de documentos, **sem relação orgânica**, aleatoriamente acumulados” (PAES, 1997, p.25, grifo nosso).

Análise sobre a dispersão de Arquivos Pessoais

A fragmentação dos arquivos pessoais, e a dispersão de seus fundos, pode significar tanto uma expressão da história de um determinado personagem como pode ser indicativo de um quadro mais amplo, ligado às entidades custodiadoras e suas relações, sobre a produção dos instrumentos de pesquisa, o papel dos arquivistas e alguns outros aspectos que citaremos a seguir.

Primeiramente, podemos apontar que a atividade normatizada de descrição de acervos arquivísticos é recente. A NOBRADE – Norma Brasileira de Descrição Arquivística data de 2006. E embora a ISAD-G (norma geral internacional de descrição arquivística) tenha sua primeira versão publicada em 1994, ainda assim podemos dizer que essas normas e discussões sobre a descrição de fundos arquivísticos são bastante atuais. Em contraste, as instituições que custodiam arquivos pessoais e institucionais têm sua existência muito anterior à normalização da descrição de arquivos. Logo, ressaltamos que o registro dos arquivos e

o registro sobre os arquivos têm sua própria historicidade. O registro de informações ou a ausência deste se inserem num tempo e num espaço histórico, social, cultural.

A ausência de dados no campo “fontes relacionadas” nos instrumentos de pesquisa pode, portanto, ser um indicativo da inexistência de um sistema efetivo e integrado que permita o diálogo entre diferentes instituições (e seus acervos). Muitas vezes, a entidade custodiadora só tem ciência da dispersão do fundo que possui quando, a partir de seus estudos e pesquisas sobre a vida do titular e do conhecimento de seu conjunto documental, começa a detectar lacunas e ausências (por exemplo, de um determinado período da vida do titular do arquivo). Diante de suas possibilidades, pode tentar pesquisar onde se encontram outras parcelas deste arquivo.

Para além das questões de políticas arquivísticas, é preciso considerar também as próprias demandas e dificuldades internas que existem nas instituições de guarda de arquivos. Quando se conta apenas com uma equipe reduzida e poucos recursos, é compreensível que a opção seja por conhecer, organizar e tratar sua própria documentação.

Igualmente importante, podemos considerar que, se houvesse mais integração entre as entidades custodadoras, seriam maiores as possibilidades de enriquecimento do trabalho de pesquisa do e sobre o arquivo. Pois, mesmo que separados fisicamente, haveria uma possibilidade de resgatar a identificação dos vínculos orgânicos.

Fragmentados ou não, os arquivistas, ou documentalistas, precisam, da mesma forma, pesquisar quem foi, o que fez, no que acreditava, pelo que lutava, um determinado personagem cujo arquivo esteja em suas mãos. Se o arquivo estiver fragmentado, isso pode significar um número muito maior de lacunas, o que representa um trabalho maior de pesquisa.

Considerações Finais

Os arquivos pessoais, no âmbito desta pesquisa, foram considerados uma construção social relevante para evidenciar protocolos, valores e comportamentos das pessoas, materializados no acervo envolto por camadas de ações do produtor, dos arquivistas e dos “intérpretes”, em diferentes momentos de sua trajetória de preservação.

A materialidade dos arquivos pessoais se impõe ao arquivista na unidade que é o conjunto de documentos atribuído ao mesmo produtor, devendo se ater aos conteúdos, aos percursos dos arquivos, às operações classificatórias e aos instrumentos de pesquisa construídos para efetivar o acesso aos documentos, levando em consideração as frequentes fragmentações de arquivos pessoais sob a custódia de mais de uma instituição.

No quadro da pesquisa realizada, os arquivos pessoais identificados se encaixam em um perfil de pessoas públicas, cuja documentação abrange, em especial, o exercício de cargos, atividades literárias e acadêmicas, ainda que sem as fórmulas padronizadas das tipologias documentais, mas revelando um processo de acumulação de documentos empreendido individual e coletivamente, o que problematiza as associações absolutas entre arquivo pessoal

e personalidade individual. De modo geral, ilumina-se a pertinência de esforços que desvelem os processos particulares de constituição de cada fundo de arquivo pessoal.

As situações mais frequentes de dispersão de fundos de arquivos institucionais são decorrentes de sequestro e conflito de documentos em caso de guerra ou conflitos armados entre países; separações territoriais com posse indevida de documentos; e determinações superiores de caráter político envolvendo interesses de momento contrários ao direito ou à tradição histórica. Essa é a perspectiva canônica de abordagem do tema na literatura da Arquivologia. No entanto, no caso dos arquivos pessoais, a dispersão decorre de preferências do produtor e de familiares que herdaram a documentação, além das políticas de aquisição praticadas pelas entidades custodiadoras de acervos arquivísticos no Brasil.

Ao analisar as descrições dos acervos arquivísticos no Sistema de Informação do Arquivo Nacional – que foi a amostra escolhida para ilustrar o cenário brasileiro –, observou-se a ausência de informações nos campos de descrição que revelariam a existência de parte do fundo em outra instituição. Assim, foi possível constatar que a dispersão de fundos de arquivos pessoais no Brasil envolve, em parte, a ocultação desse fenômeno pelas instituições arquivísticas.

A dispersão de fundos de arquivos pessoais talvez não possa ser evitada de todo. Além das questões de política de arquivos e das próprias questões institucionais, a existência da dispersão de fundos está relacionada às escolhas da família que doa, ou do doador, assim como pode ser a expressão da própria “fragmentação” da vida do titular. Isto é, múltiplas funções sociais, profissionais, diversos casamentos. No momento do falecimento do titular e do recolhimento de sua documentação, parte pode ser entregue a uma instituição, parte pode nunca ser entregue, e parte pode ser doada a outra instituição.

Uma divisão familiar pode significar que uma parte da família decide doar a documentação que está em sua posse, e outra parte pode optar por não doar, ou por doar para outra instituição que ache mais adequada. Ainda, se um titular foi professor e político, por exemplo, os doadores podem considerar propício doar parte da documentação para uma instituição de ensino e parte para outra instituição que tenha relação com as atividades políticas do titular, e assim fragmentar o arquivo. Isso porque a vida interfere de tantas maneiras não só na produção e na acumulação dos documentos, mas também na hora do recolhimento destes, que é inevitável que essas relações (não) se expressem no arquivo de uma pessoa.

Referências Bibliográficas

- ARTIÈRES, Philippe. "Arquivar a própria vida". In: **Estudos Históricos**, n. 210, 1998. Rio de Janeiro, p.9-34.
- BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos permanentes: tratamento documental**. 4ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.
- _____. "Arquivos pessoais em face da teoria arquivística tradicional: debate com Terry Cook". In: **Estudos Históricos**, v. 11, n. 21, 1998. Rio de Janeiro, p.201-207.
- _____. **Como Fazer Análise Diplomática e Análise Tipológica de Documento de Arquivo / Heloísa Liberalli Bellotto**. São Paulo: Arquivo do Estado/ Imprensa Oficial, 2002. 120 p. (Projeto Como Fazer, 8).
- BRANDO, Daniele Cavaliere e MEREGE, Ana Lúcia. "Arquivos privados na Biblioteca Nacional". In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Minas Gerais. Ano XLV. Nº 2. p.58-71, Julho/Dezembro de 2009.
- BRASIL. **Lei nº 8.159, de 8 de janeiro de 1991**. Dispõem sobre a Política Nacional de Arquivos Públicos e Privados e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8159.htm>.
- CAMARGO, Ana Maria. "Arquivos Pessoais são Arquivos". In: **Revista do Arquivo Público Mineiro**. Belo Horizonte, ano XLV, n. 2, p.26-39, Julho/Dezembro de 2009.
- DUCHEIN, Michel. "O Respeito aos Fundos em Arquivística: princípios teóricos e problemas práticos". In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro: abril, 1982, p.14-33.
- DUCROT, Ariane. "A Classificação dos Arquivos Pessoais e Familiares". In: **Estudos Históricos**. vol.11, n.21, Rio de Janeiro. 1998. P.151-168.
- FRAIZ, Priscila. "Arquivos familiares e pessoais: o Fundo da Família Carneiro". In: **Registro Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba**. São Paulo, v. 1, n.1, p. 55-59, 2002.
- GOMES, Angela de Castro. "Nas malhas do feitiço: o historiador e os encantos dos arquivos privados". In: **Estudos Históricos**. vol. 11, n. 21, Rio de Janeiro, p.121-7. 1998.
- HEYMANN, Luciana Quillet. **O lugar do Arquivo: a construção do legado de Darcy Ribeiro**. Rio de Janeiro: Contra Capa/ FAPERJ, 2012.
- MCKEMMISH, Sue. "Evidence of me". In: **The Australian Library Journal August**. 1996, pp. 174-187. Disponível em: <<http://www.tandfonline.com/doi/pdf/10.1080/00049670.1996.10755757>>. Acesso em 08 abr. 2015.
- OLIVEIRA, Lucia Maria Velloso de. **Descrição e pesquisa: reflexões em torno dos arquivos pessoais**. Rio de Janeiro: Móbile, 2012.
- PAES, Marilena Leite. **Arquivo: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1997.
- SCHELLENBERG, Theodore R. **Arquivos Modernos: princípios e técnicas**. 6ª Ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

Recebido em 21/01/2016

Aprovado em 20/02/2016

Dossiê:
Avenida Presidente Vargas:
vamos fazê-la!



EST. 1.500

GOVERNO GETULIO VARGAS
REMODELACAO DA CIDADE
DO RIO DE JANEIRO

INICIADA EM 1940

Apresentação

“Vamos fazê-la!”¹, ordena, entusiasmado, o presidente Getúlio Vargas diante da maquete do projeto do prolongamento da Avenida do Mangue apresentada na Feira de Amostras de 1938. Uma proposta acalentada desde a transferência da Corte portuguesa para a capital da colônia, no início do século XIX, quando sanear e transpor as terras alagadiças do Mangal de São Diogo tornam-se demandas prementes. Sob o traçado único da atual Avenida Presidente Vargas repousam camadas de propostas, de caminhos e avenidas abrangendo partes ou toda a extensão desta via; e de questões relativas tanto aos antecedentes quanto à implantação do projeto da Avenida e seus desdobramentos.

Ao buscarmos desvelar aspectos ainda pouco analisados das camadas que estruturam a história urbana desta avenida de grande importância para a cidade do Rio de Janeiro, assumimos o desafio de transpor para o papel análises desta intervenção urbanística e nos dissemos entusiasmados: Vamos escrevê-la!

As questões abordadas nos artigos que compõem este dossiê são apresentadas a seguir de forma sintética, em três tópicos: A Avenida, em que destacamos a Avenida Presidente Vargas e sua inscrição em uma história das avenidas; As avenidas, no qual sobressaem os aspectos relacionados às múltiplas camadas da Avenida; e Da Avenida, dedicado ao papel das imagens para a compreensão da construção histórica da Avenida.

A Avenida

A Avenida Presidente Vargas atravessa a área central da cidade do Rio de Janeiro no sentido leste/oeste, percorrendo seis bairros ao longo de 4,4km, ligando dois pontos da Baía de Guanabara – o Cais dos Mineiros e o Canal do Mangue² – aos subúrbios da cidade. Arquiteturas, espaços livres e renitentes vazios urbanos, representativos de vários momentos da história urbana carioca, pontuam a avenida, conferindo-lhe um ritmo característico no qual ambiências urbanas de já reconhecida significação cultural se alternam com outras, mais recentes, marcadamente anódinas. A cisão espacial realizada na área central por esta drástica cirurgia urbana é reforçada pelas intervenções viárias promovidas após a abertura da avenida e pode ser lida nos distintos setores internos e externos que organiza. A notável centralidade urbana e metropolitana exercida pela Avenida relaciona-se, sobretudo, à sua valorização como eixo viário. Um processo que a distancia da concepção das avenidas bulevares, associadas ao ir e vir do flunar, e a aproxima das vias arteriais, dominadas pelo grande fluxo de automóveis e transportes públicos, nas quais os pedestres não se demoram.

Esta Avenida que começa na primeira rua aberta na várzea no período colonial, a Rua Direita, atual rua Primeiro de Março, termina logo após o Trevo das Forças Armadas,

na Avenida Presidente Castelo Branco (Avenida Radial Oeste) que segue em direção aos subúrbios. É interessante observar que, ao contrário da Avenida Rio Branco (1905), que pode ser considerada, no momento da inauguração, como uma exposição da linguagem eclética e de uma dinâmica social que emergiam naquele período, a Avenida Presidente Vargas (1944) nunca chega a se constituir como uma avenida moderna, mesmo que conte com belos exemplares da arquitetura moderna e que seja contemporânea ao atual Palácio Capanema (1937-1945), ícone urbano da modernidade do século XX (Segre, 2013).

A intervenção urbana inaugurada em 1944 atinge as quadras localizadas entre a Praça XI (a oeste), a Avenida Rio Branco (a leste), as ruas General Câmara e Visconde de Itaúna (ao sul), e as ruas São Pedro e Senador Euzébio (ao norte), promovendo conexões e desconexões com o tecido urbano dessa área. Por um lado, a Avenida conecta o antigo núcleo urbano à *Cidade Nova*, sua área de expansão imediata no século XIX. Por outro lado, cinde, espacialmente, a área central em duas metades: a norte, dominada por uma pequena sucessão de morros e a região portuária; e a sul, desguarnecida dos morros que a separavam do valorizado vetor de expansão sul da cidade. As intervenções urbanísticas executadas posteriormente, bem como a normativa urbanística a elas associada, só vem reforçar esta cisão. No expressivo mosaico de tecidos urbanos produzido por esta avenida em permanente construção se desenvolvem práticas socioespaciais definidoras das territorialidades observadas na Avenida.

Como todo projeto urbano, as avenidas vão se consolidando à medida que vão sendo apropriadas pelas práticas cotidianas e incorporadas ao imaginário urbano. Contar a história de uma avenida requer, portanto, que se investigue uma pletora de aspectos relacionados que reforçam a multidisciplinaridade do campo do urbanismo. Desvelar criticamente as contradições que animam as camadas históricas que estruturam a Avenida é o objetivo dos artigos apresentados neste dossiê.

As avenidas

Os artigos apresentados trazem à luz aspectos ainda inéditos sobre a Avenida Presidente Vargas. A investigação das múltiplas camadas que configuram a Avenida analisa os projetos concebidos para este traçado desde o século XIX até os dias atuais. Esta revisão historiográfica abarca os projetos que antecedem a abertura da avenida que varreu do mapa os bairros localizados entre as ruas General Câmara e São Pedro; os discursos, estratégias institucionais e de financiamento que a viabilizaram; os “vazios esvaziados” e as marcas deixadas pelos projetos não implementados até uma análise do seu patrimônio cultural.

São olhares que nos fazem perceber que a história urbana da Avenida Presidente Vargas precede sua inauguração, há setenta anos, e ultrapassa sua dimensão material. Os seis artigos que compõem este dossiê expressam e valorizam esta multiplicidade de

olhares sobre fatos que, muitas vezes, se repetem; afinal, todos têm como objeto a mesma avenida. No primeiro artigo, buscamos situar a abertura da Avenida Presidente Vargas, seus desdobramentos e contrapontos, no contexto da história das avenidas que se insinua na leitura dinâmica dos usos e significados que a palavra “avenida” assume na modernidade. Na sequência, Priscilla Peixoto demonstra como as raízes da Avenida Presidente Vargas se entrelaçam com os primórdios do pensamento urbanístico no Brasil e Evelyn Furquim o papel central que os discursos exercem na definição das narrativas da avenida como teatro do poder e território de diferentes grupos sociais. A análise das estratégias institucionais e legais de financiamento da abertura da Avenida, apresentada por Fernanda Furtado e Vera Rezende, traz contribuições originais não apenas para a compreensão da história da Avenida, mas também para o debate atual sobre intervenções urbanas. Andréa Sampaio destaca o papel que projetos e normas implementadas, e não implementadas, mas que deixam rastros, desempenham na configuração espacial da Avenida e do seu patrimônio urbanístico. O quadro elaborado por Guilherme Meirelles relativo à normativa urbanística e patrimonial que salvaguarda o patrimônio arquitetônico e urbanístico da Avenida, por sua vez, encerra o dossiê sublinhando a importância de elaborar novos estudos, lançar novos olhares sobre o tema.

Esta breve síntese dos textos que compõem o dossiê certamente não faz jus às contribuições que trazem, sendo mais um aperitivo das análises que apresentam do processo de concepção e implantação da Avenida Presidente Vargas. Uma história em construção.

Da Avenida

Antes de passar aos artigos, é vital assinalar a importância das imagens e da valiosa documentação disponível no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ), que fazem dessa instituição um local privilegiado da memória do fazer urbanístico desta cidade e para a reconstrução da história urbana da Avenida Presidente Vargas.

Uma história urbana que conta, desde o final dos anos 1970, com a participação do edifício- sede do AGCRJ em sua paisagem urbana. Tal qual uma ostra, esta edificação cerrada ao exterior e de dimensões modestas para o importante acervo que abriga, se destaca em seu ambiente urbano pelo contraste que estabelece com as edificações que a ladeiam, o Instituto de Atenção Social São Francisco de Assis (HESFA), localizado na mesma quadra, e a sede dos Correios e Telégrafos, que ocupa integralmente a quadra vizinha. Enquanto o HESFA se constitui em um marco histórico da ocupação da área ao se instalar na recém-aberta Avenida do Mangue, em 1876, as edificações mais recentes reforçam a predominância do uso institucional neste trecho da Cidade Nova às margens do Canal do Mangue.

As imagens que apresentamos a seguir trazem aspectos comuns a todos os textos sem que se sobreponham às imagens e aos mapas específicos de cada artigo. Elas se iniciam

com um mapa marcando a localização das ruas, os nomes e lugares citados amiúde nos artigos e apresenta imagens que capturam olhares ainda pouco conhecidos da construção histórica da Avenida Presidente Vargas. Imagens possibilitadas pela consolidação da fotografia e do cinema como instrumentos de documentação visual da vida urbana no período compreendido entre a abertura da Avenida do Mangue (1858) e a da Avenida Presidente Vargas (1944). Elas são um pequeno aperitivo a estes artigos. Vamos a elas!

Andréa de Lacerda Pessoa Borde
Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo
da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Recebido em 10/05/2016

Aprovado em 19/06/2016

Notas

¹ Segundo Oliveira Reis (1977, p.111), assim teria se dirigido o presidente, sorrindo, ao prefeito e ao Secretário de Viação: “Vamos fazê-la!”.

² O Canal do Mangue interliga as avenidas Presidente Vargas e Francisco Bicalho à Baía de Guanabara. A realização desta obra de infraestrutura urbana começou a ser empreendida pelo Barão de Mauá nos anos 1850 interessado em instalar a Fábrica de Gás nos terrenos ainda

pouco ocupados da extensa área de mangue que se estendia da foz do Rio Comprido até a área conhecida, posteriormente, como Praça XI. No início do século XX, o Prefeito Pereira Passos abriu a Avenida Francisco Bicalho nos moldes da Avenida do Mangue, prolongando o Canal até os lados de São Cristóvão e Praia Formosa, na Baía de Guanabara, a fim de estabelecer uma faixa de portuária desde a Praça Mauá à Praia do Caju.

Referências Bibliográficas

BORDE, Andréa de L.P. **Vazios Urbanos: Perspectivas contemporâneas**. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ). Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

REIS, José de O. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos**. Rio de Janeiro: DGPC, 1977.

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernidade brasileira**. São Paulo: Romano Guerra, 2013.

Avenida Presidente Vargas: *narrativas históricas*

Avenida Presidente Vargas: historical narratives

Andréa de Lacerda Pessôa Borde

Arquiteta Urbanista, Mestre em Artes Visuais e Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), com Pós-Doutorado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal da Bahia (UFBA). Professora da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ); Coordenadora do Laboratório de Patrimônio Cultural e Cidades Contemporâneas (LAPA/PROURB) e Pesquisadora do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq)
andreaborde@gmail.com

RESUMO: A abertura de uma avenida é um projeto com escala e complexidade que vem se ampliando desde meados do século XIX, quando passa a se identificar mais fortemente com um traçado moderno. As sucessivas ampliações conceituais que a “avenida” conhece nessa trajetória são evidenciadas nos usos que nela se desenvolvem e nos significados que vão sendo atribuídos nesse processo. Neste artigo, temos por objetivo esboçar uma narrativa histórica sobre as avenidas, e mais particularmente sobre a Avenida Presidente Vargas, no Rio de Janeiro. Neste sentido, optamos por uma leitura dinâmica desta história a partir dos usos e significados que a palavra “avenida” assume, a fim de situar a abertura da Avenida Presidente Vargas e seus desdobramentos no contexto da história das avenidas, e dos contrapontos históricos dessa avenida. Esta releitura se volta para a compreensão das palavras, ideias e imagens que embasam a construção cultural dos projetos, tramas e traçados desta avenida de grande centralidade metropolitana.

Palavras-chave: Avenidas; Intervenção Urbana; Avenida Presidente Vargas.

ABSTRACT: *The opening up of an avenue is a project that has grown in scale and complexity since the mid-19th century, when avenues came to be more strongly identified with a modern layout. The successive expansions of the “avenue” concept in the interim are evident in the uses that have developed and the meanings that have been attributed to it in the process. This article traces a historical narrative of avenues, more particularly Avenida Presidente Vargas in Rio de Janeiro. It opts for a dynamic interpretation of its history on the basis, first, of the usages and meanings that the word “avenue” has acquired, in order to situate the opening of Avenida Presidente Vargas and developments from it in the context of the history of avenues and, second, of the historical counterpoints to that avenue. This re-interpretation is directed to understanding the words, ideas and images underpinning the cultural construction of the plans, plots and routings of this avenue which is so central to the metropolis.*

Keywords: Avenues; Urban Intervention; Avenida Presidente Vargas.

Uma avenida, muitas vozes

Desde as primeiras avenidas modernas traçadas no solo de grandes cidades ocidentais, ainda no século XVIII, a abertura de uma avenida é um projeto com escala e complexidade que vêm se ampliando e passando a identificar muitas das intervenções urbanas promovidas, sobretudo, a partir de meados do século XIX. Nessa trajetória, a avenida passa por sucessivas ampliações conceituais que conduzem de um simples traçado de uma grande rua aos bulevares e, desde meados do século XX, às grandes avenidas do urbanismo rodoviarista concebidas como eixos viários. Caminho semelhante ao percorrido pela sinfonia, que, de peças renascentistas para poucos instrumentos, chega aos dias atuais associada com a concepção classicista de composições orquestrais escritas em quatro movimentos. Tal como as sinfonias, as avenidas passam a se constituir em arranjos complexos, polifônicos, verdadeiras óperas, que fazem das ruas singelos interlúdios.

Uma história das avenidas se entrelaça, assim, com as diferentes formas assumidas pelo projeto moderno a cada momento histórico, e não pode ser dissociada das histórias que as alimentam. Esboçar uma narrativa histórica sobre as avenidas significa não apenas identificar os agentes dessa história, as condições socioculturais e o quadro institucional que as viabilizam, mas também promover uma leitura dinâmica dos aspectos formais, funcionais, simbólicos que nos permita compreender o sistema de valores que as práticas socioespaciais que nelas se desenvolvem põe em movimento. Tema que extrapola, por certo, os contornos deste artigo. Nada nos impede, no entanto, de avançar em três subtemas considerando o contexto mais amplo no qual se inserem. É assim que seguimos os rastros deixados pelos diferentes usos e significados que a palavra “avenida” assume em sua trajetória moderna a fim de situar a abertura da Avenida Presidente Vargas e seus desdobramentos no contexto da história das avenidas. À medida que percorremos a história da Avenida Presidente Vargas e a própria avenida, identificamos contrapontos gerados pelo processo de formação deste espaço e que fazem pulsar sua dinâmica urbana. Dentre estes podemos citar, entre os mais marcantes para a configuração espacial da Avenida, os cheios e vazios; áreas valorizadas e não valorizadas; projeto e não projeto. Uma releitura por este viés poderá nos fazer compreender um pouco mais sobre as palavras, ideias e imagens que embasam a construção cultural de seus projetos, tramas e traçados, sendo apenas uma das muitas narrativas que podem ser desenhadas das *avenidas sinfonias*.

Nesta apresentação do tema, delimitaremos nosso recorte analítico da Avenida Presidente Vargas ao projeto que foi efetivamente implantado no espaço urbano carioca e inaugurado em 1944. Esta avenida pode ser descrita como uma ligação de quatro quilômetros entre dois pontos da Baía de Guanabara que se torna real em 1944, após uma longa trajetória de projetos imaginados. Embora sucinta, quantas camadas de informação estão contidas nesta definição! Quantas questões ela nos desperta sobre as múltiplas vozes que constroem a

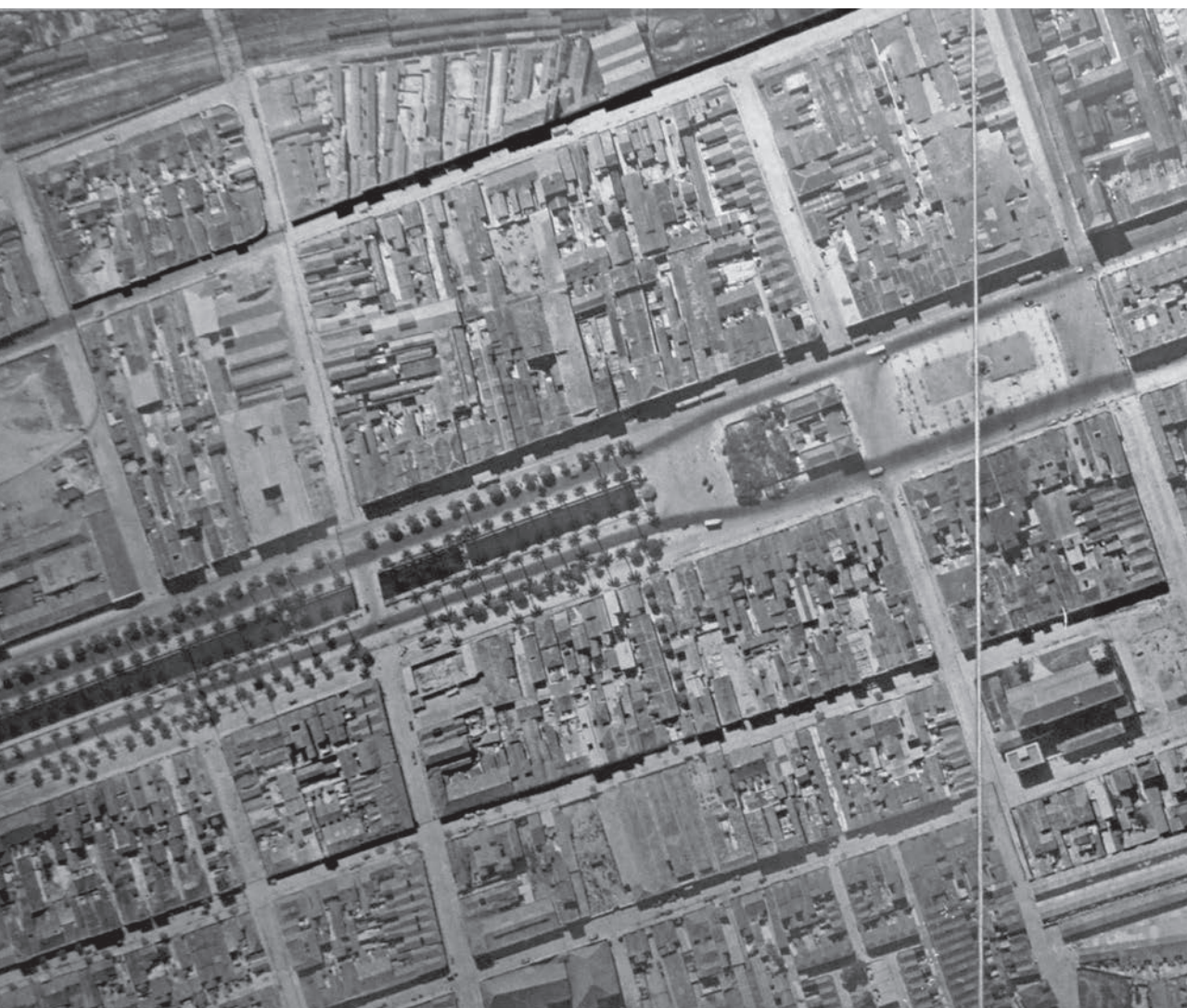
história dessa avenida! Assumimos, assim, o desvelamento dessas camadas e a identificação dessas questões como tópico inicial das narrativas históricas que buscaremos descrever sobre a Avenida Presidente Vargas.

O projeto implementado da Avenida Presidente Vargas integra o Plano de Extensão e Transformação da Cidade elaborado na gestão do prefeito Henrique Dodsworth (1937-1945) pela Comissão do Plano da Cidade com o objetivo de melhorar as condições de circulação e saneamento da capital federal. Esta Comissão, instituída em 1931 para adaptar o Plano de Extensão, Remodelamento e Embelezamento da Cidade do Rio de Janeiro (1930), elaborado pelo urbanista francês Alfred Agache, às novas situações urbanas é extinta em 1936 e reorganizada por Dodsworth em 1937. A releitura das diretrizes do Plano de Agache e a elaboração dos projetos do novo Plano são feitas pelo quadro técnico da prefeitura, que



Figura 01 - Operários trabalham na abertura da Avenida Presidente Vargas. Os sobrados de até três pavimentos ainda dominam a paisagem. Fonte: AGCRJ, Obras de Abertura da Avenida Presidente Vargas (sem autor), 1942.

contava entre seus arquitetos e engenheiros com José de Oliveira Reis, Hermínio de Andrade e Silva, Edwaldo Vasconcellos, Affonso Reidy e Helio Alves de Brito. Este último chefiaria o Serviço Técnico Especial da Avenida Presidente Vargas, criado para operacionalizar a execução do projeto. Na versão da Comissão, a Avenida do Mangue, do Plano Agache, transforma-se em Avenida 10 de Novembro e perde uma de suas características principais: a transferência da Estação Central da Estrada de Ferro para uma rótula a ser criada no local onde hoje se localiza o Trevo das Forças Armadas. Esta rótula seria o ponto de conexão modal entre os “cinco dedos da mão”, síntese adotada pelo urbanista francês para explicar sua proposta de conexão viária da cidade. Ao perder esta rótula, o projeto da Avenida perdeu também o seu ponto focal final. Trocou os princípios do planejamento da Sociedade Francesa



de Urbanismo, da qual Agache foi um dos fundadores, pelos princípios rodoviaristas que, a partir da década seguinte, iriam recortar e transformar a área central.

Em 1938, o Serviço Técnico do Plano da Cidade retoma a proposta de prolongamento da Avenida do Mangue, elabora desenhos e constrói maquetes para serem expostas na Feira de Amostras que seria realizada em novembro daquele ano em comemoração ao golpe que havia instituído o Estado Novo um ano antes. Em 1940 é determinada a desapropriação total das quadras localizadas entre a Praça Onze de Novembro e o Cais dos Mineiros para a demolição de dois quilômetros de tecido consolidado. Uma ação que promoveria a desconexão das relações estabelecidas nessas praças, casas, lojas, mercado e igrejas ao longo de mais de três séculos de história urbana.



Figura 02 - A Estrutura urbana da área central antes da abertura da Avenida Presidente Vargas registrada no Mosaico Fotográfico de 1928/1935. Neste trecho vê-se a Avenida do Mangue entre a Fábrica de Gás e o Campo de Santana. As quadras situadas entre este Campo e a Praça XI, próxima ao Canal do Mangue, seriam demolidas para abertura do prolongamento dessa avenida em direção ao Cais dos Mineiros. Fonte: AGCRJ, Avenida Presidente Vargas – Prefeitura do Distrito Federal, Diretoria de Secretaria do Gabinete (sem autor), 1935.

A fim de evitar este futuro anunciado, Rodrigo Mello Franco, diretor do Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), protesta contra a demolição de duas igrejas e de uma faixa do Campo de Santana, no processo que propõe o destombamento da Igreja São Pedro dos Clérigos (BRASIL, 1941 pp.7-8), e sugere um traçado alternativo para a Avenida, que seguiria, após o Campo de Santana, em direção à Rua Marechal Floriano. No entanto, apesar dos protestos da população e de Rodrigo Mello Franco, a Comissão do Plano da Cidade se mantém irredutível na implementação deste projeto argumentando que o traçado retilíneo seria mais adequado por atingir quadras desvalorizadas; a Igreja São Pedro dos Clérigos poderia ser transferida para outro local onde teria mais visibilidade; e que o edifício da Alfândega – também tombado pelo SPHAN –, após intervenção sofrida nos anos 1860, é apenas “um velho casarão imprestável”. Assim, com o aval de um decreto presidencial desaparecem sob os escombros da Avenida, em 1941, os bens tombados localizados no eixo da Avenida. O cenário delineado no parecer da Comissão do Plano da Cidade não acontece. O que é alvissareiro do ponto de vista do edifício da Alfândega, que não chega a ser posto abaixo, mas uma perda para o patrimônio cultural carioca no que se refere à Igreja São Pedro dos Clérigos que nunca chega a ser reconstruída.

Eliminados os “obstáculos”, as obras se desenvolvem em ritmo acelerado, de acordo com as prioridades estabelecidas por um governo autoritário e pelo contexto político e econômico da Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e em três anos é inaugurada a Avenida Presidente Vargas. Ou melhor dizendo, a grande passarela emoldurada por antigos sobrados, quadras vazias e pontuada por edificações notáveis remanescentes do século anterior, como a Igreja Nossa Senhora da Candelária (séculos XVIII/XIX), a Fábrica de Gás (1854) e o Hospital São Francisco de Assis (1879), e pelas novas sedes da Estação Central do Brasil (1941), do Palácio Duque de Caxias (1941) e pelo Edifício Pedro Ernesto, ou “Balança mas não cai” (1944). Destituído das quadras “desvalorizadas”, e de seus habitantes, o eixo da avenida passa a ser dominado pelos automóveis, exceto quando por ali desfilam as tropas no dia 7 de setembro.

Ao longo dessas sete décadas, foram erguidos, de forma descontinuada no tempo, os edifícios que configuram a Avenida Presidente Vargas. Muitos respeitaram os gabaritos propostos no projeto da Avenida, outros se destacam por se descolarem da normativa urbanística, como é o caso do edifício do Banco Central (1985). Muitos lotes se mantiveram em situação de vazio urbano desde 1944 até recentemente, quando começaram a ser ocupados na última década. Este *work in progress* – projeto em andamento - da Avenida é responsável pela delimitação de seis setores internos claramente identificáveis em sua extensão.

O primeiro setor, no sentido leste-oeste, é o da Candelária, uma expansão do centro financeiro da Avenida Rio Branco que corta a Avenida Presidente Vargas no trecho inicial. Este setor é densamente ocupado por instituições financeiras, corporativas, educacionais e culturais. Nele estão situadas arquiteturas dos séculos XVII, XIX e XX. No setor seguinte, o da Uruguaiana, a parede de edifícios comerciais cede lugar ao rendilhado dos antigos

sobrados e a alguns vazios urbanos, sendo o mais emblemático deles a grande área criada na esquina da Rua Uruguaiana com a implantação do sistema metroviário no final dos anos 1970. Após quase duas décadas em situação de vazio urbano, em 1994 a prefeitura destina a área às instalações temporárias do comércio ambulante, o Mercado Popular Uruguaiana, ou Camelódromo. O Setor da Central/Campo de Santana era, até a última década, o que mostrava uma presença maior de cheios do que de vazios. Este setor marca o meio da Avenida. Os três setores descritos até aqui integram o projeto de 1944. Os setores descritos a seguir fazem parte da Avenida do Mangue (1858), incorporada à Avenida Presidente Vargas (1944).



Figura 03 - Setores da Presidente Vargas. Fonte: Acervo LAPA/PROURB.

Embora as maquetes do projeto, expostas em 1938, registrem a intenção de abranger este trecho até a Praça da Bandeira, as obras não avançaram nessa direção no início dos anos 1940. Renovar os lotes desse trecho, ocupados por uma população de baixa renda, passa a ser uma diretriz urbanística das décadas seguintes. O setor do Sambódromo é aquele onde os vazios resultantes dos projetos ali implementados – construção do Viaduto 31 de março (1965) e do Sambódromo (1984) – estão mais presentes. Os setores seguintes da Cidade Nova e do Paulo de Frontin, após a renovação urbana promovida na área, tiveram seus lotes ocupados por instituições públicas diante da falta de interesse do setor privado em investir neles até pouco tempo. Ali se situam dois marcos neoclássicos da ocupação da Avenida do Mangue, a Fábrica de Gás (1854) e o antigo Asilo da Mendicidade (1879), atual Instituto de Atenção Especial São Francisco de Assis. A Avenida Presidente Vargas termina, a oeste, no grande emaranhado viário do Trevo das Forças Armadas, um somatório de ligações viárias que sobrepõem, de acordo com uma análise das demandas geradas pelo desenvolvimento urbano da cidade, que faz da Bica dos Marinheiros, ou Ponte dos Marinheiros, uma singela lembrança.

Além desses setores internos, é possível identificar setores externos que se nutrem da proximidade com a Avenida Presidente Vargas. Ao sul, ao longo da Rua da Alfândega, e ao norte, ao longo da Avenida Marechal Floriano, situam-se núcleos de comércio varejista

apartados pela abertura da Avenida. O sul se caracteriza pela expansão continuada da malha urbana, a presença das centralidades históricas da cidade do Rio de Janeiro – como a Praça XV e o Campo de Santana, considerados por Sisson (2008) as centralidades urbanas do século XVIII e XIX, respectivamente – e pelas novas espacialidades resultantes da demolição dos morros do Senado (1901), do Castelo (1922) e de Santo Antônio (1954), onde se observa a presença de muitos lotes vazios. Já o setor norte se caracteriza, ao contrário, pela presença marcante da sequência de quatro morros. As quadras e os lotes dos morros da Conceição e do Pinto (nos extremos leste e oeste) são ocupados por população de mais baixa renda, mas também por alguns artistas. O Morro da Providência pode ser considerado a primeira “favela” da cidade, uma morfologia urbana que se espalhou pelo Morro do Livramento. O sopé desses morros, ao longo das ruas Senador Pompeu e Barão de São Félix, caracteriza-se pela presença de cortiços. Desde 1999 este setor é objeto do projeto Porto Maravilha.

A Avenida Presidente Vargas chega aos dias atuais como uma importante centralidade metropolitana e, ao mesmo tempo, uma significativa cisão espacial no tecido da área central carioca referendada pelas divisões administrativas, pela normativa urbanística e pelos projetos propostos para sua área de abrangência. É urgente reconectar os tecidos cindidos por esta intervenção a partir da proposição de um projeto urbano para toda a Avenida, respeitando as diversidades que a caracterizam.

Avenidas, um traçado moderno

Avenida Presidente Vargas, Avenida Rio Branco, Avenida Beira-Mar, Avenida Atlântica, Avenida das Américas, Avenida Dom Helder Câmara, Avenida Brasil. Estas são algumas das avenidas que estruturam a trama urbana do Rio de Janeiro. Elas não são apenas ruas extensas ou largas. Avenidas são, em sua maioria, sinônimos de traçados que impulsionam a cidade em direção a um futuro idealizado. Definição que se aplica tanto às avenidas abertas como caminhos de penetração nas áreas de expansão urbana como àquelas cujo projeto tem por objetivo requalificar o tecido urbano consolidado. Assim, avenidas são, desde o século XVIII, as portas de entrada da modernidade tal como concebida nos diferentes momentos históricos. Elas trazem em seus topônimos, traçados e tramas, traços de projetos de cidade. Este será, portanto, o nosso viés de análise ao buscarmos reconstituir, a partir desses traços, a singularidade da história da Avenida Presidente Vargas no contexto de uma história das avenidas cariocas¹.

Muitos são os usos e significados da palavra “avenida” em sua trajetória histórica nas cidades europeias e brasileiras, como identifica Topalov (2014, pp.76-83). Neste artigo, adotamos a concepção de avenida relacionada à palavra francesa *avenue*, que remete tanto a *l'avenir*, o futuro, como a *venir*, vir, chegar. Um sentido próximo ao da palavra russa para avenida, *prospekta*, perspectiva. As avenidas são, assim, tanto o

caminho de chegada a um lugar – “as avenidas do palácio” (AUGÉ, 1930, p.83) – como a via hierarquicamente mais larga e importante que a rua. No contexto urbano brasileiro e carioca, o uso da palavra avenida se associa menos à sua concepção formal – como alameda ou bulevar – do que ao traço projetual que conduzirá a cidade a uma nova etapa do projeto moderno.

Um projeto que tem nas arborizadas *promenades* francesas e na socialmente dinâmica e diversificada *prospekta* russa, os lugares onde o novo modo de vida urbano se faz representar a partir do século XVIII. Como nos conta o escritor Henri Decremps no livro *Le Parisien à Londres*, publicado em 1739: “Algumas ruas nessa cidade são tão largas e providas de calçadas tão boas e limpas que podem ser usadas como *promenades*” (*apud* CONLIN, 2015, p.80). Ou, ainda, Nicolai Gogol, que afirma no início do seu livro *Prospekta Niévski*, publicado em 1835, que: “Não há nada melhor do que a Avenida Niévski, pelo menos em Petersburgo; para esta cidade, ela representa tudo” (GOGOL, 1992, p.9). Esta avenida russa se constitui, na concepção de Gogol, tanto em uma materialização no espaço urbano como em uma representação simbólica das características que a modernidade adquire naquele momento, como nos mostra Berman (1986). Traços dessa modernidade estão expressas, por exemplo, no relato que a francesa Flora Tristan (1840) faz de sua viagem a Londres, a maior cidade da época – iluminada a gás, mas sem saneamento básico:

Que cidade imensa, Londres! (...)

Mas é especialmente à noite que Londres precisa ser vista! Londres, das luzes mágicas de milhares de lâmpadas, alimentadas a gás, é brilhante! Suas ruas largas, que se estendem ao infinito; suas lojas, onde os fluxos de luz, de mil cores, fazem brilhar a infinidade de obras-primas produzidas pela indústria humana.

Cenário vivenciado por Irineu Evangelista de Souza, futuro barão de Mauá, quando chega a Londres naquele mesmo ano, que volta com sonhos de industrial e com os olhos impregnados das fábricas e das luzes que vira naquela cidade moderna e o incentivariam a trazer a iluminação a gás para o Rio de Janeiro e promover a abertura da Avenida do Mangue (1858).

Antes, porém, vamos a Paris, onde, nos anos 1850, quando o barão de Haussmann promove uma grande intervenção sobre o tecido consolidado da cidade e estabelece uma rede de ruas largas interligando diversos pontos. Segundo Harvey (2013), Haussmann institui a imagem da “destruição criativa” como um dos principais elementos que assegurariam a implementação do projeto modernista. Esta imagem sinaliza a centralidade que a ruptura com o passado adquire nesse projeto e que viria a ser, de acordo com Berman (1986), um dos ingredientes da “tragédia do desenvolvimento”. O dilema entre a permanência das formas urbanas relacionadas a esse passado, que se quer soterrado sob as novas formas do espaço moderno, pode ser também compreendido – seguindo a análise de Argan (1992) quanto à questão da sobrevivência dos bens culturais – como uma luta entre duas culturas em que

a primeira é vista como oposta à segunda, que, conseqüentemente, adota como meta a destruição da primeira, considerada como obstáculo ao seu desenvolvimento.

Para nomear estas grandes vias modernas, migra do campo para a cidade a palavra *boulevard*, utilizada para designar áreas resultantes de aterro. Esta adaptação sinaliza, assim, o caráter de produto de uma intervenção sobre o solo urbano das novas *promenades*. Estas amplas vias arborizadas teriam sido concebidas não apenas para dar visibilidade ao novo modo de vida urbano, mas, como assinala Lefebvre (1991), para assegurar o controle sobre



Paris e arredores, que pouco tempo antes haviam se insurgido na Comuna de Paris (1848), permitindo que por elas circulassem as tropas. É nessa estrutura urbana, que sobrepõe uma rede de grandes bulevares ao tecido antigo parisiense recortado por pequenas ruas, que surge um *tipo urbano* característico da modernidade do século XIX, o *flâneur* baudelairiano, aquele que passeia pela cidade para experimentá-la. Um tipo essencialmente moderno que, diante da inexorável transitoriedade do ambiente urbano e da vida cotidiana, não a nega, mas busca experimentá-la nos passeios cotidianos. Os bulevares tornam-se sinônimos de modernidade, se disseminam por muitas cidades do mundo ocidental e aportam no Rio de Janeiro.

Embora a Avenida do Mangue – inaugurada em 1858 e reinaugurada *aformoseada* em 1875 – seja contemporânea à intervenção de Haussmann, o uso da palavra avenida com o significado de bulevar ainda terá que esperar algumas décadas. Enquanto o barão de Haussmann (1851-1870) “*destruiria criativamente*” Paris cortando a cidade com seus amplos bulevares, o barão de Mauá (1851-1860) financia e infraestrutura uma área contígua ao núcleo urbano e cria condições para sua expansão continuada por meio do novo vetor de ocupação, a Avenida do Mangue. Financiada pelo capital industrial, inspirada pela iluminação a gás londrina, no contexto de uma cidade de ruas estreitas, nasce, assim, no último quartel do século XIX, já *aformoseada*, a Avenida do Mangue. Os dois barões foram apenas contemporâneos e personagens históricos profundamente envolvidos com a transformação urbana, mas que em nada se aproximavam em termos de métodos, procedimentos e financiamentos.

Esta *avenida bulevar* será concebida no contexto da reforma urbana promovida na área central na primeira década do século XX. Entre as medidas consideradas indispensáveis pelo prefeito Pereira Passos, que empreende esta grande intervenção, para que a configuração urbana carioca se aproximasse da parisiense e passasse a atrair o investimento internacional, destaca-se a abertura de uma avenida conectando o novo porto à área central e às



Figura 04 - **Avenida do Mangue: formoso bulevar.** Fonte: AGCRJ, Mangue, Praça XI (sem autor), 1942.

valorizadas áreas de expansão sul. É traçada, assim, a Avenida Central. Esta intervenção sobre o tecido consolidado do núcleo urbano original atende aos mesmos princípios da destruição criativa que orientaram o plano de Haussmann para Paris e adota em seu traçado estratégias projetuais semelhantes às utilizadas para abertura da Avenue de l'Opera. Coroando estas avenidas, dois teatros que se assemelham na linguagem arquitetônica, mas contrastam em volumetria e implantação.

As intervenções de Passos contribuem para ampliar o repertório de símbolos que participam da identidade cultural carioca ao mesmo tempo em que expõem o caráter excludente do projeto modernizador. “Vamos fazer a Avenida!”, a senha de ingresso neste “mundo urbano civilizado”, do qual a Avenida Central, com suas instituições, sedes de empresas, comércio, cinemas e espaços públicos, de feição acadêmica e eclética, se converte na sua mais refinada tradução, não é distribuída a todos. Esse modo de vida urbano associado ao projeto moderno não inclui as práticas socioespaciais dos segmentos de mais baixa renda e dos escravos recém- libertos que constituem uma grande parcela da população carioca. Uma tensão do projeto moderno que pode ser observada nesse período não apenas no Brasil, mas em toda a América Latina.

Mesmo perdendo o nome “Central” em 1912, em prol da homenagem feita ao barão do Rio Branco, os traços de centralidade da nova avenida crescem progressivamente. A expressão “Vamos fazer a avenida!” se reveste não só de um aspecto cultural, de usufruto da paisagem carioca, mas constitui-se também em uma chamada, feita pelo Estado, aos investidores particulares para construir a avenida, cuja aparência externa já estava definida no Concurso de Fachadas (BRENNER, 1985). A Avenida Central estabelece, assim, um contraponto à Avenida do Manguê, aberta por iniciativa do barão de Mauá, que nela instala a Fábrica de Gás (1858), destinada à iluminação pública, e a Estação Central da Estrada de Ferro, ao legitimar o projeto da avenida como uma atribuição do Estado, cabendo ao capital privado edificar as margens da avenida reloteada. Um processo que confere ao corolário econômico adotado um papel tão importante quanto os projetos urbanos que lhe serviram de inspiração (PACE, 1985, p.575).

A Avenida Rio Branco se estabelece, assim, ao longo de todo o seu eixo, como o centro financeiro da cidade. O extremo sul dela passa a se formar com a construção da Academia de Belas Artes (1906), do Teatro Municipal (1909), da Biblioteca Nacional, da Cinelândia (1924) e da Assembleia Legislativa (1926), em torno da Praça Floriano, reconfigurada, após a demolição do Convento da Ajuda (1911), em um importante centro político e cultural da cidade². Como consequência, seus valorizados lotes passam por sucessivos períodos de verticalização. Uma trajetória que pode ser observada ainda hoje em seus edifícios filiados a diferentes linguagens arquitetônicas: os poucos remanescentes da primeira geração de seis pavimentos e os conjuntos da segunda geração de doze pavimentos nos quais predomina a linguagem eclética – marcos da verticalização promovida nos anos 1920 com o uso do

concreto armado, que enxuga os excessos ecléticos em uma linguagem mais próxima ao decô e depois adota, sucessivamente, o repertório da arquitetura moderna e pós-moderna.

Essa trajetória considerada bem-sucedida anima urbanistas, como o francês Alfred Agache, a propor, em 1930, o prolongamento da Avenida do Mangue, perpendicularmente à Avenida Rio Branco, a fim de possibilitar maior conexão entre o núcleo original, a Cidade Nova e as áreas de expansão que seguem a linha do trem, desde 1858, e a expansão, ou transbordamento, do centro financeiro para a nova avenida. Começa-se a vislumbrar a possibilidade de fazer com que este traçado saísse do papel. Os anos 1930 são, no entanto, tempos de mudanças políticas e, consequentemente, de novos discursos. Ao se tornar não mais o prolongamento em direção ao Cais (oeste/leste), mas o eixo de penetração no interior da cidade (leste/oeste), o traçado afina-se com o discurso de Getúlio Vargas lançando as bases para a intervenção que se torna uma das maiores expressões da sua vontade política, a Avenida Presidente Vargas³.

Projetos, tramas e traçados

A Avenida Presidente Vargas abandona muitos dos usos e significados que animaram os projetos das avenidas cariocas que a precederam como *grande rua* ou *bulevar* associados às avenidas mais próximas, como a Avenida do Mangue (1858), Rio Branco (1904-1905) e Beira-Mar (1906). O intenso fluxo de veículos, o lento processo de ocupação dos lotes esvaziados às suas margens e as dimensões da avenida reforçam o sentido de *eixo viário*⁴ e sua associação à imagem-síntese de *grande vazio* (LIMA, 1989). Um significado que assinala o privilégio funcional conferido à circulação de veículos, mais do que à de pedestres, e uma imagem-síntese que remete à leitura lefebvriana dos bulevares haussmannianos: “Os vazios [espaços abertos] têm um sentido: proclamam alto e forte a glória e o poder do Estado que os arranja” (LEFEBVRE, 1991, p.16). Esta associação entre significado e imagem-síntese contribui para enfatizar a cisão espacial agenciada na malha urbana, consolidada e continuada, da área central para a abertura da avenida. Um impacto que mesmo as políticas urbanas e a normativa urbanística, que poderiam amenizar os impactos morfológicos desta intervenção, só contribuem para perpetuá-la.

A Avenida Presidente Vargas representa uma nova etapa da implantação do projeto moderno no Rio de Janeiro. A *destruição criativa* promovida cinquenta anos antes para a abertura da Avenida Central ganha dimensões de *fúria urbanística* na Avenida Presidente Vargas. Muitas avenidas projetadas nesse período, e mesmo nas décadas seguintes, no tecido consolidado da área central, exemplificam a expansão do significado da palavra *avenida* como *eixo viário*, como, entre outras, as avenidas República do Chile e República do Paraguai.

No período compreendido entre a abertura da Avenida do Mangue (1858) e de seu prolongamento, a Avenida Presidente Vargas (1944), muitas avenidas são projetadas no

Rio, no Brasil, na América Latina e na Europa, tendo em vista o caráter de inserção na modernidade que essas intervenções urbanas agregavam, guardando entre si similaridades e diferenças significativas. Em São Paulo, em acelerado processo de desenvolvimento desde o alvorecer do século XX, Ramos de Azevedo elabora, nos anos 1920, o Plano das Avenidas, reestruturando a circulação viária na capital paulista.

Na América do Sul, as mais próximas são as avenidas de Maio (1894) e 9 de Julho (1930), em Buenos Aires, e as avenidas Central (1904/1905) e Presidente Vargas (1944), no Rio de Janeiro. Segre e Rosenbusch (2010) vislumbram articulações entre as avenidas portenha e carioca mais antigas a partir de uma releitura da forma urbana de ambas e dos aspectos sociais, políticos e institucionais que as conformaram. Analisando os processos de concepção e implementação das avenidas 9 de julho, em Buenos Aires, e Presidente Vargas, no Rio de Janeiro, percebemos que ambas são exemplos de projetos urbanos que aguardaram décadas até saírem do papel e, depois, até serem considerados predominantemente concluídos.

Cem anos se passaram desde o primeiro traçado dessa avenida portenha, em 1880, até sua conclusão, nos anos 1990. A aprovação chega no início dos anos 1910; as obras se iniciam somente nos anos 1930, sendo a avenida inaugurada por trechos: o primeiro em 1937 e o último em 1979. As desapropriações e demolições, porém, se mantêm até os anos 1990. Fazia parte do projeto de abertura dessa avenida, tal como na Presidente Vargas, a demolição de uma sequência de quadras. No entanto, a avenida portenha concilia, nos seus 140 metros de largura, usos de eixo viário e de bulevar. Se o intenso fluxo de veículos, corredores exclusivos de ônibus e o tempo necessário para atravessá-la a pé de um lado a outro são elementos que contribuem para conferir um sentido de eixo viário a esta grande rua, os hotéis, restaurantes, bares, lojas, teatros, bem como os comércios de bairro, não permitem que se esvaeça o significado de avenida como um bulevar, um local de encontros.

Na Avenida Presidente Vargas, o longo processo de construção dos lotes e quadras, que sobrevém à abertura das avenidas, representa não apenas a ancoragem da imagem-síntese de grande vazão como a configuração de um tecido urbano heterogêneo e descontínuo resultante do processo de construir onde havia sido destruído (o trecho entre a Igreja da Candelária a Praça XI) e destruir o que estava edificado (Praça XI a Cidade Nova), para construir um espaço renovado e próspero. Na tentativa de reproduzir as condições da bem-sucedida Avenida Rio Branco, o Estado abre caminhos para o investimento do capital privado na construção dos novos edifícios e impulsiona o transbordamento da pujança econômica continuada associada ao ambiente construído da Avenida Rio Branco para a nova avenida. No entanto, a história não se desenrola como o pretendido no enredo do projeto da Avenida Presidente Vargas. O capital privado investe apenas nos lotes mais próximos à Avenida Rio Branco e não demonstra interesse em investir na reconstrução das quadras que foram sendo demolidas no trecho oeste, a Cidade Nova, após a inauguração da Avenida

Presidente Vargas, em 1944. As inversões tomam o rumo da Zona Sul, e a Cidade Nova e sua área de entorno são ocupadas predominantemente por instituições públicas a partir dos anos 1970. Os *vazios esvaziados* gerados neste processo – terrenos baldios, imóveis que perderam o uso ou a ocupação ou, ainda, terrenos subutilizados para estacionamento no rastro do vazio deixado pelo Estado em relação aos transportes públicos – permanecem como tal por décadas. Somente nas duas últimas décadas algumas dessas situações históricas de vazio urbano vêm sendo revertidas. Estes *vazios* conferem à morfologia urbana da avenida traços de alteridade, de descontinuidade e, paradoxalmente, de permanência. Eles deixam entrever um ambiente construído que se quis ocultar, como os sobrados do Rio Colonial e Imperial. Esta configuração espacial, pontuada, ao mesmo tempo, por marcos urbanos, arquitetônicos e paisagísticos e por vazios urbanos de diversas temporalidades, sugere uma avenida de *contrapontos*, uma avenida inacabada e aberta a novas leituras.

Uma avenida de contrapontos

A ideia de *avenida de contrapontos* guiará nosso percurso pela Avenida Presidente Vargas. Utilizamos a palavra contraponto – musicalmente identificada com uma técnica de composição em que melodias distintas, executadas simultaneamente, se sobrepõem - no sentido daquilo que contrasta com algo e, ao mesmo tempo, o complementa. Assim é que temos na avenida, entre outros contrapontos, o *lado de lá* e o *lado de cá*; o *cheio* e o *vazio*; o *primo pobre* e o *primo rico*; o *projetado* e o *não projetado*; o *compacto* e o *rarefeito*. Uma releitura da avenida a partir dos seus contrapontos históricos nos permitirá investigar as maneiras pelas quais a noção de projeto, as práticas socioespaciais e as imagens-sínteses associadas a esta grande via se sobrepõem e se complementam gerando contrapontos.

Ao percorrer esta grande via, nos deparamos com marcos arquitetônicos e urbanísticos localizados em sua área de abrangência como as importantes estações de transportes ferroviário, metroviário e rodoviário, que conectam a avenida aos demais bairros da cidade e municípios da região metropolitana; os ícones arquitetônicos de diversas temporalidades da história urbana carioca, muitos dos quais protegidos pela legislação do patrimônio cultural; um grande parque urbano; a sede administrativa da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro; importantes centros de comércio popular; instituições de ensino universitário; o Sambódromo; e edifícios de comércio e serviços da área central de negócios. Todos podem ser considerados como indutores de intenso fluxo de pessoas na área. Mas o que é circular pela avenida, percorrer a avenida?

Caminhar pela avenida no sentido leste-oeste, do Cais dos Mineiros até a Avenida Radial Oeste, começa por uma ambiência ampla dominada por veículos, ladeada pelos centros culturais, edifícios corporativos, área da Marinha, seguida por uma ambiência quase íntima, fechada, com edifícios de altura reduzida em relação ao resto da avenida a prestar

homenagem à Igreja da Candelária, uma das maiores da cidade, que fica parecendo pequena diante de tanta reverência.

À medida que os edifícios mais altos vão abrindo vazios, algumas quadras adiante começam a se revelar no perfil montanhoso distante o Corcovado, o Cristo Redentor, que acompanha todo o lado esquerdo da avenida até o final. Do lado direito, os edifícios só começaram a rarear mais perto do núcleo do antigo Ministério da Guerra e da Central do Brasil, quando, então, despontam, bem próximos à avenida, os morros da Providência e do Pinto, que dominam a paisagem desse lado da avenida – recentemente modificada com a construção da estação de metrô Cidade Nova – até o encontro com o Canal do Mangue.

O centro da avenida é marcado pelo grande vazio definido pela largura da via, pelo intenso movimento de veículos e de pedestres apressados, por elevados cruzando a pista e pelo conjunto habitacional localizado além do entroncamento viário.

Os parâmetros de desenho urbano, que delicadamente marcaram o início do percurso da avenida, cedem a vez aos traçados da engenharia viária. De avenida a eixo viário, parece ser não apenas a história desse percurso imaginário pela avenida, mas o principal dilema que sua trajetória aponta: *avenida ou eixo viário?*

De fato, a avenida não é considerada na totalidade de sua extensão em nenhum plano, projeto ou legislação urbanística. Ora é considerado apenas seu lado direito, mais próximo aos bairros de Saúde, Santo Cristo e Gamboa, que compõem a zona portuária; ora apenas os quarteirões relativos à II Região Administrativa, Centro, correspondendo aos setores iniciais, do Cais dos Mineiros até o Viaduto 31 de Março; ora fazem propostas apenas para a Cidade Nova, trecho final à esquerda, além de outras propostas pontuais. Estas iniciativas, se por um lado podem contribuir para revitalizar de alguma maneira a área, por outro, reforçam as cisões explícitas e implícitas da avenida. Cisões ditadas pelo tecido urbano, mas também pelas relações históricas reforçadas pelo imaginário urbano a elas associado e que aponta para a persistência de algumas imagens-sínteses que estabelecem contrapontos entre si e em torno das quais se organiza a história da avenida.

Primo Rico/Primo Pobre

Para analisarmos o primeiro contraponto histórico dessa via, recorreremos ao programa humorístico da Radio Nacional, dos anos 1950, “Balança, mas não cai” – que teria sido uma das origens do nome pelo qual ficou conhecido o Edifício Pedro Ernesto (1944) – e ao seu célebre quadro “Primo rico, primo pobre”, que abordava visões de mundo distintas, de acordo com o acesso que tinham às facilidades proporcionadas pelo capital. Estas imagens-sínteses traduzem de maneira bastante adequada o contraponto que foi se estabelecendo entre as áreas valorizadas e desvalorizadas dessa avenida.

O trecho identificado com o “Primo rico” seria aquele compreendido entre o Cais dos Mineiros e o Campo de Santana, e que corresponde ao denso núcleo urbano original de

ocupação, em torno do qual se organizou a cidade até o início do século XIX. Para além dos limites deste núcleo ficavam as áreas do “Primo pobre”, destinadas aos usos considerados impróprios à convivência urbana, como despejo de esgotos, curtumes, atividades portuárias e mercado de escravos.

A fim de estender os domínios do “Primo rico”, é incentivada, por Decreto Real, a ocupação da área que se estende entre o Campo de Santana e a Ponte dos Marinheiros, considerada de difícil ocupação, em função do Mangal de São Diogo, por sobrados, passando a ser denominada Cidade Nova, por oposição à Cidade Velha. Os usos indesejados se transferem para a orla portuária.

No entanto, o lado esquerdo da Cidade Nova é ocupado, de maneira muito rarefeita, até mesmo por causa dos aterramentos que precisam ser feitos. A ocupação ganha impulso com a chegada dos novos assalariados à cidade, imigrantes e escravos libertos, a partir de 1850. O convívio entre diferentes culturas favorece a formação de redutos culturais, como a Praça Onze, considerada o berço de diversas expressões culturais, como o samba carioca. Com o desenvolvimento urbano e o crescimento da cidade, a Cidade Nova passa a ser identificada como a zona de baixo meretrício, a Vila Mimosa. A permanência deste uso é registrada por Doxiadis (1965) ao relatar a presença de inúmeros sobrados, em péssimo estado de conservação, onde se praticava a prostituição. Uma situação que o urbanista grego identifica como “deterioração urbana” e que propõe reverter com seu plano para o Estado da Guanabara parcialmente implementado. Muitos desses sobrados foram abaixo para a construção do Centro Administrativo da Prefeitura no início dos anos 1970. Os que restaram foram demolidos nos anos 1990.

O lado direito da Cidade Nova, no entanto, registra uma história ligeiramente diferente. Este é o trecho fundador da avenida. É nele que se localiza ainda hoje a Fábrica de Gás, indutora de ocupação da área, e a Estação Central da Estrada de Ferro, ambas criadas pelo barão de Mauá no final dos anos 1850. Em 1893 é demolido o famoso cortiço Cabeça de Porco, localizado aos pés do Morro da Providência. Doxiadis registra, no diagnóstico que elabora sobre o Mangue nos anos 1960, a presença da atividade fabril neste trecho estreito entre o antigo Caminho do Aterrado e os morros da Providência e do Pinto.

“Primo pobre, Primo rico” é apenas um dos aspectos do contraponto observado entre *o lado de lá* e *o lado de cá* ao percorrermos a avenida. E não são poucos esses *lados*. Existem tantos lados de cá e lados de lá quanto a pluralidade de aspectos com os quais aquele que a vivencia se identifica: o lado do Centro, o lado do Porto; o lado da Candelária e o lado da Praça da Bandeira; o lado de cá e o lado de lá da Avenida Rio Branco, do Campo de Santana, do Sambódromo.

Dentre estes, os que mais se destacam ainda são o lado da antiga Avenida do Mangue e o lado do seu prolongamento, a Avenida Presidente Vargas, que posteriormente daria nome a todo o conjunto. O Campo de Santana e o edifício da Central marcam o eixo histórico



Figura 05 - Demolição da Igreja Nossa Senhora da Conceição. Uma das igrejas atingidas pela fúria demolidora. Fonte: AGCRJ, Demolição (Provável Uriel Malta), 1942.



Figura 06 - Construção do edifício sede do atual IPERJ, de autoria de Affonso Eduardo Reidy. Fonte: AGCRJ (sem autor), 1963.

dessa distinção. O trecho da antiga Avenida do Mangue, ocupado por quarteirões proletários, é identificado por Vargas como grande entrave ao projeto moderno que queria implantar na cidade; o segundo, associado aos setores nobres e valorizados pelo prolongamento da Avenida do Mangue. O que conduz ao segundo contraponto observado: onde começa e onde acaba o projeto da avenida?

Projeto acabado, inacabado ou *work in progress*?

Será que uma avenida está pronta quando é inaugurada ou é, por definição, um projeto continuamente em andamento - um *work in progress* -, uma construção histórica? Esta pergunta é, evidentemente, retórica.

Uma avenida vai se formando à medida que nela vão sendo construídos os edifícios, os espaços públicos, as pessoas para lá se transferem ou passam a frequentar, enfim, quando aquela via passa a fazer parte da vida urbana.

Na Avenida Presidente Vargas, com a inauguração do “primeiro trecho”, em 1944, a antiga Avenida do Mangue passa a ser considerada como o trecho seguinte, sendo condenada à expectativa da intervenção iminente. Nas décadas seguintes, as demolições avançam lentamente, nem sempre sendo seguidas por uma recomposição do ambiente construído. Uma condição urbana fomentada pelas contínuas mudanças dos contextos políticos, administrativos e financeiros, como: o fim do Estado do Novo e da Segunda Guerra Mundial (1945), a transferência da capital para Brasília (1960) e a consequente perda da capitalidade do Rio de Janeiro; a Ditadura Militar (1964/1985); a cidade do Rio de Janeiro se transforma de Distrito Federal em Estado da Guanabara (1960) e, posteriormente, em capital do Estado do Rio de Janeiro (1976).

Nos anos 1970, o Estado se propõe a ocupar os lotes esvaziados do Mangue com sedes de instituições públicas como a Prefeitura (sem sede própria desde 1944, quando é demolida a antiga sede, localizada no eixo da avenida), os Correios, o Arquivo, o Centro de Manutenção do Metrô. O objetivo de estimular a ocupação da área, no entanto, é apenas incipientemente alcançado. Esta área só ganha novo fôlego nos anos 1990/2000, com a instalação da Universidade Petrobras, do Centro de Convenções da Sul América Seguros, um Polo de Informações da Oi e a estação de metrô Cidade Nova. Serão estes empreendimentos capazes de reverter o imaginário da Cidade Nova como área desvalorizada, degradada e esquecida? Será que a ocupação de seus vazios urbanos promoverá uma mudança na percepção da avenida, anulando ou, ao menos, minimizando suas cisões?

Figura 07 - O Viaduto São Sebastião marca o limite leste da Cidade Nova. Este viaduto integra a Linha Lilás (Plano Doxiadis, 1965) junto com o Túnel Santa Bárbara, ligando Laranjeiras a Santo Cristo. Ao fundo, a área portuária e à direita, o Morro da Providência; às margens da Avenida, à esquerda, as oficinas projetadas pelo arquiteto Eládio Dieste; e, em primeiro plano urbanização da área arrasada do bairro do Catumbi. Fonte: AGCRJ, Novo Viaduto da Linha Lilás (sem autor), 1979.

Figura 08 - Cidade Nova no final dos anos 1970. Instituto de Atenção São Francisco de Assis (HESFA) e os edifícios em construção da sede dos Correios e Telégrafos, à direita, e o conjunto residencial Cidade Nova, ao fundo. Entre o HESFA e os Correios seria construída, até o final da década, a sede do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro (AGCRJ). Fonte: AGCRJ, Hospital São Francisco de Assis – Cidade Nova (sem autor), 13/08/1978.





O trecho do projeto inaugurado em 1944 representou uma brutal intervenção do Estado, financiada pelo Banco do Brasil. No entanto, o transbordamento do centro financeiro para a nova avenida se restringe às quadras próximas à Avenida Rio Branco, se rarefazendo nas quadras seguintes. Assim, *a imagem-síntese que se queria agregar à Avenida Presidente Vargas de novo centro financeiro não obteve o êxito pretendido*. Os edifícios que seriam construídos nas quadras reloteadas não surgiram, fazendo com que os sobrados ecléticos da cidade imperial participem da nova avenida. Uma paisagem cultivada pela combinação de retenção especulativa e valorização do transporte individual que manteve os terrenos não edificadas e explorados para fins de estacionamento.

A Avenida Presidente Vargas se constitui como um projeto inacabado mais pelos elementos urbanos que não foram construídos, como as passagens inferiores, do que pelas demolições/reconstruções. Como destaca Dodsworth (1955), constava do projeto original a abertura de quatro passagens viárias inferiores nos cruzamentos com a Avenida Rio Branco, a Rua Uruguaiana, a Avenida Passos e a Praça da República, e outras destinadas a pedestres. No entanto, o tempo exigido para a remoção e o desvio das canalizações subterrâneas dessas vias foram entraves que não puderam ser superados no tempo exíguo previsto para a conclusão das obras da avenida. Atravessar a pé a largura dessa avenida pontuada por cruzamentos em nível é, assim, um obstáculo à vivência deste espaço.

Como uma coda

Ao final deste artigo, a imagem que desponta é a de fragmentos de avenida. Unidade é uma imagem que poderia se aplicar aos bulevares haussmannianos ou à primeira geração de edifícios da Avenida Rio Branco, não à Avenida Presidente Vargas. Diversidade, permanência, alteridade, cisão, são associações que surgem ao se pensar nos contrapontos da avenida. Quais caminhos as narrativas históricas aqui esboçadas podem sugerir para o futuro urbano dessa avenida? Sim, porque é importante pensar em ações que conciliem os projetos e destinos da Avenida Presidente Vargas. Ações que atuem, sobretudo, sobre a cisão espacial promovida no tecido urbano da área central.

Pensar em uma costura, como se costumava propor até poucos anos atrás, significaria conectar o centro histórico ao porto, a sede da prefeitura e outros edifícios institucionais aos bairros populares do Morro do Pinto e da Providência, entre outras conexões que parecem improváveis. Será que um dos caminhos seria, assim, não as “costuras”, mas o enfrentamento dos dilemas e contrapontos que identificamos? Será o futuro das avenidas adaptarem-se a eixos viários? E mais, será que as avenidas *centrais*, intensamente utilizadas por aqueles que nela circulam, trabalham, habitam e desfrutam atividades de lazer, não podem ser associadas a uma *nova avenida* que agregue os sentidos de bulevar, de avenida e, em menor intensidade, de eixo viário?

Para tanto, é importante pensar em projetos que articulem e estimulem práticas espaciais compatíveis com esta *nova avenida* em toda a sua extensão, e que sejam orientados, como propõe Ascher (2005), para o desenvolvimento cultural, econômico, para a equidade social e a preservação dos recursos não renováveis, que delineiem a configuração dos espaços públicos, cuja principal função deveria ser minimizar o impacto que imagens-sínteses associadas à cisão espacial sempre exerceram sobre a construção social da avenida.

Notas

¹ Desenvolvemos neste artigo algumas reflexões despertadas nas pesquisas que realizamos, com apoio da CAPES e do CNPq, centradas na análise da Avenida Presidente Vargas e de algumas avenidas cariocas, apresentadas na tese (Borde, 2006), no vídeo “6 Avenidas”, apresentados na exposição “A Rua é nossa, é de todos nós” (2009) e no artigo “Avenida Presidente Vargas: contrapontos” apresentado no XII Seminário de História da Cidade e do Urbanismo (2012).

² O extremo norte, organizado em torno da Praça Mauá só terá sua urbanização completada em 1910 e, mesmo com a construção do Edifício A Noite (1928) sua significação simbólica esteve até recentemente associada predominantemente às atividades portuárias.

³ Um dos desdobramentos desta vontade política de Vargas de investir fortemente no provimento de estruturas urbanas foi o crescimento da construção civil no Brasil nos anos 1940. A partir

de então o desenvolvimento da construção transfere-se, majoritariamente, para o domínio da iniciativa privada, à exceção dos anos 1970, na ditadura militar, quando ocorre uma retomada do investimento estatal.

⁴ O uso da palavra avenida associada a eixo viário assinalam a nova etapa do projeto modernizador representado pelo urbanismo rodoviário. Por outro lado, o novo uso parece substituir a palavra estrada no contexto urbano. Um exemplo interessante é a Avenida Dom Helder Câmara, um dos principais eixos viários da zona norte carioca cujo traçado que remete ao Caminho Imperial que ligava Rio de Janeiro às Minas Gerais. Em sua trajetória histórica esta via é denominada, inicialmente, de Estrada Real/Imperial de Santa Cruz, mas também de Caminho dos Jesuítas, ou das Minas até ser identificada, já no século XX, como Avenida Suburbana e, posteriormente com a denominação atual.

Referências Bibliográficas

AUGÉ, Paul. **Nouveau Petit Larousse Illustré**. Paris: Larousse, 1930.

AGACHE, Alfred D. **Cidade do Rio de Janeiro, remodelação, extensão e embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930

BERMAN, Marshall. **Tudo o que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986

BORDE, Andréa de L. P. **...E o vento não levou**: construindo o imaginário urbano carioca. Dissertação (Mestrado em História da Arte) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Artes Visuais (PPGAV/ EBA/UFRJ). Rio de Janeiro, março de 1998.

BORDE, Andréa de L.P. **Vazios Urbanos**: Perspectivas contemporâneas. 2006. Tese (Doutorado em Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo (PROURB/FAU/UFRJ). Rio de Janeiro, dezembro de 2006.

BUENO, Eduardo e TAITELBAUM, Paula. **Avenida Presidente Vargas**: um desfile pela história do Brasil. Rio de Janeiro: Arco, 2010.

CONLIN, Jonathan. **História de duas cidades**: Paris, Londres e o nascimento da cidade moderna. São Paulo: Autentica, 2015.

DODSWORTH, H. “A Avenida Presidente Vargas, aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização”. In: **Revista da Procuradoria Geral do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, n.5, 1955, p.1-43.

DOXIADIS, Associates. **Consultants on Development and Ekistic. Guanabara, urban development plan.** Rio de Janeiro: CEDUG, 1965.

LEME, M. Cristina (Org). **Urbanismo no Brasil - 1895-1965.** São Paulo: Studio Nobel, FAUUSP, FUPAM, 1999.

LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia.** Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna.** São Paulo: Loyola, 2013.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** São Paulo: Documentos, 1991

BRASIL. **Processo no 17-T-SPHAN/38.** Rio de Janeiro: Ministério de Educação e Cultura, 1941.

SISSON, Rachel. **Espaço e poder: os três centros do Rio de Janeiro.** Rio de Janeiro, Arco, 2008.

SEGRE, Roberto e ROSENBUSCH, Laura. "Avenida Central no Rio de Janeiro e Avenida de Maio em Buenos Aires: Coincidências e Divergências de Duas Histórias Paralelas". In: **Anais do XI SHCU.** Vitória: UFES, 2010.

UPTON, George e BOROWSKI, Felix. **O Livro das Grandes Sinfonias.** Rio de Janeiro: Globo, 1959 [1949].

Recebido em 06/06/2016

Aprovado em 02/07/2016

O Caminho do Aterrado e o pensamento urbanístico no Brasil (1825-1853)

The Caminho do Aterrado and urban planning in Brazil (1825-1853)

Priscilla Peixoto

Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da
Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB/FAU/UFRJ) e bolsista da Coordenação de
Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES)
priscillapeixoto@gmail.com

RESUMO: O presente artigo enfoca um conjunto de propostas feitas entre 1821 e 1855 para a região que ia da antiga Ponte dos Marinheiros até a Praça Onze, no Rio de Janeiro. Conhecido também como Caminho do Aterrado, nos dias de hoje este local faz parte da Avenida Presidente Vargas. Este estudo se detém mais especificamente nas propostas de Grandjean de Montigny (1827), Aureliano Coutinho (1833), Henrique de Beaurepaire-Rohan (1843) e Irineu Evangelista de Souza (1851-55), pois se tem por hipótese que com elas se consolidou a expansão desta área da cidade. Ao desenvolver este estudo, abordando os atores sociais e suas práticas, busca-se um olhar mais complexo sobre esse processo de “interiorização”. Observando, portanto, a conformação de um campo de saber construir cidades onde se distinguem diferentes grupos – arquitetos, engenheiros, políticos e empresários –, em meio de uma série de debates, nem sempre convergentes, e guiados por diferentes visões de mundo.

Palavras-chave: Caminho do Aterrado; Cidade Nova; Rio de Janeiro; Urbanismo.

ABSTRACT: *This article focusses on a series of proposals made between 1821 and 1855 for the area extending from the former Ponte dos Marinheiros to the Praça Onze in Rio de Janeiro, which was also known as the Caminho do Aterrado and today forms part of Avenida Presidente Vargas. This study is concerned more specifically with the proposals of Grandjean de Montigny (1827), Aureliano Coutinho (1833), Henrique de Beaurepaire-Rohan (1843) and Irineu Evangelista de Souza (1851-55), on the hypothesis that they structured expansion of this area of the city. In considering the social stakeholders and their practices, the study sought to take a more complex view of this process of “interiorisation”. Accordingly, it observed the formation of a field of know-how in building cities in which different groups (architects, engineers, politicians and businessmen) can be distinguished, amid a series of – not always convergent – debates guided by differing worldviews.*

Keywords: *Caminho do Aterrado; Cidade Nova; Rio de Janeiro; Urbanism.*

Interiorização da área urbanizada do Rio de Janeiro: dos mapas aos atores sociais

A análise cartográfica nos mostra que, sobretudo entre os séculos XVIII e XIX, à medida que o Rio de Janeiro se estabelece como cidade-capital e intensifica sua atividade econômica como cidade portuária, ela expande seu território sobre a várzea entre os morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição.

É justamente comparando os mapas colocados lado a lado e organizados cronologicamente que se pode chegar a essa conclusão. Contudo, deve-se salientar que esta constatação não pondera por quantos séculos e a que custos esse modo de expansão do território urbanizado da cidade se consolidou.

Nas palavras dos historiadores, interpreta-se assim a “estrutura” desse “processo”, aquilo que se modificou muito lentamente, e que só pode ser percebido na análise da longa duração. No entanto, seriam essas as únicas reflexões despertadas pelo espraiamento da área urbanizada da cidade em direção ao interior de seu território?

É Marcel Roncayolo (2011) quem, em uma entrevista, nos ajuda a colocar a questão de forma mais evidente:

(...) Je ne vois pas pourquoi la logique des formes n'aurait aucun rapport avec le reste de l'histoire, en particulier la formation des systèmes de pensée, des représentations, de la sensibilité et du goût que inspirent les architectes. En outre, les formes de ce monde de l'urbanisme et de l'architecture ne sont pas des exercices gratuits ; elles sont lieu et support des fonctions, vues et perçus comme signes, images, symboles par une population¹.

Como pode ser observado aqui, parece que, em nosso caso, deter-se somente na análise cartográfica deixaria de fora, justamente, os determinantes destas formas materiais, ou seja, aquilo que Roncayolo chama de sistemas de pensamento, de representações, de sensibilidades e de gosto.

Outro autor, Michel de Certeau, aponta como pouco percebemos que esse olhar do plano – e do mapa – é uma construção que permitiu ao humano um “olho solar”, um olhar divino, que cria a ficção de tudo ver (e saber). Ao simplificar as formas materiais da cidade em uma projeção de topo, ao “congelar” o tempo fugidio das dinâmicas urbanas em uma única representação, produzem-se análises que, muitas vezes, podem ser redutoras.

ÁREA URBANIZADA DO RIO DE JANEIRO
1750 | 1826 | 1864



1750

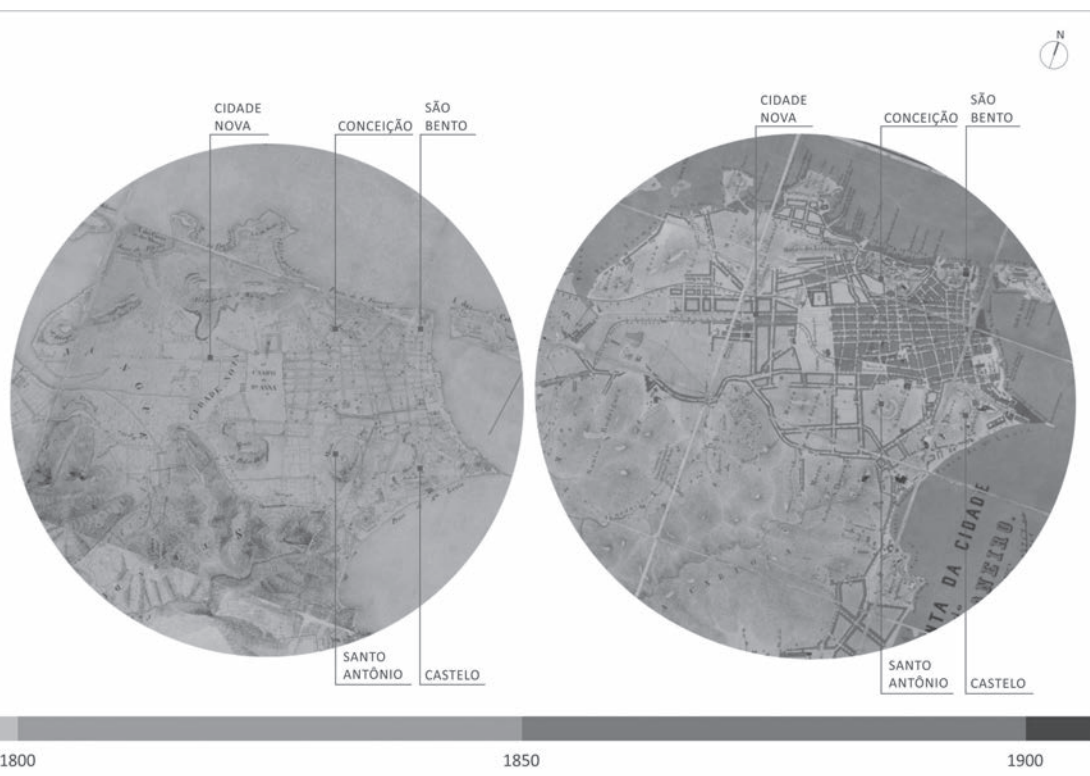


Figura 01 - **Área Urbanizada do Rio de Janeiro 1750 | 1826 | 1864.** Montagem realizada pela autora a partir de pormenores dos seguintes mapas (da esquerda para direita): (1) FILGUEYRA, André Vaz. Carta Topográfica da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1750; (2) ALCANTARA, J.J. D'. Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e da maior parte de seus termos: Começada a levantar em 1826 e interrompida desde 1828 pelos oficiais empregados no Archivo Militar da Corte. [S.l.: s.n.]; (3) LAEMMERT. Nova planta da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1864. Fonte: (1) Fundação Biblioteca Nacional, código ARC, 1, 4, 3. (2) e (3) Fundação Biblioteca Nacional, disponíveis em <https://bndigital.bn.br/>.

Este mesmo autor nos mostra, portanto, como esse olhar, que para ele parece ser o mesmo daquele que observava a ilha de Manhattan do alto do World Trade Center, está vazio de experiências.

A cidade, observada tão do alto, não apresenta as feições que afetam os demais sentidos do corpo humano. Em suas palavras, “a cidade-panorama é um simulacro ‘teórico’ (ou seja, visual), (...), um quadro que tem como condição de possibilidade um esquecimento e um desconhecimento das práticas” (CERTEAU, 2014, pp. 158-159). Assim, Certeau nos leva a pensar em outra maneira de construir a história dos espaços urbanos. Um modo que considere, então, como esses espaços são moldados pelos “praticantes da cidade”.

Contudo, seria necessário eleger apenas uma destas formas – ou um olhar sistematizador daquele que apenas observa as formas materiais na longa duração, ou um olhar antropológico que se detém nas cidades produzidas em suas práticas cotidianas – para se estudar a construção das cidades (e do Rio de Janeiro, no nosso caso particular)?

Para responder a essa pergunta, é necessário tratar de dois aspectos: (1) como a historiografia recolocou essa questão e (2) como, desde o século XVII, vem se estabelecendo um saber específico para tratar das questões da cidade.

Com relação ao primeiro aspecto, devem ser observados os apontamentos de Bernard Lepetit. Atento às práticas dos geógrafos e dos arquitetos, ele viu ali insumos para repensar a escrita da história. Para Lepetit (1998, p. 94), o hábil historiador deve, como o arquiteto e o geógrafo, trabalhar com diferentes escalas para construir seu discurso. É ele quem escreve:

O mapa não é o território: duas figuras, uma em escala de 1:25.000 e a outra em escala de 1:500.000, não permitem que se leia da mesma maneira a organização do espaço. Ao apagar as variações que se revelariam em outras escalas e dariam uma outra imagem do mundo, todas as duas se situam, a partir de um ponto de vista de conhecimento específico e com a preocupação de responder a um caso particular, num nível escolhido de generalização. Mas uma não é mais verdadeira do que a outra.

Ou seja, no nosso caso em particular, não se trata de uma escolha entre se deter apenas no olhar antropológico das práticas em detrimento do olhar morfológico da cartografia, ou vice-versa. Trata-se, justamente, de pôr em jogo – “jogos de escalas”, como aponta Jacques Revel (1998) – as diferentes aberturas dessa lente objetiva que manuseamos ao construirmos a narrativa histórica.

Contudo, aqui se faz necessário trazer à baila o segundo aspecto mencionado anteriormente: como vem se estabelecendo um saber para tratar das questões da cidade. É necessário pôr em questão que, a partir do século XVII, a cidade foi objeto de discurso e de ações cada vez mais especializados. Esse aspecto se amplificaria sobretudo no século XIX, tornando-se, no século seguinte, um campo profissional com a formação (e a nomeação) da disciplina chamada “urbanismo”².

Trata-se de uma informação importante, pois, ao enfocar os “praticantes da cidade”, existem aí grupos distintos, dentre os quais, inclusive, os que fazem das cidades objeto de suas ações.

Com relação a esse último grupo – os urbanistas e aqueles que deram origem à conformação desta disciplina –, os trabalhos de Françoise Choay (1970, p. 1143-1154) e Jean-Pierre Gaudin (2014) são balizares. Estes autores nos mostram como esse campo se constitui a partir de uma série de reflexões e ações tomadas por indivíduos – cada vez mais especializados – diante de situações específicas.

São esses autores que nos ensinam também a necessidade de situar cada um desses discursos e observar as generalizações empreendidas à medida que eles são difundidos e ressignificados em outros contextos.

Trata-se, portanto, de uma atenção metodológica que seria sintetizada, anos mais tarde, na afirmação de Bernard Lepetit (2001) sobre a necessidade de “levar os atores [sociais] a sério” na escrita da história.

Diante dessa abordagem, poderíamos então nos perguntar: quais seriam os atores, suas intenções e ações que delinearão as mudanças nas formas materiais do Rio de Janeiro e que as levaram a expandir a área urbanizada da cidade na direção oeste?

É justamente em torno dessa pergunta que construiremos aqui nossa argumentação. Neste artigo, centraremos nossa atenção nas propostas que consolidaram o crescimento da cidade na direção oeste, sobretudo a partir da implementação e do desenvolvimento do Caminho do Aterrado, também conhecido como Caminho das Lanternas.

Enfocaremos tanto o momento em que esse caminho parece se fixar como **objeto de desejo** daqueles que buscavam remodelá-lo ou, em termos da época, “melhorar” suas formas materiais, quanto o momento em que ele se torna também **objeto de intervenções**.

Trataremos aqui, portanto, de um conjunto de propostas elaboradas entre 1821 e a década de 1850 para a região que se estendia desde a antiga Ponte dos Marinheiros até a Praça Onze, e que hoje integra a Avenida Presidente Vargas. Mais especificamente, centraremos nosso estudo nas propostas de Grandjean de Montigny (1827), Aureliano Coutinho (1833), Henrique de Beaupaire-Rohan (1843) e Irineu Evangelista de Souza (1851).

Por fim, com este artigo visamos a apresentar, mesmo que de maneira tópica, como esse processo de “interiorização” da área urbanizada da cidade foi empreendida por diferentes grupos de atores sociais – arquitetos, engenheiros, políticos e empresários –, em meio a uma série de debates – nem sempre convergentes – guiados por diferentes visões de mundo. Ou seja, buscamos aqui articular diferentes escalas dessa “história”.

CRONOLOGIA DAS PROPOSTAS
PARA O CAMINHO DO ATERRADO | AV. PRESIDENTE VARGAS

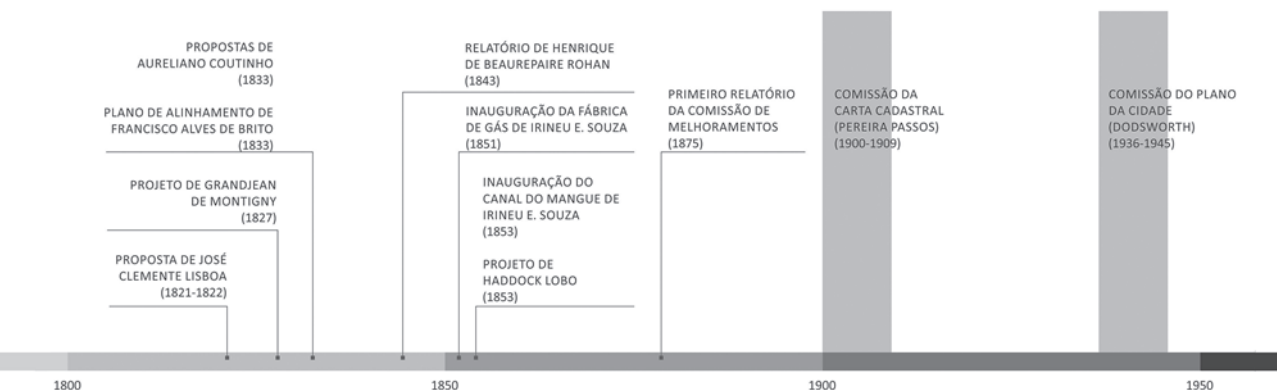


Figura 02 - Cronologia das Propostas para o Caminho do Aterrado e para a Avenida Presidente Vargas. Infográfico realizado pela autora a partir de informações de: AZEVEDO, M.D. Moreira de. O Rio de Janeiro - Sua história, homens notáveis, usos e curiosidades. v. II. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1877; BORDE, Andrea Pessoa. Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas. Rio de Janeiro: PROURB, 2006. (Tese de doutoramento); PEREIRA, Margareth A. S. Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennite – histoire de la ville au XIXeme siècle. Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1988. (Tese de Doutorado Ciências Sociais).

O projeto do Campo da Aclamação de Grandjean de Montigny

O processo de interiorização da área urbanizada da cidade parece se acelerar a partir do início do século XIX com o traslado da Corte portuguesa para o Rio de Janeiro e, sobretudo, com o estabelecimento das residências reais.

Apesar de haver notícias de intervenções na região no começo daquele século, de fato é com Pedro I, ainda como príncipe regente do Brasil, que essas obras ganham vulto. Trata-se da proposição de José Clemente Lisboa para a construção (realização-cortar) de um canal que conectasse o Rossio Pequeno (atual Praça Onze) à Rua Direita (atual Primeiro de Março), entre 1821 e 1822. Pouco se conhece desta proposta, salvo um relato de Moreira de Azevedo, em *Rio de Janeiro: sua história, monumentos, homens notáveis, usos e curiosidades* (1877).

Contudo, o mesmo não pode ser dito de outro projeto que se estabelece na sequência e que é abordado com ênfase por Pereira e Borde e toda uma bibliografia ligada à história da produção arquitetônica na cidade³: o projeto do arquiteto Grandjean de Montigny para o Campo da Aclamação, proposto em 1827, já no contexto do Primeiro Reinado.

Grandjean de Montigny foi o arquiteto que integrou a Missão Francesa, iniciativa responsável pela institucionalização do ensino artístico no Brasil com a criação da Escola Real de Ciências, Artes e Ofícios. Posteriormente, essa instituição passou a se chamar Academia Imperial de Belas Artes.

Montigny chegou ao Brasil em 1816 com os demais integrantes da Missão, e foi um dos poucos que residiram no país até morrer, em 1850. Durante todo esse tempo, foi professor de arquitetura da Academia, tendo exercido inclusive a função de diretor interino. Ele também elaborou projetos de arquitetura perene e efêmera para a Corte. É justamente no contexto destes últimos que Montigny propõe o projeto para o Campo da Aclamação, situado no então Campo de Santana.

Até aquele momento, o Campo de Santana era utilizado para manobras militares dos quartéis localizados na região e um verdadeiro hiato que separava a cidade antiga da cidade nova (área na região do Mangal de São Diogo, que começou a se adensar com a instalação da residência real na Quinta da Boa Vista⁴). Com a proposta de Montigny, aquele local passaria a ser uma praça cívica em homenagem ao imperador da mais nova nação independente. O projeto do novo campo era formado por um conjunto de edificações das quais podem ser destacadas o Fórum Imperial da Aclamação, o Palacete ou Tribuna do Imperador, a Casa dos Ministros de Estado, as Casas das Câmaras e a Igreja de São Pedro de Alcântara.

O projeto tem também dois outros aspectos que merecem a nossa atenção, ambos concernentes à implantação dessas edificações na malha urbana existente: (1) a via que se esboça no eixo do Fórum Imperial e (2) aquela que Montigny chama de “Via Triunfal”, uma espécie de passeio organizado entre as Ruas São Pedro e São Joaquim e os quartéis, formado por arco do triunfo e chafariz.

GRANDJEAN DE MONTIGNY CAMPO DA ACLAMAÇÃO (1827)

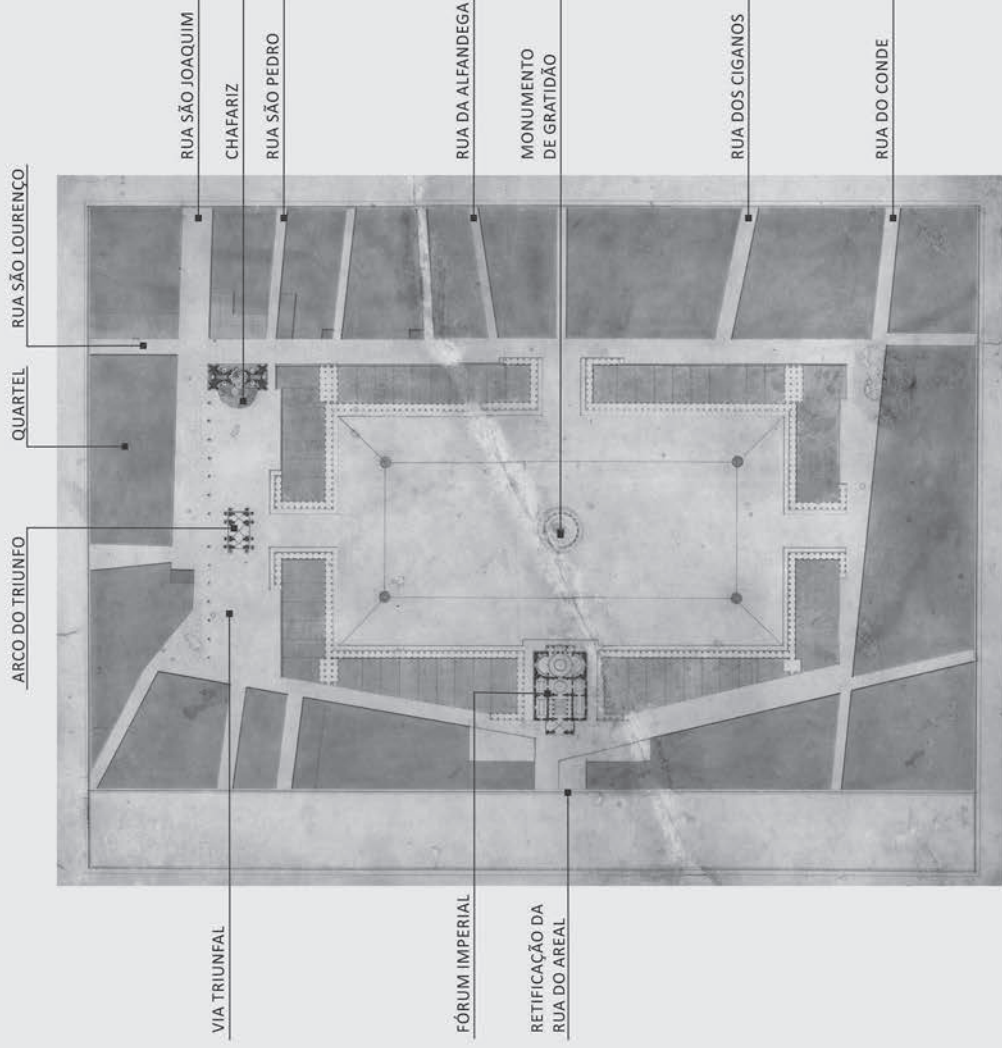


Figura 03 - Grandjean de Montigny e o Campo da Aclamação (1827). Montagem realizada pela autora a partir de (da esquerda para direita): (1) MONTIGNY, Grandjean. [Campo de Santana: Projeto de urbanização, planta baixa], 1827; (2) ALCANTARA, J.J. D'. Planta da cidade de S. Sebastião do Rio de Janeiro e da maior parte de seus termos: Começada a levantar em 1826 e interrompida desde 1828 pelos oficiais empregados no Archivo Militar da Corte. [S.l.: s.n.]. Fonte: (1) Museu Nacional de Belas Artes, nº 8693. (2) Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.br/>

Em ambos os casos, observa-se a intenção de conexão com a porção oeste da cidade. No primeiro, o eixo estabelecido a partir do Fórum parece induzir a abertura de uma nova via que retificaria a Rua do Areal. No segundo, na chamada “Via Triunfal”, é mantido o traçado das vias adjacentes, mas remodelado o espaço de conexão com o novo projeto.

A intenção observada no plano, de fazer da proposta arquitetônica uma espécie de “elemento de costura” entre áreas já edificadas da cidade, torna-se ainda mais evidente na leitura da nota explicativa do projeto. Nela, Montigny escreve:

A Praça terá quatro entradas principais que dividirão os Edifícios em quatro partes. (...) Será decorada com Pórticos que servirão de passeios públicos, e debaixo destes Pórticos se poderão reunir diferentes ramos de Comércio. Por esta disposição, a Cidade não será mais como é agora, dividida em duas partes (...)⁵.

Ao trazer um novo programa arquitetônico para a região, este claramente cívico e orientado para a adoração do imperador, mas que passava a conjugar também atividades civis como o comércio, Montigny parece promover uma “costura” entre as partes já edificadas da cidade a leste e a oeste. Além disso, de forma menos explícita, parece também procurar induzir o seu crescimento em direção ao Mangal de São Diogo.

A valorização desse processo de interiorização da área urbana da cidade já estava presente em outro projeto de Montigny, a “Planta de Parte da Cidade do Rio de Janeiro, situando um novo Palácio Imperial” (1825). Diferentemente do que se verificaria nas propostas posteriores, tratava-se de valorizar um caminho, já mais consolidado, junto aos morros de Santo Antônio e do Senado, e que cruzava importantes monumentos existentes, o Paço e Rossio (atual Praça Tiradentes). Na proposta de 1825, Montigny sugeria grandes intervenções no trajeto, como a ampliação do Palácio do Paço e a abertura de novas praças que parecem reforçar o caráter de cortejo impresso pelo caminho.

Evidentemente, ambas as propostas são tratadas como ações tópicas, ou seja, centradas na conexão de monumentos a partir da abertura de grandes eixos de circulação e embelezamento⁶. De fato, este é o cerne delas. No entanto, não se pode afirmar que há negligência em outros aspectos, como a salubridade e a dimensão social, visto que o arquiteto é zeloso quanto às questões do asseio e da qualidade do ar, sobretudo ao propor fontes e canalização dos rios sob a praça do Campo da Aclamação. Nesse mesmo projeto, ele ainda pauta atributos da segurança promovida pela maior efervescência da vida citadina.

Possivelmente devido às instabilidades políticas a partir de 1831⁷, os projetos de Grandjean elaborados na década de 1820 não foram implementados. Mas a região continuou a despertar propostas. Entre 1833 e 1838, já no período da Regência, ganham destaque as propostas elaboradas por homens públicos envolvidos na política imperial, como Aureliano Coutinho.

Aureliano Coutinho: o Caminho do Aterrado como um articulador de melhoramentos

De modo geral, a biografia de Aureliano Coutinho⁸, visconde de Sepetiba, tem sido abordada com mais frequência nos trabalhos de história política da Regência e do Segundo Reinado no Brasil. Sua trajetória foi marcada, sobretudo a partir da década de 1840, pela acusação feita por seus opositores de liderar uma “facção” que interferia na formação e na dissolução de gabinetes, e até mesmo na condução da vida do jovem imperador, sendo apontado inclusive como articulador da antecipação da maioridade⁹.

A ação de Aureliano Coutinho nas formas da cidade, apesar de ser um importante capítulo para se estudar a história do pensamento urbanístico no Brasil do Oitocentos, é, contudo, um aspecto menos explorado por aqueles que se dedicaram à vida e à obra dessa personagem. Apesar de pouco abordada nesse contexto, uma de suas principais contribuições foi ter participado, como presidente da província do Rio de Janeiro, da Proposição de Petrópolis¹⁰. Lacombe lhe atribui o incentivo à adoção de mão de obra livre na construção da cidade. E, conforme viemos apontando, Aureliano Coutinho, junto com Paulo Barbosa da Silva (2011), contribuiu também para transformar este empreendimento em uma obra conjunta – da casa imperial e da administração da Província – e torná-la, assim, mais do que uma nova residência do imperador. Tratava-se de pensá-la também como uma importante ação civil, uma nova cidade orientada pelos princípios de embelezamento, circulação, salubridade e, sobretudo, por ambições de igualdade entre os homens.

Apesar de a ação urbanística na primeira metade do século XIX não constituir ainda um saber autônomo, ou, como se diria posteriormente, um saber especializado, deve-se sublinhar a atenção deste grupo em agenciar três virtudes (ou competências) necessárias para que essas propostas fossem pensadas de forma sistêmica: o capital político – de alinhar diferentes esferas de poder –, o capital econômico – ao consorciar os provimentos de fontes distintas, como a Casa Imperial e a administração da Província – e o capital cultural – por se tratar de uma ação de engenheiros e advogados experientes na administração de obras públicas, ou, em outras palavras, detentores de um “saber edificar”, de uma cultura construtiva. Pode-se pensar que esse tipo de inteligência permitiu que esse grupo transformasse suas reflexões sobre as cidades em ações com certa rapidez¹¹.

Olhar para a área da antiga Rua do Aterrado permite observar outra proposta de Aureliano Coutinho, que, como seria notado em Petrópolis anos mais tarde, extrapola suas ações como político e homem público e mostra sua atenção às formas da cidade. Assim é que, em 1833, momento em que ocupava o cargo de ministro de Negócios do Império – posto que na época, além das atribuições do ministério, cumpria funções dos futuros presidentes das Províncias –, Coutinho elabora uma proposta para a abertura do Canal do Manguê e a execução de um conjunto de obras de melhoramentos¹². É novamente Azevedo quem comenta a ação:

(...) Aureliano de Souza Coutinho (...) [propôs] que os possuidores de terrenos no Mangue, de um ou outro lado da Rua do Aterrado que comunicava a Cidade Nova com o bairro de Mata Porcos, hoje Estácio de Sá, fossem obrigados a aterrá-los no prazo de dois anos, e, se não o fizessem, perderiam a posse deles; que a municipalidade aforasse os terrenos devolutos com a condição de aterrá-los quem os quisesse tomar, e desse princípio a um canal paralelo à Rua do Aterrado, comunicando o mar até a Praça Onze, tendo esse canal um braço que se estenderia até ao edifício da Correção; arborizando as margens, bordadas de casas da mesma perspectiva e havendo pontes rodantes para darem passagem a barcos desde a ilha de João Damasceno até a Praça Onze de Junho¹³.

Além do relato de Azevedo, pode-se também acompanhar as ações do ministro de Negócios do Império nas páginas do *Correio Oficial* durante os quase cinco meses em que ocupou o cargo¹⁴. Nele, observa-se que dia após dia, já nessa época – vale lembrar, mais de dez anos antes da concepção de Petrópolis –, suas ações pareciam tender a articular vários projetos aparentemente autônomos. Ou seja, um pensamento sistematizador.

Em 1833, o Rio apresentava sinais de ter sido atingido pela epidemia de cólera que assolava diversas cidades no mesmo período. Nas cartas oficiais, Aureliano Coutinho pedia aos engenheiros da Câmara Municipal que apresentassem (e apressassem) um plano de salubridade para a cidade. Desta preocupação parece decorrer também sua insistência em intervir na Santa Casa de Misericórdia. Observa-se uma preocupação do ministro em dar uma solução mais “higiénica” aos cemitérios da cidade, deslocando-os para fora da área urbana. É ele quem escreve:

Sendo o âmbito do Cemitério da Santa Casa de Misericórdia extremamente pequeno em relação ao número de Corpos que ali se sepultam; e acontecendo além disso que a terra já saturada se tem tornado imprópria para consumi-los; resultando destas circunstâncias, e da localidade em que ele se acha alocado, o caráter da viração sobre a Cidade, com conhecido detrimento de saúde dos habitantes, os miasmas que ali se exalam: Manda a Regência, em Nome do Imperador, que a Câmara Municipal desta Cidade designe os terrenos públicos existentes fora do povoado, hum ou mais, que pela sua situação e capacidade sirva para aquele fim; e nele faça estabelecer o Cemitério da dita Santa Casa, proibindo, do prazo que lhe parecer razoável em diante, o enterramento de Corpos no que ora existe¹⁵.

Sobre esse aspecto, é curioso notar também que, no mesmo periódico em que eram publicadas essas cartas do ministério, em uma seção para comunicações não oficiais, havia um artigo questionando a necessidade de esse “equipamento” ser administrado pela municipalidade, e não mais por uma ordem religiosa. Ora, como se pode notar, as propostas enunciadas por Aureliano se coadunavam com outros críticos da cidade. Ou seja, participava e promovia um campo de debates.

As preocupações com relação à salubridade, como o próprio texto de Azevedo já denunciava, não se restringiam aos cemitérios e encampavam também intervenções nos mangues.

Aqui, salientamos as suas propostas para a canalização e o dessecamento do Mangal de São Diogo. Em relatório de atividades do ministério, esta questão também se explicita:

O extenso mangue ao longo do Aterrado, que segue do largo do Rocio da Cidade Nova a ponte do Curtume, merece, senhores, a Vossa atenção, a fim de melhorar o ar que respiram os habitantes daquela importante parte da capital. Talvez conviesse aforar, por módicos preços, esses terrenos alagadiços a pessoas que se obriguem a secá-los.

Pelo meio dos ditos terrenos pretende o Governo mandar construir um Canal, que venha terminar em uma bacia no referido largo; conciliando assim a salubridade e aformoseamento do lugar, com a comodidade dos habitantes aos quais serão ali levados muitos gêneros, que ora vêm procurar aos mercados da Cidade.

As águas, que o mau estado das calçadas em umas ruas, e em outras a falta absoluta delas, conserva estagnadas, até que a ação do Sol as faz desaparecer pela evaporação, não podem deixar de exercer uma nociva influência na saúde dos habitantes. O Governo, por este motivo, determinou à Câmara Municipal que fizesse proceder ao Orçamento da despesa, que um tal objeto poderá exigir: e acha-se disposto a tomá-lo em consideração, logo que o orçamento lhe seja apresentado¹⁶.

No entanto, a questão do dessecamento das terras e a atribuição de propriedade àqueles que os realizassem, mencionados por Azevedo, talvez toque também em outro aspecto, não tão explícito: o incentivo à mão de obra colona, o que, naquele contexto, significava “não escrava”.

Esta hipótese se desenha ao se observarem outras correspondências nas quais Aureliano Coutinho solicita, no mesmo ano, o levantamento das terras improdutivas para adoção de mão de obra colona¹⁷. Ora, acredita-se aqui que tais aspectos não devem ser interpretados de forma isolada. Sobretudo porque, cerca de dez anos depois, seria o mesmo Aureliano Coutinho quem proporia a adoção de colonização estrangeira na construção de Petrópolis.

Com relação à luta silenciosa de Aureliano Coutinho contra uma economia baseada na mão de obra escrava, não deve passar despercebido o comunicado que ele mesmo redige solicitando a destruição do pelourinho. Justifica esse pedido recriminando as punições praticadas ali¹⁸. De fato, além dessa proposta, observa-se que a questão de métodos punitivos mais dignos e focados na correção do infrator (não na sua humilhação pública) também orientava suas preocupações. Uma de suas principais propostas quando ministro dessa pasta foi justamente a construção de uma Casa de Correção. No texto de Azevedo pode-se observar que ela também parece se articular às propostas sobre o entorno do Caminho do Aterrado.

Por fim, deve-se sublinhar que, nesse período, a atenção de Aureliano orienta-se também para os transportes por embarcações. Durante o ano de 1833, Aureliano Coutinho fez um grande investimento na estruturação de uma empresa de paquetes que servisse a uma maior extensão do Império. Tratava-se de melhorar o sistema de comunicações, tanto no de correios quanto na assistência ao transporte de cargas e pessoas.

Como se pode observar, parece que, como também aconteceria em Petrópolis, Aureliano Coutinho parte de uma ação necessária à melhoria da casa imperial, neste caso, a melhoria da ligação entre as residências imperiais do Paço e da Quinta, para, a partir delas, desenvolver equipamentos urbanos – nas palavras de hoje – necessários a uma melhor qualidade da vida cidadina.

Para além do reconhecimento dessa ação urbanística cada vez mais sistêmica – ou seja, cada vez mais próxima do que se chamaria no futuro de urbanismo –, é importante salientar também o possível mérito dessas ações no próprio campo urbanístico da época.

Essa questão se explicita quando, por exemplo, observa-se que a proposta de Aureliano Coutinho para o Aterrado parece ser evocada pelo engenheiro Henrique de Beaurepaire-Rohan no relatório em que consolida uma série de sugestões para a cidade¹⁹, cerca de dez anos mais tarde. Ao tratar das ações necessárias para o desenvolvimento dessa área, embora não mencionada nominalmente, a proposta de Aureliano parece ser citada:

O mangue da Cidade Nova

Ainda que muito conviria extinguir-se êste foco de miasmas, êste obstáculo à edificação, abster-me-ei contudo de indicar agora um meio qualquer para chegarmos a êste resultado; porque isto depende de explorações, a que não tenho procedido. É preciso porém notar-se que a esta paragem aflui grande quantidade de água, que se deriva das montanhas vizinhas. Esta circunstância justifica talvez um antigo plano de se estabelecer ali um canal de navegação, desde a bica dos marinho, até o Rocio pequeno; e mesmo de os ramificar até a casa da Correção, plano que outros ampliam, querendo que o canal corte a cidade, até a praia dos Mineiros; e como esta idéia pode ser algum dia aproveitada, acho razoável nas arruações, que se vão efetuar, debaixo da direção dos Ilms. vereadores Moura, Getúlio e Tavares, reservar-se o espaço necessário, para que em qualquer tempo se execute o projeto em questão²⁰.

Com este resgate feito no relatório de Beaurepaire-Rohan, é possível pensar que, apesar das mudanças de conjunturas políticas que marcam o final do período regencial e o começo do Segundo Reinado, e que resultaram, consequentemente, em uma instabilidade do papel político de Aureliano Coutinho e na inexequibilidade de suas propostas, suas ideias parecem ser compartilhadas por um grupo de indivíduos interessados nas questões urbanas. Ideias que fazem parte, portanto, de uma espécie de memória coletiva, contribuindo para constituir um “campo”, para utilizarmos o termo de Bourdieu (1980 e 1992), ou uma “nebulosa”, para usarmos aquele empregado por Topalov (1999) e Pereira (2007). A própria necessidade de elaboração de um relatório consolidando numerosas propostas, como o é caso do trabalho redigido por Beaurepaire-Rohan, parece ser um indicador deste novo momento para o desenvolvimento de um saber específico sobre as cidades no Brasil.

O que veremos em seguida, com a proposta de implementação da Fábrica de Gás (c. 1851) – para mudar a iluminação urbana de óleo de baleia para gás – e, por consequência, da

proposta de canalização e embelezamento do Canal do Mangue (1855), ambos empreendidos por Irineu Evangelista de Souza, o futuro visconde de Mauá, é outro sintoma da articulação desse novo campo: como essas ideias são compartilhadas para além dos posicionamentos político de seus integrantes. Ou seja, como este saber sobre cidades, antes mesmo de ganhar um nome, inicia sua autonomização e não pode mais ser confundido com o pensamento estritamente político/ético de seus atores. Ele começa a constituir valores comuns específicos.

Irineu Evangelista de Souza e o caminho da ‘modernidade’: o Canal do Mangue e a Fábrica de Gás

Na década de 1830, ainda jovem, Irineu Evangelista de Souza, futuro visconde de Mauá, já podia ser considerado um promissor comerciante. Em meados da década de 1840, com a compra e a modernização do Estabelecimento de Fundição e Estaleiros da Ponta de Areia, situada em Niterói, inicia também sua atuação como industrial (CALDEIRA, 1995, p. 180). Em 1851, somaria aos seus empreendimentos também a atividade de banqueiro.

Contudo, conforme apresenta um de seus biógrafos, Jorge Caldeira, seria justamente entre as décadas de 1840 e 1850 que, além do empreendedorismo e da boa administração, Mauá passaria a contar, de fato, com apoio político (ou de políticos) no desenvolvimento de seus empreendimentos. Nesse período, ele se aproxima do grupo político conservador. Era o grupo que se opunha a Aureliano Coutinho e que marcaria o futuro visconde de Sepetiba com a alcunha de mentor de uma “facção áulica”.

Esta aproximação pode ser observada de maneira mais explícita, por exemplo, com o empreendimento que introduz Mauá no mundo da indústria, a Fundição da Ponta da Areia. Essa fábrica assegurou sua viabilidade somente a partir de um contrato firmado com a Câmara da cidade para a canalização do Rio Maracanã (1846) (CALDEIRA, p. 187). A fundição havia sido adquirida e modernizada com a finalidade de produzir os tubos para a obra. No entanto, enquanto o grupo de Paulino José Soares de Souza e Honório Hermeto Carneiro Leão – líderes dos conservadores – não se estabeleceu no poder, Mauá não obteve pagamento pelas obras realizadas. A situação só mudaria após o retorno desse grupo aos mais altos postos da administração imperial, em 1848.

Com os aliados políticos no poder, Mauá seria levado à presidência da Comissão da Praça de Comércio do Rio de Janeiro (CALDEIRA, p. 199), se beneficiaria da guerra para a reunificação do Uruguai (CALDEIRA, pp. 209-219) com o aumento de encomendas na Ponta de Areia destinadas ao fornecimento de equipamentos e armas para a guerra, passaria a ser credor do governo uruguaio e, em pouco tempo, um dos homens mais influentes do Império. Por outro lado, tamanho investimento em seus préstimos é retribuído com propostas de melhoramentos e “modernização” da Corte. É em 1851 que começam, então, as obras para a ligação do Rio de Janeiro a Petrópolis, uma rota articulada de vapores e linha férrea;

Mauá torna-se presidente do Banco do Brasil e ainda assina contrato de provimento de iluminação a gás para a cidade.

A instalação da iluminação a gás trazia novos ares à capital do Império. Não só pelo novo tipo de luz – que dava mais nitidez e realçava mais as cores do que a iluminação pública feita com óleo de baleia adotada até então –, mas também pelo investimento na cidade como um todo por conta da instalação da nova rede. Um exemplo desse trabalho que se conjuga à iluminação em si pode ser observado em uma nota na *Revista Guanabara*, de autoria de Manoel de Araújo Porto-Alegre, que menciona o nivelamento da cidade para que esta pudesse ser implementada.

Sabemos que se está nivelando a cidade [...] e que este trabalho está muito adiantado, mas também sabemos que este nivelamento é encomendado pelo Sr. Irineu, que não é uma Câmara, e que é um trabalho preparatório para a iluminação de gás²¹.

A questão do nivelamento das calçadas era um problema que havia muito tempo chamava a atenção dos técnicos ligados às obras de melhoramentos na capital. O relatório de Henrique de Beaurepaire-Rohan (1843) já indicava a necessidade dessa obra. Porto-Alegre, nesse mesmo artigo para a *Revista Guanabara*, desdobraria ainda mais a questão incitando a



Figura 04 - A Fábrica de Gás. BERTICHEM, Pieter Godfred. Gazometro: no atterrado. Rio de Janeiro, RJ: Lith. Imp. de Rensburg, [1856]. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.br/>.

Câmara Municipal a participar da mediação desta importante obra para a cidade (PEIXOTO, 2013). Contudo, foi de fato pelas mãos do industrial Mauá – logo, com recursos privados – que a obra finalmente foi executada.

Com a nova fonte de iluminação, novos hábitos e novas formas de consumo se desenharam na cidade. Em outra nota na *Revista Guanabara*, observa-se o anseio pela utilização de iluminação a gás na reforma do Teatro São Pedro de Alcântara.

Em maio do ano próximo, deverá abrir-se o Teatro S. Pedro de Alcântara, que de novo se reedifica; o Sr. João Caetano dos Santos contratou para este teatro com o Sr. Irineu a iluminação a gás: como em maio ainda não estará estabelecida a iluminação geral de gás, prepara-se na Ponta da Areia gasômetros e mais aparelhos necessários para aquele fim²².

Esta citação nos lembra também como os investimentos de Mauá estavam atrelados uns aos outros: enquanto uma de suas fábricas distribuía o gás, a outra produzia os tonéis de ferro para armazená-lo.

Assim, quando finalmente a iluminação a gás foi inaugurada, em 25 de março de 1854, foi possível ver as áreas valorizadas na cidade de meados de século XIX se iluminarem sob a luz dos novos lampiões. Ou seja, um caminho que ligava o Paço Imperial à Cidade Nova, a partir de então, iluminado com a mais nova tecnologia.

Contudo, se os investimentos de Mauá traziam os novos signos da modernidade para a cidade – a atividade industrial, a iluminação urbana a gás e a própria valorização da vida burguesa –, no que diz respeito à realização de suas obras, ele negociava havia algum tempo com aspectos menos progressistas, como a manutenção da escravidão.

O apoio oferecido pelo grupo conservador, formado em grande parte por escravocratas, atuava diretamente nesse sentido. Além disso, a compra e a produção da fundição na Ponta da Areia só foram viabilizadas com a manutenção dessa prática.

Caldeira observa que o uso de mão de obra escrava nos empreendimentos iniciais de Mauá era muito mais uma condição imposta pelo meio do que uma vontade deliberada do industrial. De fato, em declarações públicas posteriores, Mauá buscava, cada vez mais, manifestar seu interesse em incorporar trabalhadores livres.

Como limitador à adoção de mão de obra livre, Caldeira sublinha que o trabalho não conseguia se desenvolver como prática no seio das elites locais (do Brasil), sendo percebido como detentor de valores pejorativos e degradantes. Essa situação só começaria a se alterar a partir de 1845, quando essas mesmas elites foram pressionadas pela Inglaterra a acabar com o tráfico de escravos e, portanto, incentivar em alguma medida o trabalho livre²³.

É nesse cenário ainda confuso, onde o trabalho assalariado era um desejo, mas ainda estava longe de constituir uma prática generalizada, que vemos ser construída a Fábrica de Gás. Portanto, é diante dessa nova conjuntura que devem ser enfocados os outros atores envolvidos no processo de implementação da fábrica e seu programa arquitetônico.

Além da presença do próprio Mauá como articulador intelectual, político e econômico da proposta, a fábrica de gás contava também com um quadro de funcionários contratados para viabilizá-la tecnicamente. Tratava-se dos engenheiros William Bragge e William Gilbert Ginty e de uma dezena de trabalhadores livres – sobretudo mecânicos – vindos da Inglaterra (DUNLOP, 2008, pp. 40-43). Estes, claramente com uma postura frente ao trabalho – tanto do ponto de vista social quanto ideológico – muito distinta das encontradas no Brasil daquela época.

É nessa nova *démarche* ainda emergente que se deve observar o programa arquitetônico da fábrica e atentar para a proposição de habitações para seus trabalhadores (PEREIRA, 2010, pp. 305-307). É Margareth Pereira quem escreve:

(...) Les recherches que nous avons effectuées sur les plans des premiers établissements ‘industriels’ créés par Mauá, comme la Compagnie Ponta de Areia et la Compagnie du Gaz, se sont avérées pour l’instant décevantes. Toutefois, les quelques précisions que nous donne l’historien Brasil Gerson sur le programme de la Compagnie du Gaz nous font penser que Mauá avait intégré non seulement les idéaux réformistes des socialistes utopiques du début du XIXème siècle mais aussi les solutions spatiales préconisées par certains d’entre eux.

Ainsi, Brasil Gerson nous informe que la Compagnie du Gaz réunissait dans le même immeuble les espaces affectés aux activités productives, les logements des travailleurs et une série d’équipements et d’espaces collectifs pour les familles : bibliothèque, jardins, petits magasins, lavoirs à linge, cuisines, etc. (...) ²⁴.

Como se pode constatar, Pereira aproxima essa especificidade do programa da fábrica das proposições elaboradas pelos reformadores sociais Owen, Fourier, Considérant e Godin. Apesar da aparente ambiguidade expressa nessa aproximação, Mauá aparece, a partir de então, como um dos precursores do pensamento social no Brasil.

É possível que esse aparente contrassenso ilustre, no entanto, os limites da consciência dos direitos civis no período, ou então a participação dos próprios engenheiros – que atuaram mais diretamente na proposição do partido arquitetônico da obra – em uma posição menos secundária.

Mesmo que não seja possível precisar as causas dessa mudança que se opera nos empreendimentos de Mauá, o dessecamento e a canalização do Canal do Mangue, complementam a ampliação das questões sociais no léxico da proposta do industrial para a cidade. Elas consagram, por fim, uma nova experiência na vida urbana, naquele Rio de Janeiro de meados do século XIX. Qual seja: a valorização do passeio público para os homens comuns, os trabalhadores livres, um segmento da população que, como vimos, sequer era percebido até então.

O Canal do Mangue parece, assim, erigido para dotar a “Cidade Nova” de um passeio não mais concebido como um recinto fechado – como o Passeio Público projetado por Mestre Valentim –, mas sim como uma parte da cidade que permitia aos homens livres desfrutar o

prazer e o deleite da paisagem citadina. Mesmo que incompleto e limitado pela precariedade das técnicas construtivas do Brasil na época, as fotografias atestam esse novo aspecto.



Figura 05 - **Fotografias da Fábrica de Gás e Canal do Mangue em c. 1860.** Montagem realizada pela autora a partir de (da esquerda para direita, do alto para baixo): (1) KLUMB, Revert Henrique. Vue générale du Canal de l'Aterrado et la Serra da Tyjuca. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [ca. 1860]; (2) KLUMB, Revert Henrique. Le canal de l'Aterrado et la serra de la Tijuca. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [ca. 1860]; (3) KLUMB, Revert Henrique. Rue de l'Aterrado. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [ca. 1860]; (4) KLUMB, Revert Henrique. Canal de l'Aterrado, la Caixa d'agua, le Morro de Sto. Rodrigues et le Corcovado. Rio de Janeiro, RJ: [s.n.], [ca. 1860]. Fonte: Fundação Biblioteca Nacional, disponível em: <https://bndigital.bn.br/>.

À guisa de conclusão

O presente artigo começou sublinhando a necessidade de se empreenderem estudos de história urbana que manejassem diferentes escalas de análise e interpretação. Ao longo do artigo, no entanto, nos interrogamos mais especificamente sobre como essa abordagem poderia ser utilizada para nos aproximar das condicionantes que contribuíram para o processo de interiorização da cidade. Assim, tomamos como fio condutor as propostas para a abertura e a consolidação do Caminho do Aterrado, no século XIX.

Se, logo de início, tomamos a cartografia histórica como fonte de pesquisa, ao longo do artigo declinamos a escala de análise e passamos a observar também um grupo de indivíduos que se envolveram diretamente no delineamento desse processo; passamos a analisar, portanto, suas propostas e seus projetos para a região em foco.

No entanto, à medida que acompanhamos as práticas desses propositores – como arquitetos, engenheiros, políticos e industriais –, vimos emergir a necessidade de problematizar também uma outra escala de análise e interpretação. Tratava-se de um nível mais transversal, uma espécie de cultura, que fazia com que seus integrantes compartilhassem um mesmo léxico. É neste sentido que vimos serem compartilhados e criticados aspectos diversos das noções de **circulação**, de **embelezamento** e de **higiene**. Bem como, pouco a pouco, da **noção de igualdade de direitos civis**.

Contudo, observar a atenção desta geração para este vocabulário não é uma constatação realmente nova quando se estuda o pensamento urbanístico na primeira metade do século XIX. A bibliografia atenta ao tema – Roncayolo (1992) para tratar da formação do urbanismo na França e Pereira (2010) do caso brasileiro – já apontou nessa direção. No entanto, gostaríamos de sublinhar aqui ainda outras especificidades desse vocabulário que o presente recorte ajudou a aproximar. São elas: (1) as diferentes competências envolvidas na promoção da ação urbanística; (2) a mudança nos catalisadores das propostas para a cidade; (3) as ambiguidades relativas à crescente valorização da igualdade dos direitos civis em meio a uma cultura escravista.

Com relação à primeira – **as diferentes competências envolvidas na promoção da ação urbanística** –, deve-se observar um saber que, nos casos analisados aqui, começa a emergir com a atuação de Aureliano Coutinho. Como exposto, percebe-se que a ação urbanística aparece como uma prática que articula, ao menos, três dimensões: a política, a econômica e a cultural. O agenciamento deste conjunto parece ser o mecanismo que fará a cidade não mais ser pensada apenas de maneira tópica, mas, pouco a pouco, tornar-se objeto de um saber sistêmico, que a enxerga como um todo e que tem a ambição de ser científico, para utilizarmos a definição de urbanismo de Françoise Choay (1975, pp. 492-499).

Esta mesma atenção ao agenciamento das três dimensões – política, econômica e cultural – também parece estar presente na ação de Mauá. O que nos mostra que atuar na cidade, nesse período, não é uma prerrogativa do Estado.

Na sequência, deve-se sublinhar que as ações aqui enfocadas ressaltam também um processo em que se observa uma mudança nos **catalisadores das propostas para a cidade**. Nos exemplos aqui apresentados, percebe-se que, inicialmente, há uma ênfase muito grande na articulação com as atividades da Casa Real e, depois, Imperial. Com a atuação de Montigny e de Aureliano Coutinho, é evidente, por exemplo, que as obras para a Casa Imperial é que serão responsáveis por desencadear melhorias para os habitantes da cidade. Contudo, somente com a ação de Beaurepaire Rohan e de Mauá é que essa ação não prioriza mais o imperador, e passa a ter como finalidade principal a melhoria da qualidade de vida do homem comum, do cidadão.

No entanto, se fica evidente que o fim da ação na cidade é aquele que nela habita, ou seja, que se percebe uma crescente **consciência dos direitos civis**, esta afirmação logo esbarra frontalmente com a **manutenção da escravidão**.

Na pesquisa aqui exposta, esta questão se torna mais evidente no caso da atividade de Mauá. Talvez ele e Aureliano Coutinho estivessem atentos aos discursos dos reformadores sociais que circulavam na Europa na primeira metade do século XIX. Contudo, no caso de Mauá, o afã de realizar seus empreendimentos o levou a fazer mais concessões ao regime escravista. O mesmo intelectual que introduz a indústria no Brasil, que pensa a moradia do trabalhador de maneira digna e em bases comunais, é também parte de um grupo que trabalhou para que a escravidão se mantivesse o maior tempo possível no país.

Essa aparente ambiguidade nos leva a voltar à questão da criação de um vocabulário próprio para as práticas que enfocaram as cidades. O que se observa aqui, portanto, é o início de uma autonomização das questões pertinentes à vida em cidade, para além das posições éticas e políticas de seus atores isoladamente. Ou seja, no fim deste processo, propor intervenções no Rio de Janeiro era fazê-las de forma centrada no cidadão (e não mais no rei ou no imperador). Assim, por mais que Mauá estivesse alinhado a grupos conservadores e escravistas, o campo urbanístico – ou o saber construir cidades – direcionava-o à ação em outras bases.

Agradecimentos

O presente artigo se beneficiou da infraestrutura do Laboratório de Estudos Urbanos (LEU-PROURB-UFRJ), bem como de seus recursos humanos. Agradecemos especialmente à coordenadora do laboratório, Profa. Dra. Margareth da Silva Pereira, aos doutorandos Mário Magalhães e Daniela Ortiz dos Santos pela revisão do texto, e aos alunos de iniciação científica (Guilherme Estevão, Hugo Lopez, Sérgio Porto, Viviane Rodrigues e Wagner Bahia) que se envolveram diretamente na pesquisa das fontes aqui apresentadas. Esta pesquisa também não seria possível sem o apoio da bolsa de doutorado da CAPES.

Notas

¹ RONCAYOLO, Marcel. "La Morphologie entre la Matière et le Social". In : RONCAYOLO, Marcel. **Lectures de Villes. Formes et Temps**. Provence : Parenthèses, 2011. p. 161. Tradução nossa: "(...) Eu não sei por quê o estudo das formas não recebe qualquer influência do resto da história, especialmente daquela que estuda a formação de sistemas de pensamento, de representações, da sensibilidade e do gosto que inspiram arquitetos. Afinal, as formas do mundo do urbanismo e da arquitetura não são exercícios livres; elas são lugares e suportes de funções, vistas, e percebidas como sinais, imagens, símbolos por uma população".

² Cf. CHOAY, Françoise. "Urbanisme, Théories et Réalisations (1968)". In: GRÉGORY, Claude. **Encyclopaedia Universalis**. Paris: Vol. 16, 1975, pp. 492-499.

³ Cf. BORDE, Andrea Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006 (Tese de doutoramento); LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990; PINTO, Fernanda M. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro**: agentes, personagens e planos. Rio de Janeiro: IPPUR, 2007 (Dissertação de Mestrado); PEREIRA, Margareth A. S. **Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennité – histoire de la ville au XIXeme siècle**. Paris: École des Hautes Études em Sciences Sociales, 1988 (Tese de Doutoramento em Ciências Sociais); SANTOS, Paulo. **Quatro séculos de arquitetura no Brasil**. Rio de Janeiro: IAB, 1985.

⁴ Sobre o desenvolvimento da questão fundiária na região, ver FRIDMAN, Fania. "Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro". In: **Anais do XIII ENANPUR**. Florianópolis: UFSC, 2009; e PINTO, Fernanda M. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro**: agentes, personagens e planos. Rio de Janeiro: IPPUR, 2007 (Dissertação de Mestrado).

⁵ MONTIGNY, Grandjean de. "Nota explicativa do Projeto da Praça proposta no Campo de Santa Ana pela Comissão do ano de 1827". In: MORALES DE LOS RIOS FILHO. **Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira**. Rio de Janeiro: A Noite, 1941. pp. 286-288.

⁶ Vale lembrar que ações desse tipo seriam apresentadas por autores como Françoise Choay, como relativas ao regime de Arte Urbana (CHOAY. Op. cit. 1968). De modo geral, observando os exemplos europeus que ajudaram a autora a conformar o conceito, esse tipo de intervenção seria definido restringir as intervenções urbanas a aspectos visuais e de circulação, sem, contudo, atentar para a dimensão da salubridade e a dimensão social da ação urbanística.

⁷ Em 1831, o Imperador Pedro I abdicou em nome de seu filho ainda criança. Entre 1831 e 1840,

tem-se o período Regencial. Este marcado por uma intensa instabilidade política e revoltas.

⁸ Nasceu em 21 de Julho de 1800, em Niterói e seguiu, inicialmente, a formação de seu pai, de mesmo nome, ingressando na Academia Militar e, aos vinte e um anos, ganhando bolsa da corte para estudar na Escola de Coimbra, em Portugal. Graduou-se em Direito e retornou ao Brasil em 1825 como juiz de fora e ouvidor, atuando em São João Del Rei e Ouro Pedro. A partir da década de 1830, inicia uma bem sucedida carreira política, tendo, inclusive, ocupado diferentes pastas ministeriais. Contudo, na década de 1840, passa a ser citado como líder de um grupo que interferia na formação e dissolução de gabinetes, a chamada facção áulica.

⁹ Sobre a chamada "Facção Aulica" e a participação de Aureliano Coutinho consultar o trabalho: BENTIVOGLIO, Júlio. "Palacianos e Aulicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II". In: **Revista Esboços**. Santa Catarina: UFSC, s.d., Vol. 17, nº 23.

¹⁰ O projeto para a construção da residência imperial juntamente com a colônia inicia-se com o arrendamento da Fazenda do Córrego Seco em 1843.

¹¹ Cf. PEIXOTO, P. A. "Do lugar das mediações sociais e da figura do urbanista como mediador: Subsídios para um estudo sobre Paulo Barbosa da Silva". In: **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo: ANPARQ, 2014. E PEIXOTO; RODRIGUES, 2015. op. cit.

¹² É importante assinalar aqui que o trabalho baliza para o estudo das propostas de Aureliano Coutinho realizado por Moreira Azevedo, "O Rio de Janeiro - Sua história, homens notáveis, usos e curiosidades" (1877), informa que as sugestões para o Aterrado foram elaboradas em 1838. Contudo, nossas pesquisas (sobretudo a consulta do "Correio Oficial") nos mostram que elas correspondem ao ano de 1833, quando, de fato, Coutinho exerceu cargos em que tinha a oportunidade de propor e administrar melhoramentos para a cidade.

¹³ AZEVEDO, M.D. Moreira de. **O Rio de Janeiro - Sua história, homens notáveis, usos e curiosidades**. v. II. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1877. pp. 382-383.

¹⁴ Aureliano Coutinho ocupou o cargo de ministro de Negócios do Império de 23 de maio de 1833 a 10 de outubro de 1833.

¹⁵ Correio Oficial. Tomo I. nº 33. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 08 de agosto de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/>. Acesso em 08 Mar. 2013.

¹⁶ Correio Oficial. Tomo I. nº 125. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 07 de junho de 1834. p. 498-499. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013. Apesar de boa parte dessas informações se resumir às ações empreendidas no período em que Aureliano Coutinho foi Ministro de Negócios do Império, quem assina o relatório é o Ministro em exercício no momento da publicação, Antônio Pinto Chichorro da Gama.

¹⁷ Correio Oficial. Tomo I. nº 25. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 30 de julho de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

¹⁸ Correio Oficial. Tomo I. s/ nº. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 15 de julho de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

¹⁹ BEAUREPAIRE ROHAN, H. **Relatório Apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional / A edição original foi impressa na Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1843.

²⁰ BEAUREPAIRE ROHAN, Op. Cit., 1843.

²¹ PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. “Novo Systema de Calçadas”. In: **Guanabara**. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1851, tomo 1, nº 10, p. 352.

²² PORTO-ALEGRE. “Notícias Diversas”. In: **Guanabara**, op. cit., tomo II; nº. 3, p. 437.

²³ Como se sabe, em 1845 entra em vigor a lei Aberdeen, que autorizava os ingleses a reprimir o tráfico negreiro no Oceano Atlântico. Pela legislação brasileira, o tráfico negreiro apenas seria proibido com a lei Eusébio de Queiroz em 1850.

²⁴ PEREIRA. op. cit. pp. 305-306. Tradução nossa: “(...) A pesquisa que efetuamos em busca dos planos dos primeiros estabelecimentos ‘industriais’ criados por Mauá – como a Companhia da Ponta de Areia e a Fábrica de Gás –, tem se mostrado decepcionante até agora. No entanto, alguns detalhes que o historiador Brasil Gerson nos dá sobre o programa da Fábrica de Gás, nos leva a pensar que Mauá integrou não só os ideais reformistas dos socialistas utópicos do início do século XIX, mas também as soluções espaciais defendidas por alguns deles. Assim, Brasil Gerson nos informa que na Fábrica de Gás foram reunidas no mesmo imóvel áreas para atividades produtivas, habitação para os trabalhadores e uma série de equipamentos e espaços coletivos para as famílias, como biblioteca, jardins, pequenas lojas, lavanderias, cozinhas, etc.

Fontes

AZEVEDO, M.D. Moreira de. O Rio de Janeiro - Sua história, homens notáveis, usos e curiosidades. v. II. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1877.

BEAUREPAIRE ROHAN, H. Relatório Apresentado a Ilma. Câmara Municipal do Rio de Janeiro. Arquivo Nacional. A edição original foi impressa na Tipografia do Diário do Rio de Janeiro, 1843.

Correio Oficial. Tomo I. nº 125. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 07 de junho de 1834. pp. 498-499. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

Correio Oficial. Tomo I. nº 25. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 30 de julho de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

Correio Oficial. Tomo I. nº 33. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 08 de agosto de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

Correio Oficial. Tomo I. s/ nº. Rio de Janeiro: Thomaz Hunt, 15 de julho de 1833. p. 01. Disponível em: <http://bndigital.bn.br/> . Acesso em 08 Mar. 2013.

MONTIGNY, Grandjean de. Nota explicativa do Projeto da Praça proposta no Campo de Santa Ana pela Comissão do ano de 1827. In: MORALES DE LOS RIOS FILHO. Grandjean de Montigny e a Evolução da Arte Brasileira, Rio de Janeiro: A Noite, 1941. pp. 286-288.

PORTO-ALEGRE, Manuel Araújo. Novo Systema de Calçadas In: Guanabara. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1851, tomo 1, nº 10, p. 352.

PORTO-ALEGRE. Notícias Diversas In: Guanabara. Rio de Janeiro: Tipografia Paula Brito, 1851, tomo II; nº. 3, p. 437.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Mauricio de Almeida. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: IPP, 2008. pp.113-115.
- ANDREATTA, Verena. **Cidades quadradas, paraísos circulares**. Os planos urbanísticos do Rio de Janeiro no século XIX. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.
- ANDREATTA, Verena. **Ciudades Cuadradas. Paraísos Circulares**. Planes de ordenación y orígenes de la urbanística en Rio de Janeiro (importación y transformación de paradigmas). Espanha: Universitat Politècnica de Catalunya, 2007 (Tese de doutoramento).
- AZEVEDO, M.D. Moreira de. **O Rio de Janeiro - Sua história, homens notáveis, usos e curiosidades**. v. II. Rio de Janeiro: B.L Garnier, 1877.
- BENTIVOGLIO, Júlio. "Palacianos e Alicismo no segundo reinado – a Facção Áulica de Aureliano Coutinho e os bastidores da corte de D. Pedro II". In: **Revista Esboços**. Santa Catarina: UFSC, s.d., Vol. 17, nº 23.
- BESOUCHET, Lídia. **Mauá e seu tempo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1978.
- BORDE, Andrea Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas Contemporâneas**. Rio de Janeiro: PROURB, 2006 (Tese de doutoramento).
- BOURDIEU, P. "Quelques propriétés des champs". In: BOURDIEU, P. **Questions de sociologie**. Paris: Minuit, 1980.
- BOURDIEU, P. "Le champ li éaire". In: **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**. Paris, n. 89, sept. 1992, pp. 3-46.
- BRASIL, Gerson. **História das ruas do Rio**. Rio de Janeiro: Brasiliana, 1965.
- CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano**. Petrópolis: Vozes, 2014.
- CHOAY, Françoise. "Urbanisme, Théories et Réalisations (1968)". In: GRÉGORY, Claude. **Encyclopaedia Universalis**. Paris: Vol. 16, 1975, pp. 492-499.
- CHOAY, Françoise. "L'histoire et la méthode en urbanisme". In: **Annales. Économies, Sociétés, Civilisations**. 25e année, N. 4, 1970. pp. 1143-1154.
- DEL BRENNIA, Giovanna R. (Org.). **Uma cidade em questão I: Grandjean de Montigny e o Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: PUC/ FUNARTE/ Fundação Roberto Marinho, 1979.
- DEL BRENNIA, Giovanna R. "Uma Capital nos Trópicos e seu Modelo Europeu". In: **Revista do IPHAN** nº19 1984, p. 149-156. Disponível em: <http://docvirt.com/docreader.net/DocReader.aspx?bib=RevIPHAN&PagFis=7503&Pesq=>
- DELFINO, Thomaz. **Que melhoramentos materiais devem ser introduzidos na cidade do Rio de Janeiro**. [s.i.], [s.d.].
- DUNLOP, C. J. "Iluminação Pública". In: DUNLOP, C. J. **Subsídios para História do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2008.
- FRIDMAN, Fania. "Uma Cidade Nova no Rio de Janeiro". In: **Anais do XIII ENANPUR**. Florianópolis: UFSC, 2009.
- GANNIS, Cláudio. "Prefácio". In: **Visconde de Mauá. Autobiografia**. Exposição aos credores e ao público seguida de meio circulante no Brasil. Rio de Janeiro: Topbooks, 1998.
- GAUDIN. **Desenho e Futuro das Cidades**. Uma antologia. Rio de Janeiro: Riobooks, 2014.
- LEPETIT, Bernard. "A História Leva os Atores a Sério?". In: ANGOTTI e HELINA (Orgs.). **Por uma nova história urbana. Bernard Lepetit**. São Paulo: Edusp, 2001.
- LEPETIT, Bernard. "Sobre a escala na história". In: REVEL, Jacques (Org.) **Jogos de Escala: A Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes, 1990.
- MELO JUNIOR, Donato. **Rio de Janeiro. Planos, Plantas e Aparências**. Rio de Janeiro: Galeria de Arte do Centro Empresarial Rio, 1988.

PEIXOTO, P. A. "Do lugar das mediações sociais e da figura do urbanista como mediador: Subsídios para um estudo sobre Paulo Barbosa da Silva". In: **Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva**. São Paulo: ANPARQ, 2014.

PEIXOTO, P. A., RODRIGUES, V. S. **Utopias urbanas? A construção de Petrópolis e do Falanstério de Saí em uma perspectiva comparada**. Petrópolis: [s. ed.], 2015 (palestra proferida na Universidade Católica de Petrópolis).

PEIXOTO, Priscilla Alves. **Os escritos de Manoel de Araújo Porto-alegre sobre cidades (1844-1853): temporalidades e sedimentações**. Rio de Janeiro: PROURB.FAU.UFRJ, 2013 (Dissertação de Mestrado).

PEREIRA, Margareth S. "Las Nebulosas". In: **Documentos de historia y teoria**. Bogotá: Universidad Nacional de Colombia – Facultad de Artes, 2007.

PEREIRA, Margareth S. **Rio de Janeiro: L'ephemere et la perennite – histoire de la ville au XIXeme siècle**. Paris: Ecole des Hautes Etudes em Sciences Sociales, 1988 (Tese de Doutorado Ciências Sociais).

PEREIRA, Margareth S. "O Rio de Janeiro no século XIX – cenários, formas e virtudes de uma cidade-capital". In: PINHEIRO, A. I. **Rio de Janeiro cinco séculos de transformações urbanas**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2010.

PINTO, Fernanda M. **A invenção da Cidade Nova do Rio de Janeiro: agentes, personagens e planos**. Rio de Janeiro: IPPUR, 2007 (Dissertação de Mestrado).

RABHA, Nina Maria de Carvalho E. (et. al.). **Planos Urbanos: Rio de Janeiro. Século XIX**. Rio de Janeiro: IPP, 2008.

REVEL, Jacques. **Jogos de Escalas: a Experiência da Microanálise**. Rio de Janeiro: FGV, 1998.

RONCAYOLO, M. ; PAQUOT, T. **Villes et civilisations urbaines, XVIII-XXe siècle**. Paris: Larousse, 1992.

RONCAYOLO, Marcel. "La Morphologie entre la Matière et le Social". In : RONCAYOLO, Marcel. **Lectures de Villes. Formes et Temps**. Provence: Parenthèses, 2011.

SANTOS, Paulo. **Quatro séculos de arquitetura no Brasil**. Rio de Janeiro: IAB. 1985.

TOPALOV, Christian. **Laboratoires du nouveau siècle. La nébuleuse réformatrice et ses réseaux en France, 1880-1914**. Paris : Éditions de l'École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1999.

Recebido em 01/04/2016

Aprovado em 06/05/2016



De Teatro do Poder a Centro Financeiro e Administrativo. Sete décadas de transformações na Avenida Presidente Vargas

From Theatre of Power to Financial and Administrative Hub. Seven decades of change on Avenida Presidente Vargas

Evelyn Furquim Werneck Lima

Arquiteta, Urbanista, Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Estágio Pós-doutoral pela Universidade de Paris X, Professora Titular da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Pesquisadora 1-C do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e Coordenadora do Laboratório de Estudos de Espaços Teatrais e Memória Urbana na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)
evelynfwlima@yahoo.com.br

RESUMO: A partir da concepção do projeto da abertura da Avenida Presidente Vargas, de uma breve referência aos marcos históricos destruídos, da dispersão dos grupos étnicos muito ativos que moravam e trabalhavam na área e da análise da posterior ocupação urbana nos três trechos descritos no Relatório da Comissão do Plano da Cidade de 1941, pretendo ratificar/rever/ampliar aspectos debatidos no meu próprio livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, publicado na coleção Biblioteca Carioca em 1990 e em 1995. Os conceitos de Michel Foucault (1975) norteiam a análise do discurso do poder na ocasião da abertura; os de Aldo Rossi permitem analisar o tecido urbano pela fenomenologia (1966) e os de David Harvey (1990) auxiliam nas constatações sobre a apropriação mais recente dos espaços resultantes da intervenção.

Palavras-chave: cirurgia urbana; fenomenologia do espaço; discurso do poder; intervenção urbanística.

ABSTRACT: *This paper aims to ratify / review / extend aspects discussed in my own book Avenida Presidente Vargas: a drastic surgery, published at Biblioteca Carioca in 1990 and in 1995, re-examining the conception of the opening of President Vargas Avenue, a brief reference to the destroyed landmarks, the dispersion of very active ethnic groups that lived and worked in the area, and the subsequent urban settlement analysis in the three sections of the avenue described in the Planning Commission of the City reports in 1941. Michel Foucault's concepts (1975) guide the analysis of the power of the urban discourse on the occasion of the opening. Aldo Rossi's statements on phenomenology allow analyzing the old urban fabric (1966) and David Harvey's accurate work on the condition of post modernity (1990) helps on the findings of the most recent appropriation of spaces resulting from the intervention.*

Keywords: urban surgery; phenomenology of space, discourse of power; urban intervention.

Nas sete décadas decorridas desde sua inauguração, em 1944, a grande artéria rasgada no centro urbano do Rio de Janeiro passou por inúmeras intervenções/construções em busca de reaver o sentido “de lugar” daquele antigo tecido urbano desaparecido, resultante de práticas culturais localizadas no tempo e no espaço. No entanto, como este artigo pretende reafirmar, ainda que os terrenos da Avenida Presidente Vargas estejam sendo paulatinamente ocupados, aquele espaço permanece ainda um “não lugar”, conforme conceituado por Marc Augé (1992), sobretudo porque a maioria dos transeuntes continua a utilizar a avenida apenas em busca de meios de transporte. Apesar do longo período decorrido desde a drástica cirurgia e da lenta ocupação /construção de muitos vazios urbanos que haviam permanecido como tal por mais de quarenta anos¹, o cidadão ainda não exerce a prática de caminhar por prazer ao longo do larguíssimo logradouro. Com poucas exceções, a exemplo do espaço público do Campo de Santana, que, como um parque urbano, é destinado aos pedestres, o carioca continua a utilizar-se da via apenas como espaço de circulação.

Apliquei neste texto alguns conceitos de Michel Foucault presentes em *Arqueologia do saber* (1972 [1969]), obra na qual o pensador defende o uso da razão, acreditando que esta razão não é fundamentada em um único modelo. Adotando o nihilismo nietzschiano como metodologia, o filósofo buscou desconstruir modelos historicamente criados que se transformam em modelos absolutos, alegando que a humanidade deve ser levada a criar outros modelos, igualmente baseados na razão, para responder às demandas específicas que o antigo modelo não conseguira solucionar. No caso da análise crítica da abertura da Avenida Presidente Vargas, o modelo haussmaniano – reinterpretado no final da década de 1920 pelo urbanista francês Alfred Donat Agache² – inspirou inicialmente a concepção do projeto, visando a dar uma nova fisionomia ao tecido urbano da região central do Rio de Janeiro. O projeto, alterado e implementado lentamente desde 1944, ainda não respondeu a todas as demandas daquele projeto e as que surgiram ao longo do tempo.

É ainda Foucault quem sugere “fazer uma ‘história dos espaços’ – que seria ao mesmo tempo uma ‘história dos poderes’ – que estudasse desde as grandes estratégias geopolíticas até as pequenas táticas do *habitat*, da arquitetura institucional, da sala de aula ou da organização hospitalar, passando pelas implantações econômico-políticas” (FOUCAULT, 1979, pp. 212-213). Neste sentido, estou revendo a história da área abrangida pela abertura da avenida, agora acrescida de algumas estratégias e pequenas táticas de apropriação não contempladas no texto de 1988.

A ocupação original daquela parte da cidade ocorreu ao longo de diferentes épocas, e o antigo parcelamento de terras à maneira portuguesa induziu à construção do casario quase sempre contínuo ao longo de ruas estreitas, expressando o fluir da vida da cidade, da animação dos habitantes, das casas comerciais, das associações diversas e das igrejas daquela freguesia. Entretanto, após a abertura da avenida, são poucos os imóveis de valor histórico

que ainda estão presentes naquele cenário urbano. Identifica-se, no último trecho inaugurado, a permanência da Igreja da Candelária, monumento construído em diferentes etapas sob o traço inicial de Francisco João Roscio, mas só finalizada em 1898; a Escola Rivadávia Correia, com projeto de Pereira Passos, no trecho intermediário; o Hospital-Escola São Francisco de Assis, antigo Asilo da Mendicidade, que obedece ao modelo panóptico de Bentham³, com fachadas ecléticas de Heitor Rademacker Grünewald, e o prédio da Companhia do Gás, inaugurada em 1854, de estilo neoclássico, no trecho do Canal do Mangue. Ainda antes do início da avenida, permaneceram também no trecho próximo à Igreja da Candelária a atual Casa França-Brasil, antiga Alfândega, projeto neoclássico de Grandjean de Montigny na Rua Visconde de Itaboraí, e a antiga Associação Comercial, atual Centro Cultural Banco do Brasil, projeto de Béthencourt da Silva, com numeração pela Rua Primeiro de Março. Estas duas últimas edificações não interferiam na abertura, por estarem próximas da Baía de Guanabara.

A partir da concepção do projeto da abertura da Avenida Presidente Vargas, de uma breve referência aos marcos históricos destruídos, da dispersão dos grupos étnicos muito ativos que moravam e trabalhavam na área afetada, e da análise da posterior ocupação urbana até 2015 nos três trechos delimitados, pretendo ratificar/rever e ampliar aspectos debatidos no livro *Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia*, publicado pela Coleção Biblioteca Carioca em 1990 e em 1995⁴.

De como surgiu a ideia da abertura

A primeira proposta de interligar o Cais dos Mineiros à Ponte dos Marinheiros foi de Grandjean de Montigny, ainda no século XIX, com o aterramento do Mangal de São Diogo para dar lugar ao Caminho das Lanternas, ligando o Cais ao Paço da Quinta da Boa Vista. Mais tarde, após a canalização do Canal do Mangue e a extensão dos logradouros realizadas pelo barão de Mauá, concluídas em 1860, o prefeito Pereira Passos mandou abrir a Rua Larga de São Joaquim (atual Marechal Floriano) em 1904, também na tentativa de facilitar aquela comunicação. Houve um projeto na gestão de Carlos Sampaio (Decreto 1457 de 26/08/1920) para a abertura da Avenida da Independência, com 33 metros de largura, ligando a Avenida Rio Branco à Praça da República. Entre 1926 e 1930, o urbanista Alfred Agache⁵, contratado pelo prefeito Prado Junior, desenvolveu um plano de embelezamento para a cidade e esboçou a ideia da avenida resultante do prolongamento da Avenida do Mangue, deixando o canal subterrâneo, mas essa proposta foi abandonada.

Com o intuito de estabelecer um programa de melhoramentos para o Rio, foi criada em 1937 a Comissão do Plano da Cidade, órgão colegiado para a orientação urbanística da Prefeitura do Distrito Federal, então sob a gestão do prefeito Henrique Dodsworth (3/07/1937-3/11/1945). O plano para a abertura da avenida foi apresentado na XI Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938, recebeu a anuência do presidente Getúlio Vargas e foi publicado em 1940⁶.

No programa estabelecido pela Comissão do Plano da Cidade, a então Avenida Dez de Novembro é descrita com 80 metros de largura e 3.500 metros de extensão, computados os 1.500 metros da Avenida do Mangue⁷. Dos anexos aos Decretos 6.897 e 6.898 de 28 de dezembro de 1940⁸, que regulamentaram o Decreto-Lei 2722, constam os cortes esquemáticos com as alturas, número de pavimentos e galerias propostas para cada trecho (Figura 01).

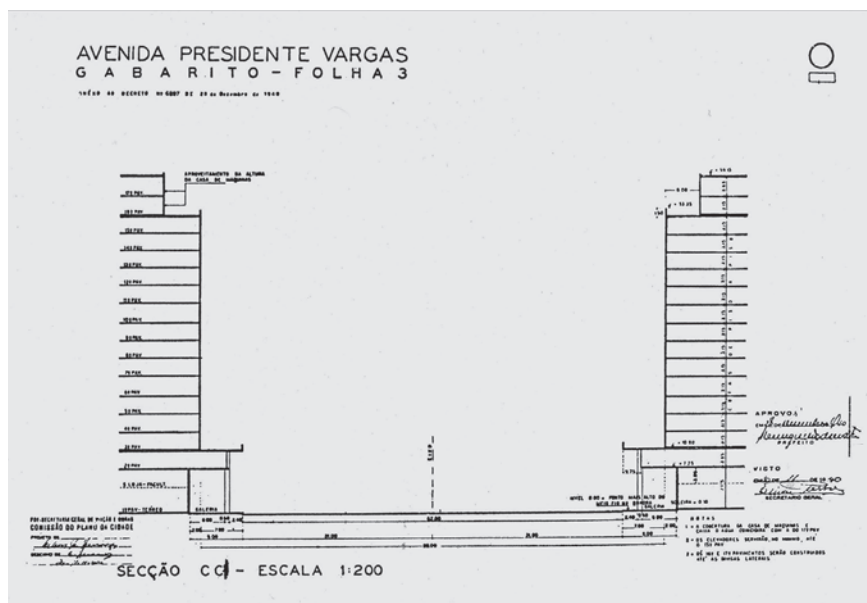


Figura 01 –
Folha 3 (anexo
ao Decreto
6.898 de 28
de dezembro
de 1940).
Fonte: Plano de
Melhoramentos
da Cidade do
Rio de Janeiro
(PDF). Revista
Municipal de
Engenharia, RJ,
n. 6 vol. VII,
nov. de 1941.

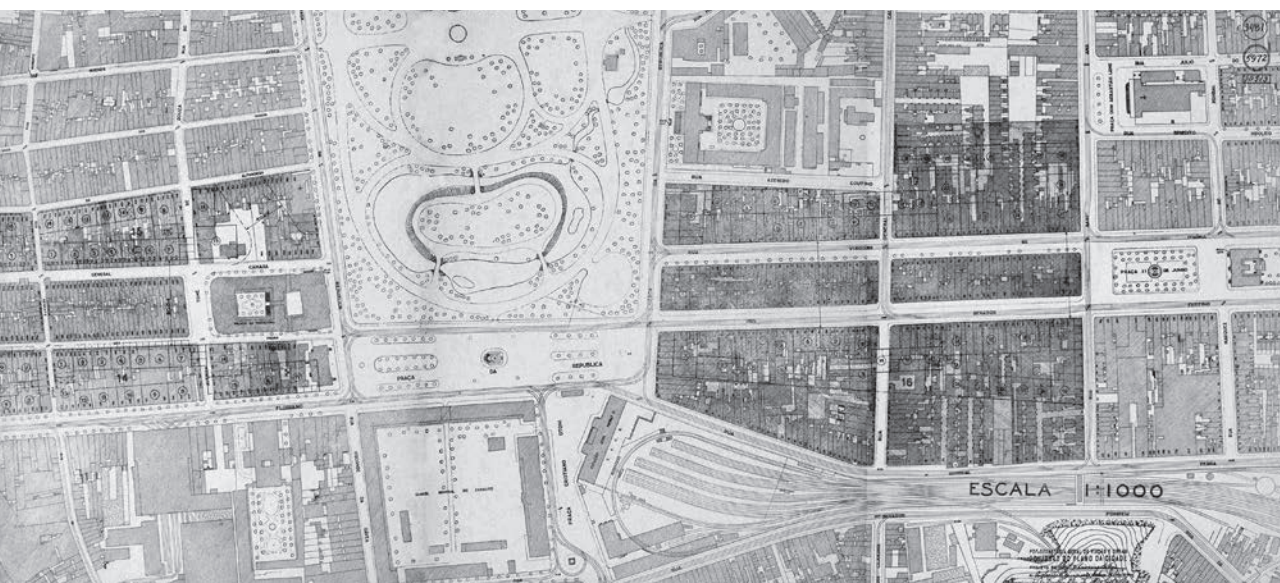


Figura 02 – Avenida Presidente Vargas – Planta Geral - Prolongamento da Avenida do Mangue. Projeto de Reloteamento. Fonte: AGCRJ.

Com a abertura, inúmeras construções incorporadas ao tecido urbano ao longo dos séculos, que conformavam o espaço social com fatos e feitos da história carioca, foram banidas da paisagem. Nem mesmo, ainda em 1937, a criação, pelo mesmo governo, do Serviço de Patrimônio Histórico Nacional (SPHAN), órgão com competência para preservar o patrimônio cultural, conseguiu salvar o tecido urbano e as edificações ecléticas, naquele momento julgadas desprovidas de valor, e nem a igreja barroca. Sobreviveram apenas alguns registros fotográficos e a memória de alguns moradores da área atingida (LIMA, 1990, p. 34). Desapareceram os quarteirões situados entre quatro ruas do centro do Rio: Senador Eusébio, São Pedro, General Câmara (conhecida como Rua do Sabão) e Visconde de Itaúna (Figura 02).

Marcos históricos destruídos

Dos marcos mais importantes desaparecidos com a obra, destaco a polêmica demolição da Igreja de São Pedro dos Clérigos, a única de planta em oval dupla edificada no Rio de Janeiro, com forte inspiração borromínica e internamente ornamentada com talhas de Mestre Valentim, além da Igreja e do Hospital do Bom Jesus do Calvário, do Largo e da Igreja de São Domingos, que incluía a Capela do Cônego, dedicada a Nossa Senhora da Conceição⁹. Não menos lamentável foi a destruição do Paço Municipal, sólida edificação de influência neoclássica que presenciou relevantes fatos da história do Rio de Janeiro, bem como outro simbólico edifício – a Escola Benjamin Constant¹⁰, situada na Praça Onze, o primeiro colégio público do Rio de Janeiro – veio abaixo ainda em 1938.



O Campo de Santana, antigo Campo da Aclamação – centro do Brasil monárquico, conforme afirma Raquel Sisson (1986) –, não desapareceu, mas teve grande parte de seus bucólicos jardins, projetados por Glaziou em 1873, decepados pelo novo projeto de alinhamento. Segundo o engenheiro José de Oliveira Reis (1977, p. 111), que participou da Comissão do Plano da Cidade, “vozes contrárias vinham pela imprensa e pelos bastidores, tentando impedir o prosseguimento da linha reta da avenida”, com a sugestão de fazer a ligação pela Rua Marechal Floriano, que poderia ser alargada, com o intuito de não retirar uma área de 18.216 metros quadrados daquele jardim público¹¹.

Um “lugar antropológico” destruído: a Praça Onze e arredores

A não ser quando o poder público estabelece como estratégia um projeto de grande envergadura, os espaços urbanos vão se formando lentamente e determinando seus signos.



Figura 03 - Estrutura urbana da área central antes da abertura da Avenida Presidente Vargas registrada no Mosaico Fotográfico de 1928/1935. Neste trecho vê-se a Avenida do Mangue entre a Fábrica de Gás e o Campo de Santana. As quadras situadas entre este Campo e a Praça XI, próxima ao Canal do Mangue, seriam demolidas para abertura do prolongamento dessa avenida em direção ao Cais dos Mineiros. Fonte: AGCRJ, 1935.

O estudo das cidades permite observar que a maioria das áreas urbanas se configura aos poucos ao longo do tempo, abrigando novas atividades sociais, econômicas e políticas de acordo com a própria dinâmica urbana. E foi nesta perspectiva que se estruturou o antigo centro do Rio, com seus largos, praças, sobrados, lojas, ruas estreitas e muitas possibilidades de interação entre os habitantes. Um dos tipos de logradouro mais significativos para a história da cidade é a praça, não apenas por seu traçado, paisagismo ou formas tridimensionais, mas, sobretudo, pelas trocas de sociabilidades que ali ocorrem, pelos símbolos que espelha, pelas transformações socioculturais que vivencia. Mas justamente uma das praças que melhor espelhavam a alma carioca que foi excluída do mapa da cidade.

A cirurgia urbana fez desaparecer o Rossio Pequeno da Cidade Nova entre as ruas Visconde de Itaúna, Rua de Santana, Rua Marquês de Pombal e Senador Eusébio, praça embelezada com um chafariz de Grandjean de Montigny desde 1846, local de intensas atividades comerciais, residenciais e sociais (Figura 03). A partir de 1870,



recebeu o nome de Praça Onze de Junho, e seus arredores foram ocupados pelos imigrantes portugueses e italianos, quase sempre artesãos e pequenos comerciantes. No início do século XX, chegaram os imigrantes judeus que ali se estabeleceram, possivelmente porque os antigos sobrados burgueses eram alugados como moradias de preço acessível, e os estabelecimentos comerciais ofereciam oportunidades de trabalho (RIBEIRO, 2008, p. 44). Em pouco tempo havia – na praça e seus arredores – sinagogas, lojas, escolas, tipografias, grêmios e restaurantes, apresentando naquele espaço um forte dinamismo com base na vida comunitária, tal como indicam os mapeamentos desses equipamentos na área, elaborados por Fania Fridman (2007, pp. 129-130). Cabe também mencionar naqueles arredores a relevância da ocupação pela população negra formadora do reduto da Pequena África, no qual havia alguns terreiros de candomblé administrados por mães de santo baianas, promotoras de rodas de samba e festividades religiosas nas décadas de 1920 e 1930. Em suma, a região era conhecida naquela ocasião como a área boêmia do Rio de Janeiro, sempre animada com festas religiosas diversas, carnavais e muito samba, que ajudaram a consolidar as culturas ali coexistentes.

Recorrendo ao conceito de Foucault em *Des espaces autres* (1984) sobre um dos tipos de heterotopias, ou seja, um lugar irreal que substitui e se contrapõe a um lugar real e que representa um ideal (utopia), pode-se imaginar aquele espaço heterogêneo, mas representativo de outros lugares. Por um

lado, na concepção dos imigrantes, com preponderância dos judeus do norte da Europa, a Praça Onze era um território apropriado que reproduzia hábitos e costumes europeus; mas, por outro, a Pequena África, como bem específica a denominação, era um território que lembrava o continente africano de onde procediam os antigos escravos e seus descendentes que ali reproduziam suas festas e religiões. A Praça e seus arredores não era apenas mais um espaço físico delimitado urbanisticamente por quatro logradouros: representava dois mundos distintos repletos de significados simbólicos.

Vale relembrar que, quando Aldo Rossi apresenta sua teoria geral da cidade baseada justamente na morfologia arquitetural formada historicamente, ou seja, a construção da cidade no tempo, remete ao dado último e definitivo da vida da coletividade: a criação do ambiente em que esta vive (ROSSI, 1995 [1966]). Um dos aspectos relevantes na vida de uma cidade é, portanto, a memória do conjunto de recordações que o ambiente urbano suscita, sejam as praças onde se convive com o outro, os restaurantes e lojas, os prédios e paisagens cujas imagens se formam na memória dos cidadãos, incorporando a identidade de um grupo social. Esta “alma da cidade” é fenomenologicamente conceituada por Christian Norbert-Schulz (1980), que faz analogia com o *genius loci*, espécie de divindade concebida pelos romanos que devia estar presente quando buscavam um espaço para fundar novas cidades, e por meio do qual os lugares e os habitantes adquiriam determinado caráter. E este *genius loci* certamente habitou aquele espaço vívido e simbólico da cidade.

Percebendo que as experiências antropológicas “compunham e tensionavam a cidade, bem mais do que os projetos urbanos apontavam e desejavam” (SILVA, 2002), o governo, por meio do arrasamento daquela área – próxima também da Cidade Nova, onde se estabelecera a zona de meretrício –, exerceu seu poder de controle, dispersando aquela população pobre de negros e imigrantes europeus e demolindo o casario de sobrados ecléticos.

Dos marcos construídos nos anos 1940 e sua simbologia

Na época de sua abertura, a avenida tinha por objetivo representar duas imagens: por um ângulo, a de um Estado desenvolvido que desejava apagar o passado luso-brasileiro e demonstrar o progresso como estava ocorrendo na América do Norte, e, por outro, a imagem de um espaço destinado ao teatro do poder, aos grandes desfiles e paradas e ao controle da população, característico dos governos autoritários. Quando escreveu *Vigiar e Punir*, em 1975, Michel Foucault propunha-se investigar uma pluralidade de discursos do poder e de como conter as massas, analisando as relações de poder e seus objetos. Com base nos conceitos emitidos por este autor, considero que os marcos simbólicos inicialmente construídos na avenida – a maciça edificação destinada ao Ministério da Guerra, hoje Palácio Duque de Caxias, e o prédio da antiga Estrada de Ferro Central do Brasil – tiveram, na época, conotação de monumentalismo. O prédio projetado por Christiano Stockler das

Neves acabou espelhando o desejo da Comissão de Obra formada por militares, com vistas a exercer o controle total dos usuários, conforme investiguei, e o segundo teve bastante alterados os sucessivos projetos modernistas de Roberto Magno de Carvalho, Adalberto Szilard e de Geza Heller, na busca por alcançar a grandiosidade desejada para a nova Estação da Estrada de Ferro, de estética *art déco*, portanto, mais inspirada na tradição.

Apesar de as duas estruturas terem sido erguidas sob o signo do autoritarismo, amalgamaram-se à fisionomia da avenida, sendo por muitas décadas as representantes quase exclusivas das construções daquele trecho do novo logradouro. Como bem analisou Michel de Certeau em *A invenção do cotidiano-Artes de fazer* (1980), às estratégias promovidas pelo poder político, econômico ou de outra natureza, a população opõe táticas de apropriação e de reverter o sentido prévio imposto, e, atualmente, o prédio da Central do Brasil – dotado de uma imponente torre escalonada com relógio – constitui uma referência para os cariocas, um *landmark* bem delineado contrastando com o Morro do Livramento (LIMA, 2006), e o prédio em *art déco* monumental do antigo Ministério da Guerra parece menos autoritário, visto que se incorporou à paisagem e fez o contraponto com a estação. (LIMA, 1991).

A ambiciosa obra da abertura foi concluída em etapas. Em novembro de 1941, o presidente Getúlio Vargas inaugurou o trecho do Canal do Mangue até o Campo de Santana, quando a avenida ainda era denominada Dez de Novembro. O segundo trecho, entre o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana, foi inaugurado em 1943, com a troca do nome para Avenida Presidente Vargas. A inauguração definitiva da avenida, em 7 de setembro de 1944, incorporou o terceiro trecho, da Rua Uruguaiana até a Candelária, no qual seria criado o Centro Bancário, verificando-se que a intensidade de ocupação dos terrenos ocorreu no sentido inverso ao das inaugurações dos trechos, devido às dificuldades de desapropriação dos imóveis mais significativos na valorizada área de negócios e às complexas negociações para demolir as igrejas, que causaram muita polêmica, como constatei nos periódicos de época¹².

A atual Avenida: centro financeiro e administrativo da cidade

A área central do Rio de Janeiro sempre foi a que mais se submeteu a mudanças de legislação urbanística. Porém, devido às questões de zoneamento, permaneceu impossibilitada de receber edificações de uso habitacional entre 1970 e 1994, como lembram Borde e Sampaio (2012: 97). Apesar de ter sido objeto de muita regulação e de projetos pontuais, mas sem contar com um processo de planejamento continuado, passou por um grande esvaziamento, em especial quando a capital mudou para Brasília, em 1960, ocasião em que inúmeros edifícios da administração pública, quase todos situados na área central, ficaram vagos. Este processo, nos últimos trinta anos, tem sido lentamente revertido, mas muitos vazios urbanos ainda permanecem ao longo da avenida. Pretendo apontar neste item algumas dessas ocupações.

Aspectos da avenida no trecho Candelária-Uruguaiana: as edificações modernistas são o destaque

A reurbanização dos terrenos remanescentes ao longo da Avenida Presidente Vargas e a aplicação do P.A. tornaram disponíveis vários terrenos para novas edificações nos quais, ao lado de construções que simplesmente obedeceram às normas edilícias, destacam-se alguns prédios modernistas de valor excepcional, em especial no trecho Candelária-Uruguaiana, novo centro financeiro nas proximidades da Avenida Rio Branco.

No espaço liberado pelas demolições ao redor da Igreja da Candelária – cuja fachada de fundos é voltada para a avenida –, denominado Praça Pio X, foram erguidos os primeiros edifícios, como a antiga sede do Banco Boavista, em 1946, projetada por Oscar Niemeyer, na esquina da Rua da Quitanda e inserida no *continuum* de edificações proposto pelo Plano, com a fachada sul em cortina de vidro e a fachada oeste com brises móveis. Do lado oposto da mesma Praça Pio X, projetado por Lucio Costa, destaca-se desde 1956 o edifício do Banco Aliança, de linguagem modernista, fachada em colmeias e azulejos que lembram elementos da arquitetura colonial brasileira, uma característica daquele arquiteto. Neste trecho, há edificações de diferentes inspirações, entre as protomodernas, *art déco*, modernistas e pós-modernistas, estas últimas representadas pelo Banco Safra, inaugurado em 1983, projeto de Paulo Casé e Luis Acioli, na esquina da Presidente Vargas com a Rua da Candelária, que faz o contraponto com o edifício adjacente, o Visconde de Cayru, um exemplar modernista de 1976, de Edson e Edmundo Musa. Apesar das diferentes características das fachadas, a grande maioria dos prédios nessa área refere-se aos usos bancário e corporativo, com poucos edifícios destinados ao poder público e suas autarquias.

No segmento da Presidente Vargas entre a Avenida Rio Branco e a Avenida Passos, portanto dentro da área financeira da cidade, os prédios ainda obedecem ao P.A. com altura constante e fachadas contínuas. Destaca-se, desde 1957, o edifício do Instituto de Previdência do Estado da Guanabara/IPEG, atual Secretaria de Estado de Fazenda, de Afonso Eduardo Reidy, situado na esquina da futura Avenida Diagonal (mais tarde Norte-Sul) que ligaria a Lapa ao Campo de Santana, após o arrasamento do Morro de Santo Antônio. A fachada oeste do prédio, que recebe grande insolação no período da tarde, foi dotada de *brises-soleil* de concreto armado e alumínio parcialmente removíveis, formados por placas horizontais e verticais. O edifício foi um marco desde sua inauguração, mas desde 1981, quando foi concluído o edifício-sede do Banco Central do Brasil no terreno adjacente, que deveria ter sido uma praça, o projeto de Reidy ficou prejudicado na solução espacial adotada na fachada lateral, sem contar que o gabarito do Banco Central ultrapassa bastante o das demais edificações da quadra, visto que o projeto de Hélio Ferreira Pinto tem 28 pavimentos.

Esta nova avenida, prevista no Decreto nº 7.064 de 31 de julho de 1941, implicaria nova leva de demolições, numa área de intenso comércio ocupada na ocasião por árabes e judeus

em perfeita harmonia, que se reuniram e lutaram contra o projeto e, em 1962, formaram a Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega – SAARA e conseguiram defender a manutenção das características urbanísticas e socioculturais da região, que atualmente é também um marco da área central, com seu comércio popular que atrai multidões entre sobrados históricos preservados (Figura 04).¹³

Como outra iniciativa positiva, no lado ímpar da Avenida Presidente Vargas, os terrenos vazios destinados à implantação do P.A. da já citada Avenida Diagonal e ocupados posteriormente para a construção da estação Uruguaiana do Metrô Rio, abrigam, desde 1994, o mercado popular da Rua Uruguaiana, destinado a reunir em um só local os vendedores ambulantes da região, fato urbano que confere condições mais humanizadas à avenida, apesar das dificuldades que tem o poder municipal para administrar os conflitos constantes.



Figura 04 – Planta cadastral com a delimitação da região da SAARA. Fonte: Desenho sobre Levantamento Fotoaerogramétrico, 1997. SMU/PCRJ.

As dimensões do espaço, monumental, mas limitado pelos P.A.'s que transformaram a área como um todo, e o longo tempo decorrido para a construção dos prédios nos novos lotes da avenida são relevantes, especialmente ao se considerar a afirmação conclusiva de Harvey ao defender a dinâmica das transformações em *A condição pós-moderna*, nas quais as relações espaço-tempo representam

(...) real geographies of social action, real as well as metaphorical territories and spaces of power that become vital as organizing forces in the geopolitics of capitalism, at the same time as they are sites of innumerable differences and othernesses that have to be understood both in their own right and within the overall logic of capitalist development (HARVEY, 1992, p. 355)¹⁴.

Entendo que a ocupação da área entre a Rua Uruguaiana e a Igreja da Candelária suscitou interesse de muitos bancos, grandes corporações e autarquias, e em um tempo curto seguiram a lógica do desenvolvimento capitalista. Paralelamente, já nos anos 1990, os terrenos ainda remanescentes serviram para minimizar a presença dispersa de ambulantes – fato urbano que desmerece a vizinhança –, que foram então organizados sob uma diferente morfologia em boxes com uma ampla cobertura, construída pelo próprio poder público.

Aspectos da avenida no trecho Uruguaiana - Campo de Santana: ainda muitos vazios urbanos

Este trecho, contemplado com as novas edificações públicas erguidas antes da abertura da avenida, ficou bastante rarefeito por muitas décadas. As obras de implantação do metropolitano – que só foram realizadas nos anos 1970 – deveriam ter acompanhado a abertura da avenida, como sugerido por engenheiros mais esclarecidos naquela ocasião, em vez de serem executadas mais de três décadas depois, com consequências inconvenientes para a população carioca. Inauguradas em 1979, as estações Uruguaiana, Presidente Vargas e Central poderiam ter provocado maior ocupação dos terrenos ainda disponíveis, mas neste trecho, embora reurbanizado, pouco foi edificado, e os vazios urbanos permanecem até hoje, apesar de alguns edifícios terem sido submetidos a obras de remodelação de fachada, como o da Torre Vargas e a do antigo prédio da Embratel, no lado par. Cabe citar ainda as contruções da Office Tower e da Virtus Tower, projetadas pela Pontual Arquitetura e inauguradas em 2011, acrescidas do excelente resultado da requalificação, em 2014, da Biblioteca Parque Estadual, aberta ao público em 1987 com risco de Glauco Campello, e que conta, além da própria biblioteca, com auditório e teatro.

O trecho Campo de Santana - Avenida do Mangue (Cidade Nova)

Do lado par, em que se destaca na paisagem o já citado prédio neoclássico da Companhia do Gás – antiga Fábrica do Gás –, os terrenos permaneceram por várias décadas com as

antigas ruínas e muitos vazios, destacando-se, entretanto, o prédio modernista hoje ocupado pela Universidade Estácio de Sá, situado ao lado da Praça Noronha Santos. Os terrenos deste lado da avenida ainda apresentam um aspecto bastante rarefeito e passaram a ser ocupados com instalações de baixo gabarito pertencentes a órgãos do Estado, que inclusive cedeu um extenso terreno no final da avenida para a quadra de uma escola de samba de Botafogo: a São Clemente.

Uma das edificações mais antigas do trecho correspondente à antiga Praça Onze é o Edifício Prefeito Frontin, com 22 pavimentos, mais conhecido como “Balança Mas Não Cai”, erguido no lado par em 1945, na esquina da Rua de Santana, e destinado ao uso habitacional, mas que já teve ocupação mista, inclusive com unidades ocupadas por instituições judaicas destituídas de suas sedes, segundo estudo de Silva (2002). Este prédio também é uma referência, pelo fato de ser bastante maciço, ter grandes proporções e ter ficado isolado na paisagem ao longo de sete décadas.

Mais de duas décadas após a inauguração da avenida, surgiram perspectivas de renovação urbana da área da Cidade Nova inspiradas na proposta de Doxiadis (1965), porém bastante modificadas. A Comissão Executiva de Projetos Específicos-CEPE1, criada em 1966, iniciou uma operação de amplas proporções que não teve resultados efetivos, em área de 110 hectares envolvendo as praças Onze de Junho e da Bandeira, o Largo do Estácio e o bairro do Catumbi.

Entretanto, embora o governo municipal tenha decidido instalar o seu centro administrativo na Cidade Nova e ter elaborado legislações com parâmetros urbanísticos estimuladores para a construção de novas edificações, o mercado imobiliário pouco se interessou pelas propostas. Nem o Plano de Renovação Urbana da Cidade Nova de 1966, nem o Plano Centro-Cidade Nova de 1988 e nem o Projeto Sás – Projeto de Revitalização do Corredor Viário formado pelas ruas Estácio de Sá, Salvador de Sá e Mem de Sá, de 1998, que contou com a consultoria do urbanista português Nuno Portas, incentivaram a ocupação da área.

O que ocorreu ao longo das décadas de 1970 e 1980 foram iniciativas de construções governamentais como a do prédio brutalista da sede dos Correios, inaugurado em 1974, exemplar que se afirma pela monumentalidade modernista e que, por contraste, acaba realçando um primor de arquitetura também modernista, mas de dimensões modestas e de cunho intimista do prédio do Arquivo Geral da Cidade, com risco de Edson Musa, inaugurado em 1979, com total respeito à escala do centenário Hospital São Francisco de Assis, que lhe é lindeiro.

Frontal a uma praça da Presidente Vargas, mas com acesso pela Rua Azeredo Coutinho, foi erguido o prédio do Centro Administrativo São Sebastião do Rio de Janeiro, edifício-sede da Prefeitura projetado pelo premiado arquiteto Marcos Konder Neto, que ali idealizou uma estrutura de concreto protendido e vidro, inaugurada em 1982. Dois anos depois foi aberta ao público a Passarela do Samba, atualmente Passarela Darcy Ribeiro, mas popularmente

chamada de Sambódromo, na Avenida Marquês de Sapucaí. Recentemente, este projeto retomou o risco original do arquiteto Oscar Niemeyer, após a demolição dos imóveis desapropriados pertencentes à fábrica da Brahma, que impediram a total execução do projeto em 1984.

Cabe enfatizar que, com exceção do edifício residencial de 1945, construído com o excelente estímulo dado aos institutos de aposentadorias e pensões no período do Estado Novo (DODSWORTH, 1955, p.72), as novas edificações dessa área só começaram a ser erguidas mais de três décadas após a abertura da avenida, apesar dos incentivos para que tal ocorresse¹⁵.

Ainda nesse trecho, um novo fato urbano louvável foi a instalação no local da antiga Praça Onze o monumento a Zumbi, de João Filgueiras Lima, inaugurado em 1986, que busca recuperar a alma africana daquele espaço histórico com a imagem reproduzida e ampliada de um rei nigeriano, reforçando a ligação do espaço com a cultura negra que ali existira.

Não é intenção deste artigo fazer uma avaliação crítica sobre os numerosos planos propostos pelo governo municipal para promover a ocupação da área, mas é fato que o projeto Teleporto¹⁶, compreendendo nove quadras destinadas a empreendimentos predeterminados com alta tecnologia e globalmente interligados aos grandes centros pela Internet, prevendo também melhorias no sistema viário e revisão na legislação urbanística, não surtiu os efeitos desejados. Os avanços tecnológicos da década de 1990 levaram o poder público a instalar tubulação de fibra óptica pela cidade inteira, não havendo mais necessidade de as empresas interessadas ficarem todas reunidas na região da Cidade Nova.

Inaugurado em 1995, com projeto de Pontual e associados, o primeiro edifício Teleporto, cuja ocupação efetiva tardou muito a ocorrer, deu início à construção dos marcos pós-modernos desse segmento final da Presidente Vargas. Já no século XXI, no trecho da avenida ao longo do Canal do Mangue, a inauguração da estação do metrô da Cidade Nova, em 2010, provocou um novo surto de pós-modernização na área, ampliando o número de edificações comerciais para usos corporativos refuncionalizadas e reduzindo o aspecto de degradação da avenida. É verdade que o *retrofit* traz alguns benefícios, como ocorreu no novo edifício sede da Cedae, que desde 2011 tem instalações certificadas como ecológicas¹⁷, o mesmo ocorrendo com o novo prédio da Embratel, projetado por Ruy Rezende e inaugurado em 2011.

O discurso e a imagem da avenida têm sido paulatinamente suavizados. Entendo que a afirmativa de Harvey (1992, p. 355) de que a produção de imagens e discursos é um aspecto importante e tem que ser analisada como parte integrante da reprodução e transformação de toda ordem simbólica, está bem presente no fenômeno de refuncionalização recente das edificações ao longo da Avenida Presidente Vargas.

De cenário do poder autoritário a palco de manifestações democráticas

Se Foucault ajuda a discutir e analisar o discurso do poder sobre a abertura da Presidente Vargas nos anos 1940, De Certeau (1980) consolida a discussão e o embate sobre as estratégias do governo e as táticas dos grupos sociais em relação aos espaços superdimensionados da avenida, que, apesar de concebida como intervenção urbanística independente das vozes da população que ocupava aquela região da então Capital Federal, foi sendo aos poucos reapropriada pelos cidadãos que ali têm realizado, além das paradas militares e dos desfiles carnavalescos, várias manifestações pela democracia.

Quase vinte anos depois da inauguração da avenida, o comício da Central do Brasil organizado pelo presidente João Goulart em 1964 para defender as reformas de base, pouco antes do golpe militar, reuniu grande multidão de manifestantes. Em junho de 1968, a Passeata dos 100 mil deslocou-se da Cinelândia à Candelária e desta, pela Avenida Presidente Vargas, até a Rua Uruguaiana, a caminho do Palácio Tirandentes para protestar contra a ditadura e a morte de um estudante, refletindo uma nova heterotopia: um palco socializado que exibiu a indignação dos cariocas e que acabou culminando no Ato Institucional nº 5, ainda em 13 de dezembro do mesmo ano.

Nos anos 1980 e 1990, ressaltamos mais dois episódios que marcaram a história política do Rio de Janeiro: o Comício das Diretas Já que, em 1984, lutou pelo retorno da democracia e do voto direto, ainda durante o segundo regime autoritário no Brasil que durou vinte e um anos (1964-1985). Em 1992, a Presidente Vargas espelhou novamente a vontade democrática como palco do comício pelo *impeachment* do então presidente Collor, entre outros protestos. Tais eventos de cunho político demonstram que as representações sociais da avenida deslocaram-se, na contemporaneidade, de cenário do poder autoritário a palco de manifestações democráticas.

Algumas considerações

Escrevendo este artigo na segunda década do século XXI, percebo que, tal como havia observado no final da década de 1980, os espaços estabelecidos pela abertura da avenida não foram projetados para a vivência e a troca de sociabilidades da população, mas como uma soma de espaços imponentes para desfiles, paradas, e para os veículos sobre rodas (Lima, 1990). É fato que o transporte rodoviário ampliou-se muito desde então, e o transporte sobre trilhos no Brasil foi relegado a segundo plano¹⁸. Não resta dúvida de que a avenida é hoje o centro nevrálgico do Rio, interligando diferentes zonas da cidade. Entretanto, decorridas mais de sete décadas de sua abertura, ainda não há atrativos para que os transeuntes circulem pelas calçadas por prazer. Apesar da simpática proteção das altas galerias, as calçadas inóspitas, as poucas lojas e os raros restaurantes voltados para a avenida – fatos aliados à arborização deficiente – não incentivam o convívio. Ainda que aberta no rastro dos

bulevares haussmannianos, a Avenida Presidente Vargas é uma artéria reservada ao tráfego e, ao contrário dos bulevares arborizados de Paris, não estimula o *flâneur* benjaminiano¹⁹.

Cabe mencionar que a Avenida Champs Elysées, nove metros mais estreita, é arborizada com castanheiros-da-índia e ladeada por museus, teatros, cinemas, lojas e restaurantes de todos os portes, enquanto a Unter den Linden, em Berlin, é vinte metros mais estreita, fica literalmente sob alamedas de tílias e é margeada, entre outras, por arquiteturas históricas em suas laterais. Ambas atraem milhares de transeuntes que passeiam em suas calçadas, conferindo um aspecto mais humanizado às cidades-capitais nas quais se situam.

Para melhorar o conforto ambiental, reduzir o impacto do ruído do tráfego intenso e da radiação solar, seria necessário arborizar intensamente a avenida com canteiros centrais e laterais, além de incentivar, pela legislação urbanística e/ou por instrumentos fazendários, os usos comerciais de cultura e lazer, restaurantes, lojas convidativas, e instalar grande quantidade de cabines policiais ao longo do logradouro, de tal modo que o transeunte possa sentir prazer de usufruir aquele espaço público.

Considero que uma instigante programação cultural tanto na Biblioteca Parque quanto no Teatro Alcione Araújo, somada a um policiamento efetivo do Campo de Santana, às obras previstas na Central do Brasil e às atividades culturais na antiga Casa do Marechal Deodoro, pode vir a criar um polo cultural interessante que estimule o uso da área – até hoje considerada perigosa –, atraindo usuários de outros bairros em diferentes horários e buscando reverter a característica de mera artéria da avenida.

Finalizo afirmando que os fenômenos físicos das cidades não agem sozinhos como se fossem agentes históricos, e que é necessário conceber uma relação constantemente renovada entre a morfologia propriamente dita, a morfologia social e as representações, conforme sugere Marcel Roncayolo (1990). A morfologia das edificações foi estabelecida e suas representações estão bem nítidas para os cidadãos, mas a região ainda carece de estímulos no que tange à morfologia social. Aquela “alma da cidade”, que caracterizava algumas áreas do tecido antigo, como a Praça Onze, o Largo de São Domingos, o Largo do Capim, as inúmeras casas de comércio, não mais existe. Após décadas de decadência, recentes iniciativas governamentais para recuperar a área central da cidade estimulam o retorno do uso residencial e das pequenas atividades econômicas. No entanto, ao longo dos quase quatro quilômetros da Avenida Presidente Vargas prevalecem os imóveis para corporações financeiras e administrativas, e o largo e extenso logradouro ainda não atrai o transeunte eventual.

Notas

¹ Alguns vazios permanecem até hoje.

² Ver a proposta em Agache, D. A. **Cidade do Rio de Janeiro**: remodelação, extensão e embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

³ Foucault faz uma análise detalhada da proposta de controle formulada por Jeremy Bentham em **Vigiar e Punir** (1987 [1975]).

⁴ O livro **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**, que foi publicado em 1990 e 1992 pela SMC/DGDI, após o manuscrito ter recebido o prêmio Olga Verjovski em 1989, constitui um dos capítulos da dissertação “Espaços do Poder: o Rio de Janeiro no Estado Novo”, defendida em 1988 no PPGAV/UFRJ.

⁵ A proposta de Agache era fazer o prolongamento da Avenida do Mangue sem deixar o canal.

⁶ Decreto-lei 2.722 de 30 de outubro de 1940.

⁷ Ver **Revista Municipal de Engenharia**, nov 1941. Na verdade, segundo José de Oliveira Reis, as larguras variaram de 70 a 90 metros, de acordo com os P.A.s 3481 e 3656 (ver REIS, 1977, p.112).

⁸ As seções foram publicadas como anexos ao Decreto 6.897 de 28 de dezembro de 1940. Ver **D.O. seção II** de 31, dez 1940.

⁹ Esta última foi descrita como capela independente que seria demolida, conforme artigo de Escragnolle Doria intitulado “A Igreja da Conceição”, na **Revista da Semana** de 5 set. de 1942, pp. 16-17. A demolição de quatro igrejas também está relatada no livro de Henrique Dodsworth **Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização**. Rio de Janeiro: [s.i.], 1955, p. 10.

¹⁰ Inaugurada em 4 de agosto de 1872 com o nome de Escola São Sebastião (a primeira da Freguesia de Sant’Anna), foi financiada com recursos da Câmara Municipal da Corte, a primeira do conjunto de oito “escolas do Imperador” a ser inaugurada na edificação de estilo eclético.

¹¹ Este dado referente à área eliminada pela implantação do PA é da arquiteta Vera Dias in “Campo de Santana”, disponível <http://ashistoriasdosmonumentosdorio.blogspot.com.br/2010/10/campo-de-santana-o-nome-desde-sua-origem.html>. Acesso em 01 Fev. 2016.

¹² Ver artigos polêmicos nos levantamentos realizados em periódicos entre 1937 e 1945 em Lima (1990).

¹³ Segundo descrição de Rabha (2006, p. 261), a área conhecida como SAARA, era um verdadeiro centro comercial a céu aberto com 1.250 lojas e circulação diária estimada entre 70 e 100.000 pessoas.

¹⁴ “(..) geografias reais de ação social, reais também como territórios metafóricos e espaços de poder que se tornam vitais como forças organizadoras na geopolítica do capitalismo ao mesmo tempo em que são lugares de inúmeras diferenças e alteridades que têm de ser compreendidas tanto por si mesmas quanto no âmbito da lógica global do desenvolvimento capitalista”.

¹⁵ Entre 1986-1988, durante a pesquisa para minha dissertação “Espaços do poder: o Rio de Janeiro no Estado Novo”, fotografei inúmeros terrenos ainda repletos de ruínas e de escombros no trecho ao longo do canal do Mangue até a Ponte dos Marinheiros, hoje já urbanizados.

¹⁶ O Decreto 12.782 de 05 de abril de 1994 estabeleceu os parâmetros para o projeto Teleporto.

¹⁷ Edificações ecológicas, entre outras qualidades, permitem o reúso de água e a redução de 30% no consumo de energia.

¹⁸ Sete décadas depois da abertura da avenida o metrô do Rio de Janeiro apenas atingiu 41 km, enquanto São Paulo dispõe de 78,4 km, Paris de 214 km, Londres de 408 km e Cidade do México, que só inaugurou o seu metropolitano em 1969, dispõe de 226 km de extensão.

¹⁹ Em 1955, Dodsworth esclarece que os refúgios centrais arborizados previstos inicialmente foram eliminados considerando que as galerias de sete metros de largura ao longo de toda avenida produziram sombra e conforto (cf. DODSWORTH, 1955, pp. 72-73).

Referências Bibliográficas

AGACHE, D. A. **Cidade do Rio de Janeiro**: remodelação, extensão e embelezamento. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

AUGÉ, Marc. **Não-Lugares**: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Campinas-SP: Papirus, 1994.

BORDE, Andréa e SAMPAIO, Andréa. “Políticas urbanas e patrimônio cultural: paradoxos e diálogos na área urbana central do Rio de Janeiro”. In: VAZ, REZENDE & PINHEIRO MACHADO (Orgs.) **Centros Urbanos**. Transformações e Permanências. Rio de Janeiro: PROURB/ PPGAU/CAPES, 2012.

- DE CERTEAU, Michel. **L'invention du quotidien: arts de faire**. Paris: Union Général d'Éditions, 1980.
- DODSWORTH, Henrique. **Avenida Presidente Vargas. Aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização**. Rio de Janeiro: Editora do Jornal do Commercio, 1955.
- FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do Saber**. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. Petrópolis: Vozes, 1972.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. O nascimento da prisão. 5ª ed. Trad. Ligia M. Pondé Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FOUCAULT, Michel. "Des espaces autres». In : **Architecture, Mouvement, Continuité**. n. 5, 1984, pp. 46-49.
- FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- FRIDMAN, Fania. **Paisagem estrangeira**. Memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.
- HARVEY, David. **The Condition of Postmodernity**. Cambridge/Oxford: Blackwell, 1990.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: SMC/DGDI- Coleção Biblioteca Carioca vol. 12, 1990.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck., "O Antigo Ministério da Guerra: um símbolo do poder". In: **Projeto (São Paulo)**, São Paulo: Projeto Editores, v. 140, 1991, p. 89-94.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Das vanguardas à tradição**. Rio de Janeiro: 7 Letras/FAPERJ, 2006.
- NORBERT-SCHULZ, Christian. **Genius Loci: Towards a Phenomenology of Architecture**. Nova Iorque: Rizzoli, 1980.
- RABHA, Nina Maria de Carvalho Elias. **Centro do Rio: Perdas e ganhos na história carioca**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006 (Tese de doutorado em Geografia).
- RIBEIRO, Paula. **Cultura, memória e vida urbana: judeus na Praça Onze, no Rio de Janeiro (1920-1980)**. São Paulo: PUC/SP, 2008 (Tese de doutorado em História Social).
- RONCAYOLO, Marcel. **La ville et ses territoires**. Paris: Gallimard, 1990.
- ROSSI, Aldo. **Arquitettura della Città**. Padova: Marsilio Editore, 1966.
- SILVA, Lucia Helena Pereira. **Luzes e Sombras na cidade: no rastro do Castelo e da Praça Onze 1920/1945**. São Paulo: PUC/SP, 2002 (Tese de doutorado em História Social).
- SISSON, Rachel. "Marcos históricos e configurações espaciais: um estudo de caso, os centros do Rio de Janeiro". In: **Arquitetura Revista**. Nº 4, Rio de Janeiro: FAU-UFRJ, 2º semestre 1986, pp. 57-81.

Recebido em 23/02/2016

Aprovado em 30/03/2016

O financiamento da abertura da Avenida Presidente Vargas: estratégias institucionais e legais

Funding the construction of Avenida Presidente Vargas: institutional and legal strategies

Fernanda Furtado

Arquiteta, Doutora em Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF)
fer.furtado321@gmail.com

Vera F. Rezende

Arquiteta, Doutora em Urbanismo pela Universidade de São Paulo (USP), Professora do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal Fluminense (UFF)
vrezende1234@gmail.com

RESUMO: Este artigo resgata as estratégias institucionais e legais adotadas para garantir os recursos necessários à implantação da Avenida Presidente Vargas, relacionados aos custos das desapropriações de imóveis e da realização das obras. O projeto, apresentado na XIª Feira Internacional de Amostras, em 1938, obteve a aprovação do presidente Getúlio Vargas e, com isso, a definição do planejamento financeiro para o aporte de recursos antecipados para as desapropriações e as obras tornou-se uma das principais questões. A solução encontrada pela administração consistiu na criação das Obrigações Urbanísticas, títulos vinculados aos lotes que resultariam da urbanização da área adjacente à obra, a serem adquiridos por particulares ou dados em caução de financiamentos bancários. O artigo analisa o conjunto de medidas legais que facilitaram ou dificultaram a aplicação das Obrigações Urbanísticas, retomando os debates, à época, sobre instrumentos para a recuperação da valorização dos terrenos após as intervenções públicas.

Palavras-chave: Obrigações Urbanísticas; planejamento financeiro; Avenida Presidente Vargas.

ABSTRACT: *This article describes the institutional and legal strategies used to raise the funding necessary to build Avenida Presidente Vargas, given the costs of real estate expropriations and the civil works involved. One of the main radial thoroughfares was the Avenida Mangue to Cais dos Mineiros, alongside the Arsenal de Marinha, first called Avenida 10 de Novembro, then later Avenida Presidente Vargas. The project presented in 1938 at the 11th International Samples Fair gained the approval of President Getúlio Vargas, making financial planning for advance funding for expropriations and civil works a major issue. The solution encountered by the administration consisted in issuing Obrigações Urbanísticas, securities linked to the land lots which would result from urbanisation of the areas adjacent to the project, which could be purchased by private individuals or given as security. This article examines the set of legal provisions that facilitated or hindered application of the Obrigações Urbanísticas, revisiting the discussions that ensued at the time about instruments for recovering appreciation in land values after public interventions.*

Keywords: *Obrigações Urbanísticas; financial planning; Avenida Presidente Vargas.*

Introdução

Este artigo busca resgatar, no processo de implantação da Avenida Presidente Vargas, o aspecto do seu financiamento, em particular as estratégias institucionais e legais adotadas na década de 1940 com o objetivo de garantir os recursos para a sua execução, relacionados aos gastos com desapropriações de lotes e com a realização das obras.

Os aportes de capital para a realização de projetos urbanísticos, especialmente os de média e grande escala, sempre se mostraram a parte mais frágil do planejamento e da execução de obras, na medida em que excediam o orçamento e as despesas ordinárias das administrações das cidades. Resultaram, inúmeras vezes, no comprometimento das finanças municipais e, não raro, penalizaram as administrações seguintes, que, não por escolha, teriam que sanear suas finanças até chegar às condições possíveis para empreender novos projetos.

No século XIX, no Rio de Janeiro, vigoraram as tentativas de realização de obras por meio do regime de concessões por um período determinado, as quais eram justificadas por substituírem a aplicação de recursos públicos. Como, por exemplo: as obras no Porto do Rio de Janeiro, objeto de algumas dessas concessões, entre as quais, uma concedida ao engenheiro Vieira Souto (1876) e outra à Empresa Industrial de Melhoramentos no Brasil (1890); assim como o desmorte do Morro do Senado, concedido também ao engenheiro Vieira Souto (1879).

Muitas dessas concessões, passado o período previsto, retornavam para a responsabilidade do poder público sem a realização pretendida. Dificuldades na obtenção de financiamentos externos, o encarecimento das obras e a má gestão por parte dos detentores da concessão eram as causas mais frequentes da devolução da concessão. Essa modalidade deixou de ser usada no final do século XIX.

No início do século XX, no Distrito Federal, a execução integrada de um conjunto de intervenções, principalmente as de cunho viário e portuário, foi compartilhada entre a Prefeitura na administração de Pereira Passos e o governo do presidente Rodrigues Alves, ficando este último responsável pelas de maior porte, como o Porto do Rio de Janeiro e a Avenida Central.

Em regime de urgência, recorreu-se, para a sua viabilização, ao aumento de impostos e a empréstimos bancários, que tinham como garantia as receitas futuras do imposto predial (BENCHIMOL, 1992, p. 255). A convergência de interesses entre os dois níveis de governo, resultante da gestão acordada entre o prefeito nomeado e o presidente da República, favoreceu o aporte de recursos para a realização de obras. Uma das primeiras medidas foi o Decreto nº. 1.101 de 19 de novembro de 1903, que autorizava Pereira Passos a contrair empréstimos externos no valor de quatro milhões de libras¹.

As intenções de financiamento de obras por meio da venda de terrenos ou edificações, após a sua realização, foram divulgadas em algumas ocasiões no sentido de justificar os

gastos com os financiamentos externos, como foi o caso de Carlos Sampaio em sua gestão (1920-1922) em relação ao desmonte do Morro do Castelo, necessário na ocasião para o aterramento da área destinada à Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil, em 1922.

Em sua administração, empreendeu-se o arrasamento de grande parcela do morro com o apoio de empréstimos em bancos nacionais e estrangeiros, dando-se como garantia o conjunto dos terrenos que surgiriam após a urbanização. O volume dos financiamentos, porém, provocou grave endividamento da Prefeitura com reflexos na administração seguinte (KESSEL, 2001, p. 101). Além disso, apesar da urgência das obras para fazer o aterro, restavam porções remanescentes do morro para serem desmontadas ao final de sua gestão.

Anos mais tarde, Alfred Agache, chamado em parte pela necessidade de se definir a ocupação da Esplanada resultante do desmonte do Morro do Castelo, iniciou em 1927 o Plano de Remodelação, Extensão e Embelezamento da Cidade, concluído em 1930. Paralelamente às propostas de urbanização de áreas e criação de vias, Agache enfatizou a necessidade da recuperação dos custos das obras, colocando a questão como uma proteção essencial para a realização do plano, sendo indispensável reprimir qualquer possibilidade de elevar artificialmente o valor dos terrenos, localizados no traçado de futuras vias ou espaços livres previstos e destinados à expropriação. Em suas palavras, propôs a recuperação dos valores acrescidos:

Quase sempre após os trabalhos de urbanismo, o valor da parte conservada pelo proprietário aumenta de tal maneira, que é de toda justiça obrigá-lo a ceder, à cidade, a metade da valorização obtida (AGACHE, 1930, p. IX).

O plano, entregue oficialmente após a Revolução de 1930, não foi adotado pela nova administração, mas suas propostas circularam e podem ser identificadas em atos posteriores, como o Decreto nº. 6.000/1937, a criação de uma Comissão do Plano da Cidade (1937), e é possível presumir que tenham também inspirado os técnicos da administração Dodsworth no planejamento financeiro da execução da extensão da Avenida do Manguê até o mar.

Após a Revolução de 1930, no governo do presidente Getúlio Vargas, a Prefeitura do Distrito Federal viveu uma fase de instabilidade política, com as gestões de três prefeitos em menos de sete anos. O penúltimo, Pedro Ernesto, não concluiu seu mandato, sendo destituído e preso. A descontinuidade administrativa resultou na inconsistência das ações no campo urbanístico, que só teria maior atenção a partir da administração do prefeito Henrique Dodsworth, que assumiu o cargo pouco antes da instituição do Estado Novo (1937), sendo posteriormente confirmado.

Em 1937, na sua administração, foi recriada a Comissão do Plano da Cidade - CPC² e apresentado o Plano de Extensão e Transformação da Cidade³, obedecendo a uma planta geral elaborada pela Secretaria Geral de Obras e Viação com as indicações dos projetos de

melhoramentos e abertura de vias, que conectavam o centro da cidade a outras áreas. Uma das radiais principais aprovadas pela CPC era a extensão da existente Avenida do Mangue até o Cais dos Mineiros junto ao Arsenal de Marinha, nomeada Avenida 10 de Novembro.

A intenção de prolongamento do antigo Caminho do Aterrado até o mar datava de meados do século XIX, quando foi executada a canalização do primeiro trecho, da Ponte dos Marinheiros à Praça Onze, a Avenida do Mangue⁴. O projeto inicial previa esse eixo de ligação leste-oeste da cidade, com o canal do meio em toda a sua extensão, detalhe que foi modificado pelo Plano Agache ao retomar a ideia da abertura.

Na administração Dodsworth, o projeto foi reavaliado e apresentado na XIª Feira Internacional de Amostras, em 1938, como parte importante do conjunto de obras viárias propostas, momento em que o presidente Getúlio Vargas se comprometeu com a sua execução. O prolongamento da Avenida complementava a antiga Avenida do Mangue, atingindo ainda as ruas laterais⁵. A escala do projeto⁶ expunha a complexidade de sua execução: mais de quatro quilômetros de via ao final, com largura de 60 a 90 metros, dependendo do trecho, que geraram 525 edificações para demolição.

O quadro legal com vistas ao financiamento de obras

Após a intervenção federal no Distrito Federal, decretada em 15 de março de 1937, antes de iniciado o Estado Novo⁷, uma das primeiras preocupações do governo no campo das transformações urbanísticas da capital foi a instituição de uma Caixa para o financiamento do Plano de Transformação e Extensão da Cidade, previsto na Lei Orgânica do Distrito Federal⁸ antes da existência de tal Plano e mesmo da designação de uma Comissão para a sua elaboração. De fato, essa Caixa de Financiamento foi instituída pelo Decreto nº 5.934 de 31 de março de 1937, enquanto a Comissão de Elaboração do Plano da Cidade só foi criada sete meses depois, pelo Decreto nº 6.092, em 8 de novembro do mesmo ano.

O decreto que criou a Caixa de Financiamento listava seus fundos alimentadores: empréstimos municipais externos e internos; emissões de obrigações; o produto de investidas, vendas de terrenos municipais e de sobras de terrenos resultantes de melhoramentos públicos; o produto de taxas de valorização legalmente definidas e lançadas em virtude de melhoramentos públicos; o produto de quaisquer outros impostos, taxas ou contribuições que viessem a ser especialmente criados e destinados à Caixa de Financiamento. O decreto também determinava que esses fundos deveriam ser empregados exclusivamente no pagamento das desapropriações e recuos necessários à execução do referido Plano e nos serviços de amortizações e juros das operações de crédito vinculadas à Caixa de Financiamento.

No caso das taxas de valorização, eram expressamente citadas no decreto algumas leis municipais que se constituíam em antecedentes legais de cobrança da valorização imobiliária

decorrente da atuação pública. A primeira referência era o Decreto nº 1.537 de 7 de abril de 1921, o qual, conforme sua Ementa, “regula a contribuição por valorização imobiliária em consequência de melhoramento público de qualquer natureza que tenha de ser executado pela prefeitura, por utilidade ou necessidade pública, a partir de 1921”. O texto do decreto, assinado pelo prefeito Carlos Sampaio⁹, especificava que o melhoramento público a que se referia era o que importava em desapropriação, estabelecendo o pagamento, pelos proprietários beneficiados, das despesas com as necessárias desapropriações e de todas as obras executadas no local¹⁰ (RIO DE JANEIRO, 1921).

Outros decretos citados no ato de criação da Caixa de Financiamento eram de 1934, na administração do prefeito Pedro Ernesto: o Decreto nº 4.801 de 24 de maio de 1934 (RIO DE JANEIRO, 1934a), que estabelecia uma taxa anual de valorização sobre as terras da Ilha do Governador para o financiamento da construção da ponte de ligação ao continente, e o Decreto nº 5.017 de 13 de julho de 1934 (RIO DE JANEIRO, 1934b), que recorria ao mesmo tributo – também chamado de taxa de benefício nesse ato – para que os proprietários beneficiados pudessem cobrir os custos com desapropriações e obras de saneamento, viação e colonização em áreas pantanosas e alagadiças.

No plano nacional, a Contribuição de Melhoria já havia sido incluída na Constituição de 1934, em seu artigo 124: “Provada a valorização do imóvel por motivo de obras públicas, a administração que as tiver efetuado poderá cobrar aos beneficiados contribuição de melhoria”. Porém, o instrumento sempre foi objeto de grandes discussões, sobretudo na forma em que foi instituído: como uma recuperação posterior da valorização efetivada e não como meio de financiamento das obras públicas. Como resultado, a aplicação desse instrumento de início não foi considerada¹¹ para a execução dos planos de urbanização propostos pela PDF na gestão de Dodsworth (1937-1945). O caminho encontrado pela sua administração, entretanto, foi a criação de um novo método de financiamento.

Apesar disso, anos mais tarde, Dodsworth expressou seu perfeito entendimento sobre o processo de valorização do solo urbano afirmando:

Convém sempre ter presente – e isto é axiomático – que a terra em si mesmo carece de valor; tem valor somente por causa da sociedade, e, como consequência lógica de elementar justiça, a coletividade deve recuperar, de uma ou outra forma, algum controle sobre valores que somente existem porque a comunidade existe (1955, pp. 19-20).

O financiamento do Programa Geral de Realizações de Dodsworth

Como argumentado no Programa Geral de Realizações da PDF apresentado em 1940, o aspecto econômico-financeiro dos planos de urbanização propostos requeria “tanto ou maior atenção que o urbanístico propriamente dito” (RIO DE JANEIRO, 1940, p. 28). O Programa propõe, para o triênio 1941-1943, três grandes obras: o arrasamento do Morro

de Santo Antônio, a conclusão da Esplanada do Castelo e a abertura da Avenida 10 de Novembro (depois Avenida Presidente Vargas).

Argumentando que se tratava de um plano de remodelação da cidade equiparável ao realizado pelo Governo Rodrigues Alves no início do século (*ibidem*, p. 26), o Programa apresentava de modo detalhado a elaboração e a execução financeira desses projetos, que haviam sido inicialmente exibidos na XIª Feira Internacional de Amostras da Cidade do Rio de Janeiro, em 1938.

Na análise das condições econômico-financeiras, após estimar os custos de cada uma das três iniciativas – Morro de Santo Antônio, Esplanada do Castelo e Avenida 10 de Novembro – em, respectivamente, 240, 114 e 213 mil contos de réis, o Programa ressaltava que, na composição desses custos, mais de 75% da importância total se referia aos gastos previstos com desapropriações. No caso da Avenida 10 de Novembro, o custo com as necessárias desapropriações foi calculado em 96% do total das despesas (*ibidem*, p. 27).

Por outro lado, o Programa afirmava que esses três planos seriam autofinanciáveis, sendo que “... cada um deles, isoladamente, produz resultados financeiros superiores ao custo total” (*ibidem*, p. 28). Explicava, então, que os resultados previstos tinham como fonte a venda futura dos lotes nas áreas urbanizadas, ainda que não se levasse em conta a valorização futura desses terrenos, ou seja, considerando apenas preços contemporâneos aos das obras.

Aqui, fica claro que o método de financiamento elaborado era o da desapropriação de uma área maior que a necessária para a execução estrita dos planos citados, chamada de “desapropriação por zona”. No caso da Avenida Presidente Vargas, tratava-se da obtenção de uma faixa mais larga que a largura prevista para a execução da obra, de modo a gerar, nas laterais, lotes urbanizados a serem alienados para o financiamento da nova avenida. Esse método se inspirava no instrumento americano *excess condemnation* (expropriação marginal). Era necessário, porém, desenvolver um modo de realizar esses recursos financeiros de forma antecipada.

As Obrigações Urbanísticas, a solução?

O Programa Geral de Realizações da PDF de 1940, após discorrer sobre as vantagens de uma execução rápida das obras e, por outro lado, da necessidade de recursos extraordinários, propôs como solução a criação da Obrigação Urbanística (*ibidem*, p. 29). Esta foi definida como um título de crédito público, instituído pela prefeitura, que oferecia ao capital vantagens semelhantes às dos investimentos imobiliários (*ibidem*, p. 31). Assim, apesar de estar prevista a possibilidade de que esses títulos fossem dados em caução para a garantia de empréstimos contraídos pela Prefeitura para custear a execução dos planos de urbanização, as características do título foram desenhadas de modo a torná-lo atrativo tanto para o capital privado como para proprietários cujos imóveis tivessem sido atingidos pelo projeto da obra.

Para conferir garantia real a esses títulos, a proposta era que cada título estivesse relacionado a um lote de terreno alienável resultante da execução do plano, vinculando o domínio pleno do lote. Para equiparar o título a um investimento imobiliário e torná-lo atrativo, eram propostos, além do valor nominal igual ao valor venal atual do lote, juros equiparados aos do mercado financeiro, prêmio de valorização no primeiro decênio (equivalente a 50% do valor excedente ao nominal) e preferência do possuidor de terrenos desapropriados na aquisição dos lotes urbanizados, com isenção de tributos nas transferências *inter vivos* ou *causa mortis* da propriedade do título (*ibidem*, pp. 31-34).

Assim, a previsão do Programa elaborado pela PDF considerava que com o produto das Obrigações Urbanísticas – seja por sua colocação ou como caução de empréstimos – seria viável financiar a execução dos planos. Sobre esse aspecto, o Programa salientava que pelo menos 50% das despesas com desapropriações poderiam ser pagas com os próprios títulos, “porque muitos dos proprietários terão razões suficientes para preferi-las a dinheiro” (*ibidem*, p. 35).

A Obrigação Urbanística (OU) foi instituída pela Presidência da República, pelo Decreto-Lei nº. 2.722 de 30 de outubro de 1940, expressamente para a execução de planos de urbanização da cidade do Rio de Janeiro, sendo regulamentada pelo prefeito com o Decreto nº. 6.896 de 28 de dezembro de 1940. Na mesma data foram sancionados os decretos específicos, que aprovaram o plano de urbanização da Avenida Presidente Vargas (Dec. nº. 6.897) e o plano da Esplanada do Castelo (Dec. nº. 6.898)¹².

Cada um desses decretos definiu, além do plano de urbanização da área atingida (incluindo reloteamentos) e a relação dos imóveis desapropriados, as regras para a emissão das OUs e a demonstração financeira dos resultados esperados. No caso do Decreto da Avenida Presidente Vargas, foram previstos gastos de cerca de 247.500 contos de réis relativos às despesas com desapropriações e de 16.400 contos de réis com obras, perfazendo um total de gastos da ordem de 263.900 contos de réis.

Por outro lado, estava prevista uma arrecadação com os lotes urbanizados de cerca de 338.600 contos de réis¹³, perfazendo um saldo positivo de 74.700 contos de réis, ou seja, 28% sobre a despesa realizada¹⁴. Por fim, com a contabilização dos juros que seriam pagos pelas OUs no decênio (54.000 contos de réis), chegava-se a um resultado financeiro líquido provável de 20.700 contos de réis, confirmando a viabilidade da operação de lançamento das obrigações.

O otimismo da PDF advinha também, além da valorização esperada, do diagnóstico da situação econômica da época, expresso no Programa de Realizações, de que quanto maiores a crise e a incerteza econômicas, maior a atratividade exercida pelo bem imóvel sobre o capital, o que “se traduz em inversões imobiliárias feitas de preferência em áreas restritas da cidade, que oferecem condições excepcionais de rentabilidade” (*ibidem*, p. 29).



Figura 01 – Obrigação Urbanística da Cidade do Rio de Janeiro. Fonte: DODSWORTH, H. A Avenida Presidente Vargas, aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização. Rio de Janeiro: [s.i.], 1955.

Em suma, as OUs emitidas pela PDF seriam a solução para uma ação ágil e rentável, além de despertarem o interesse tanto dos proprietários de imóveis a serem desapropriados como dos capitais interessados em investimentos imobiliários.

Contudo, essa expectativa não se confirmou. No Relatório da PDF apresentado por Dodsworth à Presidência da República, envolvendo o período 1937-1942 (RIO DE JANEIRO, 1942), constava o exame das contas da gestão financeira de 1941. Nesse exame, observou-se que o orçamento previsto para 1941 estimava uma receita extraordinária para aquele ano da ordem de 317.500 contos de réis, mas a receita relativa ao Plano de Realizações não havia se verificado, tendo sido realizados apenas 26.500 contos de réis (*ibidem*, p. 30).

O Relatório abordou este ponto:

Explica-se essa diferença para menos pela mudança na execução do Plano, pois a administração preferiu contratar com o Banco do Brasil uma operação de crédito, a vender, desde logo, os terrenos urbanizados representados no orçamento pela cifra de 250 mil contos (*ibidem*, p. 32).

Para viabilizar esta decisão, foi necessário alterar o decreto-lei original que instituiu as OUs (2.722/1940), mediante o Decreto-Lei nº. 3.532 de 21 de agosto de 1941. A principal

alteração trazida pela nova legislação das OUs foi expressa em seu Art.1º, que determinou que as OUs não mais pudessem ser transferidas a terceiros. Com isso, as OUs passaram a ter apenas a função de serem dadas em caução para garantir os empréstimos contraídos pela prefeitura com o objetivo de custear os planos de urbanização.

A legislação, então, autorizou o Banco do Brasil a contratar com a Prefeitura do Distrito Federal empréstimos em moeda corrente e em apólices da dívida pública federal, sob garantia das OUs emitidas pela PDF (Art. 2º). E para dar maiores garantias ao Banco do Brasil, a alienação dos terrenos vinculados às OUs caucionadas passou a ser feita pelo Banco do Brasil, em concorrência pública, não sendo mais atribuição da Prefeitura (Art. 3º).

Complementarmente, foi revogado o parágrafo 3º do Art. 3º, que limitava o total dos empréstimos em 200.000 contos de réis. Com isso, a PDF pôde contratar com o Banco do Brasil, em 1941, um crédito de 450,5 mil contos de réis para o financiamento das obras de urbanização, garantindo o andamento das obras da Avenida Presidente Vargas e da Esplanada do Castelo e, como salientava o citado Relatório, sem que fosse essa operação garantida pela União, como acontecia anteriormente.

Não ficam muito claras as razões da alegada preferência da prefeitura por esta aplicação mais restrita das OUs. Nyvon Campos (1955), em artigo jurídico relacionado ao advento da nova legislação, argumentou:

A solução insinua perfeitamente um estado de desinteresse do capital particular em subscrever, com o vultoso e pressa necessários, a aquisição das “obrigações”. Vê-se que o poder público, se quer atrair o interesse privado para seus empreendimentos, tem que se colocar no negócio de igual para igual e não legislar sem a objetividade necessária para a atração desse interesse e, mais ainda, agir burocraticamente em termos da reserva da “parte do leão” para si. E como grandes eram os trabalhos e obras do empreendimento e, outrossim, os compromissos assumidos, perigosas seriam a demora e a incerteza na realização dos recursos financeiros capazes. O caminho foi o recurso ao poder financeiro do Banco do Brasil (p. 163).

Além da maior agilidade permitida pela utilização das OUs apenas como garantia de empréstimos públicos, a interpretação do autor parece estar associada a dispositivos do decreto-lei inicial das OUs (Decreto-Lei nº. 2.722/1940) que não seriam do interesse privado, tais como o condicionamento da isenção do imposto predial dos lotes urbanizados por até dois anos desde que a edificação fosse iniciada no período (Art. 5º), ou a fixação do prêmio de valorização em metade do excedente do preço da alienação sobre o valor nominal do título (Art. 4º, par. 3º), ou seja, apenas 50% da valorização do terreno.

Dodsworth, embora defendesse a recuperação coletiva de valorizações “que somente existem porque a comunidade existe” (1955, p. 20) e de acusar os proprietários contrários a esta ideia de “inimigos da sociedade” (*idem*), atribuiu o insucesso das OUs, em seu primeiro formato, principalmente a uma falta de compreensão geral:

A grandiosidade do empreendimento, cuja integral realização importará na completa remodelação da cidade do Rio de Janeiro, exigindo extraordinária energia administrativa para sua efetivação, e ainda a circunstância de ser a ‘Obrigação Urbanística’ título de dívida novo, fora do comum, tornaram ambos, o Plano e seu complemento, a ‘Obrigação’, sujeitos à incompreensão, não só dos leigos, mas até dos técnicos (*ibidem.*, p. 22).

Entretanto, uma revisão dos debates e pareceres da época sobre a execução da Avenida Presidente Vargas reunidos por Dodsworth (1955) mostra que a alteração da legislação nacional sobre a desapropriação teve uma repercussão profunda sobre os planos de urbanização e, em consequência, sobre o papel concebido para as OUs como instrumento de financiamento dos custos do projeto – dos quais, como já citado, 96% consistiam em pagamentos por desapropriações.

De fato, toda a estrutura econômico-financeira do projeto, incluindo desde o próprio método de financiamento – a desapropriação de áreas contíguas para a redivisão de lotes e sua alienação a privados – até o detalhamento das OUs, instrumento cuja atratividade tinha como base a valorização do solo nessas áreas contíguas à obra, tinha como referência os preços estimados dos imóveis segundo parâmetros estabelecidos pela legislação nacional sobre desapropriação então vigente, datada de 1903.

Porém, uma nova legislação sobre a matéria estava sendo elaborada no Ministério da Justiça, e em 7 de agosto de 1940 foi publicado no *Diário Oficial* o Anteprojeto de Lei sobre Desapropriação de Bens por Necessidade ou Utilidade Pública, com o objetivo de receber sugestões para a consolidação da nova lei. Este, talvez, tenha sido o mais importante “fato superveniente”, tal como mencionado genericamente por Nyvon Campos (1955, p. 164), pois, como descreveu Dodsworth, ele gerou uma “batalha administrativa – para levar a termo a obra iniciada”:

Foi necessário ao Prefeito do Distrito Federal, na fase de elaboração do novo Decreto sobre desapropriações, dirigir-se reiteradas vezes ao Presidente da República, ao Ministro da Justiça e à Comissão de Estudos de Negócios Estaduais, para transmitir os pareceres emitidos na Prefeitura, e defender pontos de vista sem cuja adoção anular-se-ia o esforço já tão penosamente dispendido... (Dodsworth, 1955, pp. 3-4).

Além dos pareceres oficiais emitidos pela Comissão do Plano da Cidade e pelo Procurador- Geral da PDF, Dodsworth se referia à apreciação do anteprojeto por diversas entidades dos estados, associações culturais e juristas ilustres, destacando entre estes os estudos e as sugestões feitos pelo Departamento Jurídico da Prefeitura de São Paulo, pela Comissão do Clube de Engenharia e pelo jurista e professor Philadelpho Azevedo¹⁵, que publicou artigo no *Jornal do Commercio* com várias sugestões ao citado anteprojeto.

O valor e a valorização dos terrenos: de volta ao problema

A principal questão abordada em todos os pareceres e sugestões mencionados por Dodsworth dizia respeito às alterações trazidas pelo Anteprojeto de Desapropriação quanto ao critério de avaliação dos imóveis. Cabe-nos, então, contrapor as bases da legislação anterior sobre esta questão às alterações previstas, para entender os argumentos e as sugestões propostos¹⁶.

A legislação vigente estava definida pelo Decreto nº. 1021 de 26 de agosto de 1903¹⁷, do Congresso Nacional e sancionado pelo então presidente da República, Rodrigues Alves. Em seu Art. 1º, dispunha: “Os árbitros incumbidos de fixar o valor da indenização serão em número de três, sendo nomeados, um pelo respectivo Governo, outro pelo proprietário ou seus representantes legais, e o terceiro pelo Juiz.” Assim, ao juiz cabia apenas regular o processo e proferir a sentença, de acordo com a decisão dos árbitros. Este procedimento foi consolidado no Art. 27 do Decreto nº. 4956 de 1903 (regulamentador): “O que os arbitradores resolverem por maioria de votos será entregue ao juiz que homologará o laudo por sentença”.

O Anteprojeto de Lei sobre Desapropriação vinha alterar profundamente este dispositivo. Conforme o parecer do procurador-geral do DF (citado em DODSWORTH, 1955, p. 15), o novo critério

(...) que carregou a magistratura de uma pesada responsabilidade, confia esta missão a um Juiz único, que designa um perito, de sua livre escolha e confiança, sempre que possível técnico, para proceder à avaliação, cabendo ao expropriante como ao expropriado o direito de indicar assistentes técnicos do perito. Os elementos trazidos por estes técnicos e os colhidos das discussões entre as partes são os de que dispõe o Juiz, para, na sentença que proferir, *fixar livremente e segundo a sua íntima convicção* a indenização a pagar pelo expropriante (grifo nosso).

Somando-se a esta crítica, a Comissão do Plano da Cidade (citada em DODSWORTH, 1955, p. 5) salientava que o método das perícias, além de impedir o poder público de ter um orçamento prévio consistente para seus planos de urbanização, acarretaria delongas judiciais que retardariam a execução das desapropriações.

Além dessa preocupação, outro ponto essencial relacionado ao critério de avaliação dos imóveis estava no abandono das regras contidas na legislação de 1903 para a fixação do valor da indenização. Tal legislação, em seu Art. 2º, dispunha: “O quantum de indenização ao proprietário não poderá ser inferior a 10, nem superior a 15 vezes o valor locativo, deduzida previamente a importância do imposto predial, tendo como base este imposto lançado no ano anterior”. E completava, em seu Par. 1º, que, no caso de propriedades não sujeitas ao imposto predial, o aluguel a considerar seria o verificado ou estimado no último ano.

Vários pareceres coincidiam em considerar a possibilidade de alteração desse *quantum*, mas sem perder a sua essência. A Comissão do Plano da Cidade propôs como limites inferior e superior, respectivamente, 12 e 18 vezes o valor locativo do ano anterior ao decreto de

desapropriação, sem deduzir a importância do imposto, reconhecendo uma certa defasagem na legislação. O professor Philadelpho de Azevedo, por sua vez, considerou que “se os atuais limites de 10 a 15 vezes o valor locativo são estreitos, poderiam ser ampliados para 5 a 25, mas sempre permitindo-se ao Poder Público a estimativa de um máximo de despesa, indispensável à realização de um plano” (citado em DODSWORTH, 1955, p. 8).

Em resumo, os pareceres convergiam nas críticas à proposta do método baseado em perícias e decidido pelo juiz, assim como sugeriam ser necessário o regresso ao valor locativo como base para a avaliação dos imóveis, ainda que revistos seus limites inferior e superior.

O forte impacto que esse conjunto de alterações traria para os projetos em andamento no Rio de Janeiro expressou-se nos comentários de Dodsworth e nos pareceres a que se refere. Citando ofício dirigido por ele ao presidente da República, Dodsworth (1955, p. 4) afirmou que o critério anterior “serviu de base ao plano de financiamento dos projetos já aprovados e às negociações entabuladas para o custeio das obras”. O parecer do procurador-geral da Prefeitura do DF, Dr. José Saboia Viriato de Medeiros, a respeito do Decreto-Lei sobre desapropriações por utilidade pública (citado em DODSWORTH, 1955, pp. 12-18) contemplou uma série de sugestões para, segundo o autor, aperfeiçoar o instituto e, “se possível, evitar que se crie uma situação que para o Distrito Federal seria calamitosa” (*ibidem*, p. 13).

A Comissão do Plano da Cidade sugeria que “seria conveniente manter o método da legislação de 1903 modificando apenas os coeficientes de modo a atualizá-los”, e completava: “Será mais técnico e rápido; além disso, constitui um hábito com o qual o público já se amoldou” (citado em DODSWORTH, 1955, p. 5). O professor Philadelpho de Azevedo recomendava que, “em favor da exequibilidade do plano de obras elaborado pela Prefeitura, iniciado em vários pontos da cidade, que se pelo menos isentem as desapropriações já decretadas pela Prefeitura, da aplicação da nova lei...” (citado em DODSWORTH, 1955, p. 9).

Em 21 de junho de 1941, foi sancionada a nova Lei de Desapropriação (Decreto-Lei nº. 3.365), tendo sido publicada no *Diário Oficial* em 18 de julho de 1941, e com vigência no Distrito Federal 10 dias após a sua publicação (Art. 43). Além disso, conforme seu Art. 41: “As disposições desta lei aplicam-se aos processos de desapropriação em curso, não se permitindo depois de sua vigência outros termos e atos além dos por ela admitidos, nem o seu processamento por forma diversa da que por ela é regulada.” Assim, conforme Dodsworth (1955, p. 3), os valores anteriormente calculados para as desapropriações foram elevados para cumprir a condição de aplicação imediata e retroativa da nova legislação.

Examinando-se o Decreto-Lei nº. 3.365, em sua versão de 1941¹⁸, pode-se observar que alguns dos pareceres e sugestões ao anteprojeto foram acolhidos, total ou parcialmente, enquanto outros, como a isenção das desapropriações já iniciadas e o método das perícias, não o foram. Assim, apesar da autonomia do juiz disposta na nova legislação, foram mantidos os limites inferior e superior para a indenização, embora o limite superior (base para a imissão

imediate na posse em caso de urgência) tenha sido aumentado de 15 para 20, conforme o Par. único do Art. 27¹⁹:

Se a propriedade estiver sujeita ao imposto predial, o “quantum” da indenização não será inferior a 10, nem superior a 20 vezes o valor locativo, deduzida previamente a importância do imposto, e tendo por base esse mesmo imposto, lançado no ano anterior ao decreto de desapropriação.

Com a nova lei, portanto, a desapropriação tornou-se mais custosa e mais morosa. Além disso, incidiu negativamente sobre algumas das vantagens previstas nas OUs, ao diminuir o intervalo entre o valor da indenização e o da posterior alienação, reduzindo o prêmio de valorização previsto no Decreto nº. 2.722/1940. Enfim, diversos complicadores surgiram entre a elaboração e a autorização legal para a emissão das OUs. Nyvon Campos (1955, p. 164) resume a questão:

Verificamos, pois, que as Obrigações Urbanísticas não resultaram em uma fórmula de fôlego para o êxito financeiro da urbanização projetada [...] Talvez, como ideia básica, fossem as Obrigações excelentes e perfeitamente passíveis de êxito; entretanto, em torno de sua criação e aplicação, houve condições acessórias e fatos supervenientes... cujo conteúdo, de restrições e imponderáveis, as tornaram desinteressantes para o seu objetivo inicial de atração do capital particular.

Diante do enorme problema em mãos, Dodsworth apelou para o Banco do Brasil como entidade financiadora, mediante a alteração do conteúdo e do objetivo das OUs, conforme o Decreto-Lei nº. 3.532 de 21 de agosto de 1941, que, como já visto, restringe as OUs a mecanismo de caução em contratos de empréstimo. Vale notar que a nova legislação surge menos de um mês após o início da vigência da nova lei de desapropriação.

Mas a alteração legal também tratava de adequar condições anteriores, como, por exemplo, a forma de pagamento das desapropriações. A nova legislação sobre as OUs determinava que as desapropriações seriam pagas à razão de 50% em dinheiro e 50% em títulos da dívida pública federal, podendo ser pagas inteiramente em títulos nos casos de urgência da desapropriação, ou quando o preço fosse fixado por sentença. Nesse sentido, aproveitava-se do disposto no Art. 32 da nova legislação sobre desapropriação, que dispunha: “O pagamento do preço será feito em moeda corrente. Mas, havendo autorização prévia do Poder Legislativo em cada caso, poderá efetuar-se em títulos da dívida pública federal, admitidos em bolsa, de acordo com a cotação do dia anterior ao do depósito²⁰”.

Considerações finais

As providências descritas garantiram as bases para o financiamento da obra da Avenida Presidente Vargas, ao menos no que se refere aos elementos essenciais para a sua inauguração, em 1944. Entretanto, permanecia a questão de como recuperar a forte valorização dos imóveis que não estavam sujeitos à desapropriação na fase inicial do projeto, mas que eram em parte

necessários para complementar o plano de urbanização, ou mesmo aqueles que não estavam incluídos no projeto, mas cuja proximidade lhes garantia os benefícios da valorização.

Dodsworth, anos mais tarde, demonstrou estar convencido da necessidade e da legitimidade de recuperar, ao menos parcialmente, essas valorizações:

Sem nos estendermos excessivamente sobre a legitimidade da recuperação para a comunidade da valorização do solo – o que nos levaria muito longe –, convém enfrentar o falaz argumento do esforço do proprietário no intento de justificar, entre nós, sua excelente absorção das valorizações, já atuando como loteador, já como edificador. Se é inegável que sua ação ajuda o progresso geral, sua contribuição, entretanto, não é maior que a das pessoas que constroem sobre os lotes vendidos, ou os comerciantes e famílias que alugam os locais. E convém não esquecer também que essas manifestações de vida não poderiam existir sem a imensa obra que, direta ou indiretamente, realiza a administração pública (1955, p. 19).

Como relatou Dodsworth, esta passou a ser uma preocupação da sua administração, confrontada com a necessidade de recursos para as obras complementares, o que levou à consulta de especialistas sobre as possibilidades a serem adotadas pela Prefeitura em relação à sua política fiscal, a serem então sugeridas ao Ministério da Justiça. Consultado sobre o tema, o professor Bilac Pinto²¹ fez um amplo estudo internacional da matéria, ao fim do qual sugeriu a criação, mediante Decreto-Lei, de uma Taxa de Valorização, a ser aplicada aos imóveis beneficiados pela obra da Avenida Presidente Vargas. Segundo o autor, o tributo resultaria em receita apreciável para a Prefeitura do DF, além de lançar as bases para uma política fiscal permanente de alcance nacional, mediante a Contribuição de Melhoria (citado em DODSWORTH, 1955, pp. 33-34).

Entretanto, a iniciativa sugerida não foi adotada. Um anteprojeto de lei para a Contribuição de Melhoria foi elaborado, mas este instrumento só viria a ser reincorporado à legislação nacional em 1946, com a promulgação da nova Constituição Federal (Art. 30). Quem nos conta o final dessa história é o já ex-prefeito Henrique Dodsworth:

As principais providências para as obras complementares da Avenida Presidente Vargas estão paralisadas. Recordo, com reconhecimento e aplauso, a atitude desassombrada, persistente e capaz do excelente corpo de colaboradores que tive na administração da Prefeitura do Distrito Federal (DODSWORTH, 1955, p. 43).

A análise aqui realizada demonstra que nem a Expropriação Marginal, nem a Contribuição de Melhoria, atenderiam ao que constituía a necessidade concreta da PDF para a abertura da Avenida Presidente Vargas: recursos antecipados para serem utilizados nas desapropriações e nas obras. A solução encontrada, assim, consistiu na criação do instrumento das Obrigações Urbanísticas, a serem adquiridas por particulares ou dadas como caução para efeito de financiamentos.

A realidade, como vimos, afastou a primeira alternativa por desinteresse do mercado ou descrédito na capacidade de gestão da administração para concluir as obras pretendidas

e converter as OUs em títulos valorizados. Naquele momento, observamos a edição do novo Decreto-Lei nº. 3.532 de 21 de agosto de 1941 em substituição ao Decreto-Lei nº. 2.722 de 30 de outubro de 1940, ficando a utilização da OU restrita à garantia bancária, utilizando-se o Banco do Brasil como único agente financiador e futuro alienador dos lotes vinculados às obrigações.

Essa reviravolta em menos de um ano, como argumentamos, se deu, em boa medida, em função da homologação da nova Lei de Desapropriação, Decreto-Lei nº. 3.365 de 21 de junho de 1941, que alterou os critérios de desapropriação, não isentando os casos já previstos, como era a intenção da PDF.

Não seria esse fato o resultado de embates de diferentes grupos e diferentes entendimentos de como executar projetos de urbanização, ou, mais ainda, do questionamento das ideias de recuperação da valorização acrescida aos terrenos? Ou melhor, a expectativa dos proprietários com a valorização de seus terrenos teria sido frustrada pela forma adotada pela PDF por meio das Obrigações Urbanísticas? E, assim sendo, a nova lei de 1941 traduziria a organização e a reação dos interesses atingidos?

Por outro lado, a natureza do Estado Novo (1937-1945) – sua característica centralizadora, a ausência de Câmaras Legislativas – contextualizou a atuação urbanística sobre a cidade do Rio de Janeiro, Distrito Federal, em que o Estado se pretendia não só o condutor das ações de urbanização, mas também o beneficiário da valorização gerada pelas obras. Mas não se pode afirmar que tenha obtido sucesso nesse último aspecto, e sim apenas no aporte de recursos obtidos com os empréstimos do Banco do Brasil.

Notas

¹ O Decreto da União modificava a Lei Orgânica do Distrito Federal e autorizava o Prefeito a realizar um empréstimo para saneamento e embelezamento da Capital Federal.

² A Comissão já havia existido em 1931, tendo sido criada no primeiro governo após a Revolução de 1930, o de Adolpho Bergamini (1930-1931), porém foi extinta por seu sucessor, o Prefeito Pedro Ernesto. Para maiores detalhes, ver REZENDE, V.L.F.M., 2011, p. 41-70.

³ Não se tratava de um plano nos moldes do Plano Agache, cuja implementação era cobrada por urbanistas, em especial, o engenheiro Armando de Godoy. Consistia, outrossim, na reunião de projetos de obras pela Comissão do Plano da Cidade, com diferentes denominações: plano de extensão, plano de conjunto, ou plano de melhoramentos.

⁴ Sua execução se deu em 1857 pelo Barão de Mauá.

⁵ O trecho novo (prolongamento) a ser aberto tinha a extensão de 2.040 metros. Dos 525 prédios

a serem demolidos, 426 se encontravam na parte central. Nas partes laterais, para compor os lotes urbanizados, 96 prédios foram marcados para demolição (Reis, 1994, p. 8).

⁶ PA no. 3841 e PA no. 3653.

⁷ O Estado Novo se iniciou em 10 de novembro de 1937, com o período ditatorial de Getúlio Vargas, resultando no fechamento do Congresso Nacional, das Assembleias Legislativas, das Câmaras Municipais. Uma nova Constituição (1937), entre outras medidas, determinou a suspensão de direitos individuais e a supressão de partidos e organizações civis.

⁸ Lei nº 196 de 18 de janeiro de 1936.

⁹ A contribuição por valorização decretada por Carlos Sampaio, em uma administração marcada por obras de vulto, demonstrava que a consciência da valorização a partir de projetos e intervenções urbanísticas existia na PDF, pelo menos desde o início da década de 1920 (REZENDE E FURTADO, 2009).

¹⁰ Com a exceção do calçamento, já contemplada por lei especial. Sobre a taxa de calçamento e seus problemas, ver GADRET, H., 1956, p. 75-76.

¹¹ Posteriormente, como veremos, a utilização da Contribuição de Melhoria volta a ser considerada pela PDF (DODSWORTH, 1955).

¹² O projeto do arrasamento do Morro de Santo Antônio, cujas obras eram muito mais caras e dependiam de maquinaria a ser importada, foi postergado devido às condições adversas ditadas pela Segunda Guerra.

¹³ A título de comparação da ordem de grandeza deste valor, a estimativa de receita ordinária da PDF para o ano de 1940 era de cerca de 450.000 contos de réis (RIO DE JANEIRO, 1942, p. 26).

¹⁴ Equivalentes a 4 vezes os juros anuais das OUs, que se encontravam estabelecidos nos decretos em 7%.

¹⁵ Procurador-Geral do Distrito Federal no período 1934-1936.

¹⁶ Outros pontos são também discutidos, como o prazo de validade dos decretos de desapropriação, a competência nos casos de urgência da desapropriação e a publicação prévia de planos de urbanização contendo a lista dos imóveis a desapropriar, porém por não estarem diretamente vinculados à questão essencial aqui proposta, não serão abordados neste artigo.

¹⁷ Consolidado pelo Decreto nº. 4.956 de 9 de setembro de 1903, que regulamentou o anterior.

¹⁸ Esta lei, apesar de vigente até a atualidade, sofreu diversas alterações.

¹⁹ Este Parágrafo foi suprimido pela Lei nº. 2.786/1956.

²⁰ Artigo também alterado pela Lei nº. 2.786/1956, passando a ter a seguinte redação: "O pagamento do preço será prévio e em dinheiro".

²¹ Professor Catedrático de Ciência das Finanças da Universidade Federal de Minas Gerais e Professor Catedrático de Direito Administrativo da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Referências Bibliográficas

ADMINISTRAÇÃO Henrique Dodsworth. **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n.4, julho, 1940, p. 255.

AGACHE, D. Alfred H. **Cidade do Rio de Janeiro, Remodelação, extensão e embelezamento**. Rio de Janeiro: Foyer Brésilien, 1930.

ALMEIDA, P. C. "Projeto de Remembramento do Centro do Distrito Federal". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n. 2-3, maio, 1939, pp. 263-281.

ANHAIA MELLO, Luiz I. **Problemas de urbanismo**: bases para a resolução de problemas técnicos. São Paulo: Boletim do Instituto de Engenharia, 1929.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical**. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992.

BRITO, H. Alves de. "Obras da Avenida Presidente Vargas". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro: v.11, n. 3/4, jul./out. 1944.

CAMPOS, N. "O financiamento da urbanização da cidade". In: **Revista da Procuradoria Geral do Distrito Federal**. Rio de Janeiro: n.4, 1955, pp. 160-166.

Decreto nº. 1.101 de 19 de novembro de 1903. J. J. Seabra (Org.). **Coleção das Leis da República dos Estados Unidos do Brasil**, Vol. I, Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1903, pp. 89-90.

DODSWORTH, H. "A Avenida Presidente Vargas, aspectos urbanísticos, jurídicos, financeiros e administrativos de sua realização". In: **Revista da Procuradoria Geral do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, n.5, 1955, pp. 1-43.

_____. "Problemas da Cidade". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro, n. 1, 1943, pp. 3-5.

GADRET, H. J. "A Contribuição de Melhoria e sua aplicação no Distrito Federal". **Revista da Procuradoria Geral do Distrito Federal**. Rio de Janeiro, n.7, 1956, pp. 65-126.

KESSEL, C. **A Vitrine e o Espelho, o Rio de Janeiro de Carlos Sampaio**. Rio de Janeiro: Memória Carioca, Arquivo Municipal, 2001.

PASSOS, E. **Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal, Departamento de Geografia e Estatística: 1945.

- _____. "Melhoramentos do Rio de Janeiro". In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 73, mai./jun., 1941, pp. 3-22.
- _____. "Plano de Melhoramentos da Cidade do Rio de Janeiro". In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 6, nov., 1941. pp. 314-334.
- REIS, J. O. **O Rio de Janeiro e seus Prefeitos**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1977.
- _____. "50 anos da Avenida Presidente Vargas". In: **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, dez./jan., 1994, pp. 7-15.
- REZENDE, V.L.F.M. "A Era Vargas, o planejamento de cidades e a circulação de ideias: um olhar a partir do Distrito Federal, a cidade do Rio de Janeiro". In: REZENDE, V. (Org.). **Urbanismo na Era Vargas: a transformação da cidade brasileira**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2011, pp. 41-70.
- REZENDE, V. L. F. M.; FURTADO, F. "Discursos e imagens acerca das intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940)". In: **Revista Risco**, São Carlos, n.8, 2008, pp. 115-125.
- RIO DE JANEIRO. Prefeitura do Distrito Federal. **Programa Geral de Realizações 1940-1943**. Rio de Janeiro: A Prefeitura, 1940.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria do Gabinete do Prefeito. **Boletim da Prefeitura do Distrito Federal**: janeiro/julho de 1921. Rio de Janeiro, pp. 44-46.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. **Boletim da Prefeitura do Distrito Federal**: abr./jun. de 1934a. Rio de Janeiro, p. 63.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. **Boletim da Prefeitura do Distrito Federal**: jul./set. de 1934b. Rio de Janeiro, pp. 77-78.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. **Relatório ao Exmo. Sr. Presidente da República pelo Pref. H. Dodsworth**, 1937-1942. Rio de Janeiro: A Prefeitura, 1942.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria do Prefeito. **Relatório da Administração H. Dodsworth**: julho de 1944. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1944.
- _____. Prefeitura do Distrito Federal. Secretaria do Prefeito. **Relatório da Administração H. Dodsworth**: julho de 1945. Rio de Janeiro: Departamento de Geografia e Estatística, 1945.
- Secretaria Geral de Viação, Trabalho e Obras Públicas na XIª Feira Internacional de Amostras. **Revista Municipal de Engenharia**, Rio de Janeiro, n. 6, nov., 1938, pp. 670-693.

Recebido em 23/02/2016

Aprovado em 26/03/2016



Um olhar sobre a história do urbanismo da Área Central do Rio de Janeiro: entre a renovação e a conservação

The history of urbanism in Rio de Janeiro city centre: urban renovation and conservation

Andréa da Rosa Sampaio

Arquiteta e Urbanista, Doutora em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Associada da Escola de Arquitetura e Urbanismo e do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo (PPGAU) da Universidade Federal Fluminense (UFF)
andrea.rsampaio@gmail.com

RESUMO: Este artigo trata da trajetória urbanística da área central do Rio de Janeiro à luz do processo histórico do ordenamento urbanístico, pautado por uma sucessão de normas urbanísticas e de proteção ao patrimônio cultural, enfocando dois projetos de renovação urbana complementares ao da Avenida Presidente Vargas: os projetos da Avenida Norte-Sul e de Renovação da Cidade Nova. Interessa discutir a magnitude das intervenções propostas nesses projetos, ainda que não tenham sido plenamente concretizadas, e seus impactos morfológicos e sociais em áreas de grande significação cultural, gerando decadência do ambiente construído e produzindo vazios urbanos. No contexto atual de grandes intervenções no âmbito dos Projetos de Cidade Olímpica e Porto Maravilha, é essencial revisitar as transformações urbanas, consolidando a memória do urbanismo da cidade e consubstanciando o reconhecimento de seu patrimônio urbanístico.

Palavras-chave: Normas urbanísticas; Projetos de Renovação Urbana; Conservação urbana.

ABSTRACT: This article considers the urban trajectory of Rio de Janeiro city centre in the light of the historical process of urban planning as guided by a succession of urbanisation and heritage protection regulations, focussing on two urban renovation projects – Avenida Norte-Sul and Cidade Nova – which were complementary to the Avenida Presidente Vargas project. These projects, even though not fully realised, are of interest for the magnitude of the proposed interventions and their morphological and social impacts in areas of major cultural significance, which produced decay of the built environment and urban voids. In the current context of large-scale interventions in connection with the projects of the Olympic City and Porto Maravilha docklands renewal, it is essential to revisit these urban changes, so as to nourish the memory of urbanism in the city and build recognition for its urbanistic heritage.

Keywords: Urban legislation; Urban renewal projects; Urban Conservation.

Introdução

Estudos sobre a história do urbanismo da cidade do Rio de Janeiro revelam o quanto seu espaço urbano foi terreno fértil para projetos urbanísticos. Projetos que, ao proporem a reurbanização do tecido urbano pré-existente, parecem atualmente inconcebíveis diante de sua magnitude. Tanto quanto, até pouco tempo, pareciam inverossímeis as recentes intervenções realizadas no âmbito do projeto Porto Maravilha¹, sobretudo a demolição do viaduto da Avenida Perimetral. A renovação urbana tem sido a tônica do processo de intervenção no tecido urbano carioca, principalmente a partir do século XX. Torna-se, portanto, fundamental investigar a dimensão normativa da configuração urbanística, documentar e contextualizar historicamente as intervenções propostas e seus resultados, de modo a consubstanciar a memória do urbanismo e o reconhecimento do patrimônio urbanístico da cidade.

A configuração urbana do atual centro da metrópole carioca reflete uma estratificação de paisagens que remonta ao núcleo colonial, e que se consolida, ao longo de seu processo histórico, a partir de uma contínua ocupação e reconfiguração decorrente de intervenções urbanas, sobretudo nos séculos XIX e XX, construindo uma imagem emblemática a reforçar seu status de Capital Colonial, Imperial e Republicana. O Rio de Janeiro, nesse sentido, foi a vitrine brasileira para a implantação e a difusão de modelos socioculturais, que na escala urbana se apresentaram como propostas de intervenções, justificadas por discursos pautados nos ideais de progresso e inovação de cada época. Seu processo urbano foi marcado por intervenções urbanizadoras, remodeladoras e renovadoras a partir do final do século XIX e, de forma mais sistemática, ao logo do século XX, ao mesmo tempo em que o ordenamento urbanístico era pautado por uma sucessão de normas.

Nesse sentido, este artigo delinea *outra* perspectiva para o eixo temático sobre a Avenida Presidente Vargas ao enfocar dois outros projetos urbanos complementares ao da Avenida – o traçado proposto para a abertura da Avenida Norte-Sul (1949) e a proposta de Renovação da Cidade Nova (1966) – à luz do processo histórico do ordenamento urbanístico e da proteção ao patrimônio cultural, ampliando, assim, a discussão temática para a trajetória urbanística da área central. São dois projetos emblemáticos de renovação urbana de cunho modernista, cujo interesse de estudo reside na dimensão das intervenções propostas e nos impactos resultantes sobre áreas de grande significação cultural, mesmo não tendo sido plenamente concretizadas. O estudo desses casos suscita uma abordagem da história urbana de modo articulado à tomada de consciência do valor patrimonial da área.

Embora sejam recorrentes, no Brasil e no mundo², estudos de história urbana que abordam projetos de renovação e seus impactos na configuração do espaço urbano, o foco tem se concentrado, sobretudo, nas intervenções realizadas, e não naquelas que não saíram do papel. A pertinência deste enfoque reside na possibilidade de recuperar suas histórias, ampliar o conhecimento a respeito desses projetos e analisar seus impactos sobre

a configuração espacial da área, uma vez que legaram remanescentes pela cidade, como será examinado nos casos em estudo.

Adotam-se como pressupostos deste artigo o contexto do projeto e o impacto morfológico da abertura da Avenida Presidente Vargas, tratada em reflexão anterior³, e estudos sobre o projeto e a obra⁴, do impacto social ocasionado pela devastação de territórios limítrofes⁵, dos mecanismos de produção e valorização fundiária⁶, bem como do seu impacto na dinâmica atual do centro e na forma urbana da área, permeada por vazios urbanos⁷.

Parte-se de reflexões construídas na última década⁸ nas pesquisas⁹ sobre projetos urbanos e normas urbanísticas e patrimoniais vigentes na área urbana central do Rio de Janeiro e suas influências no processo urbano. A relevância desse recorte decorre do entendimento de que o processo urbano da cidade tem como matriz o aparato de normas urbanísticas e um conjunto de obras públicas, conforme reafirmado por Rezende (2002 e 2015) e verificado em Sampaio (2006), numa conjuntura de descontinuidade, ou mesmo de ausência de planejamento urbano.

A investigação percorre as transformações da cidade como fio condutor histórico do processo urbano, alinhada à crítica de Kostof (1991) e de Panerai (2006) quanto à tendência do urbanismo modernista de considerar a forma urbana como finita e conclusa, quando, na realidade, uma cidade nunca está completa, está continuamente em transformação. No caso em questão, as transformações urbanas provocam uma trajetória de conflitos dos interesses de renovação e de preservação urbana.

Considerando o patrimônio cultural um dos ativos¹⁰ da cidade contemporânea, adota-se o patrimônio urbanístico como um conceito mediador para a leitura das relações estabelecidas pelo patrimônio na cidade contemporânea. Rossa (2012) se refere ao patrimônio como passado ativo, uma herança do passado que requer gestão permanente. Concebido como um conceito-ação por Rossa (2012), o patrimônio urbanístico consiste no “sistema de relações formais estáveis sobre o qual a urbe se cria e se recria”, que instrumentaliza análises que fundem valor cultural e identidade com a contínua transformação da cidade, tendo como resultante a paisagem¹¹.

A problematização das questões aqui levantadas ancora-se na compreensão da cidade como bem cultural, tal como defendida por Meneses (2006)¹², que a concebe como um artefato socialmente apropriado em três dimensões imbricadas, que atuam solidariamente: a dimensão do artefato, sendo a urbanização um produto da sociedade; a dimensão do campo de forças, em cujo espaço se desenvolvem processos culturais, bem como tensões e conflitos socioeconômicos e políticos; e a dimensão das significações, que dotam o espaço de sentido e inteligibilidade.

O Processo Histórico em síntese: entre normas urbanísticas e projetos urbanos

O olhar contemporâneo sobre a espessura histórica da área central carioca revela uma configuração urbanística fragmentada decorrente de seu processo de formação e reestruturação espacial ao longo do qual foram se agregando tecidos urbanos contínuos e descontínuos. Uma urdidura desenvolvida à medida que a cidade é regulada por um emaranhado ordenamento urbanístico e modelada por projetos de reurbanização, em alguns casos, mesmo por aqueles não plenamente implantados. Tal qual nas camadas de um palimpsesto¹³, podem ser observados rastros de antigos projetos ou fragmentos de formas passadas na configuração espacial da área central carioca.

A leitura da conjuntura atual à luz do processo histórico do ordenamento urbanístico revela inúmeros conflitos de interesses, expressos tanto nos projetos como nas normas urbanísticas. Atualmente, a área passa por um novo ciclo de transformações, decorrente das grandes intervenções propostas no âmbito dos Projetos de Cidade Olímpica e Porto Maravilha. Os projetos em curso confrontam a vulnerabilidade e a resiliência de um patrimônio cultural precarizado, em uma área rica em tradições populares e habitada por uma população carente. Por outro lado, o aporte de recursos poderia gerar oportunidades para a regeneração de vazios urbanos e a recuperação de edifícios e espaços públicos na área de influência dos projetos¹⁴.

A paisagem da área conforma um mosaico urbano que justapõe tipologias próprias da Área Central de Negócios (ACN) à morfologia urbana e à tipologia histórica do centro histórico da cidade. Enquanto no coração da ACN arranha-céus contemporâneos conformam nichos globalizados, lado a lado com equipamentos culturais instalados em bens culturais monumentais restaurados, nas áreas periféricas do centro histórico observam-se conjuntos arquitetônicos de sobrados precariamente conservados, galpões industriais subutilizados e vazios urbanos. Já o extenso conjunto urbano de sobrados na área do Corredor Cultural apresenta grande vitalidade comercial, mas também problemas de conservação, bem como de subutilização dos andares superiores, originalmente ocupados por moradias.

Tendo sido capital federal por três séculos, até 1960, a ação do Estado foi preponderante no processo de formação do espaço urbano da área central carioca. Ao longo do século XX, podem ser citadas entre as ações normativas e intervenções urbanas mais impactantes¹⁵ aquelas que começaram com a Reforma Passos, seguidas pela demolição dos morros do Senado, do Castelo e de Santo Antônio e pelas grandes obras viárias, como a abertura das Avenidas Presidente Vargas e Norte-Sul; a construção dos elevados da Perimetral e da Linha Lilás; a implantação do metrô, e, ainda, a renovação urbana da Cidade Nova.

Verifica-se um papel crescente da regulação urbanística a partir do começo do século XX, iniciado por normas edilícias, norteadas por princípios higienistas, passando pelo

zoneamento funcionalista e totalizante ao planejamento descentralizado, pautado em normas locais. Nesse percurso, alternam-se parâmetros urbanísticos ora indutores, ora restritivos, ora seletivos, em relação ao adensamento e à distribuição de usos, bem como em relação à renovação ou à preservação dos tecidos urbanos históricos.

Como centralidade da capital federal, a área central foi a mais regulada da cidade, como parte de um projeto político e ideológico pautado por um discurso técnico. Assim sendo, sobrepõem-se parâmetros urbanísticos em seu espaço urbano, desde o primeiro zoneamento da cidade (1924)¹⁶, em que é definida como Zona Central, tornando-se a Zona Comercial no zoneamento de 1935 e sua consolidação no Código de Obras do Distrito Federal (1937)¹⁷, até tornar-se zona exclusivamente comercial nos zoneamentos funcionalistas da década de 1970, e, finalmente, com as normas patrimoniais a partir da década de 1980, ela se caracteriza como o centro histórico da cidade. Em geral, a legislação, pulverizada em decretos, limitou-se a referendar os caminhos espontâneos do crescimento da cidade e as tendências já existentes, inclusive de verticalização da cidade, iniciada no centro, materializando os interesses do mercado imobiliário.

Merece destaque a formalização da centralidade por meio do zoneamento, a reforçar a ideia de Área Central de Negócios (ACN), desde os primórdios da legislação urbanística, sobretudo a partir do incentivo à verticalização. A ideia de centro monofuncional – exclusivo para comércio e serviços – por meio de parâmetros restritivos para o uso residencial, pautada nos princípios modernistas de segregação de usos, orientou os regulamentos de zoneamento da década de 1970. O marco nesse processo é o zoneamento do Decreto nº 3.800/1970, que restringe o uso residencial na área central, proibindo-se novas edificações para esse uso e tornando toleradas as existentes. A legislação abstraiu as especificidades locais, como as cristalizações residenciais existentes na região portuária, em sobrados tradicionais, vilas e edifícios multifamiliares localizados na periferia do núcleo central, nos bairros do Catumbi, do Rio Comprido e da Cidade Nova, que se tornam “uso tolerado” ou proibido. Posteriormente, o Decreto nº 322/1976 altera o zoneamento vigente nos morros da região portuária, tornando-as novamente Zonas Residenciais – como concretamente nunca deixaram de ser. Esse mesmo decreto ratifica o uso comercial exclusivo, pautado na verticalização do centro, para o restante das Zonas Comerciais, e designa a área da Cidade Nova como Zona Especial-8, para posterior regulamentação. Tal conjuntura deixa a área central à margem da voraz dinâmica do mercado imobiliário e da intensa renovação urbana ocorrida nas Zonas Norte e Sul, estimulada pela legislação. Com isso, os bairros centrais foram preservados, o que não impediu, no entanto, sua decadência física¹⁸. Por outro lado, tornaram-se alvo das operações de renovação urbana, como será discutido adiante.

Na década de 1980, o predatório modelo de urbanização pautado na verticalização e na segregação de usos é freado com a proteção de relevantes conjuntos urbanísticos, por meio da delimitação das recém-instituídas Áreas de Preservação Urbana¹⁹. Estanca-se parcialmente,

então, o processo de renovação urbana que vinha destruindo o tecido urbano mais antigo da cidade. Na década de 1990, a área protegida foi ampliada, bem como a quantidade de imóveis tombados e preservados, como se observa no atual Mapa de Proteção ao Patrimônio Cultural. Embora o patrimônio cultural das áreas preservadas por legislação específica encontre-se protegido no papel, sua conservação não está assegurada, como se observa na realidade.

Somente em 1994 é que a aplicação do modelo funcionalista de zoneamento no centro é revisada com a designação da Área de Especial Interesse Urbanístico (AEIU) Centro, pela Lei nº 2.236/1994, conhecida como Lei do Centro, atualmente vigente, motivada pela demanda de revitalização da região²⁰. Os parâmetros urbanísticos passam a admitir, finalmente, a



LEGENDA

1 - APAC Corredor Cultural	5 - APAC Cruz Vermelha	9 - APAC Lapa	Bens Tombados
2 - APAC SAGAS	6 - APAC Mosteiro de São Bento	AEIU Centro	
3 - APAC Cidade Nova	7 - APAC Ministério da Fazenda	AEIU Porto	
4 - APAC Catumbi	8 - APAC Estácio	Zona Especial 8	

Figura 01 - Mapas de Proteção ao Patrimônio Cultural vigente – Áreas de Preservação Urbana e bens tombados. Fonte: Projeto “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro” com apoio de bolsa PIBIC CNPq/UFRJ para Marcela Moreira Dorea.

diversidade de usos, voltando a permitir o uso residencial multifamiliar. A repercussão dessa legislação tem sido lenta em relação ao retorno do uso residencial no centro, ocorrendo alguns empreendimentos isolados recentes. Atualmente, além da AEIU Centro e das áreas preservadas por APACs²¹, há poucos trechos onde ainda vigora o regulamento geral de zoneamento da cidade (Decreto 322/1976).

O centro passado a limpo: projetos de Renovação Urbana

O processo histórico que conformou a paisagem urbana – o atual patrimônio urbanístico – constituiu-se pelo crescimento regulado por normas urbanísticas e condicionado por intervenções urbanísticas que desempenharam um papel estrutural ao dotarem a cidade de infraestruturas, particularmente as viárias. Essas obras conformaram a morfologia urbana da área, alterando o tecido social, deixando rastros de fragmentos e vazios urbanos, mesmo em caso de projetos não executados, como será discutido a seguir.

Os projetos de renovação urbana em questão têm como antecedentes propostas higienistas e de elitização da área central, postas em prática por meio da conjunção de normas e projetos urbanos, com a finalidade de remover do local aqueles usos considerados indesejáveis²², incluindo as habitações coletivas proletárias, conforme discutido por Abreu (1988 e 2003). Paulatinamente expulsos do centro em direção à periferia pelas normas, foram definitivamente banidos pelas reformas urbanas a partir do início do século XX, deslocando tanto moradores quanto pequenos ofícios da área central (SAMPAIO, 2006). Tal conjuntura desencadeou o deslocamento da produção habitacional para as periferias da cidade e o início das ocupações de favelas, em meio a uma crise habitacional que só cresceu desde então (ABREU, 2003).

As reformas urbanísticas do Rio de Janeiro, concebidas a partir do início do século XX, inscrevem-se no bojo do projeto de modernidade, em um processo interpretado por Harvey (1992) como “destruição criativa”, de caráter, sobretudo, higienista, que emerge ao longo do século XIX e redesenha os centros urbanos de grandes cidades no mundo ocidental. Como desdobramento, no século XX, o completo arrasamento de extensas áreas da cidade, em operações de tábula rasa, foi defendido pelos urbanistas filiados ao Movimento Moderno e postos em prática nas cidades ocidentais. O Rio de Janeiro foi a vitrine brasileira para a aplicação desse modelo, discutido a seguir a partir dos projetos da Avenida Norte-Sul e de Renovação da Cidade Nova, casos que interessam tanto pela magnitude das propostas como pela significação cultural das áreas impactadas e pelas graves consequências de decadência, desvalorização e degradação das propriedades e do espaço público.

O projeto da Avenida Norte-Sul, de 1949²³, elaborado pelos arquitetos Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva, do quadro da Prefeitura do Distrito Federal, corresponde ao eixo principal do projeto de urbanização da Esplanada de Santo Antônio,

ligando a Esplanada à região portuária, incluindo um túnel sob o Morro da Conceição. Com o objetivo de implantar um novo Centro Cívico Municipal da então capital federal²⁴, o projeto previa o arrasamento do Morro de Santo Antônio, com ocupação consolidada, e a implantação da via expressa em dois níveis, separando veículos leves e pesados, cruzando a Avenida Presidente Vargas em viaduto no sentido da área portuária. Para tanto, o projeto previa a reurbanização do tecido urbano adjacente, arrasando quadras do tecido urbano antigo, cujo casario abrigava moradias, ofícios tradicionais e comércios, sendo muitos de imigrantes. Orientados pelo modelo de cidade moderna, os arquitetos projetam um novo sistema viário e abrem espaço para blocos institucionais e habitacionais. O projeto previa a demolição de bens culturais, então não protegidos, nos arredores do Largo de São Francisco de Paula, entre os quais, dos mais notáveis, destacam-se o Real Gabinete Português de Leitura e a antiga Escola Polytechnica (atual IFCS - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ).

Merece destaque a justificativa do prefeito Mendes de Moraes, em 1950, em observação referente ao Projeto de Alinhamento (PA) nº 5.029, para sua não aprovação: *devido ao seu alto custo e prejuízo para a paisagem, solicita novos estudos, sem o elevado*. Enquanto vigorava a ideia da avenida, as ameaças de desapropriação pairaram sobre a região, até que o projeto fosse efetivamente revogado em 1963, quando os comerciantes organizados na Saara²⁵ entraram em acordo com o governador Carlos Lacerda para executar apenas uma parte da Esplanada de Santo Antônio²⁶ e revogar o restante do projeto. Naquele momento, o quadro político era outro: a cidade havia deixado de ser a capital federal, e aquele projeto monumental perdeu o sentido. Além do arrasamento do Morro de Santo Antônio, realizado na década de 1950, foi demolida extensa área na Lapa para execução de obra viária equivalente ao trecho sul da avenida. Embora a maior parte da área condenada não tenha sido varrida do mapa, não foi poupada da decadência física e social, em função de seu destino incerto. Tal conjuntura explica a atual estagnação e má conservação desse sítio patrimonial.

Enquanto a proposta de tábula rasa do tecido urbano para a implantação da Avenida Norte-Sul não se consumou, o mesmo não ocorreu na área localizada no extremo oeste da Avenida Presidente Vargas, onde se situa o Canal do Mangue, conhecida como Cidade Nova, no bairro homônimo e que se estende até o bairro do Catumbi. O ideário de renovação urbana de áreas degradadas perpetua-se mesmo com a mudança do regime administrativo de capital federal para Estado da Guanabara, em 1960, e para município em 1975, com a fusão com o Estado do Rio de Janeiro, tornando-se capital do estado²⁷.

Essa conjuntura de vulnerabilidade do casario e da população residente, comum às franjas da área central, foi apontada por Santos (1986), ao defender seu potencial como patrimônio urbano, sobretudo a partir do estudo do bairro do Catumbi²⁸. Conforme tratado em Sampaio (2006), na década de 1960, os bairros periféricos à Área Central de Negócios enquadravam-se numa zona típica de degradação da cidade, de função predominantemente industrial, que apresentavam características favoráveis à renovação, tendo em vista um



LEGENDA:

- BENS TOMBADOS ATÉ 1950
- EDIFICAÇÕES NOTÁVEIS EM RISCO
- ▨ IGREJAS / EDIFICAÇÕES NOTÁVEIS DEMOLIDAS
- ÁREA A SER DEMOLIDA PARA ESPLANADA DE SANTO ANTÔNIO
- ▨ ÁREA DEMOLIDA PARA ABERTURA DA AV. PRESIDENTE VARGAS
- ÁREA IMPACTADA PELO PROJETO PARA ABERTURA DA AV. NORTE - SUL

Figura 02 – Mapa esquemático do impacto das demolições para a abertura das Avenidas Presidente Vargas e Norte-Sul, no tecido urbano do centro, sobre planta cadastral de 1935. Em destaque, bens tombados até a década de 1950. Fonte: Projeto “Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro”, elaborado por Marcela Moreira Dorea, bolsista PIBIC CNPq/UFF.

estoque edificado degradado em terrenos potencialmente valorizáveis, recorrentemente utilizados como estacionamento, enquanto não são edificados. Frequentemente negligenciadas e condenadas em estudos realizados pelo poder público, essas áreas são objeto de propostas de renovação urbana justificadas pelo processo de deterioração físico-urbanística, pelo esvaziamento socioeconômico, pelos entraves fundiários e pela existência de áreas potencialmente renováveis.

O modelo de uma nova forma de ocupação já estava enunciado na toponímia de Cidade Nova, mencionada no Alvará Régio expedido em 1811, com a finalidade de ordenar a ocupação daquela região, então pantanosa, concedendo incentivo fiscal à expansão da cidade velha rumo ao oeste. Saneada e ocupada no século XIX, foi sucessivamente renovada no século XX, por meio de demolições de quarteirões edificados e áreas públicas, desde a abertura da Avenida Presidente Vargas até os dias de hoje, passando pelas obras de implantação do metrô e seus estacionamento, pela construção do Centro Administrativo Municipal e do Arquivo Geral da Cidade (década de 1970), do Sambódromo (1983) e do Teleporto (1993). Sua ocupação foi concebida e reformulada em sucessivos planos de renovação urbana, norteados pelo estudo detalhado da área do Mangue no Plano Doxiadis (1965). Uma sucessão de projetos redesenharam novos alinhamentos e reloteamentos no tecido urbano, indiferentemente de ser conformado pelo antigo casario ou por terreno vazio²⁹.

O Plano Diretor de Renovação Urbana da Cidade Nova, de 1966, é proposto pela Superintendência de Projetos Especiais do Estado da Guanabara, no âmbito de uma série de planos de reurbanização para a região que abrange os bairros Cidade Nova, Catumbi e parte do Estácio³⁰. Tendo em vista a sua localização estratégica para expansão do centro, a região foi objeto de uma série de planos e projetos que redesenharam o antigo tecido urbano até os dias de hoje, quando, após anos de descaso e estagnação, seus vazios urbanos passam a receber empreendimentos corporativos e edificações institucionais. Não se tem a intenção de percorrer e esgotar todos os projetos, mas sim provocar a reflexão sobre os procedimentos de tábula rasa operados nesse caso, que destruiu quase por completo o tecido urbano da área, restando muitos vazios e pequenos conjuntos urbanísticos, protegido pela APAC Cidade Nova-Catumbi a partir de 1991³¹ (SAMPAIO e DOREA, 2015).

O plano para a Cidade Nova previa a eliminação de ruas, o reloteamento das quadras e a criação de seis novas vias projetadas, em suas várias versões do projeto. Segundo matéria na Revista ADEMI (1977) com depoimentos de autoridades, a intenção era “resgatar a área morta” e torná-la uma nova Brasília, sem cruzamentos, com predomínio de torres residenciais, além de torres de serviços e administrativas, com escolas próximas às moradias e espaços livres. A operação de tábula rasa só pouparia os imóveis considerados de difícil remoção – hospitais, quartel, gasômetro³², edifícios da CEG e da Telerj, que correspondiam a 5% da área. O plano apostava na vocação de uso misto da área e no interesse do mercado. Em meados década de 1970, a execução desse plano e do da Barra da Tijuca concorriam

em importância para o recém-criado Governo Municipal após a fusão (1975). Apesar da expectativa do setor imobiliário, a incerteza quanto aos prazos diante da falta de recursos públicos foi motivo de cautela nos investimentos privados (ADEMI, 1977)³³.

Parcialmente implantado em termos de novas edificações, no entanto, o plano materializou-se como tábula rasa na área, com extensas áreas demolidas, e a execução de sua principal obra viária – o Elevado 31 de Março, de ligação do centro com a Zona Sul através do recém-aberto Túnel Santa Bárbara (1964). Atravessando o bairro do Catumbi, essa obra alcançou grande repercussão devido à mobilização dos moradores contrários à cirurgia urbana que promoveu a cisão espacial do bairro³⁴. As áreas remanescentes das demolições e a demolição de quarteirões provocaram degradação, estagnação e falta de investimentos. Agravando esse contexto, em 1983 é construído o Sambódromo, cuja magnitude e a falta de permeabilidade espacial tornam-no um enclave que acentua a fragmentação morfológica e social da área, causando grande impacto na dinâmica da área no Carnaval e em outros eventos. Na década de 1990, os remanescentes do conjunto urbano antigo foram reconhecidos como patrimônio cultural e protegidos em Áreas de Preservação urbana, conforme mencionado. Permanece, no entanto, o estado de degradação física, tendo em vista as dificuldades de conservação por parte dos moradores.

Entretanto, no caso da Cidade Nova, a implantação de novos edifícios institucionais no início dos anos 2000³⁵ gerou um processo de regeneração urbana, a recuperação do casario antigo e a instalação de serviços no casario preservado, voltados para os novos usuários, em uma área denominada “Boulevard Cidade Nova”, na Rua Neri Pinheiro. Os sinais de gentrificação dessa rua contrastam com ruas vizinhas, de casario aparentemente agonizante, de reconhecido valor patrimonial, onde predomina o uso residencial associado a pequenos comércios e serviços, principalmente oficinas de automóveis.

A análise conjunta desses casos revela um descompasso entre as escalas de projeto – metropolitana – e do espaço vivido – local. Concebidos sob uma lógica rodoviarista, sem consideração com a escala local, sobretudo com a população residente nas áreas condenadas, tais projetos produzem vazios urbanos, acarretam decadência, desvalorização e degradação das propriedades e do espaço público, num processo tal qual discutido por Borde (2006). Menor vitalidade econômica e menor coesão social aceleraram a deterioração causada pela condenação do casario, que deixa de ser conservado por seus moradores, levando ainda à subutilização dos espaços e à ocupação informal. Ainda que ambas as áreas tenham sido reconhecidas como de interesse patrimonial, embora não demolidas, carecem de ações subsequentes que efetivamente assegure a conservação urbana. Atualmente, muitos dos sobrados antigos abrigam atividades consideradas impróprias perante a legislação, particularmente oficinas de automóveis, estacionamento e armazenamento. São usos que não motivam a conservação e ainda induzem à descaracterização.

Renovação x Conservação: o patrimônio urbanístico resultante do processo urbano

Tanto no Brasil quanto em âmbito internacional, verificam-se, historicamente e em diferentes graus, embates entre interesses de renovação e de conservação – do novo e do antigo – e conflitos relacionados à salvaguarda e à conservação do patrimônio em relação ao planejamento urbano. Essas dissonâncias emergem do enquadramento do patrimônio cultural como uma construção social, cujos significados repercutem a atribuição de valores à herança cultural pela sociedade, numa relação dialética de causa e consequência da apropriação ou do abandono de edificações, sítios urbanos antigos e tradições, que determina decisões de intervenção e gestão do patrimônio.

Na trajetória do ordenamento urbanístico aqui percorrida, observa-se que as questões patrimoniais emergem na agenda urbana, geralmente na contramão do desenvolvimento desenfreado, ocorrendo, no entanto, convergência com a meta do planejamento urbano, no caso das Áreas de Preservação do Ambiente Cultural (APACs). Enquanto determinados trechos da área central são revitalizados segundo um modelo contemporâneo de patrimonialização, com centros culturais e bens preservados, outros, conforme foi aqui examinado, localizados principalmente nas franjas do centro, sofrem um processo de esvaziamento – degradação e abandono – de seus bens culturais.

Diante dessa complexa conjuntura, defende-se que a abordagem interdisciplinar do patrimônio, como tem sido recomendado nas cartas patrimoniais desde meados da década de 1970, mas cuja prática continua de difícil operacionalidade. A desarticulação do planejamento urbano e das políticas setoriais se reflete na segregação da gestão da salvaguarda do patrimônio, inviabilizando a conservação integrada³⁶, preconizada internacionalmente desde a década de 1970, como crítica ao desenvolvimentismo e ao negativo impacto das demandas contemporâneas sobre o meio ambiente e áreas históricas. Nesse contexto, amplia-se o objeto patrimonial do monumento isolado para o patrimônio ambiental urbano, que abrange a qualidade ambiental advinda das relações que os bens naturais e culturais apresentam entre si, como paisagem socialmente e culturalmente construída (CASTRIOTA, 2009).

Ao examinar as intervenções urbanas na cidade do Rio de Janeiro sob a perspectiva da evolução da noção de patrimônio, verifica-se que muitos bens se perderam, uma vez que, até a década de 1980, somente os bens culturais de valor excepcional eram protegidos por atos de tombamento a partir do Decreto-Lei nº. 25/1937. A noção brasileira de patrimônio então vigente preconizava a atribuição de valor aos monumentos excepcionais, e coadunava com a doutrina modernista disposta na Carta de Atenas (1933): a erradicação do tecido urbano denso e insalubre, e a preservação dos monumentos excepcionais, como testemunhos do passado, desde que não gerassem obstáculos para o progresso. Referenciada em valores nacionais, prevalecia o valor da herança colonial representada pela arquitetura monumental,

especialmente edifícios religiosos barrocos, além da arquitetura neoclássica. Como paradoxo, no caso brasileiro, exemplares de arquitetura moderna também seriam classificados como de excepcional valor, para efeito de tombamento, nos termos da norma federal de 1937, que rege o Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Isso se explica pelo fato de as políticas de patrimônio cultural terem sido formuladas e administradas pelos expoentes do Modernismo nos seus primórdios, em meados da década de 1930³⁷.

Os casos aqui em estudo inscrevem-se nessa ótica modernista, em que os rastros de um projeto ideologicamente formulado por futuros presentes³⁸ confrontam passados presentes – os sobrados. Apagar do mapa aquele tecido urbano indigno da área central da cidade era uma meta, desvinculada da noção de patrimônio cultural. No caso da Avenida Norte-sul, não só sobrados, mas também edifícios notáveis estavam na mira de demolições do projeto. Essa noção de interesse público pautado no progresso vem sendo empregada como justificativa para demolições e remoções de populações. Vale lembrar que essa justificativa foi aplicada na abertura da Avenida Presidente Vargas, para cancelar os tombamentos das Igrejas São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, bem como do Campo de Santana, em 1943³⁹.

A iminência de demolição em ambas as áreas repercutiu nas condições de degradação e subutilização dos imóveis locais. Porém, a falta de ações de conservação urbana, de valorização do espaço público e de fomento das atividades econômicas tradicionais conduziu a um quadro de preservação somente no papel. Por outro lado, a comparação do resultado da operação de tábula rasa concretizada na área da Cidade Nova com os atributos morfológicos das áreas remanescentes preservadas de ambos os casos evidencia o papel ancorador do patrimônio urbanístico em qualificar as dimensões sociais e morfológicas do espaço público.

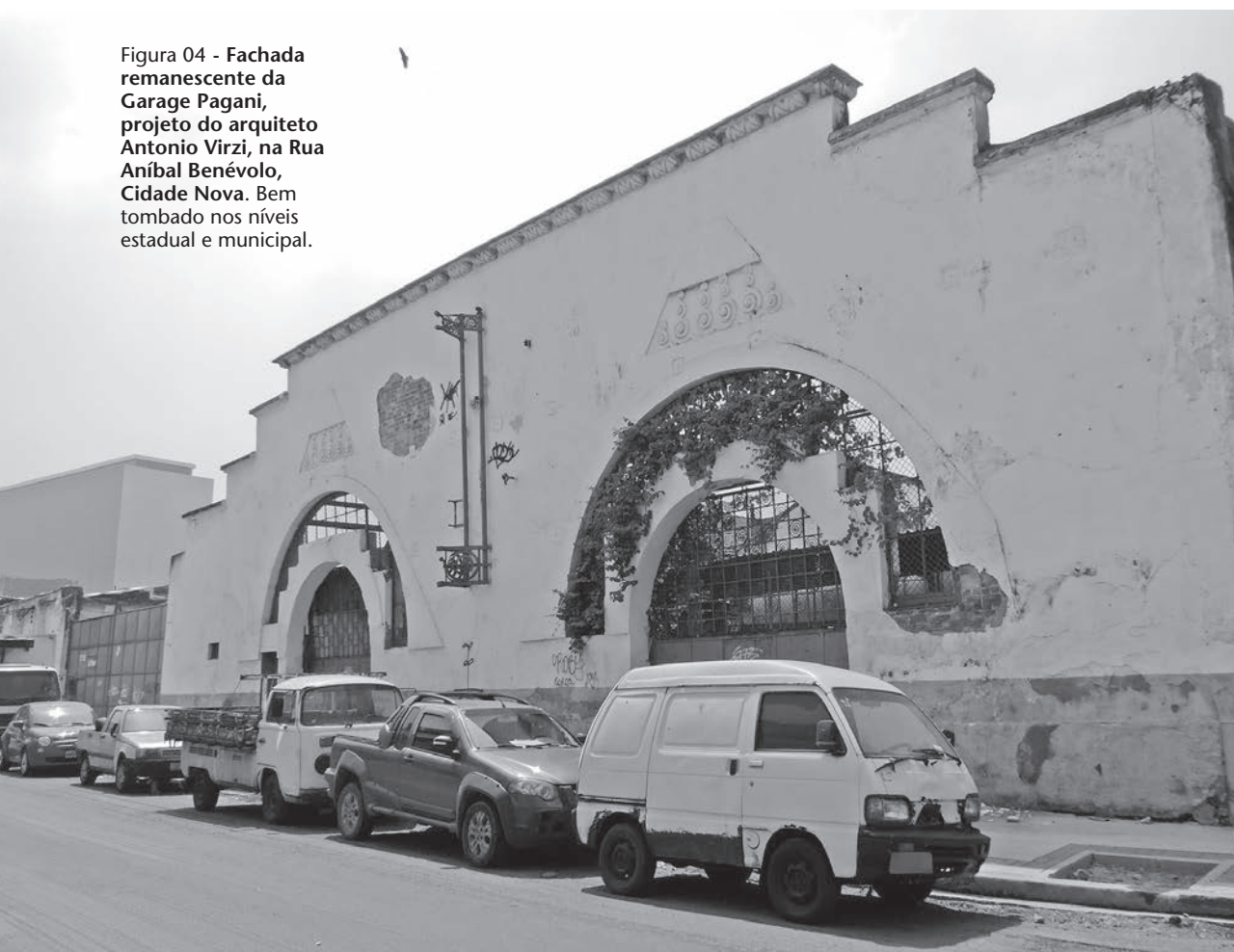
Embora a conceituação de patrimônio urbano remonte ao início do século XX com os estudos de Giovannoni⁴⁰, que o concebe, no contexto italiano, de modo integrado à configuração urbanística e ao planejamento urbano, no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, somente no final da década de 1970 foi delineada uma política de preservação urbana, a partir do projeto do Corredor Cultural. Esse projeto é paradigmático em termos de conciliação da legislação urbanística com o reconhecimento do valor patrimonial por meio da proteção de grande parte do patrimônio urbanístico do centro da cidade, formado por conjuntos urbanos construídos entre o final do século XIX e o início do XX, filiados ao estilo eclético, até então não protegidos, de acordo com a visão hegemônica, na época, de patrimônio monumental.

A revalorização do passado e a ênfase na patrimonialização dos sítios históricos, que emergiram a partir da década de 80, com o consumo de formas culturais históricas, são um fenômeno que pode ser inscrito no paradigma da condição pós-moderna (HARVEY, 1992). Nessa década, observa-se no Rio de Janeiro a tomada de consciência do valor cultural – notadamente histórico – de tipologias relacionadas a usos cotidianos, como moradias e trabalho, por meio de atos de tombamento de patrimônio industrial, vilas e cortiços, a

partir de meados da década de 1980, em nível municipal, consoantes com a ampliação tipológica e cronológica do objeto patrimonial, segundo critérios preconizados a partir da Carta de Veneza (1964). Cabe destacar que somente em 1980 institui-se o órgão municipal de tutela do Patrimônio Cultural, num movimento nacional de descentralização da tutela do patrimônio. A partir de então, são protegidos bens de representatividade local menos notáveis, e conjuntos urbanos, inclusive os da área central que seriam demolidos, como reflexo da ampliação conceitual do objeto patrimonial, bem como dos movimentos sociais emergentes com a reabertura política.

Atualmente, grande parte do patrimônio urbanístico da área central encontra-se legalmente protegido, conforme mapa mostrado anteriormente. Mesmo com a proteção, muitos bens estão em péssimo estado de conservação e subutilizados, demandando investimentos que requerem a convergência de políticas culturais e habitacionais. Apesar de algumas emergentes iniciativas de conservação, as dificuldades e os entraves ainda desafiam a compatibilização da demanda de modernização da área central com a conservação de seu patrimônio urbanístico, sem o comprometimento de sua identidade – sua paisagem e seus habitantes.

Figura 04 - Fachada remanescente da Garage Pagani, projeto do arquiteto Antonio Virzi, na Rua Aníbal Benévolo, Cidade Nova. Bem tombado nos níveis estadual e municipal.



Elege-se um emblemático bem cultural como ícone dos casos aqui tratados: trata-se da Garage Pagani, um galpão projetado por Antonio Virzi⁴¹ em 1921, tombado nos níveis estadual e municipal, sendo um dos poucos exemplares remanescentes dos projetos realizados pelo notável arquiteto italiano. Em meio à decadência física e à precariedade social da área, perto do Sambódromo, desponta essa ruína urbana, da qual resta somente a peculiar fachada e precária parte da estrutura do telhado. A dupla proteção não assegurou a conservação dessa edificação singular, que se encontra subutilizada como depósito de automóveis. O processo de desvalorização e de sucateamento do patrimônio urbanístico da Cidade Nova, resultante das camadas de arrasamentos propostos, produzindo uma série de vazios urbanos, origina esse tipo de situação, em que, nem mesmo contando com a proteção de dois órgãos de tutela a conservação sai do papel.

Considerações finais

Através da presente reflexão, buscou-se empreender uma leitura contemporânea dos projetos de renovação urbana, procurando contextualizar a degradação das áreas impactadas e seus vazios urbanos como um passivo gerado pelas operações de tábula rasa. A reversão desse quadro pode ser alavancada pela salvaguarda do patrimônio urbanístico dessas áreas, tendo em vista seu potencial de ressignificação urbana, seu papel ancorador das dimensões socioculturais e morfológicas do espaço urbano. Nesse sentido, defende-se seu potencial qualificador da cidade contemporânea, contrapondo-se aos discursos especulativos que ainda hoje relegam o patrimônio a obstáculo ao desenvolvimento.

Retomando a compreensão de cidade como bem cultural, nos termos de Meneses (2006), e sendo a cidade produzida socialmente, o estudo de seu processo histórico por meio de casos como os aqui apresentados serve de alerta e de ensinamento de que a esfera técnica dos projetos não deve estar apartada dos aspectos sociais, e de que as relações espaciais e sociais dos projetos devem ser consideradas em suas várias escalas. Aplicando-se o argumento de Meneses (2006), verifica-se que, por meio dos paradoxos aqui apontados, a conservação urbana não se limita às dimensões de artefato e simbólicas, mas são definidas, sobretudo, no campo de forças, pela gestão urbana.

Os casos examinados sintetizam o deslocamento conceitual dos modelos de urbanismo e da noção de patrimônio cultural vigentes ao longo do processo histórico da cidade do Rio de Janeiro e, analogamente, do país. O que esteve – e está – em jogo é a execução de projetos de cidade, sendo proeminente, no período estudado, o projeto de cidade moderna, à custa da renovação da cidade existente. Esse modelo mostrou-se insustentável, e advoga-se a reabilitação urbana como uma saída para o atual projeto de cidade, que engendre a dimensão sociocultural do desenvolvimento sustentável. No entanto, uma vez que a financeirização da produção das cidades no mundo globalizado ameaça o potencial desse projeto, e emergem,

no Brasil e no mundo, projetos em que as esferas técnicas e sociais continuam descoladas, os aspectos técnicos não são mais ideologicamente concebidos, mas são fruto de operações financeiras⁴².

A conjuntura atual não é animadora, e corre-se o risco de novas cisões urbanas e do agravamento da desigualdade socioespacial, além do aniquilamento do patrimônio cultural. Reforça-se, portanto, a necessidade de reflexões críticas sobre a conjuntura contemporânea teoricamente fundamentadas e socialmente comprometidas, ancoradas em estudos sobre o processo histórico da cidade.

Notas

¹ Projeto instituído na Operação Urbana Consorciada (OUC) Porto Maravilha, regido pela Lei Complementar nº. 101 de 23 de novembro de 2009. Disponível em <<http://www.portomaravilhario.com.br/>>

² São notórios os trabalhos de Jane Jacobs em **Morte e Vida de Grandes Cidades**. São Paulo: Martins Fontes, 2000; e de Carlos Nelson F. Santos sobre o caso do Catumbi, Rio de Janeiro – ver SANTOS, C. N. F. et alii. **Quando a rua vira casa**. São Paulo: Projeto, 1985.

³ BORDE, Andréa de L. P.; SAMPAIO, Andrea da R. e CABRAL, M. C. N. “A Historical Approach of Avenida Presidente Vargas Project in Rio de Janeiro: Challenges and Controversies Towards a Responsive Future”. In: **IPHS 2010 Proceedings - 14th International Planning History Society Conference**, Istambul: [s.i.], 2010.

⁴ Sobre a abertura da Avenida Presidente Vargas vide: LIMA, Evelyn F. W. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria da Cultura/Coleção Biblioteca Carioca, 1990.

⁵ Sobre a destruição da Praça Onze e seus arredores, ver FRIDMAN, Fania. **Paisagem Estrangeira: memórias de um bairro judeu no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2007.

⁶ Ver FURTADO, F. e REZENDE, Vera L. F. M. “Discursos e imagens acerca de intervenções urbanas no Rio de Janeiro (1920-1940): a questão da valorização fundiária em planos e projetos urbanos”. In: **Risco**, nº 8, 2008, pp. 115-125.

⁷ Sobre o processo de formação de vazios urbanos na área ver Borge (2006).

⁸ Ver Sampaio (2006, 2011, 2014 e 2015).

⁹ Projeto atual: **Atlas do Patrimônio Urbano da Área Central do Rio de Janeiro** (PIBIC CNPq/UFF); desdobramento do projeto **Normas Urbanísticas e Patrimônio Cultural: Cartografias da Área Urbana Central do Rio de Janeiro**. (FAPERJ/ PIBIC –CNPq/UFF). O conteúdo correlato à Avenida

Presidente Vargas foi desenvolvido através do projeto **Vazios Urbanos da Área Urbana Central do Rio De Janeiro: Alteridades, Permanências e Descontinuidades** (APQ1 FAPERJ), coordenado pela Professora Andréa Borge (PROURB/ UFRJ).

¹⁰ A tradução do original em inglês “*asset*”, como ativo, ou bem, como no campo da economia, usada por Rojas (1999). O termo é usado no campo do patrimônio cultural, como bens culturais, ou *cultural assets*. ROJAS, Eduardo. **Old Cities, New Assets: Preserving Latin American's Urban Heritage**. Washington: Inter-American Development Bank, 1999.

¹¹ Rossa (2012) defende a adoção do conceito patrimônio urbanístico, o considerando mais adequado aos processos de reabilitação urbana do que o conceito de patrimônio urbano, que denotaria a identificação de uma paisagem urbana antiga.

¹² Meneses (2006) advoga a cidade como bem cultural, ao invés da cidade com bens culturais.

¹³ Cf. HOUAISS, papiro ou pergaminho cujo texto primitivo foi raspado, para dar lugar a outro. Harvey (1992) emprega essa metáfora, associando a fragmentação do tecido urbano cultivada pelo pós-modernismo, a um “palimpsesto” de formas passadas superpostas umas às outras como uma “colagem” de usos recorrentes, incluindo efêmeros.

¹⁴ Através da aplicação de recursos da venda de CEPACs (Certificados de Potencial Adicional de Construção), conforme determinado na Lei Complementar nº. 101 de 23 de novembro de 2009, que rege a OUC Porto Maravilha. Ver <<http://www.portomaravilhario.com.br/>>.

¹⁵ Sobre história das intervenções urbanísticas da cidade, ver Reis (1987), Abreu (1988) e Borge (2006).

¹⁶ Conforme Sampaio (2006), os Regulamentos para Construções e Reconstruções do Decreto no 2021 de 11/09/1924 e Decreto no 2087 de 19/01/1925, estabelecem a divisão da cidade em

4 zonas, para efeito de execução dos dispositivos normativos, que regulavam basicamente as alturas dos edifícios, e aproveitamento de terreno, havendo algumas poucas restrições relativas aos usos, particularmente na Zona Central. Ainda não se configuram como um Zoneamento funcional.

¹⁷ A dupla de decretos nos 5595 de 1935 e 6000 de 1937 estabelece o primeiro zoneamento funcional da cidade. Embora frequentemente seja atribuído ao de 1937 o papel fundador, este aperfeiçoa os instrumentos do decreto anterior e revê minimamente a delimitação das zonas (SAMPAIO, 2006).

¹⁸ Essa conclusão de Sampaio (2006) para São Cristóvão, pode ser aplicada aos demais bairros pericentrais.

¹⁹ Vigoram no centro da cidade as seguintes legislações de preservação: Dec. nº 19000/2000 Estácio; Dec. nº 4141/1983 Corredor Cultural; Lei nº 1139/1987 Corredor Cultural; Lei nº 506/1984 Corredor Cultural; Lei nº 971/1987 SAGAS; Dec. nº 7351/1988 SAGAS; Dec. nº. 10040/1991 Cidade Nova - Catumbi; Dec. nº 11883/1992 Cruz Vermelha; Dec. nº 16419/1997 Teófilo Otoni.

²⁰ Embora a AEIU Centro possua um caráter transitório, a mesma encontra-se vigente até hoje, aguardando o estabelecimento de uma legislação local específica – um PEU.

²¹ Vigoram no centro da cidade as seguintes legislações de preservação: Dec. nº 19000/2000 Estácio; Dec. nº. 4141/1983 Corredor Cultural; Lei nº 1139/1987 Corredor Cultural; Lei nº 506/1984 Corredor Cultural; Lei nº 971/1987 SAGAS; Dec. nº 7351/1988 SAGAS; dec. nº. 10040/1991 Cidade Nova - Catumbi; Dec. nº 11883/1992 Cruz Vermelha; Dec. nº. 16419/1997 Teófilo Otoni.

²² Como matadouro, cocheiras, curtumes, atividades portuárias e seus estigmas. O matadouro é um caso exemplar: inicialmente situado na Santa Luzia (1774), depois transferido para São Cristóvão (1853) e finalmente, para Santa Cruz (1881), à medida que a cidade foi expandindo-se.

²³ Projetos de Alinhamento (P.A.s) nos. 5028 e 5029.

²⁴ Vide Rezende (2002) e ANDRADE, Carlos F. S L. "Os projetos para a Esplanada de Santo Antônio, em três décadas". In: **Revista Municipal de Engenharia**. Rio de Janeiro: Prefeitura do Distrito Federal [s.d.]. Disponível em <<http://www.documomo.org.br/seminario%208%20pdfs/157.pdf>>

²⁵ A SAARA - Sociedade dos Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega - nasceu justamente da associação civil dos comerciantes em prol inicialmente da revogação do projeto da Avenida Diagonal, ligando a Lapa à Avenida presidente Vargas, nas proximidades da Praça da República.

²⁶ Área onde foram construídos os edifícios-sede da Petrobrás, BNH e BNDES.

²⁷ Decretada em 12 de julho de 1974, pela Lei Complementar nº 20, a fusão foi implantada a partir de 1º de março de 1975, no Governo Ernesto Geisel.

²⁸ Vide Santos, C.N.F. et alli (1985), *op cit*.

²⁹ O acervo de imagens dos Projetos de Alinhamentos Aprovados encontra-se disponível no portal da Secretaria Municipal de Urbanismo em <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/principal.asp>>.

³⁰ Sobre os demais planos para a área, vide SALGADO, Luís Fernando M. "Revendo a Cidade Nova: contribuições para uma política de renovação urbana para a Área Central da Cidade do Rio de Janeiro". In: **Anais do Seminário de História da Cidade e do Urbanismo**, v. 8, n. 4, 2004. Disponível em: <<http://unuhostedagem.com.br/revista/rbeur/index.php/shcu/article/view/1044>>.

³¹ A APAC Cidade Nova - Catumbi encontra-se regulada pelo decreto nº. 10040/1991.

³² O Gasômetro foi demolido na mais recente reurbanização da Área.

³³ Vide Sampaio e Dorea (2015).

³⁴ Para os impactos da obra na vida urbana do bairro, vide: SANTOS, Carlos Nelson F. dos e VOGEL, Arno (Coord.). **Quando a rua vira casa: a apropriação de espaços de uso coletivo em um centro de bairro**. 3ª edição. São Paulo: Projeto, 1985.

³⁵ Alavancou esse processo a construção do Edifício Sede da Universidade Petrobras, iniciada em 2006.

³⁶ O conceito de Conservação Integrada consiste na integração com o planejamento urbano, defendida a partir da Declaração de Amsterdam (1975).

³⁷ Vários autores discutem essa questão, que se explica pelo fato dos agentes do patrimônio serem os expoentes da Arquitetura Moderna, como Lucio Costa. Ver Castriota (2009), Fonseca (1997), entre outros.

³⁸ Remete-se aqui às expressões "passados presentes" e "futuros presentes" de Huyssen (2000). Vide HUYSEN, Andreas. **Seduzidos pela memória**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2000.

³⁹ O Decreto-Lei 3866, de 29/11/1941 autoriza o cancelamento de tombamentos, em casos de interesse público.

⁴⁰ A contribuição de Giovannoni teve seu papel reconhecido a partir do resgate de sua obra por Choay (2001). Os textos foram publicados no Brasil somente recentemente, em Giovannoni (2013). GIOVANNONI, G. Gustavo Giovannoni. **Textos Escolhidos**. Cotia-SP: Ateliê Editorial. 2013.

⁴¹ Virzi trabalhava com o artífice de serralheria Pagani, o que explica a singularidade dos ornatos remanescentes na fachada da edificação e observados no projeto original. Sobre Virzi, ver TAVEIRA, A. “Fogos de Artifício à luz do dia: a arquitetura de Antonio Virzi no Rio de Janeiro”. In: *Revista Cidade Nova*, nº 1, 2007, pp.163-173.

⁴² Vide a recente obra de Rolnik: ROLNIK, Raquel. **Guerra dos lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. São Paulo: Editora Boitempo, 2015.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de A. **Evolução Urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- _____. “Da habitação ao hábitat: a questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução”. In: *Revista Rio de Janeiro*, n. 10, maio-ago. 2003. pp. 210-234. Disponível: <http://www.forumrio.uerj.br/documentos/revista_10/10-MauricioAbreu.pdf>
- ADEMI. “O futuro Incerto da Cidade Nova”. In: *Revista ADEMI*, mai. 1977, pp. 6-12.
- BORDE, Andrea L. P. SAMPAIO, Andrea da R. “Políticas Urbanas e Patrimônio Cultural: paradoxos e diálogos na Área Urbana Central do Rio de Janeiro”. In: MACHADO, Denise P; VAZ, Lilian F. e REZENDE, Vera F. (Orgs.). **Centros urbanos: transformações e permanências**. Rio de Janeiro: Casa8 / PROURB, 2012. pp. 91-113.
- BORDE, Andréa de Lacerda P. **Vazios urbanos: perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Tese de Doutorado em Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, Políticas, Instrumentos**. São Paulo/ Belo Horizonte: Annablume/ IEDS, 2009.
- CHOAY, Françoise. **Alegoria do Patrimônio**. Baurú-SP: UNESP, 2001.
- FONSECA, Maria C. Londres. **Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: IPHAN/ UFRJ, 1997.
- HARVEY, David. **A condição pós-moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.
- KOSTOF, S. **The city shaped: urban patterns and meanings through history**. Londres: Thames and Hudson, 1991.
- MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “A cidade como bem cultural – Áreas envoltórias e outros dilemas, equívocos e alcance na preservação do patrimônio ambiental urbano”. In: MORI, Victor H. et alli. (Orgs.) **Patrimônio: atualizando o debate**. São Paulo: 9ª SR. IPHAN, 2006. pp. 33-76.
- PANERAI, Philippe. **Análise Urbana**. Brasília: Editora da UnB, 2006.
- REIS, José de Oliveira. **O Rio de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbana da cidade**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, 1987.
- REZENDE, Vera F. “Planos e regulação urbanística: a dimensão normativa das intervenções na cidade do Rio de Janeiro”. In: OLIVEIRA, Lúcia L. **Cidade: história e desafios**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002, pp. 256-281.
- _____. “Planos, Regulação Urbanística e Intervenções Urbanas no Rio de Janeiro: diferenças entre pensar e produzir a cidade”. In: **Cadernos de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo**. São Paulo: FAU-Mackenzie. v. 15. n. 1, 2015. pp. 60-81.
- ROSSA, Walter. “Patrimônio urbanístico: (re)fazer cidade parcela a parcela”. In: ROSSA, W. **Fomos Condenados à Cidade**. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2015. pp. 97-131.
- SAMPAIO, Andréa da R.. **Normas Urbanísticas e sua Influência no Processo de Configuração Espacial: o caso de São Cristóvão, Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2006 (Tese de doutorado em Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- _____. “Normas Urbanísticas e Projetos Urbanos: transformações na Área Urbana Central Carioca”. In: **Anais do II Seminário Internacional Urbicentros**. Maceió: UFAL, 2011.

SAMPAIO, Andréa da R. e DOREA, M. M. "O Patrimônio Urbanístico da Área Central do Rio de Janeiro: um palimpsesto de normas e Projetos Urbanos". In: **Configuração urbana e os desafios da urbanidade: anais da 4ª conferência internacional da rede lusófona de morfologia urbana - PNUM 2015**. Brasília: UNB, 2015. Disponível em <<http://pnum.fe.up.pt/pt/index.php/conferencias/>>

SANTOS, Carlos Nelson F. "Preservar não é tombar, renovar não é pôr tudo abaixo". In: **Revista Projeto**, n. 86, abr. 1986, pp. 59-63.

Recebido em 14/03/2016

Aprovado em 20/04/2016

À margem da preservação: o patrimônio edificado da Avenida Presidente Vargas

Sidelined by preservation: built heritage on Avenida Presidente Vargas

Guilherme Meirelles Mesquita de Mattos

Arquiteto, Urbanista (EAU-UFF) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal Fluminense (PPGAU-UFF) e Doutorando em Urbanismo pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (PROURB-UFRJ).
guilemmm@hotmail.com

RESUMO: Neste artigo, discute-se a produção da Avenida Presidente Vargas, desde sua proposta urbanística até sua concretização no tecido urbano do Rio de Janeiro, ao longo de mais de 70 anos, por meio da análise do processo de reconhecimento do patrimônio cultural edificado na área central da cidade. No contexto da proteção do monumento excepcional, de valor artístico e histórico nacional, a Avenida Presidente Vargas esteve no centro do embate entre a preservação e o desenvolvimento urbano à época de sua abertura: um projeto transformador que destruiu, agregou e produziu patrimônio. A partir da década de 1980, com a ampliação do arcabouço patrimonial que passou a valorizar as arquiteturas menores e a ambiência do conjunto urbano que estas compõem, a Presidente Vargas ficou à margem dessa discussão atualizada, que considerou como digno de preservação seu casario circundante. Quatro décadas se passaram desde que foram lançadas as bases desta política de preservação, revelando a necessidade de uma revisão de conceitos, e a volta da avenida ao centro do debate.

Palavras-chave: Patrimônio cultural edificado; áreas de preservação patrimonial; Avenida Presidente Vargas.

ABSTRACT: *This article discusses the production of Avenida Presidente Vargas, from the urbanistic project through to its realisation in the urban fabric of Rio de Janeiro, over the course of more than 70 years, by examining the process of recognition of built cultural heritage in the city centre. In the context of protection for exceptional monuments of national artistic and historical value, at the time it was laid, Avenida Presidente Vargas was at the heart of the conflict between preservation and urban development: it was a change-making project that destroyed, aggregated and produced heritage. From the 1980s onwards, when the scope of heritage was extended to value minor architectures and the ambience of the urban ensemble they form, Ave. Presidente Vargas was side-lined by that more contemporary discussion, which considered the surrounding townhouses worthy of preservation. The four decades that have passed since the foundations of that preservation policy were laid have revealed a need to review concepts and to return the avenue to the centre of the debate.*

Keywords: *Built Cultural Heritage; Heritage Preservation Areas; Avenida Presidente Vargas.*

Breve contextualização

Com a publicação da “Carta de Veneza”, em 1964, amplia-se em um cenário internacional¹ a compreensão patrimonial do monumento histórico da criação arquitetônica isolada para uma noção que abrange também “as obras modestas, que tenham adquirido, com o tempo, uma significação cultural²” (CARTA DE VENEZA, 1964 *apud* CURY, 2000). Nesse contexto, a experiência de intervenção no Centro Histórico de Bolonha (1969), na Itália, reconheceu o núcleo antigo da cidade como um monumento único, “com particular valor histórico-artístico e urbanístico-arquitetônico”, e que constitui um “organismo urbano unitário”, decorrente da “homogeneidade de seus valores físicos e socioculturais”. (CERVELATTI e SCANNAVINI, 1976, p. 17). A massa edificada da cidade que compunha o entorno das edificações monumentais possuiria, portanto, valores a serem preservados de um ponto de vista cultural, como expressões da vida cotidiana da população. A Declaração de Amsterdã (1975) corrobora essa relação entre a preservação do conjunto urbano e a manutenção de seus componentes sociais por meio do conceito da conservação integrada – que articulou a proteção patrimonial ao desenvolvimento urbano numa escala local³.

Num quadro nacional, essa junção entre as políticas de desenvolvimento e as práticas de proteção ao patrimônio cultural passa a ser verificada na cidade do Rio de Janeiro, ao longo da década de 1980, como recomendações do Plano Urbanístico Básico do Rio, de 1977. Até então, a área central da cidade, que se configura como um palimpsesto de transformações urbanísticas, apresentava, nas suas diversas camadas do tempo, conjuntos edificados que possuiriam valores tanto documentais quanto sociais ainda não reconhecidos oficialmente, e em constante ameaça frente à especulação imobiliária e ao desejo de um suposto progresso urbanístico.

Avenida Presidente Vargas: entre o desenvolvimento e a preservação

A Avenida Presidente Vargas, grande artéria viária aberta na década de 1940 sobre o estreito tecido do antigo núcleo colonial da cidade do Rio de Janeiro, representou um desses embates entre o desenvolvimento e a preservação. No que se refere ao desenvolvimento urbano, no cenário político do governo autoritário do Estado Novo (1936-1945) e da interventoria municipal de Henrique Dodsworth (1937-1945), foi criada a Comissão do Plano da Cidade, que retomou algumas das propostas apresentadas pelo urbanista Alfred Agache em seu Plano de Extensão, Remodelação e Embelezamento da Cidade, produzido entre os anos de 1927 e 1930. Entre essas propostas, constava um prolongamento da Avenida do Mangue, no aterrado da Cidade Nova, até o Cais dos Mineiros, nas proximidades da Igreja de Nossa Senhora da Candelária, dando forma à futura Avenida Presidente Vargas. Cria-se também o Serviço Técnico do Plano da Cidade, formado por arquitetos e engenheiros do quadro de profissionais da então Prefeitura do Distrito Federal, que apresenta na XI Feira

Internacional de Amostras do Rio de Janeiro, de 1938, o projeto revisado dessa avenida idealizada por Agache, por pouco tempo chamada de Avenida 10 de Novembro, em alusão à data do golpe do Estado Novo.

Com relação à preservação patrimonial, o SPHAN – Serviço do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Artístico e Histórico Nacional), órgão de tutela de atuação federal, protegeu, a partir de 1938, inúmeras edificações monumentais na área central com a prática do tombamento⁴, muitas no entorno do que em breve viria a ser a Avenida Presidente Vargas. Mas toda a massa edificada circundante de modestas dimensões daria lugar a uma nova tipologia arquitetônica verticalizada. No eixo das antigas ruas do Sabão (General Câmara) e de São Pedro, foi arrasado o casario existente para dar lugar à via e suas novas edificações. O sucesso da obra viária, contudo, não se reproduziu na construção dos seus edifícios, que se concentraram apenas em seu trecho inicial, que vai do Cais dos Mineiros até a Rua Uruguaiana. Grande parte dos lotes edificáveis, desde a Uruguaiana até a Praça da Bandeira, configurou vazios urbanos que ainda hoje estão em processo de ocupação.

Os efeitos dessa “drástica cirurgia” (LIMA, 1990) urbana foram perversos para o seu entorno edificado, associados a outras propostas nunca concretizadas, como a Avenida Diagonal (Projeto de Saboya Ribeiro de 1941, revogado em 1963 no governo Carlos Lacerda) e a Avenida Norte-Sul (Projeto de Affonso Eduardo Reidy e Hermínio de Andrade e Silva, de 1949, parcialmente revogado em 1963, mas retomado na década de 1970, na administração de Chagas Freitas). Essas possíveis intervenções perpetuavam as ameaças de destruição do velho tecido colonial da cidade e seus componentes socioeconômicos, representados por um modesto casario da virada do século XIX para o século XX, abrigando um tradicional comércio varejista e residências das camadas menos favorecidas.

Desde a década de 1980, a política de conservação integrada concretiza-se na cidade do Rio de Janeiro por meio da atuação municipal, sendo a área central o laboratório das primeiras experiências de preservação da ambiência de conjuntos urbanos históricos⁵, como a Zona Especial do Corredor Cultural (projeto de 1979, transformado em lei em 1984), as APAs – Áreas de Proteção Ambiental do Sagas (Bairros da Saúde, Gamboa e Santo Cristo, 1985-1987) e da Cidade Nova e Catumbi (1991), todas com seus limites no entorno da Avenida Presidente Vargas. No Plano Diretor Decenal de 1992, estabeleceu-se o instrumento específico para preservação de conjuntos urbanos: a APAC – Área de Proteção do Ambiente Cultural. Segundo este plano, as APACs são áreas que apresentam “relevante interesse cultural e características paisagísticas notáveis”, e sua ocupação “deve ser compatível com a valorização e proteção da sua paisagem e do seu ambiente urbano e com a preservação e recuperação de seus conjuntos urbanos” (Lei Complementar nº 16, de 1992). As APACs se configuram como instrumentos tanto de planejamento urbano quanto de preservação patrimonial, e suas definições foram revisadas no Plano Diretor da Cidade do Rio de Janeiro

de 2011 (Lei Complementar nº 111, de 2011). Dentro dos limites da APAC, consideram-se todos os seus bens imóveis como tutelados, podendo ser preservados (protegendo-se a volumetria e a fachada do imóvel, que compõem a ambiência cultural a ser salvaguardada) ou passíveis de renovação (no qual se estabelecem diretrizes para novas construções, tais como usos permitidos e gabarito pré-definido, que visam a adequar o futuro imóvel ao conjunto edificado protegido). A APAC Cruz Vermelha (1992) e a APAC Mosteiro de São Bento (2004, incorporando a APAC Teófilo Otoni, de 1997) completam as ambiências protegidas no entorno da Avenida Presidente Vargas, que se configura como um hiato de preservação em meio ao mar das APACs da área central da cidade do Rio de Janeiro (Ver Figura 01).



Figura 01 – Mapa de Áreas de Preservação (Corredor Cultural, APAs, APACs) no entorno da Avenida Presidente Vargas.

A Presidente Vargas pode estar à margem dessa política de preservação da ambiência urbana, mas ela já esteve no centro da discussão patrimonial na cidade. O projeto da avenida, de 1938, é concomitante ao início da atuação do SPHAN no tombamento do patrimônio artístico nacional. O excepcional instrumento conhecido como destombamento⁶, estabelecido em 1941, foi aplicado na construção da Avenida Presidente Vargas, possibilitando a demolição das igrejas de São Pedro dos Clérigos e Bom Jesus do Calvário, assim como de parte do Campo de Santana, em 1943. Mas, no rastro da transformação, a avenida também agregou, conscientemente, um patrimônio existente, e sua incompletude como projeto urbanístico permitiu que outras edificações relevantes ressissem às transformações idealizadas, posteriormente reconhecidas como possuidoras de valores a serem preservados. Nesse sentido, a Avenida Presidente Vargas deve ser compreendida não apenas pelo seu eixo viário,

mas como um projeto urbano cujas propostas se irradiam para o tecido urbano adjacente, sejam elas de forma direta, por meio da sua execução, ou indireta, por meio de perspectivas que nunca se realizam, mas deixam suas marcas para a posteridade.

Apesar do seu ímpeto renovador e de sua lenta ocupação, a Avenida Presidente Vargas sedimentou-se no tecido urbano da cidade do Rio de Janeiro nesses seus mais de 70 anos de existência. E se reconhecemos a sua potência destruidora, devemos também afirmar sua capacidade construtora. Se ela, em determinado momento, produz cidade, ou, pelo menos, parte dela, não poderíamos pensar que no futuro essa produção que de alguma forma resistiu às transformações urbanas consequentes também se tornaria um patrimônio? Para Lowenthal (2000, p. 21, tradução nossa), a atividade de preservação tem na destruição um componente integral, uma vez que “(...) patrimônio cultural envolve substituição e retenção”, e o ato da destruição está “profundamente encrustado na natureza humana e na sociedade”, sendo “parte essencial da vida econômica e criativa”. A escolha pelo que destruir é também uma escolha pelo que preservar, mas ela é uma decisão condicionada a um momento presente, pois a consciência patrimonial é um fenômeno sempre contemporâneo (HARVEY, 2008). A constante transformação da cidade é um reflexo das mudanças nos ideários da sociedade, o que permite que um elemento outrora “destruidor” se configure num futuro bem a ser preservado. Neste ponto, serão as significações culturais agregadas ao longo do tempo por esta sociedade aos vestígios do passado que irão determinar se esta transição se concretizará. A Avenida Presidente Vargas aparece como um caso exemplar dessa dialética entre a preservação patrimonial e o desenvolvimento urbano no Rio de Janeiro: um “conjunto projetual” (BORDE, 2006) que transforma a cidade e simultaneamente destrói, agrega e produz patrimônio.

Patrimônio agregado e destruído no rastro da transformação

Discorrer sobre o patrimônio cultural edificado da Avenida Presidente Vargas, tanto em sua perspectiva como projeto quanto nas transformações que ela de fato concretizou no tecido da área central do Rio de Janeiro, incorre em falar de arquiteturas e contextos urbanos que a antecederam. No panorama atual do seu patrimônio edificado, entre as arquiteturas tombadas pelas diversas esferas de tutela (IPHAN, INEPAC⁷ e IRPH⁸), apenas uma edificação é fruto da sua proposta urbanística da década de 1940: o edifício-sede do antigo Banco Boa Vista (Praça Pio X, nº 118), projeto de Oscar Niemeyer de 1946. O reconhecimento como patrimônio, contudo, não se relaciona com a avenida, e sim com a Lei Municipal nº 2.677 de 1998, que tomba as edificações projetadas por Niemeyer na cidade do Rio de Janeiro. O valor da Avenida Presidente Vargas como produtora de um conjunto edificado característico resultante de seu projeto urbano continua à margem do processo de preservação. O mesmo não pode ser dito do patrimônio edificado de valor individual artístico e histórico que foi agregado com a abertura da avenida e sua sucessiva ocupação.

Dentre os patrimônios agregados, o de maior destaque é a Igreja de Nossa Senhora da Candelária, tombada pelo SPHAN em 1938, pelo seu valor histórico e artístico. Sua preservação, contudo, já estava prevista na proposta de Agache para a Avenida do Mangue. Originalmente incrustada no estreito tecido urbano da antiga Freguesia da Candelária, a igreja colonial de imponentes dimensões ganhou visibilidade e perspectiva nunca antes obtidas. Todo o casario em seu entorno fora demolido, dando origem à atual Praça Pio X, com a Igreja em seu centro configurando um marco monumental no eixo da nova via. Reconhecendo a necessidade de garantir a monumentalidade do bem patrimonial, a proposta urbanística verticalizada da avenida e sua sequência de edificações com 22 pavimentos, tal como previsto no projeto de urbanização nº 3022 de 1940, sofre uma inflexão na Praça Pio X. No entorno da Igreja da Candelária, as novas edificações compuseram uma cortina de fachadas com gabarito de 12 pavimentos, conforme o PAA (projeto de alinhamento⁹) nº 4041 de 1945.

Camillo Sitte (2006 [1889]), em fins do século XIX, discorria sobre essa tendência das cidades modernas de posicionar seus monumentos no centro dos espaços públicos, que se opunha à implantação verificada na cidade tradicional¹⁰. Reflete-se nas propostas urbanísticas da Avenida Presidente Vargas o desejo de modernizar o velho centro da cidade, cujo pontapé inicial foram as reformas empreendidas durante a administração Pereira Passos (1902-1906). Essa atitude de isolamento das edificações monumentais do passado também estava consonante com as diretrizes acerca do patrimônio histórico da “Carta de Atenas”, redigida no IV Congresso Internacional de Arquitetura Moderna, de 1933. No documento, que estabelecia as linhas gerais do urbanismo moderno e da cidade funcional, destacou-se a validade do patrimônio histórico das cidades, sendo estes salvaguardados se constituíssem “a expressão de uma cultura anterior, e se correspondessem a um interesse geral”. Sua conservação seria permitida caso não acarretasse o “sacrifício de populações mantidas em condições insalubres”. Acerca dos conjuntos urbanos que emolduram monumentos de valor patrimonial, o documento afirma:

É possível que, em certos casos, a demolição de casas insalubres e de cortiços ao redor de algum monumento de valor histórico destrua uma ambiência secular. É uma coisa lamentável, mas inevitável. Aproveitar-se-á a situação para introduzir superfícies verdes. Os vestígios do passado mergulharão em uma ambiência nova, inesperada talvez, mas certamente tolerável, e da qual, em todo caso, os bairros vizinhos se beneficiarão amplamente (CARTA DE ATENAS DO CIAM, 1933, *apud* CURY, 2000).

Para Beatriz Kuhl, (1998, p. 200), a Carta de Atenas do CIAM “renegava a herança do passado”, onde “grande parte do tecido urbano e de edifícios passados estavam condenados à demolição”. O documento também afirmou que “nem tudo que é passado tem, por definição, direito à perenidade; convém escolher com sabedoria o que deve ser respeitado” (CARTA DE ATENAS DO CIAM, *op. cit.*) Foi nesta concepção que, ao agregar a Igreja da Candelária a seu projeto urbanístico, juntamente com o atual edifício da Casa França-Brasil (antiga

Praça do Comércio, projetada por Grandjean de Montigny em 1820 e primeiro registro da arquitetura neoclássica no Brasil), igualmente tombado pelo SPHAN em 1938, a Avenida Presidente Vargas destruiu outros elementos arquitetônicos relevantes no contexto urbano da época. Entre eles, as igrejas tombadas pelo SPHAN de São Pedro dos Clérigos e do Bem Jesus do Calvário, e edifícios como o Paço Municipal no Campo de Santana e a Escola Benjamin Constant.

Contudo, a destruição mais significativa não estava nos bens imóveis de valor individual, mas na sequência arrasada de três quarteirões ao longo dos quatro quilômetros de extensão da avenida. Neste conjunto, foi-se embora a Pequena África e a Praça Onze de Junho, na Cidade Nova, que se tornou, após a Abolição, reduto dos outrora escravizados, e onde se situava a casa de Hilária Batista de Almeida, conhecida como Tia Ciata, negra baiana alforriada que veio para o Rio de Janeiro em 1876. Na Pequena África, difundiram-se os ritos da cultura africana, e na residência de Tia Ciata nasceu o primeiro samba gravado. O imóvel em questão, nº 117 da Rua Visconde de Itaúna, fez parte da primeira leva de demolições para a abertura da avenida, e em seu lugar foi construído o famoso complexo de edifícios “Balança-Mas-Não-Cai”.

A Avenida Presidente Vargas também agregou futuros patrimônios edificados, ora como integrantes de sua proposta urbanística, ora como vestígios do passado que resistiram às transformações que não se concretizavam. Na maquete apresentada na Feira de Amostras de 1938 destacam-se duas edificações contemporâneas, em processo de construção, e representativas da linguagem arquitetônica adotada pelo Estado Novo em sua afirmação do poder na cidade: o edifício da Estação Central da Estrada de Ferro Pedro II e o Palácio Duque de Caxias, antigo Ministério da Guerra (projeto de Christiano Stockler, inaugurado em 1941). Ambos antecedem em projeto a proposta da Presidente Vargas, e sua localização, de frente para o Campo de Santana, consolida as atividades previamente existentes no local (o Terminal Ferroviário e o Quartel Militar da Praça da República), substituindo as arquiteturas passadas por novas edificações imponentes que marcam o ponto central da avenida. Com relação ao simbolismo arquitetônico dessas construções, Evelyn Lima (1990, p. 66) sugere, no caso do Palácio Duque de Caxias, que sua composição, formada por um bloco horizontalizado intercedido no centro por um volume vertical, faz alusão à imagem de um “general marchando à frente de suas divisões”. O edifício, portanto, comunicaria visualmente sua função destinada a assuntos militares e sua marca como expressão do poder de um governo autoritário. Em termos do reconhecimento patrimonial destas edificações, esses bens só viriam a ser tombados na década de 1990: a Estação Ferroviária, com sua icônica torre de relógio, pelo poder municipal (Decreto 14.741 de 1996), e o Palácio Duque de Caxias pelo INEPAC, órgão de tutela em esfera estadual. Em 2008, a estação ferroviária é contemplada com tombamento federal, inscrito no Livro do Tombo Histórico e no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico.

Os demais patrimônios edificados que se encontram ao longo da Presidente Vargas devem sua permanência no contexto urbano atual ao fracasso da ocupação prevista para a avenida, ocorrido a partir da década de 1950, quando os investimentos imobiliários se voltaram para o bairro de Copacabana. No projeto de alinhamento nº 3653 de 1941, que detalha o projeto de urbanização nº 3022 para a Avenida Presidente Vargas no trecho do Campo de Santana à Praça da Bandeira, a implantação dos edifícios apresentava solução diferente da prevista para o trecho inicial, com sua contínua cortina de fachadas rente ao alinhamento da via. Enquanto o primeiro trecho conformava quadras fechadas com vazios internos não edificados, tal como verificado na Esplanada do Castelo segundo as dogmáticas de Agache, o trecho final da Presidente Vargas previa uma situação mais próxima das diretrizes do urbanismo moderno, como as propostas de Reidy para o Aterrado do Calabouço (1938). Em vez de quadras fechadas, eram propostos extensos blocos verticalizados em fita, ora recuados, ora alinhados à via. Ambas as soluções previam as galerias de pedestres sustentadas por pilotis.

Na Quadra 17 do projeto, referente ao lado ímpar da avenida entre a Praça da República e a Rua de Santana, a histórica residência de marechal Deodoro, situada de frente para o Campo de Santana estava ameaçada de ser destruída. A proposta de ocupação é modificada na década de 1950, conforme evidenciado no PAA nº 7215 de 1957, no qual a quadra 17 é dividida em dois conjuntos separados pela Rua General Caldwell. Na Quadra 17-A, constrói-se nos lotes 18, 19 e 20 o Complexo do Balança-Mas-Não-Cai. Na quadra 17-B, persiste a proposta de demolição da Casa de Deodoro. Com o tombamento do imóvel pelo DPHAN (denominação do atual IPHAN entre os anos de 1946 e 1970) em 1958, o sobrado do século XIX passa a integrar o projeto da Avenida Presidente Vargas por meio do PAA nº 8052 de 1963, que mais uma vez modifica a implantação dos edifícios, agora em grandes blocos isolados. Desta proposta surgiu o único imóvel construído na Quadra 17-B em mais de 60 anos, o Edifício Campo de Santana, no lote 2B do PAL (projeto de loteamento) nº 24.509, adjacente à Casa de Deodoro. Somente no século XXI, a quadra é completada com o recém-construído Centro de Diagnósticos Rio-Imagem.

Tal como no caso anterior, o Hospital Escola São Francisco de Assis, com projeto de Heitor Rademaker Grunewald, e obras iniciadas em 1876 em composição panóptica, seria destruído para dar lugar aos blocos edificados da Quadra 23 do projeto da avenida. Desativado em 1978, o imóvel foi tombado pelo IPHAN em 1983 nos livros do Tombo das Belas Artes e do Tombo Histórico, e seu uso retomado na mesma década. No lado oposto da avenida, a Fábrica de Gás do Aterrado, uma das primeiras construções da Cidade Nova, que data de 1853, só foi tombada pelo INEPAC em 1990.

Nas proximidades do Palácio Duque de Caxias, entre a Presidente Vargas e a Avenida Marechal Floriano, a Quadra 14-B do projeto de urbanização previa uma implantação de edifícios que seguia os contínuos blocos edificados do início da avenida, o que levaria

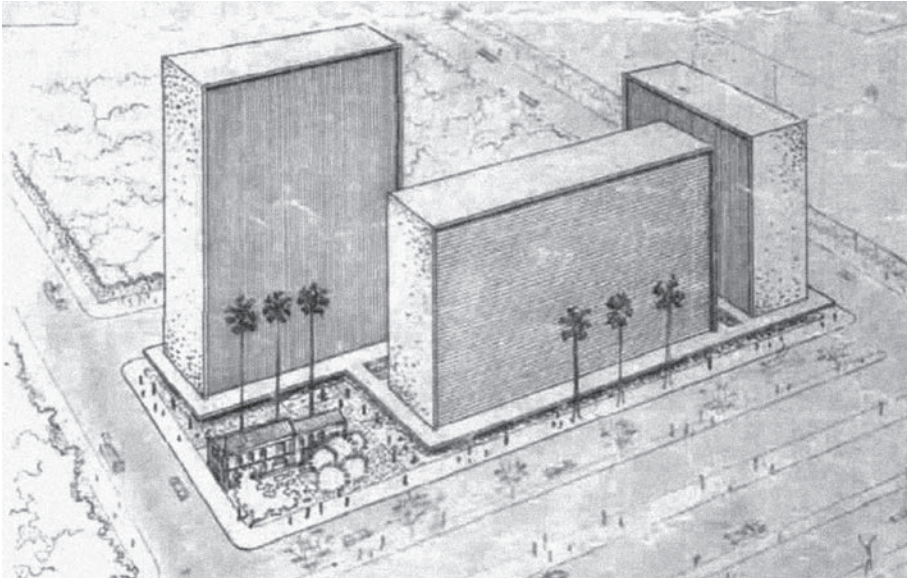


Figura 02
– Detalhe
do PAA
nº 8052
de 1963.
Fonte:
SMU/PCRJ.

à demolição da Escola Municipal Rivadávia Corrêa. A proposta da quadra, assim como de outras na avenida, é modificada nas décadas seguintes, chegando a ser substituída por uma alça da Avenida Diagonal com o PAA nº 7354 de 1959. Apesar das ameaças, o imóvel, projetado por Francisco Pereira Passos no último quartel do século XIX, resistiu às transformações por mais de um século e passou a incorporar o patrimônio edificado da Presidente Vargas em 1990, quando foi tombado pelo poder municipal. Na mesma quadra, seus imóveis adjacentes foram demolidos em fins da década de 1990, dando lugar a uma praça arborizada que permite uma ligação visual direta da Avenida Presidente Vargas com o Palácio Itamaraty, imóvel neoclássico tombado pelo SPHAN em 1938, incorporando-o à paisagem urbana da avenida.

As margens da Avenida: Áreas de Preservação

Nesse processo de reconhecimento do patrimônio da Avenida Presidente Vargas evidenciam-se as transformações quase erráticas que deram forma ao tecido urbano que configura a via e seu entorno em seu contexto contemporâneo: uma colcha de retalhos urbanísticos produzida a partir de fragmentos de propostas incompletas de um futuro e de vestígios remanescentes do passado. Longe de ser uma condição exclusiva da Avenida Presidente Vargas, essa é uma característica das nossas cidades contemporâneas, que, segundo Bernardo SECCHI (2006 [2000], p. 88), é compreendida como “um confuso amálgama de fragmentos heterogêneos”, no qual “materiais urbanos e formas espaciais pertencentes a diversos períodos da história [...] mesclam-se a materiais, formas, figuras e técnicas que anunciam aspectos do futuro” (*Ibid*, p. 90).

Na área central da cidade do Rio de Janeiro, o projeto urbanístico da Avenida Presidente Vargas é apenas um dos fragmentos que compõem a complexa trama de evidências materiais produzidas por distintas, e muitas vezes divergentes, idealizações de futuro. Sua conjuntura contemporânea é resultado da articulação de seu projeto original com propostas renovadoras posteriores que o interceptavam. Dentre estas, destacam-se os projetos da Avenida Diagonal e da Avenida Norte-Sul, o Viaduto São Sebastião e o Plano de Urbanização da Cidade Nova. Estas ainda se somavam às preexistências que resistiram às transformações, configurando-se em futuros patrimônios da cidade. A abrangência dessas transformações ia muito além de uma pequena intervenção urbanística pontual de abertura de via, e alastrava-se para o conjunto urbano adjacente. Nas franjas do seu projeto original, onde este se funde com propostas complementares de transformação urbana, seu anseio por renovação se superpõe às estruturas já sedimentadas da cidade. É nas margens dessa avenida, nas tensões entre as forças do desenvolvimento e da preservação, que se realizam as primeiras experiências no Rio de Janeiro de proteção patrimonial numa dimensão urbana, a partir da década de 1970.

Antes da proteção, contudo, havia a ameaça. Se na década de 1940 a Avenida Presidente Vargas propunha arrasar uma sequência de três quarteirões ao longo de quatro quilômetros de extensão, outro projeto coetâneo previa uma reconfiguração no estreito tecido urbano da Freguesia do Sacramento. A Avenida Diagonal, projeto de Saboya Ribeiro, apresentado no PAA nº 3612 de 1941, tal como a Presidente Vargas, traçava a abertura de um extenso eixo viário e uma nova estrutura ocupacional para a cidade, cujas intervenções seriam mais avassaladoras. Seu traçado oblíquo ao tecido existente, ligando a Lapa ao Campo de Santana, propunha destruir uma área da cidade em que se consolidou uma tradicional atividade comercial articulada aos pequenos sobrados que não mais representavam o futuro da então Capital Federal.

Os planos de renovação urbana são mais ambiciosos com o projeto da Avenida Norte-Sul, apresentado no PAA nº 5029 de 1949 (ver Figura 3), seguindo as propostas de Affonso Eduardo Reidy para a urbanização da Esplanada de Santo Antônio. Ligando a Lapa à Região Portuária, atravessando o vazio remanescente do antigo Morro de Santo Antônio e a própria Avenida Presidente Vargas, a proposta urbanística também não poupava a demolição do tradicional casario, neste caso, contido entre a Avenida Passos e a Rua da Uruguaiana. No seu rastro de transformação também seriam eliminadas do conjunto duas edificações de destaque, posteriormente protegidas com tombamento: o Real Gabinete Português de Leitura (tombado pelo DPHA do Estado da Guanabara, futuro INEPAC, em 1970), e o edifício do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ (antiga Escola Polytechnica), no Largo de São Francisco de Paula. Este último foi parcialmente tombado pelo DPHAN em 1962, protegendo a parte frontal do edifício, que seria arrasada para dar lugar à Quadra 1 do projeto da Norte-Sul¹¹. Nesse mesmo ano, os comerciantes dessa localidade ameaçada pela renovação estabelecem a Saara – Sociedade de Amigos das Adjacências da Rua da Alfândega,

e reivindicam sua manutenção. A perda do status de capital do Rio de Janeiro na década de 1960 desacelera o surto de transformações urbanísticas das décadas anteriores, e a Saara consegue revogar os projetos da Diagonal e da Norte-Sul, em acordo com o governador Carlos Lacerda em 1963. Mas essa revogação dos projetos urbanísticos não equivalia à preservação do conjunto edificado, mantendo-se a perspectiva da renovação arquitetônica da área com novos alinhamentos previstos para as estreitas vias da Saara, conforme verificado no PAA nº 8172, de 1964. Apesar da conquista, a vitória da comunidade de comerciantes duraria pouco, com o projeto da Norte-Sul sendo retomado no governo Chagas Freitas, com modificações em relação ao original. Na proposta de 1948, a via elevada teria alças de acesso na Presidente Vargas, alterando substancialmente a proposta de ocupação da avenida e contribuindo para a estruturação de seus vazios urbanos.

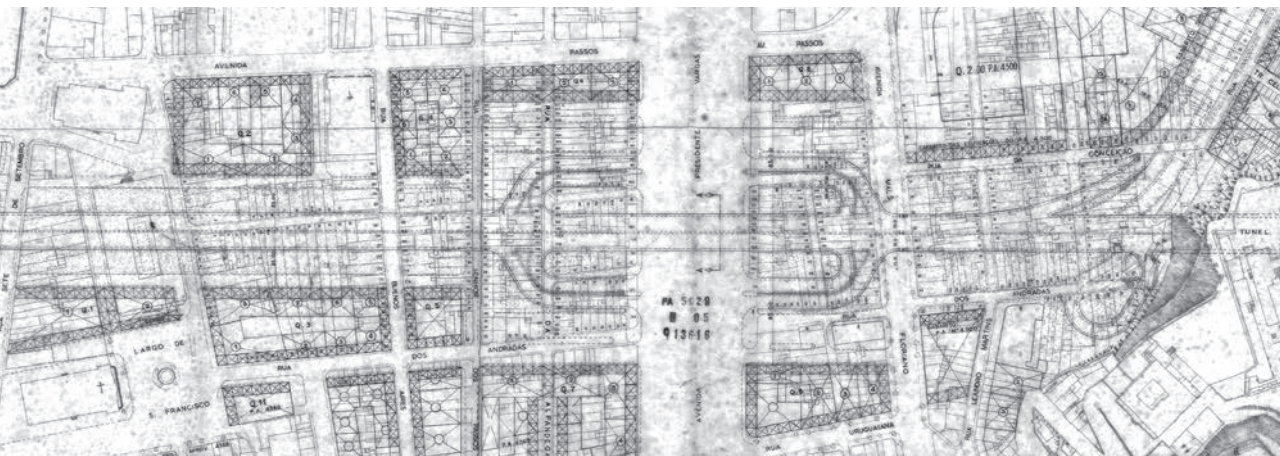


Figura 03 – PAA nº 1949, de 1963. Fonte: SMU/PCRJ.

A situação é revertida no final da década de 1970, quando, já na condição de capital do estado homônimo, a cidade do Rio de Janeiro produz seu primeiro projeto de preservação e recuperação do conjunto urbano de sua área central: o Projeto Corredor Cultural, de 1979, concebido com a participação de técnicos da Prefeitura Municipal (Equipe Técnica) e de um grupo de intelectuais (Câmara Técnica). Buscava-se no projeto um equilíbrio entre a preservação patrimonial, não mais restrita aos monumentos excepcionais, e os processos de renovação urbana. Protegia-se um conjunto de imóveis que, embora não possuísem valores individuais que garantissem seu tombamento, tinham um significado cultural expresso materialmente na ambiência que eles compunham na paisagem urbana, associado às imaterialidades das atividades tradicionais da sua comunidade. A área da Saara foi incorporada a esse projeto, juntamente com os vazios do lado ímpar da Avenida Presidente Vargas entre o Campo de Santana e a Rua Uruguaiana, que se perpetuavam ao longo da década com as escavações a céu aberto das obras da linha metroviária.

O projeto toma forma na cidade com a criação da Zona Especial do Corredor Cultural pela Lei Municipal nº 506, de 1984, que dispõe sobre a preservação e a renovação de bens imóveis na área delimitada pelo PAA nº 10290, de 1983. Os parâmetros foram revistos em 1987, com a produção do PAA nº 10.600 (ver Figura 4), ainda vigente na estruturação urbana dessa parte da cidade. Como um instrumento de conservação integrada, influenciada pelas recomendações da Declaração de Amsterdã, a Zona Especial do Corredor Cultural estabeleceu, a partir das revisões de 1987, duas subzonas de atuação para seus imóveis: a preservação ambiental e a renovação urbana. Na primeira, que compõe grande parte da área da SAARA, preservam-se as fachadas e a volumetria das edificações, permitindo modificações em seus interiores. Na subzona de renovação urbana, na qual se encontram os vazios urbanos da Avenida Presidente Vargas, desde a Uruguaiana até o Campo de Santana, definiu-se um novo padrão volumétrico para as edificações, fixando gabarito e alinhamento compatível com o conjunto preservado. Dentre os bens preservados pelo Corredor Cultural no entorno da Avenida Presidente Vargas destaca-se a Igreja de São Gonçalo Garcia e São Jorge, na Rua da Alfândega, esquina com o Campo de Santana. O imóvel, curiosamente mesmo sem tombamento, já havia sido integrado ao projeto da Avenida Diagonal em 1941, com seu campanário compondo o *skyline* da Avenida Presidente Vargas.

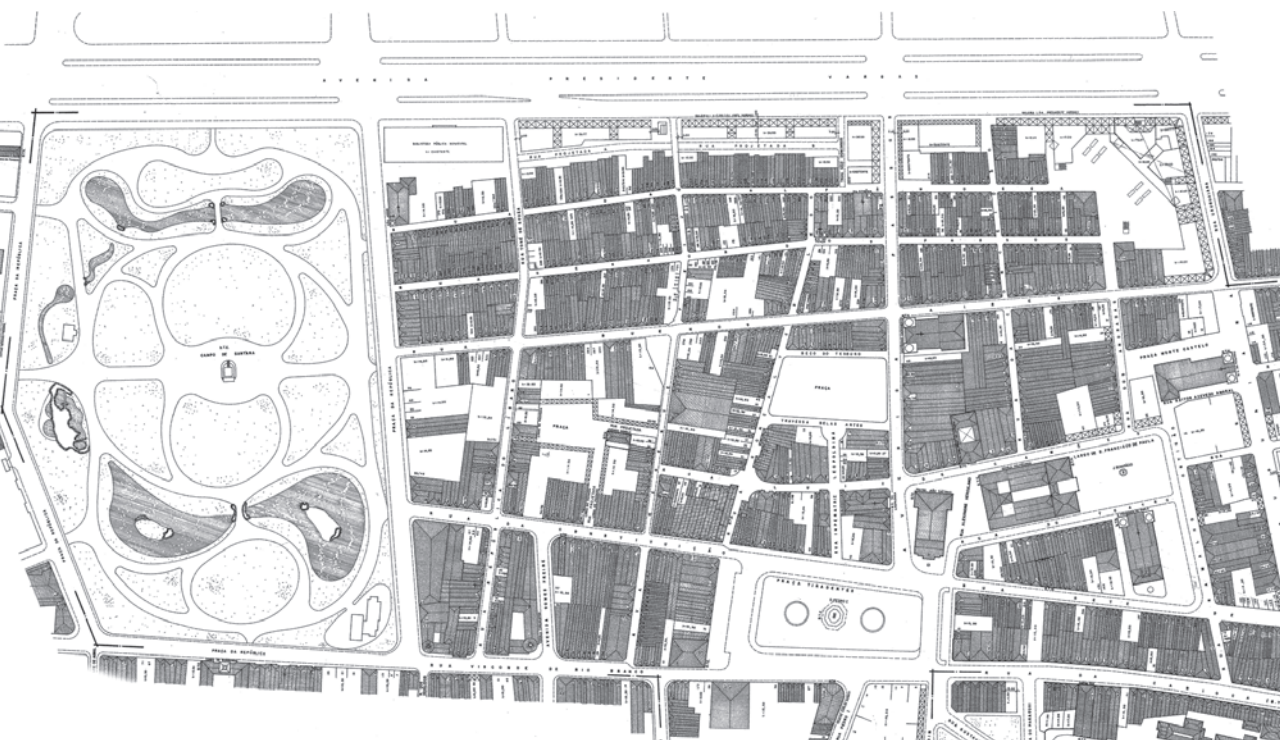


Figura 04 – PAA nº 10600, de 1987. Fonte: SMU/PCRJ.

No lado oposto da Presidente Vargas, no entorno da Avenida Marechal Floriano, a região da antiga Freguesia de Santa Rita também sofreria grandes perdas no seu conjunto edificado caso fosse executada a Avenida Norte-Sul. Na década de 1970, com a retomada da proposta urbanística, a via, que seguiria por um túnel até a Região Portuária atravessando o Morro da Conceição, arrasaria quarteirões ao longo das ruas da Conceição e dos Andradas, além de um segundo prolongamento também em via elevada ao longo da Rua Senador Pompeu, seguindo um trajeto paralelo à Presidente Vargas em direção ao bairro do Santo Cristo. Na década seguinte, concomitante à implementação do Corredor Cultural, o IPHAN desenvolveu estudos no entorno de seus bens tombados nas proximidades do Morro da Conceição. Entre esses bens figuravam o Palácio do Itamaraty e o Colégio Pedro II, na Avenida Marechal Floriano, o Conjunto Paisagístico dos Jardins do Valongo e a Fortaleza da Conceição, no alto do morro. Embora a Norte-Sul tenha sido revogada nesse período, a renovação arquitetônica na área ainda era estimulada, substituindo o tradicional casario por edifícios verticalizados, muitos dos quais com uso exclusivo de garagens, seguindo as normas edilícias do Decreto Estadual n.º 6.030 de 1973, ratificada pelo Decreto nº 322 de 1976, que regulamentou o zoneamento da cidade. O IPHAN freia essa renovação ao estabelecer uma área de entorno para nove dos seus bens tombados na localidade, que fixa gabaritos máximos para construções, reformas e acréscimos dentro do perímetro delimitado pela sua Portaria nº 02 de 1986. Como órgão de tutela federal, não competiria ao IPHAN preservar o casario do entorno, cuja arquitetura não tem valor excepcional para a história da nação. Contudo, ele compunha a moldura e a ambiência dos seus bens tombados, portanto, sua volumetria poderia estar tutelada, a fim de evitar renovações que comprometessem a visibilidade dos monumentos protegidos. Essa portaria seria revogada no século XXI, sendo substituída pela de nº 135 de 2013, que incorpora a Avenida Presidente Vargas ao perímetro de tutela da volumetria nas proximidades da Estação Ferroviária D. Pedro II, tombado pelo órgão em 2008.

Enquanto se instaurava a Portaria nº 02 na década de 1980, tendo em vista a experiência que se realizava no Corredor Cultural, o poder municipal cria, em 1985, o Projeto SAGAS (Saúde, Gamboa e Santo Cristo), diante das reivindicações de preservação do tradicional conjunto edificado dos bairros portuários feito pela Amas, a Associação de Moradores e Amigos da Saúde. Em 1987, é publicada a Lei nº 971, que institui a Área de Proteção Ambiental de parte dos bairros da Gamboa, Santo Cristo, Saúde e Centro, estabelecendo quatro subáreas de preservação ambiental. Com relação ao planejamento urbano, ela foi regulamentada pelo Decreto Municipal n.º 7351 de 1988, que estabeleceu um zoneamento no perímetro da APA, com definição de usos apropriados. Desta vez, a Avenida Presidente Vargas ficou fora da área de tutela, com seus limites dividindo ao meio as quadras urbanizadas da avenida: os edifícios verticalizados da proposta urbanística da década de 1940 são ignorados, incluindo-se apenas o casario tradicional que dá frente para a Rua Teófilo Otoni e para a Avenida Marechal Floriano.

Em direção à Cidade Nova, o projeto do Viaduto São Sebastião e do Túnel Catumbi-Laranjeiras, como parte da Linha Lilás do Plano Doxiadis, de 1965, gerou uma cisão no eixo da Avenida Presidente Vargas. Desde a década de 1950, o trecho da avenida que vai do Campo de Santana em direção à Praça da Bandeira permanecia com sua ocupação em suspenso, e os vazios que a sua abertura produziu incitavam a degradação do entorno imediato. A proposta rodoviarista do Plano Doxiadis agregaria um caráter inóspito ao entorno da antiga Rua Marquês de Sapucaí: um extenso viaduto com grandes alças de acesso, e amplos vazios ajardinados. Um impactante contraste com a configuração da malha urbana do século XIX, densamente ocupada pelo pequeno casario em lotes estreitos e profundos.

Nesta malha tradicional, no trecho que vai do Campo de Santana à Rua Marquês de Sapucaí, que incorpora edificações tombadas, como a antiga Casa de Moeda (atual Arquivo Nacional, protegido pelo SPHAN em 1938), previa-se, já na década de 1940, uma expansão das propostas urbanísticas da Avenida Presidente Vargas ao longo das Ruas de Santana e General Caldwell, conforme o PAA nº 4463 de 1946. As transformações são pontualmente identificáveis na área: edifícios habitacionais verticalizados com galerias de pedestres mesclam-se ao conjunto dos pequenos sobrados. O casario remanescente seria protegido pelo Decreto Municipal nº 11.883 de 1992, que criou a APAC Cruz Vermelha, reconhecendo este trecho da área central como um conjunto residencial e comercial característico, adjacente ao Corredor Cultural.

No lado oposto da Rua Marquês de Sapucaí, o bairro da Cidade Nova seria alvo de um plano de reurbanização datado de 1967, que previa a substituição do conjunto urbano tradicional por torres destinadas ao uso habitacional. Ao longo das décadas seguintes, o Viaduto São Sebastião se concretiza na paisagem da Cidade Nova, e a Rua Marquês de Sapucaí é alvo do projeto de Oscar Niemeyer para o Sambódromo, que previa a demolição da antiga Fábrica da Brahma. Inaugurado em 1984, o projeto foi modificado, poupando o antigo edifício da cervejaria, incorporado ao perímetro de tombamento da Passarela do Samba quando esta foi protegida pelo INEPAC, dez anos após sua construção. Em 2011 foi aprovado o destombamento do Sambódromo, permitindo a demolição da fábrica e a ampliação das áreas de arquibancada, seguindo as diretrizes do projeto original de Niemeyer. No local da Brahma, uma lâmina envidraçada de 20 pavimentos (Eco Sapucaí) compõe um novo fundo visual para a Avenida Presidente Vargas.

A ampliação do Sambódromo também afetou em parte a APA Cidade Nova e Catumbi, criada pelo Decreto nº 10.040 de 1991. No entorno da Vila Operária da Cidade Nova, conjunto de edificações proletárias construídas ao longo da Rua Salvador de Sá no início do século XX, preservou-se um casario degradado, que recentemente vem sendo recuperado nas proximidades da Rua Nery Pinheiro, engendrando um forte processo de gentrificação. Esse é, por sua vez, estimulado pelas ocupações dos vazios da Avenida Presidente Vargas no entorno do Centro Administrativo São Sebastião (sede da Prefeitura do Rio), projeto de

Marcos Konder Neto da década de 1970. No século XXI, novas adições, como a Nova Cedae, o Centro de Convenções SulAmérica, o Centro de Operações Rio e a Universidade Petrobras, modificam a dinâmica da área, e suas demandas transformam o patrimônio adjacente.

Contudo, os mais recentes reconhecimentos patrimoniais ao longo da Avenida Presidente Vargas vêm ocorrendo no seu trecho de maior consolidação, no entorno da Igreja da Candelária. O Corredor Cultural, em sua delimitação na década de 1980, desconsiderou os quarteirões financeiros nas proximidades da Avenida Rio Branco, com seus edifícios verticalizados das décadas de 1920 e 1930. Em meio a esses blocos, encontravam-se exemplares remanescentes da cidade tradicional, com fachadas ornamentadas e pequenas dimensões. Neste contexto, surge em 1997 a APAC Teófilo Otoni, incorporada em 2004 à APAC Mosteiro de São Bento, preservando um casario que abriga predominantemente serviços de gastronomia e a concentração de edifícios de atividade financeira. Além das APACs, também são estabelecidas áreas de entorno de bem tombado (AEBT), como a do imóvel da Rua da Candelária, nº 2, um modesto sobrado tombado pelo município em 1989. Sua área de entorno, criada pelo Decreto nº 28.911 de 2007, preserva outros quatro imóveis no seu quarteirão, inclusive alguns da década de 1920, como o eclético edifício da Rua da Alfândega, nº 5.

Das margens ao Centro: novos patrimônios?

Nas últimas quatro décadas, o conjunto edificado do entorno da Avenida Presidente Vargas vem sendo reconhecido pelos órgãos de tutela patrimonial como merecedores de proteção para a posteridade, remanescentes de um tecido da cidade tradicional que mantém vivas atividades típicas e ambiências pitorescas. Até a década de 1970, no contexto nacional, esses conjuntos não tinham valor, sendo rechaçadas inclusive arquiteturas monumentais produzidas nesse mesmo período, como o prédio do Theatro Municipal (que recebeu proteção estadual em 1972 e federal em 1973). Quarenta anos após o SPHAN determinar as bases do que devia ser considerado patrimônio edificado, ampliou-se a abrangência patrimonial não apenas em questões temporais (que fragmentos do passado deveriam ser reconhecidos), mas também em sua própria materialidade (preservando desde o monumento até a arquitetura menor).

Tal como a cidade em constante transformação, as noções do que se configura como patrimônio também se modificam, e devem ser periodicamente revisadas. Outros 40 anos se passaram desde que se estruturou a preservação da ambiência urbana na cidade do Rio de Janeiro, na qual a Avenida Presidente Vargas não foi contemplada na seleção do conjunto edificado a ser valorizado. Estaríamos hoje num novo momento de revisão dos critérios? Diante das transformações pelas quais a Avenida Presidente Vargas vem passando, com as novas arquiteturas contemporâneas (e por vezes desarticuladas) que ocupam os seus

históricos vazios, o projeto urbanístico da década de 1940, que produziu as edificações no entorno da Igreja da Candelária, não teria também valor como um conjunto urbano que narra a história da cidade? E não apenas valor de conjunto, mas valor artístico excepcional nas suas construções, entre elas exemplares da arquitetura moderna, como o Edifício João Úrsulo Ribeiro Coutinho (Praça Pio X, nº 99), antiga sede do Banco Aliança, projeto de Lúcio Costa; e o edifício do antigo IPEG (Avenida Presidente Vargas, nº 670), projeto de Affonso Eduardo Reidy, com seus *brises-soleil* na fachada voltada para sua não concretizada Norte-Sul. E por que não reconhecer o valor histórico e social do Balança-Mas-Não-Cai, como um registro da ocupação da avenida? Essa carga histórica presente na Avenida Presidente Vargas, como um projeto transformador sedimentado no contexto contemporâneo da cidade que destruiu, agregou e adquiriu valores culturais em sua produção, corrobora a necessidade de que ela saia da margem e seja colocada no centro da definição do que irá se configurar como um patrimônio para o futuro do Rio de Janeiro.

Notas

¹ CHOAY (2001 [1992]) aponta os escritos do arquiteto italiano Gustavo Giovannoni (1913) como a origem do termo patrimônio urbano, embora autores do século XIX como John Ruskin e Camillo Sitte já anunciassem uma preocupação com a destruição dos conjuntos arquitetônicos não-monumentais face às transformações urbanas da era industrial. Em termos de políticas estatais de preservação e reconhecimento patrimonial, no Brasil, a cidade de Ouro Preto, com seu tecido urbano e casario característico, foi elevada a categorial de monumento nacional em 1933. Na França, pouco antes da publicação da Carta de Veneza, a Lei Malraux de 1962 estabeleceu condições para preservação do tecido urbano de centros históricos através da criação dos *secteurs sauvegardés* (setores de salvaguarda).

² A significação cultural designa o valor estético, histórico, científico, social ou espiritual para gerações passadas, presentes e futuras. (CARTA DE BURRA, 2013)

³ Desde o século XIX até o contexto em questão, a discussão patrimonial na Europa articulava-se ao reconhecimento de uma identidade nacional. No caso do Brasil, a atuação por parte do Estado no reconhecimento patrimonial estava associada à descoberta de uma identidade brasileira na conjuntura republicana, e era realizada em esfera nacional. A experiência bolonhesa inova em sua atitude com o patrimônio não só em sua abrangência de significação cultural, como também no redirecionamento das práticas de proteção de um contexto nacional para o debate local, integrado ao seu plano diretor municipal.

⁴ O Decreto Lei nº 25 de 1937 regulamentou o SPHAN, criado em 1936, definiu como sendo patrimônio artístico e histórico do Brasil "(...) o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico". O tombamento foi o instrumento legal estabelecido para proteger esse patrimônio, sendo inscritos os bens tombados em um dos quatro livros do tomo:

⁵ A Recomendação de Nairóbi, redigida na 19ª Conferência Geral da UNESCO realizada no Quênia em 1976, definiu conjuntos históricos como "todo agrupamento de construções e de espaços" cujos valores são "reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sociocultural". A ambiência destes conjuntos constitui-se como sendo o "quadro natural ou construído" que influi na percepção de tais conjuntos históricos, vinculando-se "de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais" (RECOMENDAÇÃO DE NAIRÓBI, 1976 apud CURY, 2000).

⁶ O Decreto-Lei nº 3866 de 1941 possibilitou cancelar o tombamento de bens previamente protegidos pelo SPHAN.

⁷ INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural do Estado do Rio de Janeiro, órgão de tutela patrimonial de esfera federal. Tem suas origens no DPHA, Divisão do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado da Guanabara, criado em 1963.

⁸ IRPH – Instituto Rio Patrimônio da Humanidade, órgão de tutela patrimonial da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro, criado em 2012. Tem suas origens no antigo DGPC – Departamento Geral do Patrimônio Cultural, criado em 1986.

⁹ Os projetos de alinhamento (PAA) e projetos de loteamento (PAL) mencionados nesse texto podem ser consultados na página web da Secretaria Municipal de Urbanismo da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro (SMU/PCRJ), através do link: <<http://www2.rio.rj.gov.br/smu/acervoimagens/ConsultaProjetosPorNumero.asp>>.

¹⁰ Para Sitte (1989), um certo mistério se apresentava na escolha do local destinado aos monumentos, tais como igrejas, nas praças das antigas cidades. Contudo uma coisa era certa: eles não se localizariam no centro geométrico da praça,

como vinha ocorrendo em seu período (século XIX), e ainda vem se perpetuando no século XXI. No passado, as igrejas apareciam integradas a outras edificações. Dentre os motivos para esta localização, Sitte indica uma melhor perspectiva da praça como um todo, pois o posicionamento central requer uma maior profundidade de campo de visão. Ele reconhece também a vantagem econômica, uma vez que uma igreja posicionada no centro de uma praça requer um maior comprometimento na execução das fachadas. Uma igreja incrustada em outras edificações seria mais econômica, uma vez que o seu número de fachadas seria reduzido.

¹¹ O edifício do IFCS seria tombado, por completo, pelo INEPAC, em 1983.

Referências Bibliográficas

- BORDE, Andréa de Lacerda Pessoa. **Vazios Urbanos: Perspectivas contemporâneas**. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2006 (Tese de doutorado em Urbanismo – Programa de Pós-Graduação em Urbanismo – PROURB, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo).
- CERVELLATI, Pier Luigi; SCANNAVINI, Roberto. **Bolonia: Política y Metodología de La Restauración de Centros Históricos**. Barcelona: Gustavo Gili, 1976.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.
- CURY, Isabelle. **Cartas Patrimoniais**. Brasília: IPHAN, 2000.
- HARVEY, David C. “The History of Heritage”. In: GRAHAM, Brian e HOWARD, Peter (Orgs.). **The Ashgate Research Companion to Heritage and Identity**. Aldershot: Ashgate, 2008. pp 19-36.
- KÜHL, Beatriz Mugayar. **Arquitetura de Ferro e Arquitetura Ferroviária em São Paulo: reflexões sobre a sua preservação**. Cotia-SP: Ateliê Editorial/FAPESP/ Secretaria de Cultura, 1998.
- LIMA, Evelyn Furquim Werneck. **Avenida Presidente Vargas: uma drástica cirurgia**. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, 1990.
- LOWENTHAL, David. “Stewarding the Past in a Perplexing Present”. In: AVRAMI, Erica; MASON, Randall e DE LA TORRE, Marta (Orgs.). **Values and Heritage Conservation: Research Report**. Los Angeles: The Getty Conservation Institute, 2000.
- SECCHI, Bernardo. **Primeira lição de urbanismo**. São Paulo: Perspectiva, 2006.
- SITTE, Camillo. “City Planning According to Artistic Principles”. In COLLINS, George e COLLINS, Christiane Crasemann. **Camillo Sitte: The Birth of Modern City Planning**. Mineola: Dover Publications, 2006.

Recebido em 29/03/2016

Aprovado em 30/04/2016



Artigos

A Zona Oeste colonial e os mapas de população de 1797: algumas considerações sobre lavradores partidistas e produção agrária de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba no século XVIII

The colonial West Zone and population maps of 1797: some remarks on leasehold farmers and farm production in Jacarepaguá, Campo Grande and Guaratiba in the 18th century

Victor Luiz Alvares Oliveira

Doutorando em História pelo Programa de Pós-Graduação
em História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
victor.alvares@outlook.com

RESUMO: O artigo visa a trabalhar com uma fonte que, a despeito do seu enorme valor, tem tido pouca repercussão na historiografia do Rio de Janeiro colônia: o mapa de população do distrito de Guaratiba de 1797. Por meio dele é possível encontrar dados demográficos e econômicos para uma série de freguesias do entorno da antiga urbe carioca, tornando viável um estudo mais pormenorizado das suas famílias de lavradores partidistas, seus escravos e sua produção. Serão apontadas algumas análises e questões iniciais sobre as freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba e as várias possibilidades de cruzamento de informações do mapa com outros documentos da época.

Palavras-chave: Lavradores; Mapa de População; Freguesias Rurais Coloniais.

ABSTRACT: *The article works with a source that, in spite of its enormous value, has had little repercussion in the historiography of colonial Rio de Janeiro: the 1797 population map of Guaratiba district, which shows demographic and economic data for a series of parishes in the area around the old city of Rio de Janeiro, making for quite detailed study of the leasehold farm families, their slaves and their output. Preliminary analyses and issues will be raised as to the parishes of Jacarepaguá, Campo Grande and Guaratiba and the various possible manners of correlating information from the map with other documents from the same period.*

Keywords: Leasehold farmers; Population Map; Colonial Rural Parishes.

N a década de 1930, quando Magalhães Correia escrevia nos jornais uma série de artigos sobre as tradições e a exuberante natureza que existia em lugares como Jacarepaguá, Guaratiba e Camorim, entre outros, era difícil acreditar que aquelas partes também integravam a capital federal de então, com a sua agitada vida urbana cercada por prédios e cortada por avenidas. Afinal, por meio dos escritos de Magalhães Correia, o Rio de Janeiro saído da *belle époque* descobria uma face menos celebrada da sua identidade: uma terra onde pessoas ainda podiam caçar para se alimentar, onde animais selvagens viviam livremente em meio a matas e lagos, ou que ainda era possível encontrar casas, fazendas e capelas da época colonial (CORREIA, 1936). Mais recentemente, em outubro de 2015, em matéria assinada por Caio Barretto Briso em *O Globo*, o sertão voltou a figurar nas páginas dos jornais com a visita de um grupo de jornalistas ao mundo particular dos agricultores que vivem no que é o “resquício do sertão carioca” nas serras de Campo Grande. A pequena comunidade do local ainda hoje vive plantando e vendendo produtos agrícolas como a banana, atividade de tal importância que um dos moradores – chamado Claudino Avelino da Costa e apelidado de “bichinho” – chega a afirmar para o jornalista que “a gente sem a banana não é nada nessa terra” (BRISO, 2015).

As comunidades agrícolas do sertão carioca despertaram muitas vezes a atenção justamente por apresentarem um modo de vida contrastante com a cidade da qual fazem parte. Nos dois casos já referidos, a curiosidade dos jornalistas e cronistas nos tem brindado com informações sobre as atividades da população do sertão nos séculos XX e XXI. No entanto, quanto mais retrocedemos no tempo, mais turvo fica o nosso conhecimento sobre elas, em grande parte dada a escassez de documentos que possibilitem conhecer melhor as comunidades agrícolas do passado. Nesse sentido, este artigo tem o intuito de apresentar alguns dados iniciais e primeiras impressões sobre os pequenos produtores rurais, especialmente os lavradores partidistas¹, que viviam no Distrito de Guaratiba, região que fazia parte do antigo “sertão carioca” e englobava as freguesias de Jacarepaguá, Campo Grande, Guaratiba, Iguaçu, Jacutinga, Marapicu e Itaguaí no final do século XVIII.

O passado colonial de algumas dessas freguesias já foi alvo de estudos que se tornaram importantes obras a respeito dessas localidades, como *Sesmarias de Jacarepaguá*, de Raul Telles Rudge, ou *Rumo ao Campo Grande por Trilhas e Caminhos*, de José Nazareth de Souza Fróes e Odaléa Ranauro Ensenat Gelabert. Percebe-se nesses estudos uma grande preocupação em levantar documentos para a história das respectivas freguesias, o que acabou por fazer com que o foco da análise ficasse muito centralizado nos engenhos, nas fazendas ou nos grandes proprietários da região, visto que a documentação reunida por esses autores na maioria das vezes está mais relacionada com os engenhos ou com as famílias de maior poder local (RUDGE, 1983; FRÓES E GELABERT, 2004). Além de alguns desses trabalhos pioneiros, recentemente a pesquisa universitária tem desvendado vários aspectos da história da região. Os temas são variados, como as questões envolvendo a posse, a ocupação e o

conflito pelas terras (PEDROZA, 2011; MOTA, 2009), sobre a sua população escrava e mestiça, especialmente nas relações que construíram entre si ou com outros estratos sociais (FRAGOSO, 2014; TOSTES, 2012), ou então sobre famílias de elite e a forma como elas se organizaram para manter os engenhos e as fazendas da região (RODRIGUES, 2013; OLIVEIRA, 2014). Inclui-se ainda o trabalho de fôlego empreendido por Maurício de Almeida Abreu sobre o Rio de Janeiro colonial, que versou, entre tantas outras coisas, sobre os partidistas e demais pequenos lavradores do distante século XVII (ABREU, 2010). Estes, assim como outros trabalhos, têm contribuído para se perceber a enorme complexidade da população do meio rural, ou seja, eles têm ajudado a pintar um quadro mais diverso desse espaço, que passa a ser cada vez mais povoado por famílias de lavradores pobres, por escravos e por mestiços, ao lado dos grupos de elite ou latifundiários, formando, assim, uma pintura repleta de negociações, violência, acordos e conflitos entre as partes.

Apesar disso, os engenhos e outras unidades latifundiárias de produção continuam sendo os protagonistas quando se foca na região rural do Rio de Janeiro, especialmente quando se trata de questões produtivas e relacionadas ao trabalho. Não é para menos; afinal, é muito mais fácil analisar as implicações da produção de uma fábrica de açúcar – que geralmente é mais bem documentada – do que o da pequena lavoura familiar, fosse ela voltada para uma economia de abastecimento, de subsistência, ou mesmo vinculada a algum engenho como partidista. Na verdade, o destaque que muitas vezes se deu às unidades de produção latifundiárias foi uma opção historiográfica que via na grande lavoura o elemento fundamental para se entender o passado brasileiro, alijando deste processo o pequeno lavrador por este não ter um papel relevante nos quadros produtivos voltados para o exterior, permanecendo então com uma agricultura de subsistência que era um apêndice da grande lavoura (PRADO JR., 2011, pp.148-149). Foi a partir da emergência de novas interpretações na década de 1970, que enxergaram não só o mercado externo, mas também o mercado interno e as suas múltiplas formações econômicas, que a produção do pequeno lavrador pôde então aparecer de forma mais complexa e problematizada no passado colonial brasileiro. Tais perspectivas foram encabeçadas por Ciro Flamarion Cardoso e Maria Yedda Linhares, e posteriormente resultaram em vários trabalhos de alunos de pós-graduação que desenvolveram estudos sobre o mercado de abastecimento interno e sobre os homens pobres livres, quebrando uma “visão plantacionista” predominante até então na história econômica e social (PEDROZA, 2014, pp. 384-385). Além dessas questões historiográficas levantadas por Manoela Pedroza, que fizeram com que a produção do pequeno lavrador ficasse no limbo até algumas décadas atrás, acredito que, no caso do Rio de Janeiro, existe ainda outro agravante que fez com que este pequeno lavrador fosse pouco estudado: a destruição de boa parte da documentação cartorária da cidade no grande incêndio que ocorreu no arquivo da Câmara Municipal em fins do século XVIII, quando se perderam muitos inventários, testamentos e outros documentos relativos ao período colonial (FAZENDA, 2011). A perda

desses documentos colaborou ainda mais para o esquecimento de alguns grupos e atividades, pois, se para os senhores de engenho ou mesmo para demais atividades produtivas de larga escala podem restar ainda muitas fontes em outros arquivos ou mesmo no exterior, para os pequenos lavradores, de forma contrária, a perda desses documentos parece ser muito mais grave, pois as escrituras públicas da cidade podem ter sido o espaço de memória mais privilegiado por este grupo, onde ele deve ter deixado mais vestígios sobre suas práticas econômicas do que em outros fundos arquivísticos. Por isso, em se tratando do incêndio da Câmara, os maiores prejudicados me parecem ser as gentes da arraia miúda². Mesmo assim, pesquisadores como Antonio Carlos Jucá de Sampaio, Manoela Pedroza e Maurício de Almeida Abreu têm demonstrado que é possível recuperar em parte a vida econômica da pequena lavoura com as fontes cartorárias ou com os inventários que sobreviveram sobre o período colonial, inclusive complementando estas fontes com outros documentos de caráter paroquial ou mantidos por ordens religiosas, como a ordem beneditina do Rio de Janeiro (PEDROZA, 2011; SAMPAIO, 2003; ABREU, 2010).

Durante minha pesquisa para o mestrado, cujo espaço privilegiado fora a freguesia de Jacarepaguá, me deparei com os vários problemas e desafios que a lacuna de documentos sobre a vida econômica da população rural impunha, e foi justamente procurando mais fontes que pudessem contribuir para o meu trabalho que encontrei subitamente um documento ainda muito ignorado pelos historiadores: os mapas de população do distrito de Guaratiba de 1797. Ao mesmo tempo que eu me deparei com este documento no Arquivo Histórico Ultramarino, por meio da digitalização do seu acervo pelo projeto Resgate (http://www.cmd.unb.br/resgate_ahu.php), a historiadora Ana Paula Souza Rodrigues também o localizou e percebeu suas potencialidades (RODRIGUES, 2013). De fato, os mapas de população para a região forneciam informações, que em alguns casos eram *sui generis*, sobre as famílias que ali residiam, especialmente por meio dos dados sobre sua produção, exportação, lucro e quantidade de escravos. No entanto, não serão tratadas neste trabalho todas as freguesias do Distrito de Guaratiba, mas somente as de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, regiões que, reunidas, formariam a “Zona Oeste colonial” do Rio de Janeiro; sobre as freguesias de Piedade de Iguaçu e Jacutinga, remeto o leitor para o trabalho já mencionado de Ana Rodrigues. Desta forma, o que se quer apresentar aqui é um primeiro esboço do universo produtivo dessas freguesias a partir das famílias de partidistas, e não tanto das grandes famílias latifundiárias e proprietárias de engenhos. Assim, se buscará desenvolver algumas questões sobre a produção, a posse de escravos e as condições de vida desses núcleos familiares que muitas vezes são invisíveis ou muito desfigurados por trás dos grandes engenhos e fazendas que pontilhavam o meio rural. Começemos, então, falando um pouco mais sobre os mapas de população.

Os mapas de população no império marítimo português

Os mapas de população consistiam em tabelas ou listas que demonstravam a população de um determinado local (freguesia, vila, cidade, etc) por meio de alguns critérios, como gênero, idade, condição jurídica (se livre, forro ou escravo), entre outros. A maioria dos autores que têm pesquisado essa documentação atesta a sua íntima relação com o poder central do império, ou seja, com a Coroa portuguesa. É a partir dela que são emanadas, desde princípios do século XVIII, ordens para que se estabelecessem contagens da população e confecção de mapas para diferentes partes dos seus domínios ultramarinos, identificando-se, a partir da segunda metade do século XVIII, maior persistência da Coroa em cobrar a elaboração desses documentos de maneira padronizada e mais recorrente (MATOS, 2013, p. 13; MARCÍLIO, 1974, p. 43). O motivo para conhecer a população colonial variou no tempo; no entanto, ele costuma ser entendido como parte da política mercantilista da Coroa, que desejava saber quantos homens havia para organizá-los a partir dos seus interesses econômicos e militares. Eram documentos, portanto, que se inseriam no processo de formação do Estado moderno (MATOS, 2013, p. 8).

Os mapas de população foram elaborados para diferentes partes do Império português, como Goa, na Índia, Luanda, em Angola, nas Ilhas Atlânticas e na América portuguesa. No início não foram respeitadas regras sistemáticas para todos eles, e foi somente a partir de uma ordem real de 21 de maio de 1776 que a Coroa portuguesa estabeleceu uma padronização das informações (especialmente de faixas etárias da população recenseada) e a periodicidade anual da sua elaboração, ordem que deveria ser seguida por vários governadores do Império (MATOS, 2013, p. 13)³. Em se tratando da América portuguesa, já os primeiros mapas de população da década de 1760 tinham objetivos claramente militares: serviam para se conhecer o número de homens de determinadas regiões, suas idades e sua disponibilidade para a formação da defesa local. Além disso, era especialmente importante conhecer a população das fronteiras com a América espanhola, objetivando, assim, salvaguardar os direitos de ocupação da monarquia portuguesa (MARCÍLIO, 1974, p. 47). Outros objetivos surgiram na década de 1790, quando os mapas ganham características econômicas. A ordem régia de 21 de outubro de 1797 requeria, além das informações populacionais, também uma série de informações sobre a vida econômica dos indivíduos, tais como suas ocupações e o seu comércio (importações e exportações). Para a capitania como um todo, também eram requeridas informações econômicas, como quanto havia sido produzido e consumido, além dos preços dos gêneros alimentícios (BACELLAR, 2013, p. 50).

Nem sempre deve ter sido fácil obter as informações requisitadas pela Coroa, e muitas vezes os governadores das capitanias reclamavam dos enormes territórios sob a sua jurisdição de forma a justificarem suas faltas (MARCÍLIO, 1974, p. 48). A própria população levantava suspeitas sobre as listas e não parecia disposta a cooperar por temor, como aponta Carlos

Almeida Bacellar, que o levantamento servisse para recrutar homens para a defesa ou a guerra nas fronteiras da colônia (BACELLAR, 2013, p. 40). O fato de membros das ordenanças locais serem os principais responsáveis por reunir as informações que seriam posteriormente passadas para o governo da capitania deve ter aumentado ainda mais as suspeitas do povo, dificultando a sua cooperação na elaboração dos mapas. Aliás, o procedimento em torno da confecção deste documento é um aspecto que ainda não está devidamente claro para toda a América portuguesa. Paulo Teodoro de Matos, por exemplo, afirma que os párocos e bispos da Igreja católica eram os principais responsáveis pela elaboração das estatísticas e dos dados sobre a quantidade da população, os nascimentos e as mortes. Ao lado deles trabalhavam diversos oficiais das milícias (como capitães de ordenança), corregedores e juízes de fora (MATOS, 2013, p. 14). Já Carlos Bacellar não consegue enxergar essa cooperação entre as esferas eclesiásticas e laicas na confecção dos mapas sobre São Paulo:

A colaboração da Igreja e dos representantes da Justiça Régia não transparece no corpo das listas existentes. Nelas, pelo contrário, o que se percebe é a ação evidente dos homens da Ordenança, observada a hierarquia: cada cabo de esquadra responde pelo levantamento dos domicílios sob sua responsabilidade e leva os dados para o capitão da respectiva companhia de ordenanças. O capitão, ou alguém sob sua ordem, reúne estes dados, organiza a lista nominativa dos habitantes de sua companhia e prepara os mapas de resumo; a seguir, envia, juntamente com os demais capitães de companhia, sua lista e seus mapas ao capitão mor. Este, por sua vez, apenas reúne as diversas listas, prepara os mapas gerais da vila e tudo envia ao capitão general governador da capitania (BACELLAR, 2013, p. 48).

Outra que destaca a participação dos homens da ordenança na elaboração dos mapas é Maria Luiza Marcílio, que fez uma das análises mais profundas sobre os mapas de São Paulo para os séculos XVIII e XIX. Segundo ela, os sargentos das milícias ou os cabos de esquadra das Ordenanças eram os verdadeiros responsáveis por coletar as informações *in loco*, obedecendo às ordens dos governadores da capitania (MARCÍLIO, 1974, p. 49). A maneira como o recenseamento poderia ser feito era variada – a partir de uma visita do recenseador a cada um dos domicílios ou mesmo um encontro anual marcado na igreja matriz ou na Câmara Municipal, com a presença de todos os representantes de domicílios, a fim de fornecerem as informações requeridas (MARCÍLIO, 1974, p. 51). Talvez em outras capitanias o processo tenha sido o mesmo, embora, como o caso de São Paulo seja o mais estudado, fique difícil generalizar estas práticas censitárias para outras capitanias, necessitando ainda de mais pesquisas para se entender o processo de recenseamento da América portuguesa em geral.

Para o Rio de Janeiro do século XVIII, existem algumas tabelas sobre a população e a produção de algumas partes da capitania. Creio que a mais famosa delas seja a relação do marquês de Lavradio ao entregar o governo ao seu sucessor, D. Luiz de Vasconcelos e Souza, em 1779. Nela constam as listas parciais feitas pelos mestres de campo das paróquias que reuniram o número de fogos (domicílios) e engenhos de cada uma delas (não consta,

entretanto, o número de pessoas de cada freguesia). Sobre os engenhos, são dados ainda o número de escravos e a produção de açúcar e aguardente, enquanto a produção de gêneros alimentícios, como farinha, arroz, feijão, entre outros, é fornecida para as freguesias como um todo. Ou seja, a análise produtiva não gira em torno das famílias, só aparecendo a soma final da produção de toda a paróquia (RIHGB, 1913 [1779]). A segunda relação trata do “Mappa geral das cidades, villas e freguezias que formão o corpo interior da capitania do Rio de Janeiro, com declaração do numero de seus templos, fogos, etc”, que consta de memórias públicas por “observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789” (RIHGB, 1884). Embora esse mapa forneça os fogos e a população total (livre e escrava) das freguesias urbanas e rurais, inclusive contando com estas informações sobre as vilas do interior da capitania do Rio de Janeiro, não existem dados mais precisos sobre o modo como o mapa foi feito, assim como não consta qualquer informação de teor econômico sobre as freguesias. Além disso, os somatórios de pessoas que aparecem no mapa não são nem um pouco confiáveis, muitas vezes apresentando números diferentes da soma de homens e mulheres que aparecem no próprio documento.

A fonte com que eu desejo trabalhar neste artigo, o mapa do Distrito de Guaratiba de 1797, seria o terceiro mapa de população sobre o Rio de Janeiro no século XVIII, pelo menos entre os que eu consegui encontrar até o momento. Ele é bem diferente dos dois anteriores, pois não é uma junção de várias relações parciais como a deixada pelo marquês de Lavradio, e também não se restringe aos dados populacionais, como o mapa da “observação curiosa dos annos de 1779 até o de 1789”. A “Descrição do Distrito da Guaratiba da Capitania do Rio de Janeiro”, como consta na capa do documento (AHU, 1797), consiste em uma série de mapas descritivos da população e da economia das freguesias que faziam parte da jurisdição do distrito miliciano de Guaratiba. O recenseador foi o sargento-mor Sebastião José Guerreiro França, que fez o documento a mando do vice-rei conde de Resende. Os mapas fornecem um minucioso retrato das condições familiares e econômicas das freguesias, apresentando o nome dos chefes dos fogos, sua residência, o número de filhos, escravos e agregados, a condição da família quanto à terra (se eram proprietários ou não), quanto produziam, quanto exportavam, quantos animais tinham e o lucro anual do que exportaram.

A julgar pelas datas que estão na capa dos mapas de cada freguesia, o sargento-mor Sebastião José demorou aproximadamente um mês em cada paróquia, começando seu trabalho por Campo Grande em abril e terminando quatro meses depois, quando passou por Itaguaí no mês de agosto. Isto é interessante, porque nesses mapas já existe uma série de dados – especialmente os de cunho econômico – que só seriam cobrados pela Coroa portuguesa seis meses depois, a partir da ordem régia de 21 de outubro de 1797, que requeria mapas sobre a produção e o comércio dos domicílios. Isso leva a pensar que já antes dessa ordem régia devia existir alguma recomendação neste sentido. Se compararmos este mapa de 1797 com outro feito por Manoel Martins do Couto Reis para o Distrito de Campos dos Goytacazes em 1785,

C.º de 1797	Nomes dos Chefes de Famílias	Idade	Sua Residen- cia	Estado	Filhos dos Escravos					Aparelhados					Quil. Fog.											
					Filhos dos		Escravos		Aparelhados		Escravos		Quil. Fog.													
					Maior	Jovem	Maior	Jovem	Maior	Jovem	Maior	Jovem	Maior	Jovem	Maior	Jovem										
1	Leopoldo (Pinto) (Pinto)	68	Engenho de Vigas	Velho																						
2	Ignacio Pereira	20	Vieiras	Velho		2																				
3	Off. Dom. Antonio Salgado	22	Vieiras	Cavaleiro	1	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
4	José Antonio de Almeida	27	Vieiras	Cavaleiro		1																				
5	José (Pinto) da Costa	30	Dito	Cavaleiro																						
6	Antônio José da Costa	36	Dito	Cavaleiro		1																				
7	José Damasceno	25	Dito	Cavaleiro		2																				
8	Leopoldo (Pinto)	70	Dito	Velho																						
9	Domingos (Pinto)	27	Dito	Velho																						
10	Vitorino (Pinto)	20	Dito	Velho																						
11	Francisco Xavier (Pinto)	21	Dito	Cavaleiro																						
12	Antônio (Pinto)	30	Dito	Velho																						
13	Antônio (Pinto)	56	Dito	Cavaleiro	1																					
14	Manoel (Pinto)	45	Dito	Velho																						
15	Brasão de Armas	78	Quil. Fog.	Velho																						
16	José Antonio da Silva	28	Dito	Cavaleiro																						
17	Francisco (Pinto)	37	Dito	Cavaleiro	1																					
18	José (Pinto)	20	Dito	Cavaleiro																						
19	José (Pinto)	32	Dito	Velho																						
20	Moisés (Pinto)	78	Dito	Velho																						
21	Francisco (Pinto)	62	Dito	Velho																						
22	José (Pinto)	23	Dito	Velho																						
23	Antônio (Pinto)	25	Dito	Velho																						
24	Estevão (Pinto)	62	Dito	Cavaleiro		2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
25	Antônio (Pinto)	70	Dito	Velho	2	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1

Figura 01 - Folhas da Descrição do Distrito de Guaratiba de 1797.

veremos muitas semelhanças. Em ambos são assinalados somente os nomes dos chefes dos domicílios, aparecendo também em ambos uma preocupação de levantar a vida econômica dos fogos, com as informações sobre as colheitas anuais e sua produção de algodão (REIS, 2011). Os estilos da apresentação dos dois mapas são, inclusive, muito parecidos, dando mostras de que existia uma preocupação de padronizar algumas informações gerais (como os dados sobre a família e sua ocupação). Pode-se afirmar mesmo que os mapas encontrados até então para o Rio de Janeiro já demonstravam uma preocupação de ordem econômica antes de a ordem régia estabelecer este padrão, especialmente se levarmos em conta os mais completos, como os de Manoel Reis, de 1785, e os de Sebastião José França, de 1797.

Outra semelhança entre os dois mapas é que foram elaborados relatórios sobre os locais recenseados, apresentando uma série de informações qualitativas e descritivas sobre as freguesias, seus engenhos, sua população e seus hábitos, entre outros dados. A descrição do Distrito de Campos dos Goytacazes feita por Manoel Reis se mostrou extremamente rica e interessante, talvez um exemplo único em se tratando da América portuguesa. No caso do Distrito de Guaratiba, só consegui encontrar os mapas das freguesias, mas existe (ou pelo menos existiu) uma relação escrita por Sebastião José França que devia acompanhar os dados dos mapas. Minhas suspeitas sobre isso foram alimentadas inicialmente pelo jornalista Waldemar Costa no seu livro *Imagens de Jacarepaguá*. Com o intuito de reunir algumas fotografias e imagens sobre a região, Waldemar aproveitou também para fazer um pequeno resumo histórico de Jacarepaguá, no qual escreveu que “em documento apresentado ao vice-rei D. José Luis de Castro (1744-1819), conde de Resende, o sargento-mor Sebastião José Guerreiro França narra que, em 1797, a freguesia de Jacarepaguá possuía 252 residências” (COSTA, 1995, p. 7). De início estranhei aquela informação, pois não encontrava respaldo dela em outras fontes ou na bibliografia. Só depois de me deparar com os mapas de 1797 no Arquivo Histórico Ultramarino é que pude constatar que de fato o senhor Waldemar Costa estava correto. No entanto, foi com outro autor que descobri a existência da relação que acompanhava os mapas do Distrito de Guaratiba: Noronha Santos. Quando este escrevia sobre as antigas fazendas de Jacarepaguá, resolveu se alongar sobre o Engenho da Água fazendo a seguinte ressalva:

Noutro documento apresentado ao Vice-Rei Conde de Resende, em 1797, pelo sargento-mor Sebastião José Guerreiro da França, comandante do distrito miliciano de Guaratiba, do qual fazia parte Jacarepaguá, consta o seguinte:

Engenho d'Água – Pertence aos Exmos. Srs. Viscondes de Asseca.

A fábrica mói com água, e é grande, porém, a continuada mudança dos seus administradores, e, talvez, a sua pouca inteligência faz com que os interesses sejam muito rasteiros, à proporção dos muitos que essa belíssima fazenda é susceptível.

O corpo do engenho é formidável e construído por José Roiz Aragão, no tempo em que tinha aforado a dita fazenda; porém, tendo expirado há muitos anos o seu aforamento, ainda a administração a não acabou, nem talvez acabará aquela obra,

que certamente seria uma das melhores desse distrito. As terras são excelentes. Têm boas vargens, bons matos e muita água.

Ao tratar do Oratório do Engenho d'Água, aquele sargento-mor o diz existir sob a invocação de Nossa Senhora da Cabeça: “É forrado e construído de pedra e cal, no ano de 1795, pelo desembargador Antonio Diniz da Cruz e Silva, como juiz privativo da casa dos Exmos. Srs. Viscondes de Asseca” (SANTOS, 1981, p.169).

Infelizmente, o autor não se preocupou neste caso em indicar a origem do documento. Por sorte, em outro dos seus trabalhos ele foi mais específico. Foi o caso do estudo histórico para o tombamento da casa-grande do Engenho da Taquara, também localizado em Jacarepaguá, que consta no arquivo do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Ao elaborar o estudo, Noronha Santos contou novamente com a ajuda do mapa de 1797 para recolher informações sobre o dito engenho, dando como fonte o “relatório apresentado em 1797 ao vice-rei Conde de Resende (documento pertencente ao historiador Alberto Ribeiro Lamego, o erudito autor de *Terra Goitacás*)” (ANS-Iphan, 1945, ver nota 7). Sabe-se que Alberto Lamego foi um grande colecionador de documentos, e também foi proprietário dos mapas de Couto Reis sobre o Distrito dos Campos dos Goytacazes, por isso é bem provável que no seu acervo constasse também a relação do Distrito de Guaratiba⁴.

Como não disponho desse relatório no momento, resta trabalhar somente com os dados dos mapas, o que implica algumas precauções. Dadas as suas características, não seria errado afirmar que os mapas do Distrito de Guaratiba constituem verdadeiros retratos das freguesias tirados em 1797. Quando me refiro a um retrato, quero sublinhar o caráter paralisador que as fotografias exercem sobre as pessoas, momentos e lugares que retratam. Essa analogia é bem conveniente, pois serve de alerta para alguns cuidados na análise do documento: as informações contidas no mapa são específicas para o ano em questão; portanto, é difícil apresentar uma análise em movimento. Por exemplo, o ano de 1797 pode ter sido excepcional para a produção de açúcar das freguesias, conferindo altos lucros para as famílias que se envolveram na sua produção. Porém, o ano anterior poderia ter sido péssimo, assim como o ano seguinte ao de 1797 poderia ter sido muito ruim. Desse modo, talvez tivéssemos uma falsa impressão a partir de dados bem específicos. Ou seja, falta uma *série documental* para fazer conjecturas de curto ou longo prazo mais seguras, uma vez que o ideal seria dispor de mapas da produção e da população para os anos de 1798, 1799 e 1800, entre outros, da mesma forma que acontece no caso de São Paulo (MARCÍLIO, 1974). Outro problema que também se coloca é sobre a confiabilidade das informações que aparecem nos mapas. Como só disponho dos mapas e não tenho como consultar a relação feita juntamente com eles, não sei praticamente nada sobre os problemas e as dificuldades que o próprio Sebastião José Guerreiro pode ter encontrado e porventura declarado sobre a elaboração do documento. Neste sentido, acredito que devo me fiar nas colocações do relatório escrito por Couto Reis, especificamente no ponto levantando pela historiadora Sheila de Castro Faria, que, ao utilizar

as informações dos mapas do Distrito de Campos dos Goytacazes, lembra as dificuldades relatadas pelo próprio autor dos mapas:

E no que respeita aos produtos da sua agricultura [da capitania da Paraíba do Sul] que nas mesmas relações se manifestaram, não servem de exemplo perfeito para se formar uma ideia plena de sua riqueza, mas sim uma noção inferior do que na realidade é. Duas causas nos provam da maior certeza: a primeira porque as colheitas, que indico, são as que restaram, e se aproveitaram da esterilidade, que por motivo da grande seca se experimentou geralmente neste distrito; a maior, certamente, foi no ano de 1783, que se lhe conheceu, de tal sorte, que muitas pessoas nada colheram; a segunda, porque muitos escrupulosos de falar verdade a este respeito, bem pode ser que omitissem mais do que na realidade fosse; assim como a religião de São Bento, que é fama constante possuir mais de 10.000 cabeças de gado vacuum, não quis dizer senão aquilo que se manifesta (REIS, *apud* FARIA, 1998, p. 245).

O ponto levantado por Manoel do Couto Reis é bastante pertinente, visto que a percepção deste recenseador do século XVIII constitui uma relevante consideração que o historiador deve ter ao utilizar os mapas de população, tanto que ela é praticamente a mesma advertência exposta por Maria Luiza Marcílio e Carlos Almeida Prado Bacellar ainda hoje (MARCÍLIO, 1974; BACELLAR, 2013). Certamente as perguntas sobre a quantidade de escravos, de animais, de produção e lucro das residências deveriam levantar suspeitas entre a população, desta vez não tão temerosa de um alistamento militar, mas sim do fisco régio; afinal, conhecer a riqueza material ou produtiva das famílias poderia aumentar a cobiça do poder central e resultar em mais impostos e taxações. Isso ficou mais claro ainda em São Paulo: Bacellar afirma que por muito tempo a pobreza rural paulista teve como base as declarações do patrimônio familiar fornecida nos primeiros mapas da década de 1760. No entanto, trabalhos mais recentes, como o de Maria Aparecida Borregos, vêm provando que houve uma clara subavaliação de alguns patrimônios que as famílias declaravam para as autoridades, especialmente quando se compara o valor dos bens nos inventários da família com os valores declarados por ela para os mapas (BACELLAR, 2013, p. 53). Portanto, parece-me que o mais confiável a fazer é tomar os dados produtivos e da quantidade de escravos como representantes da *potencialidade mínima* daquelas freguesias.

Uma vez vistas as principais características dos mapas de população e mencionados os problemas em torno da sua confecção e do seu uso para a História, abordemos agora as suas potencialidades e as oportunidades que eles abrem para o estudo das famílias de pequenos lavradores do meio rural.

Os lavradores partidistas na Zona Oeste colonial

O lavrador que estou chamando de “partidista” é comumente encontrado no meio rural brasileiro, especialmente nas regiões açucareiras. Partidista é o “lavrador de cana” que aparece em outros trabalhos (SCHWARTZ, 1988, p. 247), porém, como no próprio mapa de

1797 aparece o termo “partidista”, preferi mantê-lo para designar esses lavradores. O regime ou sistema de partido consistia em um contrato firmado entre o senhor de engenho e um indivíduo para a produção de cana. Enquanto o último entrava com o cultivo e a mão de obra, o primeiro fornecia a terra e o processamento da cana pelo engenho. Deste modo, o “partido de cana” ficava ligado a uma fábrica de açúcar da qual ele não poderia se desvincular facilmente, ou seja, o partidista era obrigado a levar suas canas para o engenho do senhor que lhe cedia a terra, sendo uma maneira de incrementar a produção do engenho por meio do parcelamento das responsabilidades, que muitas vezes caíam mais pesadas para o lado dos partidistas (FERLINI, 2003; SCHWARTZ, 1988). A presença do elemento partidista no meio rural brasileiro já foi apontada como uma característica tipicamente portuguesa na produção de açúcar nas Américas, distinguindo os engenhos da parte lusa de outros que existiam nas áreas da América inglesa, espaço onde não surgiu um partilhamento da produção (DUNN, 2000, pp. 64-65). Alguns estudos sobre os engenhos do Nordeste ratificam a importância da produção de cana dos partidos. A historiadora Vera Ferlini cita o seu grande peso no século XVII como parte estrutural da produção açucareira, ponto que será reforçado por Stuart Schwartz ao também estudar os lavradores de cana livres e partidistas (FERLINI, 2003, p. 310; SCHWARTZ, 1988, p. 247). No entanto, o regime do partido ainda apresenta muitas lacunas para outras partes da América, como o Rio de Janeiro do século XVIII. Sobre o século anterior, os pesquisadores Antonio Carlos Jucá de Sampaio e Maurício de Almeida Abreu concordam que o regime de partido carioca serviu primordialmente como uma forma de garantir cana para os engenhos e, desse modo, funcionou como uma forma de dividir os custos da indústria açucareira (SAMPAIO, 2003, pp. 107-108; ABREU, 2010, vol. 2, pp. 106-108). Assim, o regime do Rio de Janeiro se diferenciou daquele encontrado em partes da Bahia, onde, além da obrigação de dar 50% da cana produzida, as famílias partidistas tinham ainda que pagar um foro pela utilização da terra. Dessa forma, enquanto os lavradores do Rio de Janeiro pagavam 50% da sua cana produzida para o senhor de engenho, seus contemporâneos da Bahia pagavam, além desses 50%, mais 1/3 ou 1/4 do açúcar pelo arrendamento da terra, ficando somente com 37,5% ou 16,5%, segundo as contas de Stuart Schwartz (SCHWARTZ, 1988, p. 249)⁵. Portanto, o quesito da divisão produtiva do açúcar – especialmente a divisão dos seus riscos – era muito mais relevante para os senhores de engenho cariocas do que o recolhimento de rendas fundiárias.

O mapa do Distrito de Guaratiba nos permite conhecer um pouco mais sobre os partidistas do Rio de Janeiro. No entanto, antes de nos debruçarmos sobre este grupo, vejamos algumas informações demográficas sobre as freguesias expostas pelos mapas de 1797, de modo a conhecermos a população em geral daquelas partes.

Tabela 1 – Resumo de algumas informações dos mapas do Distrito de Guaratiba, 1797⁶

	Engenhos	Fogos	População	Pop. Livre		Pop. Escrava	
Campo Grande	14	357	3.566	1.562	43,8%	2.004	56,2%
Jacarepaguá	8	249	2.283	987	43,2%	1.296	56,7%
Guaratiba	5	324	3.019	1.338	44,3%	1.681	55,6%
Total	27	930	8.868	3.887	43,8%	4.981	56,1%

A participação dos escravos na população das freguesias era majoritária, ultrapassando sempre os 50% da sua composição. Isso significa que estamos falando de uma população rural que é predominantemente negra ou mestiça. Uma população cativa que, cabe lembrar, se encontra principalmente nas mãos dos senhores de engenho ou de outros proprietários de largo cabedal: em Campo Grande, dos 2.004 escravos, 873 pertenciam a grandes proprietários (43,5% do total); em Jacarepaguá, dos 1.296 escravos, 572 estavam na mesma situação (44,1% do total). Já em Guaratiba, os percentuais são menores, com 17,9% dos cativos vivendo em engenhos ou em terras de ordens religiosas (302 de 1.681).

Se a presença do cativo é marcante naquelas sociedades rurais, cabe outra pergunta também sobre a composição dos domicílios: quantos deles eram lares de cor? Ou seja, chefiados por negros ou mestiços? Nos mapas são contados somente os fogos livres; no entanto, em alguns casos o recenseador mencionou a condição social dos chefes das famílias. Na verdade, esta informação variou bastante, pois nos mapas de Jacarepaguá e de Guaratiba não aparece nenhum chefe de família de cor, enquanto em Campo Grande apareceram 23 fogos liderados por pretos, pretas ou pardos (6,4% do total). Seria possível pensar que os chefes da maioria das famílias recenseadas eram de fato homens ou mulheres sem ligação pregressa com o cativo. No entanto, isto pode se revelar uma perspectiva enganosa. Para elucidar este ponto, é necessário começar a cruzar as informações dos mapas com outros documentos. Num primeiro exercício neste sentido, experimentei cruzar as informações de batismos de homens livres de Jacarepaguá da década de 1790 com as informações do mapa. O processo não é dos mais fáceis, pois, apesar de o mapa oferecer várias informações sobre as famílias, muitas vezes nos registros paroquiais só é possível recuperar o nome dos pais do batizando. Por isso, quando aparece um José Ferreira levando seu filho para batizar, surge invariavelmente a pergunta: será que ele é o mesmo José Ferreira que aparece liderando uma família no mapa? Para diminuir as dúvidas quanto aos homônimos, foi necessário cruzar outras informações além do nome. A questão da moradia foi crucial em alguns casos, pois é uma informação que aparece tanto nos registros de batismo como no mapa. Na verdade, a residência dos pais nem sempre foi assinalada pelos párocos de Jacarepaguá, mas, no caso em que isso aconteceu, foi possível relacionar com mais segurança algumas famílias que apareciam nos batismos com as que apareciam no mapa. Além disso, também foram cruzadas outras informações além da residência, como a situação matrimonial dos indivíduos,

outra informação que aparece nos dois documentos e que pode, em alguns casos, ajudar no relacionamento. Seguindo por este caminho, descobriu-se que, em 31 dos 249 fogos que compunham Jacarepaguá, os chefes foram declarados pelos párocos como pardos, pardas ou crioulos, mesmo que no mapa não lhes fosse atribuída qualquer cor. Isto representa cerca de 12% de todos os domicílios da freguesia, muito provavelmente de famílias que saíram da escravidão e acabaram se tornando pequenos produtores rurais. Possivelmente, muitas outras famílias ainda podem ser identificadas, e também deveriam existir muitas outras que sequer foram contadas nos mapas. Esta mesma questão pode ser colocada para os domicílios partidistas: quantos deles seriam de cor? Mais uma vez utilizando o exemplo de Jacarepaguá, percebe-se que a minoria deles integrava este grupo: dos 31 fogos de cor na paróquia, somente seis eram de pardos ou crioulos partidistas. A maioria dos fogos mestiços era de famílias que pagavam foro pela terra (21), enquanto uma família era proprietária de terras e outras três viviam em terras arrendadas, mas sem pagar foro. Ou seja, cruzando as informações de diferentes documentos, é possível perceber não só o africano ou o mestiço como escravo (algo que já é dado a partir das próprias informações do mapa), mas também os seus representantes que compunham a parte liberta daquela sociedade, mesmo que o documento não ofereça esta informação por conta própria. O cruzamento permite ao pesquisador traçar um perfil econômico (ainda que limitado por um ano) das famílias que saíram do cativeiro, o que pode suscitar questões sobre mobilidade social naquelas sociedades.

Outra questão a se verificar era o peso dos partidistas nas terras dos engenhos em fins do século XVIII. A tabela 2 abaixo nos ajuda a elucidar isso:

Tabela 2 – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

Engenhos	Famílias que pagam foro	Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho	Famílias que são partidistas do engenho	Famílias proprietárias de terras	Total de famílias que residem no engenho e seus arredores
Engenho da Taquara e Engenho Novo da Taquara/Taquara (Jacarepaguá)	4	2	5	1	12
Engenho do Rio Grande/Rio Grande (Jacarepaguá)	33	4	17	6	60
Engenho de Fora (Jacarepaguá)	1	5	8	0	15*
Engenho da Serra (Jacarepaguá)	0	1	2	1	4

Tabela 2 (cont.) – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

Engenhos	Famílias que pagam foro	Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho	Famílias que são partidistas do engenho	Famílias proprietárias de terras	Total de famílias que residem no engenho e seus arredores
Engenho da Taquara e Engenho Novo da Taquara/Taquara (Jacarepaguá)	4	2	5	1	12
Engenho do Rio Grande/Rio Grande (Jacarepaguá)	33	4	17	6	60
Engenho de Fora (Jacarepaguá)	1	5	8	0	15*
Engenho da Serra (Jacarepaguá)	0	1	2	1	4
Engenho da Água (Jacarepaguá)	8	0	5	1	14
Engenho do Camorim / Camorim (Jacarepaguá)	3	0	5	1	9
Engenho da Vargem / Vargem (Jacarepaguá)	4	0	2	1	7
Engenho do Viegas (Campo Grande)	0	0	13	1	14
Engenho do Mendanha (Campo Grande)	0	0	16	1	17
Engenho do Mato da Paciência (Campo Grande)	2	1	0	0	3
Engenho do Cabuçu (Campo Grande)	0	1	4	1	8 *
Engenho do Lamarão (Campo Grande)	0	1	4	4	9
Engenho do Piraquara (Campo Grande)	0	0	4	1	5
Engenho do Bangu (Campo Grande)	0	0	6	1	7
Engenho do Retiro (Campo Grande)	0	0	5	1	6
Engenho de Juari (Campo Grande)	0	3	13	1	18*
Engenho do Inhoaíba (Campo Grande)	6	2	24	5	38*
Engenho das Capoeiras (Campo Grande)	2	0	38	1	41
Engenho dos Coqueiros (Campo Grande)	0	0	9	1	10
Engenho de Fora (Guaratiba)	1	0	1	0	2

Tabela 2 (cont.) – Famílias que vivem nas terras dos engenhos de Jacarepaguá, Campo Grande e Guaratiba, 1797

Engenhos	Famílias que pagam foro	Famílias que não pagam foro, mas vivem em terras do engenho	Famílias que são partidistas do engenho	Famílias proprietárias de terras	Total de famílias que residem no engenho e seus arredores
Engenho do Magarça (Guaratiba)	2	0	6	0	10 *
Engenho da Ilha (Guaratiba)	2	0	9	1	14*
Engenho do Morgado (Guaratiba)	0	0	1	0	1
Engenho Novo (Guaratiba)	0	3	4	0	7

Observações: * Nos engenhos assinalados existem algumas famílias que, embora vivessem nas suas terras ou nas imediações, não consta no documento se são proprietárias das terras, foreiras ou partidistas: 1 no Eng. de Fora; 2 no Eng. do Cabuçu; 1 no Eng. do Juari; 1 no Eng. do Inhoaíba; 2 no Eng. do Magarça; 2 no Eng. da Ilha

Acredito que não só fica evidenciado que as famílias partidistas são praticamente um denominador comum nos engenhos de todas as freguesias, pois marcam presença em todos eles, exceto em um (no Engenho do Mato da Paciência, em Campo Grande), como também fica claro que as famílias partidistas tinham grande importância na paisagem rural dos engenhos, pois em muitos deles a sua presença é dominante, ultrapassando mesmo o número de famílias foreiras residentes. Ou seja, ainda no final da centúria setecentista, os senhores de engenho do que estou chamando de “Zona Oeste colonial” apostavam na tradicional produção do partido para alimentar suas fábricas. Já a importância da cana do partido para a produção do açúcar de cada engenho é uma questão que demandaria outros documentos mais específicos que nem sempre são fáceis de achar. Apesar disso, pude atestar, por meio das contas de inventário do senhor do engenho Rio Grande, em Jacarepaguá, que as canas levadas pelos lavradores eram equivalentes a cerca de 70% do rendimento bruto do açúcar em 1799, evidenciando, assim, a sua grande importância para esta fábrica (OLIVEIRA, 2014).

Se a participação da cana do partido nos engenhos nem sempre é tão clara como no caso que acabei de mencionar, por outro lado os mapas de 1797 permitem melhor visualização da produção das famílias partidistas. Elas existiram em número relevante nas paróquias aqui tratadas; eram 78 em Jacarepaguá (31,3% do total), 210 em Campo Grande (58,8% do total) e 59 em Guaratiba (18,2% do total). A sua pauta de produção e exportação pode ser vista nas tabelas a seguir:

Tabela 3 – Produção e exportação das 78 famílias partidistas de Jacarepaguá em 1797

	Arrobas de açúcar	Pipas de aguardente	Alqueires de farinha	Alqueires de feijão	Alqueires de milho	Alqueires de arroz	Libras de café	Libras de anil
Quanto produz	2.230	0	2.873	375	374	124	180	0
Quanto exporta	2.147	0	165	7	26	43	160	0
% do exportado sobre o produzido	96,28%	0%	5,74%	1,87%	6,95%	34,68%	88,89%	0%

Tabela 4 – Produção e exportação das 210 famílias partidistas de Campo Grande em 1797

	Arrobas de açúcar	Pipas de aguardente	Alqueires de farinha	Alqueires de feijão	Alqueires de milho	Alqueires de arroz	Libras de café	Libras de anil
Quanto produz	3.422	0	3.413	1.087	836,5	408,5	594,5	71
Quanto exporta	3.285	0	140	93,5	79	57	629	55
% do exportado sobre o produzido	96%	0%	4,1%	8,6%	9,4%	13,9%	??%	77,4%

Tabela 5 – Produção e exportação das 59 famílias partidistas de Guaratiba em 1797

	Arrobas de açúcar	Pipas de aguardente	Alqueires de farinha	Alqueires de feijão	Alqueires de milho	Alqueires de arroz	Libras de café	Libras de anil
Quanto produz	1.641	0	2.030	452	173	235	0	75
Quanto exporta	1.623	0	28	49	7	90	0	75
% do exportado sobre o produzido	98,9%	0%	1,38%	10,8%	4,05%	38,3%	0%	100%

Antes de analisar os dados produtivos, cabe lembrar os problemas que a fonte nos coloca. Como não sei de que modo foram recolhidos, se são resultado de uma averiguação rigorosa do recenseador ou mesmo fruto de autodeclaração por parte de cada família, é difícil averiguar sua consistência e fidedignidade; porém, como já havia mencionado antes, dificilmente os lavradores relataram ou tiveram averiguada sua produtividade de bom grado. Portanto, mais do que tratar esses números como representações mínimas de produção, é necessário encará-los como ordens de grandeza que possibilitam identificar lavradores mais produtivos do que outros, ou então lavradores com mais acesso ao trabalhador escravo do que outros, e assim por diante. Outra questão que a fonte nos coloca é sobre o seu entendimento quanto à “exportação”. Cada família aparece com um determinado rendimento – que podia variar desde o branco (o recensador deixou em branco a informação) até rendimentos da ordem dos contos de réis (mais de 1:000\$000) – por meio do que o mapa indica como “Lucro anual do que exporta”. Acredito que o termo exportação neste caso deve ser entendido como “venda para fora da freguesia”, e não, necessariamente, como venda para fora da América portuguesa⁷. Assim, esse lucro com o comércio de gêneros agrícolas podia estar relacionado também com o mercado interno.

Como era de se esperar, a produção de açúcar das famílias partidistas era um dos principais elementos da sua exportação, embora só com os números dos mapas não seja possível afirmar se o açúcar declarado já dizia respeito à parte que cabia ao partidista, descontado o açúcar que ficaria com o senhor de engenho. Outra característica que se encontra em algumas famílias das três paróquias é a baixa exportação de grãos alimentícios; somente os partidistas de Jacarepaguá e Guaratiba incrementaram seu comércio com uma exportação de arroz que ultrapassou 30% da sua produção, muito provavelmente dedicando-se

ao comércio de abastecimento interno, talvez com destino ao mercado da cidade do Rio de Janeiro. No entanto, o que realmente chama a atenção é a tentativa dos partidistas de se tornarem menos dependentes do açúcar e de todos os problemas que poderiam vir da sua relação com o senhor de engenho e sua fábrica. O que parece apontar para isso são os índices de exportação de outros dois produtos que começaram a ter destaque na pauta do comércio atlântico na segunda metade do XVIII: o café e o anil. A princípio, os partidistas não deveriam dividir a produção desses dois gêneros com os senhores de engenho proprietários das terras, ao menos, é claro, que existisse algum acordo entre as partes ou isso estivesse previsto no contrato de partido que por vezes era feito⁸. Portanto, é bem provável que os rendimentos desta produção estivessem mais livres do que os da cana. Os partidistas de Guaratiba exportaram toda a sua produção de anil, enquanto os de Campo Grande exportaram mais de 70% do que produziram. Quanto ao café, os partidistas de Jacarepaguá comercializaram mais de 80% do que colheram. O caso de Campo Grande é ainda mais interessante, pois a exportação dos seus partidistas superou mesmo a quantidade de café que produziram! Antes de ser um erro do recenseador, acredito que isso pode demonstrar alguma dinâmica de produção do café. Foram oito famílias que, em alguns casos, exportaram mais café do que produziram ou que, de forma contrária, sequer exportaram o que produziram. É o caso, por exemplo, da família de José Ferreira (nº 18 no mapa) que produziu só 2,5 libras de café, mas declarou exportar 64 delas. Do mesmo modo, a família de João Freire Alemão (nº 58 no mapa) exportou uma libra de café; no entanto, não declarou produzir uma libra sequer deste produto. Mais do que uma série de erros, isso pode mostrar, na verdade, que havia um comércio de café interno na própria paróquia: enquanto alguns plantavam e vendiam para outras famílias da mesma paróquia, as que compravam, por sua vez, faziam a comercialização final desse café nos mercados internos e, quem sabe, até no mercado atlântico já naquela época. Esta, no entanto, ainda é muito mais uma hipótese a ser comprovada, mas que, não obstante, pode apontar para uma dinâmica produtiva talvez com alguma similitude com o partido de cana, ou seja, uma produção compartilhada que ligava diversas famílias.

A produção variada das famílias partidistas, e especialmente a ênfase de algumas delas em produtos como o café e o anil, evidencia opções econômicas que passavam ao largo do engenho ao qual os partidos estavam umbilicalmente relacionados. No entanto, essas opções pelo café e pelo anil não foram generalizadas entre as famílias partidistas. Das 210 famílias partidistas de Campo Grande, somente 39 apostaram no café (18,5%); em Jacarepaguá, somente uma foi responsável por toda a produção e exportação de café entre os partidistas. Para o anil, o cenário não muda: foram só três partidistas que se envolveram com a sua produção em Campo Grande (1,4%), como também em Guaratiba somente três o fizeram (5%). Portanto, a busca por uma fonte de renda além do açúcar foi uma opção restrita a algumas famílias partidistas; a maioria pareceu contar com o açúcar para garantir a sua renda principal.

Outra questão que marcava a diferença entre as famílias partidistas estava na posse de escravos e na renda. Para trabalhar com estes aspectos, foram elaboradas as tabelas abaixo.

Tabela 6 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 78 famílias partidistas de Jacarepaguá

Número de escravos	Número de famílias partidistas	% das famílias sobre o total	% de escravos sobre o total	% de renda auferida sobre o total
Sem escravos	7	8,97%	0%	2,24%
1	7	8,97%	2,05%	3,69%
2	19	24,36%	11,11%	10,94%
3	7	8,97%	6,14%	5,39%
4	9	11,54%	10,53%	10,52%
5	5	6,41%	7,31%	6,04%
6 – 10	17	21,79%	35,96%	39,61%
11 – 15	6	7,69%	21,35%	18,78%
+ 15	1	1,28%	5,56%	2,8%
Total	78 famílias	100%	100%	100%

Obs: percentuais aproximados.

Tabela 7 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 210 famílias partidistas de Campo Grande

Número de escravos	Número de famílias partidistas	% das famílias sobre o total	% de escravos sobre o total	% de renda auferida sobre o total
Sem escravos	69	32,86%	0%	11,02%
1	34	16,19%	5,67%	7,03%
2	21	10%	7%	4,83%
3	26	12,38%	13%	10,26%
4	16	7,62%	10,67%	6,73%
5	8	3,81%	6,67%	5,45%
6 – 10	24	11,43%	29,67%	21,6%
11 – 15	9	4,29%	18,67%	26,07%
+ 15	3	1,43%	8,67%	7,03%
Total	210 famílias	100%	100%	100%

Obs: percentuais aproximados.

Tabela 8 – Estrutura da posse de escravos e de renda das 59 famílias partidistas de Guaratiba

Número de escravos	Número de famílias partidistas	% das famílias sobre o total	% de escravos sobre o total	% de renda auferida sobre o total
Sem escravos	2	3,39%	0%	1,61%
1	3	5,08%	0,66%	0,91%
2	7	11,86%	3,06%	1,9%
3	12	20,34%	7,86%	8,12%
4	2	3,39%	1,75%	0,48%
5	7	11,86%	7,64%	5,89%
6 – 10	11	18,64%	18,78%	22,35%
11 – 15	10	16,95%	27,29%	35,88%
+ 15	5	8,47%	32,97%	22,86%
Total	59 famílias	100%	100%	100%

Obs: percentuais aproximados.

Embora os partidistas fossem apontados como um grupo que normalmente tinha escravos, e trabalhasse lado a lado com eles na maioria das vezes (ver, por exemplo, as considerações de Schwartz para a Bahia (SCHWARTZ, 1988, p. 260), o quadro que se revela pelos números dos mapas apontam algumas diferenças. O número de famílias partidistas que não tinham escravos era significativo: 78 lares desprovidos de cativos, cerca de 22% de todos os partidistas das três freguesias analisadas. Isto quer dizer que eram lavradores que contavam somente com o trabalho da família para tocar suas roças de cana e de alimentos, representando uma porcentagem expressiva de partidistas bastante pobres. O seu lucro com exportação declarado no mapa, entretanto, variou bastante, desde famílias que não declararam qualquer lucro (totalizando oito, todas elas em Campo Grande) até as que declararam valores que variavam entre 2\$560 e 80\$000 de lucro. Outro ponto interessante é que, em se tratando de Campo Grande, dos 69 partidistas sem escravos, 18 deles (26%) produziam café, além de cana. Ou seja, mesmo sem cativos para auxiliar no trabalho, muitos se esforçaram para dinamizar sua pauta de exportação.

Junto dos que trabalhavam sem escravos, o número de partidistas com até três cativos foi expressivo em todas as freguesias, superando 50% em duas delas. Em Jacarepaguá, 51,27% estavam nesta situação, lucrando cerca de 22% da renda total dos partidistas em 1797. Em Campo Grande eram 71,43% que produziam cana com até três escravos, lucrando 33% do total, e em Guaratiba eram 40,67% de partidistas nestas condições, lucrando míseros 12,54%. A minoria dos partidistas que tinham seis ou mais escravos conseguia a maior parcela de lucro dentro do grupo: em Jacarepaguá, eles concentraram cerca de 61%; em Campo Grande, tiveram cerca de 54%, e em Guaratiba tiveram a acumulação mais expressiva, retirando cerca de 81% de todo o lucro entre os partidistas. Ora, estes números expressam uma desigualdade e uma concentração de renda que não é nenhuma surpresa em se tratando do Brasil, especialmente quando estamos falando de nosso passado colonial. No entanto, esses números adquirem importância por demonstrarem hierarquias e desigualdades econômicas no interior de um mesmo grupo ou categoria social que nem sempre são fáceis de aferir. Além disso, talvez a questão mais relevante que pode ser colocada com os dados enunciados pelas tabelas 6, 7 e 8 não seja propriamente sobre o nivelamento dos partidistas pelo seu lucro anual – informação mais sujeita a variações por ano e, portanto, menos confiável –, mas, sim, como cada uma das famílias se relacionava com o mundo do trabalho. Aqui vemos mais algumas diferenças; afinal, enquanto a maioria das famílias de partidistas provavelmente participava do trabalho na lavoura junto com seus escravos (especialmente as que tinham até três escravos), as outras, que tinham seis ou mais cativos, provavelmente se encontravam fora do universo do trabalho, ocupando-se na organização e administração do trabalho cativo. Isso, por si só, já poderia gerar distinções sociais entre os homens livres das paróquias que eram bem mais perceptíveis do que a questão do rendimento ou a econômica em geral. Nesse caso, poderia haver uma distinção entre as famílias mais diretamente vinculadas ao mundo do

trabalho e o cotidiano dos escravos africanos e pardos, e outras famílias, em menor número, que exibiam uma vida mais ao estilo senhorial de administração do trabalho.

Belo exemplo deste ponto nos mostra o testamento de um partidista. Na verdade, trata-se do testamento de Antônia de Santa Rosa, falecida em Jacarepaguá em 11 de junho de 1756. Antônia, quando fez seu testamento, já era viúva de Carlos Pinto, só lhe restando depois da morte do marido uma filha que já estava casada. Entre suas posses, declarou um partido de canas no engenho do Dr. Antônio Teles de Meneses (provavelmente o engenho da Taquara), com 16 escravos, sendo que apenas um deles era menor (a cabrinha Gertrudes). Como a própria autora do testamento declarou em um trecho, ela não tinha que lidar com seus escravos no partido de canas: “Declaro que ao presente não devo nada a ninguém, senão a meu feitor o que tiver vencido dos seus ordenados” (ACMRJ, 1756, fl. 42). Apresenta-se, portanto, uma partidista que, dado o número elevado de cativos, poderia se dar o privilégio de não trabalhar, acontecendo ainda de ser ela senhora não só de escravos, mas também de livres, pois tinha feitor a quem dar ordens, reproduzindo em pequena escala uma relação senhorial típica dos senhores de engenho. Sua quantidade de escravos lhe permitia marcar sua diferença em relação a outras famílias. Porém, o fator mais decisivo para essa diferença muito provavelmente era a *consequência* de se ter muitos escravos: o ócio que isso proporcionava, o fato de não precisar lidar com a enxada, o modo de vida recolhido e que só permitia contatos com o exterior em ocasiões especiais, como missas, festas paroquiais ou celebrações de batismos, nas quais muito provavelmente a família aparecia com suas melhores roupas. Portanto, apesar de os partidistas terem em comum uma relação com a terra dependente do senhor de engenho, eles ainda assim apresentavam diferenças internas significativas que podiam repercutir em diferentes formas de vivenciar a sua condição de produtores de cana para os engenhos.

Conclusão

Ainda poderiam ser levantadas muitas outras questões sobre os partidistas, mas o limite de espaço me força a encerrar a análise por aqui. O que se observou a partir dos dados sobre este grupo foi principalmente a sua heterogeneidade. Pesquisas como as de Stuart Schwartz e Maurício de Almeida Abreu mostraram os lavradores de cana como um grupo que, apesar de não estar nas mesmas condições de um senhor de engenho, apresentava uma posição econômica e social de destaque no meio rural, especialmente quando se tratava de lavradores de terras próprias. Já os partidistas estariam muito mais sujeitos aos desmandos e acordos com os senhores de engenho que cediam a terra. Entretanto, creio que a análise feita aqui ressalta a complexidade desse grupo, pois alguns partidistas buscaram maior independência do engenho por meio da produção de outros produtos que não o açúcar (e lembremos que, em alguns desses casos, foram os partidistas mais pobres que assim o fizeram). Outra

questão estava nas diferenças econômicas entre os próprios partidistas, o que poderia indicar hierarquias no interior do grupo mediado pela relação mais direta ou não com o trabalho. Estes dados iniciais, entretanto, ainda estão muito secos, estatísticos. É necessário adentrar mais o mundo desses partidistas e das suas relações, o que pode ser conseguido pelo cruzamento de informações dos mapas com outros documentos, como apontei em alguns casos. Assim, talvez seja possível começar a entender as origens das diferenças dentro deste grupo, as trajetórias e opções que conformaram uma família partidista mais rica que outra, ou mesmo que nos ajudem a compreender os processos de mobilidade social de famílias de cor que aparecem como pequenos lavradores.

Finalmente, acredito ter demonstrado que, a partir dos mapas de população dessas freguesias, é possível conhecer com mais detalhes alguns grupos de pequenos lavradores. Cabe ressaltar ainda que o que se fez aqui em relação aos partidistas é perfeitamente possível para outros grupos, como as famílias que arrendavam terras ou mesmo as famílias de pequenos proprietários. Ou seja, é possível delimitar um perfil econômico dessas famílias mesmo com os problemas e limitações que a fonte coloca e que já foram ressaltados, estabelecendo comparações entre elas que podem ajudar a entender algumas opções produtivas das famílias (uma análise neste sentido foi feita sobre Jacarepaguá, ver OLIVEIRA, 2014).

Notas

¹ Lavradores partidistas são lavradores de cana que produziam em terras de engenhos. Em troca da ocupação da terra eles eram obrigados a fornecer canas para os engenhos. Como se verá mais a frente, foram um importante elemento na produção açucareira da América portuguesa.

² Outro espaço de memória importantíssimo das populações rurais são os livros paroquiais e demais fontes relacionadas com a paróquia, através das quais ainda é possível recuperar traços da vida dos fregueses que nelas viviam. Sobre esse aspecto, ver os artigos da coletânea de FRAGOSO; GUEDES; SAMPAIO, 2014.

³ O pesquisador Paulo Teodoro de Matos aponta a existência de vários mapas de população para diversas capitanias da América portuguesa. Ver MATOS, 2013, p. 23-25.

⁴ Os documentos reunidos por Alberto Lamego foram comprados no final da sua vida pelo governo do estado de São Paulo e atualmente são um dos acervos do Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB-USP). Neste acervo existe um documento intitulado “relação das freguesias do bispado da cidade do Rio de Janeiro” de cerca de 1790 que pode ser a relação do Distrito de Guaratiba.

⁵ Essas taxas correspondem ao período áureo da produção canavieira da Bahia em princípios do

século XVII. Com a depressão do açúcar no final desse mesmo século, as taxas podiam baixar até 1/15 da cana. Ver SCHWARTZ, 1988, p. 249-250. Vera Ferlini resalta outros percentuais para o Nordeste, como em Pernambuco, que, por volta de 1700, encontrava-se o pagamento de 5 a 6% proporcionais ao uso da terra. FERLINI, 2003, p. 306.

⁶ Não existe um número total de população no mapa, por isso estes números partem dos somatórios que eu realizei a partir do processamento dos dados no computador. Inicialmente em minha dissertação eu contei 2.224 pessoas para Jacarepaguá, porém depois de refazer os cálculos na tabela cheguei ao número de 2.283 indivíduos. A grande diferença se deu a alguns erros na contagem inicial, mas principalmente porque no início eu havia excluído as 61 filhas da família de Teresa Maximiana (família 85 no mapa) por creditá-las como um erro do autor do documento. Refazendo as contas, eu notei que a coluna onde apareciam as filhas ficava justamente ao lado da coluna dos escravos da família, portanto julguei que houve uma confusão, pois Sebastião da França provavelmente deveria estar se referindo com este número aos escravos da família, situação mais verossímil do que a de 61 filhas. Além disso, a família de Teresa Maximiana era proprietária do engenho da Serra que rendera 4:000\$000 em

1797, justificando a grande presença de escravos. Para a contagem da população foi calculado o número de chefes dos domicílios, acrescentando mais uma pessoa quando eles eram casados, somando-se ainda o número de filhos, escravos e agregados familiares. Cabe ainda um outro adendo importante: estes números que eu encontrei para Jacarepaguá parecem ser bem diferentes dos que o recenseador apresentou no seu relatório. Como já visto, eu não disponho deste relatório, entretanto Noronha Santos ao consultá-lo afirmou que o sargento mor contou 1.905 almas, divididas em 999 brancos (437 homens e 562 mulheres) e 906 escravos (ANS-IPHAN, 1945). Por mais que eu refizesse as contas do mapa ou contasse somente com as pessoas capazes de sacramento (que foram 1.779 nas minhas contas), eu não consegui chegar no total de 1.905 almas exposto pelo relatório. A diferença entre os dados do mapa e os do relatório é um mistério e somente tendo em mãos o último

que será possível ter alguma pista sobre a diferença entre os dois documentos.

⁷ Cheguei a esta conclusão quanto ao termo exportar com base na própria definição de exportação que aparece em dicionários da época e na pauta de exportação das famílias que aparece no mapa. Dado que alguns gêneros agrícolas exportados (como o feijão ou o arroz) não costumam estar entre as exportações tradicionais da capitania do Rio de Janeiro (exportação entendida enquanto comércio para fora da América), provavelmente elas eram voltadas muito mais para o mercado de abastecimento interno. Sobre essa questão ver o primeiro capítulo de OLIVEIRA, 2014.

⁸ Maurício de Almeida Abreu encontrou algumas escrituras de partido de cana para o século XVII. Ver ABREU, 2010, vol.2, p.107.

Fontes

ACMRJ – Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro. *Livro de Óbitos de Livres de Jacarepaguá, 1734 – 1796*. AP-0208. Testamento de Antônia de Santa Rosa, 1756.

AHU – Arquivo Histórico Ultramarino. *Mapas descritivos da população das freguesias de Campo Grande, Jacarepaguá, Guaratiba, Marapicú, Jacutinga, Aguacú e Taguaí do distrito de Guaratiba, capitania do Rio de Janeiro, feitos por ordem do vice-rei do Estado do Brasil, conde de Resende [1797]*. Rio de Janeiro, Caixa 165, Doc. 62. AHU_ACL_CU_017, Cx 163, D. 12203. 1797.

ANS/IPHAN – Arquivo Noronha Santos. *Fazenda da Taquara: casa e capela de Nossa Senhora dos Remédios* (autoria de Noronha Santos). Série Inventário. Notação: I.RJ-053.01. Título do Dossiê: Histórico e descrição do bem. Rio de Janeiro, RJ. 1945.

REIS, Manoel Martins do Couto. *Manuscritos de Manoel Martins do Couto Reis 1785: descrição geográfica, política e cronográfica do Distrito dos Campos dos Goytacazes*. Pesquisa, transcrição e edição de Fabiano Vilaça dos Santos, Carlos Roberto Bastos Freitas e Rafaela Machado Ribeiro; introdução Arthur Soffiati. Campos dos Goytacazes/ Rio de Janeiro: Fundação Cultural Jornalista Owaldo Lima/ Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Relatório do Marquês de Lavradio, parte II. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo LXXVI, parte I, p. 289-360, 1913 [1779].

RIHGB – Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro. Memórias Públicas e Econômicas da Cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro para uso do vice rei Luiz de Vasconcelos por observação curiosa dos anos de 1779 até o de 1789. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*, tomo XLVII, parte I, p. 25-51, 1884.

Referências Bibliográficas

ABREU, Maurício de Almeida. *Geografia Histórica do Rio de Janeiro, 1502 – 1700*. 2 volumes. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial / Prefeitura do Município do Rio de Janeiro, 2010.

BACELLAR, Carlos de Almeida Prado. “Para conhecer os súditos d’El Rey: as listas nominativas de habitantes nas terras do Brasil”. In: *Revista Estudos Amazônicos*, v. IX, nº1, 2013, pp.32-57.

BRISO, Caio Barretto. “O Sertão Carioca”. In: *O Globo*, Rio de Janeiro, 04 out 2015. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/rio/o-sertao-carioca-17660130>>. Acesso em: 06 jan 2016.

CORREIA, Magalhães. *O Sertão Carioca*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1936.

COSTA, Waldemar. *Imagens de Jacarepaguá*. Rio de Janeiro: [s.ed.], 1995.

DUNN, Richard S. **Sugar & Slaves: the rise of the planter class in the English West Indies, 1624-1713**. Williamsburg: University of North Carolina Press, 2000.

FARIA, Sheila de Castro. **A Colônia em Movimento: fortuna e família no cotidiano colonial**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1998.

FAZENDA, José Vieira. "Incêndio da Câmara". In: SOUZA, Ferdinando Bastos de (*in memoriam*); SOUZA, Daniel e WEHLING, Arno (Orgs.). **Antiquilhas e Memórias do Rio de Janeiro**, vol. 1. Rio de Janeiro: Documenta Histórica / IHGB / Light, 2011, pp. 346-351.

FERLINI, Vera. **Terra, Trabalho e Poder: o mundo dos engenhos no Nordeste colonial**. Bauru-SP: EDUSC, 2003.

FRAGOSO, João. "Elite das senzalas e nobreza da terra numa sociedade rural do Antigo Regime nos trópicos: Campo Grande (Rio de Janeiro), 1704 – 1741". In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial** (ca. 1720 – 1821), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 241-306.

FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto e SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de (Orgs.). **Arquivos paroquiais e história social na América lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014.

FRÓES, José Nazareth de Souza e GELABERT, Odaléa Ranauro Ensenat. **Rumo ao Campo Grande: por trilhas e caminhos**. Rio de Janeiro: Gráfica Brunner, 2004.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **Crescimento demográfico e evolução agrária paulista: 1700 – 1836**. São Paulo: Departamento de História da Universidade de São Paulo, 1974 (Tese de Livre Docência).

MATOS, Paulo Teodoro de. "Population Censuses in the Portuguese Empire, 1750 – 1820: research notes". In: **Romanian Journal of Population Studies**, v. VII, nº 1, pp. 5-26, jan-jun, 2013.

MOTA, Maria Sarita Cristina. **Nas Terras de Guaratiba. Uma aproximação histórico-jurídica às definições de posse e propriedade da terra no Brasil entre os séculos XVI – XIX**. Seropédica: Instituto de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2009 (Tese de doutorado).

OLIVEIRA, Victor Luiz Alvares. **Retratos de família: sucessão, terras e ilegitimidade entre a nobreza da terra de Jacarepaguá, séculos XVI – XVIII**. Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2014 (Dissertação de mestrado).

PEDROZA, Manoela. **Engenhocas da Moral: redes de parentela, transmissão de terras e direitos de propriedade na freguesia de Campo Grande (Rio de Janeiro, século XIX)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

_____. "A roça, a farinha e a venda: produção de alimentos, mercado interno e pequenos produtores no Brasil colonial". In: FRAGOSO, João e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Brasil Colonial** (ca. 1720 – 1821), vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014, pp. 381-418.

PRADO JR. Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

RODRIGUES, Ana Paula Souza. **Famílias, casas e engenhos: a preservação do patrimônio no Rio de Janeiro (Piedade do Iguaçu e Jacutinga, século XVII – XVIII)**. Nova Iguaçu: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2013 (Dissertação de mestrado).

RUDGE, Raul Telles. **As Sesmarias de Jacarepaguá**. São Paulo: Livraria Kosmos Editora, 1983.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Na Encruzilhada do Império: hierarquias sociais e conjunturas econômicas no Rio de Janeiro (c.1650-c.1750)**. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2003.

SANTOS, Noronha. **Crônicas da Cidade do Rio de Janeiro**, vol. 1. Rio de Janeiro: Padrão/INELIVRO, 1981.

SCHWARTZ, Stuart. **Segredos Internos: engenhos e escravos na sociedade colonial, 1550-1835**. Tradução Laura Teixeira Motta. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

TOSTES, Ana Paula Cabral. **O lugar social dos homens "pardos" no cenário rural da cidade do Rio de Janeiro (Recôncavo da Guanabara, freguesia de Nossa Senhora do Desterro de Campo Grande, século XVIII)**. Rio de Janeiro: Instituto de História da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2012 (Dissertação de mestrado).

Recebido em 01/06/2015

Aprovado em 30/07/2015

Arremates e impostos: a atuação do Senado da Câmara na economia fluminense (1790-1807)

Auctions and taxes: the role of the City Council Senate in the economy of Rio de Janeiro (1790-1807)

Maria Beatriz Gomes Bellens Porto

Doutoranda em História Social no Programa de Pós-Graduação em
História Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)¹

mbporto@gmail.com

RESUMO: O presente artigo tem sua análise centrada no Senado da Câmara do Rio de Janeiro e na sua atuação na economia fluminense, atentando para seus deveres e privilégios administrativos no período entre 1790-1807. Estudos apontam que o Senado da Câmara fluminense perdeu sua importância em relação ao Império português quando muitos de seus contratos passaram a ser administrados por outras instituições. Objetiva-se pensar se ocorreu de fato uma queda em seu prestígio no final do século XVIII, questionando se, a partir do novo funcionamento da Câmara, houve uma reformulação da *economia do bem comum*, postulada por João Fragoso para o Séiscentos. Assim, trataremos especificamente das arrematações dos talhos e dos impostos do sal e da baleia, a fim de demonstrar como funcionava a administração dos rendimentos e contratos fluminenses, ou seja, entender a economia colonial por meio da perspectiva do Senado da Câmara.

Palavras-chave: Administração colonial; Senado da Câmara do Rio de Janeiro; economia colonial.

ABSTRACT: This article centres on the Senate of the Rio de Janeiro City Council and its role in the economy of Rio de Janeiro, with particular attention to its administrative duties and privileges in the period from 1790 to 1807. Studies indicate that the Senate declined in importance as compared with the Portuguese Empire, as many of its contracts came to be administered by other institutions. The intention is to consider whether in fact its prestige did wane towards the end of the 18th century and to ask whether, under the new Council, there was a reformulation of the 'common-good economy' that João Fragoso postulates existed in the 17th century. It thus addresses specifically the butchers' auctions and the salt and whaling taxes, so as to demonstrate how revenues and contracts were administered in Rio de Janeiro, that is, to understand the colonial economy through the role of the City Council Senate.

Keywords: Colonial Administration; Senate of the Rio de Janeiro City Council; colonial economy.

A proposta do presente artigo é apresentar a atuação do Senado da Câmara na virada do século XVIII para o XIX, analisando seus deveres e funções administrativos relativos à economia fluminense. Destaca-se que o Rio de Janeiro deve ser pensado como *locus* não apenas dos modelos da historiografia clássica de economia escravista colonial, com a hegemonia do trabalho escravo, reproduzido externamente via tráfico atlântico, e a existência de grandes unidades agrícolas e com a produção voltada para o mercado internacional, mas, principalmente, considerando seu mercado interno e suas acumulações endógenas, ou seja, como uma comunidade mercantil existente (FRAGOSO, 1998; PESAVENTO, 2009; SILVA, 2005; FLORENTINO, 1997; CALACANTI, 2004 e BAUSS, 1977).

De acordo com o historiador português Antônio Manuel Hespanha (2001), o Império ultramarino português era formado por uma “estrutura administrativa centrífuga”, na qual o poder da Coroa era formado por uma série de instituições. A falta de uniformidade na experiência colonial fez com que Portugal governasse por intermédio de laços políticos, que variavam de colônia para colônia, mesmo tendo órgãos político-administrativos característicos nas diversas partes do Império.

O próprio Reino não era uma monarquia composta, pois não havia direitos regionais, nem instituições exclusivas das províncias, estando as principais em Lisboa (MONTEIRO, 2006). Já os poderes no ultramar deveriam ter, ao menos na teoria, os mesmos estatutos que os do Reino. Estes se formavam e “tomavam instituições sócio-organizacionais reinóis como referência para a formalização de sua organização social” (FRAGOSO e GOUVÊA, 2010).

Porém, tal realidade não diminui a importância dessas instituições, posto que era nelas que os poderes locais agiam, sendo estes órgãos responsáveis por contribuir para manter a Coroa, o bem comum e o funcionamento da sociedade, fossem eles locais próximos ao Reino, praças fundamentais para o Império ou, levando ao extremo, no ultramar.

Os cargos nas administrações eram fundamentais para a sociedade portuguesa. Após a expansão da colonização e sua reprodução para o ultramar, observa-se o aumento das possibilidades de cada vez mais indivíduos fazerem parte da cultura política do Antigo Regime (BICALHO, 2005)². Com isso, cresciam as chances de servir ao rei, conseguir mercês, obter ofícios que levariam a um alto *status*, honra, prestígio, e que permitiriam a inserção desses sujeitos em redes sociais, a fim de ampliar seus bens materiais e seu poder, fundamentais para uma sociedade do Antigo Regime.

Uma das instituições administrativas que possibilitavam essa representação e a participação política por meio dos valiosos ofícios eram as Câmaras Municipais espalhadas pelo Império português (GOUVÊA, 1998). Charles R. Boxer (1981, p. 305), em estudo clássico, afirma que, entre as instituições características de todas as partes do Império, as mais importantes foram o Senado da Câmara e as irmandades de caridade e confrarias laicas, destacando-se a Santa Casa de Misericórdia. Boxer as define como os pilares gêmeos da sociedade colonial portuguesa.

As Câmaras eram compostas de um juiz-presidente – que podia ser juiz ordinário, caso eleito localmente, ou juiz de fora, nomeado pelo rei –, três vereadores, um procurador, dois a quatro almotacés, um tesoureiro e um escrivão, que era remunerado (ao contrário dos vereadores e almotacés) (BOXER, 1981, p. 10), além dos quadrilheiros, que, de acordo com as Ordenações Filipinas, eram nomeados pelas Câmaras por um período de três anos, e cuja função era cuidar da segurança das localidades (TAVARES, 2011, p. 35). Contudo, os demais *homens bons* exerciam mandato de um ano, a princípio, conforme modelo mais geral de composição.

Em suma, cada Câmara – reinol e ultramarina – tinha uma configuração própria e um equilíbrio historicamente tecido ao longo do tempo e das diferentes conjunturas econômicas, sociais e políticas no amplo espaço geográfico da monarquia portuguesa no Antigo Regime (BICALHO, 2011, p. 193).

Os *homens bons*, segundo Guilherme Pereira das Neves, eram os indivíduos que reuniam condições para pertencer a certo estrato social, o que lhes permitia manifestar suas opiniões e exercer certos cargos dentro da sociedade hierárquica do Antigo Regime. Na América portuguesa, associavam-se aos que podiam participar das governanças municipais, especificamente nos cargos públicos das Câmaras (NEVES, 2000, p. 286). Não poderiam se tornar *homens bons* e, portanto, eram excluídos do processo eleitoral os oficiais mecânicos³, judeus, escravos e libertos. Assim, os *homens bons* representavam a elite de cada localidade.

Na América portuguesa, as Câmaras tratavam das obras públicas, do saneamento básico e das edificações urbanas, da realização de festas religiosas⁴ ou laicas, e dos custos com a defesa – como o fardamento, o sustento e o pagamento de soldos das tropas e guarnições, construção e reparo das fortalezas, arcando com o custeio de naus guarda-costas contra piratas e corsários, e mantendo armadas para situações excepcionais (BICALHO, 2001, p. 199)⁵. Além disso, atuavam nos preços dos produtos e fretes, e no abastecimento da sociedade por meio da almotaçaria, nos pagamentos de impostos, impondo taxas permanentes ou ocasionais e arrendando contratos (BICALHO, 2003, p. 305).

Desta forma, as Câmaras participavam da administração do Império, pois cabia a elas o “pagamento de impostos perenes e temporários lançados pela metrópole em ocasiões especiais, impor taxas ocasionais, arrendar contratos, arrecadar ‘contribuições voluntárias’, etc.” (BICALHO, 2001, p. 199). Isso era feito por meio das arrecadações dos produtos coloniais exportados, importados e arrematados, e também pelas rendas dos moradores, posto que cabia às instituições custear a

(...) obrigatoriedade do fardamento, sustento e pagamento dos soldos das tropas e guarnições, a construção e reparo das fortalezas, aprestos de naus guarda-costas contra piratas e corsários e a manutenção de armadas em situações especiais e em momentos de ameaças concretas, a execução de obras públicas e outros melhoramentos urbanos (BICALHO, 2001, p. 199).

Cabia aos almotacés fazer a ponte entre o dia a dia da sociedade e o que se passava na Câmara. Magnus Pereira (2001) relata que a almotaçaria revela o núcleo profundo daquilo que é entendido como urbano, pois era responsável pelas licenças para a execução de todas as obras públicas, para o funcionamento das casas comerciais e oficinas de artesanato, bem como por verificar se as ruas estavam em ordem, limpas, e se as determinações públicas sanitárias estavam sendo cumpridas (BOXER, 1965. p. 7).

Tiago Enes (2010, p. 56), no caso de Minas Gerais, destaca que a intenção dos administradores era evitar, por intermédio dos almotacés, maiores desconfortos e agitações da população, especialmente no que tangia às questões sanitárias e de abastecimento de água potável. Deviam, ainda, manter a ordem pública e garantir que as casas comerciais e oficinas pagassem os impostos fixados ao Senado, como no sal ou na carne vendida, ou taxas específicas, como a da instalação de toldos contra a chuva.

No Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro encontra-se uma série de documentos para a segunda metade do Setecentos nos quais diversos comerciantes solicitam à Câmara do Rio de Janeiro providências referentes ao saneamento, como também o pedido de mudanças estruturais, como a colocação de panos nas lojas para proteger as mercadorias do sol⁶. Assim, observamos que esta instituição tinha um papel fundamental também no dia a dia da sociedade fluminense.

Além disso, os almotacés verificavam se os pesos e as medidas usados no comércio estavam corretos e se o tabelamento imposto a essa atividade era corretamente aferido, ou seja, eles respondiam pela importante questão do abastecimento da população por produtos coloniais.

Maria de Fátima Gouvêa (s.d.) dividiu as principais áreas de atuação do Senado da Câmara em quatro. A primeira dizia respeito à questão do abastecimento de víveres à população, bem como o estabelecimento de preços, condições de venda e qualidade dos produtos. A segunda, aos conflitos jurisdicionais entre vários órgãos da administração como um todo, explicando, por exemplo, quais seriam as obrigações dos almotacés e do próprio Senado. A terceira, às festas nas datas religiosas e celebrações da Família Real, como um júbilo; e a última tratava das obras públicas e do seu bom andamento.

Uma questão fundamental de atuação econômica do Senado da Câmara era buscar novas formas de obter rendas para o bom funcionamento do bem público, mas também para mostrar os seus próprios serviços ao Império. Fazer a administração camarária funcionar era importante para que o sistema de mercês funcionasse, ou seja, a própria sociedade de Antigo Regime, na qual instituições e pessoas se beneficiavam dos serviços prestados à Coroa.

Os arrendamentos

O sistema de arrematação dos contratos dos direitos régios e camarários era uma tradicional maneira de cobrança de impostos na sociedade portuguesa de Antigo Regime, explicitada pela dificuldade da Coroa em administrar as arrecadações e também na possibilidade de se adiantarem recursos por meio dos pregões públicos, pelos quais se arrematavam os contratos (GOUVÊA, 2002, p. 135).

Os arrendamentos significavam fixar preços e fornecer os produtos, ou seja, garantir o abastecimento da cidade, jurisdição fundamental do Senado da Câmara. Podemos destacar que, no período, os principais itens eram a carne, o trigo e o pão.

Garantir o abastecimento desses itens se constituiu em estratégia de manutenção da ordem social na cidade. Daí a importância da forma como os oficiais da Câmara atuaram no sentido de fixar periodicamente o preço dos produtos, bem como em providenciar o arrendamento de contratos e o fornecimento dos produtos de modo satisfatório (GOUVÊA, s.d.).

A dificuldade de comunicação com o além-mar fazia com que muitas ordens ficassem atrasadas e, devido à urgência dos assuntos, várias questões fossem decididas internamente, enquanto esperavam as decisões reais. É o caso de um requerimento do Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro à rainha D. Maria I, em 1792, solicitando autorização para se continuar a observar o estatuto para a arrecadação do dinheiro público, estabelecido no tempo do governo do vice-rei do Estado do Brasil, marquês de Lavradio⁷.

Alguns pedidos eram feitos diretamente pelos moradores contra a Câmara. Um exemplo é um requerimento de 1791 em que os moradores da cidade do Rio de Janeiro solicitam à rainha que seja cumprida uma provisão de 1765 que obrigava a mesma a ceder pastos e terrenos livres e sem foros para a construção de casas⁸.

Esses impasses impediam o funcionamento da administração colonial, e por isso a representação camarária era tão fundamental nessa lógica colonial ultramarina. Muitas vezes, cabia ao Senado tomar as decisões enquanto aguardava as ordens reais, corroborando o papel fundamental dessa instituição. Um registro de carta do Senado demonstra que o vice-rei, em consequência da falta de mantimentos, em agosto de 1796 deixava por livre arbítrio dos *homens bons* decidir quais seriam os meios mais adequados para melhorar as condições de vida do povo⁹.

Assim sendo, mais uma vez observa-se a importância da almotaçaria na administração camarária, pois cabia a ela fiscalizar todos os mantimentos que eram mandados para fora, ou seja, para as demais regiões da colônia, quando ocorria escassez de produtos na cidade, “proibindo especialmente os vendedores dos armazéns as vendas dos mesmos mantimentos a pessoas suspeitas, fiscalizando pessoalmente estas determinações”, como verificamos numa ata de 18 de março de 1797.

Dessa forma, deveria ser regulado para quem era vendido, evitando possíveis contrabandistas, e também o volume das vendas, até que a agricultura fosse restabelecida e os preços reduzidos, “de sorte que nenhuma pessoa pudesse comprar porções altas¹⁰”, ou seja, evitando que apenas um grupo restrito comprasse o produto, dificultando ainda mais o acesso da população. Assim, o Senado determinou que a farinha, por exemplo, fosse vendida pela terça parte de seu valor original.

Quando ocorria falta de mantimentos, a Coroa podia proibir o envio de produtos para outras regiões da América portuguesa, visando ao bem comum da capitania. Durante a escassez da década de 1790, foi proibida a venda de farinha, feijão e milho, produtos da dieta básica colonial. A ordem do Senado era não deixar que as embarcações seguissem viagem, guardando os gêneros em armazéns, sob a fiscalização dos almotacés e do tesoureiro do Senado, até que a rainha decidisse o que fazer com esses produtos. Uma sumaca que sairia do Rio de Janeiro em 14 de março de 1797 pelos carregadores Custódio Moreira Lírio e Joaquim José Campiani¹¹ foi proibida de seguir seu trajeto até a Bahia. Abaixo, a lista de gêneros carregados:

Tabela 1: Cópia da lista de gêneros de mantimentos carregados na sumaca do Senhor Bom Jesus e N. Senhora das Dores para a cidade da Bahia

Custódio Moreira Lírio	Joaquim José Campiani
198 sacos de farinha	200 sacos de farinha
165 sacos de feijão	150 sacos de farinha
98 sacos de milho	165 sacos de feijão
X	36 sacos de farinha de milho
X	54 sacos de milho

Fonte: AN, Caixa 500, pacote 1 - Vice-Reinado, Senado da Câmara.

Ainda em 1795, percebemos que a falta de trigo, vindo de Portugal (LENHARO, 1992, p. 20), preocupava os camarários, que alegavam não saber as razões para a falta do produto na capitania. Preocupados com o bem público, escrevem à rainha dizendo que

esta falta parecerá mais sensível nos hospitais públicos da Santa Casa de Misericórdia e dos Militares, onde de nenhuma forma pode ser dispensado o pão sem grave opressão dos enfermos, sentem com a mesma igualdade todos os mais do povo que nas suas casas são medicados e os que ainda logram de saúde por ser o trigo um dos gêneros necessários para sustentar a vida¹².

Contudo, o apelo para o bem comum normalmente vinha junto com interesses econômicos e medidas para controlar o que ainda estava na alçada da Câmara: a venda de mercadorias básicas e o abastecimento da cidade, e isso era feito por meio das arrematações.

Georgia Tavares diz que, por meio da documentação sobre este período, percebemos que havia uma preocupação de que o conceito do preço justo fosse aplicado, e indica que

nos contratos de venda das carnes verdes era comum a indicação do preço pelo qual o produto deveria ser vendido, ligado às especificações de peso. Caso houvesse desrespeito a essa norma, o arrematante podia ser autuado e até mesmo perder a licença para a venda (TAVARES, 2011, p. 45).

Assim, um registro do escrivão da Junta da Real Fazenda, João Carlos Correa Lima, ao presidente do Senado da Câmara demonstra que a falta de carne verde¹³ estava prejudicando a sobrevivência do povo, e que havia necessidade de se firmarem contratos para que se ordenassem e se administrassem as atividades econômicas, evitando que fossem remetidos “gados para fora desta cidade”. Pediam que fosse “obrigado a terem guia de esse escrivão nomeado por este Senado”, a fim de evitar erros na contagem do gado, como exagero no número de cabeças. Pediam também editais a respeito desta ordem, com o objetivo de evitar atravessadores¹⁴.

Os pregões relativos ao gado podiam variar, sendo da aferição ou relativos aos produtos das cabeças de gado: as rendas (ou seja, multas) das cabeças ou as dos talhos de açougue.

Após os oficiais e o juiz de fora, presidente do Senado, registrarem em ato de vereanças quais eram as arrematações dos bens do Conselho, era lançada em pregão público, pela representação do porteiro do Senado, a arrematação de cada bem, da aferição e das cabeças de gado.

Em 15 de novembro de 1797, o porteiro Antônio José Coelho lançou a arrematação da renda da aferição, que era o rendimento vindo da almotaçaria, ou seja, o arrematante era responsável pela fiscalização dos pesos e medidas do comércio, “pela quantia de 1.750\$500 em cada ano, por tempo de três anos hão de ter princípio no primeiro de janeiro de 1798 até o último dia de dezembro de 1800, a quantia de 2.000\$00¹⁵” (SOUSA, 2003, p. 209).

Já o pregão da renda das cabeças de gado foi lançado no mesmo dia, para o tempo de três anos, pelo valor de 1.660\$500 em cada ano, dando logo à vista a quantia de dois contos de réis e os demais até o final de fevereiro¹⁶. No contrato da renda das cabeças, cabia ao vencedor do lance arrecadar os impostos de 120 réis (CAMPOS, 2010, p. 128)¹⁷ para custear a organização do comércio das carnes na cidade. O arrematante pagava um valor adiantado, no caso, os dois contos, e mais uma determinada quantia por ano.

O Senado também lucrava com outro contrato relativo ao comércio de carnes, que era a arrematação “de todos os talhos do açougue grande, pequenos e dispersos pela cidade no número de dez, compreendendo desde Nossa Senhora Glória, Mata Cavalos, Lagoa da Sentinela, Campo de Santana, até a Gamboa”, ou seja, a venda das carnes verdes nos açougues públicos. Tavares (2011, p. 60) explica que no Rio de Janeiro havia duas formas de se adquirir carne fresca bovina: pelos açougues denominados públicos e outros que seriam talhos dispersos.

Os açougues públicos subdividiam-se em dois: o açougue grande e o açougue pequeno. Eram, de acordo com os documentos, imóveis onde existiam vários talhos,

um do lado do outro (como boxes) numerados e dispostos ao longo de corredores. Ou seja, dois grandes mercados especializados em apenas um produto.

Já os talhos dispersos ficavam espalhados ao longo da cidade, em bancas de madeira, e podiam comercializar carne bovina ou especificamente de porco e carneiro (TAVARES, 2011, p. 68).

A arrematação dos talhos dispersos também era pelo período de três anos, cabendo ao Senado administrar o imposto de 25 réis por cada libra para o povo, com a obrigação de não deixar que se fechassem alguns talhos de carne, de pagar os subsídios sem atrasos, e, ainda, “se limparem o matadouro a sua conta, ficando sujeitos a pena de direito no caso de faltarem com a carne ao povo¹⁸”.

Avanete Sousa (2003, p. 207) destaca que os contratos dos talhos eram de suma importância para as economias coloniais, pois possibilitavam o entrelaçamento de agentes de diferentes localidades, desde os criadores do gado, nas regiões mais distantes, até grandes comerciantes, fosse no interior das capitânicas ou em redes mais extensas.

No Rio de Janeiro, o fornecimento das carnes verdes estabelecia redes entre grupos da capitania fluminense, das Minas Gerais, de São Paulo e Rio Grande, “articulando uma complexa teia de interesses que abrangia vários pontos de passagem do gado, bem como outras atividades a ele articulado” (GOUVÊA, 2002, p. 135).

Na arrematação lançada no dia 15 de novembro de 1797, os marchantes (donos de talhos na cidade) eram comerciantes de destaque, que iriam dominar a administração desse contrato por muitos anos. Eram eles: Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, Leandro Ribeiro da Silva, Francisco Soares da Fonseca, Antônio Pinto Pereira, João do Rego Estrela, João de Souza Coutinho, José Rodrigues e João Antunes da Silva Guimarães¹⁹.

A quantia arrecadada para este caso era de cinco contos anuais, e o tempo, também de três anos, sendo a parcela referente ao primeiro ano à vista, e as demais, vencidas em quartéis, ou seja, em quatro partes iguais, pagas no início de janeiro e no final dos meses de junho, setembro e novembro. Com esse contrato, o Senado era proibido de conceder mais talhos dentro do distrito a qualquer outra pessoa que não os sócios supracitados ou pessoas indicadas por eles.

Inácio de Azeredo Coutinho foi capitão do Forte da Conceição, da Fortaleza da Praia Vermelha²⁰, em 1799, chegando ao posto de tenente-coronel e esteve no mercado das carnes verdes desde fins do século XVIII, sendo o arrematante deste de 1810 a 1815.

Segundo Pedro Henrique Campos (2010), para o mercado de carnes no período imediatamente posterior (1808-35), os fiadores poderiam ser figuras mais importantes até mesmo que o arrematante. Não conseguimos dados de quando João da Costa começa a ser fiador desses sócios; sabemos que durou pelo menos de 1799 até 1811 para o contrato das cabeças, depois passando a ser seu filho Joaquim José Siqueira. Campos mostra que

esta família de fiadores dominou de 1807 a 1817 a arrematação das cabeças, pois mudava o arrematante, mas não o fiador.

Com dados desde 1797 para a arrematação dos talhos, ponderamos que seus responsáveis correspondiam a um grupo de negociantes administradores dos contratos da Câmara relativos ao abastecimento das carnes, tanto talhos como cabeças, que se mantiveram por 16 anos dominando os contratos. Portanto, não podemos confiar apenas no fiador como a peça-chave, cuja significância superaria o próprio marchante arrematante; afinal, quem lidava diretamente com o Senado eram os marchantes, e não os fiadores, como podemos observar a partir da documentação disponível²¹.

Em 1798, a arrematação do contrato dos talhos da carne para o ano seguinte chegou a 1:520\$000 réis. Esse contrato foi lançado por Antônio Moreira, sendo seus fiadores José Domingues Monteiro e o tenente Joaquim de Souza. A ata lista quais eram os responsáveis por cada freguesia²².

Tabela 2: Lista de responsáveis pelos talhos na capitania do Rio de Janeiro para o ano de 1799.

Freguesia	Responsável	Quantia
Irajá	Bernardino de Senna	16\$000
São Gonçalo	João da Costa Franco	21\$000
Inhaúma	José da Costa Nunes	25\$600
Rua nova do Catete, as valas que se hão de abrir na mesma rua e aterro	José Correia de Melo	70\$480
Rua São José até o canto da Rua d'Ajuda	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	1:600\$000
Rua da cadeia até a vala	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	400\$000
Rua do Ouvidor	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	180\$000
Rua do Rosário	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	180\$000
Rua de trás do hospício	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	200\$000
Rua do Sabão	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	604\$000
Rua de São Pedro	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	168\$000
Rua das Violas	Francisco Xavier de Mattos Pimentel	220\$000

Fonte: AGCRJ-16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808.

Outros nomes apareceriam nesta ata do Senado: o talho de carne de porco ficaria por conta de Teodoro Correia da Cruz, por 1\$280 réis; já Leandro Ribeiro da Silva, que, como vimos, já participava do comércio e nele se manteria por anos, poderia vender por 4:000\$000 réis cada cabeça de gado, quantia significativa, pois com este preço era possível comprar cerca de 15 escravos, assumindo-se aqui que o valor do escravo era o valor básico da economia.

Em 1802, uma nova arrematação das rendas da cabeça foi feita, também pelos mesmos sócios de Inácio Rangel Azeredo Coutinho, mas, desta vez, no nome de Antônio Ribeiro da Silva, também pelo tempo de três anos. A renovação dos contratos indica não só o crescimento do consumo de gado, mas também, como sugere Sousa (2003, p. 208), “um controle

mais intenso da atividade dos marchantes, por parte dos camaristas, no sentido de que os ganhos contratuais condissessem com os lucros reais auferidos pelos rendeiros”. Deve-se a isso o fato de que tal atividade envolvia diversos aspectos da sociedade: as negociações com os vendedores do gado, os marchantes que arrematariam o contrato, e a almotaçaria, que controlava o abastecimento e o preço dos talhos na cidade.

Podemos corroborar essa análise lançando mão de uma solicitação do capitão Inácio Rangel de Azeredo Coutinho e de seus sócios, em 1804, para que ficassem como fornecedores exclusivos e privativos de carnes para o consumo da cidade do Rio de Janeiro, e seu termo, ainda pelo valor de 25 réis o arrátel, mas por 12 anos, período muito longo. Os marchantes indicam que pagariam por este privilégio ao Real Erário de Lisboa e à Câmara do Rio de Janeiro²³.

O vice-rei, visconde de Anadia, após consulta ao Senado da Câmara e à Junta da Real Fazenda, envia a Portugal, em 4 de maio de 1805, um parecer contra o requerimento de Inácio Rangel Azeredo Coutinho²⁴. Por meio desse documento, percebemos a postura do Senado tentando controlar os caminhos da administração de seus contratos, pois, segundo o vice-rei, os oficiais consideravam “prejudicial ao público” a solicitação feita por ele. A primeira razão para isso era o fato de os arrematantes pedirem que se incluísse na quantia de 25 réis o arrátel o preço do *subsídio literário* (SOUSA, 2003, p. 154)²⁵, o que seria dispendioso para o povo, pois aumentaria um valor fixo de muitos anos, ao qual a população já estava acostumada.

A segunda razão era que a arrematação por 12 anos “[resultaria] em escandaloso monopólio, pois não podendo os criadores de gado talhar nos açougues públicos as suas vezes de necessidade as [haveriam] de vender aos contratadores por preço diminuto²⁶”. Ou seja, teriam prejuízo, pois venderiam e comprariam pouco, argumento básico para qualquer produto colonial.

Por fim, os oficiais do Senado alegavam que os senhores de engenhos e lavradores teriam prejuízos ao comprar gados para sua lavoura por preços altos. Desse modo, a solicitação dos arrematantes desobedecia às ordens e informações do Senado da Câmara, que argumentava contra o requerimento, por intermédio dos dois atores mais importantes para esse comércio, já citados acima: os criadores de gado e os compradores, fossem eles grandes senhores de engenhos, lavradores ou o povo de modo geral.

Portanto, o Senado regularizava o açougue público por meio de sua almotaçaria, que também servia de contra-argumento para propostas que não lhe eram favoráveis. Em 1797, o almotacé capitão Joaquim Luís Furtado de Mendonça denunciava aos vereadores que, em visita ao açougue, “não encontrou balança e pesar, além disso, a casa está em estado de ruína e como também a que acha instalada a assistência desta almotaçaria, que também vem de prestar estabelecer-se um açougue, assim o matadouro acha-se em estado lastimoso²⁷”.

Em 19 de fevereiro de 1798, o desembargador, juiz da Coroa e almotacé-mor Antônio Rodrigues Gaioso queixava-se ao Senado da Câmara de

que as arrematações não fiscalizam as acusações como estão sendo persuadidos e que este senado estabeleceu deliberações de fazer arrendar o talho da carne, produzindo graves prejuízos a este povo, pois os monopolistas têm aumentado o preço vendido como determinado que por ido pede providências a respeito e como também não pode atestar qual lei proceder²⁸.

Uma denúncia de abandono dos açougues certamente resultaria em multas contra os marchantes donos dos monopólios. A fiscalização era parte fundamental do trabalho do Senado para que os contratos fossem bem administrados e a cidade abastecida, fazendo com que os vereadores cumprissem com o bem comum, mesmo que não fossem eles mesmos que gerenciassem os contratos. Por meio das arrecadações, segundo Fragoso (1998), “a elite mercantil reafirmava sua hegemonia no mercado, engrenando uma ‘acumulação interna à economia colonial”.

Os impostos: os contratos do sal e da baleia

Cabia à Câmara arrecadar os impostos dos contratos do sal e da baleia. Os contratos régios datam do século XV, em Portugal, quando eram decretados os monopólios do ouro, do marfim, dos escravos africanos e do comércio de especiarias, como sugere Camila Dias (2010).

Assim, os contratos eram feitos em acordo com particulares temporários, variando em prazos e valores, também como uma maneira de suprir a falta de recursos do Reino. Neles, o arrematante tinha liberdade na execução, mas deveria responder pelo seu custo; por isso a maioria dos contratadores eram grandes negociantes.

O contrato do sal na América vem desde a primeira metade do Seiscentos (DIAS, 2010, cap. 2), e era destinado, além de contribuir para o pagamento das tropas pagas, para o presídio militar e a maior parte do pagamento de sua guarnição, pois o restante era incorporado aos rendimentos da Fazenda Real. Assim como no caso dos arrendamentos relativos ao abastecimento da cidade, mesmo não sendo mais função dessa instituição arcar com tais despesas, pode-se observar que, como no século XVII, a Câmara participava desse aspecto da sociedade, o que nos leva a entender que o fato de o contrato não ser administrado diretamente pela Câmara não acarretava sua total perda de poder.

As discussões em torno dos impostos eram uma das ações mais importantes da Câmara na economia, como vemos num registro de carta do vice-rei conde de Resende ao Senado, em 8 de novembro de 1799:

a fim de levar ao conhecimento de todos da Câmara que Sua Majestade deliberou abolir os contratos do sal e pescaria das baleias, as extrações dos impostos do papel sellado e estabelecer o imposto da décima nas casas das manufaturas e bem assim que o produto deste imposto assim a ser (...) ao empréstimo que aqui foi lançado e que as diversas câmaras propunham diversos impostos tais como: escravos de serviço doméstico nas cidades, na fabricação e venda do tabaco, aguardente e vinhos,

açúcares, carnes, em madeiras para construção, como também uma revisão na pauta da alfândega, visto que certos produtos estão pagando menos do que outros, e que façam conhecerem a imensa vantagem que existe para o bem estar da nação, terem suas receitas balançadas²⁹.

Bauss (1977, p. 133) aponta que “os monopólios eram a mais extrema forma de exploração dos portugueses aos brasileiros”. Mesmo considerando a oposição entre portugueses e brasileiros complicada, visto que se tratava do Império Ultramarino português e muitos dos comerciantes que estavam no Rio de Janeiro eram lusos, as observações deste autor sobre lucros são importantes. Os monopólios do sal e da baleia eram os mais volumosos e com preços mais exorbitantes. Os lucros eram altos, justamente por causa dos monopólios a níveis baixos, o que garantia os preços elevados (BAUSS, 1977, p. 133).

O monopólio do sal foi o contrato mais lucrativo no Brasil. Entre 1732 e 1801, seu preço médio era de 720\$00 réis por alqueire na cidade do Rio de Janeiro, sendo 80\$ réis para a Câmara, como contribuição para o pagamento de soldos das tropas remuneradas da cidade³⁰. Na região de Cabo Frio, a produção era limitada às necessidades das áreas próximas, e sua exportação era proibida. Os lavradores e comerciantes portugueses eram os que mais se beneficiavam da exploração, segundo Rudolf Bauss, chegando a produzir 3.300 alqueires de sal em 1797 (BAUSS, 1977, p. 134).

Em 24 de abril de 1801, o monopólio do sal chegaria ao fim mesmo após o ápice do seu contrato, entre 1789 e 1801, pois, segundo Bauss, a Coroa portuguesa percebeu tardiamente que a mineração não poderia continuar como foco de exploração, e, por isso, haveria a necessidade de se estimular a agricultura. Contudo, a necessidade desta abolição já era muito debatida no Senado da Câmara³¹ nos anos anteriores.

Em 1795, a rainha prometeu abolir o monopólio, só dando licença para se construírem salinas nas terras de arrendamentos ou foros quando fossem realmente necessárias, e, mesmo assim, sendo seus responsáveis obrigados a entregar à Fazenda Real metade dos lucros líquidos da atividade, entre outros tributos. O principal objetivo era baixar os preços das mercadorias e permitir a inserção dos colonos nesse comércio, consequentemente aumentando a produção e as possibilidades de negócios dos próprios camarários. O fim efetivo do monopólio elevou os lucros dos produtores; em 1806, as exportações chegariam a aumentar 500% em relação aos últimos 10 anos (BAUSS, 1977, p. 135).

Contudo, abolir um contrato também geraria perda de rendimentos para o Senado. Por isso, mesmo antes do fim, em 1801, os vereadores já buscavam mecanismos para substituir os lucros da Câmara. Ainda em 1797, os camarários discutiam os impostos sobre o tabaco (DIAS, 2010)³² e a necessidade da introdução de mais escravos na cidade. Isso geraria mais custos para o Senado, que os impostos do tabaco não poderiam cobrir. As despesas da instituição só aumentariam, fazendo com que a contribuição para o Erário Real não fosse tão volumosa, e o possível fim do contrato do sal, assim, só pioraria a situação.

Dessa forma, propuseram duas ações para controlar os prejuízos da economia fluminense: recriar um contrato do sal, prevendo os desfalques do fim do monopólio, e “em segundo lugar, resolver que se abonam minas de fumo, manufaturando-se todos os acessórios, pelos quais se cobram direitos módicos, assim o desenvolvimento destas indústrias e que por isso espera zelo desse senado”³³, numa tentativa de fazer com que os produtores diminuíssem seus gastos e, podendo produzir mais, vendessem do mesmo modo em maior quantidade, e o imposto arrecadado sobre o monopólio iria para o Senado.

Na tabela 1, apresentada no início do artigo, os *homens bons* pediam a liberdade do comércio do sal na cidade do Rio de Janeiro. Segundo eles, tratava-se de um clamor público, pois a rainha já tinha prometido abolir o monopólio e indenizar a Fazenda Real dos 48 réis da sua arrematação, e estes contribuiriam com uma “licença para construir salinas nas partes convenientes, ainda tomando terras de arrendamento ou foro, sendo necessário e obrigando-se a entregar na Real Fazenda metade do lucro líquido, além de mais tributos e imposições que se venham a pagar”³⁴.

O vice-rei comenta em 1804, após a liberdade do comércio do sal, que a experiência vinha mostrando que, livre, a exportação deste produto não diminuiu, nem a cidade “sofreu perda em receber esse gênero de primeira necessidade, por isso não haveria a necessidade de se construírem salinas, nem tomar terras e foros para esse fim”, e adverte que, com a liberdade do sal para qualquer vassalo, a Câmara não deveria negociar o gênero, nem tratar mais do assunto, cuidando apenas do bem público e do abastecimento da cidade.

O monopólio da baleia foi firmado em 1615, ainda na União Ibérica, tornando-se um contrato régio que inicialmente era arrendado pelo valor de 600 a 700\$000 por ano. Camila Dias afirma que esses contratos se tornaram mais regulares ao longo do Seiscentos, consolidando-se após a Restauração, durante a crise econômica de meados desse século. No Rio de Janeiro, o primeiro contrato oficial teria sido firmado em 1644. Contudo, segundo Monsenhor Pizarro, a data correta seriam as décadas de 20 e 30 do século XVIII (DIAS, 2010, p. 72).

Os contratos eram de três anos, mas em geral eram estendidos. Nos setecentos, um triênio de contrato representaria 140 baleias capturadas (DIAS, 2010, p. 75). Em 1801, o monopólio das baleias também acabaria, e, de acordo com Bauss (1977, p. 133), não houve nenhuma possibilidade de os portugueses seguirem com esse comércio, devido à alta exploração do seu couro, carne e óleo. A afirmação de Avanete Sousa (2003, pp. 161-162) sobre a atitude dos camarários de Salvador em relação a este comércio também é válida para o Rio de Janeiro:

Atentos para os benefícios que a maior disponibilidade do produto no mercado local ocasionava à população da cidade e seu termo, os vereadores apoiavam e encobriam a prática ilegal da pesca da baleia, produção e venda do óleo, sob a alegação de que agiam em defesa dos moradores, além de insistirem no controle e na regulamentação do preço comercializado na cidade.

Durante a segunda metade do século XVIII, os lucros foram de 1.000\$000 réis por baleia no Rio de Janeiro. Seu óleo era usado no casco de navios, ajudando a impermeabilizá-los, na refinação do enxofre, na preparação de couros e na dissolução de tinturas. Já a carne alimentava os escravos ou era utilizada em navios comerciais; com os ossos e tendões se faziam cordas, e outras partes podiam ser transformadas em cera de vela (BAUSS, 1977, p. 137).

Contudo, mesmo com os esforços dos camarários, seu comércio não se sustentou. Bauss explica que eram três as causas disso: a primeira era o fato de que o próprio monopólio foi um obstáculo para o avanço das técnicas, já que, ao eliminar a concorrência, diminui-se a necessidade de modernização; a segunda se justificava pela matança indiscriminada das baleias incluindo as fêmeas, tendo como consequência a diminuição da reprodução desses animais; e a terceira foi a competição de norte-americanos e britânicos em águas brasileiras, o que forçou a retirada dos portugueses.

Portanto, as principais atividades da Câmara do Rio de Janeiro na área econômica se concentravam na administração dos contratos e dos impostos ligados diretamente ao abastecimento. Segundo Pesavento (2009, p. 158),

Outro aspecto importante é o fato de que as arrematações de contratos, além de serem um investimento de rentabilidade de curto prazo, reforçavam o seu prestígio junto à sociedade local e à Coroa, robustecendo suas redes de atuação, o que permitia a ampliação de seus negócios.

O conceito de *economia do bem comum* revisitado e sua aplicabilidade nesta conjuntura

João Fragoso (2001, p. 47) explica que a formação da primeira elite senhorial fez-se pela ocupação de cargos políticos e administrativos, por alianças matrimoniais ou de compadrio, e na apropriação da riqueza social. Estes mecanismos de acumulação estavam em todo o Império, cujos membros

compartilharam um conjunto de mecanismos econômicos que, *grosso modo*, poderíamos chamar de *economia do bem comum*. Tais mecanismos estiveram presentes nas várias geografias do mar de Camões, independentemente do tipo de estrutura social e econômica local.

A *economia do bem comum* traz em si duas noções. A primeira diz respeito à existência de um mercado imperfeito, ou seja, regulado pela política, cujo funcionamento não dependia somente de pressupostos econômicos, como a oferta e a procura, e preços delas derivados. Assim, a inserção política de cada ator social interferia diretamente em sua atuação econômica.

A segunda noção refere-se à existência de uma hierarquia social excludente, ponto de partida e de chegada da *economia do bem comum*. O pano de fundo desta economia e do mercado imperfeito era a estratificação social do Antigo Regime português, a partir da qual a mobilidade era alcançada por serviços prestados ao rei e à Coroa por intermédio do sistema

de mercês. Embora não se restringissem à alta aristocracia, os benefícios reais dependiam também da qualidade social de quem pretendia ocupar determinado cargo, pois essas posições deveriam ser muito bem administradas, a fim de se assegurarem as redes clientelares e de parentesco (FRAGOSO, 2000, p. 94).

Neste artigo, apontamos a importância dos arrendamentos e contratos, e como, por intermédio deles, o Senado atuava diretamente na economia fluminense. Sousa observa que este sistema foi uma estratégia ibero-americana, uma política fiscal da Coroa para passar a particulares serviços e funções cuja administração direta cabia, teoricamente, ao Reino e a seus vassalos; “por esta prática, os contratadores assumiam a prerrogativa legal e institucionalizada para explorar a produção e o comércio de mercadorias e cobrar direitos e tributos”.

Com isso, os arrematantes e responsáveis pelo monopólio dos produtos coloniais eram como “parceiros da Coroa na empreitada de investir e mesmo executar, em nome do Estado, algumas de suas funções, todas aquelas que requeriam disponibilidade de capitais e estrutura administrativa correspondente” (SOUSA, 2003, p. 397).

Bauss defende que a dificuldade administrativa do Senado estava muito ligada à presença do vice-rei na capitania após a transferência da capital, em 1763, como percebemos em diversas atas, ou seja, havia uma interferência direta do vice-rei nos poderes decisórios do Senado. Com a maior presença de outras instâncias de poder no Rio de Janeiro, as discordâncias sobre o que o vice-rei e os vereadores eram aumentaram, ou, pelo menos, tornaram-se mais nítidas.

Acreditamos que, mesmo perdendo muito dos seus principais contratos no início do Setecentos, sobretudo para a Fazenda Real, a Câmara do Rio de Janeiro continuou vital para a lógica administrativa da colônia na virada do século. Era responsável por administrar impostos e contratos importantes, especialmente os referentes ao abastecimento de carnes, como o talho dos açougues, que, embora com uma crise dos mantimentos, manteve-se com lucro médio.

Além disso, demonstramos que, mesmo não podendo tomar as rédeas de outros contratos também importantes, o Senado continuou a contribuir com os pagamentos à Fazenda Real, por meio de empréstimos ou revertendo parte de suas rendas.

Assim, defendemos que a *economia do bem comum* pode ser aplicada para o Setecentos, a partir da compreensão de que, ao longo do século, os *homens bons* continuaram interferindo diretamente na economia, por meio de sua participação política dentro do Senado ou por relações mais indiretas, como, por exemplo, sendo arrendatários, utilizando o argumento da ação política em prol do *bem comum*, de assegurarem os benefícios do povo, para lucrarem em proveito de suas próprias firmas e famílias.

De fato, em relação ao Seiscentos, houve uma diminuição no alcance e nas possibilidades do funcionamento da *economia do bem comum* pela Câmara. Isso se deu, entre outros fatores, pela perda de contratos do Senado para outras instituições. Como observamos, havia

um constante debate dos *homens bons* com o Reino sobre como substituir essas rendas e equilibrar seus gastos.

Contudo, acreditamos que isso não tenha representado uma perda de prestígio da Câmara nem tenha impedido que ela fosse uma das principais instituições na época da chegada da Família Real e continuasse administrando importantes segmentos da economia colonial (CAMPOS, 2010 e GOUVÊA, 2002). Segundo Rudolf Bauss (1977, p. 122), “a chegada da corte simplesmente encorajou desenvolvimentos que começaram trinta anos antes”, sendo um período de consolidação dos comerciantes portugueses, especialmente após Pombal ter acabado com qualquer possibilidade de avanço de estrangeiros nos negócios, e esses comerciantes, como veremos no próximo capítulo, também eram os oficiais do Senado da Câmara.

Portanto, acreditamos que houve uma adequação no modo de atuar e de buscar participação na economia e no mercado imperfeito, característicos do Antigo Regime e básicos no conceito postulado por Fragoso. Se no século anterior a gama de possibilidades de ação era maior, no Setecentos e no início do Oitocentos, o funcionamento da *economia do bem comum* se deu em esferas mais restritas, mas ainda com a política sendo fundamental nas relações, pois uma das estratégias de solicitar novas formas de arrecadação se dava pela prestação de serviços pelo Senado, fossem eles de cunho econômico, como empréstimos à Real Fazenda, ou mesmo em cumprimento de ordens reais, como a realização de festas em homenagem à Família Real, e também pela constante lembrança de que a capitania do Rio de Janeiro era fundamental nos esquadros do Império, merecendo, assim, total atenção.

Notas

¹ O presente artigo faz parte da pesquisa da dissertação de mestrado “Nobres poderes: a atuação do Senado da Câmara fluminense na economia e os privilégios e deveres dos *Homens Bons* (1790-1807)”, pela Universidade Federal Fluminense, sob orientação da professora doutora Maria Fernanda Bicalho.

² Entendemos cultura política segundo a definição de João Fragoso, como um conjunto de estratégias adotado por um grupo social visando à manutenção e/ou ampliação de sua posição social.

³ Eram considerados mecânicos os sujeitos cujas atividades eram executadas manualmente, como os artesãos ou os trabalhadores rurais.

⁴ As festas organizadas pelo Senado da Câmara do Rio de Janeiro eram: o dia de São Sebastião, padroeiro da cidade; Corpus Christi, Santa Isabel e Anjo Custódio.

⁵ CARTA régia dirigida ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro, na qual se lhe recomenda a cobrança de um donativo com que os moradores daquela cidade deveriam contribuir para as

despesas das forças armadas, a exemplo dos moradores de Lisboa e da Bahia. 16 de outubro de 1647. Coleção Castro Almeida AHU_ACL_CU_017-01, Cx. 4, D. 624.

⁶ AGCRJ, Autos de processos sobre casas comerciais, código 39-4-64.

⁷ REQUERIMENTO do Senado da Câmara da cidade do Rio de Janeiro à rainha D. Maria I, solicitando autorização para se continuar a observar o estatuto para a arrecadação do dinheiro público. [ant. 3 março, 1792]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 143, D. 11152.

⁸ REQUERIMENTO dos moradores da cidade do Rio de Janeiro à rainha D. Maria I, solicitando provisão para poderem obrigar a Câmara a ceder pastos e terrenos livres e sem foros para se edificarem casas. [ant. 20 de junho de 1791]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 141, D. 11057.

⁹ AGCRJ 16-1-4-Senado da Câmara, Extrato de registros 1786-1796. p. 22.

¹⁰ AN, Caixa 500, pacote 1-Vice-Reinado Senado da Câmara.

¹¹ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara.

¹² AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara.

¹³ Carne Verde referia-se a carne fresca, produzida pelo corte de gado criado em pasto.

¹⁴ AGCRJ 16-1-4-Senado da Câmara, Extrato de registros 1786-1796. p. 25.

¹⁵ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara. Segundo Avanete Sousa, o pregão durava em média um mês, quando eram apurados os lances finais e buscava-se a elevação dos preços, com a intervenção do porteiro da Câmara, como observado neste documento.

¹⁶ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara.

¹⁷ Pedro Henrique Campos observa que somente em 1823 a arrecadação dos impostos das rendas das cabeças de gado passaria para os funcionários da Câmara.

¹⁸ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara, 11 de novembro de 1797.

¹⁹ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara, 11 de novembro de 1797. Certidão passada pelo escrivão da Câmara da cidade do Rio de Janeiro, Joaquim José Freire, sobre a arrematação dos açougues grandes, pequenos e talhos dispersos daquela cidade. 8 de março de 1802, AHU_ACL_CU_017, Cx. 199, D. 14082.

²⁰ REQUERIMENTO do capitão do forte da Conceição da fortaleza da Praia Vermelha, Inácio Rangel de Azeredo Coutinho, ao príncipe regente D. João. [ant, 19 de agosto de 1799] AHU_ACL_CU_017, Cx. 173, D. 12799.

²¹ AGCRJ-16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808.

²² AGCRJ-16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808.

²³ REQUERIMENTO de Inácio Rangel de Azeredo Coutinho e seus sócios, por seu procurador Antônio José Ferreira de Abreu, ao príncipe regente [D. João]. [post.1804, setembro, 1]. AHU_ACL_CU_017, Cx. 221, D. 15195.

²⁴ AN- Caixa 494, pacote 01. Correspondências com Portugal. 13 de novembro de 1805.

²⁵ Sousa explica que o *subsídio literário* havia sido criado como provisório, com a expulsão dos Jesuítas por Pombal, a fim de promover e custear minimamente a educação na colônia, antes tarefa dos padres da Companhia. Contudo, o subsídio acabou se prolongando por muitos anos.

²⁶ AN, Caixa 494, pacote 1, correspondências com Portugal.

²⁷ AGCRJ. 16-1-4 – Senado da Câmara, Extrato de registros 1786-1796. 22 de agosto de 1796. p. 23.

²⁸ AGCRJ-16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808. Fundo da Câmara Municipal, série legislativo municipal. 19 de fevereiro de 1798, folha 17.

²⁹ AGCRJ 16-1-4 – Senado da Câmara, Extrato de registros 1786-1796. 8 de novembro de 1799. p. 47.

³⁰ AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara.

³¹ AGCRJ 16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808. 29 de setembro de 1795. p. 9. AGCRJ -16-1-4 – Senado da Câmara, Extrato de registros 1786-1796. AN, Caixa 500, pacote 1- Vice-Reinado Senado da Câmara. OFÍCIO da Câmara do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os serviços prestados pela dita Câmara para com a monarquia portuguesa. 29 de dezembro de 1798. AHU_ACL_CU_017, Cx. 168, D. 12536.

³² O monopólio do tabaco foi criado em 1697, o produto de primeira e segunda qualidade eram comercializados, já o de terceira, utilizado no tráfico como moeda de transação, criado pela Câmara para subsistência dos soldados da praça.

³³ AGCRJ -16-1-6 – Senado da Câmara, contas e rendimentos 1788-1808. 29 de setembro de 1795. p. 9.

³⁴ OFÍCIO da Câmara do Rio de Janeiro ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar] D. Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os serviços prestados pela dita Câmara para com a monarquia portuguesa. 29 de dezembro de 1798. AHU_ACL_CU_017, Cx. 168, D. 12536.

Referências Bibliográficas

BAUSS, Rudolf Willian. **Rio de Janeiro: the Rise of the late colonial Brazil's dominant emporium 1777-1808.** Dissertation of the department of History of Graduate School of Tulane University, 1977.

BICALHO, Maria Fernanda. "As Câmaras Ultramarinas e o governo do Império". In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs). **O Antigo Regime nos trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **A cidade e o Império: O Rio de Janeiro no século XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. "Conquista, mercês e poder local: a nobreza da terra na América portuguesa e a cultura política do Antigo Regime". In: **Almanak brasiliense**, nº5, novembro 2005.

BOXER, Charles. **Portuguese Society in the tropics** - The municipal councils of Goa, Macao, Bahia and Luanda, 1510-1800. Madison and Milwaukee: The University of Wisconsin Press, 1965.

_____. **O Império colonial português - 1415-1825.** Lisboa: Edições 70, 1981.

CAMPOS, Pedro Henrique Pedreira. **Nos caminhos da acumulação: negócios e poder no abastecimento das carnes verdes para a cidade do Rio de Janeiro (1808-1835).** Rio de Janeiro: Alameda, 2010.

CAVALCANTI, Nireu. **O Rio de Janeiro setecentista.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2004.

DIAS, Camila Baptista. **A pesca da baleia no Brasil colonial: contratos e contratadores do Rio de Janeiro no século XVII.** Niterói: Programa de Pós Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010 (Dissertação de mestrado).

ENES, Tiago. **De como administrar cidades e governar impérios: almotaxaria portuguesa, os mineiros e o poder (1745-1808).** Niterói: Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, 2010 (Dissertação de mestrado).

FLORENTINO, Manolo. **Em costas negras: Uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro (século XVIII e XIX).** Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 1997.

FRAGOSO, João. **Homens de Grossa Aventura: Acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro. 1790-1830.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1998.

_____. "A nobreza da República: notas sobre a formação da primeira elite senhorial do Rio de Janeiro (séculos XVI e XVII)". In: *Topoi – Revista de História*. Rio de Janeiro, PPGHIS/UFRJ: Sette Letras, 2000.

_____. e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **Na Trama das Redes: política e negócios no Império Português, séculos XVI-XVIII.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. Introdução.

GOUVÊA, Maria de Fátima. "Redes de Poder na América Portuguesa - O Caso dos Homens Bons do Rio de Janeiro, ca. 1790-1822". In: **Revista Brasileira História**, São Paulo, vol.18, n 36, 1988.

_____. "Poder, autoridade e o Senado da Câmara do Rio de Janeiro ca. 1780-1820". In: **Tempo - Revista do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense**. Rio de Janeiro: UFF/ Sette letras, vol 7, nº 13, 2002.

_____. **O Senado da Câmara e a transferência da Família Real portuguesa para o Brasil: perspectivas de estudos e um índice temático de fontes do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, 1786-1822, [s.d.].** Artigo inédito.

HESPANHA, António Manuel. "A constituição do império português". Revisão de alguns enviesamentos correntes. In: FRAGOSO, João; BICALHO, Maria Fernanda e GOUVÊA, Maria de Fátima (Orgs.). **O Antigo Regime nos trópicos: dinâmica imperial portuguesa (séculos XVI-XVIII).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001. pp. 163-168.

LENHARO, Alcir. **As tropas da moderação** O abastecimento da Corte na formação política do Brasil: 1808-1842. 2ª ed. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro. Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes. Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural / Divisão de Editoração, vol. 25, Coleção Biblioteca Carioca, 1992.

MONTEIRO, Nuno Gonçalo F. **D. José I, na sombra de Pombal.** Lisboa: Círculo de Leitores / Coleção Reis de Portugal, 2006.

NEVES, Guilherme Pereira das. "Homens bons". In: VAINFAS, Ronaldo (Dir.). **Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808).** Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

PEREIRA, Magnus Roberto de Mello. "Almuthasabib - considerações sobre o direito de almotaxaria nas cidades de Portugal e suas colônias". In: **Revista Brasileira de História** - Órgão oficial da Associação Nacional de História. São Paulo, ANPUH / Humanitas Publicações V.21, nº 42, 2001. p.365-395.

PESAVENTO, Fabio. **Um pouco antes da Corte: a economia do Rio de Janeiro na segunda metade do setecentos.** Niterói: Pós-Graduação em Ciências Econômicas da Universidade Federal Fluminense, 2009 (Tese de doutorado).

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **Ser nobre na Colônia**. São Paulo: Editora da Unesp, 2005.

SOUSA, Avanete Pereira. **Poder Local, cidades e atividades econômicas** (Bahia, século XVIII). São Paulo: Universidade Federal de São Paulo, 2003 (Tese de doutorado).

TAVARES, Georgia da Costa. **A atuação dos marchantes no Rio de Janeiro colonial**. Estratégias de mercado e redes de sociabilidade no comércio de abastecimento de carne verde. 1763-1808. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em História Social. Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2011 (Dissertação de mestrado).

Recebido em 01/06/2015

Aprovado em 26/07/2015



O choro carioca do gramofone ao tocante: relação e diferenças nas formas de produção e divulgação da música popular urbana entre as esferas erudita e popular da cidade do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro choro – from gramophone to musicians: relations and differences between how urban popular music is produced and spread in erudite and popular circles in Rio de Janeiro city

Leonardo Santana da Silva

Doutor em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ),
Professor e coordenador do Curso de História do Centro Universitário Augusto Motta (UNISUAM)
e Bolsista-pesquisador da Fundação Biblioteca Nacional (FBN)
leonardocello@yahoo.com.br

RESUMO: Este artigo tem como finalidade uma análise comparativa sobre a relação e as diferenças nas formas de produção e divulgação da música popular urbana entre as esferas erudita e popular. Esta abordagem específica se desenvolve a partir de uma análise da escrita do choro, no tocante aos processos de edição, consumo e venda de partituras. Neste sentido, buscamos elencar os aspectos comparativos entre a expressão artística musical e o seu espaço de possibilidades sociodemocratizante. Ao considerarmos o choro como prática musical e espaço de sociabilidade, seguramente será possível perceber que esses fatores foram contribuições significativas para o próprio processo de consolidação desse gênero musical.

Palavras-chave: Choro carioca; Circularização sociocultural; Democratização musical.

ABSTRACT: This article offers a comparative analysis of the relations and differences between how urban popular music is produced and spread in erudite and popular circles. This specific approach was developed from an analysis of the processes of the publication, consumption and sale of written scores of choro music in an endeavour to identify comparative aspects of the relations between the music as artistic expression and its potential scope for producing social and democratising effects. Considering choro as a musical practice and a space for sociability, it will surely be possible to perceive that these factors made significant contributions to the very process of establishing this musical genre.

Keywords: Rio de Janeiro Choro; Circular Sociocultural Change; Musical Democratisation.

Introdução

Se pararmos para refletir sobre a história da trajetória musical do Rio de Janeiro, perceberemos que esta se confunde com um profundo contexto sociocultural polifônico narrado pelos grandes memorialistas, literatos, artistas, cronistas, juristas, poetas, críticos musicais, jornalistas e os próprios músicos como personagens principais deste enredo histórico original. Os escritos e os testemunhos de Machado de Assis, Lima Barreto, João do Rio, Joaquim Manoel de Macedo, Jota Efegê, Luiz Edmundo, Alexandre Gonçalves Pinto, Mário de Andrade, Villa-Lobos, Pixinguinha, Joaquim Callado, Chiquinha Gonzaga, Anacleto de Medeiros – entre inúmeros outros personagens – estão aí para retratar e reafirmar com toda legitimidade que a história carioca sempre foi e continua sendo uma história com sonoridade musical.

Longe de qualquer pretensão de nossa parte traçar aqui um perfil de construção literária quase arqueológico, no sentido de uma recuperação voltada para toda uma produção literária que verse sobre a polifônica cidade do Rio de Janeiro retratada em obras das personalidades que acabamos de citar. O fato é que, de acordo com essa bibliografia existente, a cidade do Rio de Janeiro, desde fins do século XIX, já era mesmo um lugar de tamanha efervescência cultural, transpirando sonoridades diversas que já faziam parte costumeira desta metrópole cosmopolita.

Os diferentes espaços de sociabilidade, guardando consigo, consequentemente, as diversas práticas musicais, podem ser bem perceptíveis por meio das rodas de choro, das modinhas, dos lundus, dos maxixes, das serestas de violões, das bandas de música civil e militares, das polcas, dos batuques, dos teatros, das óperas e das festas religiosas, tanto das igrejas quanto dos terreiros de candomblé. Enfim, não importa se era em becos e vielas, ruas e salões, morro e asfalto, casarões ou casebres; o que parece mesmo é que esses diversos sons ecoavam em todos os espaços da cidade.

O mais interessante disso tudo é que a música presente no cotidiano da sociedade carioca desempenhava um papel fundamental para unir as diferentes classes. Em cada espaço social eram visíveis as variadas formas de se realizar, escutar e difundir a prática musical. No entanto, essa peculiaridade de consumir, ouvir, fazer e propagar a música não criou – ou, pelo menos, não perpetuou um espaço segmentado. Ao contrário, as múltiplas trocas, fossem elas culturais, sociais ou econômicas, permitiram que as práticas musicais proporcionassem um diálogo entre os diferentes espaços de sociabilidade, estabelecendo, portanto, um laço de aproximações e apropriações mútuas a partir de possíveis e novas significações.

Trazendo para o centro da discussão o caso específico da música popular, esta, por sua vez, sempre manteve um papel importante e decisivo para a construção de um espaço multicultural de diálogo, privilegiando, por conseguinte, um espaço de discussão aprofundado, cujo tema versa sobre a problemática da desigualdade e as possibilidades de

igualdade sociocultural por meio da prática musical. Sua principal capacidade, então, é de instituir identidades culturais a partir das populações e comunidades, fortalecendo assim a ideia de memória coletiva sociomusical.

A música como fator cultural está inserida em um contexto no qual dialoga diretamente com outras dimensões da sociedade, como, por exemplo, os âmbitos político, social, econômico e material. É neste cenário de diálogo entre os diversos setores da sociedade que podemos perceber uma movimentação complexa e efetiva da música popular. No tocante à música popular brasileira, na maioria dos casos seu histórico demonstra que ela sempre busca desempenhar um papel contundente no processo de integração e desagregação dos agentes socioculturais, tendo em vista que a música popular, de modo geral, tem a capacidade de sincretizar não apenas ritmos, melodias, harmonias ou quaisquer outros elementos artísticos, mas, sobretudo, movimentar dinamicamente espaços considerados opostos: erudito e popular; elite e camadas baixas; alta cultura e baixa cultura.

Reunindo todas essas questões em seu universo criativo, a música popular brasileira, representada por seus diversos ritmos e gêneros musicais, visa a solucionar essas diferenças, com o intuito de romper as barreiras do preconceito e da exclusão social, atravessando as fronteiras desses diferentes espaços de diversidades. Como bem sugere o tema principal deste capítulo, veremos a seguir a relação e as diferenças nas formas de produção e divulgação da música popular urbana entre as esferas erudita e popular. Nesta perspectiva, passaremos a abordar, já no próximo item, algumas questões que envolvem o processo contextual de construção e consolidação do mercado musical no Rio de Janeiro por meio da impressão e venda de partituras musicais.

Impressão, consumo e venda de partituras na urbe carioca

A escrita do choro por meio dos processos de edição, consumo e venda de partituras demonstrava que, tanto na sociedade imperial quanto no início da República, havia um mercado muito vasto de produção e consumo de partituras, devido a um número maior de diletantes que tocavam músicas, de modo que esta seria a possibilidade de levar música para as famílias burguesas numa época em que a tecnologia fonográfica ainda não estava estabelecida. Partindo desta premissa, convido o leitor a se transportar para o contexto histórico referente ao surgimento do processo de impressão, consumo e venda de partituras na cidade do Rio de Janeiro.

O processo de construção que, consequentemente, culminou na consolidação de um mercado musical mediante a (implantação) adoção das técnicas de impressão de partituras musicais na cidade imperial do Rio de Janeiro mostrou-se um significativo veículo de difusão e mediação cultural. Neste sentido, os vários estilos e gêneros musicais, que logo se consagrariam, abririam novos caminhos para a formação de diversos gostos musicais,

além de vislumbrar inicialmente um mercado muito vasto de produção e consumo de partituras.

A partir daí, inúmeras foram as impressões feitas no Brasil. Ao longo do século XIX e durante a primeira metade do século XX, houve uma grande concentração daqueles que se dedicaram às edições de partituras da música popular. Entretanto, isso só foi possível graças a um momento histórico que a cidade do Rio de Janeiro vivenciou. A chegada da Família Real portuguesa, junto com sua Corte, contribuiu para que a cidade se tornasse sede do governo português. Isso significou mudanças estruturais, políticas, econômicas, sociais e culturais.

Entre as inúmeras transformações – já bem conhecidas e muito exploradas por nós, historiadores –, têm-se como consequências da instalação da Corte portuguesa no Rio de Janeiro a criação de alguns ministérios, como o da Marinha, o da Fazenda, o do Interior e o da Guerra. E não para por aí. Surgiram muitas outras instituições, como, por exemplo, o Banco do Brasil, a Junta Geral do Comércio, o Supremo Tribunal, a Academia de Belas-Artes, a Academia Real Militar, a Biblioteca Real e o Jardim Botânico. Todo este aparato estrutural contribuiu para que houvesse maior confluência comercial, o desenvolvimento das camadas sociais heterogêneas e a abertura para uma livre comercialização.

O decreto da abertura dos portos às nações amigas, a autorização para a instalação de indústrias, o que até então era terminantemente proibido por Portugal, e, por fim, o decreto de D. João que permitiu a criação da Imprensa Régia possibilitaram a fundação de uma tipografia brasileira. Segundo a pesquisa de Mônica Neves Leme, “foi essa Tipografia de Silva Serva em Salvador, Bahia, a pioneira, ao imprimir a primeira publicação relacionada à música, totalmente feita no país” (LEME, 2008, p. 8). Conforme a análise de Mônica Leme, fica bem claro que eram as primeiras publicações relacionadas à música, e não a impressão de fato das próprias músicas. De acordo com suas pesquisas, as primeiras músicas impressas propriamente ditas só apareceriam cerca de dez anos depois do surgimento da primeira tipografia no país (LEME, 2008, p. 8).

Essas casas impressoras de partituras musicais foram objeto de estudo em uma pesquisa realizada também pela musicóloga e bibliotecária Mercedes dos Reis Pequeno. A pesquisa, intitulada *Impressão Musical do Brasil*, faz parte de uma série de verbetes que compõem uma obra de fôlego conhecida como *Enciclopédia da Música Brasileira*. Neste trabalho sistematizado por Mercedes dos Reis Pequeno, temos registros históricos relativos a essas casas impressoras de partituras musicais, que podem ser consideradas uma das principais formas e os veículos responsáveis pela difusão da música popular no Brasil ao longo do século XIX até a década de 1930. Visando a uma maior elucidação, recorreremos ao trabalho catalográfico histórico realizado por Mercedes dos Reis Pequeno referente à existência dessas casas impressoras.

É de bom tom esclarecer ao leitor que não sabemos se este levantamento feito por Mercedes dos Reis Pequeno engloba todas as casas impressoras musicais que se estabeleceram

no Brasil dentro do referido recorte cronológico histórico. De qualquer modo, fica esclarecido também ao leitor que concentraremos especificamente nossas referências históricas da existência desses estabelecimentos justamente naquelas casas impressoras que se dedicaram, de alguma forma, à editoração das músicas populares brasileiras. Vejamos então, com atenção, a longa lista com os registros históricos relativos exclusivamente a algumas referências dessas casas impressoras de partituras das músicas populares brasileiras situadas no Rio de Janeiro e que foram catalogadas por Mercedes dos Reis Pequeno:



Em março de 1828, chegou ao Rio de Janeiro o clarinetista João Bartolomeu Klier, natural de Bremen, Alemanha, estabelecendo-se inicialmente como professor de música e, mais tarde, instrumentista da Capela Imperial. Três anos depois, abriu uma loja de música na Rua do Cano, 189, transferindo-se em 1832 para a Rua Detrás do Hospício (hoje Rua Buenos Aires), 95.

A impressão regular de peças musicais no Rio de Janeiro teve início com Pierre Laforge, músico francês estabelecido por volta de 1834 com “estamparia de música” na Rua do Ouvidor, 149, que teria sido o responsável pela gravação das modinhas de Gabriel Fernandes da Trindade para J. B. Klier.

Em 1837 instalou-se na Rua da Cadeia (depois Rua da Assembléia), 89, onde funcionou até 1851, tendo gravado inúmeras peças, em sua maioria de pequeno formato (28 por 18 cm) e sem qualquer capa ou folha de rosto, apenas com as indicações necessárias na cabeça da própria música. Sua produção era constituída principalmente de modinhas, lundus e árias de óperas, de compositores como o padre José Maurício Nunes Garcia, Cândido Inácio da Silva, Gabriel Fernandes da Trindade, Pedro I, Francisco Manuel da Silva, Januário da Silva Arvelos, M. A. de Sousa Queirós, Francisco da Luz Pinto, Joseph Fachinetti, Antônio Tornaghi e outros.

Em 1850, iniciou a publicação de coletâneas para piano e canto, como Delícias da jovem pianista, Recreação da jovem fluminense, Progresso da jovem pianista, Ramalhete dos principiantes, Grinalda da jovem pianista etc.

No ano seguinte, a firma foi comprada por Salmon & Cia. — Sucursal de R. Laforge, mudando-se para a Rua dos Ourives, 60, onde funcionou até 1853. Salmon & Cia., anteriormente instalados na Rua da Assembléia, 86, haviam iniciado a publicação de uma série de seis variações para piano, intitulada Flores guanabarenses (1842-1857).

Em 1856 publicaram Rio de Janeiro — álbum pitoresco musical, com sete peças para piano de compositores brasileiros, impresso “em papel da China”, com litografias e desenhos de Martinet. Um fac-símile desse álbum foi lançado em 1958 pela Livraria Kosmos Editora.

Com a instalação, em 1846, da Casa de Filippone e Cia., Abridores e Impressores, na Rua dos Latoeiros (hoje Rua Gonçalves Dias), 59, no ano seguinte denominada Ed. Filippone e Cia. e por fim Imperial Imprensa de Música de Filippone e Cia., constituiu-se a primeira editora musical da cidade.

Em 1853, mudaram-se para a Rua do Ouvidor, 101, e dois anos mais tarde a firma admitiu como sócio Antônio Tornaghi (Filippone e Tornaghi), conhecido compositor e professor de canto e piano, que chegara ao Brasil em 1841 e do qual o próprio Filippone já publicara várias peças. Até então haviam lançado, entre outras coleções, Melodias celestes (1847), Tesouro da mocidade (1847), As ninfas brasileiras (1848), Pensamentos italianos (1848), Saudades de Bellini (1848), Choix de romances français (1851), Divertimento noturno (1850-1852), Noite do Rio de Janeiro (1850-1852), Saudades de Botafogo (1852), Brincadeira musical (1853), Ilustração musical (1854), Coleção de peças para concertina (1854), Novo álbum de modinhas brasileiras (1853) etc.

Domenico Filippone foi responsável pela editora entre 1873 e 1874; no ano seguinte, seus herdeiros assumiram a direção, e logo depois a firma passava à Viúva Filippone (1875-1884). A editora já não dispunha de oficina própria. Em 1884, o Estabelecimento de Músicas e Águas Minerais da Viúva Filippone & Filha publicava algumas peças de Ernesto Nazareth (Cruz, perigo! Beija-flor, Não me fujas assim), e J. Filippone Ed., Rua Moreira César, 93 (nome da Rua do Ouvidor de 1897 a 1916), publicou ainda alguma música popular.

Tiago Henrique Canongia, com duas gerações de antepassados músicos (pai português e avô catalão), foi professor de música e diretor de orquestra de salão. Em 1866 inaugurou uma loja de pianos e música, Lira d'Apoio, na Rua do Ouvidor, 111, "com distribuição da polca do mesmo nome no recém-aberto estabelecimento". Publicou mais de 400 peças, com chapas numeradas.

Com a morte de Canongia, a firma, em 1872, passou para a Viúva Canongia & Cia. — Estabelecimento de Músicas, Águas Minerais, Roupas etc., no mesmo endereço. Em 1877 transferiu-se para o nº 103 da mesma rua, e em 1881 passava a Viúva Canongia & Filho. Até 1872 publicou Éden musical, Novo álbum de piano e canto e Estrelas de ouro. Pela Viúva Canongia foram editadas Flores brasileiras, Álbum de música de piano, Coleção de tangos e havaneras, etc. Henrique Alves de Mesquita, Joaquim Antônio da Silva Callado, Manuel Joaquim Maria, Aníbal Napoleão e Chiquinha Gonzaga foram alguns dos compositores com obras publicadas.

Em 1835, chegou ao Brasil, vindo de Gênova, Itália, Isidoro Bevilacqua, e a 7 de setembro de 1846 abriu com Milliet-Chesnay um Armazém de Pianos e Música, na Rua dos Ourives, 52, e sobrado do nº 53, onde morava, dedicando-se ao ensino de piano e canto e também vendendo músicas.

Bevilacqua & Narciso começaram a imprimir modinhas, lundus e música de salão de autores da época, como Joseph Ascher (1829-1869), Ignace Leybach (1817-1891), Alexandre Édouard Gloria, etc, em coleções intituladas As brasileiras — coleção de modinhas, Álbum de modinhas, Lundus para piano e canto, Lira dos compositores e outras, com chapas numeradas (B. & N. ...). Datam dessa época, entre outras, as edições das primeiras composições de Artur Napoleão, que, como jovem pianista, visitava frequentemente o Brasil e de quem Narciso era grande amigo, bem como os ensaios em composição de Francisco Alfredo, filho primogênito de Isidoro, que veio a ser professor de piano do então I. N. M.

Desfeita a sociedade com Narciso em 1865, com um total de uma centena de peças publicadas, Isidoro continuou imprimindo (I. Bevilacqua), mas já sem numeração, e em 1875 mudou-se para o nº 43 da mesma rua. Continuou as coleções iniciadas e mais Novo álbum de modinhas brasileiras, Álbum de canto italiano, Álbum de canto francês, Choix de romances français et italiennes, Colar de pérolas, Flores do baile, Pérolas e diamantes, Sucesso da dança etc.

Em 1879, o filho caçula Eugênio, assessorado pelo primo Ângelo Bevilacqua, assumiu a gerência do estabelecimento, dando grande impulso à imprensa de música, equipando as oficinas, tanto a de impressão como a de concertos de piano, com a mais moderna aparelhagem. Por volta de 1890, começaram a numerar novamente suas edições, partindo de 1.000, tendo sido republicadas e numeradas muitas das peças anteriormente impressas.

Em setembro de 1880, inauguraram o Salão Bevilacqua com uma festa a Carlos Gomes, concerto do qual participaram Alfredo Bevilacqua, Vincenzo Cernicchiaro e Marengo. Em 1888 publicaram um folheto em tiras desdobráveis, Miniatura musical, com seis peças para piano de compositores nacionais e estrangeiros e uma relação de obras impressas pela editora, uma espécie de prévia ao Catálogo geral das publicações musicais de E. Bevilacqua & Cia. (62 p.), que editaram em 1900, com as obras classificadas por instrumentos e por gêneros, inclusive obras didáticas, métodos etc., cada item acompanhado do respectivo número de chapa, num total de 4.446 peças.

Em 1912, a filial de São Paulo mudara-se para a Rua Direita, 17, e em 1924 foi vendida a J. Carvalho & Cia., continuando a loja até hoje com o nome de Casa Bevilacqua, mas desde 1941 de propriedade dos Irmãos Vitale. A matriz do Rio de Janeiro, que passara por sérias dificuldades, sob a direção de Eduardo, filho de Eugênio, em 1925 estava com a Viúva Bevilacqua no nº 115 da Rua do Ouvidor, tendo encerrado suas atividades em 1929. No ano seguinte, o Catálogo Bevilacqua foi vendido a A. Tisi Neto, que o arrendou a E. S. Mangione, para continuar a impressão das peças.

Em 1941, Adélia Bevilacqua, filha de Eugênio, recuperou a propriedade do Catálogo, mantendo Mangione & Filhos como editores autorizados. No referido Catálogo, constata-se uma presença equilibrada de compositores estrangeiros e brasileiros, entre os quais Carlos Gomes, Leopoldo Miguez, Ábdon Milanez, Alberto Nepomuceno, Henrique Oswald, Francisco Braga, Barroso Neto, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth e outros autores de música popular, num total de mais de 70.

Narciso José Pinto Braga, que fora sócio de Isidoro Bevilacqua (1857-1865), abriu em 1866 uma loja própria, na Rua dos Ourives, 62, vendendo pianos e músicas. Em 1867 recomeçou a impressão, com chapas numeradas, de composições de seu amigo Artur Napoleão: fantasias sobre óperas e operetas, bem ao gosto da época, inclusive algumas também de Alfredo, irmão do pianista, música de salão e várias peças para piano de Louis Moreau Gottschalk, pianista norte-americano que em 1869 realizou no Rio de Janeiro temporada de concertos.

Em fevereiro de 1869, Narciso comprou o acervo de cinco imprensas de música do Rio de Janeiro: Sucessores de Laforge, J. C. Meireles, Rafael Coelho Machado, Januário da Silva Arvelos e N. Garcia, enriquecendo assim seu patrimônio, que já atingia cerca de 1.540 peças, e estendendo a loja ao nº 60 da mesma rua.

Em março do mesmo ano, Artur Napoleão resolveu se fixar definitivamente no Rio de Janeiro e abriu um Grande Depósito de Pianos na Rua dos Ourives, 54-56. Passados poucos meses, os dois amigos entraram em sociedade, inaugurando em setembro de 1869 a loja, na Rua dos Ourives, 60-62, Narciso & A. Napoleão. A loja existiu até 1877, tendo mudado, cerca de dois anos antes, para a Rua dos Ourives, 56-58. Publicaram nesse período por volta de 2.000 peças de autores nacionais e estrangeiros, todas com chapa (N. & A.N. ...).

Em 1871 apresentavam um Catálogo das músicas impressas no imperial estabelecimento de pianos e músicas de Narciso & A. Napoleão (55 p.), talvez o primeiro a ser publicado por casa editora no Brasil. Em 1877, A. Napoleão deixou a firma, instalando-se, em setembro de 1878, em prédio que pertencera ao Diário do Rio, na Rua do Ouvidor, 89, que sofrera reforma geral para instalação não só da loja e oficinas de impressão, mas ainda de um salão de concertos. Leopoldo Miguez, que iniciava sua carreira de musicista, era seu novo sócio, e logo no ano seguinte começaram a publicação de um “semanário artístico” intitulado Revista Musical e de Belas Artes.

Em 1911, mudaram-se para a Avenida Central, 122 (no ano seguinte denominada Avenida Rio Branco), e em 1913, Sampaio, Araújo & Cia. tomavam conta da Casa Artur Napoleão - Estabelecimento de Pianos e Músicas. Em 1915, publicaram o Catálogo geral da Casa A. Napoleão de Sampaio, Araújo & Cia., impresso na Tipografia Leuzinger. São 209 páginas relacionando obras classificadas por instrumentos, gêneros, métodos etc., com predominância de compositores estrangeiros e, entre os brasileiros, Henrique Alves de Mesquita, Carlos Gomes, Leopoldo Miguez, Ábdon Milanez, Chiquinha Gonzaga, Antônio Cardoso de Menezes, os irmãos Napoleão e outros. Claude Debussy (1862-1918) já figurava com suas Arabesques, bem como toda a série Les classiques du piano, editada por Félix Le Couppey (1811-1887); muitas coleções para principiantes de piano; inúmeras fantasias sobre óperas (só de Il Guarany, de Carlos Gomes, mais de 30); canto em português, francês, italiano e espanhol; vasto repertório de música de dança e peças para violino, violoncelo, flauta e bandolim.

Eduardo e Francisco Buschmann, afinadores de piano, anunciando desde 1869 no Jornal do Commercio e no Almanaque Laemmert, em 1873 abriram loja de pianos e oficina de consertos na Rua dos Ourives. Em 1881, Manuel Antônio Gomes Guimarães, que também possuía, já há alguns anos, loja de música, a eles se associou, formando a firma Buschmann & Guimarães, estabelecida na Rua dos Ourives, 52.

Iniciaram a publicação de músicas com chapas numeradas, que atingiam mais de 3.500 quando a firma passou, por volta de 1897, para Buschmann, Guimarães & Irmão. Entre as obras, predominavam a música de salão e o teatro musicado, de compositores brasileiros como Henrique Alves de Mesquita, Chiquinha Gonzaga, Ernesto Nazareth, Cardoso de Menezes, Júlio Reis, Anacleto de Medeiros, Paulino Sacramento, Aurélio Cavalcanti, Leocádio Rayol, J. Garcia Cristo, Costa Júnior, Assis Pacheco, Nicolino Milano, etc.

Foram publicadas diversas coleções, entre as quais Divertimento musical, Proezas musicais, Recreio dos salões, Flores do baile, Aurora dos pianistas, Pérolas dos salões, Arpejos da saudade, Noites alegres, Novidades musicais e Sucesso dos salões. No início do século, Manuel Antônio Gomes Guimarães tomou conta da firma, como sucessor de Buschmann, Guimarães & Irmão, sempre na Rua dos Ourives, 50-52. Mais tarde,

transferiu-se para a Travessa do Ouvidor, 25, e Rua dos Ourives (hoje Rua Rodrigo Silva), 10, até cerca de 1916, quando encerrou as atividades, tendo publicado mais de 5.500 peças numeradas.

Hekel Tavares, J. Otaviano, Assis Republicano e Cardoso de Meneses foram alguns dos compositores com obras aí publicadas, incluindo-se ainda primeiras composições de Heitor Villa-Lobos e muita música popular. Sebastião Lima & Cia. compraram a firma por volta de 1934, mas pouco fizeram, e o Catálogo das Ed. Vieira Machado e suc. passou à propriedade de Ernesto Augusto de Matos, que, mediante contrato, mantém os Irmãos Vitale como editores autorizados.

Lino José Barbosa estabeleceu-se em 1905 com uma Secção Mozart na Rua do Ouvidor, 97, publicando músicas com chapas numeradas (L.J.B. ...). No mesmo ano, mudou-se para o nº 127 da Avenida Central, já como Casa Mozart. Publicou, principalmente nas duas primeiras décadas desse século, obras de Ernesto Nazareth, J. Garcia Cristo, Chiquinha Gonzaga, Anacleto de Medeiros, Paulino Sacramento e outros. Teve loja funcionando até a década de 1940 na Rua Sete de Setembro, mas só para venda de músicas.

Carlos do Nascimento e Silva, que estivera associado a Augusto Guigon até 1909, abriu, nesse mesmo ano, loja própria na Rua do Ouvidor, 175, com o nome de Casa Beethoven - Nascimento Silva & Cia. Publicaram principalmente música popular, com chapas numeradas (N.S.&Cia. ...) chegando a pouco mais de 200 peças por volta de 1920. Em 1912 tinham publicado Catálogo de músicas para pianolas e pianos-pianola.

Em 1899, os irmãos Cristiano Carlos João Wehrs e Cristiano Guilherme Augusto Wehrs assumiram a direção da casa, que, de modesta oficina de João Schlegel, em 1851, desenvolvida por seu pai, Cristiano Carlos Frederico Wehrs, na então Rua do Cano, 217, se transformara em importante fábrica de pianos do país. Em 1879, haviam-se transferido para o nº 175 da mesma rua. Criada a Casa Editora Brasileira Carlos Wehrs nos primeiros anos desse século, na década de 1910 já estava só com um dos irmãos C. Carlos J. Wehrs (antiga Casa Ed. Brasileira C. Wehrs), tendo se mudado para a Rua da Carioca, 47. As peças já atingiam mais de mil, numeradas (C. ... W.), quando, em 1925, admitiram como sócio Gustavo Eulestein e como interessado na firma o filho Carlos H. F. Wehrs, passando a Carlos Wehrs & Cia. Iniciaram publicando quase que só música de salão brasileira e, mais tarde, publicaram obras de Luciano Gallet, Barroso Neto (responsável pela coleção didática Ed. Euterpe), Francisco Braga, Alberto Nepomuceno e Francisco Mignone, entre outros, tendo publicado muito material didático.

Em 1920, Eduardo Souto, conhecido compositor de música popular, abria a Casa Carlos Gomes — Eduardo Souto & Cia., na Rua Gonçalves Dias, 75. Imprimiram de início quase exclusivamente obras do proprietário da casa, com chapas numeradas (E.S.), abrangendo depois outros compositores de música de salão. Em 1922, mudaram-se para a Rua do Ouvidor, 153, e no final dessa mesma década passaram a filial da Casa Carlos Wehrs (MARCONDES, 2000, pp. 370-378).



As atividades das editoras em alguns dos estados brasileiros começaram a entrar em declínio em meados do século XX. A exceção vem do estado de São Paulo, lugar em que ocorreu o inverso, pois São Paulo se transformou em um grande centro impressor de partituras para todo o país, inclusive para a própria cidade do Rio de Janeiro, em razão de um esvaziamento bastante progressivo do parque gráfico musical que veio se processando na cidade carioca.

Não obstante este mercado editorial ter se iniciado na segunda década do século XIX e de maneira que poderíamos considerar rudimentar, o fato é que a sua guinada ocorreu em 1840, avançando ainda mais a partir da segunda metade do século XIX até as décadas iniciais do século seguinte.

A indústria de impressão e comércio de partituras era bastante lucrativa. Esta indústria comercial de impressão musical se desenvolveu diante de um público que, de modo geral, era frequentador das diversas festas promovidas pela Corte, pelas famílias burguesas e por um número cada vez maior de diletantes que enveredavam pelo caminho da música. Sendo assim, o mercado comercial entre produtor e consumidor de partituras estava firmado. Ou seja, esta nova prática era sinônimo de lucratividade, de garantias econômicas e de um caminho aberto rumo ao longo processo de profissionalização musical. Todos os estilos e gêneros musicais se beneficiariam desse novo mecanismo tecnológico estabelecido aqui nos trópicos. Grandes peças de compositores famosos da época e até mesmo os estilos considerados mais populares, como as modinhas, as valsas, as polcas, os choros, os lundus, os romances e as árias de óperas, foram impressas e comercializadas em alguns dos mais importantes estados brasileiros.

Deste modo, a impressão de uma vasta obra musical, que incluía inúmeros gêneros, constituiu-se em um polo mercadológico em que a música editorada era seu principal produto. Assim sendo, a venda das partituras musicais desempenharia não só o papel de um produto consumível, como também seria um difusor de gostos e tradições, ao mesmo tempo que unia diferentes culturas e classes sociais.

Acreditamos que outras questões, igualmente relevantes, merecem ainda, com a devida atenção, ser abordadas aqui. A primeira dessas questões é ressaltar que, para além de a música tornar-se um produto de consumo como qualquer outro produto de mercado – foi o que de fato a edição musical proporcionou –, ela também exerceu outro papel fundamental. Os vários setores do mercado musical foram ampliados devido a esta nova postura adotada pela sociedade brasileira de legitimar, por meio de seu consumo, a dimensão mercadológica que a música brasileira ganharia. Com isso, houve, ao mesmo tempo, um aumento em larga escala de editores voltados para o mercado de impressão de partituras musicais, assim como maior versatilidade na forma de comercialização e dos próprios produtos comerciais atrelados a essa prática de impressão.

Só para citarmos um exemplo dessa ampliação comercial, temos, juntamente com esta prática de comércio e impressão musical, um mercado que envolve tanto comerciantes de instrumentos musicais quanto diferentes profissionais da área da música, como, por exemplo, compositores, músicos e professores de música. Nesse sentido, perspectivamente, a indústria de edição de partituras musicais se tornaria um dos mais importantes meios de divulgação, consumo e vendas do setor cultural. Não resta mais a menor dúvida de que a impressão musical foi um dos veículos que contribuíram decisivamente para que a música se tornasse um significativo produto de mercado com um alto índice de consumo; no entanto, não podemos esquecer jamais que esta mesma música que era consumida como forma de produto comercial, segundo o próprio princípio lógico que define a cultura como um tipo de produto consumível, ela também desempenharia uma função sociocultural.

Para efeito de constatação, basta consultarmos o *Almanak Laemmert*. Este primeiro almanaque publicado no Brasil é bastante conhecido por ter informações importantes de teor administrativo, mercantil e industrial do Rio de Janeiro. Desta forma, o *Almanak Laemmert*, com suas informações referentes a dados censitários, propagandas comerciais, ministérios, legislação imperial e, principalmente, sobre a sociedade e a Corte brasileira de modo geral, torna-se uma fonte, sem qualquer dúvida, primordial para se compreender um pouco mais sobre o cotidiano brasileiro do século XIX.

Não sendo objetivo central de nossa pesquisa fazer um levantamento exaustivo, em termos quantitativos, das fontes que nos trazem informações concernentes ao maior número possível de impressões musicais realizadas na cidade do Rio de Janeiro, num período que abrange desde as atividades dos primeiros impressores-editores até a consolidação da indústria fonográfica, queremos, de qualquer forma, explorar algumas dessas fontes documentais contidas nesse almanaque, para que possamos dissecar tais conteúdos com efeito ilustrativo e elucidativo. Para tanto, não nos debruçaremos somente sobre as informações referentes às impressões musicais. Trataremos de explorar também, conforme anteriormente descrito e na própria abordagem que será feita posteriormente, as informações que remetam aos elementos de toda essa movimentação sociocultural que se formou por meio do comércio de edição, venda e consumo da música, como é o caso de músicos copistas, lojas de música, profissionais da área que ofereciam seus diversos serviços, como compositores, professores, músicos acompanhadores, fabricantes e comerciantes de instrumentos musicais.

A segunda questão é que, uma vez que o mercado editorial é constituído, há uma possibilidade acentuada no que diz respeito à democratização do consumo dos produtos culturais que se encontrava concentrado em determinados setores considerados elitizados pela sociedade carioca. Essa democratização do consumo dos produtos culturais só foi possível, e concretizada de fato, se compreendermos que a camada social classificada como popular se tornaria o principal público consumidor desse novo produto mercadológico. Ou seja: a música transformada em partituras impressas, prontas para serem comercializadas.

A democratização das partituras musicais como produto de mercado, que teria como principais consumidores o público das camadas populares e os próprios diletantes das famílias burguesas, acarretaria, conseqüentemente, o processo inicial que seria a ação de massificação cultural ocorrida no século XIX. Esses setores, portanto, cumpririam um papel contundente e taxativo para a formação da nascente indústria cultural.

Uma terceira questão se insere nesta discussão: a popularização do piano. Devido à proliferação deste instrumento musical – consequência do livre comércio, com a abertura dos portos brasileiros em 1808 a toda sorte de produtos estrangeiros –, ele poderia ser encontrado praticamente em quase todo o território nacional. Assim, o piano passou a ser então um componente obrigatório nas mais variadas esferas sociais, destacando-se, entre elas, as salas de concertos, os salões de saraus, os saraus privados da casa-grande, as pequenas e grandes orquestras dos teatros de revista, as salas de espera dos cinemas, e, como não poderia ser diferente, nas próprias casas de venda de instrumentos e partituras musicais.

A popularização do piano, por sua vez, estimulou ainda mais a venda de partituras musicais. Possibilitou aos músicos populares, sobretudo aos músicos chorões, se beneficiarem um pouco mais dessa fonte de renda. No entanto, precisamos informar com clareza que muitas das composições dos músicos chorões não foram publicadas em partituras, o que nos faria atentar para outro detalhe de riqueza. As obras do gênero chorístico que na época não fizeram parte dessa indústria editorial, se perpetuariam por meio de duas formas cruciais: uma seria pela tradição oral; a outra, pelo trabalho efetivo do chamado músico copista. As duas funções têm um grau de importância equilibrado. Se, por um lado, tínhamos músicos chorões que tocavam seus instrumentos lendo as partituras, por outro lado havia muitos músicos chorões também que tocavam seus instrumentos de ouvido. Daí a importância de se perpetuarem, via tradição oral, as melodias que eram tocadas de ouvido por músicos chorões.

De modo semelhante à tradição oral, a perpetuação do gênero chorístico ocorreu também por meio da participação fundamental dos músicos copistas. A partir de seus conhecimentos técnicos em música, sensibilidade, dedicação e um trabalho minuciosíssimo ao escreverem e transcreverem as composições musicais, os músicos copistas ajudaram a manter viva a memória e a produção musical de muitas gerações de músicos chorões. Neste caso, não poderia deixar de ser considerado que, paralelamente à impressão gráfica como forma mercadológica, havia também uma circularização de partituras manuscritas que funcionava lado a lado com a indústria editorial.

As necessidades de um público consumidor interessado em adquirir um repertório que não tivesse sido inserido pela indústria editorial poderiam ser supridas por meio desse mercado paralelo de músicas manuscritas. Conseqüentemente a estas trocas comerciais, as partituras manuscritas serviam também como forma eficaz de divulgação de um repertório representado pelo gênero chorístico. Apesar de as partituras manuscritas ainda se encontrarem quase inexploradas academicamente, temos apontamentos bastante

interessantes que corroboram a existência de um circuito voltado para as cópias de músicas manuscritas. Como exemplo dessas referências concernentes às partituras manuscritas, podemos apontar, primeiramente, as alusões que Alexandre Gonçalves Pinto faz em seu livro, ao recuperar a memória histórica daqueles chorões, uma vez que, logo nas primeiras páginas do livro, é facilmente verificável uma narrativa alusiva a alguns chorões detentores de partituras musicais manuscritas.

Vejamos, então, alguns exemplos que o autor Alexandre Gonçalves Pinto nos oferece em seu livro: “Gedeão. Sublime artista musical também, executor exímio do choro, possuía em seu caderno de música composições de diversos flautistas que também já se foram e de seus contemporâneos” (PINTO, 2009, p. 17). “Alfredo Vianna. Deixou ele um grande arquivo de músicas antigas e modernas que deve achar-se em poder de seu filho Pixinguinha, maestro e talentoso flautista que repercutiu as nossas glórias musicais no estrangeiro” (PINTO, 2009, p. 21.) “Oscar Cabral. Tinha um arquivo que afirmo que muito poucos possuem não só em número como em beleza. Foi grande compositor, cujas produções devem estar em poder da sua distinta família” (PINTO, 2009, p. 23). “João Sampaio. Tinha diversos cadernos de choros. As suas músicas quase todas foram dos velhos e antigos chorões, como Callado e seus componentes. Ninguém arrancava uma música qualquer para fora, só deixava copiar em sua casa sob as suas vistas” (PINTO, 2009, p. 35).

Outras referências extremamente importantes, não só para a pesquisa, mas também para as próprias constatações da existência desse universo paralelo de partituras manuscritas frente à intensa indústria comercial de partituras editadas, são as fontes dos principais arquivos musicais situados no centro da cidade do Rio de Janeiro. Os acervos da Divisão de Música da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, a coleção Mozart Araújo do Centro Cultural Banco do Brasil, as coleções do acervo Jacob do Bandolim e os cadernos de Jupyaçara Xavier que fazem parte do acervo Almirante – ambos pertencentes ao Museu da Imagem e do Som do Rio de Janeiro – são alguns dos exemplos de instituições públicas que preservam a memória histórica da nossa música popular urbana carioca.

Partindo das três questões fundamentais que foram enumeradas e explicitadas anteriormente ao longo de alguns parágrafos, queremos trazer à luz de nosso trabalho algumas fontes documentais que fazem referências a toda esta movimentação sociocultural que se estabeleceu no Rio de Janeiro através da prática comercial de partituras e da própria presença de estabelecimentos comerciais, assim como dos músicos profissionais que ofereciam seus serviços à população carioca. De forma sistematizada, apresentaremos um conjunto de fontes que trazem informações bem objetivas, com o intuito de nos permitir identificar todo este aparato em torno da circularização sociocultural e mercantil que foi desenvolvida a partir da edição, da venda e do consumo de partituras, bem como da presença de professores musicais.

O primeiro instrumento de integralização entre a edição, a venda e o consumo de partituras que queremos destacar é o *Almanak administrativo, mercantil e industrial da corte e*

da capital da província do Rio de Janeiro para o ano de 1872, fundado e redigido por Eduardo von Laemmert. Chamamos atenção para a página 698 desse *Almanak administrativo*, com o objetivo de destacar o anúncio direcionado para o setor de artes e ofícios, cujo subtítulo é copistaria de música, que faz referência ao oferecimento de serviços de impressão musical, assim como ao de copista de música por meio de um anúncio realizado por Bento Fernandes das Mercês – um profissional copista e impressor de música da capela e casa imperial, localizado na Rua do Hospício, 172, sobrado (*Almanak Laemmert*, 1872, p. 698).

Na página 709 desse *Almanak administrativo*, o destaque está direcionado para o anúncio de três comerciantes cujos estabelecimentos comerciais e ofícios profissionais estão intimamente ligados à fábrica de instrumentos musicais. Assim, temos a seguinte ordem das fábricas divulgadas nesse anúncio: Carlos Clandio Tresse, especializado em órgão, realejo e piano, localizado na Rua de São José, 41; Luiz da Silva Duarte, situado na Rua Nova de São Pedro, 31ª, e Rangel & Cia, especializada em concertos de instrumentos musicais, na Rua de Gonçalves Dias, 25. (*Almanak Laemmert*, 1872, p. 709).

No tocante aos professores de piano, canto, música e de outros tipos de instrumentos musicais, encontramos nesta fonte uma longa listagem com nomes de profissionais dessas áreas oferecendo seus serviços. Da página 506 até a 509, são registrados mais de 80 nomes de profissionais de diferentes especialidades musicais, sem contarmos o anúncio referente a oito violeiros oferecendo seus serviços musicais, conforme descrito na página 759. Por questões de viabilidade e objetividade, não compete citarmos aqui toda essa listagem. No entanto, destacaremos alguns anúncios que achamos interessante e necessário mencionar, pois certamente a relação desses nomes que mencionaremos contribui para o desenvolvimento de nosso artigo.

O primeiro nome que nos chamou a atenção nessa lista foi o do músico Henrique Alves de Mesquita. O motivo pelo qual destacamos o nome desse músico decorre do fato de que ele pode ser considerado um dos mais importantes músicos chorões brasileiro. Os outros dois nomes que queremos destacar justificam-se pela descrição detalhada das diferentes especialidades musicais que esses profissionais apresentaram em seus respectivos anúncios comerciais. Vejamos então: Archangelo Fiorito, cavaleiro da Imperial Ordem da Rosa, maestro efetivo, compositor e regente de música do Imperial Conservatório de Música e Honorário da Imperial Câmara. Mesmo com todas essas funções, Archangelo Fiorito continuava a dar lições de harmonia, contraponto, piano e canto, declamação, com um novo método adotado por ele para reforçar a voz dos cantores em pouco tempo. Abreviar e simplificar as outras matérias acima referidas, para não enfastiar os amadores e diletantes dessa suave e celestial arte. As pessoas interessadas nos serviços deste profissional poderiam procurá-lo na Rua dos Lazaros, 27 QQ; recados na Rua do Ouvidor, 101, ou no Imperial Conservatório de Música, das 2 às 4 horas da tarde. (*Almanak Laemmert*, 1872, p. 506).

O terceiro nome que destacamos é o de D. Barbara Rufina da Silva Gomes dos Santos Pereira, uma distinta professora habilitada pelo Conselho de Instrução Pública para lecionar música, piano, canto; oferecia seus préstimos para as pessoas que a quisessem honrar com sua confiança, que poderiam procura-la em sua residência, situada na Rua de Santa Thereza, 60. (*Almanak Laemmert*, 1872, p. 507).

Em relação aos violeiros, que certamente serviram como fonte de algum tipo de entretenimento na urbe carioca em determinados momentos específicos, podem ser destacados nesse *Almanak* os seguintes nomes: Antonio de Souza Franco, Rua do General Câmara, 193; Francisco Fernandes, Rua Estreita de São Joaquim, 35; Francisco Machado Linhares, Rua de São Pedro, 108; João Pedro Alves da Fonseca, Rua Estreita de São Joaquim, 26; J. J. Rodrigues Loureiro, Rua da Quitanda, 7B; José Alves de Carvalho, Rua Estreita de São Joaquim, 42; José Pedro Gomes de Oliveira, Rua Estreita de São Joaquim, 119; Manoel Alves de Paula Costa, Rua Estreita de São Joaquim, 37. (*Almanak Laemmert*, 1872, p. 759).

O segundo instrumento de integralização entre a edição, a venda e o consumo de partituras que podemos observar está direcionado para as próprias edições e propagandas de venda de partituras. As imagens que mostraremos a seguir nos ajudam a compreender um pouco mais esse universo que foi o comércio musical que envolvia não só venda e consumo de partituras, mas toda uma circularização sociocultural por meio da prática musical.

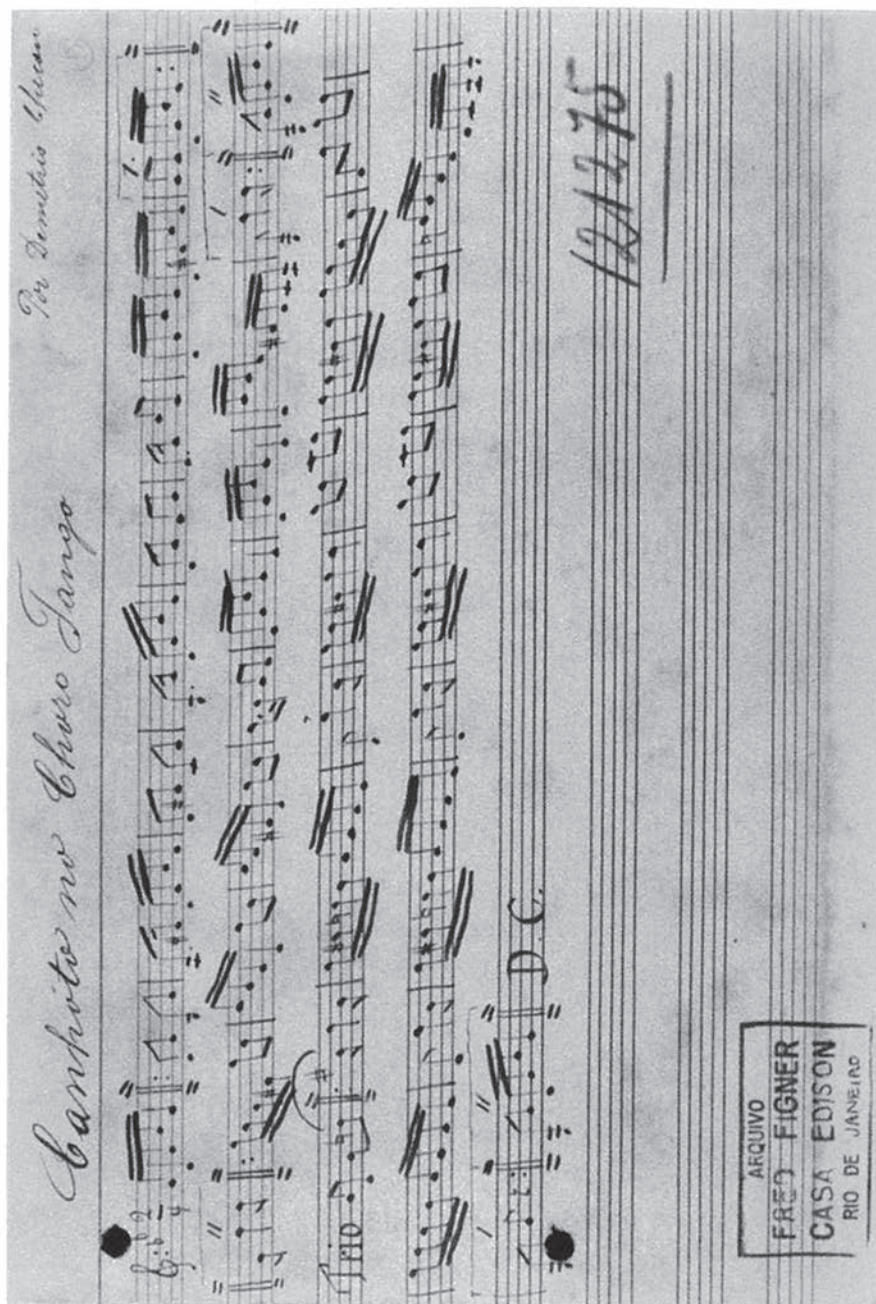
Em termos de mercado, o setor musical consolidado contribuiu para a profissionalização de sujeitos considerados populares. A profissionalização dos agentes ligados à música, como compositores, autores, músicos e letristas de canções, abriu caminho para a concorrência com um dos campos que mais se sobressaía nesse contexto do século XIX: a literatura. Assim sendo, a profissionalização que fora se formando por meio desse contexto de mercado musical consolidado criou um impasse, que pode até ser considerado positivo, na medida em que abriu espaço para uma discussão sobre determinadas formas de se pensar o conceito de arte naquele contexto.

A arte musical de um lado e as formas literárias como arte do outro formavam o epicentro do debate de determinados setores da elite cultural, que outrora sobrepujavam os campos tradicionais ligados a publicações de obras artísticas literárias. Nessa perspectiva, a sorte estava lançada. A solução prevista então seria repensar definitivamente o conceito de arte. Desse modo, mais do que enxergar como um confronto meramente vaidoso ou como uma simples queda de braço entre a arte musical e as formas literárias consideradas também como uma forma de arte, devemos estar atentos ao grau de complexidade que tal discussão provocou. Ou seja, estamos falando do processo de profissionalização que trazia em seu bojo formas, signos, tradições e outros tipos de manifestações culturais consideradas populares. Eis aí o motivo de se repensar o conceito de arte dentro daquele contexto.

Figura 01 - Partitura manuscrita de um tango intitulado *Canhoto no choro*, e só foi possível identificar o primeiro nome de seu autor: Demetris.

Fonte: Arquivo particular Fred Fagner da Casa Edison do Rio de Janeiro.
In: FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002, CD-ROM 2 – Partituras manuscritas.

Provavelmente, o autor prestou uma homenagem ao músico Canhoto, cujo nome era Américo Jacomino. Canhoto foi um músico importante que viveu entre 1889 e 1928. Apesar de esta composição ser um tango, o fato curioso é que o autor faz referência a um músico na roda de choro, o que caracteriza bem que o choro não era só um gênero musical, mas também um lugar, um ambiente de trocas culturais por meio da música.



Choro O Casagrande na Lapa in Júlio Casagrande

Composição: Júlio Casagrande
Rio-7-9-322 Clarinetista

Figura 02 – Partitura manuscrita do choro intitulado *O Casagrande na Lapa*. Fonte: Arquivo particular Fred Fagner da Casa Edison do Rio de Janeiro. In: FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuê, 2002, CD-ROM 2 – Partituras manuscritas. Segundo as informações contidas na partitura, é uma composição datada de 1922, de autoria de um músico clarinetista chamado *Júlio Casagrande*. Pelo próprio título do choro, dá para perceber que o autor faz referência a si mesmo como um músico chorão frequentador de um bairro carioca bastante significativo para este circuito de música brasileira.



J. SANTOS & C^A.

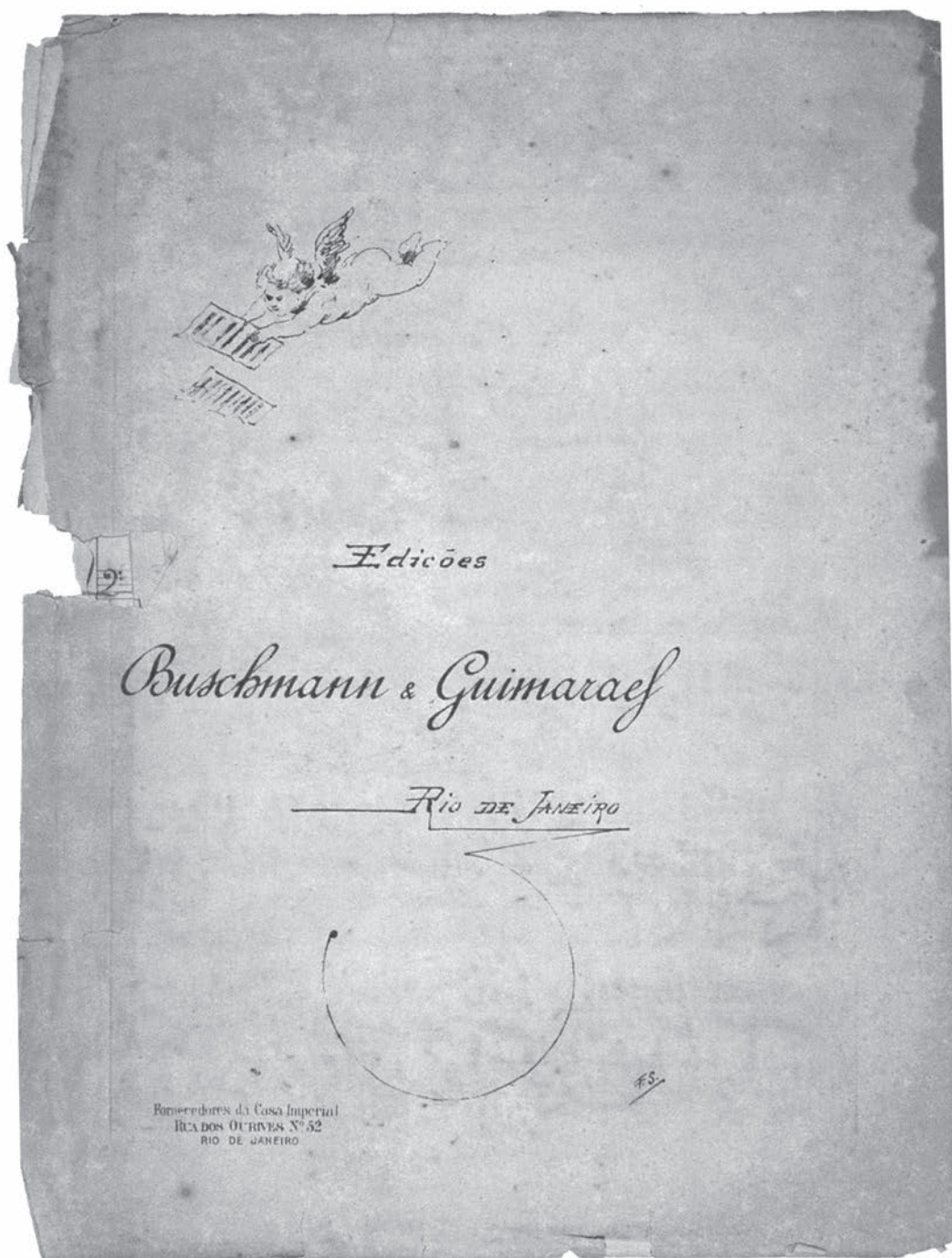
FORNECEDORES DOS MINISTERIOS DA MARINHA
GUERRA, JUSTIÇA E DAS PRINCIPAES BANDAS DE
MUSICA DESTA CAPITAL E ESTADOS.

SECÇÃO DE MUSICAS IMPRESSAS

RUA DOS OURIVES 36
RIO DE JANEIRO



Figura 03 - Anúncio referente à música impressa: “J. Santos & Ca – Secção de Músicas Impressas”.
Fonte: Arquivo particular Fred Fagner da Casa Edison do Rio de Janeiro. In: FRANCESCHI, Humberto Moraes.
A Casa Edison e seu tempo. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002, CD-ROM 1 – Documentos.



Figuras 04 e 05 – Anúncio do estabelecimento Buschmann & Guimarães trazendo propaganda de uma composição de Henrique Alves de Mesquita, regente, compositor, organista, trompetista e professor de música. Fonte: Arquivo particular Fred Fagner da Casa Edison do Rio de Janeiro. In: FRANCESCHI, Humberto Moraes. *A Casa Edison e seu tempo*. Rio de Janeiro: Sarapuí, 2002, CD-ROM 1 – Documentos.

A VAIDOSA
TOCATA

para
Pianoforte
por

Henrique A. de Mesquita.

Grande Estabelecimento
de PIANOS E MUSICA
de
BUSCHMANN, GUIMARÃES & IRMÃO
52 Rua dos Ourives 52
RIO DE JANEIRO.

Impressão musical de C. F. F. de L. L. L.

Não querendo entrar no mérito mais aprofundado sobre a discussão de caráter teórico em relação ao conceito de arte descrito anteriormente, mas sem querermos também deixar transparecer uma ideia totalmente superficial de nossa parte em relação ao assunto, abrimos um parêntese para trazer à luz um exemplo, que acreditamos ser o suficiente para esboçar um panorama geral da resistência de uma parte da elite intelectual carioca em aceitar a música popular e seus atuantes respectivamente como espaço cultural e classe profissional. Vejamos então, por exemplo, alguns trechos bastante pejorativos elaborados pelo cronista João do Rio em uma de suas crônicas. Com este exemplo, especialmente a partir dos trechos grifados, constataremos o próprio autor deixando transparecer em sua locução a desvalorização da música popular como expressão artística e produto cultural.

A musa das ruas é a musa que viceja nos becos e rebenta nas praças, entre o barulho da população e a ânsia de todas as nevroses, é a musa igualitária, a musa-povo [...] *Se o Brasil é a terra da poesia, a sua grande cidade é o armazém, o ferro-velho, a aduana, o belchior, o grande empório das formas poéticas.* Nesta Cosmópolis, que é o Rio, a poesia brota nas classes mais heterogêneas [...] esse curioso gênero de engrossamento tipográfico e indireto, as tabuletas, os reclamos, os jornais proclamam incessantemente a preocupação poética da cidade [...].

A modinha é o instinto bárbaro de independência e de maravilha do homem. Louva aos deuses, incita à guerra, canta a mesa, chora desejos de carne, e – ó coisa admirável! – foi ela que trouxe desde Atenas para os superficiais prazeres de civilização esses sons *frívolos* que nos cafés-cantantes nos fazem tanto bem, foi ela que modificou a onomatopéia *selvagem* no delicioso tralalá [...].

As artes são por excelência ciências de luxo. *A modinha, a cançoneta, o verso cantado não é ciência, não é arte pela sua natureza anônima, defeituosa e manca* [...].

É exatamente assim a nossa musa urbana. *Dispépticos* intelectuais, vêmo-la tristemente à margem da poesia. Que idade tem ela? Tem séculos e parece nascida ontem, passou por todas as vicissitudes e *chalra* como uma criança [...].

A musa renovou aqui o símbolo do filho pródigo. Teve pais notáveis, princípios sérios, *e viveu no palácio dos reis, frequentou os gênios e os salões fidalgos.* Mas um belo dia, sem dizer água-vai, foi-se, *degenerou, pintou o sete, embebedou-se,* vive pelas alfurjas e chombergas, afina o violão em sítios escusos, e – ó acontecimento! – está forte, está sacudida, é a única musa que não tem cefaléias e não sofre de artrismo [...].

A modinha entrou no paço dos reis, *ensandeceu* os peraltas e as sécias da decadência rocalhante do XIX século lusitano [...]. A modinha era o soluço, era o gemido, era o riso, era o suspiro ardente da selva ardente [...].

A modinha dera na gandaia, a modinha era vagabunda, a modinha descera à ralé, integralmente anônima, desprezada. Melo Moraes empresta a sua companhia de homem sério a tamanha bambochata, precipita-se nas vielas e bodegas para apanhar a história dos mais célebres e mais notáveis poetas, que ninguém conhece, e traz-nos naquele seu estilo, tão seu, tão complexo, tão bizarro, esses curiosos períodos: “No Olimpo das serenatas do tempo, percebemos neste momento desfilar espectralmente, orvalhados dos relentos daquelas noites, vultos de transcendente nomeada, excelentes

rapazes que passaram neste mundo para deixar lampejos fugazes e duradouras recordações. E foram eles pelo crisma popular conhecidos por Zuzu Cavaquinho, Lulu do Saco, Manezinho da Cadeia Nova ou Manezinho da Guitarra, Zé Menino, Vieira Barbeiro, ainda o Caladinho, o Inácio Ferreira, o Clementino Lisboa, o Rangel, o Saturnino, o Luizinho, Domingos dos Reis, que lá desceram para os túmulos, que ora volteio, agitando os ciprestes que os resguardam sob o céu sem eco das necrópoles”.

A modinha tinha por cultores o Manezinho do Saco e o Zuzu Cavaquinho. Pobre modinha!

A indústria, o interesse, o lucro, o lucro, essa miragem que tanto faz progredir os povos como as literaturas, propagou-a, espalhou-a, tornou-a torrencial. A musa delira hoje numa pândega infrene, de bodega em bodega, de chopp em chopp, de tablado em tablado. Nesse turbilhão de bardos e cantares surgiam alguns mais dados à evidência – o Geraldo, o Eduardo das Neves, o esteta Catulo da Paixão Cearense! [...]

Dudu, entretanto, canta apenas as suas obras. Há um outro sujeito, chamado Baiano, que sabe de cor mais de mil modinhas, e para o qual trabalham, a oito mil réis por número, meia dúzia de poetas que nunca saíram nos suplementos dominicais dos jornais [...].

Há nessas modinhas e nessas cançonetas, de par com a paixão, a tristeza e a troça, *um milhão de erros de gramática e demetrficação*. O verso é quase ignorado pelos trovadores ocasionais. Mas que lhes importa isso, se não se importam com a honra, o bem-estar, a glória? Os poetas não têm versos, têm cavaquinhos, violões e a voz para dobrar e quebrar os nossos nervos. Ao povo basta a cadência, o som sugestionador que chega a atrair os crocodilos.

Vagabundo sim! A musa da cidade, a musa constante e anônima, que tange todas as cordas da vida e é como a alma da multidão, a musa triste é vagabunda, é livre, é pobre, é humilde. E por isso todos lhe sofrem a ingente fascinação, por isso a voz de um vagabundo, nas noites de luar, enche de lágrimas os olhos dos mais frios, por isso ninguém há que não a ame – flor de ideal nascida nas sarjetas, sonho perpétuo da cidade à margem da poesia, riso e lágrima, poesia da encantadora alma das ruas!... [todos os grifos são nossos] (RIO, 2008, pp. 211-215; 217, 218, 225 e 226).

Considerações finais

Diante da linguagem empregada por João do Rio nesta crônica intitulada *A musa das ruas*, fica bastante evidente que sua posição em relação a todo esse processo de transformações que o Brasil vinha sofrendo de modo geral, e, sobretudo, a cidade do Rio de Janeiro mais especificamente, era fruto de um conflito bem acirrado, em que o autor deixa transparecer nitidamente uma recusa a reconhecer uma valorização da expressão musical popular, assim como o artista de sucesso ligado diretamente a esse tipo de música. O que estava acontecendo, na verdade, era justamente o resultado dos novos rumos que o mercado consumidor, concomitantemente com os anseios da indústria cultural, poderia proporcionar à prática musical.

Com o intuito de se manter em uma posição privilegiada, talvez a postura assumida por João do Rio de atacar de maneira difamatória esta expressão popular musical fosse uma saída pensada para tentar frear o crescimento dessa indústria cultural musical. De fato, não foi uma postura adotada só por João do Rio, e tampouco uma justificativa plausível que explicasse suas posições. À medida que aumentava o reconhecimento da profissionalização da música popular, as elites letradas, com sua posição de classe dominante, se sentiam cada vez mais ameaçadas, por causa do lugar de destaque que os artistas populares estariam ocupando dentro do círculo sociocultural da época.

Esta crônica, portanto, pode ser identificada como uma linguagem metafórica, na qual o autor faz uma analogia entre a modinha e outros gêneros musicais populares, como sendo algo de negativo para a sociedade carioca. O título *A musa das ruas* nada mais é do que uma roupagem sarcástica que o autor veste para tratar desse fenômeno que a música popular vinha se tornando. De qualquer forma, embora João do Rio visse de maneira negativa essa manifestação musical popular, pode ser percebida nas entrelinhas uma autoconfissão do próprio autor, admitindo a grande difusão que a música popular alcançaria socialmente. Não precisamos ir muito longe, basta olharmos para o próprio título da crônica – *A musa das ruas*! Acredito que não foi sem propósito a sugestão do título.

De fato, João do Rio queria fazer uma crítica aos gêneros musicais de cunho popular. No entanto, se por um lado havia a intenção de crítica condenatória por parte de João do Rio, por outro, este cronista, ainda que fosse de maneira inconsciente, acabou fazendo uma declaração bastante positiva quanto à autenticidade dos fatos.

Compor não era uma tarefa fácil. Ainda que possa parecer simples, pela grande quantidade de composições musicais brasileiras que circulavam na sociedade durante todo o seu percurso histórico, a composição musical necessitava de talento, inspiração, competência, domínio técnico e o gosto do público. As edições impressas das modinhas, dos choros, dos lundus, das polcas, das canções, das quadrilhas e dos maxixes eram verdadeiramente um reflexo do reconhecimento do gosto popular, e iam se tornando cada vez mais uma obra de arte, patrimônio cultural e, acima de qualquer dúvida, a musa das ruas!

Fontes

A Semana – Rio de Janeiro: 1886.

Correio da Manhã: 02/08/1902; 05/08/1902.

Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro: 03/11/1879; 02/08/1902; 05/08/1902.

Gazeta do Rio: 08/07/1820.

Jornal Correio da Manhã: 02/08/1902.

Jornal do Commercio do Rio de Janeiro: 20/11/1847; 17/10/1910; 01/08/1926.

O Globo: 02/08/1926.

O Jornal: 01/08/1926.

O Jornal do Brasil: 02/08/1902; 05/08/1902; 03/12/1922.

Referências Bibliográficas

CAZES, Henrique. **Choro: do quintal ao municipal**. São Paulo: Ed. 34, 1998.

BARROS, Orlando de. **Corações de Chocolate**: a história da Companhia Negra de Revistas (1926-1927). Rio de Janeiro: Livre Expressão, 2005.

DINIZ, André. **O Rio musical de Anacleto de Medeiros**: a vida, a obra e o tempo de um mestre do choro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LEME, Mônica Neves. **E “saíram à luz” as novas coleções de polcas, modinhas, lundus, et.** – Música popular e impressão musical no Rio de Janeiro (1820-1920). Niterói: Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal Fluminense, 2006 (Tese de doutorado).

MARCONDES, Marcos Antonio (Org.). **Enciclopédia da Música Brasileira Popular, Erudita e Folclórica**. São Paulo: Publifolha, 2000.

PINTO, Alexandre Gonçalves. **O choro**. Rio de Janeiro: Funarte, 2009.

RIO, João do. **A alma encantadora das ruas** - Crônicas. São Paulo: Martin Claret, 2008.

SILVA, Leonardo Santana. **A contribuição do choro para a inserção do negro na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.

Recebido em 03/06/2015

Aprovado em 04/08/2015

Resenha

Arquivologia: abordagens e Objetos

Natália Bolfarini Tognoli

Bacharel em Arquivologia, Mestre e Doutora em Ciência da
Informação e Professora Assistente do Departamento de Ciência
da Informação da Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade
Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (UNESP)
nataliatognoli@marilia.unesp.br

Os últimos trinta anos podem ser considerados verdadeiros divisores de água na teoria (*saber*) e prática arquivística (*fazer*) tal como as conhecemos. Entre os anos de 1980 e 2015 (trinta e cinco anos, portanto) centenas de obras, dentre elas artigos, livros e manuais, foram publicadas no intuito de compreender as mudanças significativas que a disciplina sofreu, notadamente a partir das novas tecnologias de informação que, consequentemente, influenciaram nas novas formas de produção e organização do conhecimento arquivístico.

Neste contexto, alguns países e autores se destacaram ora em uma empreitada de ressignificações teóricas e conceituais, ora na justificativa de manutenção da aplicação de princípios e conceitos clássicos da Arquivologia. Como exemplo, podemos citar, aqui, o Canadá com seus representantes tanto da parte francófona, (Arquivística Integrada) quanto da parte anglo-saxã (Arquivística Pós-moderna), a Austrália e a Nova Zelândia (*Records Continuum*), Portugal (Arquivística Pós-Custodial) e também o Brasil, cuja maior contribuição é a capacidade de confluência dessas abordagens e a profundidade com que seus teóricos têm explorado as convergências e divergências que emergiram no seio da teoria e prática arquivística nos últimos anos.

Arrisco, aqui, a dizer que, em que pesem as importantíssimas contribuições dos autores considerados “clássicos” para o desenvolvimento da disciplina, desde 1898, as novas abordagens e seus autores são responsáveis por manter acesa a chama do desenvolvimento da Arquivística, uma vez que revisitam constantemente os clássicos e seus conceitos, a fim de discutí-los, justificá-los e aplicá-los à documentação arquivística contemporânea.

É exatamente neste sentido que o livro de Schmidt enquadra-se como leitura fundamental, garantindo à autora um papel de destaque na literatura científica da área, especialmente no contexto brasileiro, uma vez que se pretende analisar como o Objeto científico da Arquivologia se constitui a partir de um estudo sobre a trajetória histórico-epistemológica da área, trajetória essa que perpassa os clássicos como Jenkinson e Schellenberg, desaguando em Cook, Thomassen, Scott, Rousseau, dentre outros.

Em sua introdução, Schmidt nos aponta a dificuldade em estabelecer uma definição precisa do Objeto científico da Arquivologia, em decorrência, talvez, de uma pluralidade de entendimento quanto à natureza da área, entendida por alguns autores como **ciência** (Cruz Mundet, Alberch Fugueras, Ribeiro, Heredia Herrera, Duchein, Duranti), **técnica** (Tallafigo), disciplina técnica (Battelli, Tanodi), **disciplina em desenvolvimento** (Thomassen) ou **disciplina científica** (Bellotto, Tognoli, Marques, Gagnon-Arguin, Cook, Nesmith). No entanto, para que não haja dúvida com relação à posição da autora, a Arquivologia é entendida como uma ciência em construção, sinônimo de disciplina científica. Outra razão para as diferentes concepções sobre o Objeto científico é a constante mudança e evolução na forma de produção dos documentos, bem como de sua natureza, resultados de processos históricos e epistemológicos imbricados neste contexto. Neste sentido, justifica-se a importância do estudo histórico-epistemológico da Arquivologia para o entendimento de seu Objeto de estudo.

No primeiro capítulo, intitulado “Arquivologia: entre saberes e fazeres”, a autora nos apresenta algumas reflexões acerca dos significados e conceitos de ciência, disciplina e técnica em relação à Arquivologia, apresentando e analisando como os pensadores da área a classificam em relação à sua natureza, partindo da literatura específica brasileira, italiana, argentina, espanhola, canadense, mexicana, alemã, inglesa, portuguesa e francesa. O resultado é um quadro síntese das definições da natureza do conhecimento da Arquivologia por autor e seu respectivo país, o que nos permite compreender o contexto no qual os significados e conceitos foram cunhados.

No segundo capítulo, cujo título é “Por uma história dos arquivos e da Arquivologia”, a autora retoma os estudos com base na literatura da comunidade científica de cada país a fim de construir uma história dos arquivos e da Arquivologia para compreender como as diferentes acepções histórico-epistemológicas contribuem para a definição do Objeto científico. Assim, cita-se Schmidt (20015, p. 79) quando esta declara que “pensar a história de uma ciência é ir às suas origens e compreender a constituição de seu *saber*, assim, analisar a história dos arquivos é pensar a trajetória da Arquivologia, lugar no qual, com os olhos de hoje, vivemos e construímos a área”.

Ainda neste segundo capítulo são apresentados os manuais clássicos da Arquivologia, responsáveis por dar a ela a característica científica. Desta feita, destacam-se o Manual de Arranjo e Descrição de Arquivos (1898), de Muller, Feith e Fruin; o Manual de administração

de arquivo (1922), de Hilary Jenkinson; o Manual de Arquivística (1928), de Eugenio Casanova e; Archivkunde (1953), de Adolf Brenneke. O campo dos arquivos e a fundação do Arquivo Nacional no Brasil também fazem parte do capítulo. Ao final, um quadro síntese das abordagens teóricas da Arquivística Clássica nos é apresentado.

Seguindo uma ordem histórico-epistemológica, Schmidt segue com os estudos dos autores e das abordagens da Arquivologia Moderna, apresentando o terceiro capítulo, intitulado “Arquivologia Moderna: em cena, os documentos administrativos e o aumento da produção documental”. Aqui, a autora caracteriza como moderno o período que se segue após a Segunda Guerra Mundial até o final da década de 1980, no ocidente. Neste período, as preocupações com a organização dos documentos históricos, objeto da Arquivologia Clássica, dão lugar à busca pela compreensão dos documentos administrativos, em âmbito arquivístico. Assim, a autora nos oferece um estudo sobre o contexto social, econômico e político em que emerge essa nova abordagem, refletindo sobre “como as teorias, funções, valores e usos os documentos de arquivo passam a receber e exercer a partir de então” (Schmidt, 2005, p. 120).

Assim, são discutidos os valores dos documentos de arquivo, cunhados por Schellenberg (1956), símbolo americano dos Arquivos Modernos e importante teórico da avaliação dos documentos, bem como as definições e diferenças entre *records* e *archives*. A polêmica abordagem de Peter Scott e o “sistema de séries”¹ australiano também é parte do capítulo, constituindo um grande diferencial da obra de Schmidt, uma vez que essa abordagem é raramente discutida por autores brasileiros. Scott sugere, já em 1964, o abandono da abordagem do *record group*, preconizando a organização (classificação e descrição) por séries documentais baseadas nas funções, uma vez que entendia o documento em um novo contexto de produção, com múltiplas proveniências. Ao autor atribui-se a fundação da Arquivística pós-custodial, posteriormente explicada por Schmidt.

Destaca-se, ainda, no capítulo três, a contínua preocupação da autora em contextualizar também o Brasil. Para tanto, Schmidt nos conta sobre a vinda de Schellenberg ao Brasil, na década de 1960, com o objetivo de auxiliar os programas de reforma do Arquivo Nacional, bem como sobre dois marcos significativos para a área no país: a fundação da Associação dos Arquivistas Brasileiros (AAB), em 1971, e a realização do Primeiro Congresso Brasileiro de Arquivologia, em 1972. Ao final do capítulo, a autora nos explica que a Arquivologia Moderna é uma fase paradigmática “pois além de conviver com os princípios e teorias preconizados pela Arquivologia Clássica, alarga seu campo de atuação com a introdução de documentos administrativos no *fazer* e no *saber*” (2015, p. 148).

Com o quarto capítulo, intitulado “Arquivologia contemporânea: custodial x pós-custodial”, a autora fecha toda a trajetória histórico-epistemológica da área ao discutir a disciplina face às mudanças que as novas tecnologias de informação, as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais experimentadas pela sociedade no final do

século XX exerceram no *fazer* e no *saber* arquivístico. Para tanto, a autora identifica a Arquivologia contemporânea a partir de diferentes contextos e abordagens que a caracterizam e como estas irão construir seus paradigmas “revisitando, rejeitando, reafirmando ou ampliando teorias, funções, métodos e princípios estabelecidos no processo histórico-epistemológico de seu desenvolvimento” (Schmidt, 2015, p. 154).

O capítulo enriquece a discussão sobre a Arquivologia e a construção de seu Objeto ao conseguir englobar todas as novas abordagens que emergiram no contemporâneo, consideradas “tradicionais”, “custodiais”, “pós-modernas” ou pós-custodiais” pelos vieses do *saber* e do *fazer*. Dentre elas, a autora destaca as seguintes abordagens: a) *Records Continuum* (Austrália) que contrapõe a teoria das três idades e a separação entre *records* e *archives* (documentos administrativos e documentos históricos), defendendo o papel do arquivista já na fase de produção dos documentos; (b) *Arquivística Integrada* (Canadá francês) onde a gestão da informação deve subsidiar a gestão de documentos, integrando as três fases, definidas como ativa, semiativa e inativa, também reforçando o papel do arquivista já na produção documental; (c) *Arquivística Pós-custodial* (Portugal) busca inserir a disciplina em uma ciência maior, a Ciência da Informação, assim, a Arquivologia torna-se pós-custodial com preocupações voltadas mais à cientificidade e ao acesso à informação de que com a guarda/custódia dos documentos de arquivo; d) *Arquivística Pós-moderna ou funcional* (Canadá Inglês) que apoia-se na análise funcional do processo de criação dos documentos, buscando ressignificar o *saber* e o *fazer* arquivístico; e) *Diplomática arquivística/ contemporânea* (Canadá Inglês/Itália) que apresenta o método diplomático subsidiando as funções arquivísticas na complexa tarefa de compreensão do contexto de produção dos documentos de arquivo. Ao final do capítulo, um quadro síntese das abordagens nos é apresentado.

O quinto capítulo do livro, intitulado “Concepções e Contextualizações” nos elucida que o Objeto científico da Arquivologia permanece por um longo tempo inalterado considerando-se o documento de arquivo. Enquanto diferentes formas de *saber* e de *fazer* foram construídas através do tempo, as concepções relativas ao Objeto só começam a mudar quando a informação resultante de uma função administrativa não está mais materializada necessariamente em um suporte físico. Isso acontece notadamente na Arquivologia Contemporânea, encontrando espaço de discussão dentro das abordagens que nos foram apresentadas no capítulo anterior. Neste contexto, a autora nos apresenta as concepções do que seria o Objeto científico da área segundo as abordagens. São elas: *Arquivo e Documentos de arquivo* (Mendo Carmona, 1995, 2004; Martin-Pozuelo Campillos, 1996, 2009; Antonia Heredia Herrera, 1993, 2011; Luciana Duranti, 1994); *Informação Social* (Armando Malheiro da Silva, 1999; 2000; 2002; Fernanda Ribeiro, 1999; 2002; 2003); *Informação Orgânica* (Rousseau e Couture, 1998); *Process-Bound Information* (Theo Thomassen, 1999).

Ainda no capítulo 05, a autora nos apresenta, mais uma vez, a realidade brasileira no tocante à sua produção literária sobre Arquivologia e seu Objeto científico, demonstrando

discursos encontrados na revisão de literatura brasileira que discorrem sobre o Objeto. Assim, destaca os autores Lopes (1996;1999), Fonseca (1998;2005), Jardim (1999, 2011) entre outros que definem a *informação* enquanto Objeto da área. Os autores Cunha e Cavalcanti (2008), Arquivo Nacional (2005), Castro, Castro e Gasparian (1985), Camargo (1994; 2009) e Bellotto (1989; 2002; 2010; 2012) foram selecionados por apresentarem o *arquivo e documentos de arquivo* como Objeto.

Ao constatar as dificuldades em estabelecer as definições que cercam o Objeto científico da Arquivologia em campo brasileiro somente a partir da revisão de literatura nacional e internacional, Schmidt parte, no capítulo 06, “O campo dos Arquivos Brasileiro”, para um diálogo com os pesquisadores brasileiros que participaram da I Reunião Brasileira de Ensino e Pesquisa em Arquivologia (Reparq), representantes das universidades. Nesse sentido o capítulo identifica os termos e o momento de configuração da Arquivologia enquanto campo científico no Brasil e a formação dos arquivistas, os motivos que levaram à criação da Reparq e, mais importante, qual o ponto de vista desses pesquisadores acerca do Objeto científico da Arquivologia.

Schmidt conclui o livro com algumas indagações e respostas que nos ajudam a compreender a natureza da Arquivologia e de seu Objeto. Para a autora, a Arquivologia é resultado de um processo que tem origem na própria história dos arquivos e que se desenvolve como área do conhecimento na constante interação do *fazer* com o *saber*. O tão procurado consenso sobre seu Objeto jamais será encontrado, visto que a Arquivologia é inserida no campo do *saber* a partir de diferentes posições, ora como ciência autônoma, ora como subárea da Ciência da Informação ora como técnica, conforme demonstrado na introdução do trabalho. No entanto, este trabalho nos demonstra que isso não é um problema. Muito pelo contrário. Diferentes concepções sobre a natureza de uma área e de seu objeto podem ser combustível para seu crescimento, afinal, nunca se discutiu tanto a Arquivologia como nos últimos 30 anos e essa discussão só foi possível a partir do *progresso da tecnologia documental*, como bem destacou a autora, que colocou o Objeto como centro da questão.

Por fim, conclui-se que a obra de Schmidt é fruto desta nova realidade. A busca pelo conhecimento do Objeto da Arquivologia leva a autora a traçar sua trajetória histórico-epistemológica, identificando uma área polarizada, sim, mas também estruturada. Ao final, percebe-se que a autora não se deixa levar pelo sedutor discurso pós-moderno, ou pelo controverso discurso da informação, mantendo seu foco na relação entre o documento de arquivo e seu contexto ou, como prefere dizer, na *verdade arquivística*.

Recebido em 07/04/2016

Aprovado em 10/05/2016



**Dossiê:
Escravidão Contemporânea e
Trabalho Forçado: Problemas
e Abordagens da Historiografia
Contemporânea**

Apresentação

Este dossiê vem tratar de uma questão que cada vez mais tem chamado a atenção dos historiadores. Em vários campos do conhecimento, a questão do trabalho forçado, também chamado de trabalho escravo contemporâneo ou trabalho análogo à escravidão, tem atraído o interesse e os esforços dos pesquisadores. Na Antropologia e na Sociologia, temos uma importante preocupação com a vida das pessoas afetadas por essa forma de recrutamento de trabalhadores, assim como a identificação dos grupos sociais vulneráveis e a compreensão da sua vulnerabilidade, seja ela estrutural ou transitória; temos estudos sobre as redes de recrutamento e a sua capilaridade nas sociedades mais expostas. Os economistas também têm se preocupado com o impacto que o trabalho escravo provoca na mão de obra, no mercado de trabalho, na desestruturação da economia de mercado, os impactos fiscais e a expansão da mais-valia absoluta. Talvez os estudiosos do Direito sejam os que mais têm se debruçado sobre esse campo, a legislação tem sido revirada, estudos comparados têm se expandido tentando achar modelos para combater essas práticas, assim como a própria legislação brasileira tem passado por uma devassa para encontrar a melhor forma de limitar e extinguir o trabalho análogo à escravidão, como os juristas preferem dizer.

São todas questões importantes e necessárias, mas falta a perspectiva histórica. O que entendemos por perspectiva histórica? Olhar de uma forma mais abrangente, incorporando as dimensões mencionadas, mas também a variável “tempo”. Ver o fenômeno do trabalho forçado como uma realidade que não eclode num único momento, mas que é diacrônica. Seja porque outras formas de exação extraeconômica da mais-valia existem na História do Brasil, seja porque a escravidão no Brasil não acabou com a Lei Áurea. E ainda porque o Brasil não é uma ilha isolada do mundo que também lida com essa realidade. Os processos abolicionistas no mundo todo tiveram como consequência direta a libertação dos escravos, e como consequência secundária, a constituição de novas formas de exploração e de cerceamento da liberdade dos trabalhadores. Nem mesmo no caso emblemático do Haiti os antigos escravos ficaram livres de formas compulsórias de trabalho.

Os primeiros historiadores que avançaram sobre o trabalho forçado o fizeram tentando explorar o labirinto legal constituído para reprimir a prática do trabalho análogo à escravidão, assim como tentaram compreender a ação dos agentes do Direito destinados a reprimir essas práticas. De alguma forma, esses historiadores assumiram a periodização imposta pelos próprios agentes do Direito na existência e no combate ao trabalho escravo. Considerando que o trabalho forçado no Brasil coincidiria com a expansão do capitalismo brasileiro impulsionado pelo governo militar e dentro dos moldes do “milagre econômico” da ditadura. Essa hipótese, que respalda o acionar desses agentes e que legitima

a repressão contemporânea aos escravizadores em determinados locais do Brasil, perde de vista que o trabalho forçado é um fenômeno mais complexo e que deve ser analisado de forma abrangente. A princípio, o trabalho forçado coexistiu com o trabalho escravo legal, ponto explorado neste dossiê. Mas também o trabalho forçado tem se mostrado flexível o suficiente para atingir determinados setores da produção que pareciam imunes a este tipo de prática. Estou me referindo ao trabalho urbano e a setores econômicos que têm um forte contato com o público, como o gastronômico. Ou seja, em setores que não estão ocultos da mirada dos poderes públicos em regiões remotas. Ou o setor têxtil e a construção civil, principalmente este último. Até em obras públicas e de alta visibilidade houve a participação de trabalhadores em condições análogas à da escravidão.

Outra questão relacionada com o trabalho escravo é o das migrações. Os agentes do Direito que se depararam com o trabalho forçado e o caracterizaram para modelar a sua repressão não levaram em consideração a complexidade das migrações. Elas foram consideradas como próprias de regiões historicamente conhecidas pela sua pobreza estrutural, conceito que deve ser discutido, porque a pobreza é relativa e não constitutiva de determinadas regiões do Brasil. Essas migrações eram vistas como uma ligação entre dois pontos de pobreza, tanto a saída quanto a chegada estavam caracterizadas pelos baixos salários e por serem econômicas, de baixa complexidade e baixos salários. Os resgates de trabalhadores efetivados pelo Estado têm mostrado que há trabalhadores que são migrantes permanentes, que unem regiões que também podem ser consideradas modernas e inseridas no capitalismo avançado, como a agroindústria, e que as migrações não são unicamente regionais e temos cada vez mais casos de migrações internacionais. Além de brasileiros, entre os resgatados encontram-se americanos, asiáticos e africanos. Muitos deles chegando por conta de contratos assinados por grandes empreiteiras e outras vezes pela ação de pequenos produtores.

O trabalho forçado é um fenômeno que extrapola a lei e que deve ser compreendido desde seus aspectos sociológicos, antropológicos, culturais e econômicos. Justamente o que exploramos neste dossiê é a constituição de essas novas formas de exploração da mão de obra, outras que ocorreram em paralelo à escravidão e às representações da escravidão e do trabalho forçado por parte dos seus protagonistas. Os pesquisadores aqui reunidos têm procurado dar um enfoque abrangente, ao mesmo tempo que se preocuparam em utilizar fontes das mais diversas, de poesias a estatísticas econômicas, tentando demonstrar a diversidade de enfoques possíveis. Também apresentamos a coincidência do trabalho forçado com a escravidão própria do século XIX, demonstrando que o interesse pela mão de obra barata ultrapassa determinadas barreiras ideológicas estabelecidas que pareciam ser o limite para a exploração de certos grupos humanos.

Com este dossiê, não pretendemos esgotar um tema necessariamente complexo e que se expande para diversas áreas do conhecimento. Pelo contrário, tentamos simplesmente

mostrar algumas das abordagens existentes e a necessidade de continuar expandido os trabalhos apresentados, as suas possibilidades analíticas, e estimulando outros historiadores e pesquisadores de diversas áreas do conhecimento a se debruçarem sobre um tema urgente e que precisa ser compreendido na sua complexidade.

Cristiana Costa da Rocha

Professora da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)

Norberto Osvaldo Ferreras

Professor da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 30/05/2016



A violência como método: Conflitos relacionados a pagamentos aos operários das secas no Ceará (1877-1920)

Violence as method: conflicts over payments to drought labourers in Ceará State (1877-1920)

Tyrone Apollo Pontes Cândido¹

Mestre e Doutor pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Professor da faculdade de Educação, Ciências e Letras do Sertão Central na Universidade Estadual do Ceará, em Quixadá (FECLESC-UECE).
tyronecandido@gmail.com

RESUMO: O artigo expõe os conflitos promovidos por retirantes das secas na passagem do século XIX, quando o pagamento de salários nas obras de socorros públicos era questionado. Em geral, tais conflitos foram marcados por atitudes violentas, tanto por parte dos operários indignados quanto pelos administradores das obras, que lançavam tropas contra os pobres considerados membros de uma “classe perigosa”. Observando detidamente as experiências das lutas operárias e utilizando o diálogo com alguns autores da História Social, procura-se mostrar como a violência era um método que correspondia ao modelo de trabalho compulsório das obras de socorros públicos daquele período, ao mesmo tempo em que se podem perceber certas mudanças nas relações entre a pressão dos trabalhadores e o pagamento dos salários.

Palavras-chave: Violência; Pagamentos; Operários das secas.

ABSTRACT: This article addresses conflicts sparked, at the close of the 19th century, by people displaced by drought challenging wage payments for public relief works. Those conflicts generally involved violent attitudes on the part both of indignant labourers and of the works administrators, the latter sending troops against the poor, who were considered members of a ‘dangerous class’. By extensive observation of the experiences of workers’ struggles and dialoguing with Social History authors, the study aimed to show that, during that period, violence was a method corresponding to the model of forced labour on public relief works, at the same time as certain changes can be perceived in relations between the pressure the workers exerted and the wage payments.

Keywords: Violence; Payments; Drought workers.

Um dia de luta

Eram quase dez horas da manhã do dia 20 de agosto de 1878 em Fortaleza. O sol já ardia sobre a cabeça dos retirantes, e eles esperavam pelo pagamento das rações do governo em frente ao armazém da Praça Visconde de Pelotas. Havia quase três dias não recebiam comida e tinham uma forte desconfiança em relação ao que fariam os agentes dos depósitos. Não era certo nem que haveria de fato distribuição naquele dia.

Finalmente os víveres começaram a ser levados do prédio do depósito ao curral da pagadoria². Mas, antes que os encarregados completassem o percurso, retirantes lançaram-se sobre eles e, num átimo, arrancaram diversos volumes de carne e de outros gêneros. Também não tardou para que chegassem doze praças de polícia convocados para proteger víveres e agentes dos depósitos. Mas os soldados encontraram uma multidão nada disposta a ceder. Foram recebidos com pedradas e tiveram de procurar refúgio no interior de uma casa a fim de se preservarem da ira plebeia.

Como era de se esperar em se tratando de uma folha de oposição, o *Pedro II* considerou exagerado e uma completa imprudência o uso da força contra aqueles “filhos do infortúnio”. Segundo a versão do órgão conservador, a ordem já estava quase completamente restabelecida, com turmas de retirantes já devidamente recolhidas para receberem os gêneros, quando os soldados, “às carreiras, com sabre em punho, sem *quê* nem *porquê*, penetraram rapidamente nos currais e investiram furiosamente contra os moribundos de fome”, os quais, “impelidos pelo instinto da conservação”, arrancaram estacas de madeira para se defender³.

O presidente da província, em contrapartida, ofereceu sua própria versão dos fatos: para José Júlio de Albuquerque Barros, os retirantes já chegaram à praça dispostos ao conflito. Dias antes, a administração da província havia demitido alguns chefes de turmas que estariam coniventes com irregularidades e malversações no pagamento dos gêneros, o que teria gerado um clima favorável para que indivíduos da oposição agissem para criar embaraços ao governo. Agitadores estariam, assim, explorando os fatos com oportunismo, “incitando os emigrantes à resistência”⁴.

Os pontos de vista são aqui bem claros e distintos. Para oposicionistas, os conflitos se desencadearam em razão do péssimo serviço de socorros a cargo da administração provincial, que negligenciava o fornecimento dos alimentos. Os retirantes figuram como miseráveis levados pela agonia da fome, vítimas lancinadas pelos “mais agudos sofrimentos”. Os agentes policiais eram, por sua vez, “mercenários”, “sanguedentos”, “provocadores”. Quanto ao que sustentava a versão oficial, nada teria acontecido não fosse a ação de “agitadores” explorando a frágil condição dos retirantes, criando “dificuldades e perigo para a ordem pública”. Os que atacavam os policiais eram “desordeiros muito conhecidos”, e da parte das forças públicas, seu comportamento teria sido exemplar, tentando de todas as maneiras dissuadir os retirantes a baixarem paus e pedras, e, afinal, só se valeram da força quando a

situação tornara-se por demais perigosa. Curioso é que, para ambas as partes, os retirantes não seriam propriamente os sujeitos de suas ações. De um lado, eram levados ao choque por algum “instinto de conservação” provocado pela fome. De outro, seriam “emigrantes dirigidos pelos desordeiros” interessados em manchar a imagem do governo. Mas retornemos ao curso dos acontecimentos.

Era tudo menos passiva a atitude dos retirantes diante das forças policiais. Quando os doze praças chegaram para recuperar os víveres tomados pelos retirantes, foram “repelidos com pedradas e cacetadas pelos numerosos grupos” e, “para escaparem da morte, foram obrigados a refugiar-se em uma casa próxima”. O delegado de polícia escreveu em seu relatório que “ali mesmo, nas casas vizinhas, os desordeiros tentavam entrar à força para arrastar os soldados à praça e assassiná-los”. A notícia dos conflitos correu a cidade e os subúrbios, chegando até os “lugares mais arredados”. Os grupos amotinados tornavam-se mais numerosos com a afluência de retirantes de outros abarracamentos e daqueles que deixaram “os serviços em que estavam ocupados”. “Mostravam-se insistentes, lançando projéteis contra os soldados e a todo o preço querendo abrir luta contra eles”.

Em certo momento os enfrentamentos eram simultâneos, em diversos pontos diferentes da praça. Imigrantes continuavam a lançar pedras, “vociferando e ameaçando acabar com todos os soldados”. Em número “superior a seis mil, enchiam quase toda a praça, cercavam o armazém, invadiam a pagadoria”. Pregavam que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam e que os comissários lhes haviam feito uma injúria demitindo os chefes de turmas”. Segundo o repórter do *Pedro II*, a praça “que é extensíssima, todas as ruas que dão saída para ela e todos os pontos próximos estavam literalmente cheios de retirantes e de curiosos”. A violência desencadeou o pânico e, alarmado, o cidadão Francisco Fernandes Vieira adentrou o palácio da presidência da província informando que “o conflito tomava caráter muito sério, que três soldados já tinham sido mortos e que a luta continuava”.

Era a senha que faltava para que as tropas de linha e a cavalaria entrassem em ação. O presidente da província ordenou que uma parte da guarda do palácio se dirigisse à Praça Visconde de Pelotas e convocou o comandante da cavalaria a enviar para ali seus homens. Em instantes, despontavam no palco do conflito quarenta soldados de linha com suas baionetas e seis cavalarianos com suas espadas.

Tanto o presidente da província quanto o chefe de polícia insistiram em seus relatórios sobre as repetidas advertências que eram feitas à multidão em polvorosa, mas esta a nada parecia querer ceder.

Seguindo sua linha de argumentação, o jornal *Pedro II* sustentava, por outro lado, que a atitude desse delegado teria sido a de “insolentemente” declarar aos “seus miseráveis concidadãos que não se lhes dariam mais rações e que eles haviam de pagar o desaforo de terem feito correr os seus soldados”. Seja qual for a versão mais fidedigna – ou a menos

distorcida –, parece que os retirantes se mantiveram altivos perante as tropas oficiais, agora reforçadas com mais armas e cavalos.

Sustentou-se uma batalha que se estendeu por horas nesse jogo de ataques e defesas, com os antagonistas medindo forças. Mas num momento uma pedrada atingiu em cheio o peito do comandante da cavalaria, alferes João Sabino da Rocha, à qual se seguiu outra que lhe alcançou um braço. A violência do ataque o fez inclinar-se sobre a montaria. “Simultaneamente, muitos outros projéteis eram atirados contra a força que até então nenhum movimento fizera”, escreveu o presidente da província. Mas com a “formal resistência” da multidão, e como o “arremesso de pedras tornou-se geral da parte do povo”, a cavalaria se pôs em movimento. Uma parte da multidão logo se afastou, mas resistiram ainda grupos que haviam “preparado montões de pedras”, e um desses, “mais arrogado, envolveu uma praça da cavalaria e, tendo-a já ferido, tentava apeá-la”. Foi quando se ouviram os disparos de três ou quatro tiros para o ar ordenados pelo alferes comandante da cavalaria para, dessa forma, assustar finalmente os revoltosos que punham em risco a vida de um de seus soldados.

Assim as tropas governamentais teriam enfim cessado a grande revolta de retirantes na Praça Visconde de Pelotas. E há mesmo entre os relatos disponíveis registros de um momento em que a praça se esvaziou, restando no chão muita gente ferida em meio a poças de sangue. Mas, para a reportagem do *Pedro II*, aquela dispersão era apenas o início de um segundo ato ainda mais violento e revoltante. Em vingança, as tropas se lançavam contra os retirantes com toda a fúria. Soldados “acometiam furiosamente contra todos os que viam e demoravam-se em dar panos, ferir e mutilar quantos alcançavam”. Os soldados teriam seguido em perseguição pelas ruas principais da cidade, capturando pessoas que identificavam como sendo os “desordeiros”. Entraram, enfim, nos abarracamentos do Alto da Pimenta, da Pacatuba e de São Sebastião. “E nessa perseguição invadiam os pobres tugúrios, choças de palhas e os ranchinhos de ramos, dentro dos quais espancaram e feriram sacrilegamente os que debaixo deles mal abrigavam-se dos raios do sol”.

Como saldo da violência, consta terem ficado feridas umas duzentas pessoas, entre soldados, encarregados dos depósitos e retirantes. O jornal *Pedro II* apontou o caso de dois retirantes que teriam sido mortos, mas o presidente da província contestou a informação. Sobre os supostos três soldados mortos (anunciado por Francisco Fernandes Vieira), tudo indica ter sido apenas mais um dos boatos que o clima de tumulto e medo suscitara.

Ao término dos acontecimentos, teria havido ainda uma “passeata de regozijo” com uma banda de música posta à frente das forças “vitoriosas” que finalmente se recolheram após as três horas da tarde. Haviam se passado, portanto, quase seis horas desde os primeiros conflitos pela manhã.

Talvez pareça um tanto estranho, mas os conflitos narrados acima – ainda que extraordinários pelas grandes proporções que tomaram naquele dia especificamente – eram característicos dos momentos de pagamento às turmas de operários envolvidas nas numerosas

obras de socorros públicos organizadas durante os tempos de seca na passagem do século XIX⁶. Quando ocorreu o conflito no dia 20 de agosto de 1878, todos já sabiam na cidade que a revolta havia nascido entre os retirantes do abarracamento da Pacatuba – na verdade, abarracamento do Benfica, do 6º distrito, situado na antiga estrada da Pacatuba. Era então o mais numeroso de Fortaleza, abrigando quase 24 mil imigrantes. Naquela época, havia aproximadamente 60 turmas ali organizadas; nenhum outro abarracamento contava com tantas turmas (nem mesmo o populoso Alto da Pimenta, com 53, selecionadas entre mais de 20 mil retirantes). A maioria dos trabalhadores estava designada para carregar pedras desde a ponta do Mucuripe⁷.

Neste artigo, dedico-me a apresentar os episódios e as circunstâncias em que se deram conflitos por ocasião de pagamentos aos operários das secas durante a passagem do século XIX, enfocando o Ceará, que foi, entre as províncias situadas no território semiárido brasileiro, aquela que mais intensamente vivenciou os tempos de estiagem ao longo da história. O recorrente uso da violência como método de luta dos operários (mas igualmente das forças do governo na busca pelo controle social) sugere a reflexão que no final do texto procuro fazer, relacionando os diferentes entendimentos acerca do sentido do trabalho e da remuneração assalariada por parte de retirantes, chefes de turmas, administradores das obras, engenheiros e autoridades políticas, num contexto em que o declínio do trabalho escravo entrelaçava-se ao recurso de relações de trabalho compulsórias e degradantes, ainda que assalariadas.

Algumas circunstâncias esclarecedoras

Havia tempo que os retirantes de Fortaleza andavam agitados, descontentes com os socorros do governo e envolvendo-se em rusgas com as forças policiais. Pelo menos desde os últimos meses de 1877, mas de forma mais intensa durante a primeira metade do ano seguinte, várias tentativas de saques ocorridas nas horas do pagamento de rações acabavam com a intervenção repressora das forças públicas lançando-se sobre os imigrantes. Em 18 de março, quando retirantes esperavam pelos salários na Praça Marquês do Herval, ocorreu ali uma renhida luta. Retirantes dispensados de obras de socorros quiseram receber pagamentos, mas soldados os impediram. Resistindo com pedradas, os retirantes foram repelidos com tiros de espingarda, muitos ficando feridos, inclusive duas crianças. Horas depois, ainda naquele dia, um novo enfrentamento resultaria na morte de um imigrante. Já nas semanas que antecederam a revolta, soldados e retirantes andaram se engalfinhando nas pedreiras do Mucuripe. Quando um trabalhador, em meados do mês de julho, insistiu em desobedecer à regra de que cada indivíduo não podia carregar “mais de uma pedra de tamanho regular”, trazendo ao ombro um saco cheio delas, o administrador da pedreira chamou o delegado de polícia, que deu voz de prisão ao retirante. Seus companheiros conseguiram, porém, “arrebatar o preso do poder dos guardas”. No dia seguinte, mais duas turmas de retirantes enfrentaram os policiais com o mesmo objetivo. No dia 5 de agosto, mais uma vez os carregadores de

pedras tentaram passar por cima da autoridade do administrador da pedreira. Deu-se então um conflito do qual resultaram diversos feridos. Sobre esse acontecimento, o comissário dos socorros públicos anunciou que os próprios chefes de turma “que a tudo presenciaram, em vez de intervirem na tentativa de fazer cessar os conflitos, ao contrário tornaram-se estimuladores dos operários e foram, segundo sou informado, promotores da desordem”⁸.

Acresce que também por aqueles dias, no abarracamento de Pacatuba, a varíola chegava com violência. Não me refiro ao caráter mortal da doença – que certamente fazia crescer o sentimento de angústia entre todos –, mas ao aumento do controle sobre os imigrantes. Num ofício de 10 de agosto, o comissário informou que mandara recolher ao lazareto da Lagoa Funda “dezessete pessoas que no período de três dias foram descobertas no distrito à custa de laboriosas [sic!] investigações”. Dizia ainda:

Acontecendo, pois, que, por ignorância, quase todos os que são acometidos do mal se ocultam e pelos meios a seu alcance frustram as precauções higiênicas que se tomam para obstar os estragos da peste, venho propor a V. Exa. que se digne confirmar a medida que estabeleci de conferir a uma companhia sanitária, composta de um prefeito e de treze vigias, o salário de dois mil réis por cada varioloso que a dita Companhia recolher ao Lazareto⁹.

Na busca pelos variolosos, caçadores de prêmios ficavam dessa forma autorizados a entrar no barraco de cada família de retirantes que julgassem suspeitos de estarem doentes.

Em face dessas circunstâncias, não parece estranho que as turmas de operários do abarracamento de Pacatuba estivessem mobilizadas para a luta no dia 20 de agosto. Como já visto acima, chefes de turmas haviam sido demitidos dias antes sob a acusação de conivência com a malversação dos gêneros. Essa medida podia estar comprometendo algum esquema não oficial de obtenção de comida forjado pelos operários. Além disso, a escassez de víveres e a distribuição de comida estragada também eram recorrentes nos meses centrais de 1878, o que podia igualmente estar encorajando os imigrantes para a luta. É plausível imaginar que eles temiam novas retaliações por parte dos comissários de socorros.

Falou-se de pessoas percorrendo os abarracamentos com “doutrinas subversivas”. E, de fato, a se levar em consideração certos comportamentos dos grupos de retirantes durante o conflito – as pedras previamente amontoadas e as investidas coletivas, por exemplo –, podemos pensar mesmo na presença de algumas técnicas populares de combate combinadas com antecedência. Se não houve uma conspiração da oposição, como acreditava – ou queria fazer acreditar – o presidente Albuquerque Barros, é possível que o descontentamento dos retirantes com a repetida repressão policial e a demissão dos chefes de turma ocorrida dias antes tenham desencadeado um movimento de protesto de alguma forma planejado. Já o comissário do abarracamento da Boa Esperança havia indicado em ofício a existência de um “movimento belicoso da parte de outras [turmas] da Pacatuba e circunvizinhanças”¹⁰. Se a ideia de um motim remete a um levante provocado por alguma reação súbita de uma

multidão pega de surpresa por alguma notícia indignante, não foi bem isso o que parece ter ocorrido no dia 20 de agosto de 1878. É provável que estejamos diante de um movimento que melhor se caracteriza como uma revolta prevista e antecipadamente preparada.

A revolta dos retirantes na Praça Visconde de Pelotas é uma porta de acesso ao cenário de articulações que compunham as artes da resistência dos proletários das secas. Aquele levante era o resultado de meses de convivência forçada entre retirantes e os habitantes de uma cidade sobressaltada pela presença estranha e indesejada de uma multidão de miseráveis. Ele culminava uma sucessão de conflitos de menores dimensões que iam acumulando a tensão entre imigrantes, comissários de socorros e soldados. Com o passar do tempo, sertanejos de diferentes proveniências estabeleciam relações, reconhecendo a condição compartilhada e esboçando identificações em face de um outro hostil. Não demorou para que o estranhamento se transformasse em antagonismo, e o antagonismo em confronto aberto e violento entre formações coletivas.

A organização das turmas de trabalhadores oferecia novos elementos ao incremento dessas lutas. Ao mesmo tempo em que viabilizava o trabalho nas jornadas das secas, a reunião dos retirantes em agrupamentos contribuía para aproximar os interesses comuns dos operários de uma mesma turma, gerando focos de resistência, aumentando a pressão pelo desarranjo do trabalho no cotidiano das obras de socorros públicos. O objetivo deste artigo é apresentar elementos que sirvam para o entendimento desses arranjos estabelecidos pelos retirantes, em especial aqueles construídos na interface com o mundo do trabalho, nas fronteiras do trabalho.

Esses arranjos tinham, por sua vez, características particulares. Por terem proveniências diversas, quando os proletários das secas se engajavam numa obra de socorros públicos, passavam a trabalhar ao lado de pessoas estranhas a seu convívio comunitário. Claro que muitas vezes alistavam-se juntamente com pessoas da família e amigos que singraram juntos a dura retirada. Mas a maioria dos companheiros das turmas de operários era uma gente com a qual o retirante ia travar seu primeiro contato. Além disso, novos também eram os chefes, o regime de trabalho, as formas de pagamento, os horários e as diversas outras condições encontradas no cotidiano das obras. Resistir às opressões encontradas nessa nova e mutável realidade exigia do sertanejo pobre um aprendizado constante e de acordo com experiências inéditas.

No entanto, recompor a trama dessa tessitura é algo bastante difícil. Não existem muitas falas preservadas dos próprios retirantes. Os contemporâneos que episodicamente registraram opiniões sobre suas ações coletivas reproduziam uma visão que muito pouco estimula a imaginação. Como visto acima, os imigrantes nunca figuravam como sujeitos de suas próprias ações. Pelo contrário, eram vistos como indigentes dirigidos por conspiradores da oposição ou famintos levados à revolta por reações inevitáveis da fome (a “visão espasmódica” contestada por E. P. Thompson¹¹). A maneira, por exemplo, como Rodolfo Teófilo

(1922, p. 215) se referiu à truculência das tropas oficiais nos conflitos da Praça Visconde de Pelotas considerando que o delegado de polícia, “com aquela coragem brutal de tigre contra o cordeiro, mandou levar o povo a ferro e a fogo”. Os que ainda guardavam alguma complacência pela condição dos retirantes, como Teófilo, não viam neles mais do que “cordeiros” vitimados pela brutalidade dos maus governantes. Assim, não avançavam muito em relação aos que viam nos imigrantes, de uma perspectiva mais severa, membros de uma “classe perigosa” prestes a se revelar em ira selvagem.

Outras secas, outros conflitos

Na grande seca de 1877-79, os centros litorâneos – sobretudo Fortaleza – concentraram as ações mais expressivas de retirantes: reivindicando pagamentos, enfrentando tropas policiais, demonstrando com seus protestos que não estavam nada dispostos a morrer passivamente de fome nem se submeter a esquemas demasiado opressivos de trabalho. A revolta em frente à pagadoria da Praça Visconde de Pelotas foi o ponto culminante de uma articulação de movimentos que vinha num crescendo desde a chegada dos primeiros grupos de imigrantes, em 1877.

As investidas dos proletários das secas reacenderiam com o novo tempo de estiagem em 1888-89. Começou com uma “revolução” dos operários da via férrea na cidade de Baturité. No dia 29 de setembro de 1888, um sábado, o engenheiro-chefe César de Souza surpreenderia os trabalhadores mandando “declarar ao povo da estrada que cada trabalhador percebia 800 réis diários e que do corrente mês em diante pagaria só 700 réis”. Os salários eram pagos mensalmente nessa época, dificultando o controle de cada operário sobre as somas de seus ganhos diários, os descontos etc. Muitos acreditavam que o salário pago por dia estava cotado em mil-réis, pois até então “sobre essa questão dos salários reinava todo o segredo”. Naquele momento, uma nova folha de pagamento estava sendo confeccionada para os que trabalharam ao longo do mês de setembro. Indignados, sentindo-se ludibriados, os trabalhadores combinaram então tirar satisfações com o engenheiro na segunda-feira seguinte, dia 1º de outubro. E assim fizeram.

Logo às oito horas da manhã, na segunda-feira, uns 60 homens se dirigiram à casa do engenheiro César de Souza e reclamaram contra o corte anunciado. O engenheiro, no entanto, disse que não voltaria atrás e que manteria a ordem de corte nos salários. Imediatamente, registrou uma matéria do jornal *Cearense*, “todos se retiraram murmurando e abandonaram os instrumentos de trabalho”. “Plano concertado entre todos eles, a greve foi geral”. Naquele dia não se via “um único trabalhador na estrada¹²”. Somente o corpo de cavouqueiros resolveu não aderir à paralisação.

Os operários se reuniram então no bairro do Putiú, ao lado da estação ferroviária. Discutiam “tomar uma vindita contra o Dr. César” e muitos estavam armados. Para lá se dirigiram alguns soldados, que quiseram desarmar os retirantes. Seguiu-se daí uma “tremenda

luta”. Um morador de Baturité disse ter havido então “muita cacetada, pedrada e facada”. Os praças levaram a pior e, para se refugiarem, entraram na estação e fecharam a porta. A mesma testemunha de Baturité escreveu sobre o episódio:

Quatro a cinco praças que se refugiaram na estação foi o bastante para o povo forçar a entrada do edifício, não o conseguindo a muitos pedidos e rogos; mas ninguém pôde impedir que arremessassem uma chuva de pedras sobre o mesmo, de que resultou quebrarem tudo quanto era vidro, relógio e caixilhos das portas¹³.

Tudo indica que a exaltação dos trabalhadores era extrema nesse momento, tendo o repórter do *Cearense* registrado que “o povo assaltante, a rugir como feras, jurava matar os soldados”. Somente às três horas da tarde, “a muito rogo de diversas pessoas”, em particular do padre Antero Bernardino, coadjutor da freguesia, os soldados puderam finalmente retirar-se da estação, quando “serenou um pouco a irritação popular”. Mas os grevistas impuseram a condição “deles sitiante virem *escoltando* a força pública ensanguentada, rasgada e algumas praças sem boné e sem facão” no percurso até o quartel da cidade, “com muito trabalho dos que os apaziguavam, pois que queriam dar ainda nos soldados!”¹⁴.

Promotores de uma greve com traços de insurreição, os operários da Baturité tomaram o cuidado de sabotar a comunicação com a capital cortando o fio telegráfico. Muitos habitantes da cidade ficaram apavorados com tudo o que viam, e quando os grevistas subiam para o centro da urbe escoltando os soldados, “espalhou-se a triste notícia de que seria saqueada a população”.

Isso alarmou tanto a cidade que num momento fechou-se tudo, procurando cada qual trancar-se o melhor possível e armar-se para o que desse e viesse. Foi um barulho infernal o bater das portas de envolta com a gritaria geral.

Desta vez não passaram de “boatos aterradores”. Recolhida a força pública, o “povo voltou para o Putiú numa gritaria danada e lá acampou”. Mas uma nova onda de pavor tomou conta da cidade quando, ao cair da tarde, chegou um expresso com mais de 25 praças “pedidos para garantir a população”. Quando os soldados desembarcaram, os grevistas os cercaram e os acompanharam “numa vozeria infernal, insultando a força até entrar no quartel”. “Foi outro susto que tivemos, tanto mais quanto se dizia que desta vez seria saqueado o mercado público”. E, mais uma vez, os boatos não se confirmaram. Os trabalhadores permaneceram por algum tempo nas imediações do mercado, “mas com pouca demora seguiram para a estação dando *vivas e morras*”¹⁵.

À noite ainda circularia um “boletim insultuoso ao engenheiro-chefe”, e a cidade recolheu-se apreensiva: “Estão todos amedrontados”, anotou a testemunha de Baturité antes de dormir.

Se o engenheiro em chefe não foi atacado hoje em sua própria casa nesta cidade, agradeça a intervenção de cidadãos distintos. Assim mesmo os engenheiros (alguns) e suas famílias, receosos, pediram socorro e refugiaram-se em casas estranhas¹⁶.

São essas, basicamente, as informações de que disponho sobre a greve dos operários do prolongamento da via férrea de Baturité em 1888. Impactante e expressivo, foi, entretanto, um movimento isolado, após o qual se seguiu um período de vários meses sem registros de novos protestos envolvendo retirantes. Mas uma onda de conflitos sem precedentes estava destinada a estourar no final de agosto de 1889 quando, sob o novo governo do conselheiro Henrique D'Ávila, os salários nas principais obras públicas sob o encargo da administração provincial deixaram de ser pagos. Em muitas obras, os trabalhadores já estavam havia mais de um mês sem receber quando se anunciou subitamente a suspensão de todos os serviços públicos da província.

No dia 22 de agosto, trabalhadores de Granja e de Camocim provocaram “desordens” e ameaçaram saquear os armazéns públicos. Um telegrama do comissário Inácio Fontoura dizia que, por falta de proteção policial, as próprias vidas dos comissários daqueles lugares corriam perigo. Na vila de Pacatuba, no dia 1º de setembro, houve uma “grossa pancadaria nos infelizes retirantes” após uma tentativa de saque. Repelidos “a cacete e pedras”, os retirantes reagiram, “travando-se luta que durou cerca de duas horas”. Em Maranguape, dois dias depois, mais de mil operários das obras suspensas “intimaram o comissário do governo a dar-lhes víveres (...) de modo tão enérgico que o comissário teve de ceder”. Em seguida, foram enviadas tropas oficiais para conter aqueles imigrantes. No mesmo momento em que os acontecimentos transcorriam em Maranguape, em Acarape ocorria um “levantamento dos trabalhadores”, tendo o governo provincial destacado 25 praças para o local¹⁷.

No dia seguinte, 5 de setembro, mais de seiscentos “retirantes armados de faca e cacete” atacaram o depósito de Messejana por volta do meio-dia. Numa nota do *Libertador* lia-se que “os famintos, em desespero, ameaçavam de morte quem se opusesse à realização do intento a que os impelem as aperturas da fome”. Houve então “contusões e ferimentos”, resultado dos choques com os soldados. Naquele mesmo dia as agitações chegariam a Fortaleza, com uma multidão de quatrocentos homens e mulheres atacando os depósitos de víveres do Pajeú. “Em menos de meia hora o armazém ficou inteiramente limpo dos duzentos e tantos volumes de arroz, farinha e charque que continha”. As forças públicas desta vez chegariam tarde demais, não encontrando mais viva alma dos que praticaram o saque¹⁸.

Em 6 de setembro, novamente em Messejana, e ao mesmo tempo no bairro do Alto da Balança, em Fortaleza, havia “grande número de retirantes armados” dispostos a enfrentar quem se pusesse a impedi-los de tomar os gêneros do governo. Horas depois, naquele mesmo dia, “um grupo de famintos, mulheres na maior parte”, atacou três carroças que conduziam víveres para um depósito em Jacarecanga, nos subúrbios da capital¹⁹.

Em 8 de setembro seria a vez de Aracati e Aquiraz viverem momentos de tensão quando outros grupos de retirantes assaltaram os depósitos do governo. Em Baturité, também naquele dia, armazéns foram tomados por imigrantes. E quanto a Quixadá, saques só foram evitados

porque o próprio chefe de polícia para ali se dirigiu no intuito de inibir tumultos no que era um dos maiores centros de reunião de retirantes daquela seca²⁰.

Ainda uma semana depois, em 14 de setembro, um telegrama de Camocim clamava pela remessa urgente de quinze praças “de confiança [para] conter operários [na] distribuição [das] sacas [de] gêneros”. No dia 20, de novo em Camocim, o comissário José de Souza Martins registrou que se propalava pela cidade a intenção dos retirantes de atacar o depósito de gêneros. Como se não bastasse o clima geral de insegurança, aquele comissário teve de lidar com a recusa de operários em descarregar o vapor *Cabral* que chegara naquele mesmo dia trazendo novas remessas de víveres. Os operários alegavam que não queriam trabalhar por “nada receberem do comissário local”, e o comissário Martins, de sua parte, dizia-se “inibido [em] abrir armazém e dar descarga [do vapor] *Cabral*”²¹.

Depois de quase um mês de intensos conflitos, a ordem pública da província encontrava-se profundamente abalada. O presidente Henrique D’Ávila entregou o cargo, e as obras de socorros públicos foram aos poucos sendo retomadas. Os protestos foram também perdendo sua intensidade. Mas seus profundos impactos deixariam todos em alerta até o final da seca. Antes disso, porém, uma agitação popular ainda abalaria os nervos de autoridades e habitantes de Quixadá no fim do mês de novembro. Desta vez a insatisfação dos retirantes estava relacionada com a medida do novo governo republicano de alistar todos os imigrantes “válidos”, proibindo que retirantes não empregados em obras recebessem os socorros sem trabalhar.

Antonio Joaquim Guedes de Miranda, o novo diretor dos socorros públicos em Quixadá, registrou em 27 de novembro que,

já se achando um tanto adiantado o alistamento do povo para o trabalho, fiz constar que de 1º de Dezembro em diante terminaria completamente a distribuição de esmola às pessoas válidas, e que os gêneros só seriam dados em troca do trabalho.

Também teria naquela hora informado aos retirantes que a diária paga pelo governo passaria a ser de setecentos réis – “sendo quinhentos em gêneros e duzentos em dinheiro”. O diretor Miranda percebeu que “alguns aceitaram de bom grado esse alvitre”, mas vários outros se “escusaram de serem alistados”, declarando que “de qualquer modo haviam de comer dos gêneros mandados pelo governo”. Diante da ameaça, o diretor dos socorros teceu sua avaliação sobre o quadro de insegurança na cidade:

Com vinte praças aqui destacadas, número insuficiente para a garantia desta localidade que atualmente tem uma população adventícia muito avultada e já bastante afeita ao abuso ou, para melhor dizer, à dilapidação, estou na impossibilidade de agir como convém em tais casos; é, pois, de absoluta necessidade e urgente ser elevado este destacamento a cinquenta praças, o que se poderá completar com os destacados em Baturité, onde não há aglomeração tão grande de povo.

Julgando que Quixadá havia se tornado na seca “um foco de bandidos atraídos de todos os pontos das províncias vizinhas”, dizia que era “evidente que hoje é preciso força, não para brigar, mas para impor respeito e assim obstar qualquer reação que pretendam fazer com o acabamento desses desperdícios”. Quando afinal conseguisse restabelecer “a ordem nesse estado de coisas, o alistamento se elevará de três a quatro mil homens”, avaliava a nova autoridade republicana²².

Confrontado com um dos períodos mais agitados e ricos em experiências de conflitos como foram os anos de 1888-89, o novo tempo de estiagem em 1900 representaria um evidente recuo nas articulações coletivas dos sertanejos pobres que viveram a passagem do século XIX. Sendo esse um ano para o qual a documentação histórica se revela especialmente escassa de informações a respeito das práticas sociais dos retirantes, apenas um artigo de jornal informa a respeito de um grupo de imigrantes que buscou em vão, numa atitude bastante arriscada, atacar um trem em movimento que passava pela estação de Massapê, da Estrada de Ferro de Sobral²³. Quanto ao mais, as fontes apenas registram as típicas visões hegemônicas a respeito do que seriam sinais do “desespero” de grupos sertanejos diante das condições extremas da fome.

Porém, outros fatores podem estar relacionados à impressão desse declínio das lutas travadas pelos proletários das secas. A seca de 1900 teve por característica uma reduzida adoção de medidas de socorros públicos, o que implicou uma emigração particularmente intensa para outros estados da federação. Poucas obras de socorros foram então organizadas no território seco, reduzindo com isso a formação ali de grandes aglomerações de retirantes. Além disso, a fase de prosperidade por que passavam os negócios da extração do látex na região amazônica e a exportação cafeeira nos estados do Sul podem ter influído de alguma maneira na amenização da sensação deixada em parcelas mais ou menos extensas da população diretamente atingidas pela crise²⁴. Caso uma pesquisa mais detida confirmasse esta hipótese, talvez fosse possível afirmar que a emigração tinha a função de uma espécie de “válvula de escape” das tensões sociais na seca de 1900.

Com a estruturação de uma política de socorros baseada no incremento da açudagem (em relativo detrimento de construção de linhas férreas), uma nova dinâmica passou a caracterizar o antagonismo dos retirantes na seca de 1915. As obras dispersas por vários pontos do sertão distante, empregando, em geral, contingentes de operários restritos a algumas centenas, reduziram as imensas concentrações de retirantes que se viam nas secas anteriores. Mesmo no Campo de Concentração do Alagadiço, em Fortaleza, onde o deputado Ildefonso Albano chegou a encontrar abrigados simultaneamente 35 mil imigrantes, o alojamento ali parece ter sido passageiro para as maiorias, havendo registro de uma grande renovação de pessoas que dali saíam constantemente para outros estados, “sendo logo substituídas por outros [grupos] de igual número que chegavam do interior²⁵”.

A crônica histórica não registra para essa seca grandes confrontos entre retirantes e soldados em centros urbanos, mas, por outro lado, crescem as referências a agitações de operários em açudes, estradas e nas vias férreas em construção. Em centros de trabalho como nos reservatórios do Acarape do Meio e Salão, engenheiros temeram por sua segurança diante da insatisfação que iam crescer entre os retirantes que, aglomerando-se perto dos canteiros, ou não eram alistados, ou, quando recrutados, não recebiam os pagamentos com regularidade (POMPEU SOBRINHO, 1952, pp. 281-289 e 292-298).

Num registro em que se buscou reproduzir com fidelidade as vozes dos próprios retirantes, operários que haviam abandonado as obras do açude Tucunduba reclamavam.

– E por que os srs. abandonaram o serviço? Foi para cuidar da plantação?

– Nhor não, qui nós num temo qui prantá. Tava juntando lá este dinheirim pra isto mesmo, mas homem de vergonha na cara não arrisiste serviço cuma aquele, prunque a gente trabaia no duro correndo com lata na cabeça e qualquer fodoca feitor ainda vem gritar a gente, achando pouco o serviço que vai inté às 7 horas da noite.

Antonce nos aconceiaram qui nós viesse aqui pra vossa senhoria butá essas mizera na foia e aqui está a nossa conversa.

A novidade presente nessa breve queixa não está apenas em que a articulação da resistência dos operários agora era consequência de um conteúdo eminentemente relacionado ao regime de trabalho (em contraste com as reivindicações em torno de valores salariais ou do pagamento em gêneros). Também é novo o método de pressão adotado, com uma pequena comissão de três retirantes procurando a redação do jornal *A Lucta*, em Sobral, para fazer suas denúncias.

Outra maneira como a voz do retirante se fazia ouvir foi por meio de uma carta publicada de um sertanejo que, sem recursos durante a seca, recebeu de um “prezado padrinho” uma proteção na forma de “cartas de recomendação, dinheiro para a viagem e a minha bênção para ser feliz”, com o que se dirigiu até o açude Caio Prado, em Santa Quitéria. Em sua missiva, dirigida ao “padrinho”, o retirante reclamava:

Há 6 dias que aqui cheguei e ainda estou a ver navios. O engenheiro encarregado do serviço tem pretensões a Kaiser, mas de Kaiser não tem nem o bigode, muitas vezes ele se esquece das leis fundamentais da civilidade; é mais pobre em caridade do que nós em dinheiro.

Diz que não há serviço para os “vagabundos” dos outros municípios, não inspira confiança a ninguém, desatende os pedidos justos das pessoas de consideração, é arrogante, é mais exigente no serviço do que o Dr. Edmundo na Administração da Estrada. Afinal, ninguém está satisfeito com tal engenheiro.

Cícero (era esse o nome do autor da carta), para melhorar de alguma forma a sua condição, buscava atizar uma implícita disputa de poder entre o engenheiro recém-chegado à região seca e o coronel seu “padrinho”, mandante tradicional – certamente a quem Cícero se referia como “pessoa de consideração” –, o único que lhe ofereceu apoio. Ao fazer isso, buscava

incrementar a proteção anteriormente recebida na forma das tais “cartas de recomendação”, que haviam sido simplesmente ignoradas pelo engenheiro com “pretensões a Kaiser”. Talvez isso o tenha deixado mais à vontade para inclusive expressar um gesto ameaçador na carta: “Nós, pobres, já não lhe demos uma sova (com licença da palavra) porque respeitamos nele a autoridade do governo que, embora não preste, é sempre autoridade”. E seguiu em suas denúncias:

O ganho dos trabalhadores é muito pouco, não parece ser cousa do governo. O pagamento é dificultoso e malfeito.

Meu padrinho há de pensar que isto tudo é despeito meu ou que eu tenho o hábito de tosar a vida alheia. Mas não, eu não disse a metade do que se passa aqui. O engenheiro é rigoroso, por qualquer coisa o trabalhador é ameaçado de ser dispensado.

Hoje fui pedir-lhe ao menos dois dias de serviço e ele respondeu-me com desdém: “Ora bolas! Você não vê que eu estou botando metade da mundice pra fora?” Rezei o Credo nesta ocasião e esconjurei... mas ainda tive coragem para dizer-lhe: mas doutor, estou para morrer de fome²⁶!

Na seca de 1919, diversas obras de socorros públicos, paralisadas ou ainda em fase de estudos, tiveram de ser logo iniciadas porque os retirantes, já nos primeiros meses do ano, concentraram-se em pontos estratégicos, como ao redor de açudes ou nos extremos das linhas férreas. A simples reunião de certo número de retirantes era motivo para ser considerada uma situação de emergência, embora nas secas daquela década, como apontou Rodolfo Teófilo, os retirantes não tivessem chegado “ao grau de miséria orgânica a que chegaram em 1877”. O “perigo” parecia agora estar associado diretamente ao poder de articulação dos imigrantes, que as elites, a duras penas, aprendiam a respeitar. O Ministério da Viação, nesse sentido, assegurava “estar apressando providências relativamente às obras contra as secas a fim de atender à situação ameaçadora do Ceará, prometendo para breve a iniciação dos trabalhos de açudagem, estradas de rodagem etc.”²⁷.

Dessa forma, a já, a essa altura, habitual pressão de multidões de famintos à porta dos escritórios de engenheiros pedindo empregos e socorros continuou a ser um recurso largamente acionado pelos retirantes durante a seca de 1919. Henrique Couto Fernandes, à frente da Rede de Viação Cearense, registrou concentrações de imigrantes nas extremidades da via férrea Sobral-Itapipoca, o que o fazia solicitar ao Ministério da Viação, a cada momento, uma nova autorização para abrir frentes de trabalho extras. Em julho tiveram início os trabalhos a partir da cidade de Sobral, quando, segundo uma notícia publicada no *Correio da Semana*, uma “multidão imensa de famintos, maltrapilhos e esqueléticos aguardava a hora suspirada de levar seu nome ao caderno dos alistados”. Algumas semanas depois, “chegando a meu conhecimento que na zona de Uruburetama grande número de flagelados acossados pela seca se acha em precárias condições”, o diretor da RVC providenciava a criação de mais duas residências em Itapipoca, “sendo uma em direção a Sobral e outra rumo a Fortaleza, como meio de dar imediato socorro à população dessa zona”. E ainda, após novas pressões,

“dada [a] afluência extraordinária [de] flagelados admitidos [no] trabalho”, em fevereiro de 1920 seria estabelecida uma nova residência de construção em Soure, próximo a Fortaleza²⁸. De modo semelhante, muitas obras em açudes e estradas de rodagem seriam, durante aquela seca, iniciadas em vários pontos do território cearense, obedecendo ao mesmo método de pressão dos imigrantes.

Mas, ao lado de procedimentos consagrados nas ações coletivas dos retirantes, novos métodos de luta surgiram em 1919. Pela primeira vez, operários ocupados em trabalhos de construção durante tempos de seca reivindicariam o aumento de seus salários com a expectativa de que as elites políticas encontrariam na legislação em vigor um amparo para a regularização de direitos que reconhecessem a condição do trabalhador das obras de socorros públicos²⁹.

Na verdade, antes mesmo de se manifestar a seca naquele ano, já havia reivindicações por parte de trabalhadores do sertão que reclamavam da minguada diária de 1.600 réis paga nas obras de prolongamento dos caminhos de ferro no Ceará, considerando essas quantias “insuficientes para a sua subsistência, à vista do elevado preço dos gêneros de primeira necessidade”. Sabendo que “particulares” pagavam naquele tempo de três a quatro mil-réis a diária de jornaleiros, reivindicavam do governo ao menos dois mil-réis de salário. Entretanto, a falta de chuvas atrapalhou o plano dos trabalhadores, ficando a média de salário durante aquele ano no patamar ainda mais restrito de 1.500 réis. Ao que parece, o contexto geral de miséria minou consideravelmente o poder de barganha dos operários, que já vinham conquistando a autorização do ministro Afrânio de Mello Franco para o aumento do salário³⁰.

Mas as pressões dos sertanejos não pararam, mesmo porque as condições aflitivas impeliam os grupos de retirantes a se mobilizarem. Jornais ecoavam as reclamações dos operários engajados nas obras de socorros, demonstrando a desproporção dos salários recebidos pelos imigrantes diante da grande carestia que apertava ainda mais a vida já tão carente de recursos dos pobres. Naquele ano, o poder de compra do salário do trabalhador da seca era ainda menor do que o verificado durante a estiagem de 1915, quando a média diária dos pagamentos nas obras públicas estava em torno dos 1.200 réis. Segundo uma matéria publicada em *A Lucta*, com aquela diária o trabalhador era capaz de comprar em 1915:

½	litro de feijão	150 rs
2	litros de farinha	300 rs
1	quilo de carne	500 rs
200	gramas de açúcar	100 rs
100	gramas de café	80 rs

Em contrapartida, para o retirante comprar aquela mesma quantidade, “já bastante restrita à sua subsistência”, teria de despendar em 1919:

½	litro de feijão	300 rs
2	litros de farinha	600 rs
1	quilo de carne	1.200 rs
200	gramas de açúcar	250 rs
100	gramas de café	250 rs
	Soma	2.600 rs ³¹

Aparentemente, os retirantes alimentavam suas esperanças de aumento salarial na leitura que faziam da conjuntura política diferenciada. Em 1919, o estado era governado por João Tomé Sabóia e Silva, engenheiro que já havia atuado em diversas obras de socorros e que durante anos esteve à frente dos serviços de prolongamento da Estrada de Ferro de Sobral. Ao mesmo tempo, naquele ano seria eleito para a presidência da República o oligarca paraibano Epitácio Pessoa, cujo plano de governo era declaradamente favorável à política de socorros à região afetada pelas secas. Desde 1915, uma bancada ativa de representantes cearenses ganhava progressiva visibilidade, no que se destacou a atuação do deputado Ildefonso Albano, que, em discurso feito na Câmara dos Deputados em 1917, causou espécie entre a classe política do país “provando” que as mortes dos flagelados das secas superavam em número e em sofrimento as baixas das piores guerras, exibindo no plenário fotografias de famílias retirantes deformadas pela fome e pelas doenças³².

Efetivamente, em 1919 não demorou a chegada das comissões de engenheiros ao Ceará com a missão de alistar os pobres atingidos pela estiagem, mas desta vez seriam os recursos financeiros que atrasariam. Aguardando a aprovação das instâncias parlamentares, os altos investimentos canalizados para os estados do Norte que notabilizaram o governo de Epitácio Pessoa só começariam a chegar no final daquela seca, na passagem de 1919 para 1920. Para os retirantes, que nunca podiam se dar ao luxo de esperar, os tempos foram de profunda agonia.

Após meses ouvindo falar na chegada de telegramas do Rio de Janeiro noticiando a cada vez “avanços nas negociações” pelo aumento dos salários, mas sem que se chegasse a qualquer resultado tangível, a paciência ia se esgotando naqueles tempos mais difíceis para os pobres atingidos pelas secas que eram os meses da passagem de ano, entre novembro e março. Porém, em janeiro de 1920 foi finalmente autorizada a elevação dos salários para os trabalhadores das construções nas vias férreas do Ceará, passando o pagamento para dois mil-réis a diária³³. A notícia deve ter sido bastante comemorada nas residências de construção das estradas de ferro, mas o alento não foi suficiente para impedir o surgimento de uma nova onda de protestos dos proletários das secas.

Em 30 de janeiro de 1920, quando se anunciou o fechamento do Dispensário dos Pobres em Fortaleza por falta de recursos, “numeroso grupo de flagelados assaltou carroças de gêneros que se dirigiam da praia para o centro da cidade”. Na parte da tarde, realizou-se um *meeting* na Praça do Ferreira, após o qual “uma multidão de famintos dirigiu-se ao palácio do governo a fim de pedir ao Dr. João Tomé para ser intérprete de suas desgraças junto aos poderes da Nação”. A polícia, no entanto, “proibiu a aproximação dos flagelados”

e dispersou o cortejo de retirantes. No dia seguinte houve saques no comércio da cidade, quando “famintos arrebataram cestas de pães e se apoderaram de algumas bancas de comida feita”. Consta que “muitos armazéns da praia fecharam suas portas” e “caminhões da Light no serviço de transporte de gêneros trafegam guardados por policiais armados de carabinas”. Em meio aos tumultos, um retirante foi preso por tentar “parar um carroção carregado de cereais, pondo uma pedra na linha de bonde”. A “multidão de famintos tentou tomar o preso apedrejando os soldados”. Com o fim dos conflitos, quatro mil retirantes foram enviados pelo governo para os trabalhos na estrada de rodagem de Canindé. Receberiam lá uma diária de 1.800 réis como pagamento. Outra parcela de imigrantes foi mandada para as obras do prolongamento da ferrovia Sobral-Itapipoca³⁴.

Restaurada a ordem na capital, ainda houve agitações em pontos do interior. Um telegrama informava que, em 10 de fevereiro, três mil sertanejos famintos aguardavam o “horário” na estação de Crateús, da EFS, “a fim de se apossarem dos gêneros que lhes mitigassem a fome”. Os retirantes foram convencidos a desistir do “criminoso intento” quando tiveram a garantia do governo de que receberiam socorro imediato. E ainda no dia 26 do mesmo mês, “flagelados concentrados na cidade de Maranguape tentaram atacar o comércio no auge da fome”. Para que a ordem fosse mantida, víveres tiveram de ser distribuídos no mesmo momento³⁵.

Durante a seca de 1919, retirantes combinaram “velhos” e “novos” métodos de pressão em sua luta contra as autoridades e pela vida.

Aprendizados na resistência

As articulações de luta dos proletários das secas não tinham por base a convivência num mesmo bairro, cidade ou fazenda, não se constituíam no reconhecimento das causas específicas de uma determinada categoria ou ofício, sequer as turmas de trabalhadores eram formadas pelos mesmos indivíduos a cada vez que eram organizadas. Em cada ano de seca havia novas as condições de trabalho. A ferrovia que na seca anterior empregara os sertanejos de determinada região, no novo tempo de estiagem já teria avançado para um ponto longínquo do interior seco. O velho açude que no passado dera tantos empregos podia não demandar mais reparos, ou simplesmente faltavam investimentos do governo para que nele os pobres fossem alistados. Para escaparem da morte, os sertanejos pobres tinham sempre que procurar novos lugares onde conseguir os socorros públicos. A “vida nômade” dos flagelados significava que a própria base de articulação dos laços de solidariedade formados entre os trabalhadores das obras públicas não era fixa. Viviam, assim, num movimento constante de arranjos e desarranjos, inclusive no que tange às suas artes da resistência.

Certamente essas características comprometiam a organização de movimentos mais abrangentes ou de caráter permanente, como as que são pré-requisitos para a formação de associações de classes ou sindicatos. Mas, ao mesmo tempo, essas características podem

ter permitido que a trajetória de lutas dos retirantes das secas na passagem do século XIX tenha se apresentado tão rica em dinamismo, com seus contextos de intensificação de protestos sucedendo a longas jornadas de aparente imobilismo, com a adoção de novos métodos de pressão a cada momento, com o surgimento de novas motivações a impulsionar as lutas, com amotinamentos, greves, saques, intimidações coletivas a engenheiros e feitores, e também com a formação de comissões de negociação de salários ou grupos que procuravam os periódicos locais para denunciar opressivos regimes de trabalho. Definitivamente, falar que os retirantes protestavam por simples reação desesperada é uma assertiva bastante insatisfatória (e reducionista) para se interpretar um processo social tão multifacetado e de tamanha magnitude.

A superação de uma abordagem simplista das ações coletivas dos camponeses do semiárido em muitos aspectos é tributária dos trabalhos de Frederico de Castro Neves, sobretudo do livro *A multidão e a história: saques e outras ações de massa no Ceará* (2000), no qual o autor analisa a longa trajetória de ações coletivas dos sertanejos, com suas experiências, aprendizados e expectativas, em que a multidão “negocia através da pressão direta, dos pedidos e exigências, dos saques e, especialmente, da exposição pública de suas misérias, que a seca aguça e dá visibilidade”. Observando nas escolhas dos grupos sertanejos “suas estratégias em função das opções disponíveis”, esse autor entende que suas ações “constituem-se em atos de vontade que precisam ser examinados em sua própria especificidade e naqueles pontos em que se cruzam com as teias mais amplas das relações sociais”. Nesse sentido, Frederico de Castro Neves expressa sua recusa de encarar a fome e a seca como um quadro estrutural que as ações dos retirantes deveriam necessariamente refletir. Em vez de tentar encontrar em algum ponto fora das ações dos retirantes explicações para sua suposta “fraqueza” – que, como é sabido, foi procedimento característico da pesquisa acadêmica até um tempo recente –, preferiu aguçar o olhar e abrir-se às possibilidades de entendimento das próprias práticas dos camponeses como autossuficientes e dotadas de sentidos (NEVES, 200, pp. 13-14). Seguir essa linha de análise nos permite indicar alguns aspectos importantes dos padrões de luta dos retirantes durante a passagem do século XIX, particularmente daqueles que se situavam nas fronteiras do mundo do trabalho.

Sem dúvida, a característica mais expressiva das experiências de luta dos proletários das secas era o uso da força como método de pressão. Como as correntes hegemônicas dos movimentos dos trabalhadores julgam mais eficientes as negociações pacíficas – e protestos como motins e a destruição de máquinas tenham sido, durante muito tempo, tratados como meras expressões da pré-história do movimento operário –, muito rapidamente nos esquecemos de que as “negociações coletivas através da arruaça” (*collective bargaining by riot*) de que fala Eric Hobsbawm foram, na verdade, uma técnica de pressão largamente utilizada por trabalhadores de todo o mundo e em várias fases de sua história (HOBBSAWM, 1981, pp. 15-31).

Entre os retirantes das secas não haveria de ser diferente, mesmo porque, na sua condição de imigrantes, a violência era um dado do cotidiano: nos caminhos pelos sertões secos, nos embarques em trens e navios, no dia a dia dos abarracamentos, nas portas das pagadorias do governo, no cumprimento das jornadas de trabalho em que homens armados encontravam-se sempre em volta. Conflitos com forças policiais eram algo quase previsível, como expressa num ofício o engenheiro Luiz da Rocha Dias, da ferrovia de Sobral, ao dizer que até “pressentia alguma perturbação da ordem pública produzida pela força aqui destacada”. No caso em questão, numa jornada durante o mês de outubro de 1878, em Camocim, retirantes não tinham alternativa senão se defender dos repetidos ataques feitos por soldados insistentes em provocações³⁶.

Mas, como escreveu Natalie Zemon Davis, podemos ver a violência, “não importa quão cruel ela seja, não como casual ou sem limites, mas dirigida a alvos definidos e escolhida dentre um repertório de punições e formas de destruição tradicionais” (DAVIS, 2001, p. 131). De fato, ao analisarmos os episódios de embate acima apresentados, o que parece mais significativo são as maneiras criteriosas como se comportavam os retirantes nos momentos de exaltação. Logo se constata que os levantes correspondiam a uma lógica interna à dinâmica de resistência dos imigrantes. As agonias da fome eram praticamente constantes durante os anos secos, mas os motins se concentravam em certas jornadas, formando ondas de protestos que se intensificavam e depois arrefeciam. Portanto, não era primordialmente em resposta ao estômago vazio que os retirantes se mobilizavam, mas a uma leitura que faziam sobre os momentos mais favoráveis para exercer sua pressão sobre as autoridades.

O próprio gesto ameaçador era calculado. Para que os grevistas da Baturité em 1888 haveriam de invadir o mercado da cidade se o foco de seu protesto era impedir a redução dos salários? Talvez tal atitude provocasse uma repressão mais ostensiva, pondo em risco o objetivo maior da greve. Mas ainda assim dirigiram-se às portas do mercado público, por ali permaneceram durante uns instantes, atijando o pânico na cidade, demonstrando que, se quisessem, podiam saquear aquele estabelecimento. Mas não quiseram...

Gritarias, corre-corre, avanços sobre trens em movimento, destruição de estações ou fachadas de pagadorias, armas empunhadas, a farinha espalhada pelo chão do depósito saqueado, tudo isso sob uma leitura a contrapelo pode se revelar como gestos deliberados dos “ritos da violência”, feitos mais para criar impacto e demonstrar poder de ação do que efetivamente destruir ou machucar (THOMPSON, 2008, pp. 25-85). Afinal de contas, na maioria das vezes os retirantes, agindo assim, forçavam as autoridades a se pronunciar, negociar, distribuir gêneros, alistar novos contingentes em obras de socorros.

Em relação aos retirantes engajados nas turmas de operários, os assaltos aos armazéns do governo – ou simplesmente as ameaças deles – funcionavam como uma espécie de “pressão sindical”, eficiente em face das circunstâncias e das características peculiares das obras de socorros públicos. Não apenas os saques resultavam, em geral, na adoção imediata

de providências compensatórias por parte de engenheiros e comissários, mas, lançando mão da ação direta, os retirantes podiam ainda reunir rapidamente uma multidão solidária e coesa. Uma paralisação pacífica e duradoura costuma requerer longas preparações, supor um alto grau de solidariedade por parte da comunidade envolvente, a formação de algum tipo de fundo de greve, controle sobre “furadores” etc. (HOBSBAWM, 1981, p. 18). Nada disso era possível entre os proletários das secas.

Em compensação, os trabalhadores das grandes obras de socorros públicos formavam um bloco imenso de pessoas que, a princípio, compartilhava os mesmos interesses básicos – de obter as melhores condições de socorro em termos de pagamentos, alimentos, vestimentas, remédios etc., sem que precisassem se matar de trabalhar. É bom destacar que nem sempre eram essas as circunstâncias de grandes obras em ferrovias, canais ou reservatórios, havendo em vários empreendimentos pelo mundo consideráveis divisões internas entre as turmas de operários, separadas por barreiras étnicas e nacionais que geravam obstáculos para a reunião dos trabalhadores na defesa de causas comuns. São conhecidas as disputas que opunham os imigrantes europeus e trabalhadores nacionais dos Estados Unidos aos chineses na construção da ferrovia transcontinental Central Pacific. Da mesma forma, ali costumava ser tensa a convivência entre brancos e negros. Na Índia, os colonizadores britânicos usavam o sistema de castas entre os trabalhadores para “dividir a fim de dominar melhor” os empregados nas obras de socorros. Em estudo sobre a construção do Canal do Panamá, a historiadora Julie Greene mostrou como a intolerância mútua entre barbadianos e espanhóis provocava lutas campais entre os operários por não quererem dividir os mesmos dormitórios e refeitórios, nem mesmo os espaços de trabalho nos trechos de construção (ZINN, 2011, p. 194; MONTGOMERY, [s/d], p. 68, KERR, 2006, pp. 98-101 e GREENE, 2009, pp. 159-179). Não havia semelhantes cisões internas nas obras de socorros públicos no território das secas.

Talvez por essa razão não fosse difícil que os retirantes se convencessem da justiça de tomarem à força, todos juntos, os gêneros alimentícios dos depósitos públicos quando se sentiam de alguma maneira enganados pelos agentes da distribuição. No momento em que avançavam sobre as pagadorias, valores morais compartilhados referendavam a ação, formando-se algo parecido com o que Georges Lefebvre definia como uma “mentalidade coletiva” presente na multidão (LEFEBVRE, 1988, pp. 241-264). Nos protestos, os imigrantes não se julgavam criminosos, mesmo tendo plena consciência de que estavam indo de encontro às leis estatais e desafiando as ordens das autoridades. Confiavam na existência de uma espécie de código informal (não escrito, mas por todos reconhecido) que lhes dava o direito de se apossarem dos gêneros do governo, pois estavam passando fome e precisavam contar com a reciprocidade pública para a subsistência. Daí a grande confiança que manifestavam os revoltosos no momento dos conflitos na Praça Visconde de Pelotas, gritando que “estavam no seu direito, que os gêneros lhes pertenciam”, ou dos operários que se recusavam a se alistar

por salários rebaixados em Quixadá, em 1889, dizendo que, mesmo sem trabalhar, “havam de comer dos gêneros mandados pelo governo”³⁷.

Eram expectativas trazidas diretamente da cultura paternalista reinante no universo sertanejo de onde vinha a grande maioria dos operários das secas. Ali a doação era tida como uma contrapartida justa para os que se dedicavam a extrair as riquezas da terra, mas que se encontravam episodicamente em situação de extrema carência. Justo era o patrão que reconhecesse o seu dever moral de proteger os pobres, dando a comida quando esta faltava. Como o Estado, especialmente a partir da seca de 1877, passava a exercer a função paternalista de principal provedor dos socorros aos flagelados: justo era o governo que reconhecesse seu papel de protetor do povo. Portanto, não fazia muito sentido para os padrões culturais paternalistas dos sertanejos a condição imposta pelas autoridades de somente receberem os benefícios os que haviam trabalhado para tanto.

Sendo assim, os costumes paternalistas dos sertanejos criavam obstáculos para a formação de uma ética de trabalho em que este deveria ser recompensado segundo as regras estritas do assalariamento. E os pagamentos feitos na forma de gêneros, diante disso, reforçavam ainda mais as expectativas tradicionais. Significativo é o fato de que, durante todas as secas da passagem do século XIX, os salários nunca tenham chegado a ser plenamente monetarizados nas obras de socorros públicos.

Na seca de 1877-79, a crise arruinou de tal forma o comércio de alimentos que a grande parcela da comida consumida pela população foi comprada pelo poder imperial em outras províncias, provendo o sustento das massas de pobres com pagamentos em gêneros. Simplesmente os retirantes não tinham como comprar comida de comerciantes a preços minimamente acessíveis. Na seca seguinte, entre 1888 e 1889, ainda haveria uma iniciativa por parte da administração de Caio da Silva Prado de estabelecer contratos com fornecedores para que, num só esforço, o Estado se desonerasse dos encargos com o transporte de víveres e o comércio interno fosse estimulado. O objetivo do governo era reduzir a distribuição de comida ao mínimo possível. Mas o acentuado aumento de preços forçou o governo a voltar atrás, reduzindo a cota-parte do salário paga em dinheiro “para abrigar os operários das evoluções do mercantilismo”. Nas estiagens de 1915 e 1919 já encontramos as obras contra as secas valendo-se em larga escala do sistema de pagamento por meio de fornecedores, em que os trabalhadores recebiam seus salários em dinheiro, mas viam-se forçados a gastá-lo em barracões de comerciantes contratados pela IOCS e RVC. Ainda assim, nos últimos meses de 1919, o atraso das verbas prometidas pelo Ministério da Viação e Obras Públicas provocou difusão, no comércio praticado na região norte do estado, dos chamados “vales da rodagem”, promissórias improvisadas pelos engenheiros das Obras Novas Contra as Secas que criaram grandes constrangimentos entre operários e comerciantes, mas que acabaram tendo de ser aceitas como moeda de troca³⁸.

Em meio a essa (lenta, imperfeita, porém progressiva) monetarização dos salários, os proletários das secas iam lidando com novas condições em relação aos socorros públicos, o que estimulava certas alterações em seus hábitos de trabalho e na forma mesma de encarar a relação com o assalariamento. Processualmente, os socorros – até então entendidos basicamente como um sinal de reciprocidade inerente às regras paternalistas – foram sendo vistos como um direito dos que haviam trabalhado para conquistá-lo. Quando relatou, indignado, uma das tantas cenas de repressão que as tropas policiais de Fortaleza promoveram contra os retirantes em frente a uma pagadoria, Rodolfo Teófilo envolveu simultaneamente essas duas noções de legitimidade quando considerou: “havia três dias que esses infelizes não recebiam rações, ou por falta de víveres ou por negligência dos comissários; contudo, trabalhavam no serviço do governo³⁹”.

A formação dos proletários das secas caracterizou-se por esse aprendizado em ir lidando com as relações de trabalho assalariado, apesar de nunca terem desistido de manter o costumeiro princípio de encarar os socorros públicos como algo a que tinham merecimento pelos critérios da economia moral sertaneja. Esse traço cultural, ao mesmo tempo rebelde e tradicional, não os impediu de incorporar das experiências de luta nas obras públicas variadas formas de articulação de resistência. Valeram-se de greves coordenadas, da realização de passeatas e assembleias em logradouros urbanos, de denúncias publicadas em jornais de grande circulação, de reivindicações junto a representantes políticos e autoridades – e ainda de outros prováveis arranjos que a consulta às fontes nesta pesquisa não lograram reconhecer. Mesmo que, ao fim de cada seca, o retorno da maioria dos operários para os distantes sertões exercesse um efeito desarranjador nas artes da resistência duramente engendradas, com o passar dos anos a cultura operária criada nas obras de socorros públicos foi se estabelecendo e se consolidando na forma de novos sujeitos sociais dispostos a resistir às opressões dos tempos de estiagem.

Notas

¹ A pesquisa que deu origem a este artigo contou com o financiamento da Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FUNCAP.

² Na descrição feita por Rodolfo Teófilo, uma pagadoria de retirantes “não era mais do que uma casa para depósito de gêneros e um curral de pau a pique exposto inteiramente ao sol, com uma porteira, e tudo igual aos que se fazem no sertão para recolher o gado. Na hora do pagamento, recolhia-se ao curral os retirantes, homens e mulheres; colocavam-se quatro soldados, um em cada ângulo exterior da estacada, a fim de vigiarem os que já tinham recebido ração, impedindo assim que escalassem a cerca de fora para dentro. Encurralados os emigrantes, o pagador abria a porta de sua repartição, enquanto o seu ajudante dava passagem na porteira do curral a um retirante de cada vez. Pago aquele, saía outro, e assim até o fim.” TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca no Ceará (1877-1880)**. Fortaleza: Typographia Inglesa, 1922, pp. 236-237.

³ *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. *Grifos do próprio jornal*. O *Pedro II* era um periódico que sustentava as posições políticas de uma das facções do Partido Conservador no Ceará, alinhada sob a liderança da família Fernandes Vieira. No momento em que transcorriam os acontecimentos narrados, exercia direta e acirrada oposição ao governo liberal de José Júlio de Albuquerque Barros, que contava para sua defesa com a publicação de *Cearense*, órgão do Partido Liberal.

⁴ Em ofício de 24/08/1878 e anexos, II^o 282, Ministério da Justiça, Arquivo Nacional (AN doravante) lê-se: “Nesse propósito andaram pelos abarracamentos falando aos emigrantes, pregando a todos as suas ideias subversivas da ordem e da economia da propriedade pública e predispondo-os para um movimento qualquer de levantamento e insubordinação”.

⁵ *Pedro II* de 22/08/1878, Fortaleza, IC. Ofício de 24/08/1878 e anexos, II^o 282, Ministério da Justiça, AN. Toda a narrativa que segue terá por base esse mesmo conjunto de fontes.

⁶ Aspectos gerais das obras de socorros públicos são apresentados em CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorros públicos (1877-1919)”. In: *Revista Mundos do Trabalho*, v. 3, n. 6, 2011, pp. 176-193.

⁷ CEARÁ. *Fala com que o excelentíssimo Sr. Dr. José Júlio de Albuquerque Barros, presidente da província do Ceará, abriu a 1ª seção da 24ª legislatura da assembleia legislativa no dia 1 de novembro de 1878*. Fortaleza: Typographia Brasileira, 1879, pp. 52-53.

⁸ TEÓFILO, *História da seca do Ceará...*, p. 178. Ofício de 23/03/1878 e anexos, II^o 282, Ministério

da Justiça, AN. Ofícios de 16/07 e 14/08/1878, Fortaleza, caixa 7, Socorros Públicos, APEC.

⁹ Ofício de 10/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

¹⁰ Ofício de 24/08/1878, Distritos de Fortaleza, caixa 21, Socorros Públicos, APEC.

¹¹ “Segundo essa visão”, afirmou Thompson, “difícilmente se pode tomar a gente comum como agente histórico antes da Revolução Francesa. Antes desse período, ela se intromete ocasional e espasmodicamente na cena histórica, em períodos de repentina perturbação social. Essas intromissões são antes compulsivas que conscientes ou autoativadas: não passam de reações aos estímulos econômicos. Basta mencionar uma colheita malograda ou uma tendência de baixa no mercado, e todos os requisitos da explicação histórica são satisfeitos.” THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, pp. 150-151.

¹² *Cearense* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

¹³ *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

¹⁴ *Cearense* de 3/10/1888, e *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

¹⁵ *Idem*.

¹⁶ *Pedro II* de 3/10/1888, Fortaleza, BN.

¹⁷ Telegrama de 24/08/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC. *Libertador* de 2/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

¹⁸ *Libertador* de 5/09 e 6/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

¹⁹ *Libertador* de 6/09 e 7/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

²⁰ *Libertador* de 9/09/1889, Fortaleza, BPGMP.

²¹ Telegramas de 14/09 e 20/19/1889, Sobral, caixa 15, Socorros Públicos, APEC.

²² Ofício de 27/11/1889, Quixadá, caixa 14, Socorros Públicos, APEC.

²³ *A Cidade* de 14/11/1900, Sobral, BPGMP.

²⁴ Sobre o desempenho econômico do comércio exportador do café e da borracha nessa época cf. FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

²⁵ ALBANO, Ildefonso. **O secular problema do Nordeste**. Discurso pronunciado na Câmara dos Deputados em 15 de outubro de 1917. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, p. 30. CEARÁ. **Mensagem dirigida à assembleia legislativa do Ceará em 1º de julho de 1916 pelo presidente do estado coronel Benjamin Liberato Barroso**. Fortaleza, 1916, p. 7.

²⁶ *A Lucta* de 24/01/1920, Sobral, BN.

²⁷ TEÓFILO, Rodolfo. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980, p. 97. *Correio da Semana* de 29/03/1919, Sobral, BPGMP.

²⁸ **Correio da Semana** de 26/07/1919, Sobral, BPGMP. Ofícios de 26/08/1919 e 2/02/1920, GIF 4B 450, maço 295, AN.

²⁹ Como mostrou Ângela de Castro Gomes, aquele foi um tempo de debates parlamentares importantes acerca da “questão operária”, quando a classe política procurou desfazer em parte a imagem assaz negativa do país aos países estrangeiros no que tangia a questão dos direitos dos trabalhadores. Apesar de a repressão ter sido implacável contra os movimentos grevistas naqueles anos, não deixou de haver, por outro lado, anúncios por parte do Estado de certa disposição para aprovar algumas leis de caráter trabalhista cuja intenção era claramente arrefecer os protestos operários que tomavam as ruas. Cf. GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979, p. 85-107. GOMES, Ângela de Castro. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005, pp. 125-173.

³⁰ Ofício de 29/01/1919, GIF 4B 450, maço 295, AN.

³¹ **A Lucta** de 30/07/1919, Sobral, BN.

³² ALBANO, Ildefonso. **O secular problema do Nordeste...** Op. cit.

³³ **A Lucta** de 24/01/1920, Sobral, BN.

³⁴ **A Ordem** de 06/02 e 07/02/1920, Sobral, e **Correio da Semana** de 07/02/1920, Sobral, BPGMP.

³⁵ **A Lucta** de 11/02/1920, Sobral, BN, e **Correio da Semana** de 28/02/1920, Sobral, BPGMP.

³⁶ Ofício de 23/10/1878, EFS, APEC.

³⁷ Duas obras de referência que analisam aspectos de códigos populares de justiça são: THOMPSON, Edward P. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. HAY, Douglas et. alli. **Albion's fatal tree**: crime and society in eighteenth-century England. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

³⁸ Ofício de 3/04/1889, Acarape, caixa 1, Socorros Públicos, APEC. **A Lucta** de 10/01/1920, Sobral, BN.

³⁹ TEÓFILO, Rodolfo. **História da seca do Ceará...** Op. cit., p. 178.

Referências Bibliográficas

CÂNDIDO, Tyrone Apollo Pontes. “Operários das secas: retirantes e trabalhadores de ofício em obras de socorros públicos (1877-1919)”. In: **Revista Mundos do Trabalho**, v. 3, n. 6, 2011, pp. 176-193.

DAVIS, Natalie Zemon. “Ritos da violência”. In: **Culturas do povo**: sociedade e cultura no início da França moderna. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOMES, Ângela de Castro. **Burguesia e trabalho**: política e legislação social no Brasil, 1917-1937. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

_____. **A invenção do trabalhismo**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2005.

GREENE, Julie. **The canal builders**: making America's empire at the Panama Canal. New York: Penguin Books, 2009.

HAY, Douglas et. alli. **Albion's fatal tree**: crime and society in eighteenth-century England. Hamondsworth, England: Penguin Books, 1977.

HOBSBAWM, Eric J. **Os trabalhadores**: estudos sobre a história do operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

KERR, Ian J. “On the move: circulating labor in Pre-Colonial, Colonial, and Post-Colonial India”. In: **International Social History Review**, 51, supplement, 2006, pp. 98-101.

LEFEBVRE, Georges. “Les foules révolutionnaires”. In: **La grande peur de 1789**. Paris: Armand Colin, 1988, pp. 241-264.

MONTGOMERY, David. **The fall of the house of labor**: the workplace, the state, and American labor activism, 1865-1925. Cambridge: Cambridge University Press, [s/d].

NEVES, Frederico de Castro. **A multidão e a história**: saques e outras ações de massa no Ceará. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2000.

POMPEU SOBRINHO, Tomás. **História das secas** (século XX). Fortaleza: Editora A. Batista Fontenele, 1953.
TEÓFILO, Rodolfo. **História da secca no Ceará (1877-1880)**. Fortaleza: Typographia Inglesa, 1922.
_____. **A seca de 1915**. Fortaleza: Edições UFC, 1980.

THOMPSON, Edward P. **Costumes em comum**: estudos sobre a cultura popular tradicional. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

_____. **Senhores e caçadores**: a origem da Lei Negra. 2ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

ZINN, Howard. **La otra historia de los Estados Unidos**. 3ª edição. Madrid: Siete Cuentos, 2011.

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 03/06/2016



À sombra do cacau: representações sobre trabalho forçado nas ilhas de São Tomé e Príncipe¹

In the shadow of cacao: representations of forced labour on the islands of São Tomé and Príncipe

Marina Berthet

Doutora em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo (USP) e Professora Adjunta do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense (UFF)
marinaannie@gmail.com

RESUMO: O artigo se propõe explorar fontes menos recorrentes² que falem das práticas de trabalho forçado nas ilhas de São Tomé e Príncipe (África) – colônias do Império português nessa época. Estabelecendo um diálogo entre essas diversas fontes, procuro descrever algumas ideias sobre trabalho forçado construídas por diversos atores sociais. O diálogo entre fontes escritas e orais é relevante para esboçar um retrato mais complexo da sociedade são-tomense da época colonial e que durante décadas recorreu a uma mão de obra agrícola submetida a diversas práticas de coerção. Entre correspondências administrativas e memórias, inicio neste artigo a reconstrução de uma história do trabalho forçado em São Tomé e Príncipe. Contratados cabo-verdianos, roceiros, agentes da Curadoria Geral e artistas cabo-verdianos são as vozes ouvidas e lidas. O recorte temporal foi definido em função da data de produção dos documentos de fontes escritas e orais, e corresponde às últimas décadas do século XIX até meados do século XX.

Palavras-chave: Representações; trabalho forçado; São Tomé e Príncipe.

ABSTRACT: *This article explores less recurrent sources telling of the practice of forced labour on the islands of São Tomé and Príncipe (Africa), which at the time were colonies of the Portuguese Empire. By dialoguing with these sources, it seeks to describe ideas about forced labour constructed by a variety of social actors. The dialogue between written and oral sources is key to sketching a more complex portrait of the society of São Tomé in colonial times, which for decades resorted to farm labour under a range of coercive relations. Drawing on administrative correspondence and memoirs, the article makes a start in reconstructing a history of forced labour on São Tomé and Príncipe. The voices heard and read include Cape Verdean hired hands, landless rural workers, agents of the Curatorship-General and Cape Verdean artists. The study period, chosen to reflect the dates when the documents on written and oral sources were produced, spans the final decades of the 19th century to the mid-20th century.*

Keywords: Representations; forced labour; São Tomé and Príncipe.

A temática do trabalho escravo e forçado no contexto da África colonial tem se mostrado um campo profícuo de análises que versam sobre questões jurídicas, éticas e morais (CAPELA, 1993; TORRES, 2008), balanços econômicos sobre a rentabilidade e os custos da mão de obra (CAPELA, 1993 e 2002; SANTOS, 2002). A multiplicidade dessas pesquisas, somada a novas abordagens que valorizam a interdisciplinaridade (entre História e Sociologia, por exemplo) e escolhem novos ângulos de entendimento – focando, por exemplo, nas memórias dos trabalhadores –, veio tornar esse campo historiográfico mais denso. Pesquisas inovadoras se debruçam sobre análises de jornais locais que denunciam o trabalho escravo e forçado (ZAMPARONI, 2004), sobre a questão da resistência africana ao colonialismo via mobilidade forçada (TOURÉ, 1984, CISSÉ, 2013 e TIQUET, 2014), sobre diversas fontes escritas e orais que desvendam as práticas cotidianas do trabalho do ponto de vista dos trabalhadores e dos administradores de plantações (FALL, 1993, 2011, e BALL, 2006). É nessa última linha de pesquisa que este artigo se inscreve. Em uma pesquisa mais abrangente, procuro entender quais são as representações que circulam sobre o trabalho forçado do ponto de vista dos migrantes e trabalhadores cabo-verdianos, dos agentes coloniais e patrões, e, ainda, por parte “dos que ficam”, como os artistas da sociedade cabo-verdiana (sociedade de origem desses trabalhadores). Para além das leis coloniais que definem e determinam as nuances entre “trabalho escravo”, “trabalho compelido”, “trabalho correccional” e “trabalho forçado”, olho para os atores do trabalho, suas memórias, suas apropriações e suas experiências vividas. Assim sendo, não pretendo promover uma discussão moral ou conceitual dos termos acima citados. Prefiro me basear nas definições que os indivíduos – confrontados com um sistema estruturado por normas, leis e critérios – criam a partir de suas experiências de trabalho, de desterritorialização, de confinamento e de mudanças. Enriqueço as informações⁵ e testemunhos obtidos por um corpus artístico criado por artistas que olham para a experiência do contrato. As relações entre arte e mobilidade têm sido analisadas, por exemplo, como uma questão intrínseca às mudanças e dinâmicas sociais (CANUT & MAZAURIC, 2014). Em outras palavras, as análises de diversas expressões artísticas podem fornecer informações sobre os fenômenos sociais estudados. Nesse sentido, me pergunto o que os fenômenos de produção e circulação da palavra artística (musical, poética, ligada a prosa....) nos ensinam sobre o trabalho forçado? Essas informações se tornam ainda mais valiosas quando sabemos da escassez de fontes escritas – salvo as transcrições de músicas e a literatura – quando o assunto é o ponto de vista dos trabalhadores. Cabe enfatizar que a maior parte das fontes escritas – estatísticas, faturas, relatos mensais internos, notificações e circulares confidenciais etc. – contemplam (ainda que parcialmente) a perspectiva dos administradores das sociedades agrícolas e de alguns órgãos governamentais.

Ball (2006), no seu trabalho sobre memórias de trabalhadores angolanos, menciona duas fontes cruciais para explorar essa temática. O autor aponta para a relevância da primeira fonte (escrita): os relatos de investigação encomendados para verificar suspeitas de trabalho

escravo (Relato Ross ou do Galvão). A segunda fonte (oral) se baseia nas entrevistas feitas com antigos contratados – em contexto de relatos ou de pesquisa – que auxiliaram o historiador na sua análise dos olhares e testemunhos dos trabalhadores sobre sua experiência do contrato. Creio, como afirmado anteriormente, que esse universo de fontes (orais e escritas) pode ser ampliado por diversas formas artísticas e referências culturais⁶ criadas em diferentes espaços-tempos por trabalhadores ou por artistas ou outras pessoas que desejam se expressar sobre esse fenômeno, criticá-lo ou comentá-lo.

O que procuro captar nesse corpus de expressões é a subjetividade⁷ do entrevistado, do trabalhador ou de outra pessoa que cria. Seguindo os passos do Portelli (1981, p.97), que enxerga a fonte oral como única e cuja riqueza reside na subjetividade⁸ de “quem fala”, entendo que essa subjetividade nos ajuda a melhor entender a construção das representatividades que circularam e ainda circulam sobre a época do trabalho escravo e forçado dos migrantes cabo-verdianos em São Tomé e Príncipe. A ideia de subjetividade escolhida aqui dialoga com o conceito de comunidade de sentimentos proposto por Appadurai (2005). Proponho pensar a criação de um imaginário local cabo-verdiano constituído como comunidade de sentimentos⁹ que compartilha laços de afeto e discursos, e considera a migração para São Tomé e Príncipe como “a pior migração” que os cabo-verdianos já vivenciaram. Isso leva os cabo-verdianos – instalados em São Tomé e Príncipe – a reconstruir suas memórias em função desse imaginário local, respondendo a essas representações distantes, contestando-as ou então alimentando o discurso acima mencionado.

Quando Eugênio Tavares (1867-1930), jornalista, poeta e cantor cabo-verdiano, escreveu em 1912 o soneto intitulado “Emigração (a propósito da emigração para S. Tomé)”, as ilhas já eram conhecidas por serem (terras) locais de desterro onde o trabalhador podia perder a própria vida por causa da doença do sono. O poeta indaga seus conterrâneos a apresentar os motivos que os levam a partir para as ilhas do cacau (São Tomé e Príncipe). As práticas escravistas ligadas à cultura do cacau de São Tomé e Príncipe já eram internacionalmente denunciadas em jornais locais das sociedades que forneciam trabalhadores (por exemplo Moçambique), em relatos confidenciais comanditados por empresas particulares (como Cadbury) e, posteriormente, pela Sociedade das Nações. Paradoxalmente, entre 1900 e 1910, essa colônia portuguesa já tinha sido algumas vezes primeira produtora mundial de cacau¹⁰. De modo geral, as acusações levavam à construção de uma correlação entre a persistência dos patrões em manter um regime de escravidão ou trabalho forçado nas suas *plantations* e o fato de as ilhas serem o primeiro produtor mundial de cacau. Após 1912, as ilhas nunca mais conseguiriam atingir esse patamar econômico; no entanto, as denúncias das violências perpetradas pelo regime colonial português vão sendo cada vez mais reforçadas como uma polifonia de discursos construídos no campo jornalístico, social e artístico. Em termos jurídicos, Portugal criou sua própria legislação relativa aos indígenas. Desde 1853, procura libertar os escravos (com obrigatoriedade de serviços pós- liberação), lança as bases

do contrato de trabalho (lei de outubro de 1853), prevê a obrigação de registrar os escravos (lei de dezembro de 1854). No entanto, apesar das diversas leis criadas entre 1850 e 1915 e das pressões internacionais, os governadores locais – da colônia produtora de cacau – que prometeram o declínio da escravatura (até mesmo sua extinção) atuaram paradoxalmente no sentido de encorajar a importação de mão de obra escrava, considerada imprescindível para a sobrevivência das sociedades agrícolas (chamadas localmente de roças). A importação de mão de obra estrangeira se torna mais recorrente após “a crise braçal de 1875” (Nascimento, 1992). Essa situação fez com que os contratados ou serviçais vivessem na condição de antigos escravos, e os patrões, conhecidos como roceiros, mantinham essa condição nas esferas de suas roças, assim como habitações para os serviçais (mais conhecidas como comboios ou senzalas). A recrudescência do *resgate*¹¹ de braços posterior a 1875 visava a compensar a perda da mão de obra liberta das ilhas que se recusava a permanecer nas roças. (Nascimento, 1992, p.328). Nessa época, a mão de obra estrangeira provinha essencialmente de Angola, mas Carreira sinaliza a importação de cabo-verdianos em meados do século XIX (Carreira, 1984, p.238). Quando Tavares se insurge contra a emigração cabo-verdiana para São Tomé, esse destino já era comum entre seus conterrâneos. O poeta revoltado caracteriza São Tomé e Príncipe como terra “*maldita, macilenta, tristonha e depauperada*”. No seu poema, o autor indaga aos cabo-verdianos sobre as razões da escolha das tristes ilhas de desterro como destino final para sua experiência migratória: “(...) *Mas por que ides, assim arrebanhada? A essa maldita terra de desterro/ É a fome que vos leva acorrentada?*”. O autor não entende a passividade dos migrantes: “(...) *Entregue a seu destino, indiferente / A tanto sofrimento, tanta dor!*”, e como solução preconiza a ida à América “*A terra do trabalho e liberdade*”. Oriundo de uma família mais abastada do que a maioria dos cabo-verdianos, Tavares parece ignorar as pressões dos governos locais para o recrutamento de trabalhadores em direção às ilhas e desconhece a realidade dos seus conterrâneos. No entanto, seu poema é crucial na construção de um discurso depreciativo de São Tomé e Príncipe e que marcará diversas gerações de artistas em Cabo Verde. Por meio de sua expressão artística, Tavares contribui para a criação de um imaginário local em que São Tomé e Príncipe é considerada uma “terra de desterro” em que até a morte é anunciada. Segue aqui a íntegra do soneto.

Como é triste e desolador
 Ver partir aos magotes esta gente
 Entregue a seu destino, indiferente
 A tanto sofrimento, tanta dor!
 Se a sorte ainda a traz à terra amiga
 Macilenta, tristonha, depaup´rada
 Com a doença do sono, já minada
 Ao cemitério um só coval
 mendiga
 Mas porque ides, assim arrebanhada?
 A essa maldita terra de desterro

É a fome que vos leva acorrentada?
 Aproveitai melhor a mocidade
 E ide mais distante, ide à América
 A terra do trabalho e liberdade.

A mortalidade dos trabalhadores, homens e mulheres e de seus filhos, é um dado constantemente avaliado pelos observadores estrangeiros e argumento (com base em estatísticas) utilizado para reforçar as denúncias internacionais sobre práticas escravistas portuguesas nas suas colônias. A mortalidade infantil é o cerne da circular confidencial emitida em 7 de agosto de 1929 pela Curadoria Geral dos trabalhadores indígenas da colônia de São Tomé e Príncipe¹², enviada ao Exmo. senhor administrador da roça Plancas (GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE, 1929, p.1). Ela continha um resumo do despacho de sua Excelência o Governador.

Conheço muito bem os cuidados que os agricultores dispensam aos seus serviçais, a maneira como estão montados e apetrechados os hospitais das roças e a superior competência dos médicos que os dirigem. Julgo, em todo caso, oportuno lembrar a necessidade de tornar os cuidados cada vez mais efectivos ou intensos sobretudo no que diz respeito as crianças.

Os inimigos de São Tomé não desarmam; servem-se de todos os meios para desacreditar nossos métodos de trabalho ou para falsear o tratamento que aqui se dá ao serviçal. Voltam agora à campanha da mortalidade – que falsamente apregoam a 5,8% - num artigo publicado no *The anti-slavery reporter and the aborigenes friends*” de Londres, no mês passado. Nele se referem mais uma vez às infelizes estatísticas de Dr Eruto da Costa, e a muitas posteriores, onde figura um grande número de mortes sem diagnóstico da doença. O que Mr Burt (nome já muito nosso conhecido) atribui à falta de cuidados clínicos.

O facto já tem sido muito explorado, e torna a sê-lo agora, querendo confundir a falta de diagnóstico com a assistência médica. Este caso, apesar de ser totalmente falso, é, para nós, um dos mais graves porque infelizmente se baseia nas nossas próprias estatísticas. É necessário, portanto, que casos destes não se repitam, devendo figurar sempre nas certidões de óbito o diagnóstico da doença, e haver todo o cuidado na publicação de estatísticas, de não permitirem as falsas interpretações.

A Curadoria Geral chamará, para este melindroso assunto, a atenção dos administradores das roças, tornando-os responsáveis pela falta de cumprimento desta determinação. S. Tomé, 05 de agosto de 1929. F. Penteado. (...).

Por meio dessa circular confidencial, entende-se que eram constantes as relações e correspondências entre o órgão governamental de proteção aos Indígenas – nomeadamente a Curadoria Geral dos Indígenas – e os administradores de roças. Diante dos “inimigos”, a união entre roceiros e a curadoria fazia-se mais urgente para defender a imagem que Portugal retratava a propósito de sua administração colonial. O tom diplomático empregado no primeiro parágrafo deixa supor que as autoridades locais precisavam ser cautelosas com os roceiros para garantir seu apoio. O isolamento de Portugal na cena internacional é reforçado

no texto e leva o autor à construção de um sentimento de vitimização. Essa construção se baseia na existência dos “inimigos” sem rosto, capazes de recorrer a “todos os meios” (legais e ilegais) e que “falseiam” seus discursos e relatos sobre os tratamentos dados aos serviçais. As diversas campanhas promovidas pela Organização Internacional do Trabalho da época são conhecidas pelas autoridades coloniais que também leem os (inúmeros) artigos publicados nessa época sobre a temática do trabalho forçado e maus-tratos sofridos pelos trabalhadores das roças de cacau. As autoridades locais estão constantemente informadas sobre o assunto e conhecem, inclusive, os autores de tais relatos, artigos e estatísticas. São aqui mencionados Eruto Costa e Mr Burttt. Esse nome “já muito conhecido” se tornou famoso quando realizou uma missão de investigação comandada por *Cadbury Chocolate Company* (famosa empresa inglesa de fabricação de chocolate que comprava o cacau das ilhas de São Tomé e Príncipe). Joseph Burttt – funcionário e amigo dos irmãos Cadbury – viajou (entre junho de 1905 e março 1907) para São Tomé e Príncipe e Angola e Moçambique (outras colônias portuguesas). A missão se estendeu para a região do Transvaal (atual África do Sul).

Nessa época, o escândalo do cacau escravo já ecoava nas redes comerciais e nas mídias europeias. Pressionado e questionado sobre sua posição a respeito, William Cadbury organizou uma missão para averiguar as acusações. Após essa missão, Joseph Burttt participou ativamente de diversas campanhas antiescravagistas e, como indica a circular, provavelmente comentava os artigos e as estatísticas produzidos sobre São Tomé e Príncipe. Por fim, a carta nos leva a entender os tipos de discussões que circulavam e constituíam documentos comprovando as práticas de trabalho forçado, a partir das estatísticas produzidas pelos observadores e que, por ironia do destino, se baseavam nas estatísticas feitas pelos médicos dos hospitais e pelos roceiros. A campanha sobre mortalidade provavelmente levou à procura das certidões de óbito que não mencionam a causa da morte, o que, obviamente, levanta suspeitas.

Como é mencionado no texto, esse elemento “já tem sido muito explorado” e continua sendo um argumento crucial. O autor do texto nos explica então que os observadores – como Joseph Burttt o fez – tendiam a relacionar o número de mortes sem diagnóstico da doença a uma “falta de cuidados clínicos”. Conforme o raciocínio do autor, confundir a falta de diagnóstico com a ausência de assistência médica levava a conclusões enganosas e falsificadas, e a “*falsas interpretações*”. É interessante notar que a falta de diagnóstico de doença se tornou provavelmente uma prática generalizada entre os roceiros e médicos coniventes que não deviam se preocupar muito com as missões internacionais. Ainda que não esteja explícito nas recomendações feitas no texto, a proposta é falsificar as estatísticas, mentir sobre as verdadeiras causas da morte e manipular as estatísticas. “É necessário, portanto, que casos destes se não repitam, devendo figurar sempre nas certidões de óbito o diagnóstico da doença”. Caso o trabalhador morresse de maus-tratos, ele deveria ser diagnosticado com uma doença qualquer, e não poderiam ser indicadas as verdadeiras razões da morte. A reação da Curadoria, que parte de um artigo publicado para demonstrar sua indignação e reiterar o

fato de que não pode ser responsabilizada pelas práticas dos roceiros, nos permite entender a eficiência dos relatos internacionais pelo menos para acusar Portugal. O incômodo das autoridades locais diante de um artigo tem se manifestado constantemente ao longo de sua história com a OIT e com seus acusadores.

Creio ser relevante citar três relatos que provocaram um escândalo internacional apontando principalmente para o cacau escravo e a ira do império português quando foram publicados. O de Joseph Burt em 1907, do sociólogo Edward Ross em 1924 e o de Henrique Galvão em 1947, e uma monografia publicada em 1950-51. Esses relatos nos permitem ter acesso a diversas práticas administrativas e comerciais coloniais relativas ao sistema de trabalho forçado ao longo de quatro décadas durante o século XX. Considerando os limites e a proposta do artigo, citarei aqui apenas a monografia de Galvão (posterior ao seu relato). Vale enfatizar que nesses três relatos a questão da alta mortalidade entre os contratados é reiterada como prova de maus-tratos sofridos pelos serviçais.

Henrique Galvão (1895-1975) que foi capitão do exército português e inspetor da administração colonial portuguesa, tinha sido enviado a Angola nos anos 1940. Galvão escreveu romances, relatos e poemas (etc.) ao longo de sua vida. No seu relato de 1947, o agente colonial denunciava as diversas práticas burocráticas atreladas à manutenção de um sistema retrógrado de uso de mão de obra que tornava o sistema ineficiente e não valorizava as vantagens do trabalho livre. Galvão¹³ chegou a concluir que o sistema em vigor, contaminado pela alta corrupção, era mais cruel que a escravidão, e constatava que as péssimas condições de trabalho provocavam muitas mortes. Assim, ele observava que oficiais portugueses se tornaram agentes de recrutamento que enviavam trabalhadores para patrões que não pagavam aos agentes e roubavam os salários dos trabalhadores, cujos interesses eles supostamente deviam proteger. Segundo Ball (2006), o relatório de Galvão corrobora as conclusões tiradas mais de vinte anos antes por Ross. A constante problemática das condições de trabalho da mão de obra surge no decorrer da monografia quando Galvão analisa a situação social e política de São Tomé e Príncipe (GALVÃO; SELVAGEM, 1951).

Os autores vão escrever a monografia com base nas suas observações e leituras de textos de historiadores e não recorrem, por exemplo, a entrevistas feitas com trabalhadores. Os autores (a monografia foi escrita com Carlos Selvagem) vão reiterar a centralidade da questão da mão de obra no desenvolvimento de São Tomé e Príncipe (1951, p.271): *“Para São Tomé e Príncipe, tudo era produto da mão de obra escrava e não havia que contar nem com o trabalho dos nativos nem com o livre voluntário engajamento de negros das possessões portuguesas de Angola ou da Guiné pela memória odiosa do chicote do opressor branco”*. Os autores constatarem também que *“os problemas cruciantes continuavam a ser do capital e da mão de obra escrava”* (GALVÃO; SELVAGEM, 1951, p.271). Galvão e Selvagem concluem que, se tudo depende da mão de obra nas duas ilhas do Atlântico, os administradores e agentes coloniais, mas também os roceiros não conseguem *“fazer o nativo trabalhar”* porque parte deles não quer trabalhar

e a outra parte não aceita as condições de trabalho oferecidas. Os autores observam que os roceiros utilizam todos os meios possíveis para garantir o rendimento econômico de suas roças ao recorrerem ao “trabalho dos libertos do Estado”, obtidos por concessões legais ou por importação clandestina de negros (GALVÃO, SELVAGEM, p.289). Eles percebem que, décadas depois, o registro de libertos, obrigatório pelo decreto de dezembro de 1854, tornar-se-á um caos. Esse serviço de libertos e da importação de mais negros ensombra, porém, tão “auspicioso futuro pela burla infame das leis e pela consequente anarquia econômica e administrativa” (GALVÃO, SELVAGEM, 1951, p.289). Os autores prosseguem motivados pelo objetivo principal de apontar a burocracia administrativa como responsável pela corrupção generalizada que envolvia os agentes coloniais e os roceiros. Esses últimos são acusados de reincidir nas suas atividades ilegais, com fraudes, introdução clandestina de trabalhadores negros, perpetuação do tráfico apesar do Regulamento do Trabalho Indígena. Em seguida, os dois portugueses evidenciam a oposição entre os governadores e os grandes e pequenos patrões (incluindo nativos das ilhas) acerca da mão de obra e das condições de trabalho impostas a ela. Eles procuraram defender a importância do regime colonial para a economia de Portugal, mas tentando mostrar as vantagens do trabalho livre. Nas suas observações, consideravam que o sistema implementado em São Tomé e Príncipe correspondia a um sistema retrógrado de trabalho em que maus-tratos e péssimas condições de trabalho eram recorrentes e afundavam a colônia e, conseqüentemente, o Império. Nessa época, nos anos 1940, Portugal ainda não tinha ratificado a Convenção 29 da Organização Internacional do Trabalho (OIT, 1930) sobre trabalho forçado ou obrigatório. Valia-se de sua autonomia na administração de suas colônias para não ratificar as Convenções Internacionais¹⁴ que procuravam padronizar as normas e direitos dos trabalhadores africanos colonizados. Com isso, podemos constatar que o Império português – aproximadamente até os anos 50 – resistiu de forma veemente às críticas, às acusações internacionais, e consolidou suas convicções sobre a relevância da coação da mão de obra para manter sua estabilidade econômica.

Os anos entre 1940 e 1960 em São Tomé e Príncipe são também retratados por trabalhadores que foram para São Tomé ou ainda vivem por lá. Por meio de diversas entrevistas e conversas informais entre 1999 e 2000, 2003 e 2005, passei a entender como os cabo-verdianos que ainda residem em São Tomé e Príncipe foram atores da história agrícola do país, construindo suas memórias em função do seu presente (BERTHET, 2009, 2011, 2012). A participação ativa desses antigos trabalhadores agrícolas na construção de memórias é notável quando eles passaram a criar referências coletivas que destoam das datas da história oficial. Essas reflexões são corroboradas pelo instigante trabalho de Carla Semedo (2016). Desse modo, observamos que os entrevistados criaram nos seus discursos indicadores temporais que remetem às suas próprias divisões do tempo histórico. Assim, “Tempo di branco” e “Tempo de Estado” (“Tempo de Empresa” segundo SEMEDO, 2016) fazem referência ao tempo colonial que termina no dia 25 de abril de 1974 (e não na data

oficial da Independência são-tomense de 12 de julho de 1975), e o “Tempo de Estado” começa com a saída dos brancos e se entrelaça ao tempo das distribuições de terras a partir do início dos anos 1990. Além desses marcadores temporais, os trabalhadores recordam com exatidão suas tarefas laborais cuja eficiência era medida pelas quantias arremessadas no dia a dia. A lembrança das dores sofridas pelo corpo, que se torna a mais valiosa arma de existência, resistência e reconhecimento social. O corpo ferido é o corpo que trabalha, que pode ser curado e voltar a trabalhar, mas o corpo doente é o corpo que não é mais eficiente, rejeitado e aposentado. Os relatos sobre os maus-tratos são variados e dependem da história do trabalhador, do tipo de trabalho que ele exercia, de sua inserção social na roça, das relações mantidas com os capatazes e feitores (...). Se alguns lembram o estrume que caía do cesto transportado e escorria pelo rosto do carregador, das humilhações, outros lembram que pelo menos tinha comida boa e hospital de boa qualidade. Ball (2006, parágrafo 39) sugere a noção de *grey memories* para entender que, na construção das suas memórias, os trabalhadores angolanos valorizam as condições de trabalho do tempo colonial em contraste com os horrores da guerra civil angolana do tempo presente¹⁵. Julguei pertinente citar um trecho de um entrevistado por Ball (2006, parágrafo 25) para trazer vozes angolanas a serem comparadas (em outros estudos) com vozes cabo-verdianas sobre a experiência do trabalho forçado. Ball (2006) explica que, ainda nos anos 40, os indígenas tinham a obrigação de se deslocar nos distritos angolanos com suas guias de circulação¹⁶. Os que não a possuíam e fossem revistados eram passíveis de ser enviados para São Tomé, terra temida porque afirmava-se em Angola que em São Tomé havia uma porta de entrada e nenhuma saída. Nos anos 40, o filho de um chefe (Soba Umbundu) fora apreendido sem sua guia. Ball lembra que os sobas e suas famílias não eram contratados para trabalhos forçados, mas sem poder provar sua identidade, o jovem Augustinho Kachitopolola foi deportado (aproximadamente nos anos 30, com 17-18 anos) e trabalhou na roça chamada Boa Entrada durante nove anos.

Esse trabalho em São Tomé era escravidão. Eu não queria ir, mas por causa do branco [governo oficial], fui enviado para São Tomé porque não estava com minha guia de circulação ... na plantação [Boa Entrada] plantei cacau, bananas, cocos, e depois colhia cada um, apanhando muitas chicotadas [chicotata] misturado.... Eu também tive que cavar buracos para plantar as árvores de cacau, este foi certamente um trabalho de escravos ... como foram todos aqueles que foram vendidos em Catumbela e enviados para São Tomé, e eu era um deles. Eu trabalhei aproximadamente oito anos e sete meses até que uma ordem veio para libertar todos os escravos, todos aqueles que tinham sido vendidos como escravos, agora tinham de ser devolvidos às suas terras de origem. Assim, o governo enviou navios para nos levar para casa¹⁷.

O relato de Augustinho nos fornece informações valiosas sobre as tarefas exigidas pelos capatazes. Sua definição do trabalho escravo surge a partir de sua experiência do contrato mostrando, ao mesmo tempo, a vulnerabilidade do sujeito sem identidade oficial e que provavelmente o condenaria ao desterro indeterminado. No entanto, o entrevistado menciona

“uma lei”. Não foi possível contextualizar o momento em que essa lei foi adotada e a que lei o jovem se refere, mas não parece tratar-se de uma lei específica sobre repatriamento. Na representação que o entrevistado tem do trabalho escravo, entendo que não só os maus-tratos (as chicotadas), mas também a dureza de determinadas tarefas (como cavar buraco) são critérios que definem o trabalho como trabalho escravo. Por fim, a volta do jovem Augustinho à terra natal demonstra que (por vezes) o governo local ou a Curadoria Geral de São Tomé conseguiam fazer respeitar a cláusula do repatriamento, mas que exigia apenas o pagamento da viagem até o porto de embarque. Caso a região de origem fosse distante do porto, o retornado teria que arcar com as despesas da viagem.

É com outra narrativa de viagem para o contrato que encerro esse artigo. António Vaz Cabral (1926-), artista cabo-verdiano, se destacou no arquipélago, principalmente nos anos 70, por seu estilo e empenho em uma área musical que costuma ser regida por mulheres: o *finacon* e *sambuna*. Segundo Pina (2007, pp.25-27), Denti D'Oro (seu nome artístico) é um dos únicos representantes masculinos do *finacon* nessa época. Pina (*ibid*, p.26) explica que Denti D'Oro escolheu retratar nas suas composições um mundo rural da ilha de Santiago. Nesse mundo: “(...) os camponeses que tentam, mas nem sempre conseguem, ser agricultores transformam-se em pedreiros, operários das obras públicas e o que for possível para sobreviver, como ele foi fazendo desde que, com cerca de 10 anos, deixou a escola (...)”. A música interpretada como representação local sobre trabalho forçado é um *sambuna-finacon* cantado por N'Denti D'Oro. Segundo Pina (2007, p. 20, *apud* Silva), *sambuna* é uma modalidade mais conhecida em Cabo Verde como batuque. “O que importa no *sambuna* é o ritmo” que convida o público a um momento de diversão. “O *sambuna* desperta energia, funciona como tubo de escape de emoções e sentimentos.” (PINA, 2007, p.20). Com o “pan-pan”, som produzido pelas batidas das mãos em sacolas cheias de plástico colocadas entre as coxas, começa o batuque. N'Denti D'Oro inicia o seu canto com um lamento, e em seguida entoa uma crônica da vida de um trabalhador. O cantor/intérprete inicia com um lamento, “Oh! Minha mãe, Oh! Minha mãe!”, e se apresenta como Ntóni Denti D'Oro. Com base na sua experiência sofrida de camponês, ele se dirige aos seus conterrâneos evidenciando os laços de afeto e o compartilhamento do sofrimento. Por sua vez, o *finacon* é um canto improvisado que tem como objetivo não a dança, e sim uma mensagem específica. O canto deve ser apreciado ao som das palmas. No *finacon* “pode encontrar um encadeamento de mensagens, ensinamentos sobre a Bíblia, a vida, a maneira de estar e de se comportar na sociedade, e também de criticar aqueles que não vivem conforme ..., ou seja, que não vivem direito. Estas mensagens encontram-se ligadas de forma artística” (PINA, 2007, p.21 *apud* Varela).

Ao fazer alusão à sua experiência de migração para São Tomé, Ntóni descreve o método de recrutamento. “Me mostraram a casa de Fernando de Sousa/ para ir para o sul/ Dei meu nome e colocaram no papel / porque na nossa terra não tem nada/ Ele me disse você é tão

pequeno, não posso te enviar para o contrato. Ele pediu o nome da minha mãe, do meu pai, e escreveu meu nome no papel/ Me enviou para São Tomé¹⁸. A casa de Fernando de Sousa se refere à agência de recrutamento dos trabalhadores cabo-verdianos. O cantor se refere ainda aos nomes dos contratados colocados no papel, a contratação infantil, o “sul” como terra de desterro e a razão da contratação. A composição é improvisada e alterna sequência lógica que conta a contratação seguida de ditados e improvisos. Em seguida, Denti D’Oro faz uma descrição rara sobre a vulnerabilidade das mulheres cabo-verdianas enviadas para São Tomé e Príncipe, vítimas de estupro por parte de seus patrões: “o patrão mandou me chamar”. (...) Não tendo justiça no sul, a contratada sequer pode apresentar queixa à Curadoria Geral dos Indígenas”, já que provavelmente esse tipo de queixa era desconsiderado pelos serviços responsáveis. Guiado pela emoção, pela força do ritmo, Ntóni faz um depoimento vibrante e transmite com muita força a perversidade do sistema de trabalho forçado em que os mais vulneráveis são as primeiras vítimas do regime colonial¹⁹.

O que esses diversos documentos oriundos de fontes escritas e orais têm em comum? A heterogeneidade dos documentos permite, a meu ver, elaborar um retrato mais complexo do funcionamento do sistema de trabalho laboral coercitivo em São Tomé e Príncipe. Neles são construídas diversas representações sobre o trabalho forçado, fenômeno denso, complexo e violento. Inscrevo esses documentos em um *corpus* em que nenhuma dessas fontes tem primazia sobre as outras. Assim sendo, considero que, além das práticas e do sistema de trabalho forçado em si, as representações construídas pelos diversos atores e agentes sociais que faziam parte desse sistema são essenciais na tentativa em rememorar fatos do passado que já se inscreveram nos imaginários locais, nas subjetividades dos trabalhadores, dos agentes coloniais persuadidos a cumprir sua missão civilizatória.

Notas

¹ Dedico esse artigo a Beatriz Ribeiro, artista que tanto amou a vida e que tanto me inspirou e me inspira a viver a vida de forma colorida. Agradeço ainda a leitura minuciosa de Norberto Ferreras e suas sugestões.

² Entre outros podemos citar: poemas, músicas, expressões e ditados populares, circulares confidenciais, entrevistas, transcrições de entrevistas realizadas por outros pesquisadores.

³ Para maiores informações e análises, consultar por exemplo, GUNVOR, Jónsson, KERILYNG, Schewel, CARLING jorgen.

⁴ Uso em alternância as expressões trabalho escravo e trabalho forçado por serem as expressões utilizadas pelos atores sociais. Não procuro aqui ter uma discussão moral sobre essa questão.

⁵ As fontes utilizadas para conhecer o olhar dos trabalhadores contratados são trechos de

entrevistas realizadas com trabalhadores, músicas e poemas de artistas Cabo-verdianos, documentos escritos e relato para conhecer a voz dos agentes coloniais através da Curadoria Geral.

⁶ As referências culturais incluem provérbios, palavras atribuídas ao contrato ou à mobilidade forçada, expressões usuais que são utilizadas não só pelos trabalhadores mas também pelos membros da sociedade de origem ou “os que ficaram”.

⁷ A noção de subjetividade pode ser associada ao conceito criado por Guattari. Ao me apropriar da noção desenvolvida pelo filósofo francês, procuro sinalizar a pluralidade das representações que nos permitem desconstruir divisões clássicas porém simplórias como migrantes e os que permanecem nas ilhas de Cabo Verde. Sem assumir a perspectiva psicanalítica da noção, me apoio nas explicações do autor sobre o processo de subjetivação na poesia, em que a subjetividade é “criadora”. No

meu entendimento, essa “subjetividade criadora” valoriza a função do/da poeta(isa) ou escritor(a) (amador/a ou profissional) que escreve um poema, pensando no seu leitor. Quem escreve, apropria-se “da palavra sonora, de sua musicalidade, de suas significações de suas ligações verbais, de seus aspectos *entonativos*, emocionais, *volitivos*, mas, inspira-se dos afetos partilháveis por todos.

⁸ Vale destacar os trabalhos de Beatrix Heintze (2005) que reconstruiu histórias de vida de carregadores África centro-ocidental a partir de entrevistas realizadas com seus descendentes; A análise de Keith Breckenridge (2000) sobre cartas escritas por trabalhadores migrantes. Os contos e cantos populares do Senegal que constroem representações sobre trabalho forçado no Senegal (Babacar Fall, 1993); e A dança Makwayela, cantada por trabalhadores moçambicanos filmada pelo Jean Rouch (1977).

⁹ Agradeço as valiosas sugestões de Norberto Ferreras ao citar Raymond Williams com sua proposta de “estrutura de sentimentos” e Bronislaw Baczko com o conceito de “comunidade de sentidos” e suas explicações sobre a função das produções imaginárias. Por não ter lido esses autores, não posso estabelecer – nesse artigo – um diálogo com a expressão do Appadurai e sua comunidade de sentidos, mas creio que isso poderá ser feito em trabalhos futuros.

¹⁰ Entre 1894 e 1903, a sua produção cacaueteira teve uma taxa de crescimento anual de 15,5% (contra 1,9 do Equador e 8,8 do Brasil).

¹¹ Termo utilizado para a compra de indivíduos escravizados

¹² Governo da província de São Tomé e Príncipe, Curadoria Geral dos Trabalhadores Indígenas, n. 1264, circular confidencial, assinada F. Penteado.

¹³ **Império ultramarino português: monografia do império.** Com Carlos Selvagem, 4 vols., Lisboa, Empresa Nacional de Publicidade, 1950-1953). Vol. II (1951): Guiné (continuação); S. Tomé e Príncipe. O “relato de 1947” é mais conhecido pelas denúncias feitas em relação a Angola e Moçambique e refere especificamente a uma descrição de uma viagem de inspeção realizada em Angola e que seria posteriormente apresentada na Assembleia Nacional – como deputado por Angola –em sessão secreta. Nesse, Galvão denuncia a corrupção, o suborno dos patrões. Acusam os patrões de resistirem às propostas de melhorias em termos de condições de trabalho ou salários. Denuncia a prática de maus tratos (exemplo: castigo corporal, ausência proposital de assistência médica), abusos, deslocamentos forçados, desprezo absoluto. Este documento foi publicado em sua obra de dissidente, já de memórias sobre a Operação Dulcinea em 1961, “O Assalto a ‘Santa Maria’”, sob o título “Relatório sobre problemas nativos nas colônias portuguesas”.

¹⁴ Entre elas, podemos citar a *Convenção (n.29) sobre trabalho forçado ou obrigatório de 1930*, a *Convenção (n. 104) sobre a abolição das Sanções Penais no Trabalho Indígena em 1955*, a *Convenção de Abolição do Trabalho Forçado (n.105)*, em 1957 adotadas pela Conferência Geral da Organização Internacional do Trabalho.

¹⁵ Pretendo retrabalhar essa noção em futuras pesquisas. Ball sugere que existe diferenças gritantes de gênero que devem ser analisadas e apresenta no seu artigo depoimentos de homens e depois de mulheres. Pela minha experiência, essa diferença não se fez tão gritante.

¹⁶ Fato mencionado por alguns entrevistados em São Tomé e Príncipe que afirmaram que para sair da roça precisavam apresentar um livre passe.

¹⁷ A entrevista foi realizado por Ball com o rei Augustinho Kachitiopololo em 12 de abril de 2006 e traduzida em inglês. Não tive acesso à entrevista em português. A tradução é de minha autoria. “That work on São Tomé was slavery. I did not want to go, but because of the white [government official] I was sent to São Tomé for not having my passbook... on that plantation [Boa Entrada] I planted cocoa, bananas, coconuts, and later harvested each one, with sufficient whippings [chicotata] mixed in.... I also had to dig holes in which to plant the cocoa trees, this was surely the work of slaves... as were all of those who were sold in Catumbela and sent to São Tomé, and I was one of them. I worked roughly eight years and seven months until an order came down to liberate all of the slaves, all those who had been sold as slaves, now had to be returned to their lands of origin. Thus the government sent ships to carry us home”.

¹⁸ Oia oia, nha mai nha mai (...)/ Nhós mandan txabeta di bolta/ Ami ki é Ntóni Denti d’Oro Djan bedju n’ka bali más/ Homi feiu galanti/ Son kumpridu kadera baxu/ Pé moda tranka simitêri / Boka moda kusa koba txon / Odju moda lua tras di kutelu / Naris moda sinu dia dimingu/ N’ten fastiu di kel homi / Ki nen si kombersu n ka ta kré obi/ Ami sin manda Pedru ka Guiné / Guiné txon di kafé/ Guiné txon di dinheru/ N’skrebel ku babu di nha boca/ N’fla ô homi
Nhu mostran kasa Fernandi Sosa/ Pan bá santa nomi na papel/ Pan bá sul / Pamo nos tera ka teni nada/ É flan o mininu bó é tantu pikinoti/ N’ka ta pobu na kontratu/ É pidin nomi di nha mai/ É pidin nomi di nha pai/ É pon nomi na papel / É mandan povu San Tumé/ Oi mai oi mai (...)
Ami sima n’odja un lantxa sai lá/ Mediatu subi é djóbén (bis 2X). Trecho da Transcrição de Domingas da Costa Pina (2007, p.35)

¹⁹ Vale ressaltar que, embora, os dois artistas mencionados nesse texto sejam homens, existe uma extensa literatura escrita por mulheres que versa sobre o tema da migração em geral e mais diretamente da migração para o sul. Consultar por exemplo a tese de Pedro Manoel Monteiro sobre as obras de autoras cabo-verdianas.

Referências Bibliográficas

- APPADURAI, Arjun. **Après le Colonialisme**: Les Conséquences Culturelles de la globalisation. (Translation of Modernity At Large) Paris: Payot, 2005.
- ARTHUYS (D'), Jean e ROUCH, Jean. Makwayela. Curta mentragem, 18 minutos, 1977. Production: CNRS/ CFE.
- BALL, Jeremy. "'I escaped in a coffin': remembering Angolan forced labor from the 1940s". In: **Cadernos de Estudos Africanos**, 9/10, 2005-2006, pp. 89-114.
- BRECKENRIDGE, Ken. "Love letters and amanuenses: Beginning the cultural history of the working class private sphere in southern Africa, 1900-1933". In: **Journal of Southern African Studies**, 26 (2), 2000, pp.337-348.
- BERTHET, Marina. "Nho Manuel, un immigré capverdien dans les plantations de São Tomé et Príncipe". In: **Latitudes**, n.36. Octobre 2009, pp.31-34.
- _____. "Emigração cabo-verdiana em São Tomé e Príncipe (1940-1970): uma apropriação do tempo e dos espaços". In: **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História** – ANPUH, São Paulo, julho 2011. Disponível in: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1300891978_ARQUIVO_EmigracaoCaboVerdianaemSaoTomeePrincipe.pdf
- _____. "Reflexões sobre as roças em São Tomé e Príncipe". In: **Estudos Históricos**. v. 25, n. 50, 2012, pp. 331-351.
- BRITO, M.. **Breves Apontamentos sobre as Formas Musicais existentes em Cabo Verde**. [s./i.], 1998, p. 6.
- CANUT, Cécile e MAZAUURIC, Catherine. **La migration prise aux mots**. Mise en récits et en images des migrations transafricaines. éd. par Cécile CANUT et Catherine MAZAUURIC. Pari : Le Cavalier bleu, [s./d.], pp. 91-110.
- CAPELLA, José. **O Escravidão colonial em Moçambique**. Porto: Afrontamento. 1993.
- _____. **O tráfico de escravos nos portos de Moçambique**. Porto: Afrontamento. 2002.
- CARLING, Jorgen; ERDAL, B., Marta e EZZATI, Rojan. "Beyond the insider-outsider divide in migration research", In: **Oxford Journals, Social Sciences, Migration Studies**, Vol. 2, Issue 1, [s./d.], pp. 36-54.
- CARLING, Jorgen. "Migration in the age of involuntary immobility: Theoretical reflections and Cape Verdean experiences". In: **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 28(1), 2002, pp. 5-42.
- CARREIRA, António. **Migração nas Ilhas de Cabo Verde**. [s./i.], Lisboa, 1983.
- CIDRA, Rui. (2002). " 'Ser Real': o rap na construção de identidades na Área Metropolitana de Lisboa". In: **Ethnologia**, Nova Série, [s./d.], pp.189-222.
- _____. " 'Pa ba buska bida'. Funaná, transnationalism and the places of experience". In: E. S. f. Ethnomusicology (Ed.), **European Society for Ethnomusicology**. Lisboa, Reitoria da FCSH-UNL, 2007.
- CISSÉ. Chikouna. **Migrations et mise en valeur de la Basse Côte d'Ivoire (1920-1960)**. Les forçats ouest-africains dans les bagnes éburnéens. Paris: L'Harmattan, 2013.
- ECKERT, Andreas. "Slavery in Colonial Cameroon, 1880s to 1930s". In: **Slavery & Abolition**, 19(2), 1998, pp. 133-148.
- FALL, Babacar. **Le travail forcé en Afrique occidentale française (1900-1946)**. Paris: Karthala. 1993.
- _____. **Le travail au Sénégal au XX ème siècle**. Paris: Khartala. 2011.
- GOVERNO GERAL DA PROVÍNCIA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. CURADORIA GERAL DOS TRABALHADORES INDÍGENAS. Circular confidencial. N. 1086/5. 7 de agosto de 1929, p. 1.
- GUATTARI, Felix. "Da produção de Subjetividade". In: PARENTE, A. (Org.). **Imagem-Máquina**. Rio de Janeiro: Editora 34, 1993. pp. 177-191.
- GUNVOR, Jónsson. "Non migrant, sedentary. Reflections on the absence of migration". In: **IMI Working Papers**, Series 2011, n° 39, [s./d.], pp.1-17.
- HEINTZE, Beatrix. **Pioneiros Africanos**. Caravanas de carregadores na África Centro-Occidental (1850-1890). Lisboa: Editorial Caminho, Coleção Estudos Africanos, 2005.

KEESE, Alexander. "The Slow Abolition within the Colonial Mind: British and French debates about 'vagrancy', 'African laziness', and forced labour in West Central and South Central Africa, 1945–1965". In: **International Review of Social History**, 59(3), 2014, pp. 377–407.

KERILYN, Schewel. "Understanding the Aspiration to Stay: A Case Study of Young Adults in Senegal". In: **IMI Working Papers Series**, nº 107, 2015, pp. 1–37.

MOHAPATRA, Prabhu P.. "Eurocentrism, Forced Labour, and Global Migration: A Critical Assessment". In: **International Review of Social History**, 52(1), 2007, pp. 110–115.

MONTEIRO, Pedro Manoel. **Caminhos da ficção na obra de Orlanda Amarílis, Ivone Aida e Fátima Bettencourt**. São Paulo: Faculdade de filosofia, letras e ciências humanas. Universidade de São Paulo, 2013.

NASCIMENTO, Augusto. **O sul da diáspora. Cabo-verdianos em plantações de S. Tomé e Príncipe e de Moçambique**. Praia: Edição da Presidência da República de Cabo Verde, 2003.

_____. "A crise braçal de 1875 em S. Tomé". In: **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, nº34, 1992, pp. 317–329.

_____. "Escravidão, trabalho forçado e contrato em S. Tomé e Príncipe nos séculos XIX–XX: sujeição e ética laboral". In: **Africana Studia**, nº7, Porto: Centro de Estudos Africanos da Universidade do Porto, 2007.

OLIVEIRA, João Nobre de. **A Imprensa Cabo-verdiana (1820/1975)**, Macau: Fundação Macau, 1998.

PORTELLI, Alessandro. "The Peculiarities of Oral History". In: **History Workshop**, nº. 12, Autumn 1981, p. 97.

PINA, Domingas da Costa de. **Ntóni Denti D'Óro, "O Rei do batuque"**. Licenciatura em estudos cabo-verdianos e portugueses. Instituto superior de educação palmarejo, Santiago, Cabo Verde, 2007.

ROCHA. **O contratado na poesia caboverdiana**. Universidade de Cabo Verde. Departamento das Ciências Sociais e Humanas, 2010.

SANTOS, Maciel. "Trabalho forçado na época colonial: um padrão a partir do caso português". In: Ricardo Rezende Figueira, Adonia Antunes Prado, e Edna Maria Galvão. **Privação de Liberdade ou Atentado à dignidade: escravidão contemporânea**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2013, pp. 417–431.

_____. "Trabalho forçado na época colonial – um padrão a partir do caso português?" In: **Hendu**, 4(1), 2014, pp. 9–21.

SEMEDO, Carla Indira Carvalho. **Ilusões do Contrato? Migrações sul-sul, evocações do tráfico, contranarrativas e socialidades dos cabo-verdianos nas roças de São Tomé e Príncipe**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGAS do Museu Nacional, 2016 (Tese de doutorado).

SILVA, Tomé Varela. **Finason di Nha Nasia Gome**. Praia: Instituto Cabo-verdiano de Livro, 1985.

TIQUET, Romain. "Migrations protestataires et résistance au travail force en AOF, 1900–1946". In: **Hommes & Migrations**, n.1307, 2014/3, pp. 166–169.

TORRES, Adelino. "Legislação do trabalho nas colónias africanas". In: **Reunião Internacional de História da África**, Relação Europa-África no 3º quartel do séc. XIX - Actas. Lisboa: Centro de estudos de história e cartografia antiga. Instituto de Investigação científica e tropical, 1989.

TOURÉ, Oussoubougly. "Le refus du travail force au Sénégal oriental". In: **Cahiers d'études africaines**, vol. 24, n. 93, 1984, pp. 25–38.

VAN DER LINDEN, Marcel. "História do Trabalho: o Velho, o Novo e o Global". In: **Revista Mundos do Trabalho**. 1(1), 2009, pp. 11–26.

ZAMPARONI, Valdemir. "Da Escravidão ao Trabalho Forçado: Teorias e Práticas". In: **Africana Studia**, 7, 2004, pp. 299–325.

Recebido em: 29/04/2016

Aprovado em: 20/05/2016

O caso “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”: trajetórias de luta por justiça de trabalhadores escravizados

The case of “Fazenda Brasil Verde workers vs. Brazil”: histories of enslaved workers’ struggles for justice

Cristiana Costa da Rocha

Doutora em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e
Professora Adjunta da Universidade Estadual do Piauí (UESPI)
cristianacrocha@gmail.com

RESUMO: “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil” é uma ação movida pela CEJIL/Brasil e pela CPT à CIDH contra o estado brasileiro, sob acusação de omissão e negligência em investigar diligentemente a prática de trabalho escravo na fazenda Brasil Verde, no sul do Pará, de 1988 a 2000. Diante disso, este artigo se propõe uma reflexão sobre as formas de pensar e agir de trabalhadores resgatados da fazenda entre aos anos de 1989 e 2000, diante das possibilidades de acesso à justiça, considerando as relações que estabeleciam entre si e com aqueles que os cercavam, no contexto de ações de fiscalização, bem como compreender como recepcionam e acionam a lei para obter justiça.

Palavras-chave: Trabalho escravo; Justiça.

ABSTRACT: “Fazenda Brasil Verde workers vs. Brazil” is a lawsuit brought to the CIDH by the CEJIL/Brasil and the CPT against the Brazilian State, on the accusation of omission and negligence of due diligence in investigating the practice of slave labour on the Brasil Verde farm in south Pará State, from 1988 to 2000. This article offers an examination of how workers rescued from the farm between 1989 and 2000 thought and acted in response to the possibility of gaining access to justice, considering the relations that they established among themselves and with those around them in the context of the inspection process, as well attempting to understand how they received and deployed the law to obtain justice.

Keywords: Slave labour; Justice.

Durante pesquisa nos acervos do STTR – Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Barras, Piauí –, chamaram minha atenção as informações sobre a mobilização do Sindicato e de trabalhadores rurais em torno de uma denúncia internacional existente sobre violações de Direitos Humanos sofridas por migrantes do município na fazenda Brasil Verde - PA de 1988 a 2000. Por meio de uma procuração, um dos trabalhadores que haviam saído de Barras para trabalhar na fazenda Brasil Verde no início do ano 2000 concedia ao Centro de Justiça e do Direito Internacional - CEJIL e à CPT os seguintes termos:

[...] outorga poder especial, amplo e suficiente a representantes do Centro de Justiça e do Direito Internacional (CEJIL), bem como a representantes da CPT, para que apresentem denúncia internacional e intervenham no processo que tramita contra a República Federativa do Brasil perante a Comissão Internacional de Direitos Humanos e a Corte Interamericana de Direitos Humanos, ‘em razão das violações à Declaração Americana de Direitos Humanos sofridas por mim’ (STTR, 2011, p. 01).

O processo em tramitação diz respeito a uma denúncia apresentada pelo CEJIL¹ e pela CPT à CIDH - Comissão Interamericana de Direitos Humanos, contra o Estado brasileiro no ano de 1998, por “omissão e negligência” em investigar diligentemente o desaparecimento de dois adolescentes em 1988, bem como a prática de trabalho escravo evidenciada durante as sucessivas denúncias e fiscalizações realizadas na fazenda durante pouco mais de uma década. O recente julgamento da ação, nos dias 18 e 19 de fevereiro de 2016, em audiência na CIDH em San José, na Costa Rica, ainda espera resultado.

O processo teve início em 1997, após fiscalização realizada pelo Grupo Móvel de Fiscalização na fazenda Brasil Verde. O Ministério Público Federal apresentou uma denúncia contra o “gato”, como é comumente denominado o aliciador, e contra o gerente, pelos crimes previstos nos artigos 149, 197 inciso I, e 207 do Código Penal; e o proprietário da fazenda, pelo crime previsto no artigo 203 c/c o artigo 71 do Código Penal. Em 1999, o processo penal contra o proprietário da fazenda foi suspenso em conformidade à Lei 9.099/95, por ter sido considerado um cargo penal de menor potencial ofensivo e com pena prevista igual ou inferior a um ano, e sob a condição aceita pelo acusado de fornecer seis cestas básicas a entidades beneficentes. O processo foi desmembrado, e continuaram sendo alvos de inquérito apenas as acusações relacionadas com o “gato” e o gerente. Diante dos impasses sobre a definição e a competência para julgar o crime de trabalho escravo, a ação penal tramitou da Justiça Federal para a Justiça Estadual, e, passados dez anos, os acusados acabaram beneficiados pelo instituto da prescrição, com base no art. 109, VI do Código Penal Brasileiro.

Esta denúncia nos leva a refletir sobre o processo brasileiro de reconhecimento do uso de trabalho na contemporaneidade. Em 1995, o Brasil foi denunciado à Organização dos Estados Americanos - OEA como um país escravocrata. Tendo reconhecido diante das autoridades internacionais a existência de trabalho escravo no país, o governo federal criou

o Grupo Móvel de Fiscalização, formado por fiscais do trabalho, policiais federais e, por vezes, representantes do Ministério Público, cuja tarefa é fiscalizar, regularizar a situação trabalhista, resgatar trabalhadores em condição de trabalho escravo, emitir carteiras de trabalho e providenciar pagamentos.

De fato, com o contexto iniciado a partir da Constituição de 1988, a caracterização “análogo à escravidão” ganhou largo poder de alcance social apoiado num progressivo avanço no campo jurídico-político, que se deve a uma política do governo para a criação de uma nova imagem para o Estado brasileiro, além de atender a uma forte pressão das comunidades internacionais. A categoria “trabalho análogo à escravidão” existe desde 1940 no Código Penal. O Artigo 149 sanciona a redução de uma pessoa a condições análogas à de escravo com pena de dois a oito anos de prisão; o Art. 207 sanciona o aliciamento de trabalhadores com o fim de levá-los para outra localidade do território nacional com pena de dois meses a dois anos de prisão e multa; e o Art. 203 sanciona a frustração, mediante fraude ou violência, do gozo de direito assegurado pela legislação do trabalho com pena de multa e prisão.

Em 2003, o referido Artigo 149 ganhou alteração no sentido de deixar mais clara a definição de trabalho escravo, como sendo toda forma de trabalho degradante que compromete a liberdade do sujeito, cuja pena diz respeito à reclusão de dois a oito anos e multa, além de pena correspondente à violência. Conforme esse artigo:

Reduzir alguém à condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo por qualquer meio sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto (CÓDIGO PENAL, 1940).

Segundo Ângela de Castro Gomes (2007), a expressão “trabalho análogo ao de escravo” deve ser percebida a partir de sua natureza política e cultural. Seu reconhecimento e legitimação, tanto em nível nacional quanto internacional, pela Organização Internacional do Trabalho - OIT, é uma estratégia de combate ao fenômeno, pois faz emergir a memória de um passado vergonhoso e inaceitável. Desse modo, o uso metafórico dessa terminologia se tornou fundamental nas atuais condições históricas, tanto como recurso de poder para demandar ações do Estado quanto como meio de sensibilizar a opinião pública e, ainda, uma estratégia para suscitar discussões nos campos jurídico, político e acadêmico em torno das formas de trabalho compulsório no mundo contemporâneo. Isso se deve ao grande poder comunicativo dessa linguagem. Esse seria o uso do passado pelo presente. Nas palavras da autora, trata-se de “uma estratégia política que mobiliza as relações entre história e memória para afirmar direitos, no caso direitos humanos, vinculados ao ato de trabalhar” (GOMES, 2007, p. 18). Esse fenômeno recente da história social no Brasil, como nos diz Gomes (2012), reconhecido internacionalmente pela OIT como trabalho forçado, ganhou maior repercussão nas três últimas décadas do século XX e atinge todos os continentes. Sobre o uso da terminologia “análogo à escravidão” exclusivamente no Brasil, Ferreras defende que:

[...] foi realizada por determinadas instituições, e não pela sociedade. Por ex., os trabalhadores nesta condição não foram consultados para serem assim denominados. Não se denominavam nem se denominam desta forma. Se aceitarmos que o início da luta contra o trabalho forçado no Brasil se dá na década de 1970, em plena ditadura, então temos que considerar que nesse momento fala quem pode e não quem quer [...] (FERRERAS, 2002).

Para ele, ao mesmo tempo que o uso da terminologia mobiliza o fator afetivo, também dificulta a unificação de políticas internacionais contra o abuso dos direitos trabalhistas, pois, dentre outros aspectos, afasta o Brasil de realidades similares. De fato, é ingênuo pensar que a escravidão tenha ressurgido na década de 1970 com a expansão da fronteira agrícola e, como acrescenta Ferreras, é claro que a escravidão moderna não eliminou todas as suas marcas e seus traumas. Os debates sobre escravidão reacenderam-se nos anos 1970, quando o país chegou a ter meio milhão de trabalhadores em regime de peonagem, principalmente na Amazônia. Segundo Martins (2002, p. 152), naquele período, bancos, indústrias e grandes empresas comerciais, que se tornaram proprietários de terras na Amazônia, estiveram envolvidos no uso do trabalho escravo.

Sobre a ação “Trabalhadores da Fazenda Brasil Verde vs. Brasil”, cabe dizer que o recurso à CIDH se fez, dentre outros argumentos, sob o mérito da contínua violação dos direitos consagrados na Declaração (artigo XVIII) e na Convenção Americana (artigos 8.1 e 25.1) pelo Estado ao permitir a submissão de trabalhadores a condições de trabalho escravo, cuja imposição é proibida pelo direito internacional e, particularmente, pelas normas interamericanas de direitos humanos. Em linhas gerais, o apelo se propõe dentro das possibilidades de alargamento dos usos da legislação sobre o trabalho escravo no Brasil e como meio de pressionar internamente por soluções. Em várias partes do relatório da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (2011) são apresentados argumentos por parte dos peticionários no sentido de justificar o apelo internacional, em particular no que se relacionam à classificação de trabalho escravo rural no Brasil como trabalho forçado, categoria utilizada em contexto internacional, que entendemos como um alargamento da categoria “análogo à de escravo”.

* * *

Em Barras, o Sr. Chagas, um dos diretores do STTR e ex-migrante, informou-nos sobre a possibilidade de entrevistar alguns dos trabalhadores, talvez o sujeito que havia assinado a procuração ora citada. Eram eles José Pitanga e Luiz Sicinato. Os dois haviam migrado juntos em fevereiro do ano 2000 para a Brasil Verde e retornado nas mesmas circunstâncias, após denúncia e resgate do grupo de trabalhadores do qual fizeram parte pelo Grupo Móvel de Fiscalização do MTE. Os entrevistados não sabiam precisar quanto tempo permaneceram por aquelas bandas, mas contaram que foi uma temporada curta. Contudo, entendi que o tempo passado na fazenda Brasil Verde teria sido suficiente para deixar profundas marcas

em suas memórias, que divergem e se cruzam em muitos pontos. O esforço e o empenho nas formas de elaboração do real por parte dos entrevistados se sustentam em repetições e detalhes que, segundo Alberti (2010, p. 17), “funcionam como divisões infinitesimais em uma entrevista que podem ser parte do esforço obstinado e ao mesmo tempo impotente de refazer o percurso do vivido”.

Seus testemunhos nos permitiram pensar na possibilidade de acesso e pesquisa nos Relatórios de Fiscalização da Fazenda Brasil Verde, realizados pela PF e pelo MTE. Os indícios anunciados nos conduziram aos Arquivos do GPTEC, na UFRJ, e da DETRAE, no MTE. Para além da Fiscalização do ano 2000, quando José Pitanga e Sicinato foram resgatados, os documentos acessados nesses Arquivos nos deram indicações da presença de migrantes de Barras na Brasil Verde, inseridos em um contexto de frequentes denúncias sobre submissão de trabalhadores a condições de trabalho escravo ou análogo à escravidão desde a década de 1980².

A documentação consultada nos forneceu um quadro de atividades econômicas; sentimentos e frustrações dos trabalhadores, suas relações com a lei; os percursos das denúncias; o posicionamento do Estado; entre outras possibilidades. Tais evidências nos permitiram reconstruir um fragmento da história da exploração no trabalho rural no Brasil contemporâneo com uso de trabalho forçado/escravo, refletindo sobre o que aconteceu e o que as pessoas estavam pensando e fazendo em relação ao que acontecia com elas.

A fazenda Brasil Verde está localizada na cidade de Sapucaia, no sul do estado do Pará, com área total de 1.780 alqueires (8.544 hectares), sendo que 1.241 alqueires (5.956.8 hectares) são de pasto para a criação de gado. O Grupo Qualiglato, proprietário da fazenda, pertence a uma família que possui inúmeras fazendas na região, com cerca de 130 mil cabeças de gado (BRASIL/DETRAE, 2011, p. 15). Sobre os proprietários da fazenda, Ricardo R. Figueira nos diz:

[...] donos de imensas propriedades repletas de gado e, repetidas vezes, de escravos, conforme denúncias da CPT e de funcionários do Ministério do Trabalho, mantêm relações com o mundo político e empresarial e hospedam os reis da Suécia em suas terras (FIGUEIRA, 2002).

Como no caso da família proprietária da fazenda Brasil Verde, residente em São Paulo, a maioria dos empregadores entrevistados para a construção do *Perfil dos principais atores envolvidos no trabalho escravo rural no Brasil* (OIT, 2011), tem origem na Região Sudeste, mas suas propriedades estão localizadas no Norte, no Nordeste e no Centro-Oeste do país. Na maioria, são grandes propriedades, que variam de 1.500 a 17.000 hectares.

Em meados da década de 1980, um jornal de circulação local ressaltou um fragmento de fala de um homem que havia escapado daquela fazenda. Disse ele:

Na fazenda a gente passa muita fome, e os peões vivem muito humilhados. Tantas vezes eu vi [o gerente] prometendo tiros aos peões. E a situação continua. Os peões,

se querem sair em paz, precisam fugir. Estes dias saíram sete, fugidos sem [receber] dinheiro (GPTEC, 1989).

A fala parte de uma necessidade de denúncia dos maus-tratos vivenciados e foi direcionada especificamente a agentes da CPT, que acionaram o Estado para denúncia e providências legais. Tratava-se apenas de um dos casos de escravidão dentre tantos outros constatados na fazenda Brasil Verde pela CPT e denunciados à PF ainda no final da década de 1980, sendo uma prática comum nas fazendas e empresas agroindustriais da área rural do estado. A expansão do setor agroindustrial nas regiões de fronteira agrícola se deu em resposta ao modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia pelo governo militar na década de 1970. O contexto de denúncias sobre a escravidão contemporânea reúne em si contradições que são próprias da modernidade brasileira, modernização da agricultura, precarização das formas de trabalho rural, escravidão rural, dentre outras. A esse respeito, Martins comenta:

As fazendas nas quais tem sido encontrado o maior número de trabalhadores escravizados pertencem justamente a grandes conglomerados econômicos, não raro multinacionais. A escravidão aí não é persistência do passado em fazendas de propriedade de empedernidos latifundiários ainda apegados às tradições da dominação pessoal. Ao contrário, são fazendas organizadas segundo as concepções e as possibilidades mais modernas do grande capital (MARTINS, 2000, p. 36).

Para o autor, essa é uma relação de trabalho “socialmente irracional e anticapitalista” que se insere racionalmente no processo de reprodução ampliada do capital a fim de obter lucros maiores (MARTINS, 2000, p. 37). Trata-se de uma contradição que é parte do sistema, e não um desvio de regra.

Em agosto de 1988, a Polícia Federal recebeu denúncia de trabalho escravo na fazenda Brasil Verde, assim como do desaparecimento de dois adolescentes, que foram aliciados e recrutados com outras quarenta pessoas de Arapoema, TO, e Barras, PI, para trabalhar por um período de 60 dias na fazenda. A fiscalização foi realizada somente seis meses depois, em fevereiro do ano seguinte. No relatório da PF sobre as visitas à fazenda, foram apresentados como aspectos conclusivos que os trabalhadores vinham de lugares longínquos e eram pagos com quantias irrisórias, insuficientes para sua subsistência, e que alguns não recebiam pagamento; que muitos trabalhadores eram obrigados a contrair dívidas impagáveis e por isso muitos fugiam; e que um dos “gatos” fugiu quando soube da presença da PF na localidade. Durante a operação, foram entrevistados 39 trabalhadores, e, segundo o relatório, todos negaram a ocorrência de trabalho escravo. Sobre os menores desaparecidos, foi dito pelos encarregados da fazenda que eles teriam sumido após debandarem para outra localidade em razão de débitos contraídos ali. É importante dizer que não foi instaurado inquérito policial a respeito do “gato”.

Uma das discussões sobre a ineficácia das ações de fiscalização realizadas nos confins rurais do Brasil antes de 1995 diz respeito à falta de aparelhagem do Estado para fiscalização e combate ao trabalho forçado. No entanto, as relações de trabalho evidenciadas nos autos policiais configuram crime, pelo menos de aliciamento de trabalhadores de uma região para outra, por intermédio do “gato”, previsto pelo Art. 207 do Código Penal Brasileiro, e cárcere privado, dentre outras possibilidades; e ainda violações às leis trabalhistas, falta de assinatura da CTPS, o não pagamento de salários e das férias, condições inadequadas de habitação, alimentação e segurança. Em linhas gerais, as relações de trabalho descritas nos autos policiais acompanham um conjunto de práticas que contrariam a própria Constituição Federal de 1988, que tem como um dos seus princípios a promoção da dignidade humana.

Embora à luz da legislação houvesse indícios de prática de crime de aliciamento de trabalhadores de outras regiões, atentado contra a liberdade do trabalho e redução à condição análoga à de escravo nas circunstâncias descritas nos autos da fiscalização, a avaliação da polícia limitou o caso como “desrespeito à legislação trabalhista” a partir dos depoimentos dos trabalhadores, que, ao serem inquiridos pelos policiais, não se reconheceram como escravizados (GPTEC, 1993a).

Ora, entendemos que o reconhecimento ou não, enquanto escravizados, por parte dos trabalhadores inquiridos pela polícia, deve considerar um quadro de ideias, sentimentos, fantasias, aspirações, além das diferentes temporalidades históricas vivenciadas por eles. Considerando ainda a carga negativa e vergonhosa a que a terminologia remete, é constrangedor para um trabalhador rural, como para outras categorias no contexto em questão, admitir-se escravo ou escravizado. A falta de liberdade, a humilhação vivenciada, o isolamento e o medo de morrer longe de suas casas³, são sentimentos comuns entre os sujeitos migrantes, que influenciam na decisão da denúncia, muitas vezes fazendo-os desistir. Nesse sentido, a ideia de cativo aparece na linguagem e nas ações desses sujeitos manifestadas em circunstâncias precisas, e não necessariamente quando são questionados.

No entanto, à lei importa a materialidade dos fatos e não os sentimentos dos sujeitos inquiridos. Se alguém se sentir prejudicado, pode acionar a Justiça ou os órgãos de repressão, mas a Justiça pode atuar *ex-officio* sempre que identificar um crime. O contexto se insere em uma velha disputa entre a objetividade e a subjetividade da lei, e é claro que, nessas condições, sua interpretação beneficiou a fazenda investigada. No entanto, isso não faz da lei um instrumento de poder por si só em favor da classe dominante. Esse entendimento remete ao pensamento de Thompson (1997, pp. 348-361) sobre a complexidade e a contraditoriedade da lei na Inglaterra do século XVIII. Para ele, mesmo considerando que a lei mediava relações de classe existentes para proveito dos dominantes, paradoxalmente o seu avanço impunha restrições às ações dos mesmos. Diz ele:

A retórica e as regras de uma sociedade são muito mais que meras imposturas. Simultaneamente, podem modificar em profundidade o comportamento dos poderosos

e mistificar os destituídos do poder. Podem disfarçar as verdadeiras realidades do poder, mas, ao mesmo tempo, podem refrear esse poder e conter seus excessos (THOMPSON, 1997, p. 356).

E quanto aos Direitos Humanos especificamente vinculados ao trabalho? Ou, sendo o trabalho um direito humano, até que ponto os trabalhadores rurais acreditavam na capacidade de o Estado garanti-lo? E ainda, qual seria o nível de credibilidade dos trabalhadores rurais migrantes em relação aos direitos trabalhistas e à Justiça, no contexto investigado?

Podemos afirmar que a ratificação de tratados, convenções e pactos internacionais de proteção aos direitos do homem possibilitou à sociedade brasileira dos anos 1990 o acesso a importantes mecanismos de proteção dos direitos humanos e do trabalho, e a sua crescente credibilidade entre os trabalhadores. Ademais, é preciso considerar a experiência recente dos trabalhadores rurais com as leis e a Justiça. Naquelas condições históricas, havia poucas discussões nos campos jurídico, político e acadêmico em torno das formas de trabalho forçado no mundo contemporâneo. Em outras palavras, os trabalhadores não contavam com ações de repressão ao trabalho escravo no campo por parte do Estado.

Embora o Estatuto do Trabalhador Rural, Lei nº 4.214 de 1963, tenha estendido a legislação social aos trabalhadores rurais, seus benefícios se traduziram especialmente na formação de associações de trabalhadores rurais, não tendo os mesmos desdobramentos em relação aos direitos trabalhistas. A extensão dos direitos trabalhistas aos trabalhadores rurais se deu com a Constituição de 1988, mais de quatro décadas depois de assinada a CLT. Ainda que em tais circunstâncias não se possa considerar uma forte credibilidade dos trabalhadores rurais migrantes em relação à Justiça na defesa dos seus direitos, é possível dizer o contrário em relação a instituições como STTRs, CPT e FETAG.

Em 1992, a CPT apresentou outra denúncia de trabalho escravo e do desaparecimento de dois menores na fazenda Brasil Verde à Procuradoria-Geral da República, que iniciou um processo administrativo e solicitou do Departamento da PF informações a respeito. Em resposta, a polícia informou sobre as diligências realizadas em 1989 na fazenda e justificou a “necessidade”, por parte dos proprietários, do recrutamento de trabalhadores braçais no roço de juquirá para o desenvolvimento da principal atividade da fazenda, a criação de gado. O documento ressalta a necessidade e a importância do “gato” para a contratação da mão de obra da fazenda, especialmente em regiões de agricultura familiar em crise (GPTEC, 1992).

É sabido que a função do “gato” é fundamental para o funcionamento da fazenda; no entanto, essa atividade se reafirmou num contexto de criminalidade e relações de poder que permeiam o mundo do trabalho rural no Brasil contemporâneo. Comumente, trata-se de um ex-trabalhador da fazenda que conseguiu ascender à condição de “gato” ou um antigo morador da região de origem dos migrantes, que possui ali uma rede de relações de amizade e parentesco. Assim, esses sujeitos passam a representar a usina ou a fazenda no município de origem com a incumbência de agenciar um número X de “cabeças”, como costumam

se referir aos trabalhadores. Com promessas de trabalho, bons salários e comida farta, eles alimentam entre os migrantes o mito da abundância simbolizado até então nas lendas do Eldorado da região da Amazônia brasileira, dadas, dentre outros aspectos, às suas enormes reservas naturais.

Em resposta aos vários questionamentos feitos pela Subprocuradoria-Geral da República, o proprietário da fazenda Brasil Verde comentou a função do empreiteiro, o “gato”. Disse ele:

[...] queremos esclarecer que é comum, no sul do estado do Pará, a utilização de “trabalhadores temporários”.

Referidos empreiteiros recrutam trabalhadores na própria região ou em outras mais distantes, onde a mão de obra é ociosa, devido à total falta de serviço no Norte do país (GPTEC, 1993b).

A carta apresentada anexa cópias de termos de contratos estabelecidos entre o proprietário e os empreiteiros, responsabilizando-os, entre outros aspectos, pela contratação, traslado e valores salariais dos peões. Considera-se essa uma estratégia comum em que o “gato” serve de fachada para que os fazendeiros não sejam responsabilizados pelo crime.

Em meio às variadas respostas sobre a situação laboral na fazenda, o documento se traduz em uma longa defesa em relação às denúncias de trabalho escravo na Brasil Verde e, ironicamente, atribui “a culpa” aos próprios trabalhadores. Diz ele:

Os trabalhadores recrutados, quando chegam à fazenda, se apresentam ao escritório para serem registrados. Infelizmente, uma minoria tem documentação completa para ser registrada; poucos são os que possuem CPTS e aceitam ser registrados, não obstante a fazenda oferecer despachante e fotógrafo para regularizar a documentação, permanece, ainda, a negativa por parte do trabalhador, praxe no sul do Pará.

Quanto à remuneração, não é verdade quando se afirma que ela é irrisória face ao trabalho executado, menos ainda que em certas circunstâncias não é paga.

[...]

Quando à afirmação de que muitos trabalhadores “FUGIRAM”, o correto seria afirmar que ALGUNS ABANDONARAM O SERVIÇO.

[...]

Acontece que “alguns, e não a maioria”, usam de má-fé e “abandonam o serviço”, indo trabalhar em fazendas vizinhas ou mesmo voltado para as suas origens, causando prejuízo à fazenda (GPTEC, 1993b).

Em meio às questões, uma delas é respondida com tom de “indignação”.

O que nos causa maior estranheza foram as alegações de que em nossa propriedade havia “prática de trabalho escravo”, o que refutamos com a maior indignação.

Todos os trabalhadores que prestaram ou prestam serviço em nossas propriedades têm a plena liberdade de ir e vir, jamais reduzidos à condição análoga à de escravo [...] (GPTEC, 1993b).

Sobre a função do empreiteiro, “gato”, na fazenda, segundo o proprietário, chamou nossa atenção a referência feita aos locais de recrutamento, leia-se aliciamento, de trabalhadores. O proprietário diz que os empreiteiros recrutam trabalhadores em locais onde a mão de obra é ociosa, fato atribuído à crise da agricultura familiar. Antes, porém, defende-se ao afirmar que ele não inventou tal prática, já que é comum na região, e somente se adaptou a ela. Assim, o sistema aparece em sua fala como algo costumeiro, uma tradição. Nesse sentido, estariam os trabalhadores rurais condenados ao pulo do “gato”, que viria salvá-los das condições miseráveis de vida em suas regiões de origem? O argumento utilizado pelo proprietário é um meio comum de justificar os abusos, crimes e desrespeitos trabalhistas cometidos contra os trabalhadores rurais, considerados sujeitos ignorantes e incapazes de sair das péssimas condições de vida, historicamente condicionados. Diante disso, por que *tratar bem* um sujeito que desconhece o que é ser bem tratado em sua região de origem? Esse tipo de raciocínio é expresso na fala de muitos empregadores, numa tentativa de se defenderem das normas trabalhistas. Vejamos alguns fragmentos de relatos de empregadores:

Não devia, mas como sou obrigado, dou alimentação para todos, temporários e fixos.

[Pago semanalmente], ele [o trabalhador] faz o que quer com o dinheiro.

[...]

Acampamentos feitos de babaçu, beber água do rio e dormir em rede são costumes que devem ser respeitados [...]; o povo nasceu com o rio nas costas e mata na cara; eles gostam de água do rio.

Peão não precisa de muita coisa não [...]: não só precisa, mas não gosta (OIT, 2011, p. 142).

Entre outros aspectos, a carta do proprietário da Brasil Verde apresenta um desenho paternalista do mundo rural. Em linhas gerais, é como se os trabalhadores vivessem da condescendência e da caridade daquele que atende como *senhor de terras*, quando este deveria se comportar como um empregador. E, ainda, é como se os trabalhadores precisassem e fossem sempre sustentados pelo tal *senhor*. Aos seus olhos, o migrante pobre compõe uma massa de trabalhadores braçais ignorantes, atrevidos, ociosos, de caráter duvidoso, incapazes de retribuir-lhe com “gratidão” a “acolhida”. Quando questionado sobre a fuga de trabalhadores da fazenda, o proprietário impõe a mudança do verbo “FUGIRAM” por “ALGUNS ABANDONARAM O SERVIÇO”, para insinuar a suposta traição dos trabalhadores contratados ao patrão e aos empreiteiros, que por ocasião da contratação *generosamente* lhes dão um adiantamento em dinheiro para que suas famílias possam manter-se por sessenta ou noventa dias (GPTEC, 1993b). E é por meio dessa *generosidade* que se inicia o endividamento crescente de trabalhadores, uma estratégia para o cerceamento de suas liberdades.

A defesa de uma “relação personalizada, assentada na lógica da confiança e da amizade ou de desconfiança e inimizade” entre trabalhadores e empregadores foi ressaltada por estes

em pesquisa feita para a elaboração do *Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo Rural no Brasil* (OIT, 2011, pp. 144-146). Os empregadores evidenciaram uma ruptura da “relação personalizada” culturalmente existente entre eles e *seus* empregados como consequência da entrada da Legislação Trabalhista no mundo rural.

Eles gostam de mim como eu gosto deles. Não sou manso para eles, sabe? Sou que nem médico pra eles, tudo que eu posso fazer para eles eu faço. Ele tem casa, luz, aluguel nada, dois, três litros de leite todo dia, não cobro dele, [...] a luz quem paga sou eu; agora, não é por isso que eu deixo de chamar atenção dele quando eu passo de madrugada e a luz da casa dele tá acesa [Eu digo:] ‘quem paga tua luz sou eu, cê não pode largar luz acesa, dormindo com luz acesa’ (OIT, 2011, p. 145).

O relato constrói a imagem do patrão benfeitor, utilizada como justificativa para a dispensa dos direitos trabalhistas, ao mesmo tempo em que impõem controle sobre os trabalhadores. Questões similares foram evidenciadas por Figueira ao discorrer sobre versões dos fazendeiros (patrões) sobre a acusação de crime de trabalho escravo dadas à imprensa.

Entre tantos, ressaltamos aqui o caso do fazendeiro Jairo Andrade, dono de mais de 100 mil cabeças de gado e de indiscutível influência política, que, ao ter seu imóvel fiscalizado por agentes da PF e por fiscais do Ministério do Trabalho, “negou-se a apresentar os documentos solicitados pelas autoridades, tratou-as com rispidez, recusou-se a pagar aos funcionários, e diante das autoridades destratou o empreiteiro e empurrou um peão”. Após o episódio, em entrevista dada a uma jornalista do jornal francês *Le Monde*, em 25 de abril de 1998, ele manifestou toda a sua indignação, dizendo-se vítima de sua própria generosidade (FIGUEIRA, 2002, p. 6).

Nesses termos, evidenciamos uma forte tentativa de controle paternalista sobre a vida dos trabalhadores. Na prática, a Brasil Verde estava demasiadamente longe de apresentar o “aconchego familiar” que o termo paternalismo sugere. Embora, como adverte Thompson, o paternalismo seja um termo descritivo e frouxo. Diz o autor:

Tem uma especificidade histórica consideravelmente menor do que termos como feudalismo ou capitalismo. Tende a apresentar um modelo da ordem social visto de cima. Tem implicações de calor humano e relações próximas que subentendem noções de valor. Confunde o real e o irreal. Isso não significa que o termo deva ser abandonado por ser totalmente inútil. Tem tanto ou tão pouco valor quanto outros termos generalizantes – autoritário, democrático, igualitário – que, em si e sem adições substanciais, não podem ser empregados para caracterizar toda uma sociedade como paternalista ou patriarcal. Mas o paternalismo pode ser, como na Rússia czarista, no Japão do período Meiji ou em certas sociedades escravocratas, um componente profundamente importante, não só da ideologia, mas da real mediação institucional das relações sociais (THOMPSON, 1998, p. 32).

É clara a insubordinação dos trabalhadores aos desmandos dos patrões, nunca considerados pelos mesmos como seus senhores. Salta às fontes a rejeição às responsabilidades

paternais; em algumas circunstâncias, a dependência idealizada pelo patrão se faz na ausência de horizontes sociais alternativos.

Durante a fiscalização realizada pela PF na Brasil Verde, em fevereiro de 1989, os trabalhadores de Barras, mantidos ali sob a responsabilidade do “gato” que os contratou, relataram queixas sobre o baixo preço pago por alqueire roçado, e que eram obrigados a aceitar tal situação por não possuírem trabalho que lhes pague melhor. Uma rápida leitura do posicionamento dos trabalhadores pode desvelar comodismo e aceitação quanto à situação imposta; no entanto, além da necessidade de trabalho, é preciso considerar que estes sujeitos não estão isolados e, de forma espontânea, eles manifestaram em depoimento aos policiais os abusos sofridos, suas necessidades e interesses.

Em 1993, a PF retornou à fazenda para nova fiscalização e, assim como em 1989, identificou *violação às leis trabalhistas*. Chama nossa atenção o fato de que, embora no ato da fiscalização tenham sido registradas as CTPS dos 49 trabalhadores flagrados em condição irregular, muitos entre eles manifestaram o desejo de retornar ao local de origem. Além da regulamentação das questões relacionadas às leis trabalhistas, este fato evidencia, de longe, o descontentamento dos trabalhadores migrantes com as condições de vida e trabalho na fazenda.

No início dos anos 1990, a CPT registrou um crescimento significativo (nos casos-cortar) de denúncias de exploração e trabalho escravo sendo feitas pelos próprios trabalhadores. Segundo a CPT, “esse aumento de denúncias, por um lado, significa que os trabalhadores estão perdendo o receio e aprendendo a brigar por seus direitos denunciando as agressões cometidas” (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL’92, 1993, p. 43). E atribuem essa mudança de comportamento às ações dos STTRs, de entidades de apoio aos trabalhadores rurais e à solidariedade de entidades internacionais.

A partir de 1991, a CONTAG, a OAB, a CNA e a CPT passaram a integrar o CDDPH, órgão do Ministério da Justiça centrado em questões do campo, com ênfase nos casos de trabalho escravo. Trata-se de órgão não coercitivo, portanto, limitado. É preciso considerar que, até então, os poucos casos de trabalho escravo em que os responsáveis chegaram a ser denunciados foram aqueles acompanhados pelo MPF, por meio da SECODID, ou com o empenho do MP da comarca onde ocorreram.

Em 1992, a CPT enviou ofícios à Procuradoria da República e à Superintendência da PF do Estado do Pará solicitando informações sobre 32 casos coletivos de trabalho escravo, que envolviam mais de mil trabalhadores. Um dos entraves para o andamento desses processos está no seu caráter descontínuo, que impossibilita sua chegada a um desfecho. Diante disso, o Poder Público só chega a adotar um posicionamento quando essas denúncias se fazem constantes e ganham a opinião pública nacional e internacional (CONFLITOS NO CAMPO BRASIL’92, 1993, p. 44).

Sem pretensões de pormenorizar a importância do papel das entidades para a efetivação das denúncias e a busca de resultados, entendemos que cabe particularmente aos próprios trabalhadores a garantia da continuidade e da defesa permanente de seus direitos. Essas entidades funcionam na retaguarda, garantem a logística, o acesso a foros e até mesmo a Justiça, mas a garantia de continuidade e defesa permanente dos seus direitos são os próprios trabalhadores. A esse contexto inscreve-se uma larga ação dos trabalhadores, que em muitos casos se faz de forma silenciosa, assumindo um estilo “sutil” de resistência, adequado às suas particularidades. Segundo Scott (2002), este quadro evidencia uma luta prosaica, mas constante, entre os camponeses e aqueles que os exploram. Desse modo, o homem do campo passa a se utilizar de meios comuns sem uma coordenação ou um planejamento precisos. As ações das classes trabalhadoras, embora muitas vezes individuais, representam o coletivo e estão enraizadas na luta material vivenciada e partilhada por uma classe.

A fiscalização de abril de 1997 na Brasil Verde partiu do *Termo de Declarações* prestadas à PF no Pará por um dos 12 trabalhadores que haviam escapado da fazenda. O denunciante era migrante do Ceará e vivia por aquelas paragens como peão de trecho, em busca de trabalho. Após perambular atrás de emprego por várias cidades do estado, hospedou-se em um hotel na cidade de Xinguara, PA, de onde foi levado até a fazenda e contratado pelo “gato” citado nos autos. Segue um trecho da declaração do trabalhador dada à PF:

Que o declarante chegou na fazenda devendo ao ‘gato’ a quantia de R\$22,00 (vinte e dois reais), correspondente a duas diárias de hotel; Que o declarante informa que a data da saída de Marabá para Tucumã/PA, se deu no mês de junho de 1996, estando com aproximadamente 09 (nove) meses de trabalho na fazenda Brasil Verde, sob o comando do ‘GATO’ RAIMUNDÃO; Que o declarante nunca recebeu salário ou prestou contas com o seu patrão; [...]; Que na última vez que a fiscalização do Ministério do Trabalho em conjunto com a PF esteve na fazenda BRASIL VERDE, o declarante e mais cerca de 50 (cinquenta) companheiros foram colocados em um serviço considerado escondido, a fim de não serem vistos pelos fiscais, bem como foram proibidos de circular pelos corredores da mesma até nos finais de semana com a mesma finalidade; Que o declarante comprava sua ferramenta de trabalho (foices, esmeril e lima), visto que se quebrasse alguma teria que pagar em dobro [...] (BRASIL/DETRAE, 1997a, p. 30).

Durante aquela fiscalização foram encontrados 81 trabalhadores na fazenda e emitidas 38 carteiras de trabalho pelo Grupo Móvel de Fiscalização.

Na leitura e análise do relatório em questão, chamou nossa atenção a minuciosa descrição da fazenda, assim como das condições em que os trabalhadores foram flagrados durante a fiscalização. Eles estavam em péssimas condições de higiene e trabalho, em barracões cobertos de plástico e palha, sem proteção lateral, com piso apenas roçado, onde passavam as poucas horas livres da noite expostos a chuva, frio e perigos da mata.

Embora o desenho espacial de localização da fazenda se faça no sentido de restringir o acesso dos trabalhadores a determinados lugares, bem como, à casa do gerente, ao escritório, às

oficinas e, principalmente, à saída, na ocasião da fiscalização, o “gato” relatou à equipe uma fuga de 12 pessoas. A saída da fazenda somente poderia ser feita por uma estrada bem próxima à casa do gerente, ao escritório e às oficinas, condição que deixava os trabalhadores vinte e quatro horas sob vigilância. O relatório da fiscalização apresenta fortes evidências de práticas de aliciamento e trabalho escravo, sobretudo ao que concerne à falta de liberdade de ir e vir evidenciada nos depoimentos dados pelos trabalhadores.

Na ocasião, por intermédio de um dos trabalhadores, foi comprovada pelos fiscais a existência de um grupo de sete piauienses escondidos pelo gerente em uma pensão da cidade. Também foram localizados outros trabalhadores escondidos em uma fazenda vizinha, pertencente à mesma família. A prática de esconder trabalhadores, sublocando-os em outras fazendas ou mesmo hospedando-os em pousadas e hospedarias da região, surpreendeu os fiscais, que ressaltaram ser esta uma *prática inovadora*.

Segundo o relatório de fiscalização:

Foram encontrados 38 (trinta e oito) trabalhadores roçando juquira, sem registro, sem carteira do trabalho anotada, em condições precárias de vida e trabalho, com alimentação fornecida pelo gato “Raimundão” sob sistema de barracão, com a intermediação da fazenda através do gerente [...], pessoas de quem todos os trabalhadores dizem já haver sofrido ameaças, inclusive com armas de fogo. Os trabalhadores declararam não poder sair da fazenda enquanto houver débito junto ao barracão do gato ou ao Armazém Paulista, que é intermediado pela gerência da fazenda (BRASIL/DETRAE, 1997a, p. 16).

Todos os trabalhadores ali encontrados manifestaram o desejo de retornar aos seus lugares de origem, sendo assim *resgatados* pelo Grupo Móvel. Em função do resultado da operação de 1997, o MPF apresentou denúncia contra o “gato”, o gerente e o proprietário da fazenda.

Nos relatórios de fiscalização, tivemos acesso a descrições minuciosas de irregularidades e maus-tratos a jovens trabalhadores, que entendem o trabalho como uma esperança de vida. Aos fiscais, as imagens degradantes parecem chocar e, no entanto, são ressaltadas como práticas comuns. Acima de tudo, evidenciam a crença na impunidade.

A operação em questão não evitou a continuação de denúncias e falatórios sobre a Brasil Verde. Em entrevista dada ao jornal *O Liberal*, de circulação local no estado do Pará, sobre uso de trabalho escravo e fiscalizações realizadas em várias fazendas do estado, o então chefe substituto da DRT/PA resalta recentes irregularidades na Brasil Verde. O texto apresenta o proprietário da fazenda e funcionários responsáveis como *Marcados*, estando eles na mira do estado.

Marcados – O fazendeiro João Quagliato Neto, dono de cerca de 150 mil cabeças de gado no sul do Pará, também não escapou da fiscalização. Sua fazenda, a Brasil Verde, também em Sapucaia, explorava trabalhadores arregimentados no Piauí. A multa, altíssima, levou João Luiz a propor um acordo com a Procuradoria do Trabalho

para não ser processado criminalmente, ele jurou que iria tratar melhor seus empregados. É outro a receber brevemente uma “fiscalização surpresa” do pessoal da DRT e da PF (BRASIL/DETRAE, 2000c, p. 40).

Ora, diante de uma nota em jornal de circulação local anunciando uma ação de fiscalização na Brasil Verde, caía por terra o caráter de “surpresa” da fiscalização. Por outro lado, a fala aborda o poder de influência do fazendeiro e a prática comum da impunidade. Como pode ser evidenciado nos relatórios de fiscalização, o juramento do proprietário às autoridades de nada adiantou, pois as denúncias de maus-tratos e escravização persistiram por toda a década.

Em 1997, trabalhadores piauienses retornados de fazendas no Pará acionaram a FETAG – PI ao mesmo tempo em que declararam terem sido aliciados e submetidos a formas de trabalho escravo. O grupo, de cerca de 300 trabalhadores, foi levado em ônibus para trabalhar nas fazendas Boca Quente, Primavera, Santa Lúcia, Agropecuária Umuranama e fazenda Brasil Verde. A notícia de escravização dos trabalhadores correu o estado do Piauí através da imprensa local com as manchetes: “Piauienses vendidos por 15 reais” e “Agricultores desempregados vendidos”. As notícias repercutiram junto à Procuradoria Regional do Trabalho, que cobrou informações à FETAG e, posteriormente, providências à Procuradoria Regional do Estado do Pará. Diz ela:

Para aliciar os agricultores desinformados sobre leis trabalhistas, os encarregados de levá-los para outras regiões do país oferecem oportunidade fácil de trabalho e garantia de que suas carteiras de trabalho serão assinadas. Ao chegarem aos canaviais é que os piauienses descobrem a farsa e passam a enfrentar sérias dificuldades quando discordam das condições de trabalho impostas pelos empresários (BRASIL/DETRAE, 2000c, p. 4).

Em resposta ao MPT/PA, a DRT/PA negou a existência de trabalho escravo ou degradante, bem como a presença de migrantes piauienses na Brasil Verde. O argumento foi baseado em uma segunda fiscalização realizada em 1997, que ressalta um “acentuado progresso” (BRASIL/DETRAE, 1997b, p. 5) em relação às fiscalizações anteriores. Diz ainda:

Verificou-se que os empregados, num total de 90, estavam devidamente registrados, os pagamentos atualizados, o FGTS recolhido etc. Quanto aos itens relacionados a Segurança e Medicina do Trabalho, em substituição às famigeradas cabanas cobertas de plásticos, foram erguidos alojamentos construídos em alvenaria e madeira, possibilitando, então, maior conforto aos trabalhadores (BRASIL/DETRAE, 2000c, p. 43).

Diante disso, o MTE diz ter aplicado apenas medidas de “incentivo” ao empregador. Mas como explicar pareceres tão divergentes em intervalo tão curto de uma fiscalização para outra? Sim, é possível que a fazenda tenha adotado normas eficazes e intensivas de melhoria nos seus mais diferentes setores; no entanto, pesavam contra ela um passado recente de crimes contra a liberdade de trabalho e contra a pessoa que parecem ter sido ignorados. Entendemos que, para além de outras possíveis considerações e análises, o fato evidencia o caráter estritamente

circunstancial das fiscalizações, tão ressaltado nos relatórios consultados. Dito de outro modo, o momento do flagrante determina os resultados das ações de fiscalização.

Como dito em linhas anteriores, a denúncia apresentada pela CEJIL e pela CPT, em 1998, à CIDH contra o Estado brasileiro⁴, fez-se em função da violação da Declaração Americana de Direitos e Deveres do Homem e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

Alegaram que o Brasil é responsável pela violação aos artigos I (direito à vida, à liberdade, à segurança e à integridade da pessoa), II (direito à igualdade perante a lei), VII (direito de proteção à maternidade e à infância), VIII (direito de residência e trânsito), XI (direito à preservação da saúde e ao bem-estar), XIV (direito ao trabalho e a uma justa retribuição) e XVIII (direito à justiça). Além disso, consideraram que o Brasil é responsável pela violação aos artigos 1.1, 4, 5, 6, 7, 8, 19, 22 e 25 da Convenção Americana, dentre outros instrumentos internacionais, e o artigo 1 da Convenção Suplementar das Nações Unidas sobre a Abolição da Escravidão, Tráfico de Escravos e Instituições e Práticas Semelhantes à Escravidão, contra os trabalhadores ‘que estavam no momento dos fatos’ e os adolescentes [...] (BRASIL/DETRAEE, 2011, p. 1).

Para os peticionários, a fazenda Brasil Verde reflete situação de trabalho escravo ou condição análoga à escravidão, característico nas zonas rurais do Brasil, particularmente nos estados menos favorecidos da Região Norte. A falta de uma investigação diligente dos casos denunciados em 1988 e 1992 se soma à demora nos recursos internos para reparar as violações aos Direitos Humanos. Somente com a denúncia e a fiscalização de 1997, o estado iniciou um processo penal que foi extinto em 2008, quando foram esgotados os recursos internos. Na ocasião em que declarou a extinção da ação penal, o juiz argumentou que o processo havia “nascido condenado ao fracasso”.

Assim, consideram que o estado é responsável internacionalmente por não ter impedido, desde 1988, a ação de particulares envolvidos na prática de trabalho escravo, por não garantir a subsistência dos trabalhadores da fazenda, por não adotar medidas de investigação pertinentes com o suposto desaparecimento dos adolescentes, entre outros fatos.

A violação dos direitos humanos⁵ contraria a permanência de um Estado democrático de direito, fundamental para que o país possa se adequar à ordem internacional contemporânea. Nesse sentido, a comunidade internacional tem interesse em resguardar os direitos fundamentais da dignidade da pessoa humana, mais especificamente daqueles sujeitos que não encontraram aparato do Estado em casos de violação de seus direitos fundamentais, como foi ressaltado no caso Brasil Verde.

Entendemos que, embora a experiência dos trabalhadores rurais em relação aos Direitos Humanos seja recente e possa se estabelecer conforme a temporalidade histórica de cada sujeito, os sentimentos de repúdio e indignação vêm à tona nas ocasiões em que seus direitos humanos são violados. Em circunstâncias como essas, pode haver um autorreconhecimento do trabalhador como escravizado. São situações em que clamam por justiça social.

Nesse quadro, deve-se considerar que as “relações de amizade” entre trabalhadores e patrões, ressaltadas nas falas destes últimos, são comumente impostas por estes e, em muitos casos, aceitas e compartilhadas pelos trabalhadores como estratégias, seja para ascenderem a condições de trabalho melhores da fazenda ou para escaparem dos perigos comuns de uma empreitada longe de casa e dos *seus*. Por sua vez, trata-se de relações pessoais de falsa afetividade reivindicada por sujeitos acostumados com um mundo rural regido pelas suas próprias leis. Nesses casos, os avanços das leis trabalhistas no campo ameaçam a manutenção de um sistema secular de domínio e exploração.

Diante disso, entendemos que se apoiar nesses tipos de relações é, em muitos casos, uma estratégia que os trabalhadores usam para sua sobrevivência enquanto permanecem em espaços desconhecidos. São sujeitos errantes, que têm seus cotidianos cruzados por diferentes fluxos sociais, que elaboram projetos de saída e retorno para a terra natal. Eles fogem, escapam das redes da escravidão, mudam de fronteiras, enfrentam medos e perigos de matas desconhecidas e ameaças dos “gatos” e fiscais. Além da necessidade de escapar do trabalho escravo e das ameaças de morte, é preciso considerar que esses trabalhadores são, em muitos casos, mobilizados pela ânsia de justiça, que influencia suas estratégias e ações.

Notas

¹ É uma organização regional criada em 1991 com a missão de contribuir para o gozo dos direitos humanos nos Estados do continente americano mediante o uso eficaz das ferramentas do Sistema Interamericano e do Direito Internacional dos Direitos Humanos. Disponível em: <<http://cejil.org.br>>. Acesso em 4 jul. 2012.

² Figueira (2004, p. 418) registrou denúncias de trabalho escravo na Fazenda Brasil Verde nos anos 1986, 87, 88, 89, 92, 93, 96, 97, 98, 99 e 2000.

³ O medo da morte foi discutido em nosso estudo de Mestrado. Ver: ROCHA, C.C. (2010).

⁴ O Brasil é membro da Organização dos Estados Americanos, e está vinculado às obrigações e aos deveres da Declaração Americana e da Carta da OEA, ratificada em 1950. O Brasil também é Estado Parte da Convenção Americana, ratificada em 1992.

⁵ A Declaração dos Direitos Humanos (1948) iniciou o movimento de internacionalização dos direitos humanos, que, entre outros aspectos, se traduziu no fortalecimento da ONU e na criação dos sistemas regionais: europeu, interamericano e africano.

Fontes

BRASIL/DETRAE. **Relatório de Fiscalização no Estado do Pará** (21.04 a 30.04.97). Ministério do Trabalho/DRT, 1997a.

_____. **Relatório de Viagem em apuração de denúncias, operação Sul do Pará** (out. 1997). Ministério do Trabalho/DRT, 1997b.

_____. **Ação Civil Pública nº107/2000**, Fazenda Brasil Verde. MPT/ Procuradoria Regional do Trabalho da 8ª região, v.I, 2000c.

_____. **Relatório nº 169/11**. Caso nº 12.066. Admissibilidade e Mérito Fazenda Brasil Verde. Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Washington, 03 nov. 2011.

GPTEC. **Ofício nº 2190/ SECODID**. Sub Procuradoria Geral da República. Coordenadoria de Defesa dos Direitos Humanos e do Cidadão. 1993a.

_____. **Ofício nº 92192 - E/CCP**. Serviço Público Federal/Coordenação Central de Polícia. 1992

____. **Carta do proprietário João Quagliato enviada à Sub Procuradoria Geral da República em resposta ao ofício nº 2190/SECODID**, 1993. Ourinhos - SP, 1993b.

GPTEC. **Trabalho Escravo**. 03 de jan. 1989.

Organização Internacional do Trabalho. **Perfil dos Principais Atores Envolvidos no Trabalho Escravo no Brasil**. Brasília: OIT, 2011.

SINDICATO DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS. **Procuração Particular**. CEJIL/CPT, 2011.

Referências Bibliográficas

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo Brasil'92**. Goiânia: CPT Nacional, 1993.

GOMES, Ângela de Castro. **Trabalho análogo ao de escravo: construindo um problema**. XXIV Simpósio Nacional da ANPUH, 2007.

____. "Repressão e mudanças no trabalho análogo a de escravo no Brasil: tempo presente e usos do passado". In: **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v.32, n. 64, 2012, p. 167-184.

____. **A legislação sobre a escravidão contemporânea no século passado**. Da relação entre o Brasil e a comunidade internacional no Século XX (no prelo). Martins, 2002b, p. 152.

ALBERTI, Verena. **Ouvir Contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra: escravidão por dívida no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

____. **O trabalho escravo contemporâneo por dívida: como se manifestam os acusados?** Conferência na Universidade Salgado Oliveira, 2002.

MARTINS, José de Sousa. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

THOMPSON, E. P. "Domínio da Lei". In: **Senhores e Caçadores**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

____. **Costumes em Comum: estudos sobre a cultura popular tradicional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

ROCHA, Cristiana C. **A Vida da Lei, A Lei da Vida**. Conflitos pela terra, família e trabalho escravo no presente. Niterói-RJ: Universidade Federal Fluminense, 2015 (Tese de Doutorado).

SCOTT, James C. "Formas Cotidianas da Resistência Camponesa". In: **Raízes**, v.21. n. 01, jan- jun. 2002.

Recebido em: 29/04/2016

Aprovado em: 20/05/2016

A “economia da precisão” e a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense

“Economy of need” and reproduction of slave labour in rural Maranhão

Marcelo Sampaio Carneiro

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) com estágio na École des Hautes Études em Science Sociale (EHESS) e Professor Associado II da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
marcelo.sampaio@ufma.br

Flavia de Almeida Moura

Jornalista pela Universidade de Taubaté (UNITAU), Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão (UFMA), Doutora em Comunicação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) e Professora de Comunicação Social da Universidade Federal do Maranhão (UFMA)
flaviaalmeidamoura29@gmail.com

RESUMO: Este artigo tem por objetivo discutir os fatores que favorecem a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense por meio do cruzamento de informações sobre trabalhadores resgatados de situação de trabalho escravo e da análise das diferentes configurações que caracterizam a socioeconomia das regiões em que predominam as denúncias sobre esse tipo de recrutamento e imobilização da força de trabalho. Para realizar tal tarefa, utilizamos informações de natureza secundária e dados de pesquisas de campo que realizamos nos municípios do Codó e Açailândia, que se caracterizam por uma elevada concentração de casos de denúncia e de fiscalização de trabalho escravo no estado do Maranhão.

Palavras-chave: Trabalho Escravo; Precisão; Configuração; Agropecuária.

ABSTRACT: *This article discusses the factors that favour the reproduction of slave labour in rural Maranhão State by correlating information on workers rescued from situations of slave labour and by examining the various socioeconomic configurations characteristic of the areas where complaints of this kind of labour recruitment and immobilisation predominate. That task was performed using secondary information and data from field research conducted in the municipalities of Codó and Açailândia, which displayed high concentrations of complaints and inspections relating to slave labour in Maranhão State.*

Keywords: *Slave labour; Need; Configuration; Agriculture and livestock.*

Introdução

Este artigo tem o objetivo de discutir os fatores que favorecem a reprodução do trabalho escravo no campo maranhense, tomando como referência a dinâmica geral da ocupação e do emprego no meio rural e a realização de pesquisas com trabalhadores que foram resgatados de situações de escravidão contemporânea, que vimos realizando ao longo dos últimos vinte anos (MOURA, 2009; CARNEIRO, 2013).

Para fazer essa análise, utilizamos informações de dois tipos. Trabalhamos com dados secundários, extraídos da base de informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Censo Agropecuário), do Ministério do Trabalho e Emprego (RAIS) e da Comissão Pastoral da Terra (Caderno de Conflitos no Campo), e com dados primários, obtidos nas pesquisas qualitativas que realizamos em duas regiões de ocorrência de trabalho escravo no estado do Maranhão. Na primeira região estudada, cujo município de referência é Codó, realizamos pesquisa sobre a evolução da estrutura fundiária e o comportamento do mercado trabalho desde 2005, quando, a convite da CPT (Comissão Pastoral da Terra), investigamos o deslocamento de trabalhadores dessa região para a lavoura sucroalcooleira paulista. Na segunda região, que corresponde ao município de Açailândia, nosso investimento de pesquisa é mais antigo, datando do início dos anos 1990, quando começamos a investigar a instalação da siderurgia a carvão vegetal e seus impactos para o mercado de terra e de trabalho nesse município.

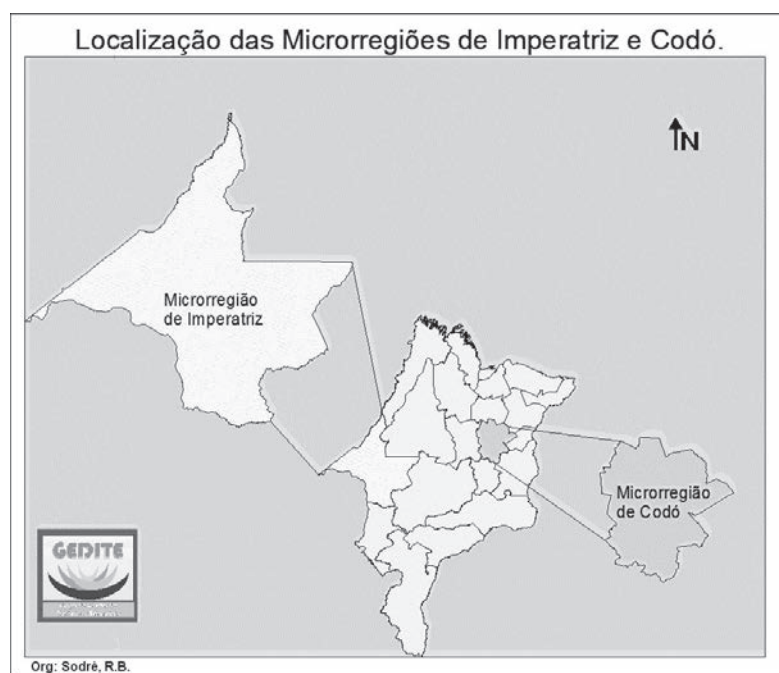
A análise comparada das situações de trabalho escravo nesses dois municípios, que se situam nas Microrregiões Homogêneas de Imperatriz e Codó (**Mapa 1**), é interessante, pois permite compreender como situações de trabalho escravo rural se desenvolvem em regiões bem distintas em sua formação histórica. Enquanto em Codó a pecuária extensiva é a atividade econômica predominante, no município de Açailândia a grande propriedade serve de base para os plantios de eucalipto que abastecem a atividade siderúrgica e para o desenvolvimento de uma pecuária dita moderna, associada a um arranjo produtivo que envolve o beneficiamento de carne (frigoríficos) e de leite (laticínios). Por conta dessa situação, Codó, cuja economia encontra-se estagnada, é um local de origem de movimentos migratórios, enquanto Açailândia foi, até os anos 1990, um importante polo de atração de migrantes.

Para a produção do presente texto, utilizamos dados de pesquisas feitas com famílias de trabalhadores que foram resgatados de situações classificadas como de trabalho escravo¹ nos municípios acima citados. Para alcançarmos esses trabalhadores resgatados, tomamos como referência as informações sobre seu endereço localizado na ficha de identificação que os fiscais da equipe móvel de fiscalização do Ministério do Trabalho preenchem. No caso da fiscalização de Codó, o local de residência que apareceu com maior frequência foi o bairro

do Codó Novo, enquanto no caso de Açailândia, as informações de residência apontaram para o bairro de Vila Ildemar.

Com base nessas informações (local de residência dos trabalhadores resgatados), decidimos realizar pesquisa quantitativa nesses dois bairros, procurando identificar o perfil socioeconômico dos seus moradores, ao mesmo tempo em que alguns integrantes do nosso grupo de pesquisa entrevistavam trabalhadores que foram escravizados com o intuito de compreender o papel desempenhado pela atividade que exerciam quando foram resgatados da situação de trabalho escravo com o funcionamento da economia do grupo familiar².

O artigo está organizado em quatro seções, considerando essa introdução e a conclusão. Na primeira seção, apresentamos um quadro geral da economia maranhense, destacando as atividades econômicas responsáveis pelo assalariamento rural e descrevemos a geografia do trabalho escravo no estado. Na segunda parte, discutimos a reprodução do trabalho escravo, considerando a inserção dos trabalhadores nos diferentes contextos socioeconômicos pesquisados. Na última seção, fazemos um exercício de comparação das duas regiões pesquisadas, procurando identificar elementos comuns e diferenças nas situações de trabalho escravo, de forma a ampliar a compreensão dos fatores que estão na base da reprodução desse fato social.



Mapa 1

As principais atividades da agropecuária maranhense, trabalho assalariado rural e geografia do trabalho escravo

De acordo com os dados do Censo Agropecuário para o ano de 2006, havia 991.600 pessoas ocupadas no campo maranhense, trabalhando em estabelecimentos da agricultura familiar e não familiar. Ainda segundo essa fonte de informação, as atividades econômicas que respondiam pela maioria dessas ocupações eram, respectivamente, as lavouras temporárias, a pecuária e criação de outros animais e a produção florestal (florestas plantadas e florestas nativas) (Tabela 1).

Tabela 1– Pessoal ocupado em estabelecimento agropecuário em 31/12, de 14 anos ou mais, segundo o grupo de atividade econômica (2006).

Grupo de Atividade Econômica	Pessoas Ocupadas	
	Número	Em %
Lavoura Temporária	539.963	54,45
Lavoura Permanente	21.597	2,17
Pecuária e Criação de Outros Animais	302.518	30,50
Produção Florestal (Plantadas e Naturais)	105.888	10,68
Pesca e Aquicultura	6.795	0,68
Horticultura e Floricultura	14.737	1,48
Sementes e mudas	102	0,001
Total	991.600	100,00

Fonte: Censo Agropecuário 2006 (IBGE)

Vale registrar que essa informação do Censo Agropecuário inclui pessoas empregadas com ou sem carteira assinada, trabalhando em todos os estabelecimentos agrícolas, incluindo os relativos à agricultura familiar (com extensão de até quatro módulos fiscais). Para identificar os trabalhadores formalmente empregados, precisaríamos utilizar outras fontes de informação, caso da RAIS (Relação Anual de Informações Sociais) do Ministério do Trabalho e Emprego e da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios (PNAD) do IBGE³.

Voltando aos dados da Tabela 1, algumas explicações precisam ser adicionadas, de modo a compreendermos o tipo de trabalho que é realizado nas principais atividades geradoras de ocupação de mão de obra. A primeira explicação corresponde aos diferentes tipos de atividades agrícolas que são classificadas pela denominação “lavoura temporária”. No estado do Maranhão, essa denominação inclui atividades com dominância da agricultura familiar, caso da cultura do arroz e do feijão, e outras com dominância do agronegócio, como no caso da soja e da cana-de-açúcar (CARNEIRO, 2013a). Como a atividade sojícola é fortemente intensiva em capital, gerando um pequeno número de empregos agrícolas permanentes e a lavoura da cana-de-açúcar concentra-se em alguns municípios do estado⁴, podemos supor que a maior parte das ocupações indicadas nessa tabela corresponde a trabalhos realizados no âmbito da agricultura familiar. Nesse sentido, quando consideramos os dados para ocupações

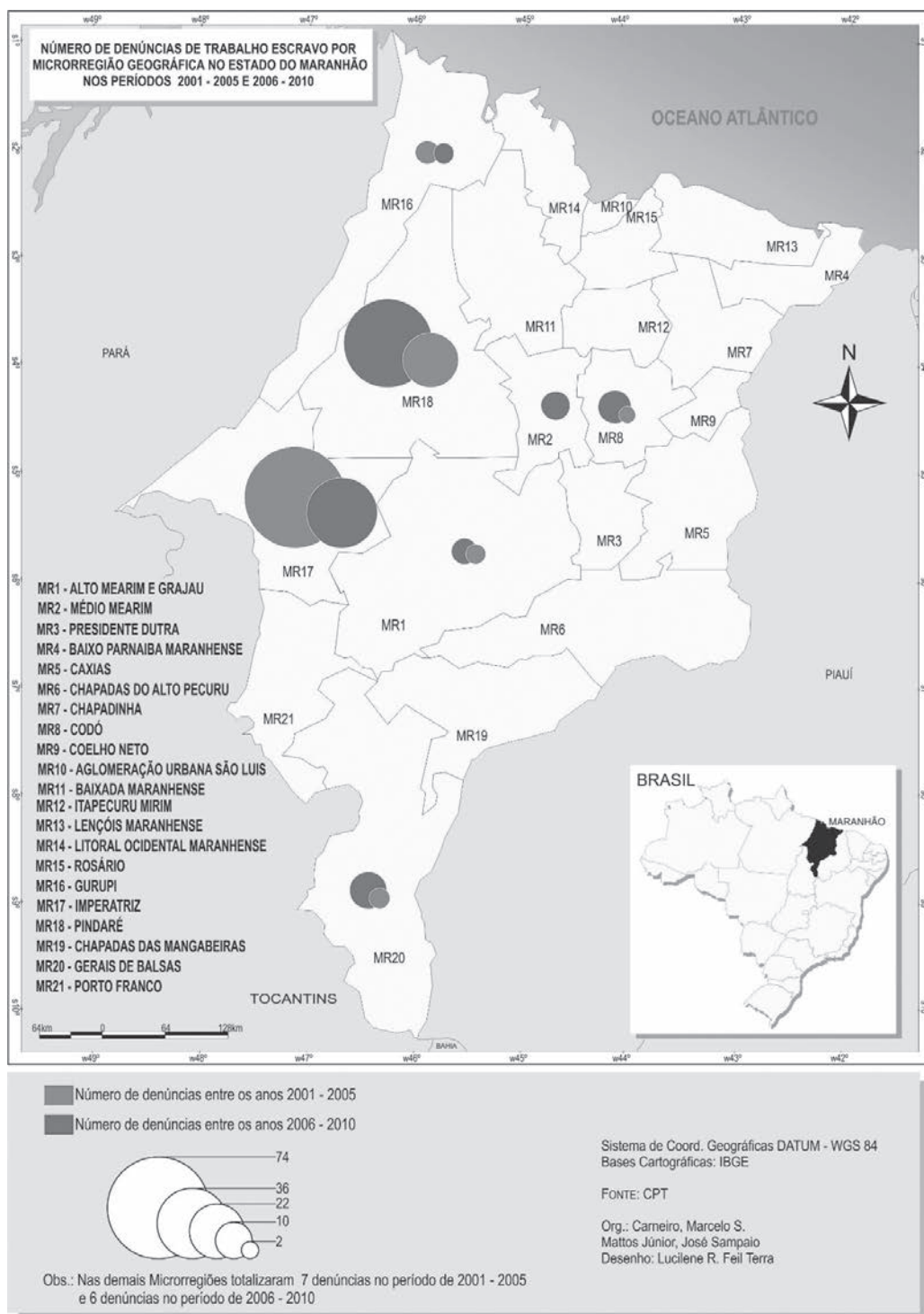
geradas por estabelecimentos da agricultura não familiar no Censo Agropecuário, temos um total de 45.411 pessoas ocupadas.

A segunda atividade que mais ocupa trabalhadores é a pecuária e criação de outros animais, com 30,50% do total. A principal atividade pecuária realizada no estado é a criação de gado bovino para corte e, em menor medida, para a produção de leite. Enquanto a criação de gado para o corte é uma atividade realizada principalmente por grandes e médios proprietários de terra, a bovinocultura de leite também é realizada por agricultores familiares (CARNEIRO, 2015). Como veremos mais adiante, a atividade pecuária concentra a maioria dos casos de trabalho escravo no estado do Maranhão.

A terceira atividade que mais ocupa trabalhadores no setor agropecuário é a produção florestal, que no estado do Maranhão, até 2006, é representada pelo plantio e manejo de espécies florestais exóticas (principalmente o eucalipto) e naturais para a produção de carvão vegetal⁵, e a partir de 2014, para a produção de papel e celulose⁶. As ocupações agrupadas nessa rubrica envolvem desde trabalhadores que atuam no plantio e manutenção das plantações florestais, trabalhadores que realizam o corte (leal ou ilegal) de mata nativa e aqueles envolvidos na produção de carvão vegetal. Neste último caso, que concentra um número importante de denúncias de situação de trabalho escravo, a produção de carvão é realizada para atender à demanda da indústria siderúrgica, cujas fábricas se localizam nos municípios de Açailândia, Pindaré-Mirim e Bacabeira.

De acordo com os dados da Comissão Pastoral da Terra para o período 2003-2014, de um total de 301 casos de trabalho escravo denunciados no estado do Maranhão, 229 ocorreram na atividade da pecuária, representando 76% do total, vindo em seguida 29 casos em lavouras (10%), 26 na atividade de carvoejamento (9%), 6 em atividades de desmatamento (1%) e 6 em atividades de construção civil (1%).

Trabalhando com dados da CPT, mas para um período diferente de tempo (2001 a 2010), Carneiro & Assis (2013) identificaram uma correspondência entre a ocorrência de situações de trabalho escravo e a atividade pecuária, pois, conforme pode ser visto no mapa abaixo, as denúncias de situações de trabalho escravo são mais fortes justamente nas MRHs que concentram a maior parte do rebanho bovino estadual (Imperatriz e Pindaré), aparecendo com menor incidência em MRHs onde predomina a atividade sojícola (Gerais de Balsas), a atividade pecuária de pequeno e médio porte (Médio Mearim) e o latifúndio rentista tradicional⁷ (Codó).



Mapa 2

Quem são e como vivem os trabalhadores resgatados das situações de trabalho escravo

Levantamento realizado por Vieira (2008), a partir de dados de operações de fiscalização realizadas pelo Grupo Especial de Fiscalização Móvel (GEFM) do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) no sul e no sudeste do Pará, classificou os trabalhadores resgatados em três grupos, que ela designou como: moradores (“vivem na região e se deslocam para municípios vizinhos ou dentro do mesmo estado à procura de trabalho temporário”), migrantes (“atravessam grandes distâncias, deslocando-se de outros estados e retornando para casa depois de meses de trabalho temporário”) e “peões do trecho” (“que não retornam para casa, a não ser eventualmente, e que fazem do deslocamento permanente seu modo de vida”).

Nas duas situações investigadas por nossa pesquisa, em Açailândia e Codó, a maioria dos trabalhadores resgatados se enquadra na definição de moradores acima indicada, ou seja, trata-se de trabalhadores que residem no próprio município (ou em municípios próximos) em que ocorreu a operação de resgate, morando em bairros populares, e que, quando não estão envolvidos no trabalho em carvoarias e fazendas, sobrevivem realizando algum tipo de atividade agrícola (Codó) ou de pequenos negócios da chamada economia informal (Açailândia).

No caso do município de Codó, a economia do grupo doméstico em que se inserem esses trabalhadores resgatados foi objeto de investigação de Moura (2009). Nesse estudo, a autora verificou que esses trabalhadores são moradores de bairros periféricos da sede do município, e que para sobreviver alternam dois tipos de atividades econômicas: o cultivo de produtos agrícolas (principalmente do arroz, mas podendo também incluir milho, feijão e mandioca) em terras arrendadas e o trabalho em atividades de preparação e manutenção de pastagens em fazendas no município ou em regiões próximas.

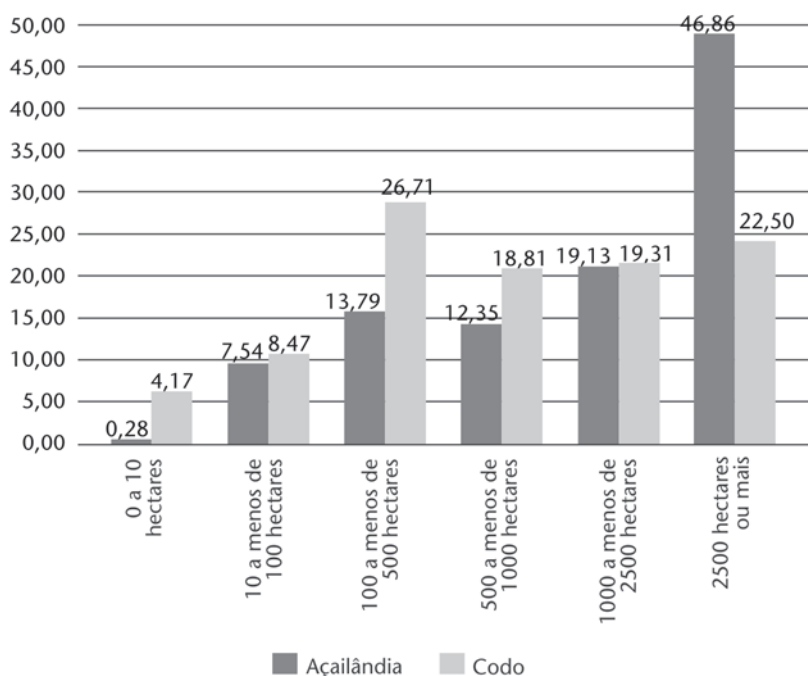
Os trabalhadores resgatados em Açailândia possuem um perfil diferente, com uma trajetória ocupacional que compreende uma experiência anterior de trabalho assalariado na indústria madeireira – que teve forte participação na economia do município nos anos 1970/80. Atualmente, esses trabalhadores dividem seu tempo entre o trabalho agrícola (em fazendas, carvoarias e atividade de reflorestamento) e pequenos negócios urbanos realizados na sede do município de Açailândia⁸.

Essas diferentes formas de inserção no mundo do trabalho estão relacionadas com as características do emprego urbano e rural nesses dois municípios. Enquanto Codó tem uma economia articulada em torno da administração pública, do setor de comércio e de serviços, contando com uma agricultura pouco desenvolvida, assentada numa propriedade fundiária extremamente concentrada, predominando o arrendamento como principal forma de acesso a terra por esses ex-camponeses que vivem nos bairros populares das sedes municipais⁹ (CARNEIRO; MOURA, 2008), Açailândia se destaca pela importância dos empregos gerados

no comércio, na atividade siderúrgica e na agropecuária, predominado neste último segmento a atividade pecuária e o reflorestamento para produção de carvão vegetal (RAMALHO; CARNEIRO, 2015). De forma semelhante a Codó, a estrutura da propriedade da terra é bastante concentrada em Açailândia; contudo, tanto a pecuária como o reflorestamento não abrem espaço para a reprodução de formas camponesas de arrendamento, limitando a possibilidade de reprodução dos trabalhadores de Açailândia através desse mecanismo.

Ou seja, apesar de esses dois municípios possuírem uma estrutura fundiária semelhante (Gráfico 1), com uma elevada concentração fundiária, predominando os estabelecimentos agropecuários acima de 500 hectares (representam 60,62% da área dos estabelecimentos em Codó e 78,34% em Açailândia), observa-se uma diferença importante no que concerne ao tipo de latifúndio que predomina em cada localidade. Enquanto em Açailândia a grande propriedade está orientada para a produção moderna de bovinos (de leite ou de corte) e o plantio industrial de eucalipto, em Codó prevalece a criação de gado segundo padrões tradicionais, cujo melhor indicador é a baixíssima relação de cabeças de gado por hectare.

Gráfico 1: Comparação da estrutura fundiária dos municípios de Açailândia e Codó, segundo a distribuição da área dos estabelecimentos por Grupos de Área Total (em %).



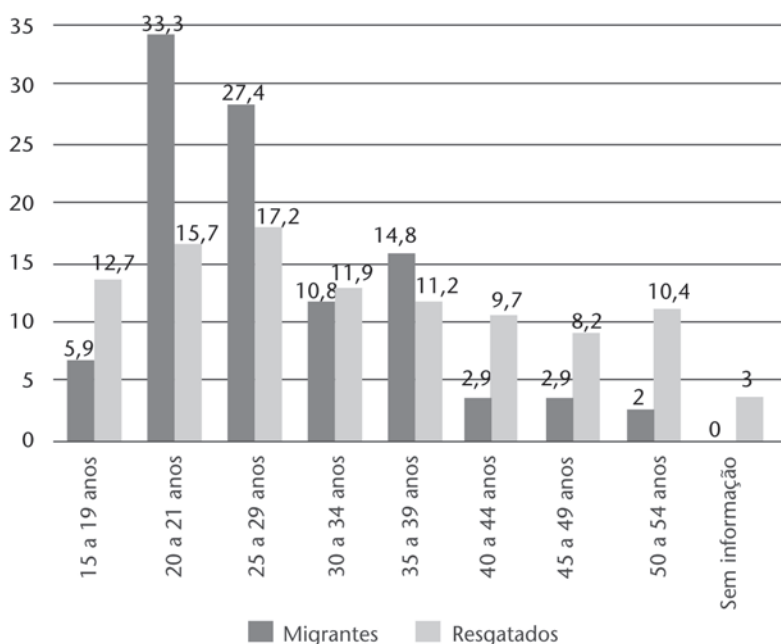
Fonte: Censo Agropecuário de 2006 (IBGE).

Um ponto comum às duas situações investigadas é a condição de extrema vulnerabilidade em que vivem esses trabalhadores, uma vez que o baixíssimo nível de escolaridade – 67,7% dos resgatados estudados em Codó eram analfabetos (MOURA, 2009), é um número semelhante

ao encontrado para trabalhadores adolescentes resgatados por uma operação de fiscalização do GEFM em carvoarias no município de Açailândia, realizada em 1997 (CARNEIRO, 2013b).

Um aspecto que se destaca nas informações levantadas sobre os trabalhadores resgatados de situações de trabalho escravo no município de Codó é sua idade elevada, com 28,3% dos pesquisados com 40 anos ou mais. Esse dado é importante, pois, quando o comparamos com informações de outra pesquisa realizada no município com trabalhadores migrantes, que se deslocam temporariamente para o corte de cana em São Paulo, identificamos para a mesma faixa de idade (= ou > 40 anos) um percentual bem inferior (7,8% dos entrevistados) (Gráfico 2).

Gráfico 2: Faixa etária dos trabalhadores resgatados e trabalhadores inseridos no fluxo migratório para a lavoura canavieira no município de Codó (em %).



Fonte: (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Ou seja, apesar de encontrarmos pessoas de todas as faixas de idade no grupo de trabalhadores migrantes e no grupo de trabalhadores resgatados, a presença de trabalhadores em idade mais avançada (40-44; 45-49 e 50-54) é bem mais forte nesse último caso, o que indica que esse tipo de trabalho – no caso de Codó, a limpeza da área para o plantio e a renovação da pastagem – é uma alternativa para pessoas que já não conseguem aguentar o forte esforço físico do trabalho nos canaviais ou que não têm capacidade para fazer o investimento (físico e financeiro) que representa o deslocamento para uma atividade distante (CARNEIRO; MOURA, 2008).

Além do trabalho nas fazendas situadas no município de Codó ou nas proximidades, os trabalhadores entrevistados revelaram que “realizam trabalhos informais na cidade, denominados bicos, atuando principalmente na limpeza de terrenos, em serviços gerais na construção civil ou ainda no trabalho como vigia, em propriedades particulares” (MOURA, 2009, p.77). Mas a situação de precisão pode também implicar a mobilização de membros mais jovens do grupo familiar, quando eles assumem a responsabilidade pela manutenção da família, como no caso de Roberto, um adolescente de 15 anos que encontramos trabalhando em uma carvoaria no município de Açailândia, que nos informou que passara a fazer esse tipo de trabalho por causa do acidente que seu pai havia sofrido, o que fez com que ele tivesse que assumir precocemente o papel de principal fonte de recursos para a manutenção da família (CARNEIRO, 2013b).

A economia da precisão implica, portanto, pelo lado da oferta, uma situação em que as alternativas de trabalho oferecidas mostram-se limitadas e, pelo lado da demanda, a situação de um contingente de trabalhadores com baixo nível de qualificação, pertencentes a famílias em condição de vulnerabilidade, como foi expresso em um relato colhido por Vieira (2008):

Nós trabalhamos com gato, né? A gente que está com precisão tem que aguentar esse tipo de coisa. Eu não tenho outro apelo, não tenho outra profissão, nem ler eu não sei, nem assinar meu nome eu não sei, eu vivo é dos meus braços (p.233).

Ou no caso documentado por Moura (2009), quando o trabalhador diz que só se submete ao trabalho na fazenda quando está no último grau de *precisão*, uma vez que:

Lá na fazenda tudo é péssimo. Aquela comida que eles falam que é de peão; um arroz quebrado e misturado e só. Carne é muito difícil de ver. A água que a gente bebe anda até animal e a gente tem que banhar também; tudo no mesmo açude. A única coisa que é bom do trabalho é quando a gente recebe o troco (p. 98).

No caso dos trabalhadores de Codó, que articulam o trabalho degradante nas fazendas com a atividade agrícola em terras arrendadas, o “tempo da precisão” é identificado com o período do ano em que o arroz colhido na própria roça já terminou e o trabalho nas fazendas ainda não começou, ou seja, com o período do chamado inverno (entre janeiro e abril) (MOURA, 2009), ao passo que em Açailândia ele se refere a uma situação permanente, pois, diante de um mercado de trabalho urbano limitado (MANCINI, 2015), esses trabalhadores não têm outra opção a não ser a inserção em atividades econômicas fortemente precarizadas.

Conclusão

A discussão realizada nas seções anteriores procurou contextualizar duas situações diferentes de produção do trabalho escravo no campo maranhense, de forma a pôr em relevo os constrangimentos que levam pessoas a se submeter a condições degradantes e indignas de trabalho, classificadas pela legislação brasileira como a de análoga à de escravos, segundo o artigo 149 do Código Penal Brasileiro.

A configuração socioeconômica de Codó, município surgido no processo de expansão da lavoura algodoeira, no século XVIII, no estado do Maranhão (MELO, 1990), de características mais rurais que Açailândia, é marcada pelo predomínio de um latifúndio improdutivo, gerido com o objetivo de apropriação da renda fundiária da terra. Essa estrutura socioeconômica gera poucas oportunidades de emprego na cidade, restando aos trabalhadores mais jovens a alternativa da migração para o trabalho nos canaviais paulistas e, para os mais velhos, os “bicos” em fazendas na região próxima, o que quase sempre ocorre em condições degradantes, que estão na base das fiscalizações de trabalho escravo já realizadas na região.

O caso de Açailândia difere em vários aspectos do anteriormente citado, pois trata-se de um município que surgiu no processo de ocupação da fronteira amazônica nos anos 1950/60, a partir da construção da rodovia Belém-Brasília e, desde então, vem servindo de base para a implantação de empreendimentos industriais (siderurgia a carvão vegetal) e de uma agropecuária com padrões técnicos que podem ser considerados modernos para o setor (MANCINI, 2015). Contudo, apesar de base econômica mais diversificada, as oportunidades de emprego urbano são limitadas devido à crise do setor siderúrgico (RAMALHO, CARNEIRO, 2015), ao passo que a atividade agropecuária predominante (pecuária de corte) gera pouquíssimos empregos permanentes. Nessa configuração socioeconômica, as oportunidades de trabalho para os chamados “peões de trecho” (VIEIRA, 2008) restringem-se à abertura e à manutenção de pastagens e ao trabalho carvoeiro.

Se as oportunidades de ocupação e emprego são limitadas em ambas as situações, o baixo nível de escolaridade e de qualificação profissional não permite aos trabalhadores sonhar com uma inserção de melhor qualidade no mercado de trabalho. Nesse sentido, fragilizados economicamente e com a premência da necessidade da reprodução individual ou familiar, tornam-se presas fáceis para o recrutamento de “gatos” e “empreiteiros”, rumo a situações de trabalho escravo.

Notas

¹ Os trabalhadores entrevistados na pesquisa foram resgatados da situação “análoga à de escravos” (Artigo 149 do Código Penal Brasileiro, 2003) pela equipe de fiscalização coordenada pelo MTE (Ministério do Trabalho e Emprego) e foram localizados a partir do cadastro do seguro-desemprego.

² No caso do município de Codó, essas entrevistas foram feitas por Flávia Moura para sua dissertação de mestrado, intitulada “Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó (MA)”. As informações sobre Açailândia são baseadas em pesquisa que realizei no final dos anos 1990 sobre a questão do trabalho escravo nesse município (CARNEIRO, 2013) e que foram atualizadas por pesquisas posteriores.

³ De acordo com dados da RAIS para o ano de 2009, tivemos 17.495 empregos formais na atividade agropecuária; ao passo que, nesse mesmo ano, a PNAD indicou a existência de 145.000 empregados na agricultura. Considerando esses dois dados, temos que apenas 12% do total de pessoas ocupadas como empregados teriam um emprego formal.

⁴ Caso dos municípios Campestre do Maranhão, São Raimundo das Mangabeiras, Coelho Neto e Aldeias Altas.

⁵ No Censo Agropecuário de 1995, o IBGE apresentava de forma diferenciada o efetivo de pessoas ocupadas na produção de carvão vegetal dos envolvidos na atividade silvicultura e exploração vegetal, o que deixou de realizar

no Censo de 2006. Em 1995, foi registrado um total de 39.798 pessoas trabalhando na produção de carvão vegetal e de 136.654 na atividade de silvicultura e exploração vegetal.

⁶ A partir da inauguração de uma unidade fabril da empresa Suzano Papel e Celulose, localizada no município de Imperatriz.

⁷ Na definição de Andrade (1986), para quem o estabelecimento da grande propriedade agropecuária incentivada no Maranhão foi um empreendimento tipicamente rentista, isto é, o objetivo dos seus proprietários não foi a implantação de atividades agropecuárias sustentáveis economicamente, mas, sim, a obtenção de recursos por meio da capitalização da propriedade da terra.

⁸ Pesquisa que realizamos nos principais bairros de Açailândia nos quais ocorre o recrutamento para as situações de trabalho escravo identificamos que cerca de 75% dos chefes de família dos domicílios pesquisados tinham como ocupação principal o trabalho em atividades da economia informal realizadas na sede do município.

⁹ Segundo Martins (1990, p.163) o que caracteriza a renda da terra pré-capitalista é que ela é paga diretamente pelo camponês ao proprietário fundiário, ao passo que a renda da terra capitalista é paga pelo capitalista que alugou a terra para explorá-la ao proprietário fundiário. No caso estudado, a renda é paga diretamente pelo camponês (ou trabalhador rural) ao proprietário fundiário, mas não creio que se trata de uma forma de renda pré-capitalista, sendo mais bem classificada como uma forma não capitalista de exação da renda da terra. O fundamento último dessa forma de extração da renda da terra é que ela permite aos proprietários fundiários a possibilidade de mobilizar mão de obra para a realização de atividades econômicas em suas posses (ou propriedades) por meio de diferentes mecanismos de exploração dessa força de trabalho, o que pode significar a existência de situações de trabalho escravo (MOURA, 2009) ou o estabelecimento de relações do tipo patrão-cliente (CARNEIRO, 2013).

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

CARNEIRO, Marcelo Sampaio. "Estrutura agrária e relações de trabalho no campo maranhense: balanço dos últimos quarenta anos". In: _____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013a, pp.133-174.

_____. "Trabalhadores em carvoarias na Amazônia Oriental: distantes da cidadania, além da mera exclusão". In: _____. **Terra, trabalho e poder: conflitos e lutas sociais no Maranhão contemporâneo**. São Paulo: Annablume, 2013b, pp.133-174.

_____. "Convenções de qualidade e a inserção da agricultura familiar na cadeia produtiva do leite na região de Imperatriz/MA". In: **Sinais Sociais**, v. 10, pp. 129-149, 2015.

CARNEIRO, M. D. S., MARINHO, K., SANTOS, A. J. "Migração, estrutura agrária e redes sociais: uma análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses rumo à lavoura da cana em São Paulo". In: NOVAES, J.R. e ALVES, F. (Orgs.) **Migrantes: trabalho e trabalhadores no complexo agroindustrial canavieiro**. São Carlos: Editora da UFSCAR, 2007, pp. 215-232.

CARNEIRO, Marcelo D. S.; MOURA, Flavia de A. **Migrações no Maranhão contemporâneo: análise do deslocamento de trabalhadores maranhenses para rumo à lavoura da cana em São Paulo**. São Luís: Comissão Pastoral da Terra, 2008.

CARNEIRO, Marcelo S; ASSIS, William Santos. **Relatório final do projeto de pesquisa Crítica socioambiental e ação empresarial: estudo da construção da certificação da carne bovina na Amazônia brasileira**. São Luís: FAPEMA, 2013.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Agropecuário de 2006**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006_segunda_apuracao/default.shtm. Acesso em 15/01/2016.

MANCINI, Roberto Martins. **Siderurgia e mercado de trabalho na Amazônia maranhense: a dimensão socioeconômica da estruturação do território produtivo de Açailândia**. São Luís: Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFMA, 2015 (Dissertação de Mestrado).

MELO, Maria Cristina P. de. **O bater dos panos: um estudo das relações de trabalho na indústria têxtil do Maranhão (1960-1960)**. São Luís: SIOGE, 1990.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1990.

MOURA, Flávia A. **Escravos da Precisão: economia familiar e estratégias de sobrevivência de trabalhadores rurais em Codó/MA**. São Luís: EDUFMA, 2009.

RAMALHO, José Ricardo; CARNEIRO, Marcelo Sampaio. Trabalho e siderurgia na Amazônia brasileira, in: RAMALHO, J. R.; CARNEIRO, M.S. (Orgs.). **Ações coletivas nos complexos minero-metalúrgicos da Amazônia e do Rio de Janeiro**. São Luís: EDUFMA, 2015, pp. 15-43.

VIEIRA, Maria Antonieta da C. Trabalho escravo, trabalho temporário e migração. In: CERQUEIRA, G. C. et al. (Orgs.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo: contribuições críticas para sua análise e denúncia**. Rio de Janeiro: Eitora. da UFRJ, 2008, pp.227-240.

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 25/06/2016



Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil: Inflexões conceituais entre trabalho, escravidão e experiência vivida¹

Contemporary slave labour in Brazil: conceptual points of inflection among labour, slavery and lived experience

Fagno da Silva Soares

Doutorando em História Social pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e em Geografia Humana pela Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo (FFLCH/USP).

Pesquisador do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo (GPTEC/UFRJ)

fagno@ifma.edu.br

RESUMO: O presente artigo está arquitetado em duas seções, a primeira pretende esquadrihar detidamente, o candente debate dos conceitos de trabalho escravo contemporâneo à baila da recente historiografia cotejando-os historicamente. A segunda parte propõe uma reflexão o conceito de experiência vivida de Thompson. Compreendemos, pois, que as disputas conceituais em torno da temática da escravidão contemporânea no Brasil refletem a sua relevância social e acadêmica. Deste modo, objetivando a ampliação do instrumental teórico e aprofundamento dos estudos e reflexões futuros acerca deste tema.

Palavras-chave: Trabalho; Escravidão; Experiência vivida.

ABSTRACT: This article is architected into two sections, the first intends to scrutinize closely the burning debate the concepts of modern-day slavery to the fore in recent historiography comparing them historically. The second part offers an analysis the concept of lived experience in Thompson. We understand therefore that the conceptual disputes around the theme of contemporary slavery in Brazil reflect their social and academic relevance. Thus, in order to expand the theoretical tool and deepening of future studies and reflections on this subject.

Keywords: Work; Slavery; Lived experience.

Pássaro sagrado, cujo nome é fênix. Eu mesmo nunca o vi, apenas figuras dele. O pássaro raramente vem ao Egito, uma vez a cada cinco séculos, como diz o povo de Heliópolis. É dito que a fênix vem [...] É parecido com uma águia em sua forma e tamanho. O que dizem que este pássaro é capaz de fazer é incrível para mim².

Heródoto de Halicarnasso

Introdução

Heródoto descreve com grande encanto um pássaro mitológico de provável origem egípcia, o qual se espalhou por outras civilizações, chegando até nós com o nome grego de phoenix, batizado pelo próprio historiador, símbolo da esperança que nunca morre, é representado pelo sol que renasce todos os dias ao morrer no final da tarde. Segundo a mitologia seu canto era melodioso, porém melancólico, capaz de conduzir à morte outros animais, dada a sua formosura no canto e nas plumas. Reza o mito que depois de completos seus 500 anos, a ave mítica volta ao local de nascimento para construir uma pira funerária de mirra e realizar o seu ritual fúnebre, deixando-se consumir pelo fogo para depois renascer das cinzas. A simbologia da fênix reside, mormente, na circularidade do tempo, e, sobretudo, no processo de renovação da vida, visto que, da sua morte, renasce para a vida.

Temos agora Fênix, o pássaro de fogo, símbolo do renascimento e da perpetuação. Utilizamos o mito da fênix aqui em analogia à capacidade de ressurgimento em vários momentos da história da escravidão com diferentes denominações, especialmente para explicar no transcurso da seção, a polissemia da expressão escravização contemporânea e sua gênese.

Gênese do trabalho escravo contemporâneo no Brasil

As primeiras denúncias de trabalho escravo contemporâneo foram feitas nos anos de 1970 do século passado por Dom Pedro Casaldáliga, bispo católico e defensor dos direitos humanos na Amazônia brasileira. Foi a partir de um caso denunciado pela Comissão Pastoral da Terra em 1978, envolvendo uma propriedade da Volkswagen, no Sul do Pará, que a temática ganhou repercussão mundial e o número de denúncias cresceu exponencialmente. Nos termos do historiador José Carlos Aragão, esse fato representou “[...] um marco na denúncia e na luta contra a exploração e escravidão de índios, posseiros e peões nas Amazônias³. A carta pastoral de Casaldáliga, publicada em 10 de outubro de 1971 [...]” (SILVA, 2009, p. 65) intitulada, *Uma Igreja da Amazônia em Conflito com o Latifúndio e a Marginalização Social* mantém-se “[...] atualizada com os problemas agrários do Brasil e da região Amazônica” (SILVA, 2009, p. 65), mesmo pouco mais de 40 anos depois de sua publicação da Prelazia de São Félix do Araguaia no nordeste do Estado de Mato Grosso para o mundo. Este foi, portanto,

o primeiro documento oficial denunciando o processo de escravização contemporânea no Brasil, o que lhe rendeu duras críticas desde os setores mais conservadores da Igreja Católica até ameaças de morte vindas de alguns latifundiários da região.

Destacamos aqui a fundamental contribuição no campo teórico das reflexões produzidas por estudiosos como os antropólogos Neide Esterici e Alfredo Wagner e, sobretudo, os escritos valiosos do sociólogo José de Souza Martins, que esteve junto a Comissão Pastoral da Terra – CPT, intentado a desvelar a temática apesar de sua complexidade. Enfatizamos ainda, a atuação não menos conspícua do Padre Antônio Canuto, a criação da CPT, a militância teórica e prática do Padre Ricardo Rezende, respectivamente.

Cavaleiro andante, em sua bicicleta, veículo usado para o seu trabalho, peregrinava pelos ermos do nordeste mato-grossense, tomando conhecimento desta realidade, registrando e denunciando as ocorrências e amparando as vítimas ou, em casos extremos, dando-lhes um enterro mais adequado à condição de pessoa humana [...]. Em 1975 foi criada a Comissão Pastoral da Terra, entidade ligada à CNBB, com a finalidade de atuar junto aos trabalhadores rurais, assessorando-os e principalmente denunciando as violências de que eram vítimas na disputa pela posse da terra. [...] Em 1977, chegou à Diocese de Conceição do Araguaia, Sul do Pará, o Padre Ricardo Rezende Figueira, que logo se integrou a CPT, Regional Araguaia-Tocantins e entregou-se a ação pastoral junto aos trabalhadores rurais. Viu de perto a situação dos peões das fazendas do Sul do Pará e as denunciou ao Estado brasileiro e a organismos internacionais, não se atemorizando ante as ameaças, calúnias e difamações constantes de que era vítima, a exemplo de Dom Pedro Casaldáliga. Também foi responsável pela construção de ponte entre a CPT, entidades e grupos da sociedade, Estado, entidades e organismos internacionais na busca por Justiça e erradicação do trabalho escravo (MORAES, 2011, p. 10).

Soma-se a este conjunto, outras denúncias mais veladas que chegaram até nós por meio da literatura, o exemplo a clássica obra pré-modernista ‘Os Sertões’ escrita por Euclides da Cunha, publicada em 1902, epopeia da vida sertaneja. Outro exemplo, o romance ‘Mad Maria’, escrito em 1980 por Márcio de Souza, narra a saga de milhares de trabalhadores vindos de diversos cantos, em busca de trabalho para o coração da Floresta Amazônica durante a construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré, obra complexa e perigosa dada às condições degradantes de trabalho, muitas vidas tombaram para que o empreendedor americano Percival Farquhar tivesse seu sonho realizado, ver a ferrovia em pleno funcionamento embora que por pouco tempo. As ressonâncias desta obra Mad Maria, fez com que o livro ganhasse uma adaptação para a TV em uma minissérie de mesmo nome, em 2005.

Neste contexto, consideramos relevante a denúncia realizada pelo padre Ricardo Rezende, em 1992 à Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas – ONU e na Organização Internacional do Trabalho - OIT -, bem como, o apoio de instituições como a estadunidense *American Human Rights Watch* e a britânica Anti-Slavery que ajudaram a dar visibilidade internacional ao fenômeno da escravização contemporânea

que ocorre no Brasil. Inúmeras denúncias foram realizadas neste período junto à Comissão Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos - OEA. E, como fruto destas frentes de atuação, o governo brasileiro reconheceu a existência em seu território desta prática, sendo, portanto seu dever erradicá-la.

Desde então, a escravidão contemporânea tem sido objeto de estudo de muitos pesquisadores atingindo largo poder de alcance e visibilidade na sociedade brasileira. Para discutir criticamente a temática durante a realização desta pesquisa e ao longo do artigo, tratamos as proposições de antropólogos, sociólogos, juristas, jornalistas, historiadores e especialistas da área.

Tal prática aviltante de exploração já havia sido descrita como *sistema de aviamento* no início do século XIX pelos escritos de Cunha e comparada ao mitológico trabalho de Sísifo, ao descrever em tom quase poético, a situação dos seringueiros na Amazônia

E vê-se completamente só na faina dolorosa. A exploração da seringa, neste ponto pior que a do caucho, impõe o isolamento [...] Nesta empresa de Sísifo a rolar, em vez de um bloco, o seu próprio corpo – partindo, chegando e partindo – nas voltas constritoras de um círculo demoníaco, no seu eterno giro de encarcerado numa prisão sem muros, agravada por um **ofício rudimentar que ele aprende em uma hora para exercê-lo toda a vida**, automaticamente, por simples movimentos reflexos se não o atrofia todas as esperanças, e as ilusões ingênuas, e a tonificante alacridade que o arrebataram àquele lance, à ventura, em busca de fortuna (CUNHA, 1994, p. 59, grifos nossos).

Para os historiadores Vitale Joanoni e Leonice Aparecida (2011, p. 276), estudiosos da temática, “o passado escravista do Brasil tem sido utilizado por alguns como argumento para explicar o fenômeno atual, por outros para negá-lo, em ambos os casos equivocadamente”. Mesmo durante o período que vigorou a escravidão negra no Brasil, houve registros históricos que comprovam a presença de trabalhadores imigrantes europeus juridicamente livres, sendo ‘escravizados’ em fazendas no sul e sudeste do país, a exemplo do que ocorria na Fazenda Ibicaba, de propriedade do Sr. Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, então Senador Vergueiro, que através de sua companhia de comércio, recrutava os imigrantes suíços e alemães para o trabalho na lavoura do café, estes por sua vez tinham a duras penas de saldar suas dívidas, como não conseguiam tornavam-se cativos por dívida. Tinham, portanto, hipotecado a sua própria vida, seu futuro e de sua família (ESTERCI, 1999, p. 104). Assim, podemos constatar que mesmo depois de 1888, passou a vigorar em diferentes regiões e sob múltiplasfacetas, práticas coercitivas de trabalho no Brasil, como a anteriormente descrita, classificada como *colonato*⁴, que logo se degenerou em servidão por dívida chegando até, ao que neste estudo convencionou-se chamar de trabalho escravo contemporâneo por nós renomeado de *escravização contemporânea*.

Em 1856, a Fazenda Ibicaba foi palco de uma crise sem precedentes que culminou na chamada Revolta dos Parceiros, um levante capitaneado pelo colono suíço Thomaz Davatz

contra a insatisfação dos imigrantes europeus aprisionados na maior produção de café da época, fazendo chegar às autoridades europeias a real situação de parte dos colonos que vieram para o Brasil. Desta experiência, Davatz (1980) escreveu o livro *Memórias de um colono no Brasil 1850*, descrevendo suas memórias individuais e coletivas, que ajuda-nos a compreender com clareza este período da história do Brasil.

Tendo sido extinta a escravidão no Brasil em 1888, ao menos no âmbito jurídico, como nomear tal fenômeno? Paradoxalmente, são justamente os juristas os primeiros a optarem pela expressão, trabalho análogo à escravidão ou trabalho escravo, com vistas à visibilidade social desta prática e, portanto, a sensibilidade da sociedade para o não abrandamento da aplicação da lei junto aos que a praticam⁵.

Por um outro conceito de trabalho escravo contemporâneo

A Organização Internacional do Trabalho⁶ utiliza o termo ‘trabalho escravo’ para designar a atividade forçada que resulta da soma do trabalho degradante com a privação de liberdade. Em suas publicações vem utilizando, ainda, a expressão trabalho forçado para classificar o ato no qual alguém desrespeita os direitos do trabalhador, atingindo sua integridade física e moral, sua dignidade e o seu direito à liberdade e auto-gestão.

Sabe-se que o processo de escravização contemporânea é um fenômeno mundial e se constitui como uma atividade laboral degradante que envolve cerceamento da liberdade por meio de uma dívida, aliado a péssimas condições de trabalho, alojamento, saneamento, alimentação e saúde, além do uso da violência. É uma atividade laboral em que o empregado é submetido a situações degradante por seu empregador; e onde são violados os direitos trabalhistas e a dignidade da pessoa humana desde a deformação de consentimento, quando da celebração do vínculo laboral, até a restrição total da liberdade de ir e vir. O trabalhador é obrigado a prestar um serviço sem receber pagamento ou, quando recebe, trata-se de um valor insuficiente para suas necessidades básicas. Ademais, a escravização contemporânea se configura para além de relações ignominiosas, com práticas ilegais de trabalho, que não se limitam ao aspecto jurídico, mas a uma afronta aos direitos humanos.

No Brasil, o processo de escravização contemporânea se dá nos campos e cidades, em carvoarias e garimpos e em fazendas e indústrias. Na Amazônia brasileira é comum a prática no desmatamento e na atividade conhecida como *roço de juquirá*⁷. Seguindo os passos de Ricardo Rezende, uma das maiores autoridades sobre a temática, podemos afirmar que a principal característica da escravização contemporânea é a dívida⁸, além de alojamentos precários, péssima alimentação, falta de assistência médica e saneamento básico, maus tratos e violência, jornada exaustiva, isolamento geográfico, retenção de documentos e salários, ameaças físicas e psicológicas, privação da liberdade e usurpação da dignidade. Em seu livro lançado durante a Eco92⁹, Rio Maria Canto da Terra, o autor denomina-o como uma espécie

de diário da violência e da resistência¹⁰, a partir de seus olhos, traduzido em relatos e fotos que para nós equivalem a uma espécie de *réquiem*, termo que significa ‘*dai-lhes o repouso eterno*’, ou seja, prece fúnebre entoada para homenagear os mortos e ao mesmo tempo um canto para pôr fim às mortes pela disputa de terra na Amazônia brasileira.

A expressão ‘trabalho escravo contemporâneo’ é polissêmica, e, a grosso modo, é capaz de abrigar um sem-número de situações, numa espécie de conceito guarda-chuva. Somente em 1995, o Brasil reconheceu oficialmente junto à Organização Internacional do Trabalho a existência de trabalho escravo em seu território criando assim, as primeiras estruturas para o seu combate tais como: o Grupo Executivo de Repressão ao Trabalho Forçado – GERTRAF, e o Grupo Especial de Fiscalização Móvel – GEFM com o intuito de resgatar os trabalhadores escravizados. Desde então, tem havido uma disputa pela nomenclatura mais adequada, sobretudo, durante a elaboração dos Planos Nacionais para Erradicação do Trabalho Escravo de 2003 e 2008, sendo que durante o primeiro foi criado como estratégia de combate e prevenção ao trabalho escravizante, a Comissão Nacional para a Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, órgão colegiado, destinado a integrar representantes dos trabalhadores, governo e sociedade civil organizada para monitorar as ações previstas pelo Plano Nacional que vão desde o acompanhamento de projetos de lei no Congresso até a implementação destes junto à sociedade.

Categorias são conceitualizadas sob a égide dos que defendem, assim como nós, expressões capazes de dar ao fenômeno a sua face mais vil. Para Bhavna Sharma (2008, p. 40), representante da OIT, “a servidão ou escravidão por dívida é a forma mais comum de escravidão contemporânea”, o que torna a expressão escravidão por dívida, em certa medida, apropriada, sobretudo, ao caso brasileiro. É de domínio público que nenhuma ciência é neutra, tampouco seriam os conceitos por ela criados. Assim, estamos mais uma vez convencidos, da validade da assertiva de Koselleck (2006, p. 52) ao nos alertar que todo conceito é portador de signos porosos que ganham e perdem fragmentos lexicais, sintáticos e semânticos condicionadas a sua historicidade, não diferentes poderiam ser os conceitos ‘trabalho’ e ‘trabalho escravo’, eleitos em nosso estudo.

Optamos aqui, pela expressão, ‘escravização contemporânea’ por acreditar que esta se enquadra bem ao caso brasileiro, justificando assim, a utilização mais próxima do antropólogo Ricardo Rezende Figueira, na tese, “Pisando Fora da Própria Sombra”, obra de capital importância para compreender a dívida e a impunidade como causas e meio desse tipo de escravidão, além das frequentes ameaças do escravizador para manter os trabalhadores cativos sob a alegação que os mesmos devem saldar suas dívidas para livrarem-se do trabalho, o que geralmente nunca acontece, visto que os produtos vendidos são sempre superfaturados, o trabalhador gasta mais do que recebe como salário, quando recebe, e vê-se então forçado a continuar trabalhando cada vez mais sem nunca quitar sua dívida num *cercle vicieux* como no trabalho de Sísifo.

Atentaremos, portanto, à enfática corroboração de Rezende acerca das diferentes denominações para a categoria escravização contemporânea,

Como não se trata exatamente da modalidade de escravidão que havia na Antiguidade greco-romana, ou da escravidão moderna de povos africanos nas Américas, em geral, o termo escravidão veio acrescido de alguma complementação: ‘semi’; ‘branca’, ‘contemporânea’, ‘por dívida’, ou, nomeio jurídico e governamental, com certa regularidade se utilizou o termo ‘análoga’, que é a forma como o artigo 149 do Código Penal Brasileiro - CPB designa a relação. Também têm sido utilizadas outras categorias para designar o mesmo fenômeno, como “trabalho forçado”, que é uma categoria mais ampla e envolve diversas modalidades de trabalhos involuntários, inclusive o escravo (FIGUEIRA, 2004, pp. 34-35).

Utilizamos a expressão escravização contemporânea, não para relacionar à escravidão clássica, moderna e no caso brasileiro à época colonial e imperial, apesar das similitudes, embora indubitavelmente, ao tratar de qualquer tipo de escravidão remontamos aos tempos antigos, dadas as suas idiossincrasias. Deste modo, não há motivos para dissociá-los, uma vez que diferentes tipos de escravismos praticados no passado ajudam-nos a compreender a escravidão na contemporaneidade. Sabemos, pois, que a escolha de qualquer vocábulo pressupõe a relação com o seu ‘uso político’¹¹. Neste sentido, Ângela de Castro Gomes defende que, a busca pela compreensão dos fenômenos sociais “tem o poder de interpretar a realidade social, desencadeando políticas públicas, não só pela via da criminalização dos culpados, mas da garantia de direitos aos explorados”¹². Logo, não haver consenso na conceituação traz à tona desdobramentos sócio-políticos conflitantes. A historiadora também defende a necessidade de construirmos um problema para análise historiográfica visando o reconhecimento da existência desta prática no Brasil, e não classifica como encerrado esse debate.

Para a antropóloga Neide Esterici (1999, p. 121), a “[...] ‘escravidão’ tem, entre nós, o poder simbólico de denunciar a redução de pessoas a coisas, objetos de troca, a mercadoria – vem associado a expressões como ‘compra’, ‘venda’, ‘preço por lote’, ‘por cabeça’ [...]”. Neste sentido, necessitamos avançar ainda mais no debate para assim desvelar tal prática gerando visibilidade social e instrumentalização jurídicas para enfrentá-la. Ademais, é preciso segundo Ricardo Rezende, Adonia Prado e Horácio Júnior (2011, p. 22) “imprimir-lhe o caráter e a legitimidade científica necessária”, para conferir ao status de ciência e assim considerar enquanto objeto de reflexão da academia, que durante anos oscilou o tema do trabalho escravo contemporâneo.

Vale ressaltar que a utilizamos a expressão trabalho escravo contemporâneo tem como objetivo “acionar o potencial explicativo e mobilizador, que permite uma rápida apreensão de um fenômeno novo” (GOMES, 2008, p. 38). Ainda nestes termos, trabalho análogo a de escravo surge “[...] como uma metáfora, que ela chama os trabalhadores de ‘escravos’, justamente para dizer que eles não o são, e que é intolerável a existência de escravos e de escravidões de quaisquer tipos” (GOMES, 2008, p. 39).

Afirmar que os antigos defensores da abolição sejam hoje, os reinventores da escravidão contemporânea constitui-se, no mínimo em um erro crasso, pois, os que advogam o atual fenômeno como originário dos idos tempos do Império no Brasil, também o fazem no sentido de gerar mais do que discussões teóricas, visibilidade social e jurídica com vistas ao seu enfrentamento. Conforme destacado alhures, o autor enfatiza que do ponto de vista jurídico, há uma bifurcação de sentidos para o significado atual de escravos, sendo uma jurídica e a outra cultural. Assim para ele

não há escravos no Brasil porque a categoria não existe nem legalmente, nem no costume, portanto, nem no sentido histórico dessas dimensões. Poder-se-ia contra-argumentar que a categoria foi reinventada historicamente e hoje, então, existe sim. Claro que categorias não são definíveis uma única vez e não devem permanecer sem alteração infinitamente. Evidentemente, esse contra-argumento é legítimo e pertinente (PAIVA, 2005, p. 17).

Devemos concordar com o autor que não existem escravos como havia no passado, visto que a escravização por dívida, hoje, difere dos moldes de outrora, por conseguinte, o conceito que temos de escravidão já não é bastante para dimensioná-lo. Portanto, é preciso compreender que o adjetivo contemporâneo que utilizamos para o atual fenômeno da escravização serve inclusive para distingui-la da praticada na antiguidade ou do século XVI ao XIX. Deste modo pretendemos, em estudos futuros, forjar uma categoria historicamente mais apropriada ao fenômeno que opere com mais fluidez e sirva a outros estudiosos, sobretudo os da história, sem afirmarmos que a expressão adotada neste estudo seja indevida ou anacrônica. Em outros termos podemos dizer que tudo o que se convencionou chamar de escravidão ou mesmo escravo, talvez não o seja. Afinal, estar escravo não significa ser escravo, e sim escravizado. Doravante, substituiremos os termos escravos e escravidão por escravizados e escravização, por entendermos que são menos problemáticos à nossa orientação historiográfica, ainda que não sejam os mais adequados.

Assim, desnudos de quaisquer anacronismos ou mesmo maniqueísmo podemos ratificar que as reflexões construídas nos são muito caras. Reconhecemos que há parcialidade em qualquer estudo histórico, no entanto evitamos definições reducionistas e visões militantes que obscureceriam o propósito de analisarmos detidamente a escravização contemporânea e, portanto, historicizá-la.

Entendemos que os que utilizam a expressão trabalho escravo contemporâneo o fazem auspiciosamente por indicar a condição do trabalho que é escravo e não como adjetivo ao trabalho muito menos ao trabalhador, posto que os conceitos não são construções perenes, pelo contrário sofrem transformações ao longo do tempo e espaço até que seja mais consensual e consolide-se. Em entrevista realizada no Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, da Fundação Getúlio Vargas CPDOC/FGV, a auditora fiscal Ruth Vilela afirma de modo nada hermético que o conceito *trabalho forçoso* utilizado

da Organização Internacional do Trabalho - OIT é um tanto generalista para desvelar as idiosincrasias identificadas em nosso país. Portanto, trabalho forçado é uma expressão incapaz de catalizar a real significação do fenômeno que se pretende nominar (VILELA, 2006, p. 33).

Logo, para os especialistas jurídicos e técnicos da CPT não é aplicável ao caso brasileiro, assim, a expressão trabalho análogo a de escravo, parece ser mais aplicável, embora juridicamente apresente imprecisões. Assim, a expressão trabalho escravo contemporâneo foi ganhando força até a OIT reconhecer a expressão para o caso brasileiro (VILELA, 2006, p. 34).

A Organização Internacional do Trabalho – OIT - estabelece relação entre trabalho forçado e trabalho escravo, sendo que o segundo difere do primeiro pelo cerceamento da liberdade dos trabalhadores. Porém, as duas expressões são sistematicamente utilizadas pela instituição, sendo o trabalho forçado um conceito mais generalista empregado para indicar práticas de trabalho degradante em diferentes lugares do mundo, permitindo especificações no caso brasileiro, como a escravidão contemporânea.

Com efeito, o Código Penal brasileiro de 11 de dezembro de 2003, através da Lei 10.803/2003, em seu art. 149 estabelece que

Art. 149 - Reduzir alguém a condição análoga à de escravo, quer submetendo-o a trabalhos forçados ou a jornada exaustiva, quer sujeitando-o a condições degradantes de trabalho, quer restringindo, por qualquer meio, sua locomoção em razão de dívida contraída com o empregador ou preposto:

Pena - reclusão, de 2 [dois] a 8 [oito] anos, e multa, além da pena correspondente à violência.

§ 1º Nas mesmas penas incorre quem:

I – cerceia o uso de qualquer meio de transporte por parte do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho;

II - mantém vigilância ostensiva no local de trabalho ou se apodera de documentos ou objetos pessoais do trabalhador, com o fim de retê-lo no local de trabalho.

§ 2º A pena é aumentada de metade, se o crime é cometido:

I - contra criança ou adolescente;

II - por motivo de preconceito de raça, cor, etnia, religião ou origem.

Embora tenha assinado duas convenções, o governo brasileiro, só reconheceu em 1995 a existência de brasileiros submetidos ao trabalho escravizante depois de uma enxurrada de denúncias empreendidas pela atuação conjunta da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil - CNBB, Ordem dos Advogados do Brasil – OAB e Comissão Pastoral da Terra - CPT junto a organismos internacionais como a Organização dos Estados Americanos – OEA, Organizações das Nações Unidas – ONU, Organização Internacional do Trabalho – OIT, que culminou em um processo levando o governo brasileiro a assumir a responsabilidade e engendrar intuições governamentais de combater a proliferação deste impropério da sociedade em virtude destas pressões internacionais. Criou-se o Grupo Móvel de Fiscalização. Ao falar sobre a criação deste, a historiadora Cristiana Costa, comenta

o Brasil foi denunciado à OEA, como sendo um país escravocrata. Tendo reconhecido diante das autoridades internacionais a existência de trabalho escravo no País, o Governo Federal criou um grupo interministerial para estudar o assunto. Foi formado o Grupo Móvel de Fiscalização, composto por fiscais do trabalho, policiais federais e, por vezes, representantes do Ministério Público, cuja tarefa é regularizar a situação trabalhista, emitir carteiras de trabalho e providenciar pagamentos (ROCHA, 2010, p. 56).

A legislação veio contemplar os anseios da sociedade civil organizada e instituições governamentais como o Ministério da Justiça, através da Secretaria dos Direitos Humanos, do Ministério do Trabalho e Emprego e da Organização Internacional do Trabalho, dentre outras instituições que ajudaram a redigir o novo texto ao Decreto-Lei de 1940. Apesar da reformulação da lei, o termo embora ampliado, ainda nos parece confuso. Em linhas gerais, a nova legislação atendeu aos interessados no enfrentamento da prática no Brasil, visto que a mesma favoreceu a criação de políticas públicas de caráter punitivo e combativo, sobretudo a partir de 2002, quando a OIT e o governo brasileiro firmaram o projeto de cooperação técnica, denominado de Combate ao Trabalho Escravo no Brasil, que resultaram a posteriori na publicação de dois planos nacionais para erradicação do trabalho escravo no Brasil¹³. Neste ínterim, mais precisamente em novembro de 2003, foi instituída a lista suja¹⁴.

Em contrapartida, o setor privado voluntariamente articulou-se para, em maio de 2005, lançar o Pacto Nacional pela Erradicação do Trabalho Escravo, que consistiu no compromisso inicial de cerca de 150 empresas de diversos setores desde o varejista ao industrial, em não efetuar negócios com instituições ligadas a cadeias produtivas que se utilizam da mão de obra escravizada. Deste modo, nomear o fenômeno foi a primeira etapa do processo para tê-lo reconhecido pela sociedade através das mídias e regulamentá-lo juridicamente para ser então combatido

Na obra “Escravos da Desigualdade”, de Neide Esterici (1994, p. 44) a escravidão contemporânea é “uma categoria eminentemente política.” Como se sabe, não se trata de um fenômeno inteiramente novo, nem tampouco de um retorno ao passado, mas tal como a mitológica Fênix, surge e ressurge ao longo da história. Ângela de Castro (2008, p.38) assevera que as “semelhanças irão emergir e, por vezes, de forma preponderante”, daí a necessidade de analisar pormenorizadamente os diferentes contextos históricos em que se desenvolveram tais práticas, para evitarmos análises anacrônicas e/ou maniqueístas.

Neste sentido, Vilela (2006, fita 2, p. 34, grifo nosso) brindou-nos com uma contundente reflexão acerca da analogia entre o trabalho escravo colonial e o atual para quem a escravidão contemporânea é mais truculenta que a colonial, pois em muitos aspectos o trabalhador de hoje é descartável “[...] não tem valor econômico, valor de mercado, como tinha o escravo negro.[...] manter o escravo vivo e saudável. **O escravo de hoje, não; ele é inteiramente descartável**”.

Pensamos ser, este, um rico filão praticamente inexplorado pelos historiadores, portanto, uma discussão ainda incipiente, questão trazida à baila nos debates entre sociólogos, antropólogos e juristas, como já dissemos em outra parte da narrativa. Compreendemos, pois, que a escravização no Brasil se refere a um sistema de trabalho cujas bases estão previstas em lei, deste modo, como a Lei Áurea não existe mais, logo também não existiria tal prática como fora no passado, o que não impediria o seu ressurgimento como a fênix, condicionado ao mundo contemporâneo. De qualquer modo, o trabalho escravo, assim como o pássaro mítico que renasce das cinzas, nos parece ressurgir em diferentes momentos da história dada as idiossincrasias de cada período de seu reaparecimento.

Como nos fala Neide Esterci (1994, p. 33), existem “[...] circunstâncias em que as noções que o termo ‘escavidão’ passou a designar podem não corresponder nem mesmo ao entendimento que as vítimas têm das relações que vivenciam”. Durante nossas pesquisas, era corrente entre os entrevistados que mesmo submetidos a condições subumanas de trabalho, afirmavam não terem sido escravos, mas estavam escravos, pois para eles, escravo é inerente ao passado e ao ‘negro’ (SILVA, 2009, p. 163). Destarte, “mesmo entre trabalhadores de uma mesma unidade produtiva, registram-se percepções diferentes acerca da dominação e da exploração a que estão sujeitos” (ESTERCI, 1994, p.11). Verificamos, pois, outros que declaram terem sido brutalmente escravizados, estes eram em alguns casos reincidentes, mais politizados ou já haviam mantido contato anterior com os órgãos de defesa dos direitos humanos.

Deste modo, alguns trabalhadores advogam que a escavidão foi um processo único, congelado no tempo e, portanto, não existe mais. Para muitos dos nossos narradores, sujeitos históricos acostumados com a vida simples do campo ou da periferia da cidade, o trabalho forçado a que são submetidos não lhes é tão estranho. Como nos diz o pesquisador Aragão, em seu estudo sobre a escravização por dívida na Região dos Cocais, os trabalhadores assim entendem, pois a relacionam tal tipo de trabalho “[...] ao fato de serem acostumados a longas e extenuantes jornadas na lavoura, também com água limitada e qualidade questionável, sem dizer da alimentação precária e da falta de inúmeros equipamentos de proteção [...]” (SILVA, 2009, p. 98). Para nós configura-se em um processo de naturalização do trabalho escravizante pelos trabalhadores menos avisados.

Neste sentido, entendemos que o trabalho degradante é o oposto do trabalho decente¹⁵, que quando somado ao cerceamento da liberdade constitui precisamente em escravização contemporânea, visto que o indivíduo é impedido em seus aspectos físico, psicológico e moral de se constituir enquanto trabalhador com direitos básicos como salário e condições dignas de trabalho, ou de abandoná-lo, quando quiser. Deste modo, a escravização contemporânea brasileira caracteriza-se por duas formas coercitivas: física e psicológica. Sendo a primeira, ao ser submetido a castigos físicos, quando tenta empreender fuga, mas também na imposição de ritmos de trabalho, a obrigação de aceitar determinados padrões durante a reposição de

força de trabalho. Já a segunda, ainda mais truculenta, quando o trabalhador sofre violência contra a sua integridade moral, a pretexto de uma dívida impagável que prende o trabalhador do ponto de vista ao trabalho. Somadas as pressões físicas e psicológicas sofridas por esses trabalhadores ao baixo índice de escolaridade dos mesmos, podemos compreender como os empreiteiros maquiavam esta prática aos olhos dos próprios trabalhadores que se sentem obrigados do seu ponto de vista ético a quitar a dívida, uma espécie de servidão por dívida material e psicológica.

Em geral, os locais escolhidos para esta prática é de difícil acesso, o que dificulta a saída destes trabalhadores que ao mesmo tempo são rechaçados pelos capangas ou jagunços que cuidam dos interesses do proprietário da fazenda ou carvoaria. Importante salientar, igualmente, que a retenção de documentos é também prática comum para assegurar a permanência forçada do trabalhador. Nesse sentido, é oportuno sublinharmos que existem variadas formas e práticas ilegais de trabalho no Brasil não somente no campo, mas em pequenas, médias e grandes cidades.

Trabalho, Trabalhadores e Experiência vivida

Recorremos ao ínclito historiador britânico de influência marxista, Edward Palmer Thompson para pensar os nossos sujeitos históricos não somente pelo viés econômico, mas também, pela construção histórica de suas experiências vivenciadas em cativeiro, que nos permite entre outras coisas, clarificar os conflitos, as mudanças e as permanências destes. Muitos são os herdeiros deste que se convencionou chamar de culturalismo marxista, que a bem da verdade é a história social britânica, preocupada com temáticas ligadas ao mundo do trabalho e seus reveladores conceitos colados à experiência e cultura de uma 'história de baixo para cima'¹⁶, expressão corrente entre os atuais historiadores e imperiosa para nós.

Sobrelevam-se a este estudo o interesse em pensar o trabalhador como um indivíduo atravessado por sua experiência vivida, na relação entre o vivido e o narrado, onde parece existir um fosso entre a experiência e o relato desta, pois o tempo transcorrido encarrega-se em alterar nossas percepções. De modo que o conceito de experiência vivida é protocolo apropriado para a nossa análise histórica, pois esta busca inferir o social a partir do individual. Seguindo os passos de Thompson ao apontar que

A experiência entra sem bater à porta e anuncia mortes, crises de subsistência, guerra de trincheira, desemprego, inflação, genocídio. Pessoas estão famintas: seus sobreviventes têm novos modos de pensar em relação ao mercado. Pessoas são presas: na prisão pensam de modo diverso sobre as leis. Frente a essas experiências, velhos sistemas conceituais podem desmoronar e novas problemáticas podem insistir em impor sua presença (1981. p. 17).

Assim, as experiências são capazes de romper paradigmas que perduram tanto tempo no seio de determinadas classes sociais. Por meio deste autor, nos foi possível compreender

as múltiplas ações e reações das relações de convivências dos momentos vividos pelos trabalhadores submetidos à escravização, para o conceito de experiência vivida tem sido essencial. Assim sendo, entendemos a experiência vivida como objeto de análise histórica, pois busca compreender para além do social como propõe Thompson, para quem o ser social sofre “mudanças que dão origem a uma experiência transformada: é determinante, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados” (1981. p. 17).

Outrossim, reiteramos que a experiência vivenciada por nossos sujeitos históricos em condições de precarização das relações de trabalho, tornando-o degradante, traz à tona questões de ordem política e social, das quais os historiadores não devem furtar-se do direito, aliás, devem estudar, pois enquanto atividade pública, a ciência tem um dever social a cumprir que passa pelo debate até materializar-se na ação através da criação de políticas públicas. Edward Thompson ao analisar a classe sob o prisma da experiência vivida e sua relação como o contexto histórico, argumenta hermeticamente que

a noção de classe traz consigo a noção de relação histórica. Como qualquer outra relação, é algo fluido que escapa à análise ao tentarmos imobilizá-la num dado momento e dissecar sua estrutura [...]. A relação precisa estar sempre encarnada em pessoas e contextos reais [...]. A classe acontece quando alguns homens, como resultado de experiências comuns [herdadas ou partilhadas], sentem e articulam a identidade de seus interesses entre si, e contra outros homens cujos interesses diferem [e geralmente se opõem] dos seus (THOMPSON, 1987, pp.09-10).

Interpretamos, pois, que a classe apresentada por Thompson se filigrana com as experiências vividas cotidianamente por sujeitos históricos inseridos em seu tempo e espaço, numa relação de proposital abandono à própria sorte e espoliação, como a que encontramos nos trabalhadores das carvoarias tentando reivindicar direitos que lhes foram negados. Para tanto, tiveram que unir esforços enquanto categoria social para assegurar busca por direitos. Deste modo, acreditamos que uma classe é forjada ao fazer-se, em um movimento ativo e dialético. Por essa razão, Thompson insiste que a experiência é angular para compreender e por assim explicar as mudanças históricas de modo que

a experiência I está em eterna fricção com a consciência imposta. Quando ela irrompe, nós, que lutamos com todos os intrincados vocabulários e disciplinas da experiência II, podemos experimentar alguns momentos de abertura e de oportunidade, antes que se imponham mais uma vez o molde da ideologia (1981, p. 406).

É nessa perspectiva que valoramos a experiência destes trabalhadores do carvão, a fim de analisarmos, sobretudo, os conflitos, lutas e tensões por eles travadas dentro e fora do cativeiro. Acreditamos, pois, que dessemelhante dos laboratoristas que podem realizar seus experimentos em tubos de ensaio e com outros aparatos laboratoriais, para nós historiadores a sociedade é o próprio laboratório e as experiências vividas são o *locus* deste, a ser examinado.

Valemo-nos da consideração bastante substancial de Thompson, para sublinhar que a experiência vivida é também pensada e percebida em interlocução com os sujeitos, conceito do qual este estudo tenta se apropriar. A despeito disto, o autor destaca que

as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, no âmbito do pensamento e de seus procedimentos [...]. Elas também experimentam sua experiência como sentimento e lidam com esse sentimento na cultura, como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou [através de formas mais elaboradas] na arte ou nas convicções religiosas (1981. p. 189).

Deste modo, o fragmento supracitado nos possibilita depreender que a experiência se faz permeada de sentimentos e materializada em práticas cotidianas. Assim como o autor, defendemos a *lógica histórica*, enquanto processo no qual os seres humanos fazem sua história (THOMPSON, 1981, p. 398), cotidianamente, preenche de seu modo de pensar e agir. Desta forma, a história é fruto da experiência social redefinida pelas práticas, sendo ela pensada e sentida pelos sujeitos históricos, que no dizer de Thompson

[...] expressão que há de mais vivo na história. É a presença de homens e mulheres retomados como sujeitos. Construtores do devir e do presente. Não são as estruturas que constroem a história; são as pessoas carregadas de experiências. Claro que não são sujeitos autônomos nem 'indivíduos livres'. Suas situações e suas relações produtivas lhes são determinadas como necessidades [ninguém trabalha simplesmente como quer; nem a remuneração é sempre condizente com suas necessidades]. As contingências históricas exercem pesada presença na vida de cada pessoa. São os antagonismos aos quais todos nós estamos submetidos [...]. a experiência passa a ser entendida como sentimento, como parte da vida cotidiana, que é incorporada na cultura em seu sentido mais concreto: normas criadas, obrigações familiares e de parentesco, organização da vida urbana ou rural. Passa a constituir um conjunto de valores que atuam imperceptivelmente nos meandros da vida inteira dos indivíduos e das classes assim constituídas. Experiências que deixaram suas marcas profundas [...] (THOMPSON, 1981, p. 126).

Nesses termos, compreendemos que para Thompson a história estabelece uma relação dual com o indivíduo, quando este, no intento de compreender suas ações individuais como fato histórico, tende a estabelecer relações entre o eu e o experimentado, entre o passado e o presente. Atentemos a este contexto em que o mesmo autor, ao tratar da produção do conhecimento histórico, estabelece

[...] que estamos vivendo agora, podemos dar um 'significado' para o passado. Mas esse passado foi sempre, entre outras coisas, o resultado de uma discussão acerca de valores. [...] O que podemos fazer é nos identificarmos com certos valores aceitos pelos atores do passado, e rejeitar outros. [...] No fim, nós também estaremos mortos, e nossas vidas estarão inertes nesse processo terminado, nossas intenções assimiladas a um acontecimento passado que nunca pretendemos que ocorresse. Podemos apenas esperar que os homens e mulheres do futuro se voltem para nós, afirmem e renovem nossos significados, e tornem nossa história inteligível dentro de seu próprio presente. (THOMPSON, 1981, pp. 52-53).

Não é saturada a proposição thompsoniana de que o dever do pesquisador em história traz consigo o posicionar-se, impreterivelmente, posto que somos chamados como peritos, a esquadrihar os fatos e a emitir pareceres sobre eventos explicando-os. Estes serão aceitos ou não por seus pares contemporâneos e reavaliados pelos do porvir. Posicionar-se é para nós, ser parcial, não significa necessariamente tomar partido, pois acreditamos que a imparcialidade do historiador é folclórica e, portanto, impossível de fazê-la.

Retomemos uma questão de ordem propedêutica, da qual acreditamos não ter sido devidamente clarificada, buscamos iluminação na fala de Sakamoto (2004), para quem a escravização contemporânea nasceu no Brasil, no exato momento em que o trabalho escravo morreu, começou-se então utilizar a servidão por dívida. Jornalista experiente cobriu as guerras pela independência de Timor Leste e a Civil Angolana, Sakamoto analisa as relações de rupturas e continuidades inclusive históricas do trabalho escravo, apontando que desde a escravidão clássica, sustentáculo da economia greco-romana se praticava a servidão por dívida, mediante a dívida o devedor tornava-se escravo do credor. Nesta nova cartografia social da escravização contemporânea, o empregador escraviza o trabalhador primeiro e depois sob o pretexto da dívida reforça o seu jugo.

A esse respeito, em entrevista concedida ao Museu da Pessoa, o jornalista Sakamoto responsável pela ONG Repórter Brasil que atua desde 2001 dando visibilidade à luta contra a escravização contemporânea, afirma que o atual fenômeno pouco tem a ver com que aprendemos sobre escravidão nos livros escolares¹⁷. Para ele, ao pensar em escravos associamo-nos a correntes, o que nem mesmo na escravidão colonial teria sentido, visto que, mesmo no escravismo antigo os trabalhadores não eram necessariamente acorrentados, exceto, os fujões como forma de coibir outra tentativa de fuga. Por outro lado, podemos associar a um outro tipo de corrente bem mais difíceis de se romper: trata-se dos grilhões invisíveis ou até mesmo simbólicos, que representam amarras muitos mais fortes que as velhas e enferrujadas correntes de outrora.

Considerações finais

É comum ouvirmos expressões relacionadas à escravização negra. Parece que somos tomados por uma imagem vendida nos bancos escolares e na mídia do negro acorrentado aos grilhões na senzala ou no pelourinho, sendo fustigado por seu algoz com seus impiedosos açoites. Para autor deste estudo, falar em escravização contemporânea traz a sua mente um turbilhão imagético de trabalhadores aguerridos, com rostos e mãos calejadamente marcadas de sofrimento e de dor, o que o encorajou a continuar trilhando esse caminho.

Desta forma, entendemos que a aplicação indevida do termo pode gerar anacronismos, daí a necessidade de novos estudos em busca dos caminhos e descaminhos da escravização contemporânea e seus desdobramentos no mundo contemporâneo. Com a epígrafe versejada

abaixo, findamos este artigo, que é também um libelo em defesa dos trabalhadores cativos ou livres, vivos ou mortos, que na busca de melhores condições de vida, sucumbiram face ao monstro da escravização contemporânea no Brasil. Ode a estes trabalhadores!

Peço a atenção da pobreza que precisa trabalhar/Quando alguém lhe oferecer vantagens pra melhorar/Tenha cuidado de sempre é pra lhe escravizar./No Maranhão e Piauí, Tocantins e no Pará/Em Goiás e Mato Grosso, Pernambuco e Ceará/Bahia e Minas Gerais, também vão muitos pra lá./Se alguém lhe convidar para desflorestamento/Prometendo boa casa, bom salário e alimento Tenha cuidado que talvez aumente seu sofrimento./Eles quando lhe convidam, não mostram nenhum agravo/Mas todos que vão pra lá, tornam-se deles escravos,/Trabalham muito e não comem e não ganham nenhum centavo¹⁸.

E assim, fizemos uma história com os pés fincados na experiência, as mãos na realidade e na cabeça uma quimera: um outro mundo é possível! Neste *grande sertão veredas*, façamos esta, a nossa *sagarana*¹⁹.

Notas

¹ Este artigo é resultado das pesquisas desenvolvidas durante o mestrado em História do Brasil pela UFPI. A arquitetura e escrita deste texto contou com a inestimável colaboração de Adonia Antunes Prado e Edna Galvão do Núcleo de Políticas Públicas em Direitos Humanos NEPP-DH do Grupo de Pesquisa Trabalho Escravo Contemporâneo GPTEC-UFRJ.

² HERÓDOTO. *Histórias*. trad. Mário da Gama Kury, Ed. UnB. 1985, p. 273.

³ Propositamente pluralizada, na tentativa de evidenciar a diversidade e imensidão de que a compõe.

⁴ Prática comum desde o medievo europeu, que consistia no trabalho gratuito do servo durante alguns dias da semana ao senhor feudal, chegando ao Brasil rural do século XXI, com o arrendamento de porção de terra pelo colono, neste caso meeiro, por destinar metade da produção obtida ao proprietário da terra.

⁵ Ver, JESUS, J. G. 'A cabeça do libertador'. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende & PRADO, A.A. [Orgs] **Olhares sobre a escravidão contemporânea**: novas contribuições críticas. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2011. pp. 153-169.

⁶ A Organização Internacional do Trabalho – OIT criada em 1919 é uma agência especializada em questões relacionadas ao trabalho no mundo, ligada à Organização das Nações Unidas- ONU. Segundo estatística da OIT em 2010, há pelo menos 21 milhões de pessoas no mundo nestas condições.

⁷ Técnica rudimentar de abertura de um dado campo para a expansão da pastagem destinada à criação bovina.

⁸ Ver, FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

⁹ Também denominada de Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, ocorreu no período de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo foi debater em nível global as questões ambientais. Deste evento, nasceu um documento chamado Agenda 21, um programa de que objetiva equalizar a proteção ambiental, o desenvolvimento econômico e a justiça social. Destacamos aqui, a porosidade deste evento aos movimentos sociais.

¹⁰ Para mais informações, ver FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Rio Maria**. Canto da terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. O texto da orelha do livro escrito por Frei Beto é deveras contundente traz como título *um salmo em forma de livro* classificando a obra como uma crônica das mortes anunciadas, aqui diremos – almas da terra – em disputas fundiárias no Estado do Pará.

¹¹ A esse respeito, ver GOMES, Ângela de Castro. Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema. In: História oral: **Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008, p.13.

¹² Ibid., p.17.

¹³ Já foram criados dois planos, o primeiro em 2003, instituindo-se também a Comissão Nacional

de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE, e o segundo em 2008, ratificando o compromisso pela erradicação desta prática sórdida no Brasil focado na prevenção e a reinserção dos trabalhadores resgatados.

¹⁴ Importante instrumento de combate à escravização contemporânea mantida pelo Ministério do Trabalho e Emprego – MTE, constitui-se em um cadastro nacional de empregadores flagrados utilizando mão-de-obra escravizada. Em sua última atualização, constam exatos 294 nomes de cerca de 20 estados brasileiros. Destes cinco empregadores são de Açaíândia-MA com cerca de 150 trabalhadores destinados a produção de carvão vegetal, criação de bovinos e cultivo de pimenta-do-reino e milho.

¹⁵ O trabalho decente aqui compreendido à luz da conceituação da Organização Internacional do Trabalho – OIT, como uma ocupação produtiva e justamente remunerada, exercida em condições de liberdade, que permite satisfazer as necessidades básicas, equidade e segurança capazes de garantir uma vida digna ao trabalhador. Logo podemos concluir que o trabalho degradante é exatamente o oposto, retira do trabalhador o direito de ir e vir

e o coloca em uma condição subumana de vida e trabalho.

¹⁶ Vide, HOBBSAWM, Eric. *A História de Baixo para Cima*. In.: **Sobre História**. São Paulo: Cia das Letras, 1998, p.216/ SHARPE, Jim. **A História vista de baixo**. In: BURKE, P. [Org.]. *Escrita da História: novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992, pp. 39-62.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Fragmento do poema, Cartilha do Trabalho Escravo. Grifo nosso.

¹⁹ Grande Sertão: Veredas, obra escrita em 1956 por Guimarães Rosa, remete as dificuldades a que tiveram de passar nossos narradores. Já o termo *sagarana*, é um neologismo cunhado por Guimarães Rosa para nomear sua primeira obra escrita em 1946, o termo é aqui empregado com sentido semelhante ao do autor como resultante do hibridismo do prefixo, *saga* que significa ‘canto heroico’ e *rana* vocábulo de origem tupi remete a ‘à maneira de/que exprime’. Logo *sagarana* nos serve para expressar a luta, um brado em meio às adversidades.

Referências Bibliográficas

- CUNHA, Euclides. **Um clima caluniado. Um paraíso perdido**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.
- DAVATZ, Thomas. **Memórias de um colono no Brasil 1850**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1980.
- ESTERCI, Neide. **Escravos da desigualdade**: estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho, hoje. Rio de Janeiro: CEDI / Koinonia, 1994.
- _____. “A dívida que escraviza”. In.: Comissão Pastoral da Terra VV.AA. (Org.). **Trabalho escravo no Brasil contemporâneo**. São Paulo, Loyola, 1999.
- FIGUEIRA, Ricardo Rezende. **Pisando fora da própria sombra**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
- _____. **Rio Maria**. Canto da terra. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- _____; PRADO, Adonia Antunes; SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de (Org.). **Trabalho Escravo Contemporâneo: um debate transdisciplinar**. Rio de Janeiro: Mauad, 2011.
- GOMES, Angela de Castro. “Trabalho análogo a de escravo: construindo um problema”. In: **História oral: Revista da Associação Brasileira de História Oral**, v.11, n.1-2, jan/dez. Rio de Janeiro: Associação Brasileira de História Oral, 2008.
- HERÓDOTO. **Histórias**. trad. Mário da Gama Kury. Brasília: Editora da UnB, 1985.
- JESUS, J. G. “A cabeça do libertador”. In.: FIGUEIRA, Ricardo Rezende e PRADO, A.A. (Orgs.). **Olhares sobre a escravidão contemporânea: novas contribuições críticas**. Cuiabá: Editora da Universidade Federal do Mato Grosso, 2011.
- JOANONI NETO, Vitale; ALVES, Leonice Aparecida de Fátima. “De ‘Peão’ a ‘João’: uma ação conjunta visando à reinserção social”. In.: ACIOLI, Vera Lúcia Costa; GUIMARÃES NETO, Regina Beatriz e MONTENEGRO, Antonio Torres (Org.). **História, cultura, trabalho: questões da contemporaneidade**. Recife: Editora Universitária UFPE, 2011.
- KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos**. Rio de Janeiro: Contraponto/ Editora PUC-Rio, 2006.

MORAES, Maria José Souza. **Trabalho Escravo**: Da omissão do Estado a CONATRAE passando pela bicicleta do Padre Canuto. 2007. Disponível em: <http://www.prelaziasaofelixdoaraguaia.org.br>. Acesso em: 22 mar. 2011.

PAIVA, Eduardo França. **Trabalho compulsório e escravidão**: usos e definições nas diferentes épocas. [s.i.], 2005.

ROCHA, Cristiana Costa. **Memória migrante**: A experiência do trabalho escravo no tempo presente Barras-PI. Fortaleza-CE: Centro de Ciências Humanas, Universidade Federal do Ceará, 2010, 196p (Dissertação de mestrado).

SAKAMOTO, Leonardo. "Lucro fácil, mão de obra descartável a escravidão contemporânea e economia internacional", In: COGGIOLA, Osvaldo (Org.). **América Latina e a Globalização**. São Paulo: FFLCH/PROLAM/Universidade de São Paulo, 2004.

SHARMA, Bhavna. "A Anti-Slavery Internacional e o Combate ao Trabalho Escravo", In: **Trabalho escravo contemporâneo no Brasil**: contribuições críticas para sua análise e denúncia. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2008.

SILVA, José Carlos Aragão. **Ser livre e ser escravo**: memórias e identidades de trabalhadores maranhenses na região dos Cocais. 1990-2007. Brasília, Universidade de Brasília, 2009. 175p (Tese de doutorado).

SHARPE, Jim. "A História vista de baixo" In: BURKE, Peter (Org.). **Escrita da História**: novas perspectivas. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp. 1992.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria ou um planetário de erros**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

_____. "The Politics of theory", In: SAMUEL, Raphael (Ed.). **People's history and socialist theory**. London: Routledge, 1981.

_____. "Exploração", In: **A formação da classe operária inglesa II**: a maldição de Adão. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

VILELA, Ruth. **Entrevista concedida ao projeto** Memória Institucional do Ministério do Trabalho e Emprego. CPDOC/FGV, 2006, fita 2, p. 34.

Recebido em 29/04/2016

Aprovado em 03/06/2016

O Brasil e o trabalho análogo à escravidão: a questão das migrações

Brazil and 'labour analogous to slavery': the question of migrations

Norberto O. Ferreras

Professor do Departamento de História da Universidade Federal Fluminense
ferreras@vm.uff.br

RESUMO: Uma das maiores dificuldades do capitalismo tem sido conseguir trabalho barato, do ponto de vista do empregador. Quando falamos em trabalho barato estamos falando em trabalho de baixo custo e que não ocasione problemas de controle. Muitas das interpretações sobre este tema reduzem a questão do trabalho barato à escravidão contemporânea ou ao trabalho forçado. O que pretendemos analisar é a relação entre trabalho forçado e os processos migratórios de trabalhadores que tentam se inserir em mercados de trabalho dinâmicos. A expectativa é que estes lhes permitam criar novos vínculos trabalhistas e, ao mesmo tempo, manter suas relações familiares, geralmente à distância, para garantir a subsistência do grupo e a melhoria no local de origem.

Palavras-Chave: Trabalho análogo à escravidão; Migrações; Escravidão Contemporânea.

ABSTRACT: One of the greatest difficulties of capitalism, from the employers' standpoint, has been to obtain cheap labour. Cheap labour here is taken to mean low-cost labour that does not pose problems of control. Many of the interpretations of this subject reduce the issue of cheap labour to contemporary slavery or forced labour. The intention here is to examine the relationship between forced labour and migratory processes involving workers attempting to find employment on dynamic labour markets. The expectation is that such markets enable them to establish new labour relationships and, at the same time, to maintain their family relationships, generally at a distance, in order to ensure group subsistence and improved conditions at their place or origin.

Keywords: Labour analogous to slavery; Migrations; Contemporary slavery.

“Gatinho de Cheshire”, (...) “O senhor poderia me dizer, por favor, qual o caminho que devo tomar para sair daqui?”
“Isso depende muito de para onde você quer ir”, respondeu o Gato.
“Não me importo muito para onde...”, retrucou Alice.
“Então não importa o caminho que você escolha”, disse o Gato.
“...contanto que dê em algum lugar”, Alice completou.
“Oh, você pode ter certeza de que vai chegar”, disse o Gato, “se você caminhar bastante.”

(Alice no País das Maravilhas, Lewis Carroll)

A velha escravidão, algumas reflexões sobre a escravidão no século XIX

Na raiz dos processos escravistas e da implementação de práticas de retenção dos trabalhadores pela via extraeconômica, nos deparamos com o desejo dos empresários capitalistas de manter o suprimento constante de trabalho, e que ele seja barato. Quando falamos em trabalho barato estamos falando em mão de obra de baixo custo em relação ao bem produzido, e no custo deve ser considerado que ela seja disciplinada, quer dizer, que não seja necessário um aparelho de controle de magnitude tal que acabe tornando mais cara a produção. Esta é uma questão que sempre preocupou os empresários e que tem se acentuado com os avanços da organização dos trabalhadores, da lei e da fiscalização. O que desvela cada vez mais aos empregadores não coincide com as expectativas dos trabalhadores. Para empresários gananciosos, o trabalho forçado aparentemente pode vir a resolver a questão dos custos trabalhistas. Segundo a Teoria Clássica, o trabalho barato se obtém com a implementação do trabalho assalariado e está ligado à criação de um exército de reserva pelas vias mais diversas. Adam Smith dizia, em *A Riqueza das Nações*, que o escravo devia ser mantido pelo proprietário; no entanto, o trabalhador livre teria que arcar com sua própria subsistência, sem importar em que circunstâncias isto acontecesse. Ele entendia que o trabalhador livre se esforçaria mais para poder obter o seu sustento, sem importar o trabalho e a época do ano, e o trabalhador escravizado não teria estes problemas, porque o investimento realizado previamente obrigava o dono a manter a mão de obra, mesmo sem tarefas a serem realizadas (SMITH, A., 2007)¹.

Os primeiros industriais entendiam que, com a expulsão dos trabalhadores das suas próprias unidades produtivas, estes, necessariamente, se empregariam nas novas indústrias ao preço da manutenção da vida. Neste sentido, a expansão e a consolidação do sistema fabril e manufatureiro dependiam da expansão da oferta de mão de obra. A vida dos trabalhadores era vista como muito próxima daquela que se pensava ser a dos escravos, com a grande diferença de que uns tinham que procurar seu próprio sustento e os outros deviam ser sustentados. Desta forma, a economia clássica era contrária à escravidão pela sua falta de produtividade. Dickens e Engels foram dois dos mais conhecidos cronistas desta visão

apocalíptica do trabalho durante a Revolução Industrial, embora não identificassem nas suas vidas a falta de liberdade, as condições de vida esmagadoras eram as que igualavam ambas as categorias de trabalhadores².

A primeira pergunta que se nos apresenta depois dessas considerações iniciais é: por que a escravidão continuava se os primeiros teóricos do capitalismo eram contrários à exploração deste tipo de trabalho? Em princípio, porque a teoria não prescreve a realidade e é uma reflexão sobre como ela deveria ser ou sobre como ela se organiza. Em segundo lugar, porque as reflexões de Smith e dos primeiros liberais eram feitas a partir da metrópole e longe da realização da produção. A necessidade de manter o fluxo de mercadorias e a facilidade de obter trabalhadores escravizados para serem transportados para as colônias deixavam estas reflexões em segundo plano. A reflexão podia ser importante para as metrópoles onde começava a se delinear mais claramente a extensão de um mercado de trabalho. Neste contexto, o trabalho devia ser constante, pensando na continuidade da operação de unidades produtivas que não dependiam da sazonalidade da oferta e sim do abasto contínuo e permanente de trabalho. As indústrias têxteis que cresciam e se espalhavam competiam pelo trabalho livre, o que poderia aumentar os salários pagos, mas, ao mesmo tempo, estava ocorrendo o processo de cercamento ou *enclosures* da propriedade rural e de expropriação dos camponeses, o que os obrigava a vender sua força de trabalho. O que não acontecia nas colônias, em territórios desprovidos de trabalhadores, ou com os circuitos de comercialização dos trabalhadores escravizados já organizados. Portanto, as reflexões de Adam Smith e de outros liberais pouco podiam dizer sobre a necessidade de mão de obra, e se contentavam em prescrever um comportamento que depois seria a forma principal de organização da mão de obra. Mas, até que o trabalho livre se tornasse hegemônico na Europa, ainda teve que conviver com outras formas de organização do trabalho e com táticas repressivas e intimidadoras para com aqueles que não estavam dispostos a se submeter ao mercado do trabalho. Lembremos a continuidade das leis de pobres, a repressão à vadiagem e aos trabalhadores ambulantes ou que se deslocavam de uma cidade a outra à procura de trabalho ou para oferecer serviços especializados (HOBBSAWM, E., 1981, e outras questões sobre as possibilidades de trabalho na Inglaterra da Revolução Industrial ver HOBBSAWM, E., 2005).

A segunda questão que essa primeira reflexão nos trouxe é: o que é trabalho barato? O que podemos chamar desta forma? Falar em “trabalho barato” não é simples, porque o termo “barato” não é um conceito nem é claramente identificável. O “barato” deve ser visto de forma contextual e em relação à produção realizada. O que está na base desta afirmação é que o empregador tenta pagar o menos possível pelo trabalho recebido, ampliando a mais-valia ao máximo possível, seja a mais-valia absoluta ou a mais-valia relativa, e ainda obtendo benefícios, se possível, pela dupla exploração na esfera da produção e na do consumo. O empresário capitalista é regido pelas leis trabalhistas de cada território, que, como sabemos, dependem das lutas históricas da classe trabalhadora global e/ou local. Mas vamos tentar

explicar o que acontece muitas vezes quando lidamos com esta situação de exploração para além das leis ou do tolerado pelas condições de trabalho e tradições existentes em cada território. O trabalho barato implica a utilização de trabalhadores que conseguem desempenhar suas atividades de forma eficiente, por pouco dinheiro em relação ao produto desenvolvido e que aceitam as condições de trabalho sem contestar a jornada e o ritmo de trabalho impostos. A escravidão é vista como a reunião de todos estes elementos, pelo fato de que o trabalhador seria uma propriedade e não teria vontade própria. Mas os escravos tentaram controlar o processo e os ritmos do trabalho, assim como condicionaram a elevação da carga de trabalho ocasional a benefícios posteriores, como celebrações do fim das colheitas, ganhos adicionais por produtividade ou pequenas melhoras, como acesso ao álcool em determinados momentos. Querendo ou não, algumas negociações eram possíveis no contexto da escravidão, sendo a negociação mais complicada a que tomava a forma de rebelião, porque suas consequências eram imprevisíveis. Mas também não podemos considerar a escravidão comercial do século XIX como um todo homogêneo. Em alguns locais, a produção caía, enquanto em outros aumentava, como foi o caso dos Estados Unidos nos últimos anos da escravidão e antes da Guerra Civil (BAPTIST, E. 2014, cap. X).

Todo o processo de abolição da escravidão foi demorado e teve muitos passos até alcançar a extinção definitiva das formas de trabalho compulsório legal. O longo caminho da abolição coincide praticamente com o início da mesma. Se Bartolomé de las Casas advogou contra a escravidão indígena na América espanhola, teve como contraparte Juan Ginés de Sepúlveda, com quem debateu sobre o particular na conhecida Controversa de Valladolid (DELGADO, M., 2007, e MANERO SALVADOR, A, 2009). Os argumentos a favor e contra a escravidão se mantiveram e retomaram sua importância no final do século XVIII e início do século XIX, quando novas interpretações da escravidão foram postas em debate pelos abolicionistas ingleses (BLACKBURN, R., 1988, p. 436).

Os abolicionistas ingleses tomaram a dianteira e conseguiram impor sua visão contrária à escravidão e mobilizar a sociedade inglesa nessa direção. O êxito em impor uma interpretação da perversão que representava para a sociedade a continuidade de determinadas formas de cativeiro e de controle da mão de obra, das dificuldades que implicava para o avanço da cristianização dos africanos e asiáticos e das complicações que traziam para o avanço do livre-comércio nos territórios ultramarinos, não foi imediato, mas suas consequências foram transcendentais. A partir da pressão feita pela coroa inglesa em diversos países e nas metrópoles rivais foi fundamental para estabelecer um roteiro da abolição, principalmente nos países que tinham uma forte corrente de comércio com a Grã-Bretanha. E em quase todos os casos vinculados ao abolicionismo inglês, podemos dizer que a sequência foi a seguinte: em primeiro lugar, interrompia-se o tráfico, para depois dar passo à construção de vias de abolição parcial e, finalmente, a abolição era completa e definitiva. Dificilmente encontraremos algum caso que não acompanhasse este roteiro, assim como também nos

deparamos com a possibilidade das alforrias ou a venda da liberdade ao próprio escravo durante todo o período que durou a escravidão legal. Em quase toda a América Latina e nos Estados Unidos nos deparamos com esses elementos colocados mais ou menos nessa ordem³.

Desde o momento em que a escravidão passou a ser legalmente abolida nos diferentes países, outras alternativas de controle compulsório de trabalhadores foram acionadas. Uma vez que a abolição da escravidão foi consagrada, vieram à luz outras formas de controle do trabalho, como a dívida e o tráfico de pessoas, que passaram a ser os principais meios de forçar os grupos vulneráveis de pessoas ao trabalho compulsório. Muitas vezes estas formas de recruta de trabalhadores estavam no limite da legalidade. A escravidão legal acabava, mas apareceram novas e velhas formas, fossem legais ou ilegais, de sujeição dos trabalhadores. Uma nova categoria de trabalhadores conformou aos capitalistas e produtores coloniais que continuavam a precisar trabalhadores de forma constante, para atender a continuidade da produção de matérias-primas necessárias à indústria e ao consumo europeu. Os *indentured servants*, ou servos por contrato, forneceram a força de trabalho necessária. Eles deixavam a Índia, as ilhas do Pacífico Sul e a China para trabalhar na África, nas ilhas do Oceano Índico, no Caribe e nos territórios do Pacífico americano (LOOK LAI, W, pp. 205 e 206).

Posteriormente, os abolicionistas também acompanharam as desventuras destes trabalhadores e passaram a questionar as formas de tratamento e exploração que em nada deixavam a desejar em relação à escravidão. Ou eram formas de exploração mais violentas ainda, porque não existia investimento na compra do trabalhador, e sua perda não ocasionava outro prejuízo a não ser a necessidade da substituição por um novo contratado.

Em outros lugares continuavam formas de controle da mão de obra baseadas nas tradições locais. Como em várias regiões da América Latina, onde surgia a figura do “peão acasilhado”, o peão que vivia na fazenda como parte do plantel de seus dependentes. Com a desagregação de parte da sociedade indígena e a expansão da produção para além dos antigos núcleos populacionais, os fazendeiros passaram a utilizar o adiantamento de dinheiro como forma de atrair e fixar os trabalhadores. Aos poucos, o *peón acasillado*, esse novo trabalhador que surge e se consolida no México, reside e consome na fazenda estando sempre endividado. O *peón encasillado* pode também ser considerado um agregado, já que não era unicamente a dívida que garantia a sua presença, mas também o fato de estar integrado e protegido numa sociedade cada vez mais desarticulada, como era o México após a independência. Até meados do século XIX, a dívida foi uma forma pouco eficiente de fixar os trabalhadores. Servia mais para induzi-los a aceitar o deslocamento das comunidades, mas era pouco útil para mantê-los num local de forma compulsória. Ante a escassez de trabalhadores, outros fazendeiros passaram a se oferecer para pagar as dívidas, gerando uma intensa concorrência pela mão de obra. A expansão econômica e territorial ocorrida no fim do século XIX, durante o governo de Porfírio Díaz, acentuou essa tendência. Esta concorrência não implicou o fim do controle extraeconômico da mão de obra. Se nos locais em que a produção crescia e, junto com ela,

a atração de novos trabalhadores, em outros, como na península de Iucatã, a demanda de mão de obra barata era imprescindível para a sua inserção no mercado internacional, e o *acasillamiento* continuou e se expandiu para outras formas de controle dos trabalhadores com a inclusão do “trabalho penal” (KATZ, F., 1976, pp. 18 e 19; e MEYER, J., 1986, pp. 485 a 491).

Do Velho ao Novo Escravismo

Temos visto que a escravidão pode não continuar por outros meios, mas continuam as formas de exploração extraeconômica de distintos grupos de trabalhadores. Temos também algumas formas que tornam a situação mais complexa. O fato de que a escravidão tenha sido declarada ilegal levou a (impor) outras formas de exploração que pudessem ser consideradas legais, ou a ilegalidade era oculta (tudo o que for possível), principalmente se acontecia em locais isolados e remotos, como seria denunciado posteriormente no Código Penal de 1942 (CAMPOS, F., 1940). Sem esquecer que a escravidão legal estava profundamente racializada ao colocar os africanos e seus descendentes como os alvos principais deste sistema. Porém, com a abolição, a procura por trabalhadores estendeu-se a outros grupos, como os nativos e os camponeses. Ou seja, a exploração tomou outros rumos, mas não desapareceu nem foi eliminada. Transformou-se e foi modificada para atender a novas e prementes necessidades de mão de obra.

Mas isso não explica por que alguém se submete ou era submetido às dívidas e ao trabalho forçado ou assina contratos para se converter em um trabalhador semiescravo. A forma de entender isto é que, na maioria dos casos, o trabalho forçado é provido por migrantes (internos ou externos). O modo como um trabalhador ingressa na rede da dívida e do trabalho forçado está vinculado a algumas questões que aparecem simplesmente mencionadas em outros casos: a promessa de um ingresso monetário melhor do que na região da recruta; o mediador entre o trabalhador e o local de trabalho, que tem que ser confiável para quem procura emprego; a possibilidade de retorno num prazo adequado. Estas são as condições para alguém ser contratado e entrar na rede de exploração; depois temos que caracterizar os outros elementos necessários para permanecer no local da exploração: a falta de contatos no exterior do local de cativeiro ou dívida; contexto contrário ao trabalhador, como poderia ser uma sociedade organizada para a retenção e o controle dos cativos; a repressão no local e, ainda, a subjetividade do cativo: a honra e o orgulho de ser trabalhador que os obriga a uma dívida excessiva e a um trabalho esmagador, como acontece com os trabalhadores nordestinos nas suas migrações em direção às fronteiras agrárias (ROCHA, C., 2015, 191 e 192).

Esta breve introdução tem por objetivo avançar em algumas questões próprias da relação entre trabalho e trabalho forçado ou trabalho análogo à escravidão. A utilização desta terminologia nos leva a pensá-la como um campo de disputas e debates, de apropriações e redefinições. Uma dessas apropriações e redefinições foi realizada por Kevin Bales no seu conhecido *Disposable People*, no qual apresenta as diferenças entre a escravidão que ele chama

de “antiga” e a que chama de “nova”. Nesta leitura de Kevin Bales, os senhores de escravos aparecem quase como benfeitores diante da situação contemporânea. E certamente não estavam trazendo benefícios a ninguém. Poderíamos dizer que um e outro eram produtores capitalistas em duas situações diferentes e com possibilidades diferentes. Vamos às diferenças estabelecidas por Kevin Bales (2000, p. 15)⁴.

Velha escravidão	Nova escravidão
Propriedade legal habilitada	Propriedade ilegal
Alto custo de aquisição	Baixíssimo custo de aquisição
Benefícios baixos	Altíssimos benefícios
Escassez de escravos potenciais	Disposição de escravos potenciais
Relações de longa duração	Relações de curta duração
Manutenção dos escravos	Os escravos são descartáveis
Importância das diferenças étnicas	Sem importância das diferenças étnicas ⁵

Esta é uma descrição do atual sistema de trabalho forçado, mas não passa de uma apresentação do fenômeno, e não é uma compreensão do mesmo. De fato, é mais uma mistificação do trabalho forçado que a transforma em escravidão, sem uma compreensão do que é o trabalho forçado ou, ao menos, do que temos no Brasil. O livro de Bales tinha como objetivo informar e sensibilizar o leitor para a causa do neoabolicionismo, mas o problema é que o neoabolicionismo não consegue uma compreensão adequada do mesmo, centrado na discussão terminológica e na associação do fenômeno do trabalho forçado com a escravidão, e igualando diversas práticas no seu interior. O neoabolicionismo, do qual Bales é uma das caras visíveis, centra a análise numa visão moralista e individualista da questão. Em princípio, temos a dúvida moral sobre o que devemos fazer em relação ao trabalho forçado (no caso, substituindo “forçado” por “escravidão”, sozinho ou com alguma outra qualificação): comprar os escravos, comprar as suas dívidas, comprar as fazendas em que produzem, e assim por diante. Por outro lado, há uma crítica moral ao uso de trabalhadores em cativeiro, produto da concepção de mercado em que os fatores de produção devem ser livres. Esse moralismo se manifesta na insistência da utilização do termo “escravo”, com ou sem adicionais, tentando uma associação semântica às práticas que têm sido abolidas no século XIX e rejeitadas, com este nome e nos seus territórios, nas sociedades ocidentais. Estas soluções são voluntaristas e não conseguem compreender a dimensão do fenômeno, porque reduzem o problema à ideologia (o progresso contra o atraso) e à moral (a luta do bem contra o mal)⁶.

No Brasil, enfrentamos a exploração excessiva de parte dos seus trabalhadores que denominamos “trabalho análogo ao de escravo”, o que está vinculado à sua própria estrutura produtiva e ao tipo de inserção no mercado mundial. As análises sobre o mesmo não têm partido de uma abordagem econômica ou social. As análises centram-se no fenômeno; digamos que as pesquisas tomaram um rumo fenomenológico. Esta fenomenologia tem três

fontes diferentes. Por um lado, a Igreja Católica, que tem sido muito atuante na identificação e na denúncia dessas práticas. Por outro lado, a Justiça brasileira e os fiscais do trabalho, que identificam os casos e atuam sobre eles. E, finalmente, alguns acadêmicos e membros do terceiro setor que se aproximam desta questão reivindicando o termo “escravidão” para analisar o trabalho forçado reduzindo-o a um dos seus aspectos, que entendo ser o menor deles: a liberdade. Nos três casos, deixam de ser verificadas as razões econômicas, sociais e culturais, e as ramificações do uso deste tipo de trabalho.

Por que no Brasil temos esta acepção de “trabalho escravo” no lugar de “trabalho forçado”? Desde 1942, quando foi apresentado o Código Penal, existia o crime de “Redução à condição análoga à de escravo”, sem maiores descrições. Porém, esta categoria não foi implementada. Ficou esquecida no código, sem passar de algumas menções menores sobre a questão e sem intervenção do Estado.

Teríamos que dizer que a introdução do tema, a identificação do trabalho forçado e a sua divulgação no Brasil ocorreram a partir da intervenção e da mobilização promovidas pelo padre Pedro Casaldáliga com a sua Carta Pastoral “Uma Igreja da Amazônia em conflito com o latifúndio e a marginalização social”, de outubro de 1971, na qual ele associava o regime de trabalho nas fazendas à escravidão. A Carta ganhou mais notoriedade quando, no mesmo mês, o padre virou bispo de São Félix do Araguaia. É interessante lembrar que um ano antes o padre Casaldáliga tinha lançado um documento intitulado “Escravidão e Feudalismo no Norte do Mato Grosso”, que fazia referência ao comportamento de autoridades e latifundiários na exploração dos trabalhadores. O primeiro documento é mais revelador que o segundo. O padre vinculava os casos de trabalho forçado aos elementos teóricos e analíticos do período: a grande discussão dos modos de produção latino-americanos (ASSADOURIAN, C., 1986)⁷, a associação de determinadas formas de trabalho com alguns desses “modos de produção”, e a interpretação marxista da Bíblia e da Doutrina Social da Igreja⁸. Duas características do atraso se conjugavam de uma vez neste documento: o feudalismo e a escravidão. O padre Pedro, depois bispo, identificava no Norte de Mato Grosso o que os livros estavam lhe ensinando: ao feudalismo correspondia algum tipo de servidão vista como escravidão. Não foi uma reflexão moralista ou uma leitura a partir do Direito aquela que norteou sua intervenção; foi muito mais uma interpretação dos debates sobre a transição possível para o socialismo na América Latina, a partir da sua posição no catolicismo progressista da Teologia da Libertação, que nesse momento tomava corpo como denominação no interior da Igreja Católica.

O padre Pedro condensava uma interpretação e dava um nome àquilo que enfrentava, e a definição vinha mais da sua compreensão do mundo e do seu marco teórico do que do seu conhecimento da legislação brasileira. Ao longo das duas décadas seguintes, assistiríamos a um duplo movimento de adaptação desta forma de denominação do fenômeno da exploração no interior rural brasileiro com a forma legal adequada ao seu combate. Assim, o trabalho forçado foi transformado em “trabalho escravo” devido à ação do setor progressista da Igreja

Católica, que disseminou a utilização do termo “escravo”. A associação deste termo com a existência de um artigo no Código Penal de 1940, o 149, que punia o ato de reduzir alguém à condição análoga à de escravo com pena de dois a oito anos de prisão. Os termos “escravo” e “análogo a escravo” foram definitivamente associados (SENADO FEDERAL, 1940)⁹.

Temos mais bem documentado o que aconteceu depois desse momento na sociedade brasileira, e os desdobramentos que resultaram deste *big-bang*. O interessante é que esse momento representa uma inversão dos debates internacionais sobre a questão do trabalho e suas formas de sujeição. O que representou um avanço no Brasil na luta contra a exploração intensiva e excessiva dos seus trabalhadores levou, ao mesmo tempo, a uma confusão dos termos que estavam delimitados desde a década de 1930, quando a Liga das Nações ficou encarregada da questão da escravidão, e a Organização Internacional do Trabalho, do trabalho forçado (FERRERAS, Norberto O. e SECRETO, M. V., 2013). A “escravidão” ficou associada ao processo de “civilização” das sociedades não ocidentais, e o trabalho forçado vinculado à questão colonial e à valorização das colônias.

A questão da exploração é o ponto cego de certas análises sobre a escravidão contemporânea porque elas reduzem a questão a um problema legal, entendendo que há um nível de exploração aceitável (COOPER, F., 2000, p. 108). Esta questão poderia ser ampliada incluindo outros trabalhadores que estão submetidos a um alto grau de exploração pela carga excessiva de trabalho (seja pelo volume de trabalho exigido ou pela quantidade de horas destinadas ao mesmo), pelas péssimas condições de reprodução da mão de obra e pelo tratamento recebido. A legalidade formal do ato de trabalhar (ter a carteira assinada e os pagamentos das cargas sociais em dia) pode estar comprometida pela forma como a atividade é exercida e suas consequências a curto e médio prazos. Um trabalhador que corta cana-de-açúcar ou que colhe laranjas, para citar dois exemplos, pode estar exercendo suas tarefas dentro do marco legal, mas o meio em que são desenvolvidas provoca um desgaste extraordinário no trabalhador. O problema técnico neste momento é que os indicadores estão disponíveis para registrar a ilegalidade.

O que queremos mostrar neste momento é que, em grande medida, a exploração que sofrem os trabalhadores no Brasil é devida ao fato de serem trabalhadores migrantes, tanto os legais quanto os ilegais, mas teremos que nos restringir aos ilegais. Queria apresentar rapidamente uma série de dados proporcionados pela OIT, pela Comissão Pastoral da Terra e pelo Ministério do Trabalho e Emprego para verificar a hipótese da situação de estrangeiro absoluta ou relativa do trabalhador em situação de vulnerabilidade e de exploração excessiva e intensiva. Podemos comprovar que o trabalhador nesta situação de exploração é, em todos os casos, um migrante.

É interessante compreender o modo como as organizações internacionais apresentam a questão da escravidão e do trabalho forçado. Em princípio, os números existentes sobre trabalho forçado ou trabalho escravo são muito difíceis de serem aceitos, porque reúnem

realidades muito diferentes e de difícil verificação. Não há consistência nos dados porque não há um método para sua coleta, e isto resulta de que o interesse é manter a denúncia antes de verificar sua veracidade. Existem denunciante de concorrentes e denunciante para prejudicar outrem, denúncias de práticas consideradas como crimes nos locais em que acontecem e outras em que os observadores externos tomam como crimes. Os dados não podem ser aceitos acriticamente, mas, mesmo assim, vamos tentar compreender o que tentam expressar essas estatísticas. Vejamos o que acontece com os dados globais que apresenta a OIT. Os números mundiais absolutos estabelecidos por ela são de 21 milhões de trabalhadores forçados: 15.400 mil são adultos (74%) e o resto crianças; 11.400 mil são mulheres (54%) e o resto homens. Estes dados nos darão a dimensão das diferenças em relação ao Brasil. Na estatística da OIT, a utilização de trabalho forçado migrante estaria concentrada na exploração sexual, sendo que os trabalhadores locais seriam os principais escravizados. As estatísticas são muito difíceis de serem transladadas do global para o nacional e do nacional para diferentes regiões do Brasil. Os números da OIT são apresentados de forma tal que não podem ser desagregados (OIT, 2014, p. 9).

Tabela 1
Dados Estatísticos do Trabalho Escravo Contemporâneo no Brasil (2013)

Por Gênero	%
Masculino	95,3%
Feminino	4,7%
Total	100,0%

Por Idade no Resgate	%	
<17	345	1,2%
18-24	8732	30,4%
25-34	9518	33,2%
35-44	5803	20,2%
45-54	3251	11,3%
55	1189	4,1%
Média		32 anos

Fonte: Trabalho forçado em escala nacional (2003/2012) por Gênero e Idade. REPÓRTER BRASIL, 2013.

Os dados nacionais disponíveis e organizados até 2013 apresentam uma perspectiva diferente. Aqui a consistência é maior porque são menos instituições lidando com o tema, e elas coincidem sobre as práticas que estão observando. O caso brasileiro mostra que os trabalhadores são migrantes, entre os Estados ou dentro de um mesmo estado da União. Os dados disponíveis nos remetem ao trabalho masculino adulto, sendo insignificante a quantidade de menores. Sobre migrações, os dados são restritos, mas quando cruzamos os dados das unidades federativas em que estão situadas as unidades produtivas com o estado em que o trabalhador recebe o benefício do auxílio-desemprego, sem mencionar o estado da naturalidade, os dados nos permitem inferir uma alta percentagem de migrantes, aparecendo também imigrantes entre os libertados (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Os imigrantes nos permitem pensar nas mudanças que estão em andamento na estrutura produtiva nos últimos anos. Para termos uma ideia destas mudanças, precisamos registrar:

1) que o número de resgates tem diminuído nos últimos anos, principalmente desde o pico de meados da década passada até um mínimo em 2012¹⁰. Atribuímos isto, em princípio, à repressão à utilização de trabalhadores escravos e, principalmente, às políticas sociais de distribuição de renda por parte da União e dos estados, o que tem limitado a saída dos migrantes. Isto tem levado a outros graus da exploração dos trabalhadores legalizados.

2) A segunda grande mudança é o surgimento da “escravização” urbana. Em 2013 foi constatada a maior libertação de trabalhadores no setor urbano no lugar do rural, principalmente entre trabalhadores da construção civil e na produção têxtil. Nesse ano, 51% dos trabalhadores que foram resgatados estavam em trabalhos urbanos, como a indústria têxtil ou a construção civil, embora o número de estabelecimentos urbanos fiscalizados fosse 34% do total (REPÓRTER BRASIL, 2013).

Falamos em imigrantes porque nos últimos tempos percebe-se a presença de trabalhadores estrangeiros entre os resgatados, principalmente entre os trabalhadores da construção civil, da confecção e de bares e restaurantes.

No primeiro caso são trabalhadores haitianos que chegam contratados ou convocados por familiares. Muitas vezes a contratação é feita no exterior, no Haiti ou no Peru, levando o contratado a receber um adiantamento para chegar ao local de trabalho. Esse adiantamento iniciará o seu ciclo de servidão por dívida, que ligará o trabalhador ao local de produção. Entre os têxteis, predomina o trabalhador boliviano, que é recrutado no seu local de moradia e novamente recebe um adiantamento ou a passagem mais dinheiro para as despesas da viagem. A dívida está assim formada. Finalmente, entre os trabalhadores de bares e restaurantes, novamente a dívida é central na estratégia para fixar o trabalhador, mas esta é uma migração de longuíssima distância, porque acontece no interior da comunidade chinesa estabelecida no Brasil.

Se nós temos fiscalizações e penalizações que apresentam os aliciadores e empregadores como criminosos, se nós temos marcas prestigiosas no mercado que acabam sendo vinculadas à utilização de trabalho escravo, por que eles utilizam de modo recorrente o trabalho escravo? Por que arriscam sua reputação na Lista Suja do Ministério do Trabalho¹¹?

A questão deve ser recolocada para se tentar a compreensão do funcionamento do capital. Mencionamos anteriormente a questão da formação do mercado de trabalho e a procura por trabalho barato. A primeira questão que temos que considerar é a das *leis do movimento* do capital: a concorrência, a acumulação e a maximização do lucro (ver MEIKSINS WOOD, E., 2014). O princípio predominante da economia anterior à hegemonia do capitalismo era “comprar barato e vender caro”, transferindo produtos de um mercado a outro. Com a centralização dos Estados contemporâneos, vemos que essa tendência passa a ser cada vez mais limitada. Passou-se a uma disputa pela produção com melhores preços, dentro de um mesmo mercado. As regulações e os

controles implementados no Brasil ao longo do século XX e a crescente legislação trabalhista fizeram com que a produção barata fosse possível unicamente pela via do aumento da produtividade ou pelo deslocamento da produção para regiões com baixa organização sindical, que permitia maior disciplina e menores salários; era uma estratégia de curta duração. A desregulação de mercados ao longo da década de 1990 e o crescimento econômico comparado da economia brasileira facilitaram um retorno ao “comprar barato e vender caro”. Neste caso, pela via de importação de trabalhadores. Os migrantes internos têm consciência de que são parte do mercado nacional do trabalho, recebem certos benefícios sociais que estão limitando a exploração destes grupos, assim como existem estratégias de sobrevivência, por parte dos trabalhadores no setor informal, que são vistas como alternativas e oportunidades para eles. Daí a queda nos resgates. O acesso à mão de obra barata como acontece em outros países, como na China ou no Sudeste Asiático, está disponível para todos os empresários por igual.

Portanto, a vantagem estaria na compra de trabalho barato no mercado internacional, utilizando elementos de fixação e controle dos trabalhadores imigrantes pelos recursos da informalidade e da ilegalidade. Em alguns casos, as empreiteiras importam trabalhadores porque já têm presença nos países de origem, dando início a um sistema de encadeamento, ou se valem da *coiotagem* (SPENER, D., 2008) para a contratação dos trabalhadores na fronteira. Também temos o recurso das correntes imigratórias já estabelecidas e tradicionais, como as de bolivianos e peruanos em direção ao Sudeste do Brasil, mais especificamente à cidade de São Paulo. O recurso à ilegalidade, terceirizada na maioria das vezes, está vinculada à concorrência. Se alguém tem acesso a trabalho barato ilegal, a única forma de neutralizar essa vantagem é pela mesma via, permitindo manter a taxa de lucro e a ampliação da escala da produção. A ilegalidade e o risco de ser alvo de campanhas por parte dos organismos dos DDHH são problemas menores se o lucro compensa e o consumidor é complacente, preferindo melhores preços ao trabalho livre.

As leis do capital, porém, não explicam tudo. Os trabalhadores também fazem os seus cálculos econômicos e estabelecem as suas prioridades. A resposta de que esses trabalhadores ganham mais do que ganhariam no local de origem seria uma aproximação economicista, que pouco poderia explicar. São muitos os que poderiam falar o mesmo sem sair de casa. Geralmente esta é a explicação dada pelos empregadores como justificativa para a exploração intensiva.

Há outras respostas possíveis. Em entrevistas com descendentes de escravos, Hebe Mattos e Ana Lugão identificaram o uso das palavras “cativo” e “cativeiro” para se referirem ao período anterior à abolição (MATTOS, H., 2005, pp. 44 e 45). O cativo era o “capturado”, e “escravo” era utilizado para quem nascera nessa instituição. A partir desta chave interpretativa estabelecida por Mattos e Lugão, relacionada com as definições construídas pelos próprios

descendentes de escravos e a forma como eles próprios interpretam o significado do cativeiro dos seus antepassados, é que temos que estar atentos para a construção e a adjudicação de posições aos trabalhadores em situação irregular no mercado de trabalho. Assim como não podemos deixar de perceber que há forma de pensar o trabalho realizado a partir da forma de compreensão do próprio migrante.

Conclusão

Os trabalhadores irregulares não se consideram cativos. Eles se definem como “trabalhadores”, sem mais adjetivos. Os trabalhadores contemporâneos, migrantes na maioria dos casos, também invertem os significados: o trabalho, mesmo em condições degradantes, é associado à “dignidade”; a sua falta é que é a escravidão. Evidentemente, esses trabalhadores não compartilham a visão empobrecida da escravidão que foi utilizada nos últimos anos para estigmatizar essas práticas e que acabam transformando os trabalhadores migrantes em objetos. O padre Roque Patussi, coordenador do Centro de Apoio e Pastoral do Imigrante (CAMI), aponta para esta situação no relatório da CPI do Trabalho Escravo realizada em 2014 no estado de São Paulo:

(...) os imigrantes não se sentem escravizados, temos que partir desse ponto. Todos eles dizem – eu era escravo quando não tinha emprego no meu país, porque eu não tinha dinheiro, dependia do meu pai e da minha mãe, vivia numa situação de extrema miséria, vivia numa situação de violência¹².

A compreensão do capitalismo contemporâneo e das suas leis da concorrência, o enquadramento jurídico adequado e o reconhecimento das necessidades econômicas e culturais dos trabalhadores estão na base da solução. A insistência na “escravidão” implica na alienação do sujeito em relação à categoria, assim como o empoderamento das instituições do Estado e do Terceiro Setor, que nem sempre estão preocupadas com as taxas de exploração, e sim com as categorias instrumentalizadas.

Notas

¹ A questão da relação entre trabalho livre e assalariado é tratada por Adam Smith no cap. VIII do Livro I.

² Leituras catastrofistas do trabalho escravo e do trabalho assalariado eram muito frequentes nos primeiros momentos da Revolução Industrial. Algumas descrições destas leituras podem ser encontradas em vários autores do período (HOBBSAWM, Eric, 1981, pp. 113 a 127).

³ Quando me refiro aos casos de escravidão e abolição da América Latina, do Caribe e dos Estados Unidos, entendo que estes foram os territórios centrais para a realização da

escravidão comercial. Este é o território em que se desenvolveu economicamente a base do que conhecemos como escravidão comercial. Porém, isto não implica que não tenham existido outras formas de sujeição.

⁴ Bales não é o único a intervir na questão da escravidão contemporânea de forma tal que ela acaba sendo vista como um manual prescritivo de comportamentos adequados para a sua erradicação pelo consumo consciente. O texto foi livremente traduzido pelo autor deste trabalho.

⁵ O **Repórter Brasil** (s/d) adaptou este quadro para a realidade brasileira da seguinte forma:

Brasil	Antiga escravidão	Nova escravidão
Propriedade legal	Permitida	Proibida
Custo de aquisição de mão de obra	Alto. A riqueza de uma pessoa podia ser medida pela quantidade de escravos	Muito baixo. Não há compra e, muitas vezes, gasta-se apenas o transporte
Lucros	Baixos. Havia custos com a manutenção dos escravos	Altos. Se alguém fica doente pode ser mandado embora sem nenhum direito
Mão de obra	Escassa. Dependia do tráfico negreiro, da prisão de índios ou da reprodução. Bales afirma que, em 1850, um escravo era vendido por uma quantia equivalente a R\$ 120 mil	Descartável. Um grande contingente de trabalhadores desempregados. Um homem foi levado por um gato por R\$ 150,00 em Eldorado dos Carajás, sul do Pará
Relacionamento	Longo período. A vida inteira do escravo e até de seus descendentes	Curto período. Terminado o serviço, não é mais necessário prover o sustento
Diferenças étnicas	Relevantes para a escravização	Pouco relevantes. Qualquer pessoa pobre e miserável é a que se torna escrava, independentemente da cor da pele
Manutenção da ordem	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos	Ameaças, violência psicológica, coerção física, punições exemplares e até assassinatos

⁶ Kevin Bales não é o único que poderia ser colocado nesta parte do moralismo tranquilizador; em várias sessões do TED (acrônimo de “Technology, Entertainment, Design”) há apresentações sobre a escravidão, há fotografias que retratam a escravidão contemporânea (como Lisa Kristine: http://ideas.ted.com/2014/06/26/images_of_modern_slavery/), ONGs que lidam com esta questão, como a Slavery International e a Walk Free, entre outras.

⁷ A primeira edição é de 1973, porém os artigos já circulavam e eram parte das definições dos partidos de esquerda sobre a América Latina.

⁸ A Teologia da Libertação ganhou visibilidade em 1971, com o lançamento do livro *Teologia da Libertação*, do sacerdote peruano Gustavo Gutierrez. Desde 1968, quando teve lugar a Segunda Conferência Geral do Episcopado Latino-americano, o progressismo católico teve uma presença forte na Igreja latino-americana com a organização das comunidades eclesiais de base. Igualmente, nunca teve uma institucionalização como corrente de ação. Para mais detalhes sobre a Teologia da Libertação e este momento fundacional (LÖWY, M., 2000, cap. 2.)

⁹ É bom lembrar que o Código só passou a vigorar em 1º de janeiro de 1942.

¹⁰ Lembremos que “resgate” corresponde aos trabalhadores que foram encontrados na condição análoga à de escravidão e que foram retirados do local de trabalho pelos agentes da repressão ao trabalho escravo.

¹¹ É conhecida como *Lista Suja* o Cadastro de Empregadores que tenham submetido seus trabalhadores a condições análogas às de escravidão, criada pela Portaria Interministerial MTE/SDH nº. 2, de 12 de maio de 2011, e da qual participaram o Ministério do Trabalho e Emprego e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República. O Cadastro tinha sido criado em 2003 e alcançado estatuto de política de Estado com a Portaria de 2011. Ficou suspenso durante três meses no início de 2015 pelo Supremo Tribunal Federal e reconduzido em março de 2015. Maiores detalhes em: BRASIL, s/d.

¹² Sublinhei determinados aspectos da fala para mostrar o modo como os trabalhadores veem a si próprios (SÃO PAULO. 14/03/2015, p. 36).

Referências Bibliográficas

ASSADOURIAN, Carlos Sempat et al. **Modos de produccion en America Latina** - Siglo XXI, Buenos Aires: [s.i.], 1986.

BALES, Kevin **Disposable People**. New slavery in the Global Economy. Berkley: University of California Press, 2000.

BAPTIST, Edward. **The half has never been told**. Slavery an the making of American Capitalism. Nova Iorque: Basic Books, 2014.

BLACKBURN, Robin. **The Overthrow of Colonial Slavery - 1776-1848**. Londres: Verso, 1988.

BRASIL. MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO **Portaria do MTE cria cadastro de empresas e pessoas autuadas por exploração do trabalho escravo**. Disponível em: http://portal.mte.gov.br/trab_escravo/portaria-do-mte-cria-cadastro-de-empresas-e-pessoas-autuadas-por-exploracao-do-trabalho-escravo.htm s/d. Acesso em 05 Jul. 2015.

CAMPOS, Francisco **Decreto-lei nº 2848 de 07/12/1940 / PE - Poder Executivo Federal (D.O.U. 08/12/1940). Exposição De Motivos Da Parte Especial Do Código Penal**. Disponível em: <https://www.diariodasleis.com.br/busca/exibelinck.php?numlink=1-96-15-1940-12-07-2848-CP>. Acesso em 18, Abr. 2016).

COOPER, Frederick. "Conditions analogous to Slavery. Imperialism and Free Labor Ideology in Africa". In: COOPER, Frederick; HOLT, Thomas e SCOTT, Rebecca. **Beyond Slavery**. Explorations of Race, Labor and Citizenship in Post emancipation Societies Chapel Hill. Carolina do Norte: The University of North Carolina Press, 2000.

DELGADO, Mariano "Bartolomé de Las Casas y las culturas ameríndias". In: **Anthropos** Bd. 102, H. 1. Viena: Anthropos Institut, 2007.

FERRERAS, Norberto e SECRETO, María Verónica. "Trabalho decente, trabalho escravo, trabalho forçado, trabalho forçoso, trabalho degradante, trabalho análogo à escravidão e outras categorias no Mundo do Trabalho Contemporâneo", In: FERRERAS, Norberto O. e SECRETO, María Verónica. **Os Pobres e a Política**. Rio de Janeiro: Mauad, 2013.

HOBSBAWM, Eric. "A História e as 'Satânicas Fábricas Escuras'", In: HOBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, Eric. "O artesão ambulante", In: HOBSBAWM, Eric. **Os Trabalhadores**. Estudos sobre a História do Operariado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, Eric. "O mercado de trabalho de Londres no século XIX", In: HOBSBAWM, Eric. **Mundos do Trabalho**. Novos estudos sobre a História Operária. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

KATZ, Friedrich "Condiciones de trabajo en las haciendas de México durante el porfiriato: modalidades y tendencias", In: KATZ, Friedrich (Org.). **La servidumbre agraria en México en la época porfiriana**. México: Sepsetentas, 1976.

LOOK LAI, Walton. "Contracted and indentured labourers" In: IRIVE, Akira e SAUNIER, Pierre-Yves (Eds.). **The Palgrave dictionary of Transnational History**. Nova York: Palgrave – Macmillan, 2009.

LÖWY, Michael. **A Guerra dos Deuses. Religião e política na América Latina**. Petrópolis: Editora Vozes, 2000.

MANERO SALVADOR, Ana. "La controversia de Valladolid: España y el análisis de la legitimidad de la Conquista de América", In: **Revista Electrónica Iberoamericana**, Vol. 3, n. 2. Madri: Universidad Rey Juan Carlos, Madri, 2009.

MATTOS, Hebe "Memórias do cativo: narrativa e identidade negra no antigo sudeste cafeeiro", In: LUGÃO RIOS, Ana e MATTOS, Hebe. **Memórias do Cativo. Família, trabalho e cidadania no pós-abolição**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

MEIKSINS WOOD, Ellen. "As origens agrárias do Capitalismo", In: **Crítica Marxista**, n.10. Campinas: Editora da Unicamp, 2000.

MEYER, Jean. "Haciendas y Ranchos, Peones y Campesinos en el porfiriato. Algunas falacias estadísticas", In: **Historia Mexicana**. Vol. 35, No. 3, México: El Colegio de México, 1986.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Profits and poverty: the economics of forced labour**. Geneva: ILO, 2014.

REPORTER BRASIL. **Comparação entre a nova escravidão e o antigo sistema**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/trabalho-escravo/comparacao-entre-a-nova-escravidao-e-o-antigo-sistema/>. Acesso em 18, Abr. 016.

REPÓRTER BRASIL. **Campanha da CPT contra o Trabalho Escravo. Síntese Estatística em 31/12/2013**. Disponível em: <http://reporterbrasil.org.br/wp-content/uploads/2013/01/S%C3%ADntese-estat%C3%ADstica-do-TE-2013-ATUALIZADA-em-27.03.20141.pdf>. Acesso em 20, Ago. 2015).

ROCHA, Cristiana Costa da. **A vida da lei, a lei da vida. Conflitos pela terra, família e trabalho escravo no tempo presente**. Niterói: Universidade Federal Fluminense/PPGH-UFF, 2015 (Tese de doutorado).

SÃO PAULO / PODER LEGISLATIVO. "Relatório Final da Comissão parlamentar de Inquérito. Trabalho Escravo". In: **Diário Oficial**. Suplemento. Diário da Assembleia Legislativa. Vol. 125, N. 47 " SP, Imprensa Oficial, 14/03/2015, Disponível em: <http://www.al.sp.gov.br/repositorio/arquivoWeb/com/com3042.pdf>. Acesso em 05, Jul. 2015.

SENADO FEDERAL. SUBSECRETARIA DE INFORMAÇÕES. **Decreto-Lei 2.848, de 7/12/1940. Código Penal**. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102343>. Acesso em 29, Mai. 2012.

SMITH, Adam. **An inquiry into the nature and causes of the wealth of nations**. Nova Iorque: Metalibry, 2007.

SPENER, David. "El apartheid global, el coyotaje y el discurso de la migración clandestina: distinciones entre violencia personal, estructural y cultural", In: **Migración y Desarrollo**. N. 10, Zacatecas: Red Internacional de Migración y Desarrollo, 2008.

Recebido em 24/04/2016

Aprovado em 15/05/2016

Artigos

Desigualdade até depois da morte: ensaio sobre segregação socioespacial e direito cemiterial¹

Inequality until after death: essay on sociospatial separation and right and cemeterial law

Arícia Fernandes Correia

Doutora em Direito Público, Mestre em Direito da Cidade pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Professora-Adjunta de Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e Procuradora do Município do Rio de Janeiro
aricianandes@oi.com.br

RESUMO: A segregação socioespacial sobrevive à morte: esta é a hipótese de uma análise comparativa entre os registros de sepultamentos encontrados no Cemitério dos Pretos Novos no início do século XIX e no Cemitério São João Batista, no século XXI, ambos na Cidade do Rio de Janeiro, bem como entre inumações “à flor da terra”, com as quais se sepultavam “anonimamente” os escravos recém-chegados da África, por encomenda de seus mercadores ou proprietários, nunca de suas famílias, e constituição de direitos sobre sepulcro, que, uma vez perpétuos, podem se estender por toda a linhagem de quem os constituiu, mantendo-se em família para além de sua morte. Cuida o estudo, também, de aspectos relevantes referentes ao direito funerário *in abstracto*, à titularidade do serviço pelo Município, à possibilidade administrativa de respectiva concessão e aos assim denominados direitos sobre sepulcro e, *in concreto*, à quebra do “monopólio” dos serviços funerários e cemiteriais em necrotérios públicos por parte da Santa Casa da Misericórdia, no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, depois de séculos de monopólio fático e/ou jurídico.

Palavras-chave: Segregação socioespacial, Direito Cemeterial, Concessão de Serviço Público.

ABSTRACT: *The sociospatial segregation survives death: this is the hypothesis of a comparative analysis of the burials records found in the “Cemitério dos Pretos Novos” (Black New Cemetery) in the early nineteenth century and the São João Batista Cemetery, in the twenty-first century, both in the city of Rio de Janeiro, and between burials “upon the ground”, with which it buried “anonymously” newcomers slaves from Africa, by order of their merchants or owners, not their families, and establishment of rights over the tomb, that, time perpetual, that can extend all the seed of who made them, keeping in family beyond his death. Looks after the study also for relevant aspects related to the funeral right in abstract, the ownership of the service by the municipality, the administrative possibility of the concession to private initiative and the so named rights of tomb and, in particular, to the break funeral service’s “monopoly” in public morgues by “Santa Casa da Misericórdia” (Holy House of Mercy), within the City of Rio de Janeiro, after centuries of factual and legal monopoly.*

Keywords: *Segregation sociospatial, Cemeterial right, Concession cemeterial Services.*

Apresentação

Em 28 de dezembro de 1824, a escrava Ignácia Mina, a mando do comerciante de escravos Joaquim Antônio Ferreira, foi enterrada no Cemitério dos Pretos Novos, necrotério destinado ao sepultamento dos escravos que não sobreviviam às agruras da viagem da África para o Brasil (PEREIRA, 2007, pp. 150-151)². Assim como todos os pretos novos inumados naquele cemitério, não havia túmulo no enterro de Ignácia, nem mesmo esquife, sequer uma cova rasa de sete palmos, profundidade mínima para que o corpo do defunto possa ser completamente coberto: fora enterrada à flor da terra, terra esta à qual não pertencera e com a qual o destino tratava de, misturada a outros companheiros de infortúnio, enterrá-la para sempre, da vida e da memória da cidade.

Também não havia cortejo, que dirá pompa ou circunstância, em seu enterro, tampouco familiares para chorarem sua perda ou uma lápide que a identificasse: de seu registro de morte, guardado nos Arquivos da Freguesia de Santa Rita, consta apenas o nome Ignácia e o “apelido” Mina, que não identificava sua família ou estirpe, mas apenas o local de onde viera – e para o qual, assim como milhares de negros africanos trazidos para o trabalho escravo no Brasil, morressem “novos” (recém-chegados) ou velhos e até libertos, jamais voltaria³.

Por seu enterro, foram cobrados provavelmente os mesmos 400 réis⁴ exigidos pela Santa Casa da Misericórdia de todos que fossem enterrados pela forma menos onerosa de todas⁵ e em cujo custo estava incluído o esquife e a mortalha de que, para os mortos do Cemitério dos Pretos Novos, não se encontraram vestígios, o que, por certo, tornava suas mortes precoces mais rentáveis, para alguém que não era nem o traficante, nem o importador do escravo.

Pode ser que algum vestígio de seus restos mortais tenha sido encontrado em 1996, quando, na reforma casual de uma casa no Gamboa, se descobriram ossos dos moradores do Cemitério dos Pretos Novos, junto ao Cais do Valongo⁶, cuja localização se perdera no espaço, tal qual a memória de seus sepultados se apagara da história da Cidade do Rio de Janeiro, capital de um Império escravocrata e de uma República (1889) recém-liberta da escravidão (1888), mas não da profunda diferenciação de classes entre senhores e ex-escravos, então recém-empossados de liberdade, mas entregues à própria má sorte com que foram mantidos cativos por mais de trezentos anos.

Quase duzentos anos depois, em 2014, alguém que morra na Cidade do Rio de Janeiro e que seja beneficiário – pela linhagem – de direito ao sepulcro, constituído por seu ancestral, ainda que remoto, no Cemitério São João Batista, por exemplo, área nobre da Cidade do Rio de Janeiro, deverá ser enterrado em caixão individual, após velório com as pompas e circunstâncias que sua família puder suportar, direito à lápide na qual possa, por testamento, mandar inscrever o epíteto que queira legar à humanidade e garantia de exumação somente depois de três anos de inumação, tempo, a princípio, necessário para a absorção de sua matéria pela natureza, já que a alma já terá sido, dependendo da religião, encomendada para o além...



Imagem 1 – Mapa da região portuária do Rio de Janeiro. Fonte: http://www.portomaravilha.com.br/cais_do_valongo. Acesso em 08/10/2016⁷.

Ao invés de um enterro à flor da terra, terá recebido coroas de flores.

A constituição de direito perpétuo ao sepulcro por seu ancestral custaria, oficialmente, hoje – se já celebrados os novos contratos de concessão dos cemitérios públicos da Cidade do Rio de Janeiro –, no Cemitério São Batista, o equivalente a R\$ 25.000,00⁸, mas, de forma “extracontratual”, a ocupação de pedaço de terra nobre na última morada poderá ter custado muito mais, cerca de R\$ 176.000,00⁹, de acordo com reportagem veiculada pelo Jornal O Globo, o que se apura em processo movido contra a Santa Casa da Misericórdia, ainda não concluído¹⁰, em que há acusações de venda irregular de direitos sobre sepultura e que, dentre outras razões, motivou a abertura de licitação, em 2013, para que novos concessionários viessem a disputar as respectivas gestão, manutenção, operação, exploração e expansão, divididos em dois lotes, dos 13 cemitérios públicos do Município do Rio de Janeiro, que se mantêm sob monopólio da instituição misericordiosa, de direito, por décadas, e, de fato, por séculos.

De Ignácia, enterrada no Cemitério dos Pretos Novos¹¹, no bairro da Gamboa, no Centro da Cidade, no qual jazem os pretos novos – *escravos que foram sem nunca terem sido* –, não se sabe sequer o sobrenome (PEREIRA, 2007, pp. 150-151), mas aquele que constituiu direito perpétuo ao sepulcro no Cemitério São João Batista poderá transferi-lo até o último membro

de sua linhagem; aquela fora esquecida nos fundos de um quintal que não preservara sequer a indicação histórica de ter sido um necrotério, não fossem as escavações casuais e o recente reconhecimento como sítio arqueológico pelo IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional¹² -; este poderá descansar para sempre num mausoléu de mármore de carrara, suposto cartão-postal para a riqueza da posteridade e o perdão dos pecados, como pensaram faraós e cristãos, respectivamente, ao longo da história da humanidade.

Dizem que a morte iguala a todos... Ledo engano, pelo menos no plano material. A desigualdade social permanece *post mortem*. Aliás, a mesma segregação socioespacial que se verifica no mundo da vida, na cidade, na metrópole -, acaba por se reproduzir no mundo dos mortos, nas necrópoles: mesmo quando enterrados num mesmo campo santo, enquanto aos escravos era reservada a área de fora da igreja, aos senhores era destinado o espaço interno, o mais perto o possível dos santos, que dirá a nave, praticamente no céu.

E a segregação socioespacial na última morada não se devia apenas à condição de escravo. Para os judeus, por exemplo, prostitutas e suicidas¹³ deveriam ser enterrados junto aos muros de seus cemitérios, como prova territorial da desonra *por quem foram* ou *por quem não quiseram ser* em vida ... Na Cidade do Rio de Janeiro, judias prostitutas mandaram construir um necrotério próprio, o Cemitério das Polacas¹⁴, para que pudessem ter na morte a honra que lhes teria sido negada em vida e pela qual não queriam ser condenadas, também, na eternidade.

Dedica-se este ensaio às muitas Ignácias sobre cujos corpos e almas não puderam chorar os seus, sobre cujas mortes – como a de Macabea, cujo destino pobre, banal e triste só comportava uma “hora da estrela”: a da morte estúpida por atropelamento (LISPECTOR, 1999) – ninguém guardara a memória, sobre cujas histórias se construiu um Rio de Janeiro profundamente desigual, desde que chegaram por aqui os escravos e até hoje, quando ela se mantém estampada na distribuição territorial segregadora que empurrou seus descendentes para as áreas ambientalmente mais degradadas e socialmente mais vulneráveis da cidade.

Cuidar-se-á então, na primeira parte do ensaio, de uma breve análise antropológico-jurídica acerca da segregação socioespacial do homem para depois da morte, a saber, dos corpos cadavéricos, tendo como estudos de caso o Cemitério dos Pretos Novos e respectivos registros mortuários do período de 1824 a 1830, através do livro “À Flor da Terra” (PEREIRA, 2007), e do Cemitério São João Batista e a análise de alguns dos títulos de transferência de direitos sobre sepulcro, pinçados, em pesquisa de campo, do interregno de 1969 a 2014, período marcado pela legislação carioca hoje vigente sobre direito funerário-cemiterial e durante o qual ficou, de direito e/ou de fato, sob a gestão da Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, ambos situados na Cidade do Rio de Janeiro, tomando-se como método o comparativo e, como ponto de referência normativa, as regras estabelecidas no Decreto-Lei nº 88, de 7 de agosto de 1969 e respectivas normas municipais regulamentares, em especial, o Decreto “E” nº 3.707, de 06 de fevereiro de 1970.

Na segunda parte do ensaio, será analisado, pelo método teórico-jurídico, o direito funerário-cemiterial, a titularidade dos respectivos serviços pelo Município, a possibilidade de respectiva concessão e, em relação aos usuários, *que todos somos ou seremos um dia*, a constituição dos assim denominados direitos sobre sepulcro: sua controversa natureza jurídica, atributos, destinatários e efeitos, à luz da legislação municipal em vigor e, também, *de lege ferenda* de sua nova regulação.

Por fim, na terceira e última parte, voltando ao método empírico dos estudos de caso, verificar-se-á o processo de redescoberta arqueológica e de reconhecimento como sítio arqueológico pelo IPHAN do Cemitério dos Pretos Novos e, como fontes primárias, o edital, a minuta de contrato e o processo de licitação da concessão dos 13 (treze) cemitérios públicos da Cidade do Rio de Janeiro, divididos em dois lotes, pertencendo o Cemitério São João Batista ao “Lote 2¹⁵”, cuja sessão de concorrência ocorreu no ano de 2014, com um único licitante, cuja vitória foi homologada pelo Município do Rio de Janeiro no Diário Oficial do Município de 05 de maio do mesmo ano de 2014. Verificar-se-á, então, a final, neste caso, como a desigualdade socioeconômica *post mortem* também se dá *intramuros* de um mesmo necrotério e se retrata na distribuição espacial dos corpos.

Talvez, quem sabe, no além, as almas se igualem... Mas a eternidade é longa demais para quem tem pressa. Daí o ensaio-manifesto para que a igualdade material – ou, hoje, o direito à diferença¹⁶ – seja uma quimera não só na hora e ao depois da morte, mas, principalmente, em vida.

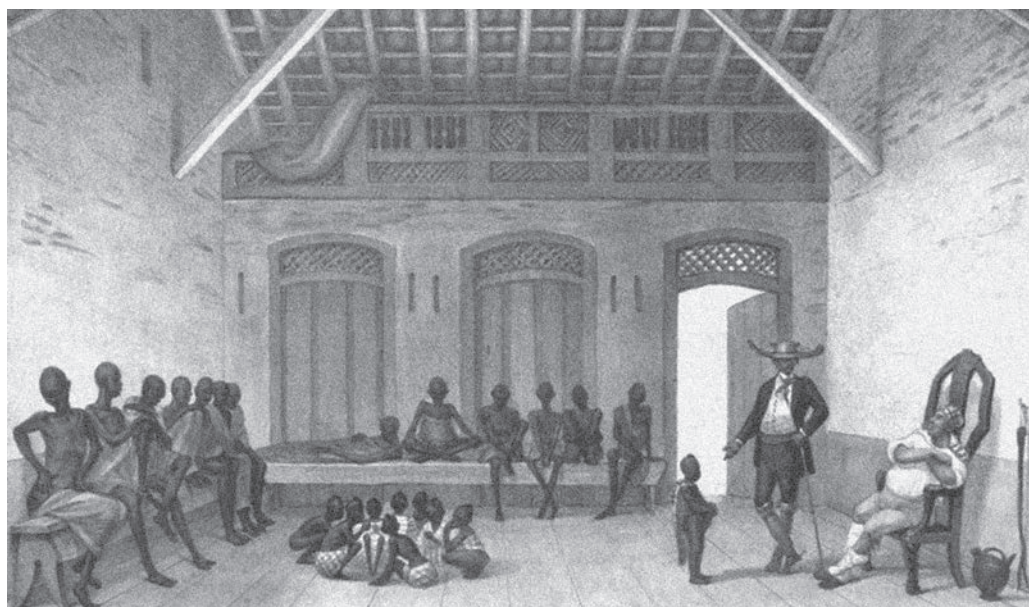


Imagem 2: **Boutique de la rue du Val-Longo** (imagem aquarelada), de Jean-Baptiste Debret (1820-1830). Acervo: Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

O artista Debret, em sua viagem pelo Brasil (DEBRET, 1993), retratou um panorama que extrapolou a simples visão de um país exótico e interessante apenas do ponto de vista da história natural. Mais do que isso, tentou criar uma obra histórica, mostrar com detalhes e minuciosos cuidados a formação - especialmente no sentido cultural - do povo e da nação brasileira, procurou resgatar particularidades do país e do povo, na tentativa de representar e preservar seu passado, não se limitando apenas a questões políticas, mas também à religião, cultura e costumes dos homens no Brasil¹⁷. A aquarela ao lado retrata justamente o Mercado de Escravos na Rua do Valongo.

Cemitério dos Pretos Novos e Cemitério São João Batista

No meio deste espaço [de 50 braças]¹⁸ havia um monte de terra da qual aqui e acolá, saíam restos de cadáveres descobertos pela chuva que tinha carregado a terra e ainda havia muitos cadáveres no chão que não tinham sido ainda enterrados (G.W. Freireyss, viajante alemão que assim descreveu o Cemitério dos Pretos Novos no ano de 1814).

Júlio César Pereira escreveu o livro “À flor da terra” (PEREIRA, 2007), que conta a história do Cemitério dos Pretos Novos no final do século XVIII e início do XIX e do contexto de sua redescoberta no final do século XX, demonstrando, mediante relatos históricos contundentes, quais teriam sido as razões de sua criação, existência e extinção, umbilicalmente ligadas ao tráfico negreiro e ao crescimento urbano da Cidade do Rio de Janeiro, estudando mais precisamente os registros mortuários do referido necrotério do período de 1824 a 1830.

A comparação da história do Cemitério dos Pretos Novos se dá em relação às normas jurídicas que amparam a existência do Cemitério São João Batista a partir de 1960, ano de instituição do Estado da Guanabara – e de mais uma das condições jurídicas assumidas pela Cidade do Rio de Janeiro (MAFARON ET ALLI, 2011)¹⁹, que já fora Capital do Império e da República – e de entrada em vigor do Decreto-Lei nº 88, que disciplina o direito funerário e cemiterial local, em vigor até os dias de hoje, em que pese a revogação tácita de muitas de suas normas pela Constituição de 1988.

O Cemitério dos Pretos Novos se destinava ao sepultamento dos pretos novos, assim denominados aqueles escravos que morriam após a chegada na Baía de Guanabara ou no período de quarentena, que funcionou, inicialmente, no Largo de Santa Rita, em pleno coração da cidade. Foi o Vice-Rei, Marquês do Lavradio, que, diante da inconveniência da localização de um mercado e de um cemitério de escravos dentro da cidade, ordenou que fossem transferidos para fora do perímetro urbano de então, dando mais um passo em direção à segregação espacial entre brancos e negros, que já se tinha por consolidada em vida, pelas condições, respectivamente, de senhores e escravos. Foi assim que o Cemitério dos Pretos Novos veio a ser transferido para o Valongo, faixa do litoral carioca que ia da Prainha à Gamboa, onde funcionou no período de 1772 a 1830²⁰.

Criado a partir do Decreto (Imperial) nº 842, de 16 de outubro de 1851, o Cemitério São João Batista foi oficialmente inaugurado em 4 de dezembro de 1852, em vasta área, tendo de frente a Rua General Polidoro, estendendo-se desde daquela frente, até as vertentes do Morro de São João, tendo na parte plana a superfície de 183.123 metros quadrados. O projeto da portaria monumental e dos gradis da parte frontal são de autoria do engenheiro Bettencourt Silva, dando conta da distinção que já se faz com a porta de entrada do Além aos que lá vão morar para sempre.

Diferentemente do Cemitério dos Pretos Novos, que se desejava “esconder” da Cidade, retirando-o do perímetro urbano, o São João Batista é um dos mais ornamentados²¹ cemitérios brasileiros, com centenas de ricos mausoléus e artísticas sepulturas, enquanto no dos Pretos Novos, os defuntos eram enterrados “à flor da terra”, sem notícia de caixão ou esquife que lhes garantissem os corpos, que dirá de sepulturas ou mausoléus que eternizassem suas memórias; ao contrário, é como se devessem ser esquecidos para sempre.

Enquanto o Cemitério dos Pretos Novos era um gueto da posteridade para os escravos que chegavam moribundos da África e que morriam logo depois de seu desembarque, no São João Batista estão as criptas dos soldados brasileiros mortos durante a Primeira Guerra Mundial, dos aviadores do Brasil, dos marinheiros do Encouraçado São Paulo mortos durante a Revolução de 1924, dos veteranos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e dos membros da Academia Brasileira de Letras, entre os quais, o pertencente à cadeira nº 1, Machado de Assis, que, embora mulato, só podia ser retratado como branco. Nas palavras mesmo de um abolicionista, e dos grandes, como Joaquim Nabuco, “O Machado para mim era um branco e creio que por tal se tomava (...)” (GOMES, 2013, p. 228).

Desde a fundação, o Cemitério dos Pretos Novos foi administrado pela Freguesia de Santa Rita, ou seja, deveriam ser enterrados de acordo com os ditames cristãos, pelo menos, em tese. Para Cruels (*Apud* PEREIRA, 2007, p. 37), todavia, era um cemitério “clandestino”: mais ou menos clandestino, porque os enterros eram à flor da terra, sem que lhes fossem prévias as cerimônias fúnebres e, quando abertas covas coletivas, mediante uma tal “ordenação espacial” – os corpos eram enterrados estendidos em sentido contrário, de forma que os pés de uns se emaranhavam nas cabeças dos outros – que permitisse caber o maior número possível de cadáveres (PEREIRA, 2007, p. 59).

Para o São João Batista, assim como para os demais cemitérios públicos da Cidade, há uma tabela de tarifas para os serviços funerários e cemiteriais, fixada por ato normativo municipal, que inclui desde a ornamentação da sala de velório até a escolha do caixão mais sofisticado, tudo de acordo com a capacidade econômica do morto ou de sua família, enquanto os pretos novos eram enterrados “envoltos e amarrados em esteiras” (PEREIRA, 2007, p. 11).

Em 1828, mais de dois mil pretos novos teriam sido enterrados no Valongo, segundo registros do Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita (de 1824 a 1830), encontrado na

Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro, que serviram de base à obra citada, sendo que o cemitério ocupava um espaço correspondente a um campo de futebol (PEREIRA, 2007, p. 86). Por ano, costuma-se enterrar uma média de 659 corpos humanos no Cemitério São João Batista, distribuídos por um terreno muitas vezes maior²². Parte dos livros de óbitos do Cemitério São João Batista se encontram hoje (ainda) acautelados no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro²³.

A extinção do Cemitério dos Pretos Novos teria ocorrido por dois fatores: 1) de ordem política: a proibição do tráfico negreiro e 2) de natureza ambiental²⁴. Neste caso, havia as preocupações sanitárias dos governantes, pressionados pelos moradores do entorno da necrópole, incomodados e preocupados com o cheiro fétido de corpos cadavéricos em decomposição praticamente a céu aberto.

O Cemitério São João Batista, em que pese a edição da Resolução CONAMA nº 335, de 3 de abril de 2003, e alterações²⁵, que disciplina o licenciamento ambiental de cemitérios, até hoje não obteve, por omissão da então concessionária do serviço, a mesma Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, a devida licença ambiental.

Direito Funerário e Cemiterial

Sim, pois não foi decisão de Zeus; e a Justiça, a deusa que habita com as divindades subterrâneas, jamais estabeleceu tal decreto entre os humanos; tampouco acredito que tua proclamação tenha legitimidade para conferir a um mortal o poder de infringir as leis divinas, nunca escritas, porém irrevogáveis; não existem a partir de ontem, ou de hoje; são eternas, sim! E ninguém pode dizer desde quando vigoram! [Antígona, defendendo o direito de sepultar seu irmão] (SÓFOCLES, 2001, pp. 235-236)

a) Conceito, Atributos, Natureza, Competência

Os direitos funerário e cemiterial cuidam de todos os atos, jurídicos e materiais, que dizem respeito ao tratamento dos mortos, desde a atestação do óbito até a exumação dos restos mortais e, também, à guarda de seus despojos em caráter (em tese) perpétuo. Eles cobrem, dentre outros atos, a atestação do óbito, a autópsia do cadáver, o embalsamamento do morto, o velório do defunto e os serviços que lhe sejam acessórios, o traslado do corpo, acompanhado do fornecimento do caixão, o sepultamento ou cremação, a manutenção da cripta e do necrotério. Na definição de Hely Lopes Meirelles (1996, p. 322), “o serviço funerário é de competência municipal, por dizer respeito à atividade de precípua interesse local, qual seja, a confecção de caixões, a organização de velório, o transporte de cadáveres e a administração de cemitérios”.

Todos os atos relativos ao direito funerário e cemiterial têm por fundamento axiológico a garantia da dignidade da celebração da morte, de forma que é direito fundamental, não só

para o homem, como para a humanidade, ter uma morte (neste caso, morte com a conotação de sepultamento) digna²⁶ – ou, no mínimo, não ter seu corpo cadavérico insepulto por tempo superior ao do estágio avançado de sua decomposição, não ter sua morte discriminada em razão de sexo, idade, raça, religião ou cor, não ter seu corpo ou túmulo vilipendiados²⁷. O sepultamento digno é fundamental e ínsito à dignidade da pessoa humana, a qual não se esgota em vida, senão para efeitos patrimoniais, mas se projeta para além da morte: para a incolumidade do corpo cadavérico e para o direito ao sepultamento não discriminatório, sem falar em outros direitos extrapatrimoniais.

Neste sentido, se o enterro em cova rasa já podia ser considerado pouco digno – o que virá de ser modificado com a próxima regulação do serviço no âmbito do Município do Rio de Janeiro²⁸ –, que dirá aquele feito “à flor da terra”.

Mas antes de se retornar aos casos concretos em estudo, mister avançar na análise abstrata da natureza, atributos e competência para legislar e administrar matéria concernente aos direitos funerário e cemiterial: no âmbito das normas gerais federais/nacionais e no que diz respeito à legislação municipal carioca.

b) Concessão dos Serviços Públicos Funerários e Cemiteriais: na Legislação Federal/Nacional e na Legislação Carioca

Os serviços funerários e cemiteriais pertencem efetivamente à competência dos Municípios, em função da tarefa que a Constituição lhes confere para que prestem os serviços públicos de interesse local, bem como para que legislem acerca de matérias de idêntico raio de incidência, conforme já teve oportunidade de se manifestar o próprio Supremo Tribunal Federal, sendo possível conferir pela transcrição da ementa do respectivo acórdão:

CONSTITUCIONAL. MUNICÍPIO. SERVIÇO FUNERÁRIO. C.F., art. 30, V. I. - Os serviços funerários constituem serviços municipais, dado que dizem respeito com necessidades imediatas do Município. C.F., art. 30, V. II. - Ação direta de inconstitucionalidade julgada procedente. (ADI 1221 / RJ - Relator(a): Min. CARLOS VELLOSO - Julgamento: 09/10/2003 - Órgão Julgador: Tribunal Pleno)

Sendo públicos, os serviços funerários e cemiteriais, à luz do artigo 175 da Constituição, podem ser prestados de forma direta, pelo próprio Ente Público que os titulariza, ou de forma indireta, por intermédio de concessionários dos serviços, escolhidos mediante concorrência pública²⁹.

Note-se que, muito embora ao concessionário deva ser concedido o uso do necrotério público que irá administrar, a concessão de uso do imóvel público, neste caso, será instrumental à prestação do serviço funerário e cemiterial, sendo, portanto, não uma concessão de uso de bem público *tout court*, mas uma concessão de serviço público que a engloba. É este o magistério de Aragão (2012, p. 401) – da possibilidade de contratos que envolvam a concessão de bens públicos serem caracterizados como contratos de concessão

de serviços – para serviços que nem se consideram serviços públicos propriamente ditos, que dirá quando o são, como no caso dos cemiteriais:

Há dificuldades quanto à exata caracterização de alguns contratos complexos celebrados com a Administração envolvendo, além da prestação de serviço, a realização de obra pública e a utilização de bens públicos (...).

Tradicionalmente, considera-se ser essencial à conceituação de determinado contrato como concessão de serviço público que a atividade dele objeto seja reservada ao Estado; que o particular só possa explorá-la mediante a concessão, mas, nos casos acima, a atividade em si (estacionamento, teatro, etc.) não é exclusiva do Estado. O que é exclusivo do Estado é a possibilidade de elas serem exploradas em bem público.

Observe-se, outrossim, que a concessão dos serviços funerários e cemiteriais poderá ser do tipo comum, regrada pela Lei Federal nº 8.987/1995 – quando os serviços puderem ser remunerados ao concessionário mediante a só cobrança de tarifas aos usuários – ou especial, disciplinada pela Lei das Parcerias Público-Privadas (Lei Federal nº 11.079/2004): 1) patrocinada, quando àquelas tarifas custeadas pelos usuários diretos (antes da morte) ou indiretos (seus familiares, depois do óbito) devam ser somadas contraprestações pecuniárias do próprio Poder Público Municipal; ou 2) administrativa, quando ao concessionário couber, além da prestação do serviço de que o Poder Público será usuário indireto – porquanto lhe caiba prover ao serviço em cemitérios públicos –, a construção do necrotério ou o fornecimento de suas instalações por exemplo.

Neste caso, como a morte é um evento “líquido e certo”, se não quanto ao momento, quanto à sua inescapável chegada, presume-se que os serviços funerários e cemiteriais de uma cidade sejam autossustentáveis, mas, como há um direito fundamental a não se ter o corpo cadavérico insepulto (numa atípica hipótese de direito fundamental sem titular de direito, porquanto este esteja morto), pode-se conjecturar da necessidade de “patrocínio” do serviço, como no caso de uma cidade pequena e demograficamente jovem ou mesmo da prestação do mesmo acoplada à construção do cemitério em si, para um Município recém emancipado, por exemplo, que não disponha de um necrotério, hipóteses em que as parcerias público-privadas patrocinadas e administrativas, respectivamente, fariam, em tese, sentido.

No âmbito do Município do Rio de Janeiro, no qual se localizam os cemitérios que constituem estudos de caso deste ensaio, a Lei Orgânica já define os serviços funerários e cemiteriais como públicos³⁰, tornando-se, assim, dispensável lei autorizativa específica, quer para sua regulação (até porque ela já existe: trata-se do Decreto-Lei nº 88/1969), quer para sua delegação a terceiros.

Com efeito, no campo da legislação ordinária, o Decreto-Lei nº 88/1969, promulgado quando o Rio de Janeiro era Estado da Guanabara, veio a ser recepcionado, depois da fusão³¹ deste com o do Rio de Janeiro – e o retorno do Rio de Janeiro à condição de Capital – como lei ordinária municipal, a qual, por sua vez, também deve ser interpretada à luz da

Constituição. Segundo Barroso (2005, p. 509), “a partir da passagem da Constituição para o centro, passou ela a funcionar como a lente, o filtro através do qual se deve olhar para o Direito de uma maneira geral³²”.

Neste sentido, não teria sido recepcionada, pelo princípio da isonomia, a restrição da condição de concessionários de serviços funerários e cemiteriais a entidades religiosas, prevalecendo, no Estado Brasileiro, sua posição de laico e de garantidor da liberdade, de religião e de livre iniciativa.

Também da Lei Municipal nº 37/1998, que trata da concessão dos serviços públicos municipais, constam normas a serem observadas pelo Município e pelo concessionário do serviço, sem falar nos direitos dos respectivos usuários. Na ordem infra-legal, o Regulamento que disciplina a legislação funerária e cemiterial carioca é o Decreto de nº 3.707/1970, complementado por regulamentos que disciplinam questões específicas³³.

Não há legislação federal que trate dos serviços cemiteriais e funerários em âmbito nacional, salvo em matéria ambiental, ficando em geral a cargo de cada municipalidade, que legisla sobre assuntos de interesse local, nos termos do art. 30, inciso I, da Lei Maior.

A concessão deve ser outorgada através de licitação, na modalidade de concorrência, em atendimento aos artigos 30, inciso V c/c art. 175 da Constituição da República e nos termos da legislação federal e municipal pertinentes, especialmente as Leis Federais nº 8.987/95 e nº 8.666/93, esta última, apenas subsidiariamente. No caso do Município do Rio de Janeiro ainda cabe citar o art. 30, inciso VI, alínea “c” da Lei Orgânica do Município, que qualifica como serviços públicos municipais os funerários, a Lei Complementar Municipal nº 37/98, que regulamenta a delegação dos serviços públicos mediante concessão e permissão, e o Decreto-Lei nº 88/1969, que regulamenta a prestação dos serviços cemiteriais e funerários na Municipalidade.

c) Morte, Direito a ser Sepultado e Direitos sobre Sepulcro

De acordo com Philippe Ariès (*apud* SILVA, 2000, pp. 334-336)³⁴, a história da morte pode ser identificada em quatro fases: a “morte domada”, a “morte de si mesmo”, a “morte dos outros” e a “morte interdita”.

O momento de “celebração” da transposição do mundo dos vivos ao dos mortos continua sendo um rito de passagem da Humanidade; para alguns, em especial, deve se dar de forma que a família possa permanecer “unida” mesmo depois de morta. São estes que adquirem direitos sobre sepulcro. A todos, porém, ainda que sejam enterrados sós ou até como indigentes, deve ser concedida uma inumação com dignidade, ainda que não tenham adquirido direitos sobre sepulcro em vida ou que não possam ter seu jazigo comprado pela respectiva família.

O direito fundamental a ser sepultado de forma digna – ou a não se ter o corpo cadavérico insepulto –, portanto, pertence a todos, indistintamente, de forma que é dado ao

Estado prover à inumação dos indigentes, por exemplo. Não se confunde tal direito, todavia, com o assim denominado “direito sobre sepulcro”: aquele que se constitui sobre o sepulcro em si – aqui entendida a sepultura como espaço individualizável, destinado a sepultamentos –, seja pelo respectivo titular, em vida, seja por seus herdeiros que o recebam *mortis causa* ou por terceiros especificamente designados para este fim.

Na escorreita observação de Derbly:

O direito de ser sepultado é conferido a todos de forma geral e abstrata. (...)

Logo, temos duas acepções de sepultura: a primeira, diz respeito ao direito pessoalíssimo de ser sepultado quando do acontecimento MORTE, neste caso, seu conceito é mais afinado ao conceito genérico de sepultura; a segunda, qual seja, a de que a sepultura representa o local ou a construção onde o morto “irá descansar”.

Portanto, temos claramente que o direito de ser sepultado não se imiscui com o direito à sepultura, pois, são direitos diversos e com tratamentos distintos³⁵.

A doutrina não se alinha, porém, quanto a qual seja a natureza jurídica do *jus sepulcri*, podendo ser encontrada uma infinidade de teorias que o qualificam sob as mais diversas roupagens, conforme se verifica na obra monumental de Justino Silva (2000), intitulada *Tratado de Direito Funerário*³⁶.

Inicialmente, como bem destaca Justino Silva (2000), procura-se investigar a natureza jurídica do direito sobre sepultura – direito de sepultar e de manter sepultado, que é conferido à pessoa física (e seus sucessores), transmissível *mortis causa*, por força de negócio jurídico celebrado com o concessionário do serviço cemiterial - de que se é titular: este titular pode ser o próprio a dela fazer uso, caso obviamente a tenha adquirido quando ainda vivo, ou seus herdeiros e sucessores, após a morte de quem adquiriu o direito (originário) sobre a sepultura.

Ainda de acordo com o referido autor, há duas realidades: a sepultura (em sentido lato), como local ou construção para o descanso do morto, que é bem público, inalienável, imprescritível, impenhorável e, de outro lado, o *jus sepulchri*, isto é o direito que alguém tem sobre esses bens. “Insistimos: temos duas realidades – uma é a sepultura (sepultura ou sepulcro) e a outra é o direito que se tem sobre ela”.

(...) Pontes de Miranda (*apud* SILVA, Tomo II, 2000, p. 20)³⁷, como não poderia deixar de ser de outra forma, também notou que havia esta distinção: ‘Os cemitérios públicos são impenhoráveis, porém não o *ius sepulchri*, quer se trate de direito de tumulação em sepulcro de família, quer em pedaço de terra de destinação sepulcral individual’.

Observe-se, outrossim, que o direito ao uso sobre sepultura difere se esta estiver localizada em cemitério privado, pertencente a particular, ou público, integrante de patrimônio de Ente Público. Relativamente aos cemitérios privados, o tema dos direitos sobre sepulcro pertence ao Direito Civil, na medida em que seu funcionamento, face à natureza do serviço ali realizado, está sujeito à permissão por parte da entidade pública³⁸, no caso,

a Municipalidade, que regulamenta, disciplina e fiscaliza sua instalação e funcionamento regular³⁹, mas não altera a natureza e a titularidade do domínio do bem, que continua privado, embora sujeito às limitações decorrentes do poder de polícia administrativa. Tais cemitérios poderão ter caráter secular ou religioso⁴⁰.

Eduardo Henrique de Oliveira Yoshikaua⁴¹ aborda o tema, e, discordando daqueles que veem semelhança entre o direito de sepultar em cemitério público e privado, constata, em síntese, relativamente ao segundo,

(...) que o *jus sepulchri*, o qual consiste, basicamente, no direito de sepultar e de manter sepultados restos mortais, em se tratando de cemitérios particulares, pode resultar de enfiteuse ou superfície (conforme seja anterior ou posterior ao Código Civil vigente o negócio jurídico que lhe deu origem), concessão de uso (DL 271/67), locação ou comodato, eis que neles se encontra o conteúdo essencial do direito à sepultura (uso de bem imóvel e possibilidade de transmissão *mortis causa*, que se distinguem quanto à onerosidade, ao prazo de duração e à natureza real ou pessoal do direito, o que deverá ser verificado pelo intérprete no exame de cada caso concreto).

No entanto, interessa aqui o estudo do tema relativo aos direitos sobre sepulcro, especialmente a jazigos localizados em cemitérios públicos, afeto ao Direito Administrativo⁴². Diz-se público o cemitério quando instalado em terreno público, sendo administrado diretamente pelo Município ou explorado por terceiros através de contrato de concessão. Tais cemitérios terão, obrigatoriamente, caráter secular, em face da natureza laica do Estado brasileiro.

Bem, os cemitérios públicos são classificados, de forma unânime pelos administrativistas, como bens públicos de uso especial. Confira-se a jurisprudência a este propósito:

CEMITÉRIO. MUNICIPAL. CONCESSÃO. USO. BEM PÚBLICO. MAJORAÇÃO. TAXA. **O cemitério municipal é bem público de uso especial. Assim, é o Poder Público que detém a propriedade de túmulos. O seu uso é concedido ao administrado. Logo incidem as regras de Direito Administrativo. Deve-se admitir a preponderância do interesse da Administração Pública sobre o do particular.** Dele resulta a possibilidade da majoração dos valores cobrados pela utilização do bem público, bem como alterar as cláusulas regulamentares da concessão. Impedir a elevação da taxa anual de manutenção poderia tornar inviável o funcionamento do cemitério, na espécie. Assim, a Turma deu provimento ao recurso. (STJ, Informativo nº 324, REsp 747.871-RS, Rel. Min. Eliana Calmon, julgado em 21/6/2007 – grifos nossos)

ADMINISTRATIVO. CEMITÉRIO PÚBLICO. JAZIGO PERPÉTUO. Município de Petrópolis. **Concessão de uso de bem público.** Legitimidade da autora. Indeferimento de prova testemunhal. Inércia da apelante que não recorreu desta decisão. Preclusão temporal. Morte do concessionário. Inexistência de processo de inventário. Transferência da titularidade aos descendentes. Matéria regulada pelo Código de Posturas daquele Município. Netos do concessionário que podem autorizar inumação de cadáver na sepultura da família. Preliminares rejeitadas. Decisão reformada. Invertida a sucumbência. Apelação provida. (TJRJ, Des. Bernardo Moreira Garcez

Neto - Julgamento: 27/07/2011 – Décima Câmara Cível 0038587-82.2008.8.19.0042 – grifos nossos)

JAZIGO. TRANSFERENCIA DE TITULARIDADE. ALVARA DE AUTORIZAÇÃO. CONCESSÃO DE USO. POSSIBILIDADE. Apelação Cível. “Jus sepulchri”. Requerimento de alvará para transferência de titularidade de jazigo. **O direito a jazigo perpétuo constitui concessão de direito real de uso, sob administração do concedente. No âmbito do direito administrativo, reconhece-se e consagra-se o direito à perpetuação da sepultura, não propriamente como direito real, mas como concessão, figura contratual pela qual a Administração, direta ou delegada,** compromete-se a manter o jazigo afetado à utilização que lhe é inerente, por prazo certo ou indeterminado, de acordo com as cláusulas estabelecidas. Assim sendo, os cemitérios estão submetidos ao regime jurídico de direito público, que consagra a faculdade jurídica de perpetuação da sepultura, não como direito real, mas como concessão, figura contratual pela qual a Administração direta ou delegada compromete-se a manter o jazigo afetado à utilização que lhe é inerente, resultando daí a impossibilidade de formalização de ato de alienação de “jus sepulchri” à revelia do Serviço Funerário, afigurando-se ainda essa espécie de bem insuscetível de avaliação e inventário. Provimento do apelo. (TJRJ. Des. Edson Vasconcelos - Julgamento: 23/11/2005 – Décima Sétima Câmara Cível. 0008091-90.2004.8.19.0210 (2005.001.31568) – grifos nossos)

A natureza jurídica da sepultura em imóveis públicos não se confunde, todavia, com a dos direitos que se constituem sobre sepulcros ou *jus sepulchri*. Para estes, Justino Silva (2000) cataloga, conforme já se observou antes, mais de trinta naturezas jurídicas diferentes, que estão inseridas em dois grandes grupos, a saber: 1) teorias civilistas sobre sepulturas perpétuas, que se subdividem em: a) teorias realistas, b) direito da sepultura como direito pessoal, c) teorias mistas ou ecléticas e d) teorias do direito fundacional e 2) teorias publicistas sobre sepulturas perpétuas: a) teoria da conciliação de uso exclusivo com polícia, b) teoria publicista realista, c) teoria do direito real administrativo, d) teoria da concessão administrativa de uso, e) teoria do serviço público, f) teoria da concessão do direito de uso administrativo, g) uso especial, h) superfície e i) enfiteuse.

A jurisprudência a respeito do tema também é claudicante, ora tratando-o como direito real de uso, ora como direito pessoal, na modalidade de concessão de uso, corrente esta que se pode entender como majoritária – muito embora com divergências acerca da natureza do sepulcro em si –, num levantamento jurisprudencial adstrito aos julgados do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, circunscrição a que eventuais lides decorrentes das relações jurídicas que exsurtem dos serviços funerários e cemiteriais prestados no âmbito dos cemitérios, ora objeto de estudo se põem⁴³. Confram-se alguns julgados:

APELAÇÃO CÍVEL. JUS SEPULCHRI. JAZIGO PERPÉTUO. ESBULHO. REINTEGRAÇÃO DE POSSE. ADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA. SENTENÇA NULA. CAUSA MADURA. INADIMPLÊNCIA VINTENÁRIA. NÃO COMPROVAÇÃO.

A posse é situação fática protegida pelo ordenamento jurídico. Trata-se de relação estabelecida entre pessoa e coisa, fundada na vontade do possuidor, criando mera relação de fato. Teoria Objetiva da Posse. 2. O ordenamento jurídico brasileiro prevê medidas protetivas específicas à tutela da posse, entre elas a ação de reintegração de posse. 3. O juízo de primeiro grau, considerando inadequada a via eleita, extinguiu o feito sem resolução de mérito. A sentença reclama anulação, porque as ações possessórias são instrumentos adequados à proteção da posse exercida pelo concessionário do direito real de uso perpétuo de sepulturas. Doutrina. 4. Ao contrário do entendimento do Juiz de piso, não se poderia exigir do autor a utilização pessoal da sepultura, sobretudo porque ainda vive. Entretanto, no local guarda os restos mortais de seus parentes, in casu, sua sogra, a caracterizar, ainda mais, a posse por ele exercida sobre o sepulcro. 5. A jurisprudência pátria admite a proteção do uso de sepulturas através do manejo das ações possessórias. Precedentes. 6. (...). 7. O demandante logrou comprovar que pagou as contribuições para manutenção do cemitério até o ano de 1990, razão pela qual, na ocasião da retomada do sepulcro, em 2008, ele encontrava-se inadimplente por 18 (dezoito) anos, e não 23 (vinte e três), conforme afirmado pela ré. 8. Irregular, portanto, a declaração de caducidade do **direito de uso** do autor, que somente ocorreria após vinte anos de inadimplência, nos termos do item VIII do contrato firmado entre as partes (fls. 33) e do art. 138, §4º do Decreto Municipal nº 3.707/70, devendo ser ele reintegrado na posse do carneiro. 9. A procedência do pedido, aliada ao perigo de dano irreparável, consistente na remoção desautorizada dos despojos da sogra do autor e na concessão de uso do sepulcro a outrem, impõe o restabelecimento da decisão que antecipou os efeitos da tutela, nos termos do art. 273, I, da Lei de Ritos. 10. Provimento do apelo, com o restabelecimento da antecipação dos efeitos da tutela pretendida. (Processo n. 0000965-60.2011.8.19.02.04 - Apelação - Des. Jose Carlos Paes - Julgamento: 05/12/2012 - Decima Quarta Câmara Cível – grifos nossos)

CONCESSÃO DO USO DE JAZIGO. TRANSFERÊNCIA PARA TERCEIROS. IMPOSSIBILIDADE. A sentença julgou improcedente o pedido sob o fundamento de que ao cemitério é concedida apenas a utilização do jazigo, não exercendo o concessionário posse do sepulcro. Este bem tem natureza extra commercium, logo fica afetado ao uso especial de sepultamento, não se consolidando os atributos dominiais de gozo e fruição. Se os cemitérios estão submetidos ao regime jurídico de direito público, o qual consagra a faculdade jurídica de perpetuação da sepultura como **concessão**, há a impossibilidade de formalizar o ato de alienação sem a aquiescência do Serviço Funerário, ora primeiro réu. **RECURSOS CONHECIDOS E DESPROVIDOS.**

(Processo n. 0073927-84.2006.8.19.0001 (2007.001.14757) – Apelação - Des. Ferdinando do Nascimento - Julgamento: 24/04/2007 - Décima Nona Câmara Cível – grifos nossos)

Com efeito, no caso dos cemitérios públicos, o Ente Público é, a rigor, o titular da propriedade (sepulcro), cujo atributo do uso passa a ser concedido ao delegatário do serviço, porquanto a concessão de uso do imóvel público seja instrumental à concessão dos serviços cemitieriais e dos funerários a eles correlatos, de forma que a constituição de “direitos sobre sepulcro”, nas relações jurídicas havidas entre concessionários e permissionários de serviços

públicos cemiteriais e respectivos usuários, rege-se, a princípio, pelo direito privado, em parte derogada, no caso de respectivo exercício em necrotérios públicos, pela circunstância de a natureza do imóvel (cemitério) ser pública, mas deve, sempre, sobre qualquer bem, merecer a regulação e a fiscalização mortuária devidas por parte do respectivo ente delegante.

Para Yoshikawa, a natureza jurídica que melhor se amoldaria à espécie seria a de concessão de direito real de uso de bem público⁴⁴, porquanto se trate de exercício do atributo do uso, por terceiro, sobre bem imóvel público de uso especial (o cemitério público), regido pela legislação imobiliária administrativa e decorrente de uma concessão do serviço cemiterial, de que a concessão de uso do imóvel é acessória⁴⁵.

Trata-se, todavia, em regra, pelas razões logo acima apontadas, como concessão de uso *tout court*, que corresponde ao “contrato administrativo pelo qual a Administração faculta ao particular a utilização privativa de bem público, para que a exerça conforme a sua destinação. Sua natureza é de contrato de direito público, sinalagmático, oneroso ou gratuito, comutativo e realizado *intuitu personae*” (DI PIETRO, 2001, p. 555). E, dando como exemplo os sepulcros, a autora explica:

Elemento fundamental na concessão de uso é o relativo à finalidade. Ficou expresso no seu conceito que o uso tem que ser feito de acordo com a destinação do bem. No caso de bens destinados à utilização privativa, o uso tem que atender a essa destinação; é o caso, por exemplo, de bens de uso especial, como os mercados e **cemitérios**, parcialmente afeados ao uso privativo, dos bens destinados à ocupação por concessionários de serviços públicos (...) (DI PIETRO, 2001, p. 555)⁴⁶

Dáí se verifica que a constituição de direitos sobre sepulcro deverá ser analisada à luz da respectiva disciplina legal, seja a específica, cemiterial, seja a administrativa, que diz com a gestão dos bens públicos, seja a civil, que cuida das relações travadas entre o concessionário do serviço cemiterial – e do uso do próprio cemitério – e aquele para quem se estipula a “subconcessão” de uso de parte “individualizável” do imóvel público.

No âmbito do Município do Rio de Janeiro, a constituição de direitos sobre sepulcro se encontra disciplinada no Decreto-Lei nº 88/1969 e no Decreto E nº 3.707/1970, cujos artigos assim dispõem:

Art. 4º Os titulares de direito sobre as sepulturas ficam sujeitos à disciplina legal e regulamentar referente à decência, segurança e salubridade aplicável às construções funerárias. (...)

Art. 7º Não se admitirá a existência de mais de um titular de direitos sobre cada sepultura.

Art. 8º A sepultura cujo titular de direitos seja pessoa física destinar-se-á ao sepultamento dos cadáveres deste e das pessoas por ele indicadas a qualquer tempo; no caso de falecimento do titular, aquele a quem, por disposição legal ou testamentária, for transferido o direito sobre a sepultura, suceder-lhe-á na titularidade, podendo, após comunicação e comprovação da transferência “causa mortis” perante a

administração do cemitério, ratificar ou alterar, da mesma forma que o titular original, a designação das pessoas cujo sepultamento nela poderá ocorrer.

Art. 112. - Em cada sepultura só se enterrará um cadáver de cada vez em cada divisão, salvo o do recém-nascido com o de sua mãe.

Observe-se que, de acordo com tal disciplina legal, o direito sobre sepulcro, constituído por um titular em vida, equivale à aquisição, sob condição suspensiva – embora *mors omnia solvit* (...) – do direito de uso da sepultura, por si ou pelos seus herdeiros, legais ou testamentários, que o recebem por transmissão *mortis causa*, numa espécie de “legado cemiterial”. A norma também prescreve que, após a transferência do direito sobre sepulcro, que só se consumará para valer em face de terceiros, com a notificação da administração do cemitério (o Município ou o delegatário do serviço cemiterial), o novo titular poderá ratificar ou alterar, da mesma forma que o titular original, a designação das pessoas cujo sepultamento nele poderá ocorrer, de forma que, no silêncio dos novos titulares, o direito vá se transmitindo automaticamente de geração a geração, o que caracterizaria a respectiva perpetuidade.

Neste sentido, pode-se conceber que, além da hipótese normativa expressa de perda do direito sobre sepulcro por abandono (falta de manutenção da sepultura)⁴⁷, o fim de uma linhagem resolva definitivamente o direito a favor do ente público ou do delegatário do serviço, se delegação houver, ainda que na condição de bem reversível. Por outro lado, enquanto houver herdeiros, certo é que, na medida como hoje disciplinado o direito sepulcral local, poderá o direito ser objeto de sucessivas transmissões/cessões.

Estudos de Caso: Concessão dos Serviços do Cemitério São João Batista e o reconhecimento do Cemitério dos Pretos Novos como sítio arqueológico

a) Concessão dos Serviços do Cemitério São João Batista

Depois de um contrato de concessão, firmado entre o Município do Rio de Janeiro e a Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro, para a prestação de serviços cemiteriais e funerários nos (treze) cemitérios públicos desta Municipalidade, cuja vigência teve início em 1979 e – após dois Termos Aditivos de prorrogação – expirou em 30 de outubro de 2009, houve dois procedimentos licitatórios: um, que veio a ser anulado pelo Judiciário⁴⁸ e outro, iniciado em 2013⁴⁹, cuja licitação ocorreu no ano de 2014 e na qual se dividiram os cemitérios públicos em dois Lotes, integrando o Cemitério São João Batista o Lote 1, para o qual somente se apresentou um licitante, que se sagrou vencedor, tendo sido o resultado da licitação em relação a este já homologado⁵⁰.

Mantida a constituição de direitos sobre sepulcro e regulamentadas de forma mais minudente as hipóteses de respectiva extinção, a tarifa dos assim denominados direitos

perpétuos sobre sepulcro é de R\$ 25.000,00⁵¹, que corresponde a 34,5 salários-mínimos (cálculo feito em 2014, momento de realização desta pesquisa) e, portanto, acessível apenas àqueles que possam prestar homenagens aos seus na hora da morte sem que comprometam as despesas dos demais em vida. Para as antigas covas rasas, doravante substituídas por jazigos sociais, a tarifa pelos serviços básicos de “aluguel” (*rectius*, concessão de uso) é da ordem de R\$ 100,00⁵².

Saliente-se, por fim, que também no âmbito do próprio cemitério São João Batista prevalece o reflexo da diferenciação socioeconômica dos mortos sobre o espaço cemiterial: enquanto aos titulares de direitos sobre sepulcro em mausoléus, por exemplo, podem ser reservadas relíquias arquitetônicas do neoclássico, passando pelo eclético, pelo neogótico e pelo *art déco*⁵³, para os indigentes ficava reservada uma faixa lateral do cemitério, na qual seus corpos eram inumados.

b) Reconhecimento do Cemitério dos Pretos Novos como sítio arqueológico

Desaparecido nas brumas do tempo, o Cemitério dos Pretos Mortos veio a ser “redescoberto” acidentalmente no ano de 1996. É o que relata Laurentino Gomes:

Em 1996, a história do Valongo emergiu do subsolo de forma abrupta. Um casal de moradores da Rua Pedro Ernesto, 36, no bairro do Gamboa, decidiu fazer reformas na sua casa, construída no início do século XVIII. Durante as escavações, achou em meio ao entulho centenas de fragmentos de ossos misturados a cacos de cerâmica e vidro. Eram os vestígios do até então desconhecido cemitério dos Pretos Novos. Ali, duzentos anos atrás, se enterravam os escravos recém-chegados da África e mortos antes de serem vendidos. Até o começo de 2007, os arqueólogos haviam reunido 5563 fragmentos de ossos. Pertenciam a 28 corpos de jovens do sexo masculino, com idades entre 18 e 25 anos. Todos eles apresentavam sinais de cremação. O motivo é óbvio: no Rio de Janeiro de Dom João VI só os brancos tinham o privilégio de ser sepultados em igrejas, próximos de Deus e do paraíso celeste, segundo se acreditava na época. Os escravos eram jogados em terrenos baldios ou valas comuns, nas quais se atirava fogo e, depois, uma camada de sal (GOMES, 2007, p. 209).

A região da Gamboa era conhecida em meados do século XIX como a Pequena África, em virtude de abrigar a segunda maior concentração de africanos fora da África. Instalado no bairro carioca, o antigo Cemitério dos Escravos do Valongo era o local de depósito dos restos mortais de milhares de pessoas trazidas à força de suas terras de origem para servir como escravos no Brasil.

Embora muitos óbitos acontecessem no processo de exploração do trabalho, a maioria dos mortos enterrados na Gamboa eram recém-chegados ao Rio, que muitas vezes faleciam já no período de quarentena no porto. Estima-se que pelo menos 6 mil cativos foram sepultados em valas na referida necrópole (PEREIRA, 2007, p. 10).

Hoje o local faz parte de um roteiro turístico que tenta resgatar essa triste parte da história da Cidade, para que o homem, dela não se esquecendo, nunca mais a repita.

Conclusões

Macabéa me matou.

Ela estava enfim livre de si e de nós. Não vos assusteis, morrer é um instante, passa logo, eu sei porque acabo de morrer com a moça. Desculpai-me esta morte. É que não pude evitá-la, a gente aceita tudo porque já beijou a parede. Mas eis que de repente sinto o meu último esgar de revolta e uivo: o morticínio dos pombos!!! Viver é luxo.

Pronto, passou.

Morta, os sinos badalavam, mas sem que seus bronzes lhes dessem som. Agora entendo esta história. Ela é a iminência que há nos sinos que quase-quase badalam.

A grandeza de cada um.

(Clarice Lispector)

No presente ensaio, pretendeu-se indicar o tratamento desigual conferido aos mortos no âmbito da Cidade do Rio de Janeiro, numa comparação entre as inumações de escravos no cemitério dos Pretos Novos, ocorridas no Brasil Colonial, Joanino e Imperial, no início do século XIX, e os atualmente consumados no Cemitério São João Batista, por parte daqueles que os podem transmitir a seus familiares e pessoas especialmente designadas, através de um breve relato histórico acerca das diferenças relativas ao local, à forma do ato solene de sepultar seres humanos e à dilapidação histórica ou preservação da memória dos mortos.

Em relação ao aspecto jurídico, verificou-se que a natureza jurídica do *jus sepulchri* é bastante controversa, tanto na doutrina, quanto na jurisprudência, inclinando-se, porém, com certa margem de preponderância, para a de concessão de uso, dada a natureza pública dos cemitérios públicos, sob titularidade dos Municípios, aos quais compete a prestação dos serviços públicos funerários e cemiteriais.

Como estudo de caso, cuidou-se do processo de licitação do cemitério público São João Batista, depois de anos de monopólio da exploração dos serviços cemiteriais e funerários em cemitérios públicos da Cidade do Rio de Janeiro por parte da Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro, bem como dos elementos que caracterizam os direitos sobre sepulcro na legislação local.

O direito fundamental a ser sepultado de forma digna visa à proteção da honra do morto após a sua morte, ficando demonstrado que nem sempre é respeitado, tanto em relação à segregação espacial a que está eternamente condenado, dada sua classe social, quanto no que diz respeito à preservação de sua memória para a posteridade.

Notas

¹ Trata-se de posicionamento estritamente acadêmico, em nada representando a posição institucional da Procuradoria-Geral do Município ou, mesmo, do próprio Município do Rio de Janeiro. Juliana Pestana colaborou com trechos da obra, ora retirados, mas que constarão de sua versão completa nos Cadernos de Direito da Cidade – Série IV (no prelo), bem como com pesquisas bibliográficas. O artigo foi escrito no ano de 2014.

² Os registros de óbitos da época se encontram nos Arquivos da Cúria Metropolitana da Cidade do Rio de Janeiro. O autor baseou sua pesquisa, entre outras fontes, no Livro de Óbitos da Freguesia de Santa Rita (1824-1830), que se encontra no Museu da referida Cúria.

³ Ignácia Mina passou, antes de vir para o Rio de Janeiro, pela Bahia (Ibidem). Segundo Cristina Norton, “Na região do Golfo da Guiné, a noroeste da Nigéria de influência muçulmana, estava situada a Costa da Mina, onde os portugueses havia dezena de anos faziam negócios lucrativo (...). Assim eram os negros presos em cativos, que, por motivo desconhecido, foram quase todos para a Bahia, onde eram respeitados pelos africanos, que os consideravam, com certa inveja, os aristocratas entre os escravos (...)”. Ver: NORTON, Cristina. **O Guardião de Livros**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011, p. 128. Ignácia, uma escrava “aristocrata”, todavia, teve o mesmo destino dos pretos novos que conseguiram aportar no Brasil, mas que não resistiram ao período de “quarentena” que lhes era imposto antes de serem vendidos nos mercados, como no caso do Mercado do Valongo, “o maior entreposto negreiro das Américas”. Ver: GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007, p. 238.

⁴ De acordo com Laurentino Gomes: “O viajante alemão Ernst Ebel contou que, ao chegar ao Rio de Janeiro, em 1824, alugou um negro por 700 réis ao dia – o equivalente a pouco menos de 30 reais atualmente”. Ver: GOMES, Laurentino. *idem*, p. 248, de forma que os 400 réis equivaleriam hoje a, aproximadamente, R\$ 17,00 (dezessete reais).

⁵ Consta da pesquisa empreendida por Júlio Pereira o seguinte trecho: “Não encontramos registros do valor do sepultamento pago à paróquia de Santa Rita, mas acreditamos que o valor seja este [de 400 réis], ou um bem próximo. A pesquisa realizada nos arquivos da Santa Casa da Misericórdia revelaram documentos que comprovam que de 1836 a 1840, os senhores pagavam o mesmo valor, 400 réis, por cada sepultamento, e a Santa Casa fornecia a mortalha ou o esquife para buscar o corpo. Posto isto, acreditamos que a Freguesia de Santa Rita cobrasse este mesmo valor ou um pouco

menos por cada escravo sepultado”. Ver: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *idem*, p. 86.

⁶ O Cais do Valongo foi substituído pelo Cais da Imperatriz no século XIX, numa tentativa de apagar o antigo porto da história nacional. Pelo Cais passaram cerca de um milhão de africanos, segundo historiadores, antes dele ser escondido para receber a futura imperatriz, Tereza Cristina, que chegaria ao Brasil para o casamento com D. Pedro II em 1843. O espaço que abrigou o Cais do Valongo e da Imperatriz foi aterrado pelo Prefeito Pereira Passos na reforma urbanística da Cidade e foi redescoberto recentemente com as obras na Região Portuária do Rio de Janeiro no âmbito do Projeto Porto Maravilha. “O Valongo, sítio arqueológico reconhecido pelo IPHAN, foi declarado patrimônio histórico nacional em novembro de 2013. Na ocasião, a Unesco considerou o local como parte da chamada “Rota do Escravo”, um projeto lançado pelo órgão da ONU em 2006 para destacar o patrimônio material e imaterial relacionado ao tráfico de escravos no mundo”. Disponível em: <https://www.oglobodigital.com.br/>, edição de 08 Mai. 2014, p. 24. Acesso em: 18, Mai. 2014.

⁷ O Decreto Municipal nº 34.803, de 29 de setembro de 2011, criou o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana e também criou o Grupo de Trabalho Curatorial do Circuito Histórico e Arqueológico da Origem Africana, que pretende criar na Região Portuária do Rio de Janeiro um trajeto que trate da diáspora africana e da criação da sociedade brasileira, a partir dos achados arqueológicos do Cemitério dos Pretos Novos e do Cais do Valongo. Cada um dos pontos indicados pelo Decreto remete a uma dimensão da vida dos africanos e seus descendentes na Região Portuária. O Cais do Valongo e da Imperatriz representam a chegada ao Brasil. O Cemitério dos Pretos Novos mostra o tratamento indigno dado aos restos mortais dos povos trazidos do continente africano. O Largo do Depósito era área de venda de escravos. O Jardim do Valongo simboliza a história oficial que buscou apagar traços do tráfico negreiro. Ao seu redor, havia casas de engorda e um vasto comércio de itens relacionados à escravidão. A Pedra do Sal era ponto de resistência, celebração e encontro. E, finalmente, a antiga escola da Freguesia de Santa Rita, o Centro Cultural José Bonifácio, grande centro de referência da cultura negra, remete à educação e à cultura como instrumentos de libertação em nossos dias. Esses marcos receberão sinalização oficial de ponto do Circuito Histórico e Arqueológico da Celebração da Herança Africana e atenção especial do Programa Porto Maravilha Cultural. O Grupo de Trabalho do Circuito estabeleceu, além da sinalização, ações para ampliar o conhecimento desta parte da história da Diáspora Africana. A proposta prevê visitas guiadas, publicações e atividades de divulgação.

⁸ De acordo com a Tabela Tarifária anexa à Minuta de Contrato da Concorrência Pública nº 01/2014 para o Cemitério São João Batista. Os preços da tabela não levam em consideração as benfeitorias. Já para um jazigo perpétuo, na área menos valorizada do Cemitério de Santa Cruz, o valor hoje – antes dos novos contratos que estão na iminência de serem celebrados – pode chegar a R\$17.600,00. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jazigo-perpetuo-pode-custar-ate-450-mil-em-cemiterio-de-botafogo-8786453>. Acesso em 25, Mai. 2014. Para acesso à tabela de preços para os demais serviços prestados pela concessionária, consultar: <http://cemiterio.rio.rj.gov.br/>. Os preços da tabela não levam em consideração as benfeitorias. Já para um jazigo perpétuo, na área menos valorizada do Cemitério de Santa Cruz, o valor pode chegar a R\$17.600,00. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jazigo-perpetuo-pode-custar-ate-450-mil-em-cemiterio-de-botafogo-8786453>. Acesso em: 25, Mai. 2014. Para verificação da tabela de preços para os demais serviços prestados pela concessionária, consultar: <http://cemiterio.rio.rj.gov.br/>.

⁹ Disponível em: <http://oglobo.globo.com/rio/jazigo-perpetuo-pode-custar-ate-450-mil-em-cemiterio-de-botafogo-8786453>. Acesso em 25, Mai. 2014.

¹⁰ A denúncia de irregularidades veio a ser objeto de farto noticiário, entre os quais: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/policia-faz-operacao-em-cemiterios-no-rio-apos-denuncia-de-fraude.html>, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/prefeitura-faz-operacao-em-cemiterios-apos-fraude-em-venda-de-tumulos.html>, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/08/justica-afasta-provedor-da-santa-casa-de-misericordia-no-rio.html>, <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2013/07/funcionarios-da-santa-casa-negam-envolvimento-em-fraudes-diz-policia.html>, <http://cbn.globoradio.globo.com/programas/cbn-rio/2014/04/25/COVEIROS-FAZEM-PARALISACAO-NO-CEMITERIO-DE-IRAJA-NO-RIO-DE-JANEIRO.htm>, <http://noticias.terra.com.br/brasil/cidades/cemiterios-do-rio-de-janeiro-serao-licitados-ate-o-fim-do-ano,e8c4c1b721f02410VgnCLD2000000ec6eb0aRCRD.html> e <http://exame.abril.com.br/brasil/noticias/coveiros-paralisam-atividades-em-12-cemiterios-do-rio>. Acessos em 18, Mai. 2014.

¹¹ Para maiores informações sobre o sítio arqueológico consultar: www.pretosnovos.com.br/.

¹² A Lei Federal nº 3.924, de 26 de julho de 1961, dispõe sobre os monumentos arqueológicos e pré-históricos.

¹³ O caso do jornalista Vladimir Herzog retrata simbolicamente a luta contra a ditadura militar brasileira; embora de acordo com os arquivos oficiais à época ele tenha se “suicidado”, foi sepultado em lugar destinado àqueles que não atentavam contra a vida, marcando assim o

posicionamento de que ele havia sido assassinado nos porões da ditadura militar e evitando o “degredo” eterno por sua religião.

¹⁴ A propósito do tema, confira-se a obra da historiadora Beatriz Kushnir: “Ao se propor a estudar um conjunto de prostitutas e caftinas judias por intermédio de suas associações de ajuda mútua, diferenciou-se das análises que vinculam a questão da prostituição à busca de códigos de sexualidade ou das pesquisas que pensaram o imigrante indesejável, percorrendo os processos-crime de expulsão dos estrangeiros por caftismo”. **Baile de Máscaras: mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua.** Rio de Janeiro: Imago, 1996, p. 229. De acordo com a pesquisa da historiadora, às judias prostitutas e aos suicidas se reservavam apenas o espaço próximo ao muro dos necrotérios, como marca territorial de “desonra”, razão pela qual as assim denominadas “polacas” construíram seu sistema de mutualidade que garantisse um lugar digno na hora da morte.

¹⁵ Nos termos da Concorrência Pública nº 01/2014, para a concessão dos serviços cemiteriais e funerários dos (treze) cemitérios públicos do Município do Rio de Janeiro, o “Lote 1” é composto pelos seguintes cemitérios: Ilha do Governador, Paquetá, Realengo, Ricardo de Albuquerque, São Francisco Xavier, Santa Cruz e Guaratiba, além do crematório do São Francisco Xavier. Já o “Lote 2” possui as seguintes necrópoles: Campo Grande, Inhaúma, Irajá, Jacarepaguá, Piabas e São João Batista. O “Lote 2”, no qual nosso estudo de caso se localiza, já foi “licitado” e o “Lote 1”, cuja primeira sessão de apresentação de propostas fora declarada deserta, veio a ser recentemente “arrematado” em acirrada disputa de lances, no valor de outorga de R\$ 70.500.000,00 (setenta milhões e quinhentos mil reais) – conforme publicação no Diário Oficial de 27/06/2014.

¹⁶ Rawls, em sua obra **Um Teoria da Justiça**, estabelece dois princípios basilares de justiça de uma sociedade em que, sob o véu da ignorância e num momento original, se dispusesse a estabelecer liberdades e direitos de uma ordem justa: 1) todos têm igual direito a um projeto de direitos e liberdades as mais extensas possíveis e que sejam compatíveis com os dos demais (princípio da liberdade igualitária) e 2) as desigualdades sociais e econômicas devem satisfazer dois requisitos: a) devem estar vinculados a posições e cargos disponíveis para todos, em condições de igualdade equitativa de oportunidades e b) devem representar o maior benefício possível para os membros menos privilegiados da sociedade (princípio da diferença), ambos levando à criação de uma sociedade justa. Ver: RAWLS, John. **Uma teoria da Justiça**. Trad. Almiro Piseta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997 e **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.

¹⁷ A sugestão de ilustrar o tema com a obra de Debret foi de Juliana Pestana.

¹⁸ 50 braças equivalem, aproximadamente, ao tamanho de um campo de futebol oficial (comprimento: mínimo 90m; máximo 120m e largura: mínima 45m; máxima 90m).

¹⁹ Com a transferência da capital da República do Rio de Janeiro para Brasília, o novo Distrito Federal, em 1960, passa o “Rio de Janeiro a exercer, no contexto nacional, um papel singular: o de estado e capital simultaneamente”.

²⁰ Prefácio de José Murilo de Carvalho ao livro *À Flor da Terra*, In: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. Idem, p. 09.

²¹ “O Cemitério (São João Batista), tal como se encontra hoje, pode ser considerado espaço cultural, acervo de signos, obras arquitetônicas e preclaros que fazem com que esses espaços públicos possam ser conservados, preservados e apreciados. Algumas dessas obras (de qualidade artística) datam das décadas de 1930 e 1940, de caráter modernista, em estilo *art-déco*, passíveis de proteção cultural”. Ver: NOGUEIRA, Renata de Sousa. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%209%20pdfs/014_M28_OR-DescobrimdoArtDecoNoCemiterio-ART_renata_nogueira.pdf. Acesso em 18, Mai. 2014.

²² Levou-se em consideração a metragem do São João Batista – de 183.123 metros quadrados – e dividiu-se-a pela metragem mínima de um campo de futebol, que é de 90 por 45 metros quadrados, que corresponderia à metragem do Cemitério dos Pretos Novos.

²³ A documentação está na iminência de ser transferida à guarda do novo concessionário do serviço cemiterial em cujo lote se encontra o cemitério São João Batista.

²⁴ As reclamações quanto ao descuido ambiental e de saúde pública dos cemitérios da Cidade do Rio de Janeiro não eram de exclusividade do Cemitério dos Pretos Novos. Mesmo após o fim da referida necrópole, os moradores vizinhos aos campos santos continuavam a reclamar das condições do “hálito” e “mau cheiro” como, por exemplo, dos enterramentos ocorridos na Igreja de Santo Antônio dos Pobres, conforme carta dos moradores datada de 1832, à disposição no Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Códice 58.2.3, “Série Cemitérios e Enterramentos”.

²⁵ A Resolução CONAMA nº 335/2003 foi alterada pelas Resoluções CONAMA nº 368/2006 e nº 402/2008.

²⁶ Aqui não se confunde o direito à morte digna, debate que gira em torno da existência ou não de um direito fundamental à eutanásia, com o direito ao sepultamento digno, embora, por vezes, a expressão usada neste ensaio seja a mesma: a que se refere à dignidade da morte (fato de morrer ou ato de ser sepultado).

²⁷ Os atos ilícitos praticados contra as sepulturas e cadáveres são regulados pelo Código Penal.

²⁸ Do edital de concessão dos serviços funerários e cemiteriais dos cemitérios públicos da Cidade do Rio de Janeiro, que podem ser acessados no *banner* correspondente do *site* da Prefeitura, consta o Anexo XIII, que se refere ao futuro **Regulamento Funerário e Cemiterial da Cidade**, mediante consolidação da legislação infra legal pretérita e respectiva adaptação às leis, federal e municipal, de concessão de serviços públicos, bem como à Constituição da República, a vigorar a partir da celebração dos novos contratos de concessão. Neste Regulamento, para as inumações vindouras, as covas rasas serão substituídas por jazigos sociais, assim entendidos aqueles de tarifa mais acessível aos usuários, ficando aquelas proibidas, salvo nos casos de grandes epidemias ou calamidade pública ou motivos de imperativo religioso.

²⁹ A legislação funerária e cemiterial municipal também disciplina as permissões daqueles serviços a proprietários de necrotérios privados. A análise acerca da verdadeira natureza jurídica desta permissão, todavia, escapa ao escopo deste ensaio.

³⁰ **LOMRJ - Art. 30 – Compete ao Município: / VI – organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão e permissão, entre outros, os seguintes serviços: / c) cemitérios, fornos crematórios e serviços funerários; (...)**

³¹ A Lei Complementar Federal nº 20/1974 fundiu os Estados do Rio de Janeiro e da Guanabara. A respeito dos regimes jurídico-políticos do Rio de Janeiro, ver: GLAUCIO JOSÉ *et alii*. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.

³² A respeito da constitucionalização do Direito, que opera a obrigatoriedade de interpretação de todo e qualquer ato normativo e lei à luz da Constituição, ver, entre já vasta bibliografia: BARROSO, Luís Roberto, 2005. E a seguinte coletânea: SOUZA NETO, Cláudio Pereira de e SARMENTO, Daniel. **A Constitucionalização do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007. Patrícia Baptista já tratava, em sua dissertação de Mestrado, da constitucionalização da Administração Pública: BATISTA, Patrícia. **Transformações do Direito Administrativo**. São Paulo: Renovar, 2000, p. 89.

³³ Do edital de concessão dos serviços funerários e cemiteriais dos cemitérios públicos da Cidade do Rio de Janeiro, que podem ser acessados no *banner* correspondente do *site* da Prefeitura, consta o Anexo XIII, que se refere ao **Regulamento Funerário e Cemiterial da Cidade**, mediante consolidação da legislação infra-legal pretérita e respectiva adaptação às leis, federal e municipal, de concessão de serviços públicos, bem como à Constituição da República, que valerá após a celebração dos futuros contratos de gestão.

³⁴ ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente:** desde a Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997, p. 44.

³⁵ DERBLY, Rogério Ribeiro Pereira. "Natureza Jurídica dos Cemitérios". In: **Portal Âmbito Jurídico**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3590. Acesso em: 20, Ago. 2013.

³⁶ Também Fernando Henrique Mendes de Almeida, em estudo pioneiro publicado nos anos 50, enumera nada menos do que **vinte e oito teorias** a respeito do tema, defendidas por juristas nacionais e estrangeiros. Ver: YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **Natureza jurídica do direito à sepultura em cemitérios particulares**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1122, 28, Jul. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8714>. Acesso em: 17, Mai. 2014 – grifos nossos.

³⁷ MIRANDA, Ponte. **Tratado de Direito Privado**. T. XXVIII, §3.346.

³⁸ As discussões acerca da exata natureza jurídica dessa delegação, se permissão, conforme nomenclatura adotada pela legislação cemiterial municipal de que ora se trata ou se concessão de serviço, a ser precedida de licitação, escapam ao escopo deste ensaio.

³⁹ São inúmeras as exigências a serem cumpridas, que passam por questões de saúde pública, urbanísticas, ambientais e éticas, entre outras.

⁴⁰ MORGADO, Almir. **A natureza jurídica do uso da sepultura**. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1789>. Acessado em 19 de maio de 2014.1

⁴¹ YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **Natureza jurídica do direito à sepultura em cemitérios particulares**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1122, 28 Jul. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8714>. Acesso em: 17, Mai. 2014.

⁴² Não constará deste ensaio a análise do direito funerário em cemitério particulares, restringindo-se à dos públicos.

⁴³ Observe-se que a pesquisa se dá a partir do ano de 1975, ano da referida fusão, porquanto não haja sistema de jurisprudência relativo à época pretérita e, portanto, só "valha" em relação ao Cemitério São João Batista. Para a pesquisa, realizada no *sítio* do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, utilizou-se apenas a expressão "sepulcro".

⁴⁴ Embora detenha vários atributos dos direitos reais – ônus sobre bem imóvel, perpetuidade, exercício de atributo da propriedade sobre coisa imóvel –, a impossibilidade de inscrição do contrato de concessão de uso nos Registros de Imóveis lhe retiraria a plena caracterização como direito real. Entendendo que a questão se resolveria

com fundamento em decreto-lei que trata especificamente de concessões administrativas para as quais baste o registro administrativo da concessão, conferindo-se-lhe, assim, a natureza de concessão de direito real de uso em bem fundamentado artigo jurídico: YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **Natureza jurídica do direito à sepultura em cemitérios particulares**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1122, 28 Jul. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8714>. Acesso em: 17, Mai. 2014.

⁴⁵ Trata-se de posicionamento estritamente acadêmico, em nada representando a posição institucional da Procuradoria-Geral do Município ou, mesmo, do próprio Município do Rio de Janeiro. A autora e sua assistente, todavia, efetivamente participaram dos estudos e da elaboração dos documentos licitatórios, por força de à época estarem lotadas na Secretaria Municipal da Casa Civil.

⁴⁶ A nomenclatura dos instrumentos de direito administrativo de cessão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e permissão de uso variam de acordo com a legislação imobiliária do Ente Público. No caso concreto de que ora se trata, a Lei Orgânica do Município do Rio de Janeiro trata do tema em seu Capítulo V – Patrimônio Municipal, Seção II – Dos Bens Imóveis.

⁴⁷ Art. 16, §4º, do Decreto-Lei nº 88/1969

⁴⁸ O acórdão que trata da anulação do Edital de Concorrência nº CN 01/2007 para a Concessão de Serviços Funerários, Administração e Manutenção dos cemitérios de Irajá, Campo Grande e Guaratiba, proferido pela Décima Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, transitou em julgado em março do ano de 2014, sendo certificado pelo cartório judicial da referida Câmara em maio de 2013, nos autos do processo judicial 0105857-52.2008.8.19.0001.

⁴⁹ Todos os instrumentos do processo licitatório – edital, minuta de contrato e regulamento – ficaram à disposição da população no *sítio* eletrônico da Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro: http://ecomprasrio.rj.gov.br/editais/banners_lista.asp, no período de no período de 10 de Dezembro de 2013 até 30 de Maio de 2014.

⁵⁰ A homologação ocorreu no dia 4 de maio de 2014, conforme publicação no Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro no dia seguinte (DOM, 5/05/2014, p. 3).

⁵¹ De acordo com a Tabela Tarifária anexa à Minuta de Contrato da Concorrência Pública nº 01/2014 para o Cemitério São João Batista.

⁵² *Ibidem*.

⁵³ Segundo Júlio César Pereira, no século XIV (mas isto vai permanecer até, pelo menos, o século XIX), as obras de arte não são catedrais, nem castelos, mas túmulos. Ver: PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. *idem*, p. 20.

Referências Bibliográficas

- ABREU, Maurício de Almeida. **A evolução urbana do Rio de Janeiro**. 4ª Edição. Rio de Janeiro: IPP, 2008.
- ARIÈS, Philippe. **História da Morte no Ocidente**: desde a Idade Média aos nossos dias. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1997.
- BAPTISTA, Patrícia. **Transformações do Direito Administrativo**. São Paulo: Renovar, 2000.
- BARROSO, Luís Roberto. "O novo direito constitucional e a constitucionalização do direito". In: **Temas de direito constitucional**. Tomo III. Rio de Janeiro: Renovar, 2005.
- CARVALHO FILHO, José dos Santos. **Manual de Direito Administrativo**. 18ª ed. revista, ampliada e atualizada até 30.06.2007. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- DEBRET, Jean Baptiste. **O Brasil de Debret**. Belo Horizonte: Vila Rica, 1993.
- DERBLY, Rogério Ribeiro Pereira. "Natureza Jurídica dos Cemitérios". In: **Portal Âmbito Jurídico**. Disponível em: http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=3590. Acesso em: 20, Ago. 2013.
- DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito Administrativo**. 26ª ed. São Paulo: Atlas, 2013.
- _____. **Direito Administrativo**. 13ª. Ed. São Paulo: Atlas, 2001.
- GOMES, Laurentino. **1808**: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007.
- GOMES, Orlando. **Sucessões**. 13ª ed. revista, atualizada e aumentada de acordo com o Código Civil de 2002 por Mario Roberto Carvalho de Faria. Rio de Janeiro: Forense, 2006.
- KUSHNIR, Beatriz. **Baile de Máscaras** – mulheres judias e prostituição: as Polacas e suas Associações de Ajuda Mútua. Rio de Janeiro: Imago, 1996.
- LAURENTINO, Gomes. **1889**: como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a proclamação da República no Brasil. São Paulo: Globo, 2013.
- LISPECTOR, Clarice. **A hora da estrela**. Rio de Janeiro: Rocco, 1999.
- MARAFON, Gláucio José *et alii*. **Geografia do Estado do Rio de Janeiro**: da compreensão do passado aos desafios do presente. Rio de Janeiro: Gramma, 2011.
- MÁRQUEZ, Gabriel García. **O Amor nos tempos do cólera**. São Paulo: Record, 1988.
- MEIRELLES, Hely Lopes. **Direito Municipal Brasileiro**. 8ª ed. São Paulo: Malheiros, 1996.
- MORGADO, Almir. **A natureza jurídica do uso da sepultura**. Disponível em: <http://www.boletimjuridico.com.br/doutrina/texto.asp?id=1789>. Acesso em: 19, Mai. 2014.
- NOGUEIRA, Renata de Sousa. **Descobrimo o art-dêco no Cemitério São João Batista**. Disponível em: http://www.docomomo.org.br/seminario%20pdfs/014_M28_OR-DescobrimoArtDecoNoCemiterio-ART_renata_nogueira.pdf. Acesso em: 18, Mai. 2014.
- NORTON, Cristina. **O Guardião de Livros**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.
- PEREIRA, Júlio César Medeiros da Silva. **À flor da terra: o cemitério dos pretos novos no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Garamond: IPHAN, 2007.
- RAWLS, John. **O liberalismo político**. São Paulo: Ática, 2000.
- _____. **Uma teoria da Justiça**. Trad. Almiro Piseta e Lenita Esteves. São Paulo: Martins Fontes, 1997.
- SARMENTO, Daniel. **A Constitucionalização do Direito**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2007.
- SILVA, Justino Adriano da. **Tratado de Direito Funerário**: teoria geral e instituições de direito funerário. Tomos I e II. São Paulo: Método, 2000.

SÓFOCLES. **A trilogia tebana**: Édipo Rei, Édipo em Colono e Antígona. Trad. Mário da Gama Kury. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

YOSHIKAWA, Eduardo Henrique de Oliveira. **Natureza jurídica do direito à sepultura em cemitérios particulares**. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 10, n. 1122, 28 Jul. 2006. Disponível em: <http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=8714>. Acesso em: 17, Mai. 2014.

Recebido em: 11/06/2015

Aprovado em: 05/03/2016



Política e espaço público no Rio de Janeiro dos anos 1960: em meio às conspirações golpistas, comício em praça pública tornou-se símbolo de radicalização

Politics and public space in Rio de Janeiro in the 1960s: Amid coup conspiracies, a rally in a public square became a symbol of radicalisation

Nashla Dahás

Doutora em História Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e Professora Substituta do Departamento de História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)
nashladahas@hotmail.com

RESUMO: Em 13 de março de 1964, um comício realizado em praça pública, na altura da estação de trem Central do Brasil, no Rio de Janeiro, liderado pelo então presidente João Goulart, ganhou enorme repercussão no campo político, na grande imprensa e na sociedade civil. Era a expressão de um conflito deflagrado com a posse de Goulart, em agosto/setembro de 1961, e acirrado a partir das tentativas de parte do Executivo de viabilizar o trabalhismo como projeto político nacional a partir da força da opinião pública. Num contexto de fortes demandas sociais, crescente politização popular e polarização política e social, o comício da Central explora a construção de novos espaços políticos e ocorre em nome da ampliação democrática. Resgata a dimensão excludente do sistema político-partidário representativo e os impasses gerados pela intensificação do conflito de classes no Brasil. Entre possibilidades e ameaças geradas pelo acontecimento, o jogo político se redimensiona, e as diversas forças políticas e sociais, internas e externas, reunidas na oposição ao trabalhismo, levam a conspiração golpista à prática da destituição do governo Goulart.

Palavras-chave: Golpe civil-militar, governo João Goulart, esquerdas no Brasil.

ABSTRACT: On March 13, 1964, a rally in a public square, at the time of Brazil's central train station, in Rio de Janeiro, led by President Joao Goulart, won enormous repercussions in the political field, in the press and in civil society. It was the expression of a triggered conflict with the inauguration of Goulart in August/September 1961, and bitter from the attempts of the Executive to enable the labor movement as a national political project from the force of public opinion. In a context of strong social demands, growing popular politicization and political and social polarization, the Center rally explores the construction of new political spaces and occurs in the name of democratic expansion. It rescues the exclusive dimension of representative political party system and the impasses generated by the intensification of class conflict in Brazil. Between opportunities and threats generated by the event, the political game is reshaped, and the various political and social forces, internal and external, gathered in opposition to Labour coup conspiracy leading to the practice of Goulart government's dismissal.

Keywords: Civil-military coup, government Goulart, left in Brazil.

Introdução

Durante o período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, verificou-se um processo de luta política e social marcado pelo embate entre diferentes projetos para o Brasil (REIS, 2000)¹. Nessas circunstâncias, a peculiaridade do governo em questão parece ter sido a de colocar em pauta uma agenda de reformas estruturais e de base para o país. Ao mesmo tempo em que essas reformas corresponderam a uma série de demandas históricas das classes populares, colidiram com os interesses de grupos poderosos política e economicamente. Ao longo do período, o conflito foi se tornando cada vez mais complexo e intenso, remetendo, inclusive, a questões ligadas à fórmula democrática e representativa do sistema político-partidário instituído com a Constituição de 1946.

João Goulart assumiu a presidência da República em setembro de 1961 já em meio a uma grave crise política. Após a renúncia de Jânio Quadros, eleito presidente em 1960, os ministros militares, vice-almirante Sylvio Heck, da Marinha, marechal Odylio Denis, do Ministério da Guerra, e o brigadeiro do ar Gabriel Grum Moss, representando a Aeronáutica, intervieram no processo político e vetaram a posse do vice Goulart. Este impasse foi solucionado temporariamente pela implementação de uma fórmula política de compromisso que se mostrou extremamente frágil, pois foi marcada por seguidos momentos de crise (MELO, 2009). A instituição conciliatória do sistema parlamentarista limitou os poderes do presidente empossado, atendendo, sobretudo, às pressões de setores militares golpistas acompanhados de grupos políticos conservadores.

Durante o tempo em que foi chefe de Estado, João Goulart se esforçou para executar um programa trabalhista cujos princípios e prioridades foram sendo alterados e construídos ao longo de quase vinte anos de história (NEVES, 2001)². Embora o governo de Goulart não tenha conseguido concretizar grande parte das suas propostas, o estudo deste período pode ser emblemático para a compreensão das tradições políticas brasileiras, dos limites da democracia instaurada, das possibilidades de transformação e dos riscos da radicalização política.

Nesse contexto, a constituição e a realização do comício da Central, em 13 de março de 1964, poucos dias antes do golpe civil-militar que destituiu o governo, destacam-se como processo e acontecimento fundamentais para a compreensão da crise que marcou o período. Símbolo do conflito político dos anos 1960, o comício é capaz de resgatar os agentes históricos em luta, os projetos em disputa com seus respectivos argumentos de defesa e a dinâmica do enfrentamento político. A maneira como esses agentes e projetos se inseriram e atuaram dentro de um processo de ampliação dos espaços públicos destinados à discussão política.

Este artigo busca, portanto, compreender o significado do comício da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, do ponto de vista dos grupos políticos e sociais envolvidos na crise política instaurada em agosto/setembro de 1961 com a chegada de João Goulart ao poder.

Procuramos apresentar a realização do comício como uma tentativa de ampliar o campo político nacional criando um novo espaço de discussão política e de participação popular. Tais objetivos partiram de um pressuposto também defendido a partir da argumentação e da documentação históricas: de que o comício da Central é um acontecimento político da década de 1960 que reflete o embate entre as possibilidades políticas de concretização do projeto trabalhista e as ameaças que ele parecia trazer aos grupos que se uniram em oposição ao governo.

Esperamos que o enfrentamento das questões que envolveram esse passado político recente contribua para que a memória histórica resgate, como elemento de reflexão e alternativa política real, a possibilidade constitucional de reformar as instituições. Além disso, busca-se trazer novas questões ao debate histórico-político que oferece à consciência política nacional cada vez mais elementos para reconhecer, identificar e denunciar os argumentos e as forças que, vez ou outra, atuam no sentido de postergar a implantação de uma democracia mais ampla e estável no Brasil.

O comício, tal como entendido neste trabalho, simbolizou uma luta política polarizada e radicalizada em termos de agressividade discursiva e disputa ideológica, o que não se traduziu em desprezo pelas regras do jogo democrático. Mas significou uma estratégia (política) que buscou ampliar o espaço de participação política e acabou por abrir possibilidades e ameaças que redimensionaram o conflito político. Além disso, o comício pretendeu influenciar as decisões que pertenciam ao Congresso Nacional por meio da pressão popular. De acordo com nossa pesquisa de fontes e as conclusões aqui apresentadas, não havia nenhum plano mais audacioso ou inconstitucional para forçar a concretização das reformas ou para a manutenção do Partido Trabalhista no poder.

Com isso, negamos a tese de que o comício foi o auge de um processo de radicalização política fomentado pelo governo em nome de um projeto autoritário das esquerdas brasileiras. Na verdade, este projeto poderia até existir para alguns segmentos que apoiaram João Goulart, mas ele não se tornou predominante entre as esquerdas e não foi encampado pelo governo. Do mesmo modo, o desenrolar dos acontecimentos mostrou que não houve nenhum tipo de resistência ou defesa organizada pelo governo quando ocorreu a deflagração do golpe. Não há documentação que comprove qualquer ação do governo Goulart na direção da articulação de um golpe de Estado entre 1961 e 1964. O comício da Central constituiu-se como estratégia política de parte do Executivo com o objetivo de ampliar a participação política e utilizar a opinião pública como sustentação política do governo. Desse modo, procurou alterar a relação de forças parlamentares que impedia a concretização do projeto trabalhista.

A crise política inaugurada acirrou-se com o esforço de parte do Executivo, liderado por Goulart, no sentido de viabilizar um conjunto de reformas de base que incluía reforma agrária, eleitoral e constitucional. Enquanto isso, no Congresso Nacional efetivou-se um movimento de polarização das forças políticas que acabou por isolar o Partido Trabalhista Brasileiro.

Enfraquecido em suas alianças parlamentares históricas por defender a concretização das reformas de base, o PTB tornou-se representante de um conjunto heterogêneo de movimentos sociais e políticos excluídos ou limitados no seu direito de participação política, e, é claro, interessado na implementação das reformas.

Por outro lado, em oposição ao governo e às reformas de base se posicionaram os grupos políticos que formavam a maioria no Congresso Nacional, entre eles o Partido Social Democrático, o PSD, e a União Democrática Nacional, a UDN. Parte majoritária destes partidos estabeleceu alianças tácitas ou declaradas com grupos da sociedade civil formados especialmente entre as classes médias e entre grandes latifundiários e empresários. Além disso, contaram com o apoio das forças norte-americanas incontestavelmente presentes nos acontecimentos políticos brasileiros entre 1961 e 1964.

Vale reforçar a importância da conjuntura internacional a influenciar profunda e diretamente na sucessão dos acontecimentos internos. Por um lado, a revolução cubana em 1959 estimulou o surgimento de novos grupos socialistas, comunistas e esquerdistas de uma forma geral. Embora esses grupos jamais tenham alcançado representação clara e legítima no campo político parlamentar, não se pode subestimar a importância que exerceram, especialmente no apoio às alas ditas mais radicais do PTB. Eles engrossaram um coro voltado para a desilusão com a via democrática de luta política e encontraram, sobretudo em Leonel Brizola, cunhado do presidente João Goulart, sua principal liderança política. Entretanto, embora esses grupos, chamados de “extrema esquerda”, tenham atuado politicamente, muitas vezes por meio de organizações clandestinas, jamais tiveram os seus projetos autoritários encampados pelos discursos do presidente e de seus aliados políticos mais próximos.

Por outro lado, a interferência dos Estados Unidos nos acontecimentos políticos brasileiros foi incisiva e direta, tornando-se evidente a partir do ano de 1962. Desde então os Estados Unidos passaram a financiar as campanhas da oposição, comunicando-se diretamente com governadores e políticos brasileiros. Além disso, estimularam violenta campanha ideológica promovida por órgãos aparentemente científicos, como o IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais), e auxiliaram no treinamento de militares, entre outros tipos de intervenção. Em entrevista ao jornal *Folha de S. Paulo*, o historiador James Green, “brasilianista” da Universidade de Brown, declarou que em 1962 o presidente John Kennedy resolveu derrubar o governo João Goulart decidindo “apoiar qualquer medida militar que derrubasse o governo”³.

Nesse contexto, temas como o comunismo e o anticomunismo, imperialismo, nacionalismo, capital internacional, entre outros, adquiriram destaque permanente na pauta política brasileira. Transformaram-se em argumentos e contra-argumentos tanto de grupos de direita quanto de esquerda na defesa de seus projetos de Estado. Foram especialmente importantes na luta política que marcou o governo Goulart por ampliarem o léxico político

utilizado para desqualificar adversários e mobilizar a opinião pública de ambos os lados, especialmente por meio do campo de atuação da grande imprensa.

Entretanto, a importância da imprensa no contexto da crise política dos anos 1960 não se reduziu a uma condição de objeto/instrumento de luta pela conquista da opinião pública. Ao mesmo tempo em que foi utilizada por grupos políticos e empresariais como arma fundamental de embate, a imprensa constituiu-se também em um campo de luta, hoje visto como imprescindível para a análise do período. Os empreendimentos e os interesses empresariais que sustentaram a ampliação e a modernização da imprensa da época conjugaram-se com a progressiva consolidação de uma posição política na sociedade e, sobretudo, diante do conflito que envolveu todo o governo Goulart.

A maioria dos periódicos de grande circulação da época se mostrou profundamente comprometida com o jogo político e atuou no sentido de manter ou quebrar hegemonias, discutir os projetos de Estado em disputa, dar voz a certos grupos identificados com as suas orientações editoriais e convocar os seus leitores à participação política. Investigando a imprensa como campo de luta e arma política, constatou-se que a defesa dos projetos do governo, ou melhor, da parte do governo favorável às reformas de base, foi sempre, e quase exclusivamente, bandeira erguida pelo jornal *Última Hora*. Único jornal de grande tiragem e legitimidade social a fazê-lo. Por outro lado, a argumentação tecida em favor das decisões tomadas pela maioria congressual, que insistia em frear o avanço das reformas, foi posição adotada por vários periódicos, com destaque para a atuação do *Correio da Manhã*, considerado, durante todo o tempo em que existiu, um dos maiores jornais políticos do país. Orientado para um público de maior poder aquisitivo, o *Correio* dispunha de prestígio social e reafirmava a imagem de órgão liberal, combativo e corajoso. Durante o governo João Goulart, apresentou vocabulário mais sofisticado que a maioria dos jornais. A partir de 1963, engajou-se na violenta campanha pela desestabilização do governo e claramente apoiou o golpe civil-militar de 1964.

Tanto a *Última Hora* quanto o *Correio da Manhã* são jornais cariocas e, portanto, seus jornalistas e redatores, os grupos e os homens responsáveis por essas publicações, viveram a crise política do governo Goulart no seu lugar de maior intensidade. Embora São Paulo já fosse o centro mais dinâmico do capitalismo brasileiro, foi no Rio de Janeiro que os jornais receberam maior impulso para se modernizarem e onde se concentravam as mais importantes instituições culturais e literárias do país. A cidade era não só a capital administrativa e cultural, mas um dinâmico núcleo econômico. Possuía a maior renda *per capita* e o maior índice de concentração demográfica do Brasil. Além disso, durante seu governo, João Goulart administrou o país sobretudo do Rio de Janeiro, e seus ministros seguiram seu exemplo. Vale dizer ainda que o comício da Central ocorreu no Rio de Janeiro e não em qualquer outro lugar. Além disso, a despeito de a capital federal ter sido transferida para Brasília em 1960,

a tradição de engajamento no debate político nacional permaneceu uma marca da política carioca, consignada como legado e cultura política.

Criado em 1951, com a ajuda financeira do governo Getúlio Vargas desde o seu surgimento, o jornal *Última Hora* funcionou como elo entre a população e Vargas, que, por sua vez, intervinha diretamente no seu conteúdo. A *Última Hora* dirigia-se especialmente às classes populares, embora não exclusivamente, e caracterizou-se pelo apoio ao trabalhismo como projeto político para o país. No caso do *Correio da Manhã*, historicamente o jornal assumiu posições coerentes com uma linha política que, em 1960, poderia ser chamada de “antitrabalhista”. Em 1945, chamou os queremistas de “tipos da ralé” e “turma de cafajestes”, e em 1950 apoiou a candidatura à presidência da República do brigadeiro Eduardo Gomes, lançada pela UDN, partido mais antigetulista do campo político. Entre 1950 e 1954, fez forte oposição a Getúlio Vargas e violentas críticas ao aumento de 100 % do salário mínimo.

Cronologicamente, grande parte dos estudos sobre os anos 1960 admite a oposição do *Correio da Manhã* ao governo Goulart somente a partir de fins de 1963. No entanto, tal afirmação parece não levar em conta questões como os projetos que este órgão corroborou, suas ações nos processos de “crises institucionais” e, principalmente, a estrutura e a postura assumida” em editoriais e colunas de opinião, fontes utilizadas nesta dissertação. Estes espaços da estrutura do jornal atuaram constantemente no sentido de fortalecer atitudes e pontos de vista tradicionais e de direita, estimulando percepções negativas acerca dos grupos populares nacionalistas, reformistas ou “populistas”. Embora tenha defendido, até fins de 1963, as tentativas de frear a radicalização “de ambos os lados”, para usar as palavras do jornal, o *Correio da Manhã* manteve postura claramente conservadora em todas as questões relacionadas à ampliação da participação popular e da justiça social.

Durante o período do governo João Goulart, também vale chamar atenção para o jornal *O Globo* e sua posição visceralmente anticomunista e associada em relação ao mercado estrangeiro. Em 1945 e em 1950, o jornal apoiou o candidato da UDN, e no segundo governo Vargas colocou-se contra a criação da Petrobrás, contra o decreto presidencial que limitava a 10% a remessa de lucros de empresas estrangeiras para o exterior e contra o aumento de 100% do salário mínimo. A maioria dos seus leitores estava entre as classes média e alta, mas também tinha expressão entre as classes populares. Na disputa interna ao campo da imprensa, Roberto Marinho chegou a ceder a Rádio Globo para que Carlos Lacerda fizesse seus ataques a Samuel Wainer, proprietário do jornal *Última Hora*, e ao governo de Getúlio Vargas. Em 1954, após o suicídio de Vargas, sua sede foi apedrejada e vários caminhões de entrega foram queimados por populares, tal era a identificação entre *O Globo* e os inimigos políticos de Getúlio, da mesma forma que se demonstrava o poder político e social de que o jornal dispunha.

Os conceitos em seu contexto

A reflexão proposta acerca das questões que envolvem a criação de um novo espaço político diante dos problemas da democracia representativa nos anos de 1960 parece insuficiente sem que alguns conceitos estejam bem definidos. O significado da política e a fórmula democrática de que se está tratando precisam de contornos mais claros para que a análise possa prosseguir em seu raciocínio. Especialmente para que a percepção do comício da Central como estratégia política do governo Goulart adquira bases mais sólidas de sustentação.

Diferentes interpretações, formuladas em contextos bem distintos por diversos autores que pensam o espaço político, como Zygmunt Bauman (2000) e Hannah Arendt (2007), conjugaram-se na construção de um determinado conceito de política. Neste, a política passou a ser entendida como um espaço público de discussão e participação nas questões nacionais, nos processos decisórios da política nacional. Implica questionamento, liberdade ativa, inclusão social e um Estado preocupado com o chamado bem comum. Pluralidade, pensamento e capacidade de transformação. Política é a capacidade de livre manifestação e possível participação na resolução de problemas e questões que se tornaram preocupações públicas e nacionais. É esta a concepção de política que torna necessária a observação da dinâmica política interna durante o governo Goulart, as tendências do sistema político a privilegiar a defesa da conservação. Homens e grupos com força e poder suficientes para frear o avanço da participação política de outros grupos historicamente excluídos desse processo. Um projeto político que ameaçava modificar a forma de gestão do Estado e as relações de força que o permeavam, o trabalhismo que se ampliava e reagia de forma inesperada dentro do *habitus* político da época.

Os dois autores citados discutem profundamente a política a partir da perspectiva de seu desaparecimento. Zygmunt Bauman, na contemporaneidade, e Hannah Arendt, nas décadas de 1930 e 1940 e no pós-Segunda Guerra Mundial, discutem a questão do sentido da política e da procura pelo espaço do fazer político. Arendt, sobretudo, faz uma análise de natureza filosófica e trabalha especialmente com o enunciado para além da experiência histórica que analisa. Isto torna suas reflexões ainda mais importantes por tratar-se de uma questão a se verificar mesmo fora do âmbito do autoritarismo do século XX.

Entre as reflexões que a autora exercita, partilhamos a ideia de que, ao restringir a participação política ao direito de representação e de voto, a democracia representativa limita a própria política, causando impasses de difícil resolução sem que se violem os limites desse sistema. No caso do governo Goulart, nem mesmo o direito de voto era concedido a toda a população. O Partido Comunista Brasileiro, que dispunha de organização nacional e eleitorado em grande parte militante, embora não tivesse grande penetração nas massas, teve seu registro cassado pelo governo que festejou a redemocratização em 1946 e instituiu o

sistema representativo dentro da nova Constituição. Os analfabetos, que em 1960 constituíam 39% da população brasileira de adultos (NICOLAU, 2002, p. 54), não tinham direito ao voto, o que significava um expressivo contingente de excluídos do processo político-eleitoral. Além disso, uma série de outros grupos populares, como associações de trabalhadores urbanos e rurais, estudantes e subalternos das Forças Armadas, encontravam somente no PTB uma alternativa possível à ausência de representação no campo político-partidário.

Nesse sentido, o comício da Central foi uma tentativa de criar um espaço político novo, alternativo, sem restrições à participação. Um espaço concorrente em que as forças externas ao campo político pudessem formar um grande movimento de opinião pública capaz de alterar as relações de forças internas ao parlamento. Por um lado, esta foi a forma como a luta entre os interesses de diferentes classes sociais se configurou no campo político. Por outro, foi, ao mesmo tempo, a exacerbação de um impasse entre a manutenção das normas do jogo político democrático, defendida pela ampla maioria do Poder Legislativo, e a possibilidade, aberta por parte do Executivo, de modificá-lo em nome da ampliação da participação política.

O campo político é aquele em que agentes históricos travam lutas simbólicas com o objetivo de confirmar ou transformar a visão do mundo, a ação no mundo e o próprio mundo. Utilizá-lo como ferramenta de análise significa identificar e diferenciar os lugares da luta política e os diferentes detentores de diferentes poderes com propostas de transformação ou de conservação que atuam no interior desses campos. Implica identificar e relacionar as hierarquias estabelecidas entre os detentores de diferentes espécies de capital material ou simbólico que ocupam diversas posições na luta pela alteração dessas próprias posições e relações de poder.

O conceito de campo político sugere a reconstrução da estrutura do mundo social no qual o objeto de estudo está imerso. O espaço e o campo de lutas e de forças a partir dos quais as visões de mundo em disputa se formaram e saíram vitoriosas ou derrotadas, mantendo ou desfazendo o que a história havia feito até então. Razões pelas quais parece importante enfatizar que o campo político é, sobretudo, um espaço de luta. O espaço de discussão, transformação, liberdade e versões/verdade que é a política não é um espaço tranquilo, mas um complexo campo de luta dentro do qual se verifica uma disputa pela manutenção ou transformação de uma visão de mundo que se pretende hegemônica. É um lugar de definição contínua de posições, classificações e representações.

A possibilidade de ampliação do campo político aberta pela organização do comício da Central gerou, na sociedade da época, uma expectativa de alteração no próprio desenho do Estado. O governo Goulart esforçou-se para alterar a forma tradicional como poder público era encarado, as suas relações com a sociedade e a relação de forças entre a sociedade civil organizada e o Poder Legislativo. Mexeu com concepções importantes para o exercício da política, especialmente no que se refere ao conceito de democracia. Entre as armas utilizadas para isso estava um projeto trabalhista de reformas que se intitulava um projeto para a nação e

não exclusivo para os trabalhadores. A possibilidade de viabilização desse projeto engendrou intensa luta política dentro do campo parlamentar, incluindo sucessivas proposições e tensas negociações referentes à reforma agrária. Esgotadas as tentativas de conciliação por esta via, o governo decidiu buscar apoio e legitimidade na sociedade ampliando o espaço destinado ao fazer político.

O mesmo trabalhismo que na década de 1950 estava relacionado estritamente à defesa da legislação trabalhista criada no governo Vargas de 1937 a 1945, adquiriu novo sentido no governo Goulart. Surgiu então como um conjunto de reformas de reestruturação social que extrapolava o campo das leis do trabalho e atingia modificações no desenho estatal. Parece ter sido largamente utilizado como estratégia de aglutinação e de ampliação do apoio popular. A experiência ia transformando a linguagem, que, por sua vez, se configurava numa tentativa de decodificação do vivido.

Tanto os discursos proferidos durante o comício da Central, quanto os que integraram a luta política e que podem ser acompanhados nos periódicos da época, são entendidos no interior do contexto linguístico no qual estavam imersos. Por isso, seria muito difícil encontrar definições fixas e inequívocas para designações como “populista” ou “sindicalista”. Para além dos seus significados entendidos hoje como tradicionais, esses termos integraram, entre 1961 e 1964, uma disputa política na qual foram frequentemente utilizados por um grande e heterogêneo grupo político para desqualificar o adversário no governo.

Os populistas tornaram-se, nesse sentido, sempre o outro, em oposição às próprias características de quem falava, ligadas à ordem, à honestidade e à legalidade. Carlos Lacerda, por exemplo, utilizou habilmente o código linguístico disponível para misturar, confundir e construir conceitos que desqualificavam de uma só vez uma série de diferentes grupos sociais e políticos por ele chamados de “comuno-anarco-sindicalistas”, “carreiristas-militares-nacionalistas”, etc. A linguagem refletiu grande parte do contexto político vivido naquele momento. E a fala, o próprio discurso, correspondeu, também em parte significativa, às apropriações feitas da linguagem que a transformavam em eficaz instrumento de luta política.

Os discursos atribuídos aos homens e aos grupos que formaram a oposição ao governo trazem constantes referências ao comunismo para designar a política trabalhista. Também eles utilizaram a linguagem como arma política. Alteraram ou atribuíram novos significados a palavras conhecidas, criando novas palavras para designar sentimentos ainda sem nome. Entre estes, o medo da inserção política dos trabalhadores, o pavor das manifestações públicas dos setores populares e o temor que a possibilidade de mudanças lhes causava.

É verdade que uma conjuntura política internacional de guerra fria contribuiu para a difusão da ideia do terror vermelho no Brasil. Entretanto, o conceito de comunismo foi constantemente utilizado pelos grupos de oposição ao governo Goulart para vincular as reformas sociais a uma possível infiltração comunista. Transformado em arma política, o

comunismo surgiu como um importante argumento de persuasão sobre os indivíduos e os grupos ainda indecisos quanto às possibilidades de golpe para derrubar o governo Goulart.

No período do governo João Goulart, entre 1961 e 1964, também se pode dizer que foi inaugurado um momento de transformações nas concepções de passado e de futuro por parte da sociedade. Num passado político recente, que remetia aos anos de 1930 e aos governos de Getúlio Vargas, uma série de direitos trabalhistas, até então impensáveis, foram concedidos, modificando a condição de cidadania dos trabalhadores urbanos. O processo foi frequentemente entendido como resultado das sucessivas tentativas de organização e das pressões exercidas por essa massa de homens. Ou, por outro lado, como concessões feitas de cima para baixo que acompanharam um momento mundial de reconhecimento desses direitos. De todo modo, os trabalhadores aprenderam a utilizar os instrumentos que adquiriram nesse processo, como a legislação e a justiça trabalhista, para defender e ampliar sua nova condição.

A chegada de um político trabalhista à presidência da República, em 1961, em circunstâncias adversas – que deram aos movimentos populares papel indispensável na luta pela posse de João Goulart – alterou e redimensionou todo o horizonte de expectativas dessa população, com a qual o novo presidente foi assumindo compromissos cada vez maiores. O passado tornou-se nesse momento, para os grupos aos quais Goulart se dirigia – trabalhadores, camponeses, sindicalistas –, cada vez mais um inimigo opressor. Enquanto isso, o futuro parecia lhes sorrir com a possibilidade de reformas. Reforma agrária, tributária, eleitoral e constitucional. Comunistas, estudantes, militantes petebistas e simpatizantes das reformas se enfileiraram no que pensaram ser as trincheiras dessa luta que levaria a um futuro diferente do passado indigno do qual fugiam.

Programa, poder e luta política

O discurso de João Goulart no comício da Central do Brasil é emblemático no sentido de expor o nacionalismo do projeto político trabalhista para além das suas percepções mais recorrentes. O trabalhismo nacionalista ao tempo de Goulart não era o mesmo da redemocratização. Na década de 1960, a Segunda Guerra já havia produzido seus vencedores, e vivia-se o clima da guerra fria com o agravante, para a América Latina, da Revolução Cubana em 1959. Não interessava mais a uma parcela importante da sociedade, sobretudo aos grandes empresários e latifundiários, esquivar-se do capital internacional e das relações políticas e econômicas com as forças estrangeiras, especialmente as norte-americanas. Foi assim que coube ao trabalhismo redefinir as suas bases nacionalistas, embora reafirmasse a construção nacional como projeto.

Em vários trechos de seu discurso no comício da Central, João Goulart se reportará à Nação. Sobre a reforma constitucional, o presidente afirmou: “Há a necessidade, trabalhadores,

da revisão da Constituição da nossa República, que não atende mais aos anseios do povo e aos anseios de desenvolvimento desta Nação⁴”. Reforma agrária: “A reforma agrária só prejudica uma minoria de insensíveis que deseja manter o povo escravo e a Nação submetida a um miserável padrão de vida”. E ainda: “Governo nenhum, trabalhadores, povo nenhum, por maior que seja o seu esforço, e até mesmo o seu sacrifício, poderá enfrentar o monstro inflacionário que devora os salários, que inquieta o povo assalariado, se não forem efetuadas as reformas de estrutura e de base exigidas pelo povo e reclamadas pela Nação”. Mais à frente, João Goulart se dirige ao Congresso Nacional: “... Em nome destas cento e cinquenta ou duzentas mil pessoas que aqui estão, faço caloroso apelo ao Congresso Nacional para que venha ao encontro das reivindicações populares, para que, em seu patriotismo, sinta os anseios da Nação, que quer abrir caminho, pacífica e democraticamente, para melhores dias”. E finalizando: “À medida que esta luta apertar, sei que o povo também apertará a sua vontade contra aqueles que não reconhecem os direitos populares, contra aqueles que exploram o povo e a Nação”.

O presidente Goulart evocava, então, o povo a uma luta em nome da Nação. Passava a utilizar o nacionalismo como um recurso ideológico que o tornava sinônimo de público. Ser nacionalista passava a significar colocar o interesse de todos, o interesse público, em primeiro lugar. Por várias vezes durante o discurso, referiu-se a uma minoria reacionária e pediu apoio àqueles que colocavam os interesses da pátria acima dos interesses privados. Dessa forma, o trabalhismo buscava enfatizar algo fundamental para a coesão do grupo: o sentimento de pertencimento a uma comunidade política. Contra o individualismo, o antiassociativismo, a insegurança e a formação de agentes sociais isolados, o trabalhismo, como projeto político, ofereceu uma causa comum em torno da justiça social.

Por outro lado, vale dizer que a estratégia de apelar ao espírito público da população como fator de união nacional envolveu também alguns riscos políticos que não pareceram ter sido avaliados. Não foram poucas as organizações esquerdistas e os políticos reformistas militantes que levaram o trabalhismo nacionalista aos limites da sua radicalização. Em nome dos interesses públicos, nacionais ou populares, desprezaram a existência dos outros partidos políticos, das outras instituições estabelecidas e dos interesses em conservar a ordem vigente. Desse modo, adquiriram importante corresponsabilidade em relação ao acirramento do conflito político que levou à deposição do presidente Goulart e à aniquilação de qualquer projeto político de integração.

Em primeiro lugar, é preciso situar a luta do governo Goulart pela aprovação do projeto petebista de reforma agrária dentro de um contexto de forte mobilização social e de crescente ampliação dos espaços destinados à reivindicação política. A observação dos periódicos de grande circulação da época revela um quadro social de intensa politização das classes populares. Estes grupos participavam do jogo político por meio da criação de novos espaços

políticos. Faziam, desse modo, reuniões, greves, comícios e encontros nos quais declarações polêmicas estimulavam o clima de disputa e polarização.

Do mesmo modo, os grupos que se enfileiravam na oposição ao governo, como empresários, latifundiários, militares e classes médias, expunham seus medos e suas percepções diante da possibilidade de concretização das reformas, sobretudo manifestando-se contra a reforma agrária. Esses grupos agiam no sentido de criar e estimular uma ambiência de desordem, subversão e caos. Em seus discursos, as manifestações populares eram denunciadas como expressão da incapacidade do presidente de controlar as esquerdas radicais. Também a infiltração comunista e a possibilidade de um golpe sindicalista eram argumentos constantes nos textos sobre a crise política, especialmente no contexto das discussões parlamentares acerca dos projetos de reforma agrária.

Assim, no início de março de 1964, o *Correio da Manhã* traria em suas páginas políticas as seguintes notícias: “Encontro de camponeses na Guanabara. Camponeses do Rio de Janeiro e Guanabara realizaram ontem, no Sindicato dos Metalúrgicos, o primeiro encontro da classe para estudar a sindicalização rural, carteiras profissionais para o homem do campo e cumprimento do Estatuto do Trabalhador Rural⁵”, e “Reina intranquilidade em Recife. Continuam chegando a esta capital representantes das Associações Comerciais e de sindicatos patronais de todo o estado para a reunião programada pelas classes produtoras, na qual poderá ser determinada a paralisação geral das indústrias, usinas e comércio de Pernambuco⁶”.

Na mesma semana, a *Última Hora* publicava: “Governadores exigem reformas imediatas. À exceção do Sr. Carlos Lacerda, onze governadores resolveram, durante a reunião realizada sábado e domingo em Salvador, recomendar ao Congresso a imediata aprovação das leis referentes às reformas de base. A recomendação não constou da declaração final da reunião, sendo, contudo, encaminhada como subsídio ao povo, para que tenha conhecimento do pensamento dos governadores sobre o assunto⁷” e “Tensão em Pernambuco. Em agitada assembléia realizada ontem, 600 fornecedores de cana do estado decidiram que todos os seus bens e propriedades poderão ser requisitados, negociados ou trocados por armas, com as quais eles pretendem enfrentar a greve dos 200 mil camponeses que transcorre pacificamente sem as alegadas violências contra os proprietários, segundo o relatório apresentado por cinco oficiais da polícia militar que percorreram as regiões afetadas pelo movimento dos trabalhadores. “... Melhor do que qualquer solidariedade é uma metralhadora ponto 30” – disse o líder dos fornecedores, acrescentando: “Convoco todos à união. Estamos em plena revolução. Reuniões de cúpula não resolvem mais nada. Só na marra se conseguirá alguma coisa⁸”.

As considerações feitas acima, assim como as fontes apresentadas, pretendem reforçar a ideia de que a discussão em torno da reforma agrária e também a constituição do comício da Central ocorreram em meio a um contexto de acirramento da crise política, provocado, sobretudo, pela ampliação dos espaços políticos no Rio de Janeiro e da atuação da sociedade civil.

Durante o comício da Central, o presidente afirmou: “... a dignidade da pessoa humana exige normalmente, como fundamento natural para a vida, o direito e o uso dos bens da terra, ao qual corresponde a obrigação fundamental de conceder uma propriedade para todos”; “... espero que dentro de menos de sessenta dias já comecem a ser divididos os latifúndios das beiras das estradas, os latifúndios ao lado das ferrovias e dos açudes construídos com o dinheiro do povo, ao lado das obras de saneamento realizadas com o sacrifício da nação”. E perguntou: “Como garantir o direito de propriedade autêntica quando, dos quinze milhões de brasileiros que trabalham a terra no Brasil, apenas dois milhões e meio são proprietários?”. E por fim: “O nosso lema, trabalhadores do Brasil, é progresso com justiça, e desenvolvimento com igualdade... Nada disso terá sentido profundo se ao homem não for assegurado o sagrado direito ao trabalho e a uma justa participação no desenvolvimento nacional”.

Goulart expressava o entendimento de que a reforma agrária legitimava-se por um imperativo do próprio capitalismo e, portanto, do desenvolvimento e do progresso do país. Lembrava os benefícios que a redistribuição e a formação de novos consumidores e proprietários trariam também aos industriais e comerciantes. Além disso, referia-se à necessidade da reforma como uma questão moral invocando o papa João XXIII e os princípios da Igreja Católica. Justificava a questão por meio de argumentos históricos que resgatavam o processo de distribuição de terras no Japão do pós-guerra, na Itália “ocidental e democrática”, no México e na Índia. A todo custo, o discurso do presidente tentava dissociar a reforma agrária do desrespeito à propriedade privada e do comunismo. Esforçava-se por construir uma fala de aparência neutra, quase científica, sobre o tema.

No comício da Central, em 13 de março de 1964, João Goulart exaltadamente explicou que a reforma agrária não subverteria as relações capitalistas de produção. Mas, pelo contrário, reforçava-as e favorecia o desenvolvimento econômico. Afirmou o presidente: “Reforma agrária com pagamento prévio do latifúndio improdutivo, à vista e em dinheiro, não é reforma agrária. Reforma agrária como consagrado na Constituição, com pagamento prévio e a dinheiro é negócio agrário, que interessa apenas ao latifúndio, radicalmente oposto aos interesses do povo brasileiro”. E em seguida: “E é claro, trabalhadores, que só se pode iniciar uma reforma agrária em terras economicamente aproveitáveis. É claro que não poderíamos começar a reforma agrária, para atender aos anseios do povo, nos estados do Amazonas ou do Pará. A reforma agrária deve ser iniciada nas terras mais valorizadas e ao lado dos grandes centros de consumo, com transporte fácil para o seu escoamento”.

João Goulart tornava inimigos do governo os latifundiários. Aniquilava, com o discurso no comício da Central, quaisquer formas de entendimento com os grupos proprietários e associações rurais. Por mais que sua carreira política tenha demonstrado uma tendência clara à conciliação e ao apaziguamento, e ainda que tenha escolhido o caminho constitucional para a concretização das reformas em meio às possibilidades mais radicais oferecidas por parte das esquerdas, João Goulart delineava e distinguia um projeto político em luta. Pode-se dizer

que era menos uma questão de radicalização do que de luta política, tal qual se observava em outros grupos, como os udenistas e os próprios ruralistas.

O comício estava longe de ser a revolução. Entretanto, e de grande importância, o acontecimento do dia 13 de março elevou o conflito do início dos anos 1960 a uma profunda cisão política e social. No limite, esse processo de polarização expressava o embate entre as possibilidades de uma política integracionista e os limites da democracia representativa. Acenou para uma divisão política e social entre as possibilidades de ampliação democrática e transformação do Estado e as ameaças à conservação da ordem vigente, à manutenção de uma percepção da sociedade sobre a política ligada, sobretudo, aos limites da fórmula democrática liberal.

Quanto à política agrária, o governo adotou a estratégia de se valer de medidas que não exigiam ações legislativas para serem implantadas (NOBUAKI, 2005). Surgiu então publicamente o decreto da SUPRA, que declarava serem de interesse social e, portanto, desapropriáveis, as áreas com mais de 500 hectares “compreendidas entre um raio de 10 km dos eixos de rodovias e ferrovias federais e as terras beneficiadas ou recuperadas por investimentos da União em obras de irrigação, drenagem e açudagem”. Quanto ao isolamento político do PTB e à falta de reconhecimento do espaço político parlamentar em relação às demandas reformistas, eis que surgiram os preparativos para o comício da Central.

É importante destacar os limites dessas medidas. Nenhuma das duas decisões resolveria definitivamente problemas concretos. Entretanto, sua combinação mostrou grande impacto na luta política da época. Durante o próprio comício, o presidente afirmou:

Trabalhadores, acabei de assinar o decreto da SUPRA. Assinei-o, meus patrícios, com o pensamento voltado para a tragédia do irmão brasileiro que sofre no interior de nossa pátria. Ainda não é aquela reforma agrária pela qual lutamos. Ainda não é a reformulação do nosso panorama rural empobrecido. Ainda não é a carta de alforria do camponês abandonado. Mas é o primeiro passo: uma porta que se abre à solução definitiva do problema agrário brasileiro. O que se pretende com o decreto que considera de interesse social, para efeito de desapropriação, as terras que ladeiam eixos rodoviários, leitos de ferrovias, açudes públicos federais e terras beneficiadas por obras de saneamento da União, é tornar produtivas áreas inexploradas ou subutilizadas, ainda submetidas a um comércio especulativo, odioso e intolerável. Não é justo que o benefício de uma estrada, de um açude ou de uma obra de saneamento vá servir aos interesses dos especuladores da terra, que se apoderam das margens das estradas e dos açudes. A Rio-Bahia, por exemplo, que custou setenta bilhões de dinheiro do povo, não deve beneficiar os latifundiários, pela multiplicação do valor de suas propriedades, mas sim o povo. Não o podemos fazer, por enquanto, trabalhadores, como é de prática corrente em todos os países do mundo civilizado: pagar a desapropriação de terras abandonadas em títulos da dívida pública e a longo prazo (...). Por isso o decreto da SUPRA não é a reforma agrária. Sem reforma constitucional, trabalhadores, não há reforma agrária autêntica (...).

Tirando os excessos da oratória política, João Goulart conhecia os limites do decreto da SUPRA. Sabia que, embora a Superintendência de Reforma Agrária não fosse órgão subordinado ao Poder Legislativo, para que a redistribuição de terras por meio de desapropriação por interesse social fosse executada, o Poder Executivo não poderia prescindir da aprovação de emenda constitucional pelo Congresso. Tal emenda deveria autorizar o pagamento das indenizações em títulos da dívida pública. Segundo Argelina Figueiredo (1993), o decreto atingiria, sobretudo, proprietários rurais ligados ao PSD, “cuja influência política resultou em desvios nas rotas de estradas federais de forma a beneficiar as suas propriedades”.

Por um lado, o governo, através do PTB, encontrava-se isolado no sistema político partidário. Suas medidas perdiam a legitimidade em face da aliança que se estabelecia entre PSD, partido majoritário, e UDN, grande partido de oposição. O sistema político representativo parecia não comportar o desejo de ampliação da representação. Por outro lado, a carreira política de João Goulart demonstrava o caráter conciliador do presidente, e o governo jamais se mostrou imbuído de pretensões totalitárias. Assim, em descompasso com a democracia liberal tal como estava posta e rejeitando soluções autoritárias, o governo optou pela criação de um novo espaço político. O comício marcado para o dia 13 de março de 1964 asseguraria um novo campo de discussão política, público, sem restrições em relação à participação, além de um campo de manobra voltado para a opinião. Regatava-se a ideia do comício público como acontecimento capaz de construir um consenso entre as esquerdas e pressionar o Congresso Nacional por meio da pressão exercida pela opinião popular.

Considerações finais

De acordo com Hannah Arendt (*Apud* CORREIA, 2002), se no totalitarismo a liberdade fora aniquilada, no caso das democracias representativas, fundadas no sistema de partidos políticos, ela tenderia a se restringir ao mínimo, na medida em que o espaço público se transformara em um mercado de trocas econômicas destinadas à manutenção das necessidades vitais da sociedade. Entre a despolitização que Arendt enxergou na modernidade, no que se refere à minimização da participação política e do exercício da soberania, e a hiperpolitização totalitária que a autora viveu durante a Segunda Guerra Mundial, o trabalhismo surgiu no Brasil com uma proposta alternativa de restabelecimento da democracia participativa (DUARTE, 2002), ainda que com suas limitações. Ainda que dentro das regras democráticas vigentes, ao renovar o interesse dos cidadãos pela participação política e pelo debate público, conferindo-lhes lugar, reconhecimento e legitimidade num novo espaço público de discussão política. Não se tratava, claro, de incluir toda a população diretamente, o que seria impossível, mas de multiplicar os espaços públicos a fim de que mais pessoas pudessem participar da política em diversos níveis. Talvez tenha sido exatamente este o papel histórico cumprido pelo comício da Central.

O trabalhismo reformista, entretanto, questionou e propôs mudanças nos comportamentos políticos mais tradicionais, mas não nas regras do jogo democrático. O trabalhismo e seu modo de fazer política por meio de movimentos sociais e da construção de movimentos de opinião, eram partes constitutivas das regras daquele jogo, embora se pudesse observar claramente o enraizamento de percepções da sociedade sobre a política em sentido radicalmente oposto. Inclusive, um dos resultados dessa conformação do trabalhismo brasileiro à disputa democrática era a impossibilidade de que tivesse por efeito a revolução ou a subversão do sistema, mas sim a luta pela capacidade de reformá-lo.

Vale ainda a seguinte observação: os termos “direitas” e “esquerdas” apareceram diversas vezes para identificar a posição do agente ou do grupo no campo político. Entretanto, os termos foram utilizados na descrição de um tempo no qual faziam parte do léxico político e constantemente serviam como instrumentos de acusação e desqualificação política. Por essa razão, é preciso esclarecer que, quando citado na análise histórica, o termo “esquerda” se refere a uma percepção da realidade e da política que tende a ser favorável à igualdade e, portanto, esforça-se por reduzir as concentrações de riquezas, terras, capitais, poderes, etc. Isto, por sua vez, não significa que a esquerda seja sempre igualitária e sobre todas as coisas, e que a direita não o seja nunca. Já o termo “direita” se relaciona à defesa do *status quo*, da ordem e da tradição, além das desigualdades naturais entre os homens.

João Goulart não era um revolucionário. Não defendia um programa político revolucionário, e o comício da Central não fez parte de um processo que se pretendia revolucionário. O trabalhismo como projeto político respeitava o sistema capitalista, assim como as medidas governistas tinham limitações claras em relação ao processo de redistribuição de riquezas e de poderes. Mesmo a assinatura do decreto da SUPRA, realizada durante o comício da Central, esbarrava na necessidade de aprovação parlamentar de reforma constitucional para que a reforma agrária se efetivasse.

Pouco mais de duas semanas após o comício da Central, quando foi deflagrado o golpe, mesmo os grupos mais radicais do cenário político brasileiro, atuando na legalidade ou na clandestinamente, ficaram paralisados diante da decisão de Goulart de não resistir. Com base na análise da mídia impressa como fonte principal de pesquisa, é possível afirmar que, até a realização do comício da Central e, possivelmente, até a deflagração do golpe civil-militar de 1964, não havia entre as esquerdas um projeto efetivo de tomada do poder por vias autoritárias. A facilidade e a rapidez com que o golpe militar se estabeleceu são argumentos contundentes quanto à falta de apoio do governo nos meios militares e, principalmente, quanto à ausência de preparação das esquerdas para um confronto armado. O golpe se deu sobre uma ameaça construída e imaginada no jogo político entre as possibilidades de reformas e a conservação das estruturas políticas e sociais.

Entretanto, a ação fulminante de aniquilação, repressão e opressão, que marcou o estabelecimento e a consolidação da ditadura militar brasileira, provocou alterações

importantes nesta situação. Uma vez desencadeado um processo considerado irreversível de caça não só aos políticos e militantes ligados ao governo Goulart, mas também a jornalistas, pesquisadores e intelectuais tidos como democratas, além de políticos como Juscelino Kubitschek e mesmo Carlos Lacerda, a violência passou a ser adotada como alternativa única de resistência política por todos esses diferentes grupos atingidos pelo autoritarismo militar. Entretanto, essas são questões que estão além dos objetivos e das possibilidades deste artigo. Surgiram com o desenvolvimento da pesquisa e parecem importantes elementos para futuras reflexões, especialmente nos dias atuais, quando se retomam as discussões em torno da Comissão Nacional da Verdade, das políticas públicas de reparação e, especialmente, sobre o que resta da ditadura no arcabouço jurídico e na cultura política brasileira.

Notas

¹ O autor ressalta o ineditismo dessa conjuntura de lutas sociais, cujo marco inicial teria sido a renúncia do presidente Jânio Quadros em agosto de 1961.

² A autora destaca as transformações no Trabalhismo brasileiro das décadas de 1940 e 1950 para a década de 1960, em que um viés reformista ganha cada vez mais força dentro do PTB e do projeto trabalhista que se construía.

³ **Folha de S. Paulo**, 5 de dezembro de 2009, p. 26.

⁴ O discurso de João Goulart no comício da Central pode ser encontrado na íntegra em: Carlos Fico. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁵ **Correio da Manhã**, 1º de março de 1964, p. 2.

⁶ **Correio da Manhã**, 3 de março de 1964, primeira página do segundo caderno.

⁷ **Última Hora**, 3 de março de 1964, primeira página. Os governadores em questão na notícia eram os representantes dos seguintes estados: BA, CE, GO, RJ, RGN, AC, entre outros.

⁸ **Última Hora**, 4 de março de 1964, p. 2, continuação da matéria de primeira página.

Referências Bibliográficas

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A Utopia fragmentada**: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.

ARENDT, Hannah. **O que é Política**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.

_____. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BAUMAN, Zygmunt. **Em busca da política**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo**: Hannah Arendt entre a filosofia e a política. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.

D'ARAÚJO, Maria Celina. **Visões do golpe**. A memória militar de 1964. Relume Dumará, Rio de Janeiro, 1994.

_____. "O estável poder de veto das Forças Armadas sobre o tema da anistia política no Brasil", In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol.28, nº48. jul-dez 2012, pp. 573-597.

DARIN, Sílvia. **Hércules 56**: o sequestro do embaixador americano em 1969. Rio de Janeiro, 2007.

DEBRAY, Régis. **A revolução na revolução**. São Paulo: Centro Editorial Latino-Americano, [s.d.].

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. "Brasil: 1954 - Prenúncios de 1964", In: **Varia História**, Belo Horizonte, vol.21 nº 34, julho de 2005.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves e FERREIRA, Jorge. **O Brasil Republicano**: O tempo do nacional estatismo do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo - Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira. 2003.

- DUARTE, Adriano (Coord.). "Hannah Arendt e a modernidade: esquecimento e redescoberta política", In: CORREIA, Adriano (Coord.). **Transpondo o abismo: Hannah Arendt entre a filosofia e a política**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- FICO, FERREIRA, ARAUJO & QUADRAT (Orgs.). **Ditadura e Democracia na América Latina**. Rio de Janeiro: FGV, 2008.
- FICO, Carlos. **Além do golpe**. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- FERREIRA, Jorge e REIS, Daniel Aarão (Orgs.). **Nacionalismo e reformismo Radical (1945-1964)**. As Esquerdas no Brasil. vol. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- FERREIRA, Jorge. **Leonel Brizola, as esquerdas e a radicalização política no governo Goulart (1961-1964)**. [s.i.].
- _____. "A Legalidade Traída: os Dias Sombrios de Agosto e Setembro de 1961", In: **Tempo**, Rio de Janeiro, Vol. 2, nº 3, 1997, pp. 149-182.
- _____. **O Brasil Republicano**, v. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- _____. **João Goulart: uma biografia**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.
- FIGUEIREDO, Angelina M. **Democracia ou reformas?** Alternativas democráticas à crise política. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- MELO, Demian Bezerra. **O Plebiscito de 1963: inflexão de forças na crise orgânica dos anos 60**. Niterói: Instituto de Ciências Humanas e Filosofia / Departamento de História, 2009 (Dissertação de Mestrado).
- NAPOLITANO, Marcos. **História do regime militar brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2014.
- NEVES, Lucília de Almeida. "Trabalhismo, Nacionalismo e Desenvolvimentismo: um projeto para o Brasil (1945-1964)", In: FERREIRA, Jorge (Org.). **O Populismo e a sua história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.
- NOBUAKI, Nilson. "A questão da reforma agrária no governo João Goulart". In: [s.i.], vol. 27, nº 1, 2005, pp. 69-86.
- REIS FILHO, Daniel Aarão e SÁ, Jair Ferreira de. **Imagens da Revolução**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1985.
- _____. **História do Marxismo no Brasil: o impacto das revoluções**. Volume 1. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- _____. **Ditadura Militar, esquerdas e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- REIS FILHO, Daniel. "As esquerdas no Brasil. Culturas Políticas e Tradições", In: FORTES, A. **História e perspectivas da esquerda**. São Paulo: Perseu Abramo, 2005.
- _____. **Ditadura e democracia no Brasil**. Rio de Janeiro, Zahar, 2014.
- RICOEUR, Paul. "Esprit, nº 210" (1995), pp. 77-82. Texto de uma conferência proferida no Templo da Estrela, na série "Dieu est-il crédible?". O título foi-lhe atribuído pelos organizadores. Foi pela primeira vez publicado em português na revista **Viragem**, nº21, 1996, pp. 26-29.
- RICOEUR, Paul. **Tempo e narrativa**. Campinas: Papirus, 1997, 3 volumes.
- RIDENTI, Marcelo. **O fantasma da revolução brasileira**. São Paulo: Editora UNESP, 1993.
- _____. "As oposições à ditadura. Resistência e integração", In: AARÃO, Daniel et al. **A ditadura que mudou o Brasil. 50 anos do golpe de 1964**. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

Recebido em 01/02/2016

Aprovado em 20/04/2016

De Real a Florestal, e até no carnaval: as narrativas do Horto e os sonhos, aspirações e conflitos de seus habitantes encarnados na paisagem e no lugar

From Royal preserve to Forest Reserve, and even in Carnival: narratives of the Horto and its residents' dreams, aspirations and conflicts embodied in landscape and place

Cássio Lopes da Cruz Novo

Geógrafo, Especialista em Análise Ambiental e Gestão de Território, Mestre em Geografia e Doutorando em Geografia pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IGEOG-UERJ).

Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ)

cassiolcnovo@gmail.com.br

RESUMO: De Real a Florestal, a localidade do Horto existe há séculos no Rio de Janeiro. Há décadas moradores mais antigos sofrem ameaças recorrentes de remoção influenciando suas vidas e, por conseguinte, impactando decisivamente suas relações com os demais habitantes da cidade e com o espaço geográfico. Seus dramas e conflitos, bem como desejos, sonhos e aspirações, podem ser percebidos em narrativas que resgatam o passado diante de questões que surgem no presente, ao passo que o futuro é vislumbrado por frestas repletas de incertezas e sonhos. Este trabalho percorre os caminhos e desventuras afetivos da geografia desse lugar, apreendendo como as imaginações de seus habitantes e transeuntes vinculam-se às suas interações com o mundo vivido. Ações como a criação de um bloco carnavalesco, assim como apropriação, (re)significação e modificação da paisagem, oportunizam compreender como os habitantes do Horto explicitam as preocupações com a moradia, os desejos de permanecer física e simbolicamente onde estão e os receios de perder o seu lugar no mundo. Paisagem e lugar, conceitos-chave da ciência geográfica, encarnam os sonhos, as aspirações e os conflitos da comunidade do Horto.

Palavras-chave: Paisagem, Lugar, Geografia.

ABSTRACT: *From Royal preserve to Forest Reserve, the Horto district has existed for centuries in Rio de Janeiro. For decades the longest-standing residents have lived under the influence of recurrent threats of eviction, which have affected decisively their relations with the city's other inhabitants and with the geographical space. Their dramas and conflicts, as well as their desires, dreams and aspirations, can be perceived in narratives that reinstate the past in view of issues arising in the present, while the future is envisaged through cracks teeming with uncertainties and dreams. This study traces the affective pathways and misfortunes of the geography of this place, learning how the imaginations of its residents and visitors are tied to their interactions with the lived world. Actions such as the founding of a carnival group, as well as the appropriation, (re)signification and modification of the landscape, offer opportunities to understand how the residents of the Horto state their concerns with housing, the desires to stay physically and symbolically where they are, as well as their fears of losing their place in the world. Landscape and place, key concepts in the science of Geography, embody the dreams, aspirations and conflicts of the Horto community.*

Keywords: *Landscape, Place, Geography.*

Primeiros passos

A comunidade conhecida como Horto Florestal, ou apenas Horto, localiza-se no bairro do Jardim Botânico, Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. No interior de seus limites existem centenas de moradias e ali vivem famílias historicamente vinculadas ao lugar no qual seus antepassados viveram (BIZZO; SALES e NEVES, 2005). Segundo as autoras, o processo de ocupação do espaço ocorreu nas áreas do antigo e extinto Real Horto (hoje o (pelo) Instituto de Pesquisas do Jardim Botânico do Rio de Janeiro), em área ocupada pela Fábrica de Tecidos Carioca. Há vilas operárias construídas em seu entorno cuja função primordial foi a de oferecer aos seus funcionários moradia próxima ao local de trabalho.

Esta área, antiga parcela das sesmarias doadas pela Coroa portuguesa aos patrícios que vieram explorar e desenvolver a agromanufatura açucareira, testemunhou e recebeu a força de trabalho imposta coercitivamente aos indígenas e negros escravizados. Em seguida, foi alterada e percorrida por trabalhadores assalariados. Hodiernamente, é ocupada por descendentes desses grupos, acrescidos de pessoas oriundas de outras áreas do Rio de Janeiro, do Brasil e de fora do país. É habitada e frequentada cotidianamente por pessoas de distintas classes socioeconômicas. E percorrida por ciclistas, trabalhadores a caminho de suas atividades laborativas, aposentados exercitando-se pelas ruas, esquinas, e por ladeiras arborizadas.

Em tempos de festividades e celebrações, recebe, media e influencia as interações de seus moradores com visitantes. Isto por ser um lugar histórica, social e culturalmente qualificado por aqueles que se envolvem com suas trajetórias e dinâmicas. No interior de seus limites, sobretudo durante o período da folia momesca, desenrolam-se os processos de concepção, organização, concentração e início do desfile do bloco Vagalume O Verde. Mas por que estamos a iluminar o carnaval e um bloco em especial? Acreditamos na potência reveladora das festas, mormente a carnavalesca, no que tange a tornar visível os aspectos mais dramáticos e essenciais das relações existentes entre pessoas e destas com o ambiente no qual interagem, o qual dotam de sentido e para o qual (re)criam significados. Entendemos que as manifestações festivas alteram física e simbolicamente o espaço geográfico onde ocorrem. O espaço, por sua vez, media e influencia os sentidos e caminhos de idealização, realização e reflexão sobre as festas. Todas essas transformações se desenvolvem nos períodos antecessores, durante e após sua consumação.

Iluminamos, nesses compassos, o bloco carnavalesco Vagalume O Verde. Nossa pesquisa nos forneceu a oportunidade de ouvir e compreender os anseios, desejos, conflitos e tensões da comunidade do lugar, capturados e efetivados pelo bloco (NOVO, 2015). A partir de suas trajetórias e narrativas carnavalescas, a agremiação compõe o mosaico de atores e agentes atuantes e modificadores do lugar e componentes de sua paisagem. Neste caso, são transformações e composições visceralmente conectadas com a essência do mundo vivido da comunidade do Horto. Entre a quarta-feira de cinzas e a entrega das chaves para o Rei

Momo abrir o próximo carnaval, a rotina novamente se instala na localidade. E mais uma vez é possível observar a circulação de casais contemplando a beleza cênica, gestantes posando para fotografias no interior e exterior do Jardim Botânico, carros e caminhões das empresas que funcionam no local, estacionados ou em movimento, motoristas objetivando fugir do trânsito de vias com fluxo maior de veículos, além de uma variedade de pessoas que, em suas rotinas espaçotemporais, cooperam para que observemos o que Seamon (2013) sugere ser o “balé do lugar”.

Um balé, entretanto, requer um palco ou um cenário para acontecer. Em pesquisa anterior, compreendemos que “a chegada da mão de obra composta por negros escravizados é uma relevante peça no complexo mosaico capaz de apresentar o Horto” (NOVO, 2015). Se entendermos o Horto como cenário, é preciso considerar suas especificidades para compreender como os atos e as cenas se desenrolam sobre si e de que maneira são apresentados e influenciados por suas características e aspectos próprios. A herança e a ancestralidade daqueles habitantes e trabalhadores constituem algumas das partículas fundamentais das narrativas – e estratégias – (re)criadas sobre o Horto e acerca de suas transformações e permanências. São elas, ainda que não exclusivamente, que nos permitem vislumbrar alguns dos principais conflitos e tensões vivenciados na localidade, presentes até os dias atuais nas relações entre moradores e o ambiente no qual vivem.

Mas, afinal, como podemos perceber tantas questões e, mais importante, compreendê-las?

A proposta consiste em caminhar pelas sendas da nova geografia cultural e de uma perspectiva humanista da geografia. Na primeira, preocupamo-nos em identificar e apreender os contextos e significados presentes nas relações entre os seres humanos e o espaço geográfico habitado e simbolizado. Na segunda, procuramos compreender as densas vinculações entre os seres humanos e o espaço com o qual interagem profundamente e de onde, por tantas vezes, miram o mundo projetando suas vivências. Em seus aspectos metodológicos, este trabalho dialoga com a nossa dissertação de mestrado sobre o referido bloco carnavalesco e sua relação visceral com o Horto e sua comunidade, reúne parte da bibliografia utilizada nessa pesquisa mais ampla e fundamenta-se sobre as entrevistas, idas a campo e experiências/vivências no Horto e arredores desde o início de 2013 até o momento de finalização deste artigo.

Nosso trabalho é encaminhado no âmbito da seguinte estrutura: esta primeira parte oferece um inicial e mais amplo entendimento das questões a serem abordadas. Incluídas neste início encontram-se as opções teóricas e metodológicas adotadas. A seguir, uma segunda parte na qual apresentaremos as possibilidades de perceber e compreender os dramas e desejos de pessoas encarnados na paisagem e no lugar onde interagem em sociedade. Além disso, objetivamos apresentar algumas das estratégias capazes de evidenciar essas narrativas e externar algumas dessas tensões percebidas no decorrer da pesquisa.

Uma derradeira parcela será constituída por arremates e algumas considerações finais nas quais buscamos sintetizar as reflexões oportunizadas durante o artigo e, por último, o referencial teórico consultado, manancial inspirador dos pensamentos e provocador das inquietudes que nos permitiram discorrer sobre o assunto.

Trilhas, trajetórias e caminhos

Muitas das relações e transformações da paisagem, aliadas às interações com o lugar, resultam de processos históricos, sociais e econômicos ocorridos. Estes se apresentam nas escalas nacional, estadual, municipal e, sem dúvida, na local. Nossa percepção dessas mudanças e reconfigurações varia de acordo com nossos objetivos e nossas capacidades analíticas e escolhas teóricas e metodológicas. As escalas de manifestação dos fenômenos são, portanto, variadas, e sempre mediadas pela nossa relação de observador e/ou investigador. A partir desta constatação, é preciso reconhecer que, embora nossa percepção esteja atrelada ao exposto acima, os fenômenos, ao atuarem com maior ou menor intensidade, extrapolando ou atravessando as escalas por intermédio das quais buscamos entendê-los, modificam-se, uma vez que também se alteram seus processos, suas dinâmicas, influências e os desdobramentos de suas consequências no espaço geográfico.

Nos recortes espacial, temporal e temático adotados, os elementos acima descritos, em sua pluralidade de manifestações em diversas escalas, permanecem ativos. Abordamos, contudo, o Horto contemporâneo enfocando as narrativas de sua comunidade e os significados dos sonhos, das aspirações e dos conflitos encarnados na paisagem e no lugar. Na fronteira de transição entre aquelas múltiplas escalas e o escopo destes recortes, aqueles elementos se apresentam em suas especificidades e singularidades. E serão algumas destas que iremos iluminar a partir deste ponto.

Entendemos a paisagem, nas linhas a seguir, como um híbrido resultante dos encontros e das influências mútuas do humano e do “natural”: a natureza física em suas formas e dinâmicas apropriadas e transformadas, material e simbolicamente, pelos seres humanos. Partimos, portanto, da condição de um espaço organizado e de obra coletiva das sociedades para um entendimento no qual a paisagem oferece – enquanto é – a concretude necessária para a materialização do lugar. Buscamos, tomando-a como categoria de análise, identificar e compreender os contextos e significados existentes e percebê-la como experiência.

Já o lugar nos interessa nas fronteiras do domínio do horizonte humanista geográfico. Para isso, a noção de geograficidade (DARDEL, 2011) é fundamental. Ela sustenta as ideias trabalhadas por autores subsequentes e que nos serviram como embasamento teórico e filosófico. Isto significa que o conceito, ou melhor, a *essência* lugar (HOLZER, 2012, p. 296), de base dardeliana, é compreendida e percebida a partir dos laços afetivos e de pertencimento continuamente (re)construídos entre os indivíduos e os grupos sociais que habitam e

(re)significam determinada parcela do espaço geográfico, tornando-a centro de significação do mundo vivido e experimentação intensa da vida (HOLZER, 2012, p. 282). Concordamos com Edward Relph quando nos sugere que a essência do lugar não é

meramente aquilo que possui raízes, conhecer e ser conhecido no bairro (...); o núcleo do significado de lugar se estende, penso eu, em suas ligações inextricáveis com o ser, com a nossa própria existência. Lugar é um microcosmo. É onde cada um de nós se relaciona com o mundo e onde o mundo se relaciona conosco (RELPH, 2012, p. 31).

Agindo assim, os seres humanos organizam seus sentidos, apropriam-se de sua espacialidade e tecem – com ele, sobre ele, e a partir dele – suas histórias individuais e coletivas. Do lugar lançam a mirada sobre o espaço que os rodeia, desafia e encanta (TUAN, 2013). O lugar lhes oferece o abrigo para perscrutarem o interior de suas almas, desejos e temores. Nele se posicionam para ver, sentir, viver, organizar e compreender o mundo.

De lusitanos decretos reais a imperiais, passando pelas decisões de uma República positivista objetivando ordem e progresso na Capital Federal, aqueles processos auxiliaram na reconfiguração da cidade e da sociedade do Rio de Janeiro. Formas e funções de equipamentos urbanos, valores e costumes sociais, muito do que havia foi sendo alterado de maneira mais ou menos acentuada na transição entre esses períodos. Tantas mudanças compuseram o mosaico de eventualidades e projetos responsáveis por moldar um novo país e, especificamente, um novo município. Além disso, colaboraram na transformação das paisagens existentes e ensejaram outras possibilidades de interações dos indivíduos com os (seus) lugares.

Destacamos, acima de outras questões, o processo de modificação e modernização de nossa cidade e de nossa sociedade. Este foi posto em marcha em ritmo e forças avassaladores. O projeto modernista e higienista implementado derrubou, anulou e substituiu traços e marcas do Rio. Destes, em imensa maioria, foram atacados e sublimados os atinentes às heranças físicas e simbólicas, como também o foram as geografias e as histórias, dos povos e culturas afro-ameríndias. Em complemento, e posteriormente, preteriu-se o projeto lusitano em favor de uma concepção francófila de cidade. Nesta última, ideias e conceitos sobre paisagismo e urbanismo franceses colocaram-se como modelo inspirador para que as reformas urbanas fossem efetivadas. Nas esferas social e cultural, os valores francos também foram alçados à condição de padrões a serem alcançados e replicados. Buscava-se, mais uma vez, a normatização dos hábitos e comportamentos da população reforçando a tentativa anterior de europeização dos espaços, paisagens e condutas da cidade e do povo. Pretendia-se transformar o Rio de Janeiro na “Paris dos trópicos”. A capital francesa fulgurava como um farol a nos guiar para o *progresso* e para o futuro.

É interessante refletir sobre que caminho análogo percorreu a manifestação carnavalesca por aqui. Inscrita e cooperando para a efetivação das reformas previamente mencionadas, esforçou-se para apagar características africanas e indígenas presentes nas festividades, almejou disciplinar a festa e torná-la ainda mais urbana, elitista, previsível e organizada.

Na sequência, ao longo do século XIX, aspirou a influenciar a adoção de novos rumos, renovadas formas e outros modos de comemorar o tríduo festivo com clara intenção de abandono da herança lusitana e de adoção do modelo francês, que se apresentava às elites da época como o modelo a ser emulado e alcançado (FERREIRA, 2002; 2004; 2005). Evidenciam-se as semelhanças dos projetos de cidade, sociedade e de carnaval em que os padrões e referências europeus, cortesãos e burgueses estiveram a definir – ou, ao menos, influenciar decisivamente – as transformações nas formas visíveis e na alma da cidade.

O intento dessas escolhas e decisões, aqui colocadas de maneira superficial e leviana como se não fossem, em essência, a síntese e a união de tantos processos mais ou menos convergentes, menos ou mais vitoriosos, durante o transcorrer de muitas décadas, não surtiu o efeito desejado e não alcançou os objetivos na plenitude pretendida por seus apoiadores. E não lograram êxito, quer permaneçamos nos referindo ao carnaval, quer ampliemos nossa mirada para a cidade em seu cotidiano e suas dinâmicas. E por que entendemos que não?

Indagar a paisagem e o lugar nos oferece a oportunidade de pensar sobre estas questões e a possibilidade de respostas a esta pergunta. A primeira é a chave para decifrar as múltiplas resistências às mudanças pretendidas e buscadas por meio de práticas e discursos efetivados nos planos das ideias e das ações. O segundo nos auxilia na percepção e compreensão do que se (re)vela quando utilizamos aquela chave para abrir, adentrar, sentir e experimentar o mundo vivido de indivíduos e grupos sociais ativos no espaço geográfico. Ambos encarnam as tensões e conflitos das lutas e intenções (ocorrentes) que ocorrem no espaço geográfico ao longo do tempo.

Uma e outro nos fornecem pistas e evidências de que houve – e ainda há – resistências, dinâmicas e novos – ou a retomada de antigos – projetos em ação. Descortinam a existência de oposição às concepções, narrativas e discursos hegemônicos de transformação, eliminação e modernização. Esta resistência, segundo entendemos, é ativa, pois plena de vida e potência (re)criadora. Nossa afirmação ecoa pesquisas e reflexões anteriores, sobretudo aquelas que transitaram pelas veredas que agora percorremos.

Algumas são capazes de nos apontar que o projeto de ordem e progresso, nos moldes daqueles postos em prática no Brasil, fracassou, na medida em que ainda é possível ouvir tambores ressoando, sambas sendo cantados e dançados em rodas, oferendas e grafites em esquinas e ruas, blocos carnavalescos subvertendo as normas presentes no cotidiano, além de uma miríade de disputas materiais e simbólicas pelos espaços, sentidos e vivências da cidade e, mais especificamente, do Horto. Também é possível identificar, espalhados pela cidade e na área em tela, a existência de “logradouros remanescentes de outrora, plenos de belos sobrados com seus gradis de ferro, sacadinhas, portas, janelas e cantarias” (MELLO, 2016). De certa maneira, em maior ou menor grau, questionam, antagonizam ou rejeitam aquele projeto moldado por padrões europeus e insistentemente desenvolvido e aplicado em nossas terras.

Para além da aparente – e certamente equivocada, se entendida por este viés – irrelevância ou ingenuidade da constatação de Mello, há a possibilidade de mergulhos profundos na essência dos lugares. Um dos caminhos se apresenta por intermédio da atenção minuciosa à paisagem. Mello remete a esta profundidade e nos convida a submergir com ele quando nos oferece suas palavras. Nessas imersões é possível perceber, acima da “teimosia” das formas e cores conservadas na paisagem, para além do “atraso” na transformação ou da “dificuldade” na eliminação daqueles logradouros, a existência e a manutenção de sentimentos de insurreição e rebeldia imanentes às teias afetivas de indivíduos e lugares. Estas se articulam às redes de pertencimentos tecidas e entrelaçadas pelos indivíduos em profunda ligação com o seu ambiente. Esta conexão incorpora, envolve e é atravessada pelas inter-relações daqueles com a paisagem e com a essência do lugar qualificado de sentidos, significados continuamente organizados e potência – de reinvenção – da vida.

Os logradouros de outrora, marcando e ressignificando a paisagem atual, nos convidam à possibilidade de transporte à temporalidade diversa desta. Possuem, no entanto, o vigor e a flexibilidade de nos ofertar, em acréscimo, a oportunidade de repensar e compreender as tensões e os processos enquanto ocorrem em nosso tempo presente. Os lugares de antigamente, desta maneira, estão vivos e ativos no passado incessantemente revisitado e modificado, estão presentes na atualidade e constituem peças fundamentais na construção de futuros possíveis. Isto, entretanto, ocorre de maneira diferenciada, e em ritmos distintos, pelos espaços e lugares da cidade.

No Horto, por exemplo, observamos os mesmos elementos incidindo sobre as dinâmicas espaçotemporais da paisagem e do lugar em diversas esferas de influência e espaços de poder. Estão presentes quando percebemos nas casas e quintais as pelejas e as disputas, materiais e simbólicas, pela manutenção de residências, das histórias comunitárias e do modo de vida de um grupo social. São tensões e angústias mascaradas – mais ou menos aparentes – que avançam ou retroagem no tempo. As estratégias e alguns dos embates ocorrem nos gabinetes de políticos, em salões da associação de moradores, nas ruas que recebem desfiles de blocos carnavalescos, nas salas de reuniões de executivos de grandes grupos midiáticos, em salas de estar, cozinhas e garagens de moradores do local. E, invariavelmente, carregam consigo a dimensão temporal nas falas dos interlocutores e nos argumentos e ideias subjacentes ao que é dito, pensado e praticado no espaço e sobre o espaço. Em nossas investidas de campo, recorrentemente nos deparamos com situações nas quais conversas acaloradas, projetos de atuação política, passeatas e cobranças às lideranças comunitárias aconteciam, quer estivessem relacionadas a eventos pretéritos, quer conectadas às possibilidades futuras do vir a ser do Horto e de sua gente.

As ações, o cotidiano e o comportamento dos habitantes do Horto acompanham e emulam parte do ocorrido em diversas outras áreas da cidade do Rio de Janeiro nas últimas décadas. Distintas e variadas temporalidades disputam olhares e protagonismo na

paisagem, permitindo – às vezes ocultando, em outras revelando, detalhes codificados de um determinado grupo social – rememorar ou reinventar um passado que se julga ocorrido. Antigas residências de trabalhadores fabris assumem nova função e oferecem um colorido charmoso à paisagem. Atualmente ofertam serviços e produtos especializados e não mais apenas moradia.

Há contraste entre os novos prédios corporativos, como, por exemplo, os da Rede Globo, espelhados, cercados por grades eletrificadas e demais inovações tecnológicas, e os antigos quintais das residências ameaçadas de remoção por parte do poder público. Há confronto entre os contemporâneos projetos de arquitetura, *design* e paisagismo urbano de docerias, padarias, restaurantes e bares remodelados e os puxadinhos e as construções improvisadas no interior de casas e abrigos de pessoas cujas famílias, por vezes, ocupam a área já há algumas gerações. A previsibilidade do processo de valorização da área, com a expulsão dos mais pobres, compete com as esquinas e ladeiras por onde circulam pessoas e histórias das mais variadas. Nelas ocorrem encontros entre transeuntes, turistas, moradores e trabalhadores do Horto. Muitas vezes discutindo, entre goles de cerveja, rótulos premiados de vinho, sanduíches, culinária japonesa ou churrasquinhos, o passado, o presente e as possibilidades de futuro do Horto e de sua gente.

Essas mesmas ruas, entre aclives e declives, emolduradas por árvores frondosas e sombras frescas, animadas pelo som de pássaros, ofertando esquinas e cruzamentos em profusão, permitem encontros capazes de forjar elos de afetividade, pertencimento e companheirismo entre as pessoas e o seu ambiente. Elos pertencentes a uma corrente poderosa o suficiente para enganchar as trajetórias individuais e coletivas de indivíduos entre si e destes com o seu lugar. Paisagem e lugar, portanto, encarnam e revelam a miríade de sentidos e significados presentes na(s) história(s) e geografia(s) do Horto e de sua comunidade. Um caleidoscópio que a cada giro ou mirada diferente oferece a oportunidade de se perceber – e se encantar – com a riqueza e a variedade de narrativas, sonhos, conflitos e aspirações dos seres humanos conectados com o espaço no qual (con)vivem, preenchendo-o com vida, dramas e simbolismos. Nosso entendimento se coaduna com pesquisas anteriores, entre as quais destacamos a seguinte passagem:

(...) é nesse território onde nasceram e construíram elos afetivos e de solidariedade – através do trabalho, da música, dos blocos carnavalescos, das festas populares, enfim, de práticas culturais – que esses moradores desejam permanecer vivendo até os últimos de seus dias (BIZZO; SALES & NEVES, 2005).

Acima listamos algumas das ocorrências mais facilmente identificáveis, pois audíveis e visualmente perceptíveis. Mas há aquelas que ocorrem e se manifestam também em uma dimensão de apreensão e compreensão nem sempre imediatas ou possíveis para os menos envolvidos ou cientes do contexto e dos múltiplos significados existentes e invariavelmente em disputa. Ainda tomando o Horto e suas narrativas como roteiro deste trabalho, estas podem

estar presentes – ainda que por vezes cifradas – na construção de muros materializando limites e territórios no espaço, por exemplo. Em seguida, já com sentido diverso, os mesmos muros recebem os grafites e as pichações feitos por moradores ou artistas vinculados ao lugar. De um modo ou de outro, ambos são constituídos pelas narrativas do Horto e de sua gente. São aspirações, sonhos e conflitos encarnados na paisagem e no lugar.

Podem, também, se fazer presentes pela ausência. Um exemplo é a situação de precariedade e descaso, segundo alguns habitantes, com o Roseiral Pedro Cachimbo, situado no interior do Jardim Botânico, uma área em homenagem à memória, ao trabalho e à vida de um dos trabalhadores do Jardim e antigo morador do Horto. A instituição, à época, por meio do seu sítio eletrônico oficial, informou aos usuários e à sociedade em geral que o Roseiral encontrava-se em situação crítica devido às condições do solo sobre o qual foi plantado originalmente. A tensão inspirou o enredo “O Jardineiro Fiel” do bloco Vagalume O Verde em 2013. Nesse ano, o bloco, em decorrência do agravamento da tensão acerca da remoção de muitos moradores de suas residências, decidiu pelo enredo acima mencionado. A ideia, segundo NOVO (2015), enfoca “Pedro Cachimbo, nesta abordagem, [como alguém que] simboliza os demais moradores do Horto reféns da mesma ‘sina’ e vítimas da mesma ameaça de remoção e esquecimento”. A luta pela permanência física e simbólica do Roseiral Pedro Cachimbo, apontada e reativada pelo enredo do bloco, ilumina os sentimentos e as vivências da comunidade do Horto, amplificadas no tempo da festa, ainda que referentes ao seu cotidiano.

Em suma, são apropriações e alterações da paisagem a partir da essência do lugar. Por isso mesmo, enriquecidas em sua capacidade de denunciar e comunicar questões muito importantes para o mundo vivido daquela comunidade e sobre os desejos e as angústias de seus indivíduos. Um dos principais temas em evidência nessas revelações é composto pela soma de narrativas que afirma existirem no Horto disputas e tensões nos campos do “real” e do simbólico, em que pesem os dramas compartilhados por parte de seus moradores, os quais afirmam haver racismo ambiental direta e indiretamente interligado aos processos de expulsão dos residentes em áreas da localidade e nos processos de especulação imobiliária em andamento. Passado, presente e insegurança sobre o futuro que se apresentam como possibilidades encarnados na paisagem e no lugar.

As narrativas do Horto, as percepções de sua paisagem e a essência do lugar operam não somente no campo visual ou nas abstrações e subjetivações das relações de seres humanos com o espaço. Há outros sentidos a serem explorados quando se vive a experiência em lugares e paisagens. Novamente tomando o Horto como exemplo, manifestam-se também nas esferas sonora-auditiva, tátil-sensorial, artística e performática, espiritual, religiosa, todas elas presentes e atuantes no cotidiano de quem ali reside ou transita regularmente.

Os sons de pássaros, micos e outros pequenos animais e insetos, o silêncio reinante na maior parte dos dias em contraste com os sons da *cidade grande* localizada ao redor e abaixo,

o farfalhar das folhas, caules e galhos de árvores em função da atuação e variação da força dos ventos, o eco de conversas travadas nos quintais, o gotejamento de águas que pingam de telhas em barris de plástico ou pisos de cerâmica, o som oco de gotas impactando e encharcando o solo de barro e folhas mortas, o trovejar das águas em mergulho vertical como se oferecendo um véu às cachoeiras e quedas d'água presentes nas proximidades, os esforços provenientes de motocicletas e automóveis mais antigos para superar as íngremes ladeiras da localidade, crianças brincando nas calçadas ou aguardando em algazarra a chegada dos ônibus em suas paradas próximas às escolas públicas situadas na área, os pontos de encontro, como o Caxinguelê, e as ruas de terra batida do Grotão, onde ocorrem churrascos, festas de debutantes, pagodes, conversas, entre outras oportunidades de reunião e alarido, todos nos oferecem a oportunidade de identificar e, complementarmente compreender, como é possível nos conectarmos às narrativas e à(s) história(s) do Horto e de sua gente. Paisagem e lugar encarnam todas essas sutilezas e muitas outras que exalam cheiros, produzem sons, explodem em cores e possuem textura e sabores para que nossos sentidos e nossa alma se sintam deleitados em apreciá-los ou estranheza ao com eles se deparar.

Alguns dos elementos enumerados podem ser, muitas vezes, entendidos como símbolos. Em outras palavras, partes representativas de um todo mais complexo, às vezes dificilmente perceptível, no qual passado e presente de pessoas e lugares se encontram gestando a configuração de novos caminhos. Estes se somam à reabertura de antigas trilhas e ainda se abrem à possibilidade de múltiplos futuros. Nesses compassos, considerações acerca da importância dos símbolos e da possibilidade e da necessidade de identificá-los, entendê-los e buscar compreendê-los, desde que articulados com os espectros do passado, a nebulosidade do presente e o lusco-fusco do futuro, se aproximam consideravelmente de algumas das principais ideias tuaninas na anunciação do que viria a ser a perspectiva humanista da geografia a partir do último quarto do século passado. As reflexões do geógrafo sino-americano promovem seu entendimento acerca de possibilidades e virtudes do lugar. Pois, “como em um único e complexo conjunto – enraizado no passado e incrementando-se para o futuro – e como símbolo, o lugar clama pelo entendimento humanista” (TUAN, 2012, p. 247). Convergente com essa contribuição, e atentos às sutilezas e às experiências e vivências no campo, salientamos a opção pela tentativa de nos apropriarmos da paisagem como experiência fenomenológica (BESSE, 2014).

Os símbolos, as narrativas e potencialidades (re)velados do/no Horto também são percebidos nas festividades visceralmente conectadas ao lugar e à sua comunidade. Anualmente, há décadas, festas juninas são realizadas e reúnem pessoas que reforçam seus vínculos com o lugar idealizado. Este, por sua vez, é continuamente (re)criado nos planos materiais e simbólicos. Eventualmente há comemorações de aniversários nas ruas e, mais usualmente, nos bares localizados na Rua Pacheco Leão, principal via do Horto. Estes encontros possibilitam o surgimento de novas ações e estratégias. Além disso, potencializam

as vivências individuais oferecendo a oportunidade de se tornarem coletivas ao serem compartilhadas. O bloco carnavalesco Vagalume O Verde, por exemplo, conforme já apontamos, foi criado por moradores profundamente conectados com as tensões, conflitos, desejos e narrativas dos habitantes do lugar. Os primeiros encontros, nos quais a agremiação foi concebida, ocorreram no Horto, em reuniões e comemorações ocorridas na área, reunindo pessoas da localidade e visceralmente ligadas aos desejos e às angústias que dividiam.

Os enredos e sambas de enredo apresentados na primeira década de sua existência evidenciam – enquanto se somam à – luta contra os agentes produtores e modificadores do espaço urbano na localidade. E ainda se apresentam como potente ferramenta de comunicação do Horto e suas histórias com os demais cariocas e turistas. O tempo e o espaço da festa carnavalesca são utilizados como “plataforma” e vetor de divulgação de outra versão do lugar. Há mais de uma década, os desfiles anuais compõem e reforçam – e (re)criam – as ideias relativas à paisagem idealizada, vivida e divulgada do Horto. Agindo assim, cooperam com o reforço à narrativa escolhida por alguns grupos profundamente conectados com a(s) geografia(s) e história(s), fortemente vinculados com as áreas ocupadas e trabalhadas por seus ancestrais e desejosos de subverter a ideia difundida de que são invasores de um lugar que, na verdade, percebem e cuidam como sendo seu.

Ao evidenciarmos as conexões de moradores com a natureza, resgatamos algumas das ideias presentes no início deste trabalho. Em especial, a compreensão de que “paisagem não é natureza, mas o mundo humano tal como ficou inscrito na natureza ao transformá-lo”. (BESSE, 2014, p.34). Neste sentido, paisagem constitui um híbrido entre o *natural* e o *humano*, materializando o encontro entre ambos e dotada de espaço e tempo que lhe são próprios.

Em síntese, e concordando com Besse (2014), paisagens tendem a ser espaços políticos, sociais e culturais, os últimos sobrepondo-se ao primeiro. Esta noção é preponderante para se perceber que os aspectos estetizantes e os sentidos e significados das paisagens superam, sempre, um eventual caráter determinista que possam porventura possuir. E qual a importância deste entendimento? A compreensão de que as paisagens oferecem possibilidades para a vida humana. Não apenas a vida em sua dimensão de sobrevivência, física, mas também oferece as bases e esperança para que a vida humana se realize em sua plenitude. A partir e por meio das paisagens, os seres humanos se sentem livres, inspirados e desafiados para transformar o mundo, transformando a si mesmos, seu(s) lugar(es), suas comunidades e as próprias paisagens, material e simbolicamente. Nas transformações pelas quais passou, o Horto, de Real a Florestal, e até mesmo no carnaval, é visto, sentido, e inspira moradores e visitantes, foliões e turistas a compreendê-lo além daquilo que pode ser apreendido em um primeiro olhar.

Nessa trilha, “a paisagem é uma maneira de ver e imaginar o mundo. Mas é *primeiramente* uma realidade objetiva, material, produzida pelos homens” (BESSE, 2014, p. 30). Neste sentido, segue o autor, toda paisagem é cultural na medida em que, além de vista e percebida

por uma cultura, é produzida no âmbito de práticas e valores que ela mesma simboliza. As práticas, de maneira geral, podem ser econômicas, políticas e sociais. E é nessa conjuntura que a paisagem se apropria – e é apropriada – da natureza quando imaginada, modificada, produzida e/ou comercializada pelos produtores e organizadores do espaço.

Todas estas particularidades estão presentes nas dinâmicas e nos processos de interligação dos habitantes do Horto com o lugar. Estão encarnados e nos permitem compreender passado e presente da comunidade por meio de marcas físicas ou imateriais mais ou menos evidentes no espaço geográfico. Isto porque “ler a paisagem é perceber modos de organização do espaço” (BESSE, 2014, p. 31). Ainda segundo o francês, a paisagem constitui-se em um espaço social, e sua organização traduz uma maneira de organização da sociedade assim como as representações e os valores culturais presentes e atuantes nessa sociedade.

Desenlaces, arremates e derradeiras considerações

Em vista do exposto, de Real a Florestal, quer seja no cotidiano, quer seja percorrendo os tempos e espaços de festividades, como o carnaval, o Horto, percebido como lugar, encarna questões que despertam angústias e acalentam de esperança a sua comunidade. Isto se manifesta e se revela em suas paisagens e na essência do sentido que lhe atribuem seus moradores e aqueles conectados com sua(s) história(s) e sua(s) trajetória(s).

A vivência em comunidade no Horto, sobretudo quando compreendida através e a partir das narrativas de seus moradores mais antigos somadas às provenientes de gerações mais novas profundamente conectadas com as histórias de pertencimento e de afeto ao lugar são, a rigor, uma experiência de convergência de trajetórias individuais e coletivas bastante influenciadas pelos conflitos e anseios desses indivíduos com o espaço geográfico que habitam, modificam e significam. Permite perceber, ainda, indícios da (re)união de intenções, receios e aspirações comuns nos quais as inter-relações das pessoas com o lugar possuem fundamental importância no mundo vivido em sociedade.

As paisagens e o(s) lugar(es) do Horto estão presentes nas idealizações assim como na prática subjacentes ao fortalecimento de laços associativos e da reinvenção da vida como estratégias de sobrevivências engendradas por seres humanos desejosos de lutar por suas permanências e pertencimentos, físico e imaterial, visceralmente ligados àquelas paisagens e à essência do lugar. Isto ocorre nas dimensões simbólica e literal. E são, ao mesmo tempo, uma experiência incessante de reconstrução de práticas de coesão, (re)invenção de identidades, dinamização de sociabilidades e potencialização de uma vida imaginada e possível, atinente às histórias que se contam e se sentem do/no lugar.

As ruas arborizadas, repletas de árvores centenárias, os *puxadinhos*, as casas e os pequenos edifícios de apartamentos possuidores de janelas emolduradas por plantas e ornamentados por cores alegres e vibrantes cooperam para compor a paisagem material

e simbólica do Horto. Refletem e projetam, recriando, as idealizações e narrativas deste singular ambiente que é percebido e anunciado como uma área verde, de comunhão entre seus moradores, a paisagem e a natureza. Estes elementos, em síntese, evidenciam o triunfo dos seres humanos em suas aventuras para a (re)conquista do lugar imaginado, desejado e construído, primeiramente, em mentes, corações e histórias. Imaginações materializadas na convivência diária e no enredo e sambas que desfilam anualmente pelas ruas próximas anunciando a conexão entre paisagem, lugar e as histórias dos moradores do Horto. São vivências, histórias e estratégias que apresentam uma espécie de “jardim do éden” para as famílias que defendem e anunciam sua permanência ancestral na localidade. Um “eldorado” para os que desejam construir, ou reforçar, vínculos afetivos e duradouros com essa área na qual sonhos e pesadelos, tensões e desejos, alegrias e tristezas se encarnam na paisagem e no lugar.

Referências Bibliográficas

- BESSE, Jean-Marc. **O Gosto do Mundo**: exercícios de paisagem. Tradução de Annie Cambe. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2014.
- BIZZO, Maria Nilda (Org.); SALES, Rita de Cássia e NEVES, Célia Regina. **Cacos de memórias – Experiências e desejos na (re)construção do lugar**: o Horto Florestal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Fábrica de Livros, 2005.
- DARDEL, Eric. **O Homem e a terra**: natureza da realidade geográfica. São Paulo: Perspectiva, 2011.
- FERREIRA, Felipe. **O lugar do carnaval**: espaço e poder na festa carnavalesca do Rio de Janeiro, Paris e Nice (1850-1930). Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2002 (Tese de doutorado).
- _____. **O Livro de Ouro do Carnaval Brasileiro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2004.
- _____. **Inventando carnavais**: o surgimento do carnaval carioca no século XIX e outras questões carnavalescas. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2005.
- HOLZER, Werther. “Mundo e Lugar: Ensaio de Geografia Fenomenológica”, In: MARANDOLA JR., Eduardo.; HOLZER, Werther e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, pp. 281-304.
- MELLO, João Baptista Ferreira de. “Festa Rio”, In: **O Dia**, 2016. Disponível em: <http://odia.ig.com.br/economia/2016-03-02/joao-baptista-f-de-mello-festa-rio.html>. Acesso em: 28, Mar. 2016.
- NOVO, Cássio Lopes da Cruz. **O Lugar do Vagalume**: uma análise sob as perspectivas da nova geografia cultural e humanística de um bloco carnavalesco do Rio de Janeiro no início do século XXI. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2015 (Dissertação de mestrado).
- RELPH, Edward. “Reflexões sobre a emergência, aspectos e essência do lugar”, In: MARANDOLA JR., Eduardo.; HOLZER, Werther e OLIVEIRA, Livia de (Orgs.). **Qual o espaço do lugar?** Geografia, epistemologia, fenomenologia. São Paulo: Editora Perspectiva, 2012, pp. 17–32.
- SEAMON, D. “Corpo-sujeito, rotinas espaço-temporais e danças do lugar”, In: **Geograficidade**. Rio de Janeiro, V. 3, nº 2, inverno 2013.
- TUAN, Yi-Fu. **Espaço e Lugar**: a perspectiva da experiência. Londrina-PR: EDUEL, 2013.
- _____. **Topofilia**: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina-PR: EDUEL, 2012.

Recebido em: 18/05/2016

Aprovado em: 30/06/2016



“Para que o Arquivo Nacional seja um arsenal da Administração”: notas sobre a gestão José Honório Rodrigues (1958-1964)¹

“So that the National Archive becomes an arsenal of the Administration”: notes on the José Honório Rodrigues administration (1958-1964)

Paulo Roberto Elian dos Santos

Doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), Pesquisador do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
elian@coc.fiocruz.br

Ana Luce Girão Soares de Lima

Doutora em História das Ciências e da Saúde pela Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz e Pesquisadora do Departamento de Arquivo e Documentação da Casa de Oswaldo Cruz/Fiocruz
analuce@coc.fiocruz.br

RESUMO: Analisa a gestão de José Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, entre 1958 e 1964, por quando realizou o primeiro diagnóstico sobre a principal instituição arquivística do país e lançou um plano de ação inovador que contemplava a elaboração do projeto do sistema nacional de arquivos e a consequente aproximação com os órgãos da administração pública federal, a presença de especialistas estrangeiros, a formação profissional e a publicação em português de inúmeras obras de referência internacional. Entre as iniciativas de sua gestão destaca-se a criação do Curso Permanente de Arquivos (CPA) que representou experiência seminal de sistematização do conhecimento arquivístico em formato curricular e deu origem ao primeiro curso universitário de arquivologia, na década de 1970. Considera-se que a análise da gestão José Honório Rodrigues, na principal instituição arquivística do país, permite uma melhor compreensão do processo de institucionalização da arquivologia, no contexto histórico de democracia e desenvolvimento e seu impacto nas décadas seguintes.

Palavras-chave: Institucionalização da Arquivologia, Arquivo Nacional, José Honório Rodrigues, gestão de instituições arquivísticas, ensino de Arquivologia.

ABSTRACT: *This paper analyses the period between 1958 and 1964 the historian José Honório Rodrigues was in charge of the Brazilian National Archives. During his tenure, he made the first diagnosis of the situation of the main archive institution in the country. Rodrigues launched an innovative plan of action for the development of the national archive system, which brought federal public institutions together and resulted in the publication of several international reference works in Portuguese. One of his main initiatives at the head of the institution was the creation of the Permanent Archive Course (CPA), a seminal experience that included organizing the archival knowledge and structuring it as a curriculum. This was the origin of the first undergraduate course of archival studies in Brazil, in the 1970's. The analysis of Jose Honório Rodrigues's tenure at the main archive institution in Brazil offers a better understanding of the establishment of the archival studies in Brazil in the context of democracy and economic development and the impact of that process in the following decades.*

Keywords: *Institutionalisation of Archivology, National Archive, José Honório Rodrigues, management of archival institutions, teaching of Archivology.*

Quando fui diretor do Arquivo Nacional, lutei para que o Brasil estabelecesse uma política nacional de arquivos, isto é, um sistema nacional de arquivos; para que o Arquivo Nacional fosse a cúpula administrativa deste sistema, [...] para a manutenção da unidade e indivisibilidade arquivística, que torna menos dispendiosa para a Nação a manutenção permanente dos documentos. [...] procurei mostrar que o desenvolvimento econômico exige arquivos bem organizados e eficientes, pois em todas as horas de criação histórica nasceram ou se reformaram os arquivos nacionais [...]².

Qual a relação possível de estabelecer, nos anos 1950, entre a euforia nacional-desenvolvimentista do governo Juscelino Kubstichek e a gestão do historiador José Honório Rodrigues a frente da principal instituição arquivística do país? O Arquivo Nacional não constava do Plano de Metas de Juscelino, mas o intuito de superar a estagnação, o atraso, é comum às formulações do presidente da República e do historiador. Posicionar o país e o Arquivo Nacional na modernidade eram objetivos semelhantes. No caso, José Honório buscava romper com o que considerava uma estagnação sem precedentes para uma instituição central do Estado, mas que possuía uma estrutura administrativa inapropriada, corpo de funcionários sem formação técnica, infraestrutura inadequada e um distanciamento significativo dos órgãos da administração pública. Ao assumir a direção do Arquivo Nacional, em agosto de 1958, José Honório Rodrigues colocou em marcha um conjunto de ações ousadas e inovadoras capazes de, na sua visão, posicionar a instituição como um “arsenal da Administração” e ao mesmo tempo “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (RODRIGUES, 1959, p. 5). Dentre estas ações prioritárias procuramos abordar a estratégia combinada de trazer ao Brasil especialistas estrangeiros, fomentar a publicação de inúmeras obras que formaram uma ‘biblioteca de referência’ sobre os arquivos, e criar no Arquivo Nacional, no início da década de 1960, o Curso Permanente de Arquivos (CPA) embrião do primeiro curso universitário de arquivologia instituído na década de 1970. Este artigo pretende contribuir com a historiografia sobre os arquivos e a arquivologia no Brasil ao considerar a gestão do historiador a frente do Arquivo Nacional como um dos principais marcos do processo de institucionalização da disciplina na segunda metade do século XX.

Do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) à criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV)

A reforma administrativa iniciada no período Vargas marcou a constituição do Estado moderno no Brasil. Com a criação do Dasp em 1938³ o governo pretendeu estimular, desenvolver e coordenar esforços no sentido de racionalizar e aperfeiçoar a ação do Estado no âmbito da administração geral. Com base no princípio da impessoalidade e com ênfase no

controle, tentou-se instaurar uma versão nacional da burocracia weberiana, em um contexto de nacionalismo e intervencionismo do Estado como indutor do processo de industrialização.

Diretamente subordinado ao presidente da República, com atribuição nas áreas de organização e métodos e execução orçamentária, seus objetivos iniciais, entretanto, foram ampliados, de modo a abranger, também, a administração de pessoal e material. Essa ampliação de objetivos, tornou o Dasp mais abrangente que o seu modelo original, o Bureau de Orçamento dos EUA, situando-o mais próximo do Departamento de Administração Geral (WAHRlich, 1983). Sob a direção de Luiz Simões Lopes⁴ e o suporte do governo autoritário de Getúlio Vargas, centralizou a reforma administrativa do funcionalismo público, introduzindo critérios modernos de recrutamento e promoção que elegiam o mérito como a qualificação básica.

Vinculado à Presidência da República, o Departamento desempenhou um conjunto de funções normativas, de controle e operativas na administração de pessoal, destacando-se as atividades de seleção e aperfeiçoamento de quadros para o serviço público. Assim, dava-se início a um processo de profissionalização do pessoal, com a seleção de servidores públicos mediante concurso e seu aperfeiçoamento através de cursos, palestras e bolsas de estudo no exterior (SILVA, 2006, p. 87).

A meta de formação de funcionários públicos federais no exterior tinha, naquele contexto, os Estados Unidos como principal destino. Desde o início do ano de 1938 é possível verificar uma intensa troca de informações entre órgãos do governo brasileiro e a embaixada do país nos Estados Unidos, cabendo a esta apontar as possibilidades de estudos nas diversas áreas da administração, entre elas a biblioteconomia e os arquivos públicos⁵.

Os princípios instituídos pelo órgão deveriam se expandir para todos os ministérios que, naquele momento, subordinavam-se a ele. A elite técnica do Dasp inicia um processo de centralização da máquina burocrática estatal, apoiado em uma unidade, identidade própria e execução de reformas que, em grande parte, encontravam resistências no corpo funcional acostumado com os velhos hábitos presentes na administração pública brasileira (RABELO, 2012).

Quando o Estado Novo experimentava os primeiros sinais de sua crise, Simões Lopes lançou a iniciativa de criação da Fundação Getúlio Vargas (FGV). Na sua visão, o projeto da FGV era formar quadros de “alto nível” nas áreas de administração e economia para atuar nas agências do Estado e contribuir para o desenvolvimento do país. Suas ideias estavam, em certa medida, amparadas em sua experiência à frente do DASP desde 1938. Ao desligar-se do departamento em 1945 e assumir a presidência da FGV, Simões Lopes levou para a recém-criada instituição seus principais colaboradores (LOPES, 2003). Dessa forma, os primeiros tempos de estruturação da Fundação estão intimamente associados aos traços mais significativos da cultura profissional daspiana cultivada durante a primeira fase de sua história.

Arquivos, democracia e desenvolvimento: a década de 1950 no Brasil

No pós-guerra, o Brasil passou por significativa mudança política com o fim do Estado Novo, a eleição do general Eurico Dutra, em dezembro de 1945, e a promulgação de uma nova Constituição em 1946. Nos marcos da Guerra Fria, o governo Dutra (1946-1951) representou o abandono do projeto nacionalista de Vargas e o alinhamento do país à política e aos interesses dos Estados Unidos. Esse quadro, contudo, tornou a sofrer mudanças com a eleição de Vargas em 1950. O segundo governo Vargas (1951-54) foi marcado pelo retorno do projeto nacionalista de implementação da indústria de base, que incluía a expansão da siderurgia e a construção de hidrelétricas e refinarias de petróleo, bem como o apoio à modernização do parque industrial. Essas iniciativas exigiam a capacitação de recursos humanos, a formação de pesquisadores, o fortalecimento e o incentivo à pesquisa para desenvolver uma indústria que pretendia substituir importações e tornar o país autossuficiente em produtos básicos. Nesse projeto, o conhecimento constituía-se em valor estratégico (MARTINS, 2004, p. 93). Ao lado das universidades, instituições como a Fundação Getúlio Vargas passaram a desempenhar papel crucial como formadoras de quadros profissionais.

Criada em 1944 com o objetivo de realizar estudos e pesquisas no campo da administração pública e privada e promover a capacitação de pessoal para o desempenho dessas atividades, a FGV teve sua trajetória inicial associada ao pensamento do ex-presidente do Dasp, Luiz Simões Lopes. Aos poucos, a instituição construiu uma sólida reputação e uma visível centralidade no cenário político, administrativo e científico brasileiro. Não por acaso, ali ganhou forma no início da década de 1950 o projeto de criação do Instituto Brasileiro de Bibliografia e Documentação (IBBD), para o qual desempenhou papel central⁶.

No mesmo período em que participava do projeto de criação do IBBB, a FGV dava seus primeiros passos no sentido de um projeto profissional para a administração dos seus arquivos, ao encarregar a funcionária do Protocolo do Serviço de Comunicações, Marilena Leite Paes, a organizar o arquivo da instituição em 1959. Após ingressar em 1955, no Protocolo da FGV, a recém-diplomada no ensino secundário passou a se familiarizar com os documentos que ingressavam e circulavam sem o controle da instituição, em franco crescimento e ampliação de suas áreas de atuação (SILVA, 2010). O projeto de constituição do arquivo da FGV ganhou forma a partir do momento que passou a contar com a colaboração de Maria de Lourdes Costa e Souza, convidada por Luiz Simões Lopes em 1959 para, ao lado de Marilena Leite Paes, conceber e implantar o sistema de arquivos.

Aprovada em concurso público e admitida pelo Dasp em 1938, Lourdes Costa e Souza logo passou a exercer o cargo de chefe do Serviço de Comunicações que definia as questões relacionadas aos arquivos. Nos marcos da política de capacitação de seus quadros, obteve desse órgão uma bolsa de estudos para fazer um treinamento nos Estados Unidos na área de arquivos correntes, e integrou ao lado de outros servidores brasileiros, o Corpo de

Funcionários Estrangeiros da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU). De volta ao Brasil, passou a transmitir os conhecimentos dessa experiência, ministrando cursos e exercendo funções, dentre elas a de consultora da FGV. Conhecer e estudar a estrutura organizacional da FGV foi a primeira tarefa assumida por Marilena e Lourdes Costa e Sousa. É possível afirmar que a presença desta foi fundamental para a viabilidade técnica e a implantação do sistema de arquivos da Fundação, trabalho que teve continuidade, sob a liderança da arquivista Marilena Leite Paes, sobretudo na formação e treinamento de uma equipe capaz de forjar um trabalho considerado, por longo tempo, pioneiro e de referência no campo da gestão de documentos de arquivo. Desta forma, podemos identificar nas origens da institucionalização da arquivologia como disciplina no Brasil, as primeiras etapas do processo de criação e implementação do Sistema de Arquivos da FGV, no final da década de 1950.

Nos anos 1950, a tarefa de modernizar a burocracia do Estado permanecia como uma necessidade fundamental. Ao lado da formação de pesquisadores e do fortalecimento do ensino superior, acordos de cooperação bilateral, sobretudo com os Estados Unidos, serviam para o intercâmbio técnico-científico, que incluía a vinda de técnicos estrangeiros ao país e a viagem de quadros da administração pública brasileira para estudos no exterior. A política de formação de quadros técnicos para gerenciar a máquina do governo contemplou profissionais como a bibliotecária Nilza Teixeira Soares e outros recém-recrutados para o serviço público por concursos do Dasp. Então bibliotecária do Serviço de Documentação do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, Nilza Teixeira Soares obteve, por meio de um processo de seleção do departamento, uma bolsa do governo americano para realizar cursos na American University, nas áreas de gestão de arquivos correntes, administração de arquivos permanentes e estágios junto à Biblioteca do Congresso, nos anos de 1952 e 1953⁷.

Bibliotecária de formação, Nilza Teixeira Soares ingressou no serviço público na década de 1940 e experimentou a explosão do conceito de “documentação”, apropriado pelos bibliotecários como um novo patamar epistemológico do desenvolvimento da disciplina biblioteconômica, mas ainda incapaz de delimitar as fronteiras conceituais, teóricas e metodológicas da arquivística e da biblioteconomia. Contudo, sua formação no exterior permitiu-lhe compreender a nítida diferença entre essas abordagens e projetar uma trajetória profissional na área arquivística, que se consolidaria nas décadas seguintes⁸.

A grande marca do governo Juscelino Kubitschek (1955-1961) foi o otimismo desenvolvimentista encarnado no Plano de Metas, cuja finalidade era modernizar o Brasil, dotando-o de indústrias de base e de bens de consumo duráveis, como automóveis. Inspirado nas análises do grupo formado em 1952 por membros da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL) e do recém-criado Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), o Plano de Metas só foi possível graças ao processo de industrialização e de transformações capitalistas experimentado pela sociedade brasileira, desde a década de 1930. Desde aquela época, a mudança de nossa fisionomia social, de um sistema agro-exportador para uma

formação capitalista industrial dependente, contara com a crescente e decisiva participação do Estado na economia.

Um programa para “alterar a fisionomia econômica e social do país e acelerar o seu progresso”, assim, o Diário Carioca na edição de 2 de fevereiro de 1958, definiu o Plano de Metas em curso e responsável em grande medida pelo otimismo generalizado. A matéria destinada a tratar do tema com destaque, estampa a imagem sorridente de JK e encontra-se no arquivo de José Honório Rodrigues, que naquele momento já era um historiador reconhecido por suas obras publicadas e passagens pelo Instituto Nacional do Livro, Biblioteca Nacional e Instituto Rio Branco. Leitor e acumulador voraz do noticiário político, econômico e cultural que alimentava seu ofício, José Honório sempre acompanhou e participou da vida nacional. Construiu uma trajetória singular num período de “constituição da identidade dos profissionais de História, que a partir de 1930 cada vez mais deixavam de ser profissionais liberais, especialmente advogados, jornalistas e literatos, para se converterem em portadores de um saber específico” (FERREIRA, 2013, p. 10).

História e ofício do historiador: a trajetória de José Honório Rodrigues nas décadas de 1930 a 1950

A compreensão do percurso da história como campo de conhecimento no Brasil, passa necessariamente pelo processo de profissionalização iniciado nos anos 1930 com a criação dos primeiros cursos universitários, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo (FFCL/USP) em 1934 e na Universidade do Distrito Federal (UDF) em 1935⁹. Egresso do curso de Ciências Jurídicas e Sociais da Universidade do Brasil neste mesmo período, José Honório Rodrigues deu os primeiros passos na carreira de historiador e construiu uma trajetória singular no ambiente intelectual de sua época. Curiosamente, faz um percurso por fora da Universidade que se institucionalizava no contexto de uma nova fase das políticas educacionais.

Em sua tese de doutorado *O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica*, defendida em 1976, Raquel Glezer (1976) destaca José Honório como o primeiro autor brasileiro que defendeu a pesquisa pública e, sobretudo, produziu uma obra historiográfica numerosa e variada. Em 1988, um ano após seu falecimento, Francisco Iglesias conferia-lhe uma posição especial na historiografia brasileira, como pesquisador que mais se dedicou ao tema, no exame de livros de história, e mais contribuiu para o seu desenvolvimento (IGLESIAS, 1988, p. 55). Mais recentemente, ao ser indagado sobre seu papel no estudo da história da historiografia brasileira, o historiador Francisco Falcon desfaz o ‘exagero’ das entrevistadoras e posiciona José Honório Rodrigues não como um “precursor”, mas como um pioneiro, um desbravador, alguém que despertou os intelectuais, sobretudo os historiadores para uma realidade até então relegada ao segundo plano:

José Honório foi quase sempre um franco-atirador, do lado de fora, mantido fora da Universidade a maior parte da vida. Fez uma obra fantástica na Biblioteca Nacional, no Arquivo Nacional, mas nunca lhe deram a chance de uma cátedra na então Universidade do Brasil ou em outra universidade (GONÇALVES; GONTIJO, 2011, p. 378).

Autor de fundamental importância nas áreas de pesquisa, teoria e metodologia da história, José Honório Rodrigues formou-se em ciências jurídicas e sociais pela Faculdade de Direito da Universidade do Brasil, em 1937. No mesmo ano, recebeu o Prêmio de Erudição da Academia Brasileira de Letras (ABL) pelo ensaio ‘Civilização Holandesa no Brasil’, escrito em parceria com Joaquim Ribeiro¹⁰. Entre 1939 e 1944, atuou ao lado de Sérgio Buarque de Holanda no Instituto Nacional do Livro (INL) e neste período passou por experiência crucial na sua trajetória profissional. Contemplado com uma bolsa de estudos da Fundação Rockefeller, entre os anos de 1943 e 1944, participou de cursos de história na Universidade de Columbia, nos Estados Unidos, e começa a se interessar pela metodologia da pesquisa histórica. Circula por diversos arquivos e bibliotecas e estabelece contato com o modelo norte-americano que anos mais tarde, ao assumir a direção do Arquivo Nacional, serviu como uma das principais referências das propostas formuladas para solucionar a questão dos arquivos brasileiros. Na visão de Raquel Glezer (1976) corroborada por Warney Ribeiro da Silva (2008), foi na temporada de estudos nos Estados Unidos que José Honório colheu os elementos para formular sua concepção engajada da história e do historiador e o ideal de modernização, disciplina e trabalho nos arquivos que não havia em nosso país¹¹.

As décadas de 1940 e 1950 foram de intensa atividade profissional para José Honório Rodrigues. Em 1946, iniciou suas atividades como Diretor da Divisão de Obras Raras e Publicações da Biblioteca Nacional, função que exerceu até 1958. A passagem por esta função foi fundamental para os estudos e trabalhos que publicou, mas sobretudo permitiu-lhe empreender uma visão dinâmica à divisão encarregada de duas coleções das mais importantes da Biblioteca – a Documentos Históricos e Anais da Biblioteca Nacional¹².

Entre 1946 e 1956 vinculou-se ao Ministério das Relações Exteriores, onde atuou como professor do curso de aperfeiçoamento do Instituto Rio Branco e na Seção de Pesquisas, trabalhando no arquivo e na Comissão de Estudos dos Textos de História do Brasil. Como resultado destes trabalhos, elaborou o livro *Teoria da História do Brasil*, de 1949, ano de publicação de *Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil*¹³. Entre os meses de fevereiro e maio de 1950, com apoio do Conselho Britânico e do governo brasileiro, conheceu instituições de pesquisa histórica, arquivos, bibliotecas e universidades da Europa, ampliando sua visão sobre a importância da preservação e acesso às fontes documentais para o desenvolvimento da pesquisa e do conhecimento histórico. Após seu retorno, publicou o folheto *As fontes da história do Brasil na Europa*¹⁴.

Desde o final da década de 1930 e ao longo da década seguinte, José Honório Rodrigues escreveu dezenas de artigos de metodologia, crítica histórica e historiografia para diversas

revistas e órgãos da imprensa. No início da década de 1950 publicou *A pesquisa histórica no Brasil*¹⁵ obra que Francisco Iglésias (1988, p. 61) classificaria no grupo que denominou “Teoria, metodologia e historiografia”, segmento mais numeroso e de certo modo, o mais significativo pelo pioneirismo. Uma abordagem mais atualizada de sua contribuição para a história da historiografia brasileira nos oferece André de Lemos Freixo (2011) que ao investigar uma “fração” dos esforços de José Honório indaga sua “própria ideia de historiografia brasileira, que significaria para ele, simultaneamente, a história da História e a escrita da História, avaliando como ela se apresenta em sua narrativa para a evolução da pesquisa histórica no Brasil” (FREIXO, 2011, p. 147). O investimento nos aspectos profissionais da História como disciplina encontra-se na obra e nos registros documentais do seu arquivo. Seu projeto de criação de um Instituto de Pesquisa Histórica (IPH) que permitiria formação técnica e metodológica aos jovens historiadores é fartamente documentado em manuscritos, entrevistas e noticiários da imprensa que, sobretudo a partir da década de 1950, abordam a profissão e apontam a necessidade de investimentos na pesquisa histórica¹⁶.

Raquel Glezer, em sua intervenção no colóquio¹⁷ dedicado a analisar a trajetória profissional e definir a personalidade do historiador, lembrou que José Honório Rodrigues bacharel em Direito teve uma formação autodidata nos anos 1930, e que começou como historiador tradicional com uma base profunda de erudição sobre o período colonial. Erudição essa que vai ser uma marca constante na sua obra, mas que nos anos 1960, ele passou a ser um intelectual extremamente ativo e politicamente engajado no período do nacional-desenvolvimentismo.

O historiador José Honório Rodrigues despontou num período de reconfiguração do campo intelectual brasileiro. Para Mariana Tavares (2013), nas décadas de 1950-1960 experimentamos a primeira fase de publicação dos trabalhos das universidades criadas nos anos 1930, momento a partir do qual a legitimidade do discurso histórico migrava dos institutos históricos para as universidades. Segundo a autora, José Honório “ocupava os dois mundos e operava nas duas lógicas”, ainda que sua atuação nos arquivos, bibliotecas e centros de documentação tenha sido mais expressiva do que nas universidades. Nesses “lugares da história” desempenhou uma intensa atividade de identificação e valorização dos documentos de arquivo, que irrigavam seu trabalho de “historiador interpretativo” capaz de analisar e criticar suas fontes¹⁸.

Destacada por diferentes autores, sua atuação como gestor em arquivos e bibliotecas foi marca distintiva de sua trajetória profissional. A nomeação, em 1958, para o cargo de diretor-geral do Arquivo Nacional representou o reconhecimento dessa trajetória e um ponto de inflexão para o historiador que passou a ter em mãos o desafio de traçar os planos do projeto de modernização de um dos mais reconhecidos “lugares de produção histórica¹⁹”.

O Arquivo Nacional e as bases de um projeto inovador: difusão do conhecimento e formação em arquivologia

A história da arquivologia brasileira no século XX vêm ganhando crescente interesse entre os estudiosos. Nos últimos dez anos inúmeras pesquisas (FONSECA, 2005; GOMES, 2011; MARQUES, 2007, 2013; RODRIGUES, 2006; SANTOS, 2010; SILVA, 2010; SILVA, 2013) têm tomado como objeto de análise o percurso histórico da arquivologia no país com o intuito de compreender o processo de institucionalização e sua relação com o estatuto científico que a disciplina busca adquirir. Nessa perspectiva, não há como dissociar a aplicação dos princípios teóricos, dos métodos e das práticas arquivísticas, historicamente construídos, das ações e estratégias dos seus principais atores sociais. O Dasp, a FGV e o Arquivo Nacional, durante a administração José Honório, foram ‘lugares da arquivologia’ que, nas décadas de 1940 a 1960, experimentaram processos distintos nos quais os arquivos alcançaram um lugar na cultura e no projeto de desenvolvimento institucional.

À institucionalização do projeto da FGV, entre o final da década de 1950 e início da década de 1960, podemos somar a gestão inovadora do historiador José Honório Rodrigues à frente do Arquivo Nacional. Durante a administração José Honório destacam-se as visitas dos arquivistas Henri Boullier de Branche, da França, e T. Schellenberg, dos Estados Unidos, a publicação de inúmeras obras de referência e a criação e implementação do Curso Permanente de Arquivos (CPA). Embora não tenham existido relações orgânicas entre a experiência da FGV, acima apontada, e o processo institucional do Arquivo Nacional no período, é possível afirmar que se complementam na medida em que incorporaram em graus diferenciados aspectos relacionados à experiência prática; ao conhecimento teórico e metodológico; à profissionalização e às políticas públicas.

Em 29 de agosto de 1958, o historiador José Honório Rodrigues tomou posse na direção do Arquivo Nacional²⁰, com a tarefa de modernizar o órgão, criado em janeiro de 1838 como Arquivo Público do Império, conforme previsto na Constituição monárquica de 1824. Para José Honório, sua missão resumia-se em encaminhar as soluções para a instituição tornar-se “um arsenal da Administração” e pudesse “assegurar ao povo as provas de seus direitos e o acesso legal ao conhecimento e à informação” (RODRIGUES, 1959, p.5). Três meses após sua posse, José Honório obteve a aprovação do Regimento Interno (Decreto n. 44.862 de 21/11/1958), transformando a estrutura do órgão, que passava a dispor de instrumentos mais compatíveis com a moderna arquivística europeia e norte-americana.

Nos primeiros meses, o intenso trabalho à frente da instituição seria revelado por sua correspondência com historiadores e outros profissionais do Brasil e de fora do país. Em carta de setembro, dirigida ao Prof. Eurípides Simões de Paula da Universidade de São Paulo revela sua preocupação com o quadro de uma “repartição obsoleta” e suas prioridades iniciais:

Recebi sua carta de 25 de agosto, quatro dias depois de minha nomeação para o Arquivo Nacional e desde que assumi a 29 não pude mais responder nenhuma carta. Está tudo atrasado e não creio que nestes dois meses de outubro e novembro eu possa cuidar de outra coisa que não seja o Arquivo Nacional, pois encontrei uma repartição obsoleta, na estaca zero, com um regulamento de 1923. Já fiz um novo projeto de regulamento para uma reforma de base da instituição, preparei emendas no orçamento a fim de obter verbas para o ano que vem e estou providenciando maiores acomodações²¹.

Ainda com Simões de Paula, em carta de 31 de janeiro no ano seguinte, comenta, entre outros assuntos, o recebimento da *Revista de História* com seu artigo sobre Taunay, a participação em congresso no exterior e registra sua plena dedicação as tarefas do Arquivo Nacional:

Fui ao Equador participar da IV Reunião do Instituto Pan-Americano de Geografia e História (17 a 29 de janeiro). Volto aos trabalhos administrativos do Arquivo Nacional, que têm me ocupado integralmente, impedindo os meus estudos. Por isso mesmo, não pude tratar da Comissão Nacional de História²².

As tensões e conflitos decorrentes de sua decisão de formular e implementar um projeto inovador, com mudanças estruturais, mas também de curto prazo, são apontadas por José Honório que revelava a possibilidade de “pedir demissão” diante de um quadro pouco alterado após um ano de gestão. Em carta de 18 de julho de 1959, dirigida a Howard F. Cline da Biblioteca do Congresso/Hispanica Foundation, lamentou a impossibilidade de comparecer a Reunião do Comitê de Bibliografia Histórica em razão do momento decisivo para o Arquivo Nacional:

A semana da Reunião foi decisiva para o Arquivo Nacional. Meu telegrama resumia minhas dificuldades para sair do Rio. Naquela semana decidia-se o problema das 23 pessoas a quem eu confiara tarefas básicas do Arquivo Nacional e estava ameaçado de demiti-las como fui obrigado a fazer. Pensei então em pedir demissão, e não está de todo afastada esta hipótese, caso não veja atendidas as novas providências que pedi. Vê você que o fato era sério e eu não podia me afastar do Rio. Não posso ficar neste cargo somente para ficar, sem fazer nada, ou fazendo tão pouco que me pareça insatisfatório²³.

Sua peça de resistência e de maior significado político foi o relatório *A situação do Arquivo Nacional*, produzido após a experiência de um ano à frente da instituição. Pela primeira vez em sua história, o Arquivo Nacional contava com um diagnóstico detalhado de sua situação nos diversos aspectos relacionados à organização, recursos técnicos, infraestrutura, quadro de pessoal e orçamento. O problema técnico resumia-se à ausência absoluta de uma política de recolhimento, procedimentos de seleção e eliminação de documentos, organização e arranjo do acervo, elaboração de instrumentos, registro e inventário (RODRIGUES, 1959, p. 9). Superar a condição de “simples depósito de documentos entregues à sua guarda, sem controle técnico” era o desafio da principal instituição arquivística do país, que teria vivido

“anos de desinteresse arquivístico, de tentativa de transformação do Arquivo Nacional, em Arquivo Histórico” (RODRIGUES, 1959, p. 33). Com posicionamento original e corajoso para um historiador, José Honório não se furtou a apresentar sua visão naquele contexto:

A atividade histórica aí, no momento, deve ser apenas marginal e assessorar a administração do Arquivo. Só depois da solução dos problemas administrativos e arquivísticos é que o Arquivo Nacional deverá cuidar de História (Rodrigues, 1959, p. 66).

Ao assumir o Arquivo Nacional, um dos objetivos de José Honório era contar com a assessoria de técnicos europeus e norte-americanos que pudessem colaborar no estudo e no planejamento da reforma institucional que pretendia imprimir. Foi nesse contexto que ocorreu a vinda do técnico francês Henri Boullier de Branche, diretor dos Arquivos de Sarthe (Le Mans)²⁴. Boullier colaborou no Curso de Arquivos e dirigiu um grupo de profissionais na elaboração do Inventário Sumário da Secretaria da Marinha. Mais do que este instrumento de pesquisa, Boullier de Branche deixou as bases de um método de classificação que, segundo sua análise, a instituição ainda não possuía. Mais do que um método de classificação, Boullier de Branche elaborou um *“Relatório sobre o Arquivo Nacional do Brasil”*, no qual abordava os mais diversos aspectos do planejamento, gestão administrativa e técnica de uma instituição arquivística²⁵. No tocante à formação do pessoal, o arquivista francês estabelece uma ligação direta entre a formação de pessoal qualificado e o “futuro dos arquivos brasileiros”. Sem desqualificar o esforço do Dasp na criação de cursos destinados à formação de arquivistas, acompanhados de aulas práticas oferecidas no próprio Arquivo, Boullier afirmava que este esforço só teria prosseguimento e resultado satisfatório se viesse acompanhado da criação de uma escola de arquivistas da qual o Brasil tinha necessidade premente²⁶. No segundo semestre de 1959, com a presença do técnico francês acontece o segundo curso em colaboração com o Dasp, conforme quadro:

Quadro 1: Estrutura do Curso de Aperfeiçoamento de Arquivo²⁷
(Setembro-dezembro / 1959)

Matéria	No. de aulas	Docente
Organização e Administração de Arquivos	36	Henri Boullier de Branche
História do Brasil	24	Artur Cesar Ferreira Reis
Historiografia Geral e do Brasil - noções	20	Eulália Lahmeyer Lobo
Pesquisa Histórica	8	Guilherme Auler

Fonte: Fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional.

A influência de Boullier de Branche na formação dos profissionais do Arquivo Nacional e de outras instituições que participaram do curso é destacada por Nilza Teixeira Soares, que, à época, já possuía a experiência de uma bolsa de estudos nos Estados Unidos na área de arquivos públicos, atuava como bibliotecária na Câmara dos Deputados e assessorou a instituição na organização da Seção do Poder Legislativo²⁸:

É, realmente foi porque ele [Boullier de Branche] ensinou, as pessoas... até então os cursos de Arquivo eram muito primários porque só se falava em Arquivo e Protocolo e Arquivos Correntes e tramitação. Não se tinha nenhuma experiência para Arquivo Permanente, Arquivos Históricos... Então ele veio trazendo essa visão da França.

Eu acho que foi no segundo curso, no segundo período que as aulas eram dadas lá no Arquivo [Nacional], aulas práticas com o acervo do Arquivo. E a gente ia manuseando aquilo e fazia trabalhos, quer dizer, ele mandava a gente fazer pesquisas e desenvolver trabalhos. Eu fiz os dois cursos dele e, depois, no final, ele disse que ia me recomendar para uma bolsa que a França tinha²⁹.

Maria Luiza Dannemann, que era chefe do Serviço de Assistência Técnica do Arquivo Nacional e ministrava cursos sobre noções básicas de arquivos, reforça a tese do impacto da presença de Boullier de Branche e sua importância para o grupo de profissionais que frequentou seus cursos e trabalhou sob sua orientação na elaboração de um inventário de documentos da Marinha. Ao que parece, a convivência com Boullier serviu aos técnicos como introdução aos elementos básicos da arquivologia francesa e encorajou o Arquivo Nacional – após sua partida, em fins de 1960 – a promover um curso com três disciplinas consideradas básicas: História Administrativa do Brasil, Técnica de Arquivo e Administração Pública Atual (DANNEMANN, 1972, p. 22).

Uma das recomendações formuladas por Boullier de Branche, a criação de uma escola ou uma série de cursos regulares para formação de arquivistas, começou a ser posta em prática já em 1960, com a criação do Curso Permanente de Arquivos, de dois anos de duração. Contudo, nos primeiros anos o curso não funcionou com regularidade em decorrência da falta de recursos financeiros, levando algumas matérias a assumirem características de cursos avulsos³⁰.

Para José Honório Rodrigues, o quadro de pessoal era um dos problemas mais graves e, por isso, deveria ser considerado uma prioridade. Para solucioná-lo, uma das medidas propostas era a criação de um curso permanente de formação de arquivistas para portadores de diploma do então curso secundário. Sua inspiração era a *École des Chartes* da França e os cursos universitários europeus e norte-americanos (1959, p. 65). A formação de arquivistas de nível superior ou destinados às tarefas executivas começou efetivamente a ser objeto de cursos regulares ou avulsos, no início da década de 1960. As únicas exceções antes disso foram os dois cursos promovidos pela administração de José Honório Rodrigues em 1959, com apoio do Dasp.

Documento do Arquivo Nacional, elaborado na gestão José Honório Rodrigues, trata do plano da instituição para os cursos e apresenta as primeiras linhas do Curso Permanente de Arquivos que teria duração de dois anos, divididos em quatro períodos de quatro meses. As disciplinas inicialmente planejadas ficavam assim distribuídas:

A análise da estrutura proposta revela uma combinação singular e assimétrica dos ‘tímidos’ conteúdos arquivísticos com uma significativa presença da história, protagonista

ao lado de suas “disciplinas auxiliares”. Contudo, é possível afirmar que a experiência de formação profissional em uma instituição não-universitária, ao contar com servidores do Arquivo Nacional e professores e historiadores externos lançou, desde o início da década de 1960, as bases de uma ‘escola de arquivologia’ que passou por mudanças para atender demandas de formação e em 1977 seria abrigada pela universidade³¹.

Quadro 2: Proposta de estrutura curricular do CPA

1º ano / 1º Período Técnica de Arquivo História do Brasil Organização da Administração Pública	2º ano / 1º Período Organização e Administração de Arquivos Notariado Historiografia geral Documentação moderna (filmes, discos, microfílm)
1º ano / 2º Período Instrumentos de Arquivo História Administrativa do Brasil Disciplinas auxiliares da História do Brasil (genealogia, nobiliarquia, cartografia, heráldica)	2º ano / 2º Período História dos Arquivos (análise e confronto) Paleografia e Diplomática Historiografia do Brasil Pesquisa Histórica

Fonte: Fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional.

Historiador pioneiro nos estudos voltados para o conhecimento da historiografia brasileira, José Honório Rodrigues esteve nos Estados Unidos no início da década de 1940 em viagem de pesquisas. A partir daí, familiarizou-se com o modelo norte-americano que servirá como uma das principais referências para suas formulações dirigidas à solução da questão dos arquivos brasileiros, partindo de situações inusitadas encontradas na principal instituição arquivística do país³². De acordo com José Honório,

nos Estados Unidos todos os documentos de origem federal e que merecem uma custódia permanente, são reunidos nos Arquivos Nacionais, e aí, de acordo com o princípio da proveniência, são distribuídos nos departamentos judiciário, legislativo, diplomático, industrial, de recursos minerais, cartográficos, militares e audiovisuais. É a durabilidade ou permanência de seu valor que garante ao documento sua entrada e atenção no arquivo. É a historicidade, que lhe dá acesso ao Arquivo, e assim não há Seção Histórica, pois todos os documentos de custódia permanente são igualmente históricos. (RODRIGUES, 1959, p. 38).

Como parte da estratégia de contar com técnicos estrangeiros que pudessem orientar a reforma institucional que pretendia empreender, José Honório trouxe ao Brasil, em 1960, o vice-diretor do Arquivo Nacional dos Estados Unidos, Theodore Schellenberg, que ministrava cursos de arquivo na *American University*, de Washington. Schellenberg estudou com profundidade o problema arquivístico brasileiro³³, sugeriu a tradução de obras fundamentais da bibliografia arquivística, realizou conferências e cedeu os direitos autorais de trabalhos seus, entre os quais o Syllabus, curso dado em Washington, traduzido e publicado pelo Arquivo Nacional com o título de *Manual de Arquivos* e adotado no Curso Permanente de Arquivo mantido pelo Arquivo Nacional³⁴. Para Luis Carlos Lopes (1997, p.60-61), o norte-americano

foi didático em seu documento: citou Hilary Jenkinson, arquivista britânico, e seu relatório sobre os arquivos da Jamaica, chamando a atenção para a importância de entender os arquivos “como uma necessidade nacional” e ao mesmo tempo, procurou com habilidade mostrar que a função de um Arquivo Nacional era administrar o conjunto dos arquivos federais.

As ideias do arquivista norte-americano chegaram aos profissionais brasileiros, sobretudo com a tradução de *Manual de Arquivos*, em 1959, e o livro *Documentos públicos e privados: arranjo e descrição*, em 1963³⁵. Schellenberg, então vice-diretor dos Arquivos Nacionais dos Estados Unidos da América, foi o nome mais frequente na série Publicações Técnicas contribuindo com seis títulos que passaram a constituir uma ‘biblioteca’ de referência sobre a gestão e as metodologias de tratamento dos arquivos.

Produzir uma ‘coleção’ de obras de referência sobre os arquivos era um dos objetivos de José Honório Rodrigues que colocou à serviço deste programa editorial sua experiência e capacidade de interlocução com instituições e profissionais dos Estados Unidos e da Europa. Para Mariana Simões (2013) a participação direta e o empenho do historiador foram centrais no programa editorial da instituição por meio do estabelecimento, pela primeira vez no órgão, de uma equipe formal dedicada à atividade editorial – a Turma de Publicações –, em 1958³⁶, e da inauguração da Série Publicações Técnicas, no ano seguinte³⁷.

Dos vinte e sete títulos da série Publicações Técnicas, vinte e cinco foram publicados entre 1959 e 1960, o que revela a intensão, a capacidade técnica e a agilidade para colocar à disposição das instituições de arquivo, órgãos públicos e profissionais, um conjunto de conhecimentos arquivísticos e informações inéditas no país. O primeiro livro da série, lançado em 1959, *O preparo de inventários preliminares* foi a tradução de um documento dos National Archives dos Estados Unidos. Segundo Simões (2013, p. 5) a série teve origem, dessa forma, na tradução de clássicos da literatura arquivística, até então inéditos no Brasil, e acabaria por estimular os profissionais da área a produzirem seus próprios textos, com relatos de experiências e manuais técnicos que seriam também editados como Publicações Técnicas nas décadas seguintes³⁸. Por meio de seu empenho pessoal e capacidade de mobilização, José Honório Rodrigues “deu início a um de seus projetos editoriais mais importantes e duradouros, as Publicações Técnicas, trazendo professores e profissionais de arquivo renomados para visitar e estudar o Arquivo e providenciando a tradução de textos fundamentais da área” (SIMÕES, 2013, p. 11-12).

José Honório defendeu insistentemente uma valorização maior da dimensão administrativa do Arquivo Nacional como componente central do seu projeto inovador que incluiu um programa editorial destinado a priorizar títulos que refletissem esta dimensão e auxiliassem no aprimoramento da organização dos arquivos e na formação dos profissionais da área (SIMÕES, 2013). Enquanto os arquivos públicos fossem somente históricos, ou ressaltassem para a sociedade apenas este lado, sua relevância social estaria comprometida. Seria necessário então, de acordo com José Honório, para que as instituições arquivísticas

fossem valorizadas pela sociedade e pelo Estado, privilegiar sua dimensão administrativa, relacionada, para ele, à importância crescente dos arquivos ativos para a administração, devido ao desenvolvimento econômico e ao crescimento das funções administrativas baseadas em documentos.

Considerações finais

A arquivologia no Brasil desenvolveu-se buscando estabelecer laços estreitos com o conhecimento produzido em países da Europa e nos Estados Unidos. A formação dos principais quadros profissionais que atuaram no país entre os anos 1940 e 1970 sofreu, de alguma forma, a influência das escolas vinculadas às tradições norte-americana ou francesa. Observa-se também, nesse processo, a combinação de influências sobre os profissionais brasileiros, com a prevalência de uma matriz anglo-saxônica sobre determinados agentes (indivíduos e instituições) que lideraram processos de institucionalização da disciplina, com uma marca inegável na gestão dos arquivos institucionais ainda sob a esfera da administração. A influência norte-americana foi notadamente expressa no uso da obra *“Arquivos Modernos: princípios e técnicas”* de T. Schellenberg, amplamente disseminada a partir da década de 1960. É nesse período também, que profissionais brasileiros com formação e/ou atuação nos arquivos passam a participar anualmente do tradicional Estágio Técnico Internacional de Arquivos realizado na França (MARQUES, 2013). É possível afirmar que a presença de técnicos estrangeiros, promovida na gestão José Honório Rodrigues a frente do Arquivo Nacional, estimulou a procura por uma formação no exterior.

Nos pós-guerra houve uma evolução progressiva dos princípios teóricos e das práticas arquivísticas, em resposta aos novos métodos e pesquisa e à utilização de métodos quantitativos e qualitativos. Para Marques (2013), nesse cenário, ocorreram algumas reformas administrativas na América Latina, das quais a implantação de vários cursos de arquivologia é um exemplo. No Brasil, o processo de institucionalização da arquivologia a partir dos anos 1940 revela-nos elementos comuns no que se refere ao lançamento das bases de uma disciplina associada ao processo de estruturação do Estado Moderno capitalista que dava os primeiros passos para formação de uma burocracia pública federal. A primeira década de atuação do Dasp, sob a liderança de Luiz Simões Lopes, confere sentido a esta afirmação, na medida em que se estabelecem os pilares de um conhecimento técnico que deveria instruir os temas da documentação, da biblioteca e do arquivo. Estas mudanças, no entanto, ainda parecem revelar a necessidade da assimilação de literatura mais ampla e especializada para orientar o tratamento dos arquivos em bases científicas mais seguras. A FGV, recém-criada, foi herdeira do conhecimento acumulado no Dasp e desempenhou uma função central na formação de quadros profissionais, sobretudo para as agências do Estado.

Foi a gestão José Honório Rodrigues no Arquivo Nacional que promoveu pela primeira vez entre nós um debate sobre a urgência de reconhecermos o papel central da instituição

no desenvolvimento arquivístico do governo federal e do país. Contudo, no Brasil da euforia econômica e política dos anos JK, do presidente empreendedor e liberal, da esperança das classes médias por dias melhores e maior sintonia com o Estado do Bem-Estar Social, as ideias do historiador não encontraram ressonância no âmbito da máquina pública. Suas tentativas frustradas de colocar em funcionamento o Conselho de Administração de Arquivos no âmbito do Poder Executivo Federal com a missão de tratar de uma agenda básica, nos revela a baixa importância da autoridade arquivística – apontada no relatório de Schellenberg – e uma estrutura administrativa que, de um lado, se confrontava com um Arquivo Nacional propositivo, e de outro, ainda servia aos interesses patrimonialistas do sistema político³⁹. Ao tecer uma análise sobre a burocracia pública federal no período JK, Celso Lafer (2002, p. 82-83) identificou a ocorrência de um processo de aprimoramento em termos de competência administrativa, mas afirma que o mesmo não foi, nem sistemático nem unilinear. A política de clientela persistiu em certas áreas, e suas pressões foram capazes de afetar o sistema em função das características da representação legislativa durante o período.

A gestão de José Honório Rodrigues teve início no governo JK mas atravessou tempos turbulentos da renúncia de Jânio Quadros ao governo do presidente João Goulart (1961-1964), período de intensa mobilização e radicalização política que culminou com o golpe civil-militar de 1964. Os anos iniciais foram, sem dúvida, mais produtivos com a elaboração do diagnóstico sobre o Arquivo Nacional e a mudança do seu regimento, a presença dos técnicos estrangeiros, e a preparação e lançamento de textos, manuais e relatórios que comporiam a série Publicações Técnicas. Em 1961, foi instituída uma comissão presidida por José Honório, com o objetivo de elaborar um anteprojeto para a criação do Sistema Nacional de Arquivos. O trabalho apresentado no ano seguinte não chegou a ser consolidado legalmente, nem as ações previstas foram executadas, ainda que tenha permanecido como referência para algumas lideranças profissionais da área por cerca de uma década (JARDIM, 1995).

Se a agenda da política nacional de arquivos e o lugar do Arquivo Nacional no âmbito da mesma não obteve os resultados desejados, as missões dos técnicos estrangeiros, a publicação de uma ‘biblioteca de referência’ com a Série Publicações Técnicas e o lançamento do Curso Permanente de Arquivo (CPA) foram iniciativas seminais para o desenvolvimento da arquivologia no país nas décadas de 1960 e 1970. Portanto, não é demais afirmar que José Honório Rodrigues representou um marco, uma inflexão na tradição histórica de diretores do Arquivo Nacional, ao traçar as grandes linhas das transformações necessárias ao Arquivo Nacional e às práticas arquivísticas que vigoravam na administração pública.

Notas

¹ Este artigo foi escrito no âmbito do projeto ‘A contribuição de José Honório Rodrigues à institucionalização da arquivologia no Brasil: o Arquivo Nacional entre 1958 e 1964’, que contou com o apoio financeiro da Faperj – Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro por meio do edital de Auxílio à Pesquisa – APQ 1.

² Fundo José Honório Rodrigues, caixa 150, IEB// USP.

³ O Dasp foi criado pelo Decreto-Lei n. 579 de 30 de junho de 1938, em cumprimento ao estabelecido no artigo 67 da Constituição de 1937, que instituiu o Estado Novo.

⁴ Para a trajetória de Luiz Simões Lopes, ver SILVA, 2006.

⁵ Correspondência da Embaixada dos Estados Unidos no Brasil com autoridades brasileiras indica a existência de oportunidades para os servidores públicos brasileiros naquele país. Ver Dasp 665, Fundo Dasp, Arquivo Nacional/RJ.

⁶ Para o processo de criação do IBBD, ver Oddone, 2006.

⁷ Em entrevista ao autor, Nilza Teixeira Soares chama a atenção para cooperação entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos por meio do instrumento denominado Ponto IV que viabilizava iniciativas de assistência técnica com os países subdesenvolvidos do continente. Nilza, destaca ainda o momento em que realizou o curso de especialização e a influência em sua formação como arquivista. Ver SOARES, depoimento de 20/08/2007.

⁸ No final da década de 1950, Nilza Teixeira passou por uma nova experiência de capacitação no exterior, como bolsista do Conselho Britânico na área de documentação pública junto ao Parlamento e ao Arquivo do Reino Unido. Sua imersão na cultura arquivística europeia seria complementada no Estágio Técnico Internacional de Arquivos, promovido pelo Arquivo Nacional da França, em 1961. Ver SANTOS, 2010.

⁹ Para maior conhecimento do processo de institucionalização dos cursos de história no Rio de Janeiro nas décadas de 1930 e 1940, ver FERREIRA, 2013.

¹⁰ O ensaio foi publicado pela Companhia Editora Nacional na Coleção Brasileira, em 1940.

¹¹ Um colóquio realizado em 5 de maio de 1987, pelo recém-criado Instituto de Estudos Avançados da USP, para abordar a trajetória intelectual do historiador, falecido um mês antes, é o ponto de partida para o texto **Ressuscitando José Honório Rodrigues: arquivos pessoais e a História do Brasil**. Ver, SILVA, 2008.

¹² Edita quarenta volumes da primeira e nove da segunda

¹³ **Teoria da História do Brasil**. São Paulo. Instituto Progresso Editorial, 1949; **Historiografia e bibliografia do domínio holandês no Brasil**. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1949.

¹⁴ **As fontes da História do Brasil na Europa**. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1950.

¹⁵ **A pesquisa histórica no Brasil. Sua evolução e problemas atuais**. Rio de Janeiro. Instituto Nacional do Livro, 1952. A Companhia Editora Nacional (São Paulo) preparou novas edições em 1969 (2ª) e 1978 (3ª).

¹⁶ Para informações sobre o Instituto de Pesquisa Histórica (IPH), ver FREIXO, 2011. Documentos sobre as relações ente a atividade de pesquisa histórica e o projeto de criação do IPH, ver Fundo José Honório Rodrigues, caixa 11, IEB/USP.

¹⁷ Para conhecer as intervenções de historiadores e cientistas sociais no referido colóquio, ver SILVA, 2008.

¹⁸ Ver JÚNIOR, 2014.

¹⁹ Esta expressão é empregada por Francisco Falcon ao se referir a singularidade do Rio de Janeiro que, ao contrário de outros lugares do Brasil, possui uma multiplicidade de instituições que cumpriram e ainda cumprem esta função de “lugares de produção histórica”. Ver GONÇALVES e GONTIJO, 2011.

²⁰ Compareceram a sua posse no Gabinete do Ministro da Justiça, Cirilo Junior, Vitor Nunes Leal, Caio Tácito, Embaixador Gilberto Amado, Otavio Tarquínio de Sousa, Ministro Ranulfo Bocaiuva Cunha, General Kruehl, chefe de Polícia, Guilherme Aragão, diretor do Dasp, Bento Pereira, diretor da Imprensa Nacional, Prof. Hermes Lima, diretor da Faculdade Nacional de Direito, Elmano Cardim, Plínio Travassos, Evaristo de Moraes Filho, Artur Cesar Ferreira Reis, Raimundo Magalhães Jr., Virgílio Correia Filho, Américo Jacobina Lacombe, Augusto Meyer, Guilherme Auler, Plínio Doyle, Miguel Costa Filho, Pandiá Taupheus Castelo Branco, Gilberto Ferrez, Eulalia Lahmeyer Lobo e Enio Silveira, entre outros. Lista manuscrita / Posse JHR Diretor do Arquivo Nacional no Gabinete do Ministro da Justiça, 29/08/1958, 16 horas. Ver Fundo José Honório Rodrigues, Caixa 118, IEB/USP.

²¹ Ver Rodrigues, 2004.

²² Ver Rodrigues, 2004, p.32.

²³ Ver Rodrigues, 2004, p.216/217.

²⁴ A presença de Boullier no Brasil, contou inclusive com cobertura da imprensa. O jornal O Globo de 26/01/1960 trouxe entrevista com o técnico francês que teceu comentários sobre a reforma em curso na gestão José Honório Rodrigues, os desafios do Arquivo Nacional e os trabalhos em

desenvolvimento sob sua supervisão. Ver Fundo Arquivo Nacional, AN 122, Arquivo Nacional/RJ.

²⁵ As relações do Arquivo Nacional do Brasil com a França e a presença e influência do pensamento arquivístico francês sobre a instituição são analisadas por ESTEVÃO e FONSECA, 2010.

²⁶ Em 1959, em cooperação com o DASP e ainda sem contar com a presença do francês Boullier de Branche, o Arquivo Nacional ofereceu o Curso de Preparação de Pessoal Auxiliar de Arquivo. Na grade curricular é possível notar a concentração de aulas nas disciplinas dedicadas à história administrativa do Brasil e às técnicas de tratamento de arquivos. Atuaram como professores do curso, o historiador Artur Cesar Ferreira Reis, e Nilza Teixeira Soares que juntamente com Maria Luiza Dannemann ministrou a disciplina Princípios de Técnica de Arquivo. Ver SANTOS, 2014.

²⁷ Destinado aos servidores do Arquivo Nacional, aos que concluíram o curso de Preparação de Pessoal Auxiliar e aos servidores lotados em setores de documentação, o curso teve duração de quatro meses. Todos os documentos referentes aos conteúdos das aulas ministradas por Boullier de Branche encontram-se no fundo Arquivo Nacional, Arquivo Nacional/RJ. Para um relato detalhado da passagem do técnico francês pelo Brasil, ver MARQUES, 2014.

²⁸ “Deixa eu pensar. Em 1960? Houve uma época que eu fui convidada pelo Arquivo [Nacional] por eu ter estado nos Estados Unidos, estudando, o José Honório pediu à Câmara e me requisitou para trabalhar com ele, para organizar um acervo de uma Seção chamada Legislativa, ou do Legislativo. Então eu fiquei no Arquivo Nacional e aí pude frequentar (...) O serviço público tinha a escola (...), o Dasp tinha cursos. E esse curso foi administrado pelo DASP, com o Boullier de Branche, depois do expediente, um período”. Entrevista de Nilza Teixeira Soares, concedida ao autor em 20 de agosto de 2007. Ver atividades e iniciativas da direção do Arquivo Nacional nos primeiros 15 meses que constam do relatório “A situação do Arquivo Nacional”, por José Honório Rodrigues, 1959.

²⁹ Entrevista concedida ao autor em 20 de agosto de 2007.

³⁰ O projeto de formação de técnicos remonta à gestão de Alcides Bezerra, que dirigiu o Arquivo Nacional entre 1922 e 1938. Criado pelo Decreto n. 15.596 de 2 de agosto de 1922, o curso técnico se destinava a habilitar os candidatos aos cargos de amanuense do Arquivo Nacional e da Biblioteca Nacional e ao de 3º. Oficial do Museu Histórico Nacional. Contudo, este curso não foi organizado

e no início da década de 1930, o então diretor do Arquivo, Alcides Bezerra, propunha que o mesmo fosse incorporado à Universidade do Rio de Janeiro ou criado de forma autônoma, considerando que a Biblioteca Nacional e o Museu Histórico Nacional haviam criado cursos independentes (RODRIGUES, 1959, p.50) –Ver também Mensário do Arquivo Nacional, 1975, p. 18.

³¹ Sobre a trajetória do Curso Permanente de Arquivo (CPA) ver capítulo 2 – A arquivologia no Brasil (MARQUES, 2013).

³² Referimo-nos aqui à Seção Histórica, que abrigava coleções formadas na própria instituição por “documentos históricos”, muitos dos quais retirados de fundos documentais, e, portanto, desgarrados de sua origem.

³³ Ao final do período, produziu o relatório “Problemas arquivísticos do governo brasileiro”, Arquivo Nacional, tradução Leda Boechat Rodrigues, 1960.

³⁴ A avaliação de Documentos Públicos Modernos, T. R. SCHELLENBERG, tradução de Leda Boechat Rodrigues, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 1959.

³⁵ No início da década de 1970, a tradução de sua principal obra pela arquivista e bibliotecária Nilza Teixeira Soares colocou à disposição da comunidade profissional um conjunto de técnicas e conceitos utilizados por Schellenberg no uso e na administração dos arquivos, que ajudaram a sustentar inúmeros trabalhos aqui desenvolvidos, sobretudo no tema da avaliação de documentos.

³⁶ O regimento aprovado em 1958 ainda no início da gestão de José Honório definiu pela primeira vez uma equipe que deveria se dedicar à editoração, a Turma de Publicações, subordinada junto com a Seção de Cursos do Arquivos Nacional, também recém-criada, ao Serviço de Pesquisa Histórica.

³⁷ No momento em que José Honório Rodrigues assumiu a direção do Arquivo Nacional existiam apenas a Série Publicações do Arquivo Nacional – que então abrigava instrumentos de pesquisa do acervo e edições de documentos – e os títulos avulsos. Ver SIMÕES, 2013.

³⁸ Para a relação completa dos títulos da série ver SIMÕES, 2013.

³⁹ A correspondência do diretor do Arquivo Nacional com os órgãos da administração pública federal para colocar em funcionamento o Conselho de Administração de Arquivos e o Grupo de Trabalho designado para “estudar os problemas de arquivo no Brasil e a transferência para Brasília” está documentada no Fundo Arquivo Nacional. Ver Fundo Arquivo Nacional, AN 654, Arquivo Nacional/RJ.

Fontes

Arquivo Nacional

Fundos: Arquivo Nacional; Dasp.

Instituto de Estudos Brasileiros (IEB/USP)

Fundo José Honório Rodrigues

Entrevistas

PAES, Marilena Leite (depoimento de 15/08/2006 e 23/01/2007).

SILVA, Jaime Antunes da (depoimento de 27/07/2015 e 31/07/2015).

SOARES, Nilza Teixeira (depoimento de 20/08/2007).

SOARES, Nilza Teixeira. <http://www2.camara.leg.br/a-camara/conheca/historia/historia/historiaoral/memoriadoservidor/nilza-teixeira-soares>.

Referências Bibliográficas

ARQUIVO NACIONAL. **Mensário do Arquivo Nacional**, 1975.

DANNEMANN, Maria Luiza Stallard. "O ensino da arquivística", In: **Arquivo & Administração**. Rio de Janeiro, v.1, n. 0, out. 1972, p. 22.

ESTEVÃO, Silvia Ninita de Moura e FONSECA, Vitor Manoel Marques da. "A França e o Arquivo Nacional do Brasil", In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 23, nº 1, jan/jun. 2010, pp. 81-108.

FERREIRA, Marieta de Moraes. **A História como ofício: a construção de um campo disciplinar**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2013.

FONSECA, Maria Odila Kahl. **Arquivologia e ciência da informação**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

FREIXO, André de Lemos. "Um "arquiteto" da historiografia brasileira: história e historiadores em José Honório Rodrigues", In: **Revista Brasileira de História**. São Paulo, V. 31, nº 62, 2011, pp. 143-172.

GLEZER, Raquel. **O fazer e o saber na obra de José Honório Rodrigues: um modelo de análise historiográfica**. São Paulo: Programa de Pós-graduação em História da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 1976 (Tese de doutorado).

GOMES, Yuri Queiroz. **Processos de institucionalização do campo arquivístico no Brasil: entre a memória e a história (1971-1978)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2011 (Dissertação de mestrado).

GONÇALVES, Marcia de Almeida e GONTIJO, Rebeca. "Sobre história, historiografia e historiadores: entrevista com Francisco José Calazans Falcon", In: **História da historiografia**. Ouro Preto, nº 7, nov./dez., 2011, pp.3 65-382. Disponível em: <http://www.historiadahistoriografia.com.br/revista/article/viewFile/319/224>

IGLÉSIAS, Francisco. "José Honório Rodrigues e a Historiografia Brasileira", In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, nº 1, 1988, pp. 55-78.

JARDIM, José Maria. **Sistemas e políticas públicas de arquivos no Brasil**. Niterói: EdUFF, 1995.

JUNIOR, Paulo Alves. "José Honório Rodrigues", In: PERICÁS, Luiz Bernardo e SECCO, Lincoln (Orgs.). **Intérpretes do Brasil: clássicos, rebeldes e renegados**. São Paulo: Boitempo, 2014.

LAFER, Celso. **JK e o Programa de Metas (1956-61): processo de planejamento e sistema político no Brasil**. Tradução de Maria Victoria Benevides, revista pelo autor. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

LOPES, Luis Carlos. "A arquivística no Brasil vista pelo olhar do outro, do estrangeiro", In: **Contracampo**. Programa de Pós-Graduação em Comunicação da UFF, nº 1, 1997, pp. 57-70.

LOPES, Luiz Simões. **Luiz Simões Lopes II (depoimento, 1990)**. Rio de Janeiro, CPDOC, 2003.

MARQUES, Angelica Alves da Cunha. **A arquivologia brasileira: busca por autonomia científica no campo da informação e interlocuções internacionais**. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros, 2013.

_____. **Os espaços e os diálogos da formação e configuração da arquivística como disciplina no Brasil**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007 (Dissertação de mestrado).

MARTINS, Eduardo Vieira. "O contexto político e o discurso da ciência da informação no Brasil: uma análise a partir do IBICT", In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 33, nº 1, jan./abr. 2004, pp. 91-100.

ODDONE, Nanci Elizabeth. "O IBBD e a informação científica: uma perspectiva histórica para a ciência da informação no Brasil", In: **Ciência da Informação**, Brasília, v. 35, nº 1, jan./abr. 2006, pp. 45-56.

RABELO, Fernanda Lima. "De experts a 'bodes expiatórios': a elite técnica do Dasp e a reforma no funcionalismo federal no Estado Novo (1938-1945)", In: **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 25, nº 2, jul./dez. 2009, pp.78-91.

RODRIGUES, Georgete Medleg. "A formação do arquivista contemporâneo numa perspectiva histórica: impasses e desafios atuais", In: **Arquivo & Administração**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, jul./dez., 2006, pp. 7- 41.

RODRIGUES, José Honório. **A situação do Arquivo Nacional**. Rio de Janeiro: Ministério da Justiça e Negócios Interiores, 1959.

RODRIGUES, José Honório. **Nova correspondência de José Honório Rodrigues**. Organização, prefácio e traduções de Lêda Boechat Rodrigues; posfácio de Wamireh Chacon. Rio de Janeiro: Academia Brasileira de Letras, 2004.

SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. "Administração pública, arquivos e documentação no Brasil: a atuação do Departamento Administrativo do Serviço Público nas décadas de 1930 a 1950", In: MARQUES, Angelica Alves da Cunha; RODRIGUES, Georgete Medleg e SANTOS, Paulo Roberto Elian dos. **História da Arquivologia no Brasil**: instituições, associativismo e produção científica. Rio de Janeiro: Associação dos Arquivistas Brasileiros/ Faperj, 2014, pp. 17-48.

_____. **Arquivística no laboratório**: história, teoria e métodos de uma disciplina. Rio de Janeiro: Teatral/Faperj, 2010.

SILVA, Eliezer Pires da. **Memória e discurso do movimento associativo na institucionalização do campo arquivístico no Brasil (1971-1978)**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em Memória Social/ Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2013 (Tese de doutorado).

SILVA, Maria Leonilda Reis da. **História e memória do Arquivo Central da FGV**. Rio de Janeiro: Programa de Pós-graduação em História Política e Bens Culturais/ Fundação Getúlio Vargas, 2010 (Tese de doutorado)

SILVA, Suely Braga da (Org.). **Luiz Simões Lopes**: fragmentos de memória. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

SILVA, Warney Ribeiro da. "Ressuscitando José Honório Rodrigues: arquivos pessoais e a História do Brasil", In: MATA, Sérgio Ricardo da; MOLLO, Helena Miranda e VARELLA, Flávia Florentino. **Caderno de resumos & Anais do 2º Seminário Nacional de História da Historiografia**: tradições historiográficas modernas. Ouro Preto: EdUFOP, 2008.

SIMÕES, Mariana. "José Honório Rodrigues, a Turma de Publicações e as Publicações Técnicas do Arquivo Nacional", In: **XXVII Simpósio Nacional de História. Conhecimento histórico e diálogo social**, ANPUH, Natal (RN), 22 a 26 de julho de 2013, Disponível em:http://www.snh2013.anpuh.org/resources/anais/27/1371346356_ARQUIVO_texto_Anpuh_MarianaSimoes_rev.pdf

TAVARES, Mariana Rodrigues. "O que faz o verdadeiro historiador – José Honório Rodrigues e a historiografia dos anos 1950", In: **Anais do 7º Seminário Brasileiro de História da Historiografia – Teoria da História e história da historiografia: diálogos Brasil-Alemanha**. Ouro Preto: EduFOP, 2013, pp.1-9.

WARLICH, Beatriz M. de Souza. **Reforma Administrativa na era de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1983.

Recebido em: 15/05/2016

Aprovado em: 31/08/2016

Resenha

Sobre ditaduras, ainda

Rodrigo Elias

Editor da *Revista de História da Biblioteca Nacional*,
Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (UFF).
Professor das Faculdades Integradas Simonsen e
do Centro Universitário Carioca (Unicarioca)
rodrigoelias2@gmail.com

O tema da violência de estado é, para além das implicações acadêmicas, cada vez mais urgente. Assunto central para todos os pensadores que se dedicaram à Filosofia e à Ciência Política, de Platão a Agamben, passando por Tomás de Aquino, Marsílio de Pádua e Marx, o uso da força sem embaraços pelos operadores das estruturas formais de poder se confunde com a própria teorização sobre a emergência e a função do Estado desde a sua configuração moderna.

É bom registrar, entretanto, que mesmo em um mundo continuamente construído ao longo das últimas décadas do século XX, sem polos de poder muito claramente definidos, conforme sugere a interpretação de Michael Hardt e Antonio Negri na definição do termo “império” (ou de forma desterritorializada, como caracteriza Z. Bauman), as tomadas de decisão dentro do âmbito estatal em diversos contextos geo-históricos recentes e seus impactos sobre a vida de amplos setores da sociedade têm demonstrado a atualidade da matéria no debate público. Torna-se, desse modo, fundamental observar a experiência do século passado e questionar as heranças dolorosas – e muitas vezes ocultadas – que ainda estão, mesmo que pela memória, incrustadas no presente.

Longe de fazer uso simples do complexo caldo histórico (e memorial) do século que viu a catástrofe, evitando assim o erro muito comum de ligar genética e fatalmente presente e passado, jovens e experientes historiadores e historiadoras lançam olhares diversos sobre questões que tocam nos vivos e nos mortos. Abordam, entre outros aspectos, as configurações culturais – e ideológicas – do fascismo, dos tratamentos institucionais dados aos escombros das ditaduras latino-americanas, das dores e das disputas narrativas a propósito de fragmentos latentes de passado.

Resultado de um projeto desenvolvido no Núcleo de Estudos Contemporâneos da Universidade Federal Fluminense a partir de 2008, o livro organizado pelas historiadoras Samantha Quadrat e Denise Rollemberg é dividido em dois volumes, totalizando 812 páginas, com textos organizados tematicamente. No primeiro volume dessa obra coletiva, os capítulos estão agrupados nas temáticas “Memória e história: historiografia”, “Consenso”, “Militares”, “Intelectuais” e “Instituições”. No segundo, os temas gerais são “Propagandas e comemorações”, “Jovens e ditaduras”, “Violência”, “Disputas de memória” e “O ensino das ditaduras”. Assim, sem uma divisão clara entre textos dedicados exclusivamente à história ou à memória, a própria organização sugere uma inter-relação entre as duas dimensões dos tratamentos possíveis em relação ao passado.

Há textos fundamentais, como a discussão didática e erudita que Enzo Traverso faz no primeiro volume sobre as caracterizações do fascismo – do suposto aspecto “revolucionário” ao anticomunismo. Esclarecedor, o artigo percorre a historiografia clássica sobre a emergência do fenômeno fascista no século XX (e mesmo suas raízes anteriores), demonstrando inclusive a convergência, na primeira metade da centúria passada, entre o fascismo e o liberalismo, bem como a oposição de ambos ao comunismo.

Marcos Napolitano, historiador que tem se dedicado há décadas ao estudo das representações culturais sob o regime ditatorial brasileiro e que nos últimos anos produziu sínteses exemplares sobre o período, assina uma reflexão de leitura obrigatória para aqueles que estudam contextos políticos conflagrados. Intitulado “Os historiadores na ‘batalha da memória’: resistência e transição democrática no Brasil”, o texto se propõe a investigar o período pós-ditadura no país a partir do processo de construção de consenso. Para isso, avalia a forma como a sociedade brasileira tem lidado ao longo dos últimos anos com os crimes da ditadura. Entre outras virtudes, o texto de Napolitano é feliz ao elaborar uma espécie de cartografia da memória sobre o nosso último período de exceção, oferecendo assim uma ferramenta que permite abordar de forma mais complexa as representações políticas sobre o período a partir de “militares, liberais e esquerdas”.

Outra reflexão instigante é a de Francisco Carlos Palomanes Martinho a respeito da memória do salazarismo no Portugal recente. O historiador oferece um panorama da memória política lusitana atual a propósito da eleição do ditador como “O grande português” em concurso promovido pela TV estatal daquele país em 2007, desbancando barbadas como Camões e Vasco da Gama (que, aliás, ficou na lanterna). O artigo de Palomanes Martinho não só descreve o processo de escolha como reflete sobre a reação imediata ao evento, com uma série de protestos, abaixo-assinados e artigos na imprensa – segundo o autor, consequências improváveis no caso da vitória de alguma outra personalidade. Para o historiador, o fato de que a consagração via concurso televisivo tenha recaído justamente sobre Salazar, símbolo de um “regime derrotado por uma revolução, que abriu as portas para o Portugal contemporâneo” (Vol. 1, p. 130), despertou uma reação de ampla repercussão. Importante notar, inclusive

em uma perspectiva comparativa em relação a outros contextos nacionais, o descompasso entre a memória construída dentro da própria comunidade profissional dos historiadores ou da academia em geral, por um lado – por exemplo, ao se questionar a natureza deste tipo de concurso e a própria concepção de História heroica e personalista ali embutida –, e a forma como a sociedade em geral representa o passado político recente – aliás, o que não só é relevante para a análise dos processos intrincados de construção das memórias, mas é um elemento fulcral para a compreensão da instauração e da própria sobrevivência de regimes classificados como ditatoriais ao longo do século XX.

Em outro artigo ligado à questão das comemorações, Janaina Martins Cordeiro aborda o contexto ditatorial brasileiro em 1972, época na qual o regime instaurado em 1964 celebrava a independência do país. O texto é de grande interesse por vários motivos, entre eles a recuperação de um momento crucial no passado ditatorial brasileiro e a relação entre o regime e o conjunto da sociedade (ou partes significativas desta). Tema que tem sofrido revisão nos últimos anos, a relação entre Estado e governo autoritário aparece no texto de forma complexa, na medida em que a administração Médici procura estabelecer, a partir de uma série de eventos comemorativos que transcorreram no ano do Sesquicentenário da Independência, uma identidade entre Estado, governo e povo. A descrição dos preparativos e das realizações daquele ano, por si só riquíssima e de grande valia para os interessados, é acompanhada no artigo de uma interpretação sofisticada acerca dos sentidos atribuídos aos mesmos a partir do cotejo das iniciativas oficiais com memorandos, crônicas jornalísticas e diversas reações do público. A eleição de heróis nacionais como Tiradentes e D. Pedro I – cujos restos mortais foram objeto de verdadeiro culto cívico em todo o país naquele ano –, a afluência de populares às cerimônias, as festas esportivas e os discursos oficiais na época do *milagre econômico* marcaram a criação e o reforço da narrativa de um país que não era mais *do futuro*, como havia prefigurado Zweig três décadas antes, mas que se afigurava como uma potente realidade presente – vinculada, é certo, a valores projetados no passado.

Aquela mesma década viu a violência ditatorial em países vizinhos do Brasil, como a Argentina. A Copa do Mundo de futebol de 1978, realizada naquele país sob autoritarismo militar, também serve de oportunidade para a discussão de diversas leituras sobre o sentido do evento como lugar de disputa política – objeto de artigo assinado por Livia Gonçalves Magalhães. A reflexão de Magalhães, aliás, oferece a leitores de outros contextos espaço-temporais *insights* importantes para a consideração de sentidos políticos atribuídos aos mais diversos fatos socioculturais, como pode ser um grande evento esportivo. O objetivo manifesto da reflexão da autora é analisar três grandes tendências na memória nacional argentina acerca daquele objeto histórico. A primeira seria a condenação de qualquer tipo de participação naquele episódio, participação que seria interpretada, dentro desta visão, como um endosso ao regime ditatorial. Uma segunda visão tradicional sobre o assunto trataria a competição esportiva como um campo autônomo, independente da esfera política

estatal, de modo que não se poderia acreditar em um nexos entre a vitória do time nacional argentino e a ditadura então implantada no país, ou mesmo alguma relação entre o evento esportivo e qualquer significação política relevante. Uma terceira visão, mais recente e crescentemente adotada, informa a historiadora, conceberia um sentido político inverso àquela primeira interpretação: o futebol, manifestação cultural e social ligada ao povo, seria, naquele contexto, um lugar de resistência contra o regime, sendo a festa popular argentina naquela ocasião uma verdadeira provocação à ditadura. Interessante notar, ainda no que diz respeito às representações daquele período acerca da realização da Copa do Mundo, a forma como o governo argentino reagiu às denúncias promovidas por organismos internacionais em relação à violência de Estado praticada no país. A postura do governo Carter nos Estados Unidos (1977-1981), comprometido em apoiar as demandas relativas aos direitos humanos no plano internacional, bem como campanhas promovidas por organizações como a Anistia Internacional, foi recebida pela ditadura como uma “campanha anti-Argentina” orquestrada por inimigos externos que deveriam ser combatidos – ou, no mínimo, ignorados. É curioso observar – embora não seja objeto do texto em tela – que as críticas referentes ao desrespeito aos direitos humanos em contextos festivos ou comemorativos vinculados a estruturas estatais não são descartadas como sendo antipatrióticas por setores ligados ao controle do Estado apenas em governos ditatoriais (basta, para tal, observar os usos entre nós do neologismo *viralatismo*).

Especialmente instigante é a seção “O ensino das ditaduras”, que reúne quatro capítulos acerca da difícil tarefa de tratar das histórias e das memórias – dolorosas, implícita ou explicitamente – de regimes ditatoriais. O texto de Verena Alberti, por exemplo, de utilidade pública, trata do tema e traz para a discussão nacional dilemas que têm sido enfrentados em outras paragens acerca do ensino de assuntos controversos (ou “temas sensíveis”), iluminando o necessário debate brasileiro sobre o tratamento do passado ditatorial recente. Grande especialista no campo da história oral, Alberti recupera experiências estrangeiras, como aquela desenvolvida na Grã-Bretanha a partir de um relatório produzido em 2007 pela Historical Association, que, entre outras recomendações, favorece o uso de narrativas individuais como forma de criar engajamento pessoal dos alunos em relação a determinados tópicos. Entretanto, a historiadora chama atenção para o fato de que a simples sensibilização do público em relação aos assuntos controversos não basta: é preciso oferecer a ele a oportunidade de descobrir a complexidade de temas extremos como o holocausto nazista ou a escravidão, por exemplo. Embora seja um caminho relativamente fácil o simples julgamento e a separação de agentes históricos como “bons” ou “maus”, a tarefa do professor ou da professora deve ser o de restituir a complexidade dos contextos históricos, ultrapassando a visão binária e maniqueísta que pode acabar por obliterar a construção de uma compreensão histórica. Em um contexto como o brasileiro, cuja democracia representativa foi reinstaurada há apenas três décadas, os temas políticos da história recente são necessariamente controversos –

o que é agravado pelas profundas desigualdades sociais e pela dificuldade de estabelecimento de uma esfera pública de discussão, tendo em vista a estrutura pouco diversificada da nossa imprensa. As pistas fornecidas pela reflexão de Alberti são de grande valia tanto para quem atua em sala de aula como para quem lida com temas históricos em geral, em contato com o público mais amplo.

A despeito de todos os méritos de uma obra coletiva de fôlego que é capaz de integrar estudos tão diversos, com reflexões acerca do Brasil, da Alemanha, da Itália, da Argentina, da Espanha, de Portugal, do Uruguai e do Chile, há pontos que poderiam ter sido mais bem abordados. O principal, a meu ver, seria uma reflexão sobre o próprio conceito de “ditadura” e o seu uso para o contexto do século XX. Há, como se sabe, uma longa tradição de reflexão sobre o tema, sendo tema clássico na Ciência Política – dos usos originais do termo na Antiguidade, sua recuperação na Época Moderna e sua consagração contemporânea a partir de um contraponto teórico à ideia de democracia. Tal preocupação, se presente ao menos na apresentação desta obra (apresentação brevíssima que acaba por se ater ao tema já recorrente em vários dos textos acerca da especificidade da memória), poderia esclarecer para o público leitor a ausência no livro de estudos, por exemplo, de menção sobre a “ditadura revolucionária” de Lenin ou mesmo sobre a “ditadura totalitária” de Stálin, bem como a exclusividade de reflexões ancoradas em episódios europeus e latino-americanos. É claro que uma problematização da noção de ditadura – que não se restringe ao autoritarismo – perpassa vários dos artigos e ajuda a compreender melhor uma percepção relativamente recente da historiografia em relação ao amplo apoio social de diversos regimes ditatoriais, mas um texto que tratasse explicitamente da questão seria de grande utilidade para os estudiosos e, sobretudo, para os leitores em geral.

As faltas pontuais, entretanto, não retiram nenhum dos muitos méritos da obra, que é bem-vinda e que provavelmente encontrará boa acolhida no ambiente acadêmico nacional, enriquecendo o debate sobre o passado político e contribuindo para uma visão mais rica sobre os processos históricos do século XX.

Recebido em: 23/07/2016

Aprovado em: 20/08/2016





